

*

Obra executada nas oficinas da
SÃO PAULO EDITORA S. A.
São Paulo - Brasil

COMPANHIA EDITORA NACIONAL



ARNOLFO AZEVEDO
parlamentar
da
primeira república

AROLDÓ DE AZEVEDO

brasíliana

volume 346



ARNOLFO AZEVEDO

parlamentar da primeira república

Com todos os riscos das fatais distorções, as biografias constituíram sempre uma fonte de primeira ordem para a reconstituição de uma época.

Que seria da história do direito inglês sem as *Vidas dos chanceleres*? Que seria da sua história política sem o imenso repositório representado pelas *Lives and Letters*, sem os *Papers*, em que os pesquisadores encontram ao alcance da mão as peças fundamentais da ação de seus grandes estadistas? Sem dúvida são, na maior parte, apologéticas, quando não panegíricas, mas são elementos às vezes únicos para a reconstituição de certas eras e de momentos pelos analistas dos fenômenos políticos e sociais.

Fomos sempre pobres no gênero biográfico. Mas note-se que os pontos altos em nossa pequena série de boas biografias são, em grande parte, representados pelas narrativas dos descendentes dos heróis: Joaquim Nabuco, Laurita Pessoa R. Gabaglia, Afonso Arinos de Melo Franco, José Antônio Soares de Sousa, J. Wanderley Pinho, o conde de Afonso Celso, José de Alcântara Machado, Moisés Marcondes, Nelson Laje Mascarenhas, Carolina Nabuco, são autores de páginas inesquecíveis sobre seus antepassados, envolvendo revelações históricas primaciais.

O volume que hoje se incorpora à "Brasiliana" é uma biografia de tipo inglês; uma narrativa singela e objetiva baseada nos papéis de um arquivo

(continua na outra dobra)

ARNOLFO AZEVEDO

Parlamentar da Primeira República

BRASILIANA

Volume 346

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

n.º inst. 195759
Cesb. Lacombe: 82288

AROLDO DE AZEVEDO

ARNOLFO AZEVEDO

Parlamentar da Primeira República

1868-1942

981
B823
v. 3216

v68

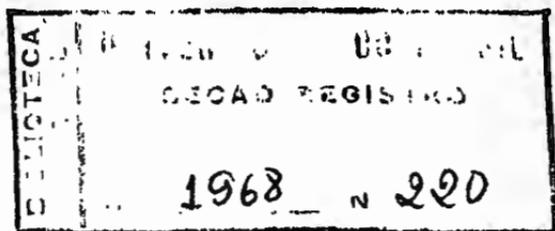
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

68
Lil.
Lil.

DO MESMO AUTOR

Regiões e Paisagens do Brasil — Vol. 274 da coleção "Brasiliana", Companhia Editora Nacional.

Cochranes do Brasil (A vida e a obra de Thomas Cochrane e Ignacio Cochrane) — Vol. 327 da coleção "Brasiliana", Companhia Editora Nacional.



0167

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo 2, SP

1968
Impresso no Brasil

*À memória de meu Pai,
guia e exemplo de minha vida.*

Explicação

Este livro pretende contar a vida de Arnolfo Azevedo, que foi vereador municipal, deputado estadual, deputado federal e senador da República, no período que vai de 1892 a 1930. Sem floreios e com um mínimo de imaginação.

A criança igual a tantas outras. O adolescente rebelde, que já fazia versos e compunha músicas. O acadêmico de Direito, mais amigo das musas do que das letras jurídicas. O político municipal, que desde logo demonstrou ser um municipalista convicto. O deputado estadual, que não titubeou em renunciar ao seu mandato, por um dever de consciência. O fazendeiro progressista, que transformou antiga fazenda de café numa propriedade revigorada pela policultura.

Mas, principalmente, o parlamentar que, durante 27 anos, representou o Estado de São Paulo no Congresso Nacional: na Câmara dos Deputados, através de oito legislaturas sucessivas, e no Senado, por um triênio. O parlamentar que não possuía dotes oratórios, mas que produziu incessantemente e dignificou seu mandato, no seio de comissões legislativas, onde se impôs como constitucionalista. O austero deputado que, durante seis anos, presidiu a Câmara Federal como um magistrado e lhe deu casa própria — o Palácio Tiradentes. O senador que liderou a maioria do Senado Federal e presidiu sua comissão de Finanças. O homem público que, lenta e gradativamente, acabou por se incluir entre os líderes da política nacional, na etapa final da Primeira República.

E, também, o chefe de família (de numerosa família), o espôso, o pai, o avô, na singeleza de sua vida íntima.

Para reconstituir tôda essa vida, que durou mais de 70 anos, tivemos à nossa disposição farto material: *cartas* de família e cartas políticas, estas pouco numerosas, mas em geral de importância histórica, "confidenciais" ou "reservadas" algumas delas, inéditas tôdas; *documentos* parlamentares e *publicações* diversas; *reminiscências* de parentes, a par das nossas próprias recordações; e, notadamente, recortes de *jornais*, cujas datas remontam à mocidade do biografado e chegam até nossos dias, constituindo um conjunto de mais de dez volumes — livros ou cadernos de tôda espécie, que os preservaram por longas décadas e que somente agora vieram a ser manipulados, selecionados, analisados e parcialmente aproveitados.

O leitor tem o direito de censurar o autor dêste livro pelo excesso de citações. Mas talvez possa perdoá-lo, se lhe fôr lembrado que muito delicada é a situação de um filho que se propõe a escrever sôbre a vida do próprio pai.

Naturalmente, outros dedicaram-se a igual tarefa. Mas a empresa não é nada fácil, quando se procura escrever com a possível isenção de ânimo, sem se deixar levar por qualquer tipo de paixão. Para isso, torna-se necessário, quase sempre, comprovar as afirmativas. E essa comprovação só pode ser feita através de *documentos*: o que fêz ou disse o próprio biografado; o que êle publicou; as cartas que escreveu ou recebeu; o que dêle disseram os que de perto o conheceram; o que sôbre êle escreveram os jornais. Bons ou maus — são documentos, que neste livro aparecem largamente utilizados.

O que se vai ler é um retrato escrito de Arnolfo Azevedo. Tal como êle era: no seu feitio de homem e de político, nas idéias (certas ou erradas, não importa) que defendeu e pelas quais se bateu intransigentemente, dentro da atmosfera e da mentalidade da época em que viveu.

De certa forma, êste livro (mesmo sem o pretender) retrata também muitas facetas da vida política e das características da Primeira República, a que a revolução de outubro de 1930 pôs um ponto final. Com algumas de suas figuras marcantes, em particular Campos Sales, Rodrigues Alves, Epi-

tácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís. Em sua estrutura político-social. Nos seus defeitos, mas também em seus aspectos positivos.

Como homem público e, sobretudo, como parlamentar, Arnolfo Azevedo encarna e reflete essa importante fase de nossa História, que já começa a ser analisada com imparcialidade e sem sectarismos, embora ainda muito falte para o julgamento definitivo.

Com *Arnolfo Azevedo, parlamentar da Primeira República* — que se publica ao ensejo do primeiro centenário de seu nascimento —, temos a esperança de trazer modesta contribuição para que esse veredicto seja justo e corresponda à Verdade.

Mas... o que é a Verdade? — já alguém perguntou, há quase dois milênios.

A. DE A.

São Paulo, março de 1968

Rua Ferdinando Laboriau, 93

ARNOLFO AZEVEDO,
Parlamentar da Primeira República

SUMÁRIO

1. A formação da personalidade	5
2. Início da vida pública	32
3. O municipalista	50
4. Deputado federal	74
5. No cenário político nacional	98
6. Em oposição ao Governo Federal (1910-14) ..	121
7. Novos tempos, novos trabalhos (1915)	137
8. Um ano de intensa atividade (1916)	155
9. Anos pouco produtivos (1917-20)	186
10. À margem das atividades parlamentares	206
11. Na presidência da Câmara Federal (1921) ..	230
12. Prova de fogo	263
13. No ano do centenário da Independência ...	291
14. A sessão legislativa de 1923	330
15. A sessão legislativa de 1924	348
16. A sessão legislativa de 1925	375
17. Último ano na Câmara Federal (1926)	393
18. O Palácio Tiradentes	428
19. No Senado Federal (1927)	460
20. Senador da República	482
21. Entre duas revoluções	504
22. A última etapa	533
<i>Tábua cronológica</i>	555
<i>Depoimentos</i>	559
<i>Índices</i>	587

I

A formação da personalidade

As origens. Lorena ganha um nôvo lar. A infância de Arnolfo Azevedo. No Colégio Mouetz Sohn. O adolescente rebelde. No Colégio Menezes Vieira. Os últimos preparatórios. Na Academia de Direito. O acadêmico Arnolfo Azevedo. Termina o curso acadêmico. Artista por temperamento. Nândro e casamento.

As origens

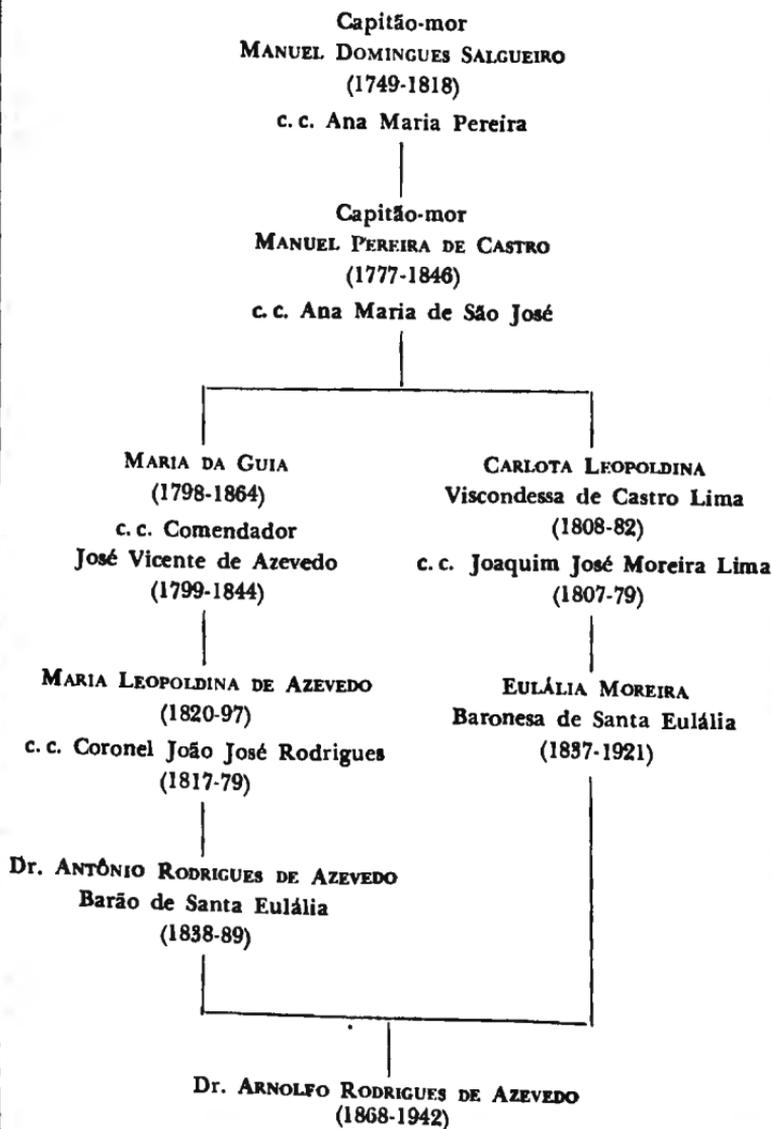
No dia 2 de março de 1867, por volta das 5 horas da tarde, a cidade de Lorena, localizada em terras do Vale do Paraíba paulista, assistiu a um casamento entre dois primos: êle, o já ilustre advogado Dr. *Antônio Rodrigues de Azevedo* (1838-89), mais simplesmente conhecido por *Doutor Rodrigues*, então com 29 anos incompletos, futuro Barão de Santa Eulália; ela, *Dona Eulália Moreira de Castro Lima* (1837-1921), com 30 anos incompletos, futura Baronesa de Santa Eulália. O amor que os ligava nascera na adolescência e já durava quinze anos; mas a teimosia de um homem, que não desejara que sua filha se casasse com um advogado recém-formado, exigira essa prolongada espera⁽¹⁾.

Duas famílias lorenenses já aparentadas passavam a unir-se ainda mais estreitamente, embora a política as separasse: de um lado, os *Rodrigues*, integrantes do Partido Conservador; de outro, os *Moreira*, pertencentes ao Partido Liberal.

A cerimônia realizou-se no imponente sobrado, que até hoje se ergue num dos cantos do antigo Largo da Matriz, atual Praça da Baronesa de Santa Eulália, onde se encontra a majestosa catedral da cidade.

(1) Cf. AZEVEDO (Aroldo de) — *Doutor Rodrigues, Barão de Santa Eulália* (A vida de um "Barão do café"), em *Revista de História*, n.º 44, São Paulo, 1960; e *Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália* (O ocaso do Segundo Império através de documentos inéditos), em *Revista de História*, n.º 10, São Paulo, 1952.

GENEALOGIA DE ARNOLFO AZEVEDO



Os noivos possuíam um ancestral comum — o capitão-mor *Manuel Pereira de Castro* (1777-1846), que se casara com Dona Ana Maria de São José, e que, por sua vez, era filho do capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro (1749-1818) e de sua esposa Dona Ana Maria Pereira.

O Dr. Rodrigues de Azevedo era bisneto do capitão-mor Manuel Pereira de Castro, por linha materna: a filha deste, Dona Maria da Guia (1798-1864), havia-se casado com o comendador José Vicente de Azevedo (1799-1844) e dêsse casamento nascera Dona *Maria Leopoldina* (1817-97), que veio a tornar-se a esposa do coronel *João José Rodrigues* (1817-79), pais do noivo.

Já Dona Eulália era neta do mesmo capitão-mor, também por linha materna: outra de suas filhas, Dona *Carlota Leopoldina*, futura Viscondessa de Castro Lima (1808-82), casara-se com o negociante português *Joaquim José Moreira Lima* (1807-79), pais da noiva.

Os dois primos descendiam de velhos troncos brasileiros, fortalecidos por elementos portugueses de mais recente origem⁽²⁾.

Lorena ganha um nôvo lar

O Dr. Rodrigues e sua esposa passaram a residir numa casa modesta mas confortável, hoje desaparecida, situada na então rua da Princesa Imperial, depois denominada rua Quinze de Novembro, atual rua Dom Bosco, na setecentista cidade de Lorena⁽³⁾.

Ali nasceu, a 11 de novembro de 1868, *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, nosso biografado.

Antes de completar um mês de idade, no dia 8 de dezembro, recebeu êle as águas do batismo na capela de Nossa Senhora Aparecida, hoje Basílica Nacional, já então movi-

(2) Cf. RODRIGUES (Dr. Antônio da Gama) — *A Viscondessa de Castro Lima e a sua descendência*, em *Revista Genealógica Brasileira*, n.º 1, São Paulo, 1940; *Os Azevedos, de Lorena*, em *Revista Genealógica Brasileira*, n.ºs 2 e 3, São Paulo, 1941; e *O Conde de Moreira Lima*, vol. 2 da *Biblioteca Genealógica Brasileira*, ed. do Instituto Genealógico Brasileiro, São Paulo, 1924.

(3) Cf. AZEVEDO (Aroldo de) — *Aspectos da Lorena Imperial* (Um esboço de geografia urbana retrospectiva), Emp. Gráfica da "Revista dos Tribunais", São Paulo, 1954; RODRIGUES (Antônio da Gama) — *Gens Lorenensis* (Do sertão de Guaipacaré à fornosa cidade de Lorena — 1646-1946), São Paulo, 1956; e MOTA SOBRINHO (Alves) — *A civilização do café* (1820-1920), Ed. Brasiliense, São Paulo, 1968.



Os pais de Arnolfo Azevedo

O Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo e Dona Eulália Moreira de Azevedo, ao iniciar-se a década de 1870.

mentado centro de peregrinações e palco de admiráveis milagres. De acôrdo com suas próprias palavras:

“Fui levado a batizar na Aparecida, com 28 dias, no colo de minha santa Mãe, numa viagem de três léguas a cavalo”.

Nesse ato litúrgico foi celebrante o vigário da paróquia, padre Manuel Benedito de Jesus, servindo de testemunhas, como padrinhos, os avós paternos — o coronel João José Rodrigues (que, para evitar confusões com um homônimo, passara a assinar-se João José Rodrigues Ferreira) e Dona Maria Leopoldina de Azevedo.

Arnolfo Azevedo foi o filho primogênito do casal. Depois, vieram mais três: *Odila* (1871-72), que faleceu com apenas 11 meses de idade; uma outra *Odila* (1873-1933), que passaria a adotar o nome de Odila Rodrigues, embora seu apelido — Fiúta — fôsse o preferido pela família e pelos lorenenses de sua época; e *Oswaldo* (1875-76), falecido com somente dois meses de idade.

A infância de Arnolfo Azevedo

Os dias de infância de nosso biografado coincidiram com o período áureo da vida pública de seu ilustre pai. De fato, em 1870, o Dr. Rodrigues de Azevedo viu-se eleito deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo e passou a ocupar a presidência da Câmara Municipal de Lorena, em cujo mandato — conforme suas próprias palavras — conseguiu dar à cidade natal “luz para os olhos do espírito em uma biblioteca, luz para os do corpo em uma iluminação pública”: na verdade, instalou em 1876 a Biblioteca Municipal de Lorena, da mesma forma que inaugurou os primeiros lampiões de querosene, melhoramento que considerou “senão o melhor das cidades centrais, ao menos igual ao das mais importantes cidades da Província, com exceção apenas de Santos e Campinas”.

Foi uma infância como a de outra qualquer criança, passada ora na cidade de Lorena, ora na fazenda paterna, onde os cafêzais se multiplicavam, mas eram mantidos, a duras penas, graças ao trabalho escravo.

Os estudos primários foram feitos em casa, certamente sob a direção de professores particulares. Aos 7 anos de idade, já sabia ler e escrever — de acordo com o próprio testemunho de Arnolfo Azevedo. Em 1880, antes de completar 12 anos, deixou sua assinatura, com letra bem desenvolvida, num livrinho, hoje sob nossa guarda — *Explicações de Português à Infância*, de FRANCISCO SILVEIRA D'ÁVILA PIMENTEL (Rio de Janeiro, 1874).

Todavia, quando completou 13 anos, uma desagradável perspectiva surgiu-lhe pela frente: era preciso estudar os *preparatórios* e a cidade de Lorena não dispunha de nenhum estabelecimento de ensino secundário.

A solução foi logo encontrada: Arnolfo Azevedo iria estudar na capital paulista; e — o que era muito pior para ele — em regime de internato.

No Colégio Moretz Sohn

Foi assim que, ao iniciar-se o ano letivo de 1882, nosso biografado conheceu a cidade de São Paulo, já então “a metrópole do café” ou “a capital dos fazendeiros”⁽⁴⁾; e ingres-

(4) Cf. AZEVEDO (Aroldo de) — *São Paulo: da vila quinhentista à metrópole regional*, em *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 39, São Paulo, outubro de 1961.

sou, como aluno interno, no casarão do *Colégio Moretz Sohn*, dirigido pelo Dr. Francisco Xavier Moretz Sohn e localizado no antigo Palácio Episcopal, à então rua do Senador Florêncio, atual Florêncio de Abreu.

O choque, por êle sofrido, deve ter sido tremendo, pois era um menino acostumado aos carinhos da família (onde à austeridade do Dr. Rodrigues se antepunha a infinita bondade de Dona Eulália), habituado à liberdade de movimentos, tendo sempre vivido no círculo restrito dos meninos de sua pequena cidade natal ou da fazenda. Tinha, porém, um consôlo: passava os fins-de-semana em casa de sua tia materna, Dona Angelina Moreira de Azevedo, viúva do coronel José Vicente de Azevedo, a cujos filhos, seus primos-irmãos, o ligavam fortes laços de amizade: Francisco de Paula Vicente de Azevedo (futuro Barão da Bocaina), José Vicente de Azevedo (futuro conde papalino) e Pedro Vicente de Azevedo Sobrinho.

Foi por essa época que nasceu o *musicista*: em outubro de 1882, Arnolfo Azevedo, com 14 anos incompletos, tinha já composto uma polca e desejava imprimi-la. É que adorava a música e a ela se vinha dedicando, mesmo sem conhecer os segredos da "artinha" musical. No mês de dezembro viu realizado seu sonho, por êle próprio relatado em carta à sua avó paterna:

"Eu fui feliz com minha polca, porque achei já quem comprasse. Levei 20 exemplares em casa do Levy, e nem bem o filho dêle acabou de tocar, entrou uma família e comprou dois exemplares a 1\$000 cada um".

Era sua primeira vitória como compositor, obtida na *Casa Levy*, de propriedade de H. L. Levy e estabelecida à rua da Imperatriz (atual Quinze de Novembro), n.º 34, na capital paulista, onde havia sempre um completo sortimento de instrumentos musicais importados da Europa e se vendiam músicas nacionais e estrangeiras — conforme anúncio inserto no *Almanaque da Província de São Paulo*, de Assis MOURA (1883).

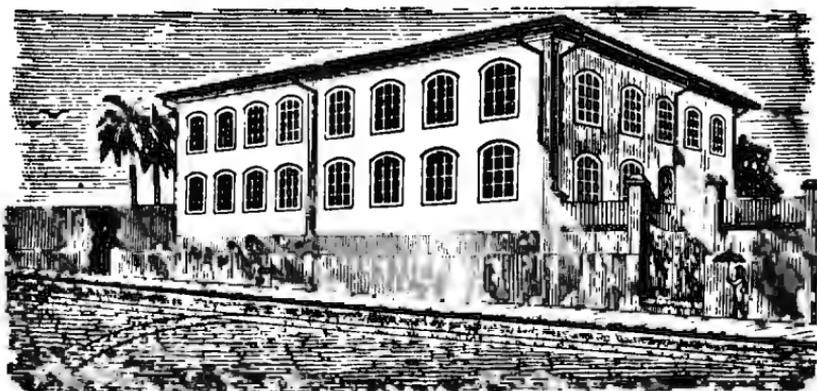
De Lorena, porém, o Dr. Rodrigues estava muito preocupado com os exames do fim do ano, com a péssima caligrafia do filho, recomendando-lhe que se dedicasse "ao estudo com vontade de saber", porque não era "tão criança, que seja preciso forçar-se ao estudo". E tinha razão: se Arnolfo Azevedo foi aprovado "plenamente" em Português, viu-se solenemente reprovado em Aritmética...

O adolescente rebelde

Em janeiro de 1883, andou preocupado com a carreira a seguir, se a de engenheiro, se a de advogado ou de médico; e concluiu, numa carta: “Eu acho que a melhor carreira que eu posso seguir é Medicina”... Mal poderia imaginar que, formado em Direito, destacar-se-ia como político e jurista. Nos exames de segunda época, conseguiu, afinal, ser aprovado em Aritmética; mas... com nota “simplesmente”...

Esse ano de 1883 foi bastante difícil para nosso biografado: à pouca disposição de ajustar-se à vida do internato e às suas aspirações artísticas veio acrescentar-se a idade perigosa da puberdade.

Sucederam-se, num crescendo alarmante, os choques com a autoridade paterna. Em carta datada de Lorena, a 11 de abril, o Dr. Rodrigues foi categórico, por vêzes rude em demasia:



COLLEGIO MORETZ SOHN

SÃO PAULO
RUA DO SENADOR FLORENCIO
CHIACARA
ANTIGO PALACIO EPISCOPAL

(Gravura reproduzida do *Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Provincia de São Paulo para o anno bissexto de 1884*, editado por FRANCISCO INÁCIO XAVIER DE ASSIS MOURA, São Paulo, 1883).

“Não julguei que V. fôsse tão criança, como deu mostras. A sua entrada para o Colégio foi resolvida de acôrdo consigo; portanto, quer tenha coragem, quer não, há de ficar interno. O Sr. (*sic*) não é melhor do que eu e todos os seus parentes, que estivemos em colégio; e, como nós, aí estão muitos outros.

Deixe-se de andar fazendo figura de quem tem pouco juízo, o que só serve para me incomodar e a sua Mãe. Espero, pois, que se recolha ao Colégio, como é de seu dever, sob pena de ser levado para o Colégio de Itu, imediatamente.

Se eu visse que no Colégio Moretz Sohn não estaria bem, eu mesmo procuraria outra acomodação, porque, como Pai, zelo mais por sua pessoa do que V. mesmo; porém, não vendo motivo algum para essa repugnância sua, quando já conhece o pessoal e o Colégio, é de estranhar que escreva cartas, como a que escreveu.

Faça-me o favor de procurar fazer-se gente, e gente de critério e de bem; lembre-se que ando doente, que posso morrer de uma hora para outra, e que o Sr. não deve me amofinar, enquanto eu vivo e cuido de sua educação e futuro. Se mais tarde as circunstâncias permitirem, será então pensionista; porém, por enquanto, é interno.

Se no Colégio há bandalheiras, não se meta nelas, que é seu dever e é a educação que recebeu. Se quiserem envolver a Você nelas, queixe-se ao Diretor, que, estou certo, fará êle com que se respeite a moralidade.

Enfim — estude, comporte-se bem e faça-se ajuizado, se quiser merecer a estima de seus Pais e de todos os homens sérios”.

Convém lembrar que o destinatário desta carta tinha exatamente 14 anos e meio de idade e andava às voltas com certas “bandalheiras”, que nos levam a pensar nas páginas imortais de *O Ateneu*, de RAUL POMPÉIA.

Apesar da enérgica reprimenda paterna, Arnolfo Azevedo continuou freqüentando o Colégio, mas dormindo em casa de sua tia. E novas cartas recebeu de Lorena, cada vez mais violentas, até que, a 28 de maio, veio o “tiro” final:

“Já lhe disse que se recolhesse ao Colégio; que não tem propósito e nem razão a sua estada fora, principalmente não estando aí seus parentes; e o Senhor (*sic*) não faz conta do que lhe digo!!! Tenha brio e faça aquilo que eu mando, que é dever dos filhos”.

A “batalha” chegara a seu fim... Após quase dois meses de insubordinação, o filho rebelde submeteu-se à autoridade paterna; e retornou ao internato. No fim do ano, viu-se aprovado “plenamente” em Francês; e, em março de 1884, em Geometria, embora com nota “simplesmente”.

Mas a luta produzira seus frutos: a partir do ano letivo de 1884 foi transferido para a cidade do Rio de Janeiro, passando a morar com sua tia paterna — Dona Adelina Rodri-

gues da Ponte Ribeiro, cujo marido — Dr. Henrique da Ponte Ribeiro dirigia o “Asilo da Mendicidade”, situado à Avenida do Mangue, onde tinha residência.

No Colégio Menezes Vieira

Passando a residir no Rio de Janeiro, Arnolfo Azevedo foi matriculado no *Colégio Menezes Vieira*, localizado à rua dos Inválidos, n.º 26, cujos proprietários — o Dr. Menezes Vieira e sua esposa — eram reputados educadores e haviam chegado recentemente de uma viagem à Europa.

De Lorena, o Dr. Rodrigues e Dona Eulália não se cansavam de enviar conselhos, no sentido de que estudasse muito, para ter a consideração dos mestres e recuperar o tempo perdido; de que se comportasse bem, “para assim não dar desgostos a seus Pais e ser sempre considerado na sociedade”.

“Estude bastante, é só o que eu te peço, porque é muito triste quem não sabe; estude e seja homem de bem” (*Dona Eulália*, em 28-X-1884).

“Cada vez mais me convenço de que o estudo é necessário ao homem que vive em sociedade, e a melhor riqueza que pode possuir alguém são os conhecimentos. Estude, pois, e muito, se quiseses mais tarde gozar d’alguma consideração social” (*Dr. Rodrigues*, em 29-X-1884).

Assim eram os pais de Arnolfo Azevedo.

Em novembro de 84 teve autorização para alugar um piano, à razão de 10\$000 por mês; todavia, não bastava estudar só piano, era preciso conhecer tudo o mais, “porque a coisa melhor que há no mundo é saber — é melhor ainda que o dinheiro” — recomendava Dona Eulália.

Foi por essa época, que nosso biografado viu-se escolhido por seus colegas como redator-chefe de um jornal escolar e começou a publicar suas primeiras poesias num jornal lore-nense — *O Semanário*, o qual, depois de estampá-las, mandava a conta para o Dr. Rodrigues pagar. . . E Dona Eulália, aflita, tratou de pagá-la às escondidas, para que o Dr. Rodrigues não viesse a se aborrecer.

O ano de 1885 foi cheio de amarguras para o pai de Arnolfo Azevedo: sua saúde tornara-se mais precária (sofria de uma afecção pulmonar), tivera um prejuízo de 45 contos de réis (o que o obrigara a transferir-se para a fazenda) e entrou num rigoroso regime de economia.

Como é de se esperar, esta última decisão refletiu-se na vida do estudante de preparatórios. Foi-lhe negada autorização para a compra de um piano por 300\$000; logo a seguir, o aluguel de outro, porque, para tocar de ouvido, não valia a pena. E os professôres particulares também receberam a sua lambada:

"Onde se viu 50\$000 por mês por uma só aula?! É o cúmulo do desafôro. Acreditam que temos fábrica de dinheiro: pois enganam-se; aqui apanha-se sol e chuva para poder ganhar com que sustentar-se o nome limpo que se tem".

Para maior aflicção dos pais, nosso biografado apanhou febre amarela, em fins de março de 1885 !

Mas o tema central, o grande tema das cartas procedentes de Lorena continuou sendo os *estudos*. A bondosa Dona Eulália chegou a prometer-lhe um cavalo, "um potro branco", que Dr. Rodrigues tinha mandado amansar... e lhe informou que não precisava pedir para que ela rezasse, porque já vinha fazendo isso todos os dias e tinha fé em que seria ouvida em suas orações.

"Deus te há de proteger sempre e te fazer feliz. Hás de ser a minha glória e o meu prazer neste mundo" (24-X-1885).

De seu lado, o Dr. Rodrigues não lhe dava tréguas: qual a vantagem em fazer exame de matérias em que não estava preparado? "Acontecerá ficar formado em qualquer coisa, porém sempre ignorante"; e se viesse a ser reprovado? "Não quero que passe por êsse vexame, que chega até mim".

Graças a êsse fogo cerrado, novas matérias foram vencidas: Geografia, História e Inglês, tôdas com aprovação "plena" — o que serve para demonstrar que o jovem lorenense não era tão mau estudante.

Em janeiro de 1886, violento surto de febre amarela assolou novamente a cidade do Rio de Janeiro. O Dr. Rodrigues logo pensou em fazer voltar o filho para São Paulo. Mas Arnolfo Azevedo, já então com 17 anos, não concordou com a idéia, escrevendo uma carta em que demonstra maturidade de espírito, a par do respeito que votava à autoridade paterna. Já tivera a doença, estando pois vacinado; iria perder tempo, andando de cá para lá, e justamente quando estava "indo muito bem" nos estudos; não gostaria de voltar à capital paulista, porque nela deixara fama de vadio, ao contrário do

que acontecia no Rio de Janeiro, onde tinha muito bom professor.

“Não acho, pois, necessário eu ir; mas se o Sr. quiser mesmo, depois do que eu lhe expus, eu irei, mas não por minha vontade” (27-I-1886).

Já era um homem o rapaz que assim se expressava. E o pai austero, três dias depois, escrevia-lhe, concordando em que não havia mesmo necessidade de sua volta para São Paulo. Os tempos haviam mudado. . .

Os últimos preparatórios

Por essa época, Arnolfo Azevedo recebia mensalmente a quantia de 100\$000; todavia, em caso de necessidade, o Dr. Ponte Ribeiro tinha autorização para lhe dar, cada domingo, 8\$000.

Mas isso era pouco. Em conseqüência, Dona Eulália passou a remeter-lhe, pelo correio, de quando em vez, um “suplemento”: em geral, 5 ou 10 mil réis. . . e ficou assentado que a vaca, que lhe pertencia, seria vendida por 35\$000.

Além de dinheiro, recebia notícias da terra natal: naquele ano, deixara de ser festejada a Semana Santa, tornando a cidade ainda mais triste; o encerramento do mês de Maria fôra grandioso; em outubro, o Imperador e a Imperatriz estiveram em visita a Lorena; em novembro, o Engenho Central pusera a funcionar regularmente a primeira e única linha de bondes que já teve a cidade.

No entanto, os *estudos* estavam sempre em pauta. Por ocasião do Carnaval (fevereiro de 86), o Dr. Rodrigues chamou-o severamente à ordem, porque o filho pretendia brincar de entrudo: tratava-se de uma fonte de doenças e de gastos inúteis; era preciso estudar.

“Cuide de estudar e não se ponha a gastar dinheiro inútilmente, não só porque é mau hábito, como porque custo a tê-lo para as coisas mais necessárias, e sabe Deus de quanta coisa nos privamos para não faltar-nos o necessário; e não é justo que V. esteja aí pondo fora em coisas que só podem fazer mal.

.....
Lembre-se de que eu não posso com as despesas que tenho, que sou doente, que estou devendo e não sei quando poderei ficar livre dessas dívidas, e que nem ao menos posso me dedicar com afinco ao trabalho para ganhar o preciso.

Oito de Dezembro

MARCHA TRIUMPHAL

Offerecida ao Sr D^o. MENEZES VIEIRA

Pelo alumno ARNOLFO AZEVEDO

Introdução.

Andante.

The musical score is presented in five systems, each with a treble and bass staff. The first system is labeled 'Introdução.' and the third system is labeled 'Andante.' The music is written in a key with two flats (B-flat and E-flat) and a common time signature (C). The notation includes various rhythmic patterns, including eighth and sixteenth notes, and rests. The bass line often features a steady eighth-note accompaniment, while the treble line has more complex rhythmic figures.

Demais, na sua idade, quando pode um homem dedicar-se ao estudo com afinco, deve fazê-lo, não só porque é isso dever seu, como porque só lhe pode ser útil o esforço que fizer para conseguir maior trabalho intelectual. Para descanso foi que se inventaram as férias e V. as teve em demasia. Deixe-se, pois, de pensar em entrudo e festas".

Em novembro de 1886, uma portaria governamental determinou que o exame de Latim deveria preceder os de Filosofia e de Retórica. Ora, Arnolfo Azevedo — deixando de ouvir os conselhos paternos — preparara-se nestas últimas matérias, deixando de lado o Latim. E agora?

Nosso biografado apelou para Dona Eulália, pedindo-lhe que obtivesse do Dr. Rodrigues uma carta de recomendação a algum amigo influente, dos que residiam na Côrte...

O pai rigoroso e austero ficou num dilema difícil, entre a rigidez de suas convicções e o futuro do filho, que tanto amava e era sua grande esperança. Mas acabou por ceder, remetendo-lhe duas cartas, uma das quais (como o Destino tem seus caprichos!) era endereçada ao Dr. Inácio Cochrane, antigo colega na Assembléia Provincial, na época deputado à Câmara do Império, como um dos representantes de São Paulo⁽⁵⁾. Quando poderia imaginar que o destinatário, cinco anos depois, tornar-se-ia sogro do jovem estudante de preparatórios? ...

Remeteu as cartas de recomendação. Mas não perdeu a oportunidade de dizer mais algumas boas verdades:

"Enfim, o que fôr soará; e me admiro que se dizendo tão forte, como tem mostrado em suas cartas à sua Mãe, até censurando a quem não devia censurar e chamando-o de fraco, esteja agora se mostrando ainda mais fraco do que aquêle a quem censuraste, e que nunca se acobardou diante de dificuldades escolares. São coisas do mundo" (16-XI-1886).

Que homem de fibra êsse Dr. Rodrigues de Azevedo! Em tôda essa fase de formação da personalidade do filho, sua atuação leva-nos a pensar nos lapidários de diamantes brutos, a destruir-lhes as arestas, a burilá-los sem cessar e infatigavelmente, com um único objetivo: obter o mais perfeito dos brilhantes.

Na realidade, porém, Arnolfo Azevedo não era um mau aluno. Gozava de boa reputação no colégio e, especialmente, da amizade quase paternal do Dr. Menezes Vieira. E nesse

(5) Cf. AZEVEDO (Aroldo de) — *Cochranes do Brasil* (A vida e a obra de Thomas Cochrane e Ignacio Cochrane), vol. 327 da coleção "Brasíliana", Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1965.

mesmo ano de 1886 compôs um hino, intitulado *Oito de Dezembro*, que apareceu impresso, com a indicação — “Marcha triunfal oferecida ao Sr. Dr. Menezes Vieira pelo aluno ARNOLFO AZEVEDO” —, e foi reproduzido num livrinho — *Cânticos infantis das Escolas e Famílias*, editado pela Livraria Francisco Alves e largamente utilizado nas escolas primárias do país.

Continuava a dedicar-se à Música, da mesma forma que dava os primeiros e incertos passos no terreno da Literatura, quer produzindo algumas petulantes “análises literárias”, quer fazendo algumas poesias (de evidente mau gosto...), que jornais da cidade natal publicavam. Uma delas traz a data de outubro de 1886 e foi dedicada *A môça do sobrado*. Quem seria?...

No entanto, a exemplo das velhas estórias, tudo acabou bem, nessa fase tumultuosa da adolescência de Arnolfo Azevedo: em fevereiro de 1887, foi aprovado “plenamente” em Latim, em Filosofia, e em Retórica e Poética. Terminara seus exames de preparatórios e estava apto a matricular-se no 1.º ano da Academia de Direito de São Paulo. Vencera uma dura etapa de sua vida. Tinha, então, pouco mais de 18 anos de idade.

Com sua habitual rigidez e nada pródigo em expansões de afeto, em carta datada de 4 de fevereiro, assim se referiu o Dr. Rodrigues à aprovação no exame de Latim: “Dou-lhe parabéns pelo resultado do seu exame; mas não se fie em estudos superficiais de tôdas as matérias”⁽⁶⁾.

Que homem extraordinário!

Na Academia de Direito

No íntimo, o Dr. Rodrigues deveria estar profundamente feliz em março de 1887; e, através de requerimento escrito pelo próprio punho, matriculou o filho no 1.º ano da Academia de Direito de São Paulo, onde se diplomara em 1861.

Era então seu diretor o conselheiro André Augusto de Pádua Fleury e do *corpo docente* faziam parte os Drs. José Maria de Sá e Benevides, Francisco Antônio Dutra Rodrigues, Leôncio de Carvalho, cônego João Jacinto Gonçalves de An-

(6) O estudo pormenorizado dessa fase da vida de nosso biografado encontra-se em: AZEVEDO (Aroldo de) — *Arnolfo Azevedo: infância e adolescência 1868-1887*, 62 pp., Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1962.

drade, Clemente Falcão de Sousa Filho, Vicente Mamede de Freitas, Joaquim de Almeida Leite de Moraes, Francisco Justino Gonçalves de Andrade, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (o Môço), João Monteiro, Joaquim José Vieira de Carvalho e José Rubino de Oliveira⁽⁷⁾ — alguns deles encanecidos nas cátedras, outros mal iniciando suas carreiras no magistério superior.

Os *calouros* de 1887, primeiranistas como Arnolfo Azevedo, eram em número de 76, entre eles figurando Abelardo César, Antônio Calmon, Auto Fortes, Carlos Guimarães, José Artur Boiteux e o que se tornaria o mais ilustre de todos — Afrânio de Melo Franco, embora aparecesse sob o extravagante nome de Afrânio Camorim Jacaúna d'Otingi.

Entre os *veteranos*, contemporâneos de nosso biografado, inúmeros haveriam de destacar-se no panorama cultural brasileiro, em particular na vida pública e no cenário político. Matriculados no 2.º ano encontravam-se: Vencesláu Brás, Delfim Moreira, Alfredo Pujol, Estêvão Lôbo, Rocha Pombo, Escragnolle Dória, Moraes Sarmiento, Cardoso de Almeida, Joaquim Celidônio, Sampaio Viana, Freitas Vale, Plínio Casado, Martim Francisco (III). No 3.º ano: Afonso Arinos, Paulo Prado, Carlos Peixoto Filho, Herculano de Freitas, Otávio Mendes, João Luís Alves, Henrique Borges Monteiro, Pereira de Queiroz, Herculano de Carvalho, Horácio Sabino, Camilo Soares, Edmundo da Veiga, Antônio Martins Fontes Júnior, Emiliano Pernetá, Mata Machado. No 4.º ano: Astolfo Dutra, Augusto de Alencar, Artur Ribeiro, Rocha Azevedo, Gonçalves Maia, Francisco Morato. E, no 5.º ano: Carlos de Campos, Rivadávia Correia, Aaulfo de Paiva, José Martins Fontes Júnior, Paulino Soares de Sousa Júnior, Nabuco de Abreu, Frederico Steidel, Delfim Carlos, Urbano Marcondes, Vítor Airosa⁽⁸⁾.

Essa era a geração acadêmica que viveria os dias finais da campanha abolicionista e do Império, como acompanharia os primeiros e incertos passos da República. Dela saíriam estadistas e parlamentares responsáveis pelo destino do país.

Vivia a velha Academia alguns de seus momentos de maior glória, envolvida nas campanhas pela abolição da escravatura

(7) Cf. VAMPRÉ (Spencer) — *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, vol. II, pp. 508-509, Liv. Acadêmica, São Paulo, 1924.

(8) Cf. *Lista Geral dos Estudantes Matriculados nas Aulas da Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1887*, Tip. do "Correio Paulistano", São Paulo, 1887.

e pela implantação do regime republicano. Daí a perturbação na vida escolar, que exigiu severas medidas da parte da Congregação e levou PEDRO LESSA a escrever um relatório, que muito tem de dramático. Para o mestre, não se registrava nenhum progresso no ensino; com raras exceções, os estudantes ali estavam apenas para conquistar um diploma, nada esperando de seus méritos, confiando somente no nepotismo e na proteção política (9).

Foi essa Academia de Direito que acolheu, em 1887, Arnolfo Azevedo. Evidentemente, pelo pouco amor aos estudos e por andar às voltas com as musas, não poderia êle fazer parte da minoria a que se referira Pedro Lessa. Mas — justiça lhe seja feita — também não se incluía entre os caçadores de diploma. É que o eminente mestre esqueceu-se de que existia um terceiro grupo: o dos que preferiam entregar-se aos devaneios da Poesia e da Música, ao invés de se entregarem exclusivamente ao manuseio dos massudos livros do Direito.

Tudo indica que nosso biografado incluía-se dentro dessa terceira categoria de estudantes, como modesto representante daquela que, talvez, tivesse sido a derradeira geração romântica a passar pelas Arcadas. Como acadêmico, não conquistou laureis nem deixou marcas de sua passagem. Nem por isso foi um aluno medíocre: viu-se aprovado “plenamente” nos exames finais, com uma única exceção — nos do 3.º ano. E essa exceção é facilmente explicável, porque, em 1889 (quando o cursou), registraram-se alguns acontecimentos perturbadores: em meados de janeiro, veio a falecer o Dr. Rodrigues, o que o obrigou a assumir as obrigações de chefe da família, único filho varão que era; apaixonou-se perdidamente por aquela que viria a ser sua espôsa; e entusiasmou-se com a proclamação da República e com os fatos que se lhe sucederam, porque (apesar de filho de um titular do Império) era um republicano convicto.

O acadêmico Arnolfo Azevedo

As cartas que possuímos, referentes aos anos de 1887 e 1888, denotam que Arnolfo Azevedo era um môço um tanto despreocupado com o futuro, cioso de seus dotes físicos e de suas qualidades artísticas, na exuberância de seus 19 ou 20 anos. As fotografias atestam que era um rapaz alto e robusto,

(9) Cf. VAMPRÉ (Spencer) — obra cit., vol. II, pp. 517-518.

extremamente simpático e atraente, o rosto escanhado, um discreto bigode, a par de negra e densa cabeleira.

Do pai herdara os dotes de inteligência, a elegância nas maneiras, o apuro no trajar. De Dona Eulália, a alma de artista: tocava piano com desembaraço (embora de ouvido); compunha músicas — polcas e valsas, que a todos agradavam e enchiam de enlévo as môças de seu tempo; escrevia contos, impregnados de romantismo, mas, principalmente, versos repletos de lirismo. Por isso tudo tornou-se figura muito apreciada nos salões da Paulicéia, ao fim do Império e nos albores da República. Escrevendo em junho de 1889, num caderno íntimo, confessou êle próprio: “Três *M* amo no mundo: Môças, Música e... Mamãe”.

Se, na adolescência, o tema central das cartas referia-se aos estudos, nas de 1888 são as *despesas excessivas* — o que não é para estranhar, depois do que atrás ficou dito. De Lorena, mostrava-se inconformado o Dr. Rodrigues, lembrando ao filho que, no ano anterior, despendera 2 contos de réis, embora tivesse casa e comida de graça; que não mais enviasse recados pedindo dinheiro, pois os pais não poderiam ser meros cumpridores de seus desejos ou ordens; que tratasse de conhecer o seu lugar e cumprir seus deveres, para que pudesse ser estimado; que, através de sacrifícios e contrariedades, tudo estava sendo feito para suavizar-lhe a existência; e que, se mais não era feito, era porque as circunstâncias não permitiam e não desejavam “estragá-lo” (2-I-1888). Como sempre, uma carta dura. Para contrabalançar, porém, Dona Eulália aparecia, tal como se fôra um algodão entre cristais: mandava, sempre que podia e às escondidas, uns “cobrinhos”, através de portadores de confiança e até de mistura com jabuticabas...

De São Paulo, as razões apresentadas por Arnolfo Azevedo pareciam ponderáveis: comprara um chapéu nôvo, precisava de um par de botinas, tinha de preparar-se para a cerimônia de um casamento, necessitava dar presentes a colegas que se formavam, pretendia (caso fôsse aprovado nos exames) oferecer a um professor seus compêndios luxuosamente encadernados...

Com data de 15 de novembro de 1888, nosso biografado escreveu uma carta, em que aparece êste trecho muito expressivo:

“Tive a felicidade de ver correspondidos os meus esforços e de poder assim dar-lhe a satisfação de me ver por duas vêzes bem sucedido nos meus estudos. Não tanto por mim, como pelo desejo que tinha de dar-lhe

Offerida ao seu primo GETULIO BRAGA

AO NOVO MUNDO

POLKA

POR

ARNOLFO RODRIGUES DE AZEVEDO

PIANO

*
cantando

êsse prazer, me esforcei sempre para alcançar o plenamente e continuarei a proceder assim, porque não quero que, por desleixo meu, o senhor tenha o desgosto de me ver simplificado ou reprovado. Assim Deus me ajude, pois se alguns dissabores lhes tenho causado, é absolutamente contra a minha vontade".

Para o austero e combalido Dr. Rodrigues, esta carta constituiu um prêmio e um grande bálsamo, suficientes para dissipar mágoas passadas ou temores futuros. Demonstra a maturidade do acadêmico de Direito, a redenção de um filho, que a idade fez errar algumas vezes. Parece-nos inspirada por Deus, porque o pai que a recebeu não teria mais do que dois meses de vida.

De fato, agraciado pelo Imperador com o título de *Barão de Santa Eulália* a 22 de novembro de 1888, o Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo fechou os olhos para sempre por volta de onze horas da noite do dia 15 de janeiro de 1889, em sua residência no Largo da Matriz, em Lorena. Tinha 50 anos completos e recebeu as homenagens que merecia, como chefe do Partido Conservador, antigo deputado provincial, advogado de renome, fazendeiro de café, um dos vice-presidentes da Província de São Paulo⁽¹⁰⁾.

No ocaso de uma existência repleta de fadigas, a carta que Arnolfo Azevedo lhe enviara significou verdadeira mensagem de paz e de alegria. O lapidário cumprira, com absoluto êxito, sua carinhosa missão: o brilhante estava pronto e acabado, após tantos anos de árduo labor. Podia morrer tranquilo: cinzelara a personalidade moral do filho, preparando-o para grandes destinos.

Termina o curso acadêmico

Com o falecimento do pai, Arnolfo Azevedo assumiu a direção da família e passou a conhecer, de perto, a precária situação financeira, resultante da decadência em que se encontrava a fazenda, sobretudo depois da libertação dos escravos, a exemplo do que sucedia com tantas outras do Vale do Paraíba. Ao que parece, porém, conseguiu pôr em ordem os negócios e já em 1890 gozava de maiores facilidades pecuniárias; chegou, mesmo, como estudante de Direito, a dar-se ao luxo de possuir sua própria carruagem, contratando os servi-

(10) Cf. *O Santelmo*, de Lorena, em 20 de janeiro de 1889.



Arnolfo Azevedo, bacharelado em Direito

A fotografia traz a data de junho de 1891, quando tinha 22 anos e meio de idade. Em setembro, recebeu o diploma de bacharel em Direito; em 10 de outubro, casou-se com Dona Dulce Cochrane (Foto Henschel, São Paulo).

ços de um jovem cocheiro italiano — *Ernesto Breviglieri*, que antes trabalhara com o Dr. Elias Chaves e que acabou por acompanhá-lo por tôda a longa carreira de político e parlamentar, num admirável exemplo de dedicação, respeito e honestidade, terminando seus dias como popular contínuo da Câmara Federal.

Em 1891, nosso biografado terminou seu curso de Direito. Na velha Academia, encontravam-se novos futuros valôres. No

1.º ano, entre outros: Afonso Camargo, Alfredo Russell, Alfredo Valadao, Valdomiro Silveira, Veríssimo de Melo, Pinto Lima, Gabriel Ribeiro dos Santos, Francisco Valadares, Antônio Carlos e Erasmo de Assunção, Teófilo de Andrade. No 2.º ano: Paulo de Lacerda, Frederico Russell, Plínio de Godói, Barros Penteado, Jerônimo Monteiro, Artur Whitacker, Sérgio de Oliveira. No 3.º ano: Américo de Campos, José Bonifácio, Malta Cardoso, Ribeiro Junqueira, José Maria Lisboa, Alberto Sarmento, Magalhães de Azeredo, Galeão Carvalhal, Ferreira Braga. No 4.º ano: Abelardo César, Antônio Carlos, Passos de Miranda, Astolfo de Resende, Eduardo Badaró, Gabriel de Resende, Laurindo Minhoto, Cândido Mota, Ulpiano de Sousa, Sá Freire, Reinaldo Porchat, Carvalho Mourão, Freitas Vale, Oscar de Almeida.

Dos que haviam ingressado na Faculdade, em 1887, juntamente com Arnolfo Azevedo, restavam matriculados no 5.º ano, em 1891, apenas 56, nesse número incluindo-se outros que não figuravam entre os primeiranistas daquele ano. Eis alguns dos *bacharelandos* de 1891: Afrânio de Melo Franco, Sá Peixoto, Sampaio Vidal, Auto Fortes, Sampaio Viana, Henrique Valga, Morais Sarmento, Pedro Moacir⁽¹¹⁾.

O decreto de 2 de janeiro de 1891, conhecido pelo nome de *Reforma Benjamin Constant*, reduziu o curso jurídico para apenas três anos e tornou possível a antecipação de exames para os alunos matriculados no 4.º e 5.º anos, que se considerassem habilitados a prestá-los. Arnolfo Azevedo tratou, imediatamente, de aproveitar-se dessa oportunidade, porque estava ansioso por tomar um rumo definitivo em sua vida, inclusive através do casamento.

No dia 26 de agosto de 1891, requereu a prestação de exames nas matérias do 5.º ano, vindo a obter aprovação. E, a 2 de setembro, nosso biografado e mais três colegas (Sampaio Viana, Sampaio Vidal e Costa Marques) solicitaram a colação de grau em bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais.

A 5 de setembro de 1891, Arnolfo Azevedo recebeu êsse grau, em cerimônia singela, na sala do diretor da Faculdade — o Barão de Ramalho, sem discursos nem festas. Vencera mais uma etapa de sua vida. Estava apto a dedicar-se à advocacia. Podia casar-se.

(11) Cf. *Lista Geral dos Estudantes Matriculados nas Aulas da Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1891*, Tip. da Comp. Industrial de São Paulo, 1891.

Outros acadêmicos também anteciparam sua formatura. Entre os diplomados em 1891, por isso mesmo, figuram nomes não incluídos, atrás, entre os bacharelados; é o caso de Washington Luís, Freitas Vale, Cândido Mota, Gabriel de Resende e Américo de Campos, por exemplo.

Artista por temperamento

Foi nesses cinco anos de Academia que o temperamento artístico de Arnolfo Azevedo manifestou-se em tôda sua plenitude, através de composições musicais e poéticas, a que se vinha dedicando desde a adolescência. Essa verdadeira vocação acabou por constituir um traço marcante de sua personalidade — marca que perdurou, anos em fora, até à velhice, com maior ou menor intensidade —, embora muito poucos tenham sido os que dela tomaram conhecimento.

Logo que se tornou acadêmico, brindou seus colegas com uma polca para piano, intitulada *Seu Calouro*, que foi impressa sem indicação da autoria e com um simples esclarecimento: "Oferecida aos colegas de 1887, por um Calouro".

Provavelmente dessa fase são outras músicas, também impressas e já com seu nome: *Herminia*, valsa; *Cabelos Louros*, valsa; e *Oh! que primo!*, polca.

Inúmeras, porém, são as composições simplesmente manuscritas, que constam dos arquivos da família: *Valsa para piano*; *Sem pretensão*, quarteto em ré-maior para flauta, violoncelo, concertina (ou violino) e piano; *Ave-Maria*; *Entre dois tragos...*, cançoneta; *Dulcita*, mazurca; *La Soledad*, noturnino; *Mirinha*, polca; *Dou-lhe o resto*, polca; *Siempre*, mazurca; *Criançada*, "schottisch"; *Por que não?*, tango; *De ponta a ponta*, tango; *Viver sonhando*, valsa.

E continuou compondo, já então em plena maturidade, particularmente músicas sacras — *Ladainhas de Nossa Senhora*, *Ave-Maria*, *Salve Maria*, *Tota Pulchra*, *Eia Mater*, *Novena de Natal*, *Glória*, *Cantos da Verónica* —, muitas delas cantadas na Matriz de Lorena e na capela de sua fazenda.

A 11 de novembro de 1938, ao completar 70 anos, Arnolfo Azevedo recebeu das mãos de seus filhos um *Album* manuscrito, em que constam 42 composições musicais de sua autoria. Testemunham essa faceta quase ignorada de sua personalidade: o musicista.

Mas as letras também o atraíam. E, a partir de agosto de 1887, já então primeiranista de Direito, passou a colecionar suas produções literárias, num caderno a que deu o sugestivo título de — *Trabalhos da Exma. Srna. Dona Engenhoca*... Positivamente, não as levava a sério, pois o subtítulo esclarecia — “Coleção de asneiras de um pateta de água doce” e na última página aparece esta quadrinha:

“É ventura, grã ventura,
Quando lê-se um livro ruim,
Encontrar-se em gordas letras
A palavra-mor — o FIM!”

Datando do período de 1887-90, conseguimos reunir nada menos do que 58 trabalhos, entre contos e versos. Inúmeros foram publicados, pois os recortes de jornais lá estão a comprová-lo; mas não sabemos onde. Alguns em *O Patriota*, de Lorena, e no *Correio de Itu*.

Entre os contos figuram: *Não sei... não aprendi!*; *Amor*, em folhetim; *Uma história simples*; *Recordações*; *A ignorância*; *Os primos*, que se estendeu por 13 números sucessivos do jornal; *O meu sonho*; *A borboleta*. A respeito do primeiro conto, assim esclareceu o jornal que o publicou:

“LITERATURA

Nesta seção publicamos hoje um trabalho original de um môço que, por êste ensaio, patenteia inclinação para as letras.

O trabalho a que hoje damos publicidade é de um fundo todo moralizador; pois que mostra, em um estilo floreado e com correção gramatical, o mal, o peiuço e a desgraça que pode acontecer só pelo simples fato de uma pessoa não saber ler nem escrever.

A instrução é também um elemento de felicidade; e o autor dêste conto mostra a elevação de suas vistas e a grandeza de suas idéias.”

O conto foi publicado em agosto de 1887. Os conselhos do Dr. Rodrigues, tão martelados, bem depressa começavam a produzir seus frutos...

É curioso verificar-se que, durante algum tempo, manteve nosso biografado uma seção de charadas, sob o título — *Para matar o tempo*, e com o pseudônimo de *Iruama*. Era um passatempo que continuou a cultivar, no seio da família; e, especialmente na década de 1910-20, chegou a publicar muitas no

Nóvo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, que a Parceria Antônio Maria Pereira publicava em Lisboa, e sob pseudônimo, é claro. . .

Todavia, muito mais volumosa e expressiva foi a produção poética, que o *Correio de Itu*, certa vez, assim aplaudiu:

"*Arnolfo Azevedo*. — Damos, hoje, na página literária, uma bonita poesia do inteligente acadêmico Arnolfo Azevedo, que prometeu-nos mimosear amiudamente (*sic*) com suas produções literárias. Agradecidos".

Trazendo a data de 1887, possuímos 12 poesias, brejeiras algumas, estuantes de lirismo outras. Mas o ano mais fértil de toda sua existência foi o de 1888, pois nada menos de 34 poesias constam de nossos arquivos! Em sua maioria são profundamente líricas; outras, verdadeiramente trágicas; muitas, formando acrósticos, certamente oferecidos a moças pelas quais se apaixonara. Em 1889, o número reduziu-se a apenas 8. Em 1890, somente três. Em 1891, o poeta emudeceu.

Das 11 poesias, feitas em 1889-90, sete tiveram um só destino: Dulcita, sua futura espôsa.

Namôro e casamento

É bem possível que Arnolfo Azevedo tivesse visto pela primeira vez sua futura espôsa quando, estudante de preparatórios, subiu penosamente o morro de Paula Matos, na cidade do Rio de Janeiro, levando na mão aquela carta escrita por seu pai, em novembro de 1886, e endereçada ao deputado Inácio Cochrane, na esperança de obter uma recomendação junto a examinadores do Colégio Dom Pedro II.

Mas o que de positivo sabemos é que, em 1888, por ocasião das festas em honra de Nossa Senhora da Penha, na capital paulista, ambos se encontraram: Arnolfo Azevedo, com 20 anos incompletos; Dulcita, com 16 anos — menina e môça.

Já em maio de 1889, o acadêmico lorenense deu provas de que estava perdidamente apaixonado pela jovem, cujo verdadeiro nome era *Dulce Lina da Gama Cochrane*. Nascera na cidade de Santos, a 3 de maio de 1872, tendo sido o oitavo dos 12 filhos do Dr. Inácio Wallace da Gama Cochrane e de Dona Maria Luiza Vieira Barbosa. Aos seis anos, passara a residir na cidade de São Paulo; e, com nove anos (1881),



A "môça bonita"

Reprodução de um quadro a óleo atribuído ao pintor Almeida Júnior (não traz assinatura), retratando Dona Dulce Lina da Gama Cochrane (Dulcita), futura esposa de Arnolfo Azevedo, aos 18 anos de idade (1890).

transferira-se para o Rio de Janeiro, juntamente com a família, onde teve sua educação modelada em padrões ingleses, passando a frequentar, desde 1883, o afamado *Colégio Progresso*, localizado no bairro de Paula Matos. Tudo indica que foi aluna das mais distintas, pois os valiosos livros que recebeu como prêmios (e encontram-se sob nossa guarda), bem o testemunham. E chegou a prestar alguns exames perante o Colégio Dom Pedro II — o que, na época, nada tinha de comum.

Os olhos de *Dulcita* eram azuis, o rosto rosado, os cabelos castanho-alourados, fartos e ondulados. Retratos da época permitem afirmar que, em sua beleza sóbria, irradiava particular encanto, além de extraordinária simpatia, estampada na ternura de um olhar meigo e brando. A essas características, acrescentava-se a circunstância de apreciar a boa música, tocando com alma, em seu piano "Pleyel", músicas românticas, desde Chopin a Artur Napoleão. Nada faltava para conquistar o coração de Arnolfo Azevedo.

Num mesmo dia — 10 de maio de 1889 —, nosso biografado dedicou-lhe duas poesias, publicadas num jornal da época: *Não Sei* e *A Môça Bonita*. Citemos apenas esta última:

A MÔÇA BONITA

Quisera que a sorte me fôsse propícia
E desse-me a forma de um laço de fita.
Porque viveria beijando e abraçando
As tranças castanhas da Môça Bonita.

No *Pleyel* vibrante, que em sons se desmancha,
Sua mão delicada, ligeira, palpita.
Quisera que fôsse minh'alma o teclado
E eu fôsse o *Pleyel* da Môça Bonita.

As horas da noite, que ess'alma desfia
Em mil fantasias que sonha e medita,
Acaba pensando que tem a seu lado
O rosto rosado da Môça Bonita.

Gentis maripósas se queimam, se inflamam,
Na chama que alegre tremula, crepita,
Mas tôda a minh'alma de amôres se abrasa
Nos meigos olhares da Môça Bonita.

Criança nos modos, menina nos ditos,
As vèzes sisuda, às vèzes catita,
Mas sempre inocente, celeste, divino,
É o cândido seio da Môça Bonita.

Se as garras da morte meu corpo tomassem
E dessem-lhe asilo na campa bendita,
Quisera que est'alma tivesse por ninho
A rosa das faces da Mõça Bonita.

Em setembro de 1880, dedicou-lhe um acróstico, em que aparece a frase — *Dulcita é chique, um primor*. Em janeiro de 1890, um outro, mas oblíquo, onde se lê, com alguma dificuldade — *Dulcita*.

A conquista não foi fácil; e isto se depreende, com clareza, de um escrito datado de 17 de janeiro de 1890. Mas, nos últimos dias de fevereiro, tudo indica que a resistência havia cessado; e daí o curioso acróstico, em que os nomes de ambos aparecem entrelaçados: AdRuNIocLiFtOa — Arnolfo-Dulcita, com as letras intercaladas.

O noivado se fêz, afinal, cabendo ao Dr. Pedro Vicente de Azevedo — tio-avô de nosso biografado, figura de destaque na política do Império, antigo presidente de três províncias — a tarefa de fazer o pedido de casamento.

Já diplomado em Direito, Arnolfo Azevedo casou-se com Dona Dulce Lina da Gama Cochrane no dia 10 de outubro de 1891. A cerimônia teve lugar na igreja de Santa Efigênia, na capital paulista, por volta das 8 horas da noite. Em seguida, os pais da noiva ofereceram aos convidados “uma chávena de chá”, em sua residência, à rua dos Timbiras, n.º 11. E no dia seguinte, às 6 horas da manhã, o jovem casal embarcava no trem Expresso da “Central do Brasil”, com destino a Lorena (12).

Completava-se a personalidade de Arnolfo Azevedo. Uma nova e importante etapa ia ter início: a vida pública.

(12) O estudo pormenorizado dessa fase da vida de nosso biografado encontra-se em: AZEVEDO (Aroldo de) — *Arnolfo Azevedo, acadêmico de direito, 1887-1891*, 86 pp., Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1963.

Início da vida pública

Entrada na política. Primeira eleição, primeira vitória. Intendente Municipal. Anos agitados e difíceis. Na Câmara Estadual. O deputado estadual. Retira-se da vida pública. A vida em família. Numa antiga fazenda de café. Novos filhos. Vida de Fazenda.

Entrada na política

Ao chegar recém-casado à cidade de Lorena, em outubro de 1891, Arnolfo Azevedo tinha planos firmemente estabelecidos: abriria banca de advogado em sua terra natal e, talvez, viesse a associar-se ao escritório do Dr. Pedro Vicente de Azevedo, que se alheara da política e advogava na capital do Estado.

Tudo parecia indicar que, realmente, êsse era o melhor caminho. Em Lorena, poderia morar em casa de sua mãe, a Baronesa de Santa Eulália, cujos negócios vinha gerindo desde janeiro de 1889. No Solar materno, situado no Largo da Matriz, havia o que de melhor poderia aspirar um advogado recém-formado — a excelente biblioteca especializada, paciente e cuidadosamente composta por seu ilustre pai⁽¹⁾.

Mas... no dia 3 de novembro, veio a saber que graves acontecimentos se estavam desenrolando na capital da República; e, a seguir, com verdadeira estupefação, tomou conhecimento de que o marechal Deodoro da Fonseca, chefe da Nação, havia desfechado um *golpe d'Estado*, dissolvendo o Congresso Nacional.

Para um homem do temperamento de nosso biografado, romântico e impetuoso, às vésperas de completar 23 anos de idade, democrata e republicano convicto, mal saído da Aca-

(1) A relação das principais obras de Direito e de Economia Política da biblioteca do Barão de Santa Eulália figura em: AZEVEDO (Aroldo de) — *Arnolfo Azevedo, acadêmico de Direito*, pp. 72-78.

demia de Direito — o gesto do marechal-presidente significava verdadeiro sacrilégio.

Então era assim que a República iniciava sua primeira experiência constitucional? Qual o artigo da Lei Magna que concedia ao chefe da Nação o poder de dissolver o Congresso? Seria concebível rasgar-se, com tamanha sem-cerimônia, uma Constituição caprichosamente elaborada por legítimos representantes do povo? Uma Constituição que ainda não completara nove meses de existência?...

Para muitos, porém, o gesto violento e ditatorial nada tinha de extraordinário; era perfeitamente cabível, viria salvar o país à beira do abismo. E os jornais passaram a noticiar as adesões: senadores e deputados (era inacreditável!), oficiais do Exército e da Marinha, governadores — do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e... até de São Paulo! Era o máximo!

Arnolfo Azevedo não teve dúvidas. Deixou de lado seus planos e entrou, com decisão, na vida pública. Alistou-se imediatamente nas fileiras do *Partido Republicano Paulista* e passou a colaborar com a reação, que seus eminentes chefes encabeçaram em São Paulo.

Viu com alegria chegar o 23 de novembro, data em que o almirante Custódio de Melo obrigou o marechal Deodoro a renunciar à presidência da República. Pôs-se em febril atividade, promovendo ou auxiliando a deposição de Intendentes e outras autoridades municipais do Vale do Paraíba, que haviam apoiado a adesão do governador paulista, Dr. Américo Brasiliense. E só ficou sossegado quando, a 14 de dezembro de 1891, êsse governador entregou as rédeas da administração do Estado ao vice-governador, Dr. Cerqueira César.

O golpe d'Estado mudara completamente o rumo que nosso biografado havia traçado para si mesmo. Fê-lo admirador intransigente do marechal Floriano Peixoto, que assumira a presidência da República em consequência do contra-golpe de 23 de novembro. E lançou-o na vida política, dentro da qual haveria de permanecer, salvo curta interrupção (1899-1901), até os dias amargos de outubro de 1930.

Diante do entusiasmo e do dinamismo do jovem advogado lorenense, os chefes do Partido Republicano Paulista ofereceram a Arnolfo Azevedo um lugar na chapa que deveria concorrer às eleições para a Câmara Estadual, a realizarem-se em

fevereiro de 1892. Mas êle recusou a grande honra; e o fêz — segundo suas próprias palavras — “por não se julgar com serviços que a essa investidura lhe dessem direito”.

Era um escrúpulo sincero. Um ponto de vista que haveria de manter, anos em fora, e que, 26 anos depois, teve oportunidade de lembrar a parente próximo, querido como se fôra um filho, quando aspirou ocupar cargos eletivos na cidade de Lorena.

Os chefes do P.R.P. respeitaram o escrúpulo. Mas, demonstrando seu aprêço, ofereceram-lhe, pouco depois, o cargo de *Promotor Público* da comarca de Lorena. Não havia motivos para nova recusa; em abril de 1892 assumia a Promotoria de sua terra natal.

Todavia, era evidente que o Ministério Público não o seduzia, porque o germe da política o havia dominado para sempre. E não era de espantar que isso acontecesse. Político fôra seu pai, políticos haviam sido seus antepassados e parentes próximos. Passara todos os anos de sua vida no meio das agitações da política lorenense. Político haveria de ser.

Quatro meses depois, em agôsto de 1892, renunciou ao cargo de Promotor Público. Estava findo o rápido *intermezzo*.

Primeira eleição, primeira vitória

Assim agira, porque assumira a chefia da política local, como presidente do Diretório municipal do P.R.P., e resolvera disputar o cargo de vereador à Câmara Municipal de Lorena, no pleito que se iria realizar a 30 de agôsto.

Foi uma eleição disputadíssima, em que se defrontaram duas fôrças poderosas: de um lado, arremeteram-se os simpatizantes da Monarquia, remanescentes do extinto Partido Liberal, tendo à frente a figura dinâmica do Dr. *Teófilo Braga*, primo-irmão de nosso biografado, antigo deputado à Assembléia Provincial; de outro, o novel Partido Republicano Lorenense, que, de certa forma, representava o remanescente do também extinto Partido Conservador, cujo incontestado e derradeiro chefe fôra o Barão de Santa Eulália, pai de Arnolfo Azevedo.

Curioso! Em plena República, enfrentavam-se, ainda uma vez, os velhos partidos rivais e, através dêles, os descendentes do capitão-mor Manuel Pereira de Castro: os *Moreira*, liberais; os *Azevedo*, conservadores.

No desejo de evitar, de qualquer maneira, a ascensão do jovem primo republicano, o deputado Teófilo Braga lançou a candidatura à vereança de um nome querido e respeitabilíssimo na cidade — o *Conde de Moreira Lima*.

A notícia estourou como uma bomba nos arraiais republicanos: não somente pelo prestígio que gozava o ilustre titular do Império, mas porque era êle irmão da Baronesa de Santa Eulália e, portanto, tio de Arnolfo Azevedo! O golpe era simples: caso ambos fôssem eleitos, o mais moço seria obrigado a renunciar, pois, sendo parentes consangüíneos, ambos não poderiam sentar-se na mesma Câmara Municipal.

Nessa atmosfera eletrizante processaram-se as eleições municipais de 30 de agosto de 1892. E a vitória dos republicanos foi completa: conseguiram eleger a maioria dos vereadores, ao mesmo tempo que o Conde de Moreira Lima não logrou eleger-se.

O golpe falhara, mas velhas feridas reabriram-se. . .

Foi a primeira eleição disputada por nosso biografado. Sua vitória repercutiu intensamente através de todo o Vale do Paraíba e do próprio Estado. Daí por diante, sempre que lançou seu nome à escolha do eleitorado, jamais sofreu uma derrota nas urnas. Quer em pleitos municipais, através dos quais exerceu mandatos durante 24 anos. Quer em pleitos estaduais, vitorioso que foi nas duas eleições que disputou. Quer em pleitos federais, como deputado e senador da República, em virtude dos quais representou o Estado de São Paulo durante 27 anos ininterruptos (1903-30).

Intendente Municipal

Como acontecia noutras cidades do Estado, tudo estava por fazer em Lorena, no que se referia à administração municipal. Com o entusiasmo que o caracterizava e com o prestígio político de que dispunha, Arnolfo Azevedo pôs-se a trabalhar inteusamente.

Elaborou o *Regimento Interno* destinado às sessões preparatórias da Câmara Municipal, a primeira que se reunia sob o regime republicano. E, quando essa se instalou, viu-se escolhido, simultâneamente, *Presidente da Câmara Municipal* e *Intendente Municipal*, enfeixando em suas mãos, com 24 anos incompletos, a presidência do Legislativo e a chefia do Executivo municipais.

Já no exercício das funções de Intendente, a 1.º de novembro de 1892, promulgou o *Código Municipal de Lorena*, por êle próprio elaborado, constituído de 32 capítulos e publicado num folheto de 64 páginas. Trata-se de trabalho minucioso, digno de ser lido com atenção, ainda hoje, e que “dezenas de outros Municípios paulistas adotaram quase na íntegra” — conforme observou a *Revista Brasileira dos Municípios* (2).

Para se ter uma idéia das inovações que introduzia, basta citar dois únicos exemplos: a exigência de algo semelhante à atual *carteira profissional* e a necessidade de um *aviso prévio* de 8 dias para dispensa de serviço, salvo quando houvesse justa causa.

Fêz mais Arnolfo Azevedo: selecionou os atos legislativos referentes às divisas municipais; ampliou as instalações do Mercado Municipal; construiu o Hospital de Isolamento; deu instalação condigna ao Grupo Escolar “Gabriel Prestes”; tomou providências para a melhoria do serviço de abastecimento d’água; obteve recursos para a construção da ponte metálica sôbre o rio Paraíba; assegurou, para a Municipalidade, o edifício em que estão sediados, ainda hoje, a Prefeitura e a Câmara Municipal.

É que êle era “um municipalista integral, municipalista de cerne” — como diria, mais tarde, PELÁGIO LOBO (3).

Anos agitados e difíceis

Os anos de 1892, 1893 e 1894 foram particularmente agitados e difíceis para o país — o tumultuado triênio do governo do marechal Floriano Peixoto, marcado pela Revolução Federalista gaúcha e pela Revolta da Armada. Arnolfo Azevedo colocou-se imediatamente à disposição do “Marechal de Ferro”; e, em julho de 1893, foi nomeado coronel comandante da *Guarda Nacional* da comarca de Lorena. Neste pôsto, preparou um contingente de 100 voluntários, que, em abril de 1894, seguiu para as barrancas de Itararé, na expectativa de ter de enfrentar os rebeldes do Sul.

Mas foram anos agitados e difíceis, também na política local, porque os partidários do Dr. Teófilo Braga voltaram à carga em sua atividade oposicionista, até que as coisas se aco-

(2) *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, artigo publicado no ano IV, n.º 13, p. 55, Rio de Janeiro, janeiro-março de 1951.

(3) Cf. *Revista Brasileira dos Municípios*, n.º cit., p. 55.

modaram com um conagraçamento, de que resultou a formação do *Partido Republicano Municipal*, sob a chefia de nosso biografado, em fevereiro de 1894.

Era a vitória final. Consolidava-se o prestígio, em Lorena, do jovem líder republicano, então com 25 anos de idade.

Daf para diante, poderia Arnolfo Azevedo aspirar posições políticas mais altas e estava assegurada sua carreira ascensional na vida pública do Estado.

Na Câmara Estadual

Em fins de 1894, os cinco chefes supremos do Partido Republicano Paulista, sem consulta prévia, indicaram seu nome para figurar entre os candidatos às eleições para a renovação da Câmara Estadual. Seu prestígio político fôra publicamente reconhecido pela cúpula partidária.

Dessa forma, Arnolfo Azevedo tornou-se *deputado estadual*, representando a cidade de Lorena na 3.^a legislatura (1895-97) e, depois, na 4.^a legislatura (1898-1900).

Passou a atuar numa assembléia onde figuravam, entre outros: Luís Piza (que a presidiu até 1899), Júlio Mesquita, Fernando Prestes, Pedro de Toledo, Carlos de Campos, Álvaro de Carvalho, Alfredo Pujol, Cardoso de Almeida, Fontes Júnior, Galeão Carvalhal, Oscar de Almeida, Miranda de Azevedo, José Rubião, Pádua Sales, Azevedo Marques, Carlos Guimarães, José Pereira de Queiroz, Cândido Mota, Eugênio Egas, José Vicente de Azevedo, Valois de Castro, Plínio de Godói, Alfredo Guedes, Rubião Júnior.

Seguia as pegadas de outros membros da família, que desde o Império e sob o regime republicano ali foram prestar seus serviços ao torrão natal: o tio-avô — o padre Manuel Teotônio de Castro (1846-49 e 1858-59), chefe liberal; outro tio-avô e também tio — o coronel José Vicente de Azevedo (1854-57), chefe conservador; o próprio pai — Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo (1870-77), chefe conservador; um primo-irmão — o Dr. Teófilo Braga (1880-89 e 1891-92), da corrente liberal; outro tio-avô — o Dr. Pedro Vicente de Azevedo (1870-75, 1878-79, 1882-83 e 1886-89); e dois outros primos-irmãos — o Dr. José Vicente de Azevedo (1884-85, 1888-89, 1898-1906, 1910-12, 1914 e 1916-18) e o Dr. João Rodrigues Machado Pedrosa (1910-18).

Curioso será acentuar que, durante o Império, os membros da família integrantes do *Partido Liberal* fizeram-se repre-

sentar por 16 anos, ao passo que os pertencentes ao *Partido Conservador* durante 17 anos.

Tal fato serve para bem patentear o equilíbrio de forças existente em Lorena, no período monárquico, entre os *Morreira*, de um lado, e os *Azevedo*, de outro.

Sòmente na República êsse equilíbrio veio a romper-se, graças à atuação política de nosso biografado.

O deputado estadual

Como parlamentar, Arnolfo Azevedo destacou-se logo como “um môço de poucas falas e ar precocemente grave”, apesar de ter apenas 26 anos de idade. Referindo-se às duas legislaturas em que atuou como deputado estadual, assim se expressou PELÁGIO LOBO (4):

“Nessas legislaturas, não se distinguiu o deputado lorenense por explosões oratórias inflamadas e veementes, que a época autorizava. Ao contrário — e naquela Câmara que Luís Piza presidia com rigor regimental —, enquanto outros debatiam teses de um republicanismo assanhado, o môço de Lorena agitava questões de interêsse geral, financeiras e econômicas, e revia, numa comissão de que faziam parte Eugênio Egas e Fontes Júnior, a nossa organização municipal, até então consubstanciada na lei n.º 16, de Américo Brasiliense. Eram questões objetivas, de interêsse imediato, sem preocupações doutrinárias. isentas de azedume partidário”.

Era assim, no fim do século XIX. Continuaria a ser assim, até o final de sua carreira parlamentar, em 1930.

Na legislatura de 1895-97, nosso biografado fêz parte de duas comissões legislativas: como membro efetivo, trabalhou na comissão de *Estatística, Minas e Terras Devolutas*, de que foi o presidente; em caráter transitório, da comissão de *Fazenda*. Na legislatura de 1898-1900 fêz parte da Mesa da Câmara dos Deputados, exercendo as funções de 1.º secretário. Para sua atuação futura, no Congresso Nacional, foi uma experiência da mais alta valia, verdadeiro aprendizado nas lides parlamentares.

Como deputado obteve a criação dos municípios de Tremembé e Piquête; propôs a construção de uma estrada de rodagem de Lorena à fronteira de Minas Gerais, via Piquête, e de um ramal ferroviário ligando a “Central do Brasil” à cidade de Silveiras; cuidou de assuntos educacionais; foi o

(4) Cf. *Diário da Noite*, de São Paulo, em 22 de outubro; e *Diário de São Paulo*, de 23 de outubro de 1948.

relator do projeto de *Lei Orgânica dos Municípios*, demonstrando mais uma vez seu entranhado municipalismo; e bateu-se, com pertinácia e grande entusiasmo, em favor da criação de *núcleos coloniais* às margens da E.F. Central do Brasil e de outras vias férreas e fluviais do Estado, embora seu objetivo inicial fôsse beneficiar o Vale do Paraíba — o “seu” Vale.

Nesse ínterim, viu-se perante um dilema. Em 1896, abriu-se uma vaga na representação paulista à Câmara Federal e o presidente do Estado, Dr. Campos Sales, convidou-o a apresentar-se como candidato, com o decidido apoio da Comissão Central do Partido Republicano Paulista. Acontece, porém, que periclitava o prometido auxílio do governo do Estado para a instalação do serviço de abastecimento d'água na cidade de Lorena. Arnolfo Azevedo não titubeou entre a vaidade e o dever de servir sua terra natal. Recusou o honroso mandato que lhe era oferecido e tudo fêz para que se concretizasse aquêlê melhoramento, conseguindo afinal.

Teve uma grata compensação, ao receber de seus conterrâneos, a 7 de janeiro de 1899, um expressivo documento, cuidadosamente enriquecido de vinhetas e texto aquarelado, onde se lia o seguinte:

“Os abaixo assinados dão espontâneamente público testemunho do alto aprêço com que são recebidos pela população desta cidade os inestimáveis serviços prestados pelo Exmo. Sr. Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo, benemérito filho de Lorena, entre os quais sobressai o abastecimento d'água, que está sendo objeto do mais sincero regozijo popular”.

Retira-se da vida pública

Contra a vontade do general Francisco Glicério, as eleições de 1.º de março de 1898 haviam escolhido o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales para a presidência da República, no quadriênio de 1898-1902.

Achando-se na Europa o presidente eleito, um grupo de políticos paulistas, sob a chefia do deputado Júlio Mesquita, levantou a candidatura do coronel Fernando Prestes à presidência do Estado. O deputado Luís Piza (que aspirava o pôsto) e Arnolfo Azevedo (sincero admirador de Campos Sales) discordaram dessa atitude, que vinha sendo apoiada pela Comissão Central do P. R. P., alegando que era necessário aguardar a chegada do presidente eleito; e trataram de sustar o apoio dos diretórios políticos das áreas em que atuavam.

O gesto de rebeldia não agradou os que vinham dominando a cúpula do Partido. E, embora houvessem posteriormente apoiado a eleição do coronel Fernando Prestes, ficaram ambos devidamente "marcados", particularmente o Dr. Luís Piza.

O castigo veio em abril de 1899, quando os próceres políticos deliberaram não reeleger o deputado Luís Piza para a presidência da Câmara Estadual. E a crise estourou: no dia 10 de abril, renunciaram aos seus mandatos os deputados Luís Piza, Arnolfo Azevedo e Plínio de Godói.

E não ficou aí o gesto decidido de nosso biografado: na mesma data renunciou à presidência da Câmara Municipal de Lorena, ao mandato de vereador e ao cargo de membro do Diretório Político do P.R.P. em sua cidade natal, cuja presidência vinha exercendo desde 1892.

Ao invés de declarar-se em oposição aos chefes do Partido, preferira retirar-se da vida pública. Como explicou a seus correligionários lorensenses, não estava disposto a empenhar-se numa luta estéril, que só serviria para arregimentar os adversários e sacrificar seus amigos, sem nenhum proveito. Disposto "a nunca mais ou, pelo menos, por larguíssimo tempo" a envolver-se em questões políticas, suplicou aos amigos de Lorena que não abandonassem seus postos.

"Entendo que o melhor serviço, o mais nobre, o mais meritório que poderemos prestar à nossa terra é o que vos peço; nenhuma outra solução seria digna de nós como bons patriotas."

Debalde a Câmara Municipal, reunida em sessão extraordinária a 12 de abril de 1899, insistiu junto de Arnolfo Azevedo para que retirasse sua renúncia aos cargos de presidente da Edilidade e de vereador, "apelando para o seu patriotismo e amor à terra natal, que exige de sua pessoa mais êste sacrifício". A resposta foi positiva:

"Com enorme pesar venho insistir naquela renúncia e suplicar-vos que vos digneis de m'a conceder, pois é atendendo aos ditames do patriotismo e do inexcedível amor, que sempre tenho dedicado à terra em que nasci, que tomei essa resolução, convencido de que presto assim o maior serviço que neste momento lhe poderia eficazmente prestar e cujo alcance, em vossa consciência, sereis os primeiros a reconhecer".

Com estas palavras, escritas em Lorena no dia 14 de maio de 1899, Arnolfo Azevedo dava o assunto por definitivamente encerrado. Estava enojado da política, desiludido com a injustiça de que se considerava vítima.



Arnolfo Azevedo no fim do século XIX

Fotografia tirada em 1900, quando já abandonara temporariamente a vida pública, tornando-se um simples fazendeiro. Tinha, então, 32 anos de idade (Foto Vollsack, São Paulo).

Tinha, então, 30 anos completos. Era ainda môço e forte. Disponha de coragem suficiente para começar uma vida nova. Iria dedicar-se à administração da fazenda que herdara de sua avó paterna — a *Fazenda da Conceição da Boa Vista*. Transformara-se num simples fazendeiro do Vale do Paraíba.

A vida em família

Quem mais se alegrou com a resolução foi sua espôsa, Dona Dulce, que vinha sofrendo calada, conforme depois haveria de confessar em suas *Memórias* íntimas:

“Para mim, a entrada na política trouxe um grande aborrecimento e, por isso, não foi muito bem recebida: obrigou a nos separar pela primeira vez depois de casados. Estava eu esperando o primeiro filho e, por conseguinte, impossibilitada de andar em contínuas viagens”.

E havia coisa melhor: daí por diante, passaria a ter seu próprio lar, seria “dona de casa”.

De fato, durante os primeiros anos de casado, Arnolfo Azevedo não teve casa própria. Com a espôsa e os filhos, oscilou como um pêndulo entre Lorena e a capital paulista.

Em sua terra natal, vinha residindo no Solar da Baronesa de Santa Eulália, reconstruído por volta de 1890, sob as vistas do Dr. Ramos de Azevedo, o mesmo engenheiro que construíra a imponente Matriz, em cujo largo a casa ainda se encontra.

Como filha amorosa, porém, Dulcita viajava para São Paulo, hospedando-se com o marido e filhos na residência do Dr. Inácio Cochrane, a princípio à rua dos Timbiras, n.º 11, depois à rua dos Bambus (atual avenida Rio Branco), n.º 78, e, mais tarde, à rua Barão de Iguape, n.º 48.

Nesse período, chegaram os primeiros filhos do casal, todos nascidos na cidade de São Paulo: *Celina*, a 9 de setembro de 1892; *Antônio* (Antônico), a 21 de outubro de 1894; e *Lucila*, a 4 de janeiro de 1897. O quarto filho — *Aldo Mário* — já nasceu no Solar de Lorena, a 22 de outubro de 1898.

Apesar de envolvido pela política, Arnolfo Azevedo conseguiu tempo para continuar a dedicar-se às musas. Compôs várias músicas: uma *Novena de Natal*, para três vozes; *Salve Maria*, com letra do Dr. Cochrane, seu sogro; *Un fior d'anima*, com letra também do Dr. Cochrane; *Dimmi perchè*, melodia para soprano; um *Canto da Verônica*, lento e dramático, que os lorenenses tiveram muitas oportunidades de ouvir na procissão do Entêrro, e em que havia estas tristes palavras:

“O vos omnes, o vos omnes,
Qui transitis per viam,
Attendite et videte
Si est dolor similis,
Sicut dolor meus!”

E, no campo da Poesia, produziu apenas três versos, datados todos de Guarujá (junho de 1895), onde passou algumas temporadas: *Sobre a pedra de Guarujá*, *Sobre um rochedo* e *Sobre a rocha*, repletos de inspiração (5).

Numa antiga fazenda de café

Esperançosos e eufóricos, Arnolfo Azevedo, a espôsa e seus quatro filhos chegaram à tardinha do dia 1.º de dezembro de 1898 à *Fazenda da Conceição*, propriedade rural localizada no bairro do Pôrto do Meira, a cêrca de uma légua da cidade de Lorena, não longe do caminho de Piquête, entre as águas do rio Paraíba do Sul e as escarpas da Serra da Mantiqueira. Ali viveriam larga parcela de suas vidas: quase 21 anos.

A vasta casa de moradia mostrava, em um medalhão, as iniciais de seus primitivos donos: J. J. R. F. — M. L. A., encimando uma data: 1869. Tinha quase a idade de nosso biografado.

Pertencera aos avós paternos de Arnolfo Azevedo — o coronel João José Rodrigues Ferreira e Dona Maria Leopoldina de Azevedo, esta falecida em janeiro de 1897. De início, a propriedade passara às mãos de quatro de seus herdeiros: Dona Zemira Rodrigues Pedrosa, Dona Adelina Rodrigues da Ponte Ribeiro, Odila Rodrigues e nosso biografado. Mas, naquele final do ano de 1898, Arnolfo Azevedo adquirira as partes de seus parentes e tornou-se o único proprietário.

A rigor, eram duas fazendas contíguas — a da *Conceição* e a do *Clemente*, sem falar em tratos de terras vizinhos.

Mas era na *Fazenda da Conceição* que ficava a sede — sólida construção, que se erguia junto a um ribeirão e dispunha de vasto terreiro em frente. Em seu interior existiam amplas salas e numerosos quartos. Como diria, mais tarde, Dona Dulce, em suas *Memórias*:

"Era uma verdadeira *Fazenda*, em tôda a extensão da palavra: não com os modernismos atuais, nem com o confôrto de cidade grande, mas com a agradável impressão de bem-estar, necessário à vida mais civilizada".

(5) O estudo pormenorizado dessa fase da vida de nosso biografado encontra-se em: AZEVEDO (Arnolfo de) — *Arnolfo Azevedo: início da vida pública (1891-1899)*, 120 pp., Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1963.

Simple e modestamente ali passaram a viver, constituindo motivo de grande alegria a visita de amigos e a hospedagem de parentes.

Arnolfo Azevedo passara a dispor de 650 alqueires de terras (cêrca de 1.570 hectares), entregues ao marasmo e à decadência, com seus cafêzais exauridos e semi-abandonados. Enfrentando a situação, tratou de introduzir a *policultura*, praticando idéias por êle próprio defendidas como deputado à Câmara Estadual. Renovou e ampliou os incipientes canaviais já existentes, com o objetivo de produzir aguardente. Deu vida nova aos cafêzais e mandou plantar extensos milharais. E acabou implantando vastos arrozais, dentro da mais moderna técnica. Também não descuidou da *criação de gado*, particularmente bovinos e suínos, preocupando-se com a melhoria das raças.

Para tudo isso, contou com a colaboração indispensável de muitos elementos: de *administradores*, entre os quais é justo que seja lembrado o nome de Antônio Joaquim Fernandes Sobrinho, fiel e devotado amigo; de *empregados domésticos*, dedicados como foram Delfina Maria da Conceição e Ernesto Breviglieri; de inúmeros *agregados*, que se distinguiam em duas categorias: a dos *camaradas*, que ganhavam pelos serviços prestados durante a semana; e a dos *colonos*, que trabalhavam no regime da parceria. Entre os *camaradas* figuravam antigos escravos e seus descendentes, além de legítimos caboclos. Entre os *colonos*, predominavam imigrantes portugueses e italianos ou seus descendentes.

Novos filhos

Nessa Fazenda vieram a nascer os demais filhos do casal: *Maria da Conceição* (Maru), a 17 de junho de 1900; *Odi Lina*, a 5 de dezembro de 1901; *Silvio*, nascido e falecido a 2 de julho de 1903; *Oswaldo Benjamin*, a 28 de junho de 1904; *Arnolfo*, a 22 de outubro de 1905, falecido a 15 de abril de 1907; *Regina de Lourdes*, a 15 de fevereiro de 1908; *Aroldo Edgar*, a 3 de março de 1910; *Élio Fábio*, a 29 de agosto de 1911, falecido a 16 de maio de 1912; e *Eulália*, nascida e falecida a 2 de novembro de 1913.

Ao todo, treze filhos! Treze crianças, das quais nove vieram ao mundo longe do conforto da cidade, com os recursos



A sede da Fazenda da Conceição

No alto, à esquerda, a Capela. Em seguida, a casa de moradia e o engenho para a produção de aguardente (Foto do Padre Radice, 1911).

de que se podia dispor na Fazenda. Dêsse total, também nove conseguiram chegar à idade adulta.

Com uma família assim tão numerosa, bem se pode avaliar os problemas que o casal teve de enfrentar no que se refere à educação. Em 1902, uma deliberação foi tomada: seriam contratadas *professóras* particulares, que passaram a morar na própria Fazenda, no convívio da família. No espaço de quatro anos, oito lá viveram: três brasileiras, duas alemãs, uma inglesa, uma norte-americana e até uma dinamarquesa. Ganhavam um ordenado mensal que oscilou entre 100 e 120\$000, além da hospedagem e alimentação.

Foi uma inesquecível experiência, que não deixou saudades, tantos foram os episódios tragicômicos que se registraram.

Reportando-se a essa época, escreveu Dona Dulce:

"Com Dona Maria Olivieri, encontrou-se a série de *professóras* que tivemos e que, por não termos sido felizes nas escolhas, fizeram com que jurasse com os meus botões que não tomaria outra. Não podia continuar constrangida e sem poder desabafar dentro de minha própria casa. Que ninguém sofra o que eu sofri com as *professóras* — é o meu desejo sincero".

Vida de Fazenda

Embora houvesse pretendido “nunca mais ou pelo menos por larguíssimo tempo” envolver-se em política, Arnolfo Azevedo reentrou nela em 1902 e, no ano seguinte, via-se eleito deputado federal. Mesmo assim, sua residência efetiva continuou sendo a Fazenda da Conceição. E ali, cercado dos seus, viveu dias e anos realmente felizes.

Em 8 de dezembro de 1909, teve a alegria de ver concretizado um velho sonho: inaugurou-se, por entre festas, a capela que fêz construir para abrigar a imagem de Nossa Senhora da Conceição, adquirida na Casa Sucena, no Rio de Janeiro. Passou a existir a *Capelinha*, localizada à direita da casa da Fazenda, na encosta de uma colina: ali fizeram a primeira comunhão os seus filhos; ali foram celebradas mais de 300 missas, até fins de julho de 1919; por ali desfilaram nada menos de 34 sacerdotes, num período de dez anos — padres seculares, Salesianos, Redentoristas, Jesuítas, Capuchinhos —, embora dois houvessem merecido, a rigor, o nome de capelães — o padre João Paulo Roberto e o padre Teófilo de Melo Coelho. Ela existe até hoje, no que resta da antiga Fazenda. Mas outra é a imagem, porque a primitiva foi levada por Arnolfo Azevedo quando vendeu sua propriedade, acompanhou-o até o fim de sua vida e hoje está sob nossa guarda.

A casa principal foi melhorada e ampliada, passando a contar com quatro salas e 19 quartos, água corrente, iluminação (a gás acetileno, depois elétrica), telefone.

Em 1907, organizou-se a firma *Azevedo & Suplicy*, na qual um cunhado de nosso biografado — o sr. Luís Suplicy, entrou com o capital, cabendo àquele a manutenção da mão-de-obra, veículos e animais, por êle próprio fornecidos. Contratou-se um técnico norte-americano — o Dr. William Bradford e uma nova iniciativa de vulto teve início — a construção de um canal destinado a levar água até o vasto arrozal, na Fazenda do Clemente. Em novembro de 1911, a obra foi solenemente inaugurada. Mas os sacrifícios de tôda ordem (principalmente financeiros) não tiveram a esperada compensação.

Alegrias inesquecíveis teve, por vêzes incontáveis, com a chegada de *hóspedes*, parentes e até políticos eminentes. Por lá passaram o Dr. Inácio Cochrane e sua família, os Cochrane Suplicy, os Cochrane Simonsen, os Gondim Cochrane, os Gon-

çalves Cochrane, os Cochrane de Alencar, os Barbosa de Magalhães Castro. Lá estiveram, também: Vencesláu Brás, Albuquerque Lins, Francisco Glicério, Afrânio de Melo Franco, Luís Piza, Álvaro de Carvalho, Elói Chaves, Moreira Brandão, Palmeira Ripper, Bettencourt Rodrigues, entre outros.

A tranqüila vida, que na Fazenda se vivia, Mário de Alencar (primo-irmão de Dona Dulce) dedicou versos muito lindos.

Tudo era motivo de sincera satisfação: tomar leite ao pé das vacas; comer frutas no pomar; chupar cana ou tomar garapa; passear a cavalo; fazer piqueniques; tomar banho no ribeirão; andar no carrinho puxado por parelhas de cabritos ou carneiros; jogar "crocket" no jardim; tocar piano e cantar; jogar cartas até horas tardias.

Também lá, Música e Poesia faziam um par inseparável, a dominar o ambiente rural.

Nesse período, Arnolfo Azevedo compôs várias peças musicais: *Soudain*, melodia; *Bel angioli mio!*, para piano e violino; *Ave-Maria*; *Velha lenda*, modinha; e inúmeras músicas religiosas. E foi ali que nasceu, numas poucas horas de freneticamente entusiasmo, um canto patriótico — *As armas!*, composto sob o impacto do rompimento das relações do Brasil com a Alemanha, em 1917. Com a colaboração de Wallace Cochrane Simonsen e de Antônio Rodrigues de Azevedo, Arnolfo Azevedo compôs a canção guerreira, que, sem tardança, foi executada em Lorena e em Santos, no mês de abril daquele ano. Viu-se impressa e como autores aparecem as iniciais W. A. R., a lembrar os que a fizeram e a acentuar o motivo que a ditou.

Entre as poesias, várias são as que deixam transparecer as saudades que amarguravam Arnolfo Azevedo, no exercício de seu mandato na Câmara Federal e obrigado a residir no "Grande Hotel" da Lapa, isolado e só. Comemorou o 15.º aniversário de casamento com uma poesia dedicada à espôsa, em 10 de outubro de 1906:

A DULCITA

Quinze os anos que passaram! Quinze vêzes
Ressurgiu no calendário data amiga!
Quinze vêzes doze meses se escoaram,
Sempre iguais, seremos sempre, é bem que o diga.

Hora doce, hora de paz, hora bendita,
 Foi a hora em que no lar o amor sorriu.
 Mas essa hora ainda dura, eternizou-se;
 O sorriso dêse amor nunca fugiu!

Tudo passa nesta vida e o tempo vòa.
 Tudo finda, tudo acaba, o bem e o mal.
 Mas o laço que apertamos nesta data,
 Deus cerrou, unido sempre, sempre igual.

Almas duas se fundiram numa só;
 Anos, meses, dias, horas se passaram.
 Nem minutos, nem segundos, nem momentos
 Uma de outra, por acaso, separaram.

Sempre assim (permita Deus, queira o Destino)
 Há de o fogo dêste lar, sagrado, amigo,
 Crepitar alegre e vivo; e nossos filhos,
 Nêle vendo o mais seguro e santo abrigo,

Sentirão que vêm de ti a paz e a vida,
 Que teu seio, inesgotável de ternura,
 É tão grande nesse amor, tão bom, tão meigo,
 Que êles, só por te adorar, terão ventura!

Mais de uma dúzia de composições poéticas foram produzidas nessa época, por nosso biografado. Poesias melancólicas, poesias alegres.

E outros acontecimentos encheram a vida da família, ao tempo em que viveram na Fazenda: em setembro de 1908, a chegada dos *Voluntários de Manobras*, de cujo grupo faziam parte Roberto Simonsen e Gastão Vidigal; em maio de 1911, o desastre registrado com o *Noturno* paulista, trem em que viajava Arnolfo Azevedo; em outubro de 1912, o *eclipse total* do Sol, visível em tôda a região; em julho de 1913, o desastre de *fáeton*, que vitimou nosso biografado; a 10 de outubro de 1916, as *Bodas de Prata* do casal; em outubro de 1918, a epidemia de *gripe espanhola*; em dezembro dêsse mesmo ano, o casamento do primeiro filho — Antônio.

Todavia, inteiramente ímpar, foi o acontecimento registrado no dia 30 de julho de 1919. As dificuldades financeiras, agravadas com a terrível luta política que se desenrolava em Lorena, haviam levado Arnolfo Azevedo a uma suprema decisão: vender a Fazenda. E naquele triste dia, celebrou-se missa na Capelinha e todos choraram — todos, membros da família, empregados, os compradores, o próprio sacerdote celebrante.

No dia seguinte, Arnolfo Azevedo e sua família deixaram para sempre aquêlê rincão querido. Virava-se mais uma página no livro de sua movimentada existência⁽⁶⁾.

(6) O estudo pormenorizado dêsse aspecto da vida de nosso biografado encontra-se em: AZEVEDO (Aroldo de) — *Arnolfo Azevedo, o fazendeiro (1898-1919)*, 117 pp., Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1968.

O municipalista

Imbuído de espírito público. Lorena, "terra de ninguém". Retorno à vida pública. Autonomia dos municípios. Em defesa da autonomia municipal. A "Representação" de Lorena e Guaratinguetá. Repercussão do documento. Os debates no Congresso Constituinte. Vitória completa.

Imbuído de espírito público

Fazendeiro desde dezembro de 1898, afastado de tódas as posições políticas desde abril de 1899, Arnolfo Azevedo viu iniciar-se o século XX em sua Fazenda da Conceição, cercado de sua espôsa e de cinco filhos, a viver talvez os dias mais felizes e tranqüilos de sua existência.

Mas a política e a vida pública representavam para êle algo como o ar que se respira. Herdara de seus antepassados o hábito e o gôsto de servir à coletividade. Não era homem para pensar apenas em seus interêsses particulares. Integrava-se no grupo daqueles que, imbuídos de acendrado espírito público, costumam ser designados como *nervos da Nação*.

Em consequência, desde 1901 começou a preocupar-se com a situação política de sua terra natal. Em 1902, reassumiu a direção da política de Lorena. Em 1903, passou a representar o Estado de São Paulo na Câmara Federal, no exercício de um mandato trienal renovado oito vêzes sucessivas pelo voto dos eleitores do Vale do Paraíba, até a legislatura encerrada em 1926.

Lorena, "terra de ninguém"

Quando, em 1899, após haver renunciado ao seu mandato de deputado estadual, Arnolfo Azevedo também renunciou à presidência da Câmara Municipal de Lorena, ao mandato

de vereador e à chefia do Diretório do Partido Republicano local, retirando-se da vida pública — sua cidade natal ficou desarvorada, ao desamparo, como se fôra uma órfã. Sem um líder experimentado e de visão, a orientar a política e a administração locais. Sem uma voz autorizada, que defendesse os interesses municipais perante os governos do Estado e da União, como junto à Comissão Central do P. R. P.

A presidência da Câmara Municipal passara a ser exercida pelo antigo vice-presidente, coronel Antônio de Pádua Machado Júnior. A direção da política local ficara nas mãos do coronel Vicente Barreiros. O primeiro, natural da cidade de Bananal; o segundo, oriundo de Minas Gerais.

Nas altas esferas governamentais, o porta-voz das reivindicações lorensenses passara a ser um prestigioso político da vizinha cidade de Guaratinguetá: o coronel Virgílio Rodrigues Alves, irmão do conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente da República no quadriênio de 1902 a 1906.

Gente estranha, sem raízes na tradição local, dirigia os destinos de Lorena no alvorecer do século XX. Nenhum representante ou herdeiro dos antigos partidos políticos do Império — o Conservador e o Liberal, que por tão longos anos haviam dominado na vida da cidade, disputando as preferências do eleitorado e os postos eletivos. Nenhum Azevedo, a recordar os conservadores. Nenhum Moreira, a relembrar os liberais.

Nada disso teria importância, se tudo estivesse correndo bem. Infelizmente, isto não ocorria. Registravam-se irregularidades na administração local. O coronel Virgílio Rodrigues Alves hostilizava abertamente os amigos e correligionários de Arnolfo Azevedo.

Lorena era uma *terra de ninguém*. E, para um homem com o espírito público do nosso biografado, essa situação era intolerável. Não poderia ficar, de braços cruzados, em sua fazenda, a assistir o que se passava em sua terra natal.

Retorno à vida pública

O reingresso de Arnolfo Azevedo na vida pública foi cheio de percalços, pois havia problemas administrativos a resolver e problemas políticos a enfrentar.

Eleito vereador em dezembro de 1901, em janeiro de 1902 assumiu a presidência da Câmara Municipal de Lorena.

Primeiramente, tentou e pensou haver conseguido resolver um problema puramente local: uma questão de *vencimentos* de autoridades municipais. O Intendente Geral, coronel Antônio de Pádua Machado Júnior, recebia 4:200\$000 anuais como vencimentos, ao passo que o Intendente de Justiça e Finanças, Dr. Pedro Vieira Teixeira Pinto, recebia apenas 2:400\$000. Acontece que este não se conformava com aquela diferença, porque seu serviço não era menor que o do primeiro, como porque requeria habilitação especial, inclusive o diploma de bacharel em Direito. Além disso, havia funcionários subalternos que recebiam 3 contos de réis.

O assunto foi abordado por Arnolfo Azevedo em carta dirigida ao coronel Pádua Júnior, a 26 de dezembro de 1901, na qual externou francamente sua opinião:

“Acho razoáveis estas ponderações e, entendendo que os serviços do Pedro Vieira são indispensáveis e sabendo que êle deixará a Câmara e Lorena, se não fôr colocado em posição digna dos merecimentos que tem, encontro solução harmônica em votar-se o projeto tal qual está redigido — porque não é possível pagar ao Amigo 4:200\$ e a êle igual quantia, sem que, com razão, nos censurem de estar esbanjando dinheiro que não nos pertence e do qual somos obrigados a prestar boas contas.

O único meio de igualar e colocá-los no pé de poderem ambos ser razoavelmente remunerados é ficar cada um com 3:000\$, porque não se aumenta um real na despesa e melhora-se muito e muito o serviço”.

Como se vê, uma decisão tipicamente salomônica, ditada pelo bom senso e que resguardava o erário municipal. A seguir, julgou necessário dar ao velho companheiro verdadeira definição de princípios:

“Não sou levado nestas coisas pelo interesse pessoal. Só quero o que me parece melhor ao interesse público; e, se olhasse ao que fôsse mais conveniente a interesses pessoais, antes de mais ninguém pensaria em mim, que também preciso e nada peço, nem quero.

É uma coisa que me tem contrariado muito esta discussão de remuneração pra lá e pra cá, porque não se dá com meu gênio e vai de encontro ao meu sistema de só pensar nos deveres de meu cargo e só proceder de conformidade com o que é conveniente à causa pública, sem cogitar do que mais convém aos meus interesses particulares.

Se não fôsse assim, eu não aceitaria este lugar, que só pode me prejudicar, aborrecer e contrariar, porque o que mais me convinha era ficar quieto em casa, como até hoje tenho estado, e escusava de estar metido nestas dificuldades.

Para ser político, não careço destes sacrifícios e, sem responsabilidade por negócios locais, posso ter posição mais elevada e menos aborrecida.

Mas as coisas municipais não iam bem, todos os Srs. entenderam que deviam pedir minha colaboração, e eu pensei que era preciso aceitar, a bem dos interesses da minha terra. Aceitei para melhorar e não deixar tudo como está e que todos confessam não estar bem.

Portanto, os Srs. que me conhecem nunca poderiam fazer a injustiça de supor que eu entraria como um *dois-de-paus*, só para aceitar a responsabilidade do que os outros fazem, sem dizer o que penso, sem fazer o que me parecer mais de acordo com o interesse público, que pelos meus conterrâneos de novo me é confiado.

O que entendo ser do meu dever eu faço, e no momento atual a minha obrigação é zelar pelos interesses da Câmara, que são os do povo, procurando economizar o dinheiro dos contribuintes, regularizar o serviço municipal e fazer os melhoramentos urgentes e imprescindíveis, sem dar a ninguém o direito de dizer que os dinheiros são esbanjados inutilmente, não tendo uma aplicação visivelmente proveitosa, regrada, econômica e necessária.

Assim procedi sempre e assim, espero em Deus, hei de continuar a proceder enquanto tiver entendimento e bom senso.

Entendi de meu dever dizer isso e faço-o com a franqueza e lealdade que sempre usei em todos os atos de minha vida. Não imponho a ninguém a aceitação de minha opinião; só desejo que me deixem a liberdade de fazer o que penso ser o meu dever”.

A transcrição é longa, mas essencial. Porque nesta carta está presente, de corpo inteiro, Arnolfo Azevedo tal como era aos 33 anos de idade e tal como haveria de ser em toda sua longa carreira de homem público — na honestidade de seus propósitos e na inteireza de seu caráter. Aceitara ocupar a presidência da Câmara Municipal não por vaidade, mas como pesado ônus, que não lhe dava provento material algum, com o pensamento unicamente voltado para os interesses de sua cidade natal. Sentia-se muito à vontade, por isso mesmo, em não acobertar o que considerava errado e não mancomunar-se com os que vinham malversando os dinheiros públicos.

Tudo parecia acertado na administração municipal de Lorena. Restava a cobertura política, que dependia do Diretório do Partido Republicano local.

Indo a Guaratinguetá a 7 de janeiro de 1902, logo após sua posse, Arnolfo Azevedo conversou longamente com o coronel Virgílio Rodrigues Alves, que lhe deu ampla autorização para reorganizar o Diretório, com a autoridade advinda do retorno à vida pública.

Poucas semanas depois, entretanto, nosso biografado foi surpreendido com a notícia de que o Diretório estava disposto

a romper o acôrdo feito para a organização do governo municipal, salvo se tudo voltasse à situação anterior, particularmente a reintegração do ex-Intendente, responsável por irregularidades verificadas nas contas do exercício de 1901.

Admirado com tal notícia, Arnolfo Azevedo procurou entrar em contato com o Diretório, obtendo confirmação do fato. Convidou, então, seus membros a examinar as contas; embora constatando as irregularidades, mantiveram-se firmes em sua exigência.

Diante da peremptória recusa de Arnolfo Azevedo, “começaram a praticar uma série de atos de provocação, mentiras, deslealdades, divergindo a propósito de tudo quanto ocorria” — informou nosso biografado ao presidente Campos Sales, em carta “Íntima” escrita em 17 de fevereiro de 1902. É que tinham, atrás de si, o apoio ou as simpatias do coronel Virgílio Rodrigues Alves, com quem vinham mantendo contato.

Segundo se propalava em Lorena, o coronel Vicente Barreiros sentia-se com fôrças para “liquidar” nosso biografado quer na política local, como na estadual e federal; a eleição do nôvo Diretório, marcada para os primeiros dias de março, não passaria de mera formalidade, pois o coronel Barreiros continuaria à sua frente a qualquer preço. Este homem (por Arnolfo Azevedo considerado, até então, um amigo íntimo) ter-se-ia comprometido a sustentar os Rodrigues Alves contra nosso biografado, tôdas as vêzes que seu nome fôsse lembrado para qualquer posição política.

Depois de relatar minuciosamente êsses deploráveis fatos ao presidente da República, na citada carta de 17 de fevereiro, Arnolfo Azevedo concluiu por afirmar que atribua a hostilidade dos Alves a duas principais razões: 1.^a — a audácia, que tivera, em voltar à vida pública sem lhes pedir licença; 2.^a — a dedicação que votava ao Dr. Campos Sales, porque

“V. Excia. terá sempre em mim um amigo dedicado. ainda mesmo depois do dia 15 de novembro, não obstante o brilho com que se vai erguer o dia 1.^o de março. Não fui, não sou e, espero em Deus, não serei abissínio político, para apedrejar o Sol no ocaso”.

Percebe-se, assim, que a admiração e a amizade que nosso biografado devotava a Campos Sales não eram do agrado dos que, em Guaratinguetá, representavam a família Rodrigues Alves.

Não o conselheiro Francisco de Paula, então na presidência do Estado e futuro presidente da República — justiça lhe seja feita —, pois sempre tratou Arnolfo Azevedo com amizade e particular consideração, e não se imiscuia na política do 3.º distrito eleitoral paulista.

Diante dessa situação, deliberou arregimentar suas forças políticas a fim de conquistar o Diretório de Lorena. De acôrdo com suas próprias palavras, resolveu

“(...) disputar, na minha terra, onde todos os lorensenses me querem e me apóiam, o direito de dirigir os seus destinos, que me é contestado por um grupo de indivíduos que aqui residem há poucos anos, que aqui não nasceram, que nenhum serviço lhe prestaram” (1).

A vitória de Arnolfo Azevedo foi completa. Preliminarmente, conseguiu o apoio de 194 correligionários de Lorena, manifestado em documento que traz a data de 27 de fevereiro de 1902 e concebido nos seguintes têrmos:

“Os abaixo assinados, eleitores dêste Município, encarando os relevantíssimos serviços prestados a esta cidade pelo incansável e digno lorensense Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo, declaram que o reconhecem como seu Chefe político, prestando-lhe todo o apoio de que o mesmo é digno e merecedor, prometendo acatar e obedecer tôdas as suas resoluções como chefe do Partido Republicano desta cidade. Lorena, 27 de fevereiro de 1902”.

A primeira assinatura é de Teófilo dos Santos Castro, a quem coube escrever o documento, ora em nosso poder. Outros nomes nêle aparecem: Olímpio Catão, Dario Vieira Teixeira Pinto, Olímpio Ataíde Lobato, Augusto Vieira de Carvalho, José Batista Novais, Francisco de Assis, Marcolino Ferreira Lemes, José Guerreiro Monteiro Tôrres, Adolfo José Pereira Rios, Manuel da Silva Guatura, Salatiel Vieira Teixeira Pinto, Elmano Ferreira Borges, José Monteiro de Brito, Tomás de Aquino Lemes, José Leite Pereira, Albano José, Laurindo Henrique Grellet, João Domingues Arneiro, J. J. de Luna Júnior, Pedro Pereira da Encarnação. Tôdas as 194 assinaturas foram devidamente reconhecidas pelo 1.º Tabelião de Lorena, Antônio B. de Godói Bueno Júnior, em 5 de março de 1902.

Conseqüência imediata dessa inequívoca demonstração de prestígio político foi o documento firmado em Guaratinguetá, a 10 de março, e assim redigido, de acôrdo com o original em nosso poder:

(1) Carta a Campos Sales, em 17 de fevereiro de 1902.

"ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE LORENA

Terá lugar no dia 25 do corrente a eleição do diretório local.

A Câmara Municipal votará, em sessão do dia 15, o projeto de divisão da Intendência, o qual se acha em poder do Sr. Coronel Pádua Júnior, desde dezembro.

Em sessão do dia 1.º de abril serão eleitos Intendente Geral o Coronel Antônio de Pádua Machado Júnior, e Intendente de Justiça e Finanças, o Dr. Pedro Vieira Teixeira Pinto.

Em virtude dessa organização harmônica do governo municipal, considera-se extinta a causa da atual divergência local e o Dr. Arnolfo Azevedo reassume a direção do Partido de acôrdo com o chefe do 3.º distrito, Coronel Virgílio Rodrigues Alves, e com a Comissão Central do Partido Republicano, organizando novo diretório.

Se o atual diretório concordar com estas bases de organização política, o novo diretório será de três membros e dele fará parte o Coronel Pádua Júnior; se não concordar, far-se-á a eleição de diretório no dia indicado, pleiteando cada grupo a vitória da chapa que confeccionar.

Neste último caso, a eleição será feita pelo alistamento estadual, sob a presidência de um representante da Comissão Central e com a presença de um delegado de polícia em comissão, sendo reconhecido o que tiver maioria de votos na eleição.

Guaratinguetá, 10 de março de 1902

(aa) *Virgílio Rois. Alves*
Arnolfo Rodrigues de Azevedo".

Não dispomos de elementos para detalhar o que, depois disso, aconteceu. Sabemos, apenas, que, por officio datado de 15 de abril de 1902 e assinado pelo Dr. Frederico Abranches, a Comissão Central do Partido Republicano reconheceu o novo Diretório político de Lorena, constituído pelos Drs. Arnolfo Rodrigues de Azevedo, Pedro Vieira Teixeira Pinto e Pedro de Alcântara Araújo; e que, daí por diante, nosso biografado assumiu a direção efetiva da política de Lorena, sendo eleito, a 18 de fevereiro de 1903, deputado federal pelo Estado de São Paulo, como um dos representantes do 3.º distrito eleitoral.

Lorena não era mais uma cidade "órfã", uma *terra de ninguém*.

Autonomia dos municípios

Por essa época, vigorava no Estado de São Paulo a Constituição Estadual promulgada a 14 de julho de 1891, segundo a qual a *organização municipal* baseava-se em alguns princí-

pios fundamentais, capazes de assegurar a autonomia dos municípios:

1. tôdas as autoridades municipais deveriam ser eletivas;
2. aos municípios reservava-se a faculdade de as suprimir e substituir por outras, com atribuições diferentes;
3. os eleitores municipais, mediante proposta de um terço e aprovação de dois terços, poderiam revogar o mandato das autoridades eleitas, a qualquer tempo;
4. nas mesmas condições, poderiam os eleitores, reunidos em assembléia, anular as deliberações das autoridades municipais;
5. aos municípios seria assegurada a máxima autonomia governamental e independência econômica, assim como seria garantido o direito de estabelecerem o processo para as eleições de caráter municipal;
6. as deliberações e atos do governo municipal só poderiam ser anulados pelo Congresso Estadual (Câmara dos Deputados e Senado) e, assim mesmo, apenas quando contrariassem as Constituições da República e do Estado, ofendessem direitos de outros municípios e exorbitassem das atribuições do governo municipal.

Referindo-se a tais princípios básicos, assim se expressou Arnolfo Azevedo:

"Não se podia ser mais liberal, nem elevar mais alto o respeito às regalias municipais. Os legisladores de 1891 foram sábios e compreenderam perfeitamente o regime federativo, garantindo a máxima autonomia do governo local, ao mesmo passo que asseguraram os direitos do povo — supremo soberano nas democracias —, dando-lhes tôdas as espécies de corretivos para as exorbitâncias dos seus delegados, desde a revogação das respectivas deliberações e atos até a cassação do mandato pelos eleitores do município" (*).

Acontece, porém, que nesse limiar do século XX, após dez anos de vigência da Constituição do Estado, passou-se a cogitar em reformá-la. Os trabalhos do Congresso Constituinte paulista iniciaram-se em 1901, prolongando-se, com interrupções, por alguns anos.

Na sessão legislativa de 1901, o Congresso introduzira uma alteração ao texto constitucional, em fase de reforma: em substituição à alínea do art. 53, que estatua — *tôdas as autoridades municipais serão eletivas*, propunha-se outra fórmula —

(*) Cf. *Representação dirigida ao Congresso Constituinte do Estado pelas Câmaras Municipais de Lorena e Guaratinguetá*, em 6 de abril de 1905.

o governo municipal será constituído por eleição. Como se vê, era uma simples questão de redação, porque o pensamento continuava a ser o mesmo: o governo municipal ou as autoridades que o constituíam deveriam ser escolhidos por eleição.

Todavia, na sessão legislativa de 1904, o projeto de reforma constitucional veio introduzir novas modificações. E duas delas visavam diretamente à autonomia dos municípios.

A primeira dava nova redação à citada alínea, estabelecendo que — *as câmaras municipais serão constituídas por eleição.* A segunda previa que as deliberações e atos das municipalidades poderiam ser anulados, não por dois terços dos votos do Congresso Estadual, mas *pelo voto da maioria do Senado*, quando contrariassem as Constituições (federal e estadual) e também *as leis do Estado e da União.*

As coisas estavam nesse pé, ao iniciar-se o ano de 1905 e à espera de que o Congresso Constituinte prosseguisse em seus trabalhos, a partir de 7 de abril. Não haviam sido acolhidas as ponderações feitas, em julho de 1904, pelos senadores Paulo Egídio e Almeida Nogueira, ao defenderem a autonomia dos municípios, particularmente no tocante à possibilidade de intervenção do Estado na esfera municipal.

Tudo parecia correr tranqüilamente, ao gôsto dos responsáveis pela governança do Estado. Em especial, deveria estar muito satisfeito o Dr. Cardoso de Almeida, secretário do Interior, no governo do então presidente do Estado, Dr. Jorge Tibiriçá, pois havia solicitado, em relatório dirigido à presidência, providências legislativas no sentido de permitir a intervenção nos municípios, alegando que se estavam registrando malversações dos dinheiros públicos.

Mas — como afirmou PELÁGIO LOBO — Arnolfo Azevedo era “municipalista de cerne”, um “municipalista integral”. Embora no exercício de seu mandato de deputado à Câmara Federal, exercia a presidência da Câmara Municipal de Lorena. Não poderia ficar calado e resolveu agir da maneira que melhor lhe pareceu, com o objetivo de aparar o golpe.

A causa era limpa e bela.

Em defesa da autonomia municipal

A primeira medida tomada por Arnolfo Azevedo foi a convocação de uma sessão extraordinária da Câmara Municipal de Lorena, para o fim especial de examinar o projeto de

reforma constitucional, na parte referente à organização dos municípios.

A reunião realizou-se no dia 1.º de abril de 1905, ficando unânimemente aprovadas as seguintes medidas:

1. representar ao Congresso Constituinte do Estado, a reunir-se no dia 7, contra a parte da proposta da reforma constitucional que alterava o regime municipal vigente;

2. enviar a tôdas as municipalidades do Estado um exemplar da Representação e pedir a manifestação de seu apoio e solidariedade;

3. solicitar ao presidente do Estado e aos chefes republicanos de maior valor e prestígio sua intervenção no sentido de que não fôsse levada avante a reforma projetada, naquela parte;

4. solicitar ao senador Almeida Nogueira fôsse o portador dessa Representação e a apresentasse perante o Congresso Constituinte;

5. convidar a Câmara Municipal de Guaratinguetá a subcrever a referida Representação, como também a "circular" às demais Câmaras;

6. encarregar Arnolfo Azevedo, presidente da Edilidade, de redigir êsse documento e apresentá-lo para ser lido e assinado por tôda a Câmara Municipal de Lorena, em sessão extraordinária a ser realizada no dia 6 de abril, a uma hora da tarde.

A sorte estava lançada. Daí por diante, os acontecimentos suceder-se-iam com a rapidez de uma avalanche.

No dia 6 de abril, como fôra previsto, reuniu-se a Câmara de Lorena, a fim de tomar conhecimento da Representação redigida por nosso biografado. De acôrdo com as informações enviadas pelo correspondente de *O Estado de São Paulo*, datadas de 10 e estampadas na edição de 13, "a leitura dessa importante peça foi ouvida por tôda a Câmara Municipal e pelo seletto auditório que então enchia o recinto da sala das sessões, e foram entusiásticos os aplausos dos presentes".

Finda a leitura, fêz uso da palavra o Intendente municipal, Dr. Pedro Vieira Teixeira Pinto, para declarar que a Câmara de Lorena não podia deixar, naquele instante, de manifestar ao seu presidente, "a quem muito deve o município e o Estado, uma ligeira porém significativa prova da sua admiração e alto apreço, e que a Representação, que acabava de ser lida, pela

elevação de conceitos, redigida em linguagem ardorosa, iria por certo despertar o patriotismo paulista para impedir o aniquilamento da mais bela e preciosa conquista do regime republicano — a autonomia municipal”. Leu, a seguir, o requerimento que abaixo transcrevemos, subscrito por todos os vereadores presentes:

“Requeremos que fique consignada na ata um voto de profundo reconhecimento e louvor ao Dr. Arnolfo Azevedo, ilustre e digníssimo presidente da Câmara Municipal de Lorena, pela elevação com que se desempenhou da missão que lhe foi confiada por esta Municipalidade de redigir a representação contra a reforma constitucional, na parte que altera o regime municipal em vigência. Sala das sessões, 6-4-05. (aa) *Pedro Vieira, José Leite Pereira, Laureano Ferreira Leite, José Marcondes de Moura, Antônio Marcondes Romeiro, José Ribeiro Alves*” (1).

No mesmo dia 6, reuniu-se a Câmara Municipal de Guaratinguetá e unânimemente subscreveu a Representação ao Congresso Constituinte.

No dia imediato, Arnolfo Azevedo, na qualidade de presidente da Câmara de Lorena, e o Dr. Domingos Antônio de Moraes Filho, presidente da Câmara de Guaratinguetá, expediram circulares a tôdas as câmaras municipais do Estado, acompanhadas de um exemplar da Representação, solicitando para o documento tôda a atenção e que se manifestassem perante o Congresso Constituinte, “dentro do mais breve prazo, a fim de que, por uma manifestação geral de solidariedade de tôdas as municipalidades do Estado”, pudessem alcançar a rejeição da proposta em andamento. E, ao mesmo tempo, dirigiram-se em officio ao senador José Luís de Almeida Nogueira, nos seguintes têrmos:

“Estas municipalidades vêm solicitar de V. Excia. a fineza e a honra de em nome delas apresentar ao Congresso Constituinte do Estado, de que é V. Excia. um dos mais belos e refulgentes ornamentos, a inclusa Representação contra a reforma constitucional do regime municipal vigente.

A escolha de V. Excia. para desempenhar esta elevada missão, do mais vital interesse para o municipalismo dêste Estado, não foi obra do acaso, nem da muita admiração e simpatia que a estas municipalidades inspiram os talentos e qualidades pessoais de V. Excia.; ela foi imposta à nossa preferência com o rigor de um ato da mais pura e absoluta justiça, com a precisão de um iniludível caso de consciência, determinado aos nossos sentimentos de impercível gratidão, pela atitude patriótica de V. Excia. na defesa intransigente, convicta e brilhantíssima dos direitos e prerrogativas municipais; esta merecida distinção, que, se em tanto e tão profun-

(1) Cf. *O Estado de São Paulo*, de 13 de abril de 1905.

damente nos desvanece e honra, deve ser por igual mui grata e mui sensível ao devotado coração de V. Excia., pelo reconhecimento sincero e solene que ela envolve, dos beneméritos serviços de V. Excia. à causa pública.

Por ela, absolutamente nada nos deve V. Excia., ao passo que estas municipalidades, as mais humildes e incompetentes das depositárias desses poderes locais ameaçados de um tão profundo golpe, de um tão completo aniquilamento, deverão a V. Excia., além do muito que tôda esta instituição já deve, a honra e inestimável glória de ter, dentro desse augusto recinto, quem, em seu nome, fale com inigualável talento, com inimitável competência, com inexcedível convicção.

Usam estas corporações esperar que V. Excia. não recusará o grande serviço que vêm pedir a V. Excia., confiando, para isso, mais no patriotismo e dedicação de V. Excia. à causa da democracia federativa do que nos seus próprios merecimentos para uma tal solicitação”.

Escolhido estava o patrocinador da causa. A escolha fôra feita a dedo.

Em carta datada de São Paulo, em 10 de abril, informava o coronel Virgílio Rodrigues Alves que:

“O José Luís (4) leu os papéis no Senado, quando o João Henrique (5) entregou; e, quando vi que êle tinha acabado, procurei-o para saber a opinião dêle. Me disse que o trabalho estava muito bom e que tinha argumentos novos e dos quais êle se não tinha lembrado. Já estou ouvindo dizer que o Governô já não faz questão da reforma municipal; parece que querem evitar a discussão. Muito procurarei dar tôda publicidade de que é digna a representação, à qual o José Luís faz os maiores elogios. O que se fôr passando o informarei, acreditando que a representação vai fazer sucesso”.

A “*Representação*” de Lorena e Guaratinguetá

Temos sob os olhos um opúsculo de 30 páginas, intitulado — *Representação dirigida ao Congresso Constituinte do Estado pelas Câmaras Municipais de Lorena e Guaratinguetá em 6 de abril de 1905 contra a reforma do regime municipal vigente*. Foi impresso na Tipografia Brasil, de Carlos Gerke, rua de São Bento, n.º 47, São Paulo, 1905. Com tôda certeza, trata-se de exemplar idêntico ao enviado às municipalidades do Estado, à imprensa, às autoridades estaduais e federais, aos interessados em geral.

(4) Senador Almêda Nogueira.

(5) Trata-se, provavelmente, do major João Henriques de Azevedo Almeida, delegado de polícia de Lorena e parente de nosso biografado.

Dirigindo-se ao presidente e membros do Congresso Constituinte do Estado de São Paulo, inicia-se com as seguintes palavras:

"As Câmaras Municipais de Lorena e Guaratinguetá pedem vênias a VV. Excias. para, mui respeitosa e cheias do mais justificado acatamento pelas luzes e sabedoria, pelo amor às liberdades públicas e patriotismo dos ilustres representantes dêste grande Estado, virem fazer a VV. Excias. algumas humildes ponderações e representar contra a parte da proposta de reforma constitucional referente ao regime municipal".

E, sem mais preâmbulos, entra de rijo no assunto:

"Srs. Representantes do Estado de São Paulo.

O que a proposta pretende em matéria de organização e funcionamento dos governos locais é um verdadeiro retrocesso, é um falseamento do regime democrático, é um atentado aos direitos do povo, é uma infração flagrante e evidente dos princípios federativos consagrados na nossa Lei das Leis.

Como retrogradação vai muito além da Constituição do Império e só pode pedir meças ao inconcebível regime do Ato Adicional, que, filho de uma revolução liberal, se deixou deslumbrar pelas franquias provinciais e, contra tôda expectativa, submeteu os governos municipais a uma tutela asfixiante".

Em seguida, passa a analisar a organização municipal ao tempo do Império, para afirmar categoricamente:

"É inacreditável que, no regime republicano, se proponha uma reforma constitucional para abolir garantias locais, que lhe são próprias e essenciais, e se procure restabelecer disposições incompletas, fáceis de ser sofismadas, maleáveis ao talante de leis ordinárias abusivas, já consignadas na Constituição de uma monarquia unitária, que ruiu por incapaz de satisfazer as legítimas aspirações do povo brasileiro!

Não é um retrocesso de 80 anos repetir enfaticamente que as câmaras municipais serão eletivas, que uma lei ordinária regulará suas funções, que seus atos podem ser suspensos pelo presidente do Estado e anulados pelo Senado, sem nenhuma outra declaração de garantia contra as invasões do poder central e até com a agravante de eliminar do texto as expressões *governo municipal*, que o Império não temeu?

Sem que isto importe, nem de leve, em um menospêzo aos ilustres autores da proposta de reforma constitucional, cujo saber e competência folgamos de reconhecer e proclamar, não é possível furtar-nos ao prazer de declarar que SS. Excias., republicanos, em 1904, são mais atrasados e mais cesaristas do que o rei de 1824".

Lembra, a seguir, que, pela Constituição Federal, o povo era a fonte de tôda autoridade, a origem de todos os poderes,

agindo através de delegados seus, com funções limitadas e temporárias, quer nas esferas da União e dos Estados, quer no governo municipal, cada qual com sua missão própria e esfera de ação perfeitamente delimitada.

"Tão autônoma é a União, como o Estado, como o Município, como o indivíduo, quando trata de agir no seu peculiar interesse.

Sendo assim, não é um falseamento do regime livre e democrático admitir a possibilidade de intervenção do governo do Estado na organização da administração municipal? E não é acorçoar e legitimar essa intervenção estabelecer a proposta a condição de eletividade só para as Câmaras, quando é sabido que os governos municipais, como todos os governos racionais, além das atribuições deliberativas, exercem funções executivas? E tudo isto não é um refalsamento do regime democrático federativo? Não é um atentado aos direitos, que o povo tem, de constituir por si mesmo e diretamente os governos locais, estaduais e o federal, quer interpor uma autoridade estranha para influir nessa organização?"

Recorda a atuação dos senadores Paulo Egídio e Almeida Nogueira em favor da autonomia dos municípios, na sessão legislativa de 1904. Examina a proposta à luz da Constituição Federal, para acentuar que a não-observância de seus princípios fundamentais poderia justificar a intervenção federal, prevista pelo art. 6.º. Entretanto, "como é dolorosa, aos nossos corações de paulistas, essa amaríssima contingência de estar aqui lembrando os preceitos do artigo 6.º ! . . ."

Resume os preceitos da Constituição Estadual então vigente, ao referir-se à organização municipal, para chegar às propostas de reforma de 1901 e da que estava em pauta. "Neste vertiginoso descambar para a opressão, não é vão o receio de que venha a desaparecer a própria origem popular das Câmaras!", porque a proposta em debate, "retrogradando ao regime de 1828, entrega as municipalidades, sem defesa, sem garantias, ao arbítrio discricionário dos poderes do Estado".

Em seguida, indaga qual a origem ou a razão da desejada reforma do sistema municipal em vigor. Quem a reclamou? quem foi juiz da necessidade de sua realização?

Não haviam sido os municípios, através de suas autoridades legítimas. Também não os muncípes, intimamente ligados aos interesses locais, conhecedores diretos dos seus problemas.

"Quem então exigiu do Congresso esse retrocesso, que não atende, antes contraria e, flagrantemente, fere os direitos de todo o povo municipal do Estado de São Paulo? Não sabemos. . ."

Não se tratava de "criar fantasmas pelo gosto de combatê-los". A prova que o perigo existia podia ser encontrada na rejeição das emendas propostas pelos senadores Almeida Nogueira e Paulo Egídio, em 1904, denunciando "claramente o propósito de deixar, na futura Constituição, uma larga porta aberta à intervenção perniciosa do governo estadual na administração municipal, pela nomeação de prefeitos".

Alegavam os defensores da proposta que "as autoridades locais de alguns municípios do Estado têm-se desmandado, têm esbanjado os dinheiros públicos e que, portanto, é necessário dar ao poder executivo do Estado a faculdade de intervenção para coibir semelhantes abusos".

Admitindo, embora lamentando, a possibilidade do fato, o documento afirma que os municípios naquelas condições constituíam insignificante minoria, ao contrário da "respeitável maioria dos que bem empregam o valioso patrimônio de liberdades de que gozam", não se justificando a premeditada violência. Por outro lado, se tão graves e generalizados fôsem os desmandos dos governos municipais, o remédio eficaz estaria nos corretivos criados pelo regime de responsabilidades civis e políticas, "levando-se aos tribunais os prevaricadores e ao julgamento das assembléias e comícios eleitorais os desmandados".

"E por que matar a instituição da autonomia local antes de experimentar as correções constitucionais? Por que não revogam os eleitores dos municípios as deliberações julgadas perniciosas, de suas autoridades municipais? Por que não lhes cassam o mandato? No governo do povo pelo povo, só o povo pode ser juiz destas conveniências e os delegados, que abusam e não são por êle corrigidos, com as penas e pelos meios facultados na lei, são dignos e merecidos mandatários de um mandante relaxado."

Todavia, ninguém houvera procurado empregar tais corretivos. Assim sendo, de duas uma: ou o mal não existia; ou, caso existisse, não seria tão grave como se procurava fazer crer.

Acentua que não era pueril o terror que dominava as municipalidades, porque o espírito cesarista e centralizador denunciava-se no próprio Congresso, ao mesmo tempo que o secretário do Interior solicitava medidas capazes de permitir a intervenção nos municípios.

A nomeação de prefeitos, pelo poder executivo, não viria resolver o problema. Também êles poderiam desmandar-se, esbanjar dinheiros públicos, prevaricar, porque o Governo não

poderia ser infalível ao escolhê-los, e os nomeados nem sempre teriam "a pureza e transparência cristalina dos seres privilegiados". Por outro lado, a escolha do prefeito deveria recair em pessoa da localidade ou de fora dela.

"Se da localidade, nada impede que o povo escolha o mesmo cidadão designado pelo Governo, e é natural que o critério de preferência dos eleitores seja mais seguro e mais feliz que o do Governo, porque o eleitorado está mais perto, conhece melhor e mais intimamente as aptidões do seu conterrâneo, do que o presidente do Estado, que não pode ser conterrâneo nem viver na intimidade de todo o pessoal de todos os municípios do Estado.

Se o prefeito é estranho à localidade, piora a situação, porque, não conhecendo as necessidades locais, nem suas condições idiossincrásicas, vai aprender à custa dos interesses municipais, com grave prejuízo dêles. Acresce que, nesta segunda hipótese, falta-lhe o amor à terra que vai governar e não pode ter por ela o mesmo extremoso zelo daquele que nela sempre viveu."

Lembra a possibilidade de divergências entre a Câmara e o prefeito nomeado, daí decorrendo a negação de recursos para a administração municipal, "acabando por deixá-lo isolado, sem empregados, sem dinheiro, sem leis de administração". Recorda que os então intendentés, em sua maioria, exerciam gratuitamente suas funções ou eram parcamente remunerados, "porque se atêm mais à dedicação pela sua terra do que a lucros e proventos, mais ao desejo de beneficiar o lugar de sua residência, talvez de seu nascimento, quase sempre o berço de seus filhos, do que às honrarias e considerações que o cargo traz". O que iria acontecer com os prefeitos nomeados? Aceitariam gratuitamente o cargo? Certamente, não. "E se a Câmara recusar marcar-lhes vencimentos? O Estado pagará o ordenado dos prefeitos? Pretenderá obrigar as Câmaras ao pagamento?"

"Quer-se criar o caos, a desordem, a anarquia, onde hoje imperam a paz, a harmonia e a prosperidade!

Tudo isto não pesará no ânimo avisado e prudente dos ilustres congressistas, que vão discutir e votar a reforma constitucional?"

Encerrando o arrazoado, as municipalidades apelam para o patriotismo, amor às instituições vigentes, devotamento aos interesses superiores da parte dos congressistas, como para o desejo, que sempre os animou, de "conservar e aumentar a boa fama do Estado de São Paulo, como berço das instituições republicanas e defensor extremado das garantias constitucionais".

"É preciso não esquecer que o nosso grandioso Estado tem caminhado sempre na vanguarda da civilização e progresso d'este país; tem dado o exemplo constante e salutar da justa compreensão e exata aplicação dos preceitos constitucionais da República; tem servido de modelo vivo, palpitante e esplendoroso no engrandecimento material e moral da sociedade culta, que n'ele se abrigou; tem sido, é e será o primeiro Estado da Federação Brasileira sob qualquer aspecto que se nos antolhe estudá-lo."

Lembra as tradições de liberalismo dos paulistas, a revolução de 1842, o pedido da Câmara de Itu, em 1823, no sentido de caber o policiamento das cidades e vilas aos juizes-de-paz eletivos, a aclamação de Pindamonhangaba, em 1705, como vila, feita pelos próprios munícipes e só depois confirmada por uma carta régia.

E vem a conclusão:

"O município não é uma instituição imaginada pelo legislador, nem instituída pela vontade do povo: filho primogênito da democracia, é obra da própria natureza. É o elo mais forte da corrente federativa que liga o indivíduo à Nação; é a fonte viva e perene do grande amor que prende o homem ao solo em que trabalha e prospera; é o cadinho purificador em que se acrisola o amor da Pátria!

Não consintam VV. Excias. na demolição das mais belas obras em que se alicerçam os monumentos majestosos de 24 de fevereiro e de 14 de julho de 1891!

Estes são os votos, são as súplicas, são os anelos destas municipalidades".

A Representação está assinada, por parte da Câmara de Lorena, por: *Arnolfo Rodrigues Azevedo*, presidente, *Pedro Vieira Teixeira Pinto*, intendente, *José Leite Pereira*, vice-presidente, *Antônio Marcondes Romeiro*, *João Emilio de Freitas Castro*, *José Marcondes de Moura*, *José Ribeiro Alves* e *Laureano Ferreira Leite*; e, por parte da Câmara de Guaratinguetá, pelo *Dr. Domingos Antônio de Morais Filho*, presidente, *José Rodrigues Alves*, intendente, *Dr. Rodrigo Nazaré de Sousa Reis*, vice-presidente, *Francisco Moreira de Sousa*, *Justino Francisco de Castro*, padre *Manuel Bento Gonçalves*, *Luis Bernardo de Melo Carneiro* e *Alfredo Franklin de Matos*.

Repercussão do documento

A Representação dirigida ao Congresso Constituinte teve o dom de quebrar o silêncio e abrir os debates sobre o assunto. Durante cerca de um mês agitou as municipalidades paulistas,

repercutiu na imprensa do Estado e da própria capital da República, movimentou os trabalhos legislativos.

De São Paulo, a 14 de abril, o Dr. Pedro Vicente de Azevedo escreveu a Arnolfo Azevedo, para dizer que lera e apreciara o trabalho, considerando-o muito bem feito; mas alertou-o, grifando as palavras: "Oxalá, porém, não lhe vá custar alguns dissabores por ter tido a *audácia de pensar de modo diferente dos que governam o Governo*".

Do Rio de Janeiro, na mesma data, o deputado paulista A. Morcira da Silva, depois de agradecer o exemplar enviado, referiu-se à solicitação de apoio e solidariedade, escrevendo:

"O meu apoio. Dou-lho da melhor vontade. Sou consigo solidário na defesa do direito da livre organização municipal. Mas o meu apoio, para que lhe presta? Nos tempos que correm, os homens públicos fazem todo o esforço possível para não ter opinião sobre coisa alguma, alimentam uma única aspiração — espelhar a vontade de quem governa. Um ou outro que tem a pretensão de pensar por conta própria, nas coisas da República, não é bem olhado. Consideram-no um indisciplinado, um inconveniente.

Confesso-lhe. Já me senti ruborizar e empalidecer, em reunião de amigos políticos por descobrir, nos olhares que se cravavam em mim, censura por ter eu opinião própria, em questão aberta, como são aquelas em que se não trata de aprovar atos do Governo. Mas meu apoio pertence-lhe. Diga-me em que êle lhe poderá ser útil na campanha democrático-federativa que abriu?

Conte sempre, independente de pedido ou consulta, com a minha solidariedade para a formação de um sistema de leis, que garantam as liberdades individuais na União (qualquer que seja a grandeza desta) e a independência econômica dos municípios do Estado, com o único limite, para os municípios e para os Estados, do respeito devido aos direitos individuais declarados na Constituição Política".

Com sua atitude desassombrada, Arnolfo Azevedo estava arriscando-se a ser taxado de "indisciplinado" e "inconveniente", por ter tido a "pretensão de pensar por conta própria" e a "audácia de pensar de modo diferente" dos que governavam o Estado. Mas valia a pena enfrentar êsse risco: a causa que defendia era legítima e refletia as aspirações dos que só desejavam o bem público.

Na edição de 13 de abril, *O Estado de São Paulo* publicou uma correspondência enviada de Lorena, três dias antes (já por nós citada), na qual seu autor declara estar informado de que o inspirador da pretendida reforma da organização municipal era o Dr. Cardoso de Almeida, candidato à sucessão do Dr. Jorge Tibiriçá na presidência do Estado, interessado de antemão em poder dispor do apoio das municipalidades. Em editorial de *O Rebate* (15 de abril), a mesma versão aparece,

acusando o secretário do Interior de querer que as funções executivas das administrações municipais fôsem exercidas por autoridades de nomeação do Governo do Estado; admirava-se de que aquêlê homem público, "educado na escola política do general Glicério, grande defensor da mais ampla autonomia municipal", viesse a defender "uma medida tão odiosa e iníqua, medida que é a negação do regime republicano federativo". Considerava "realmente estranhável que o Sr. Dr. Cardoso de Almeida, criatura política do Sr. general Glicério, venha pedir ao Congresso Constituinte a usurpação das liberdades municipais" e propunha-se a provar que seu fim era exclusivamente político.

Pela mesma época (o recorte que possuímos não traz data), o *Correio de Campinas* publicou incisivo artigo, sob o título *Os Intendentes*, em que chama a atenção do povo para a ameaça que pairava sôbre a autonomia dos municípios e apela para o bom senso do presidente do Estado.

Nas páginas de *O Estado de São Paulo* apareceu uma série de artigos assinados por A. (pelo estilo, não parece tratar-se de Arnolfo Azevedo), em que o assunto foi longa e profundamente analisado sob os títulos: *Intendentes* (18 de abril), *A nomeação* (19), *Esperteza* (27), *O começo* (29), *Na Capital* (30 de abril).

Em artigo datado de Santos e publicado no *Comércio de São Paulo* (17 de abril), MARTIN FRANCISCO fêz ironia, ao confrontar a propaganda republicana com a realidade, sob o título *Ontem e hoje*:

"Gritava-se ontem: queremos autonomia das municipalidades. Hoje: o projeto de revisão constitucional entrega ao poder executivo a nomeação dos diretores das municipalidades; os republicanos estão mais atrasados que a lei de 1828!

Gritava-se ontem: cumpre aumentar as atribuições das Câmaras Municipais. Hoje: retire-se das municipalidades o direito de aforarem terrenos de marinha".

E concluiu, com sua conhecida mordacidade: "Desligado da lei e prêso à República, o Brasil parece um boi manso prêso à canga"...

Na defesa da autonomia dos municípios, também se alinharam: o *Santa-Ritense*, de Santa Rita do Passa Quatro (23 de abril); a *Tribuna Paulista* (24, 25, 26 de abril, 5 e 6 de maio), o *Correio do Norte*, de Guaratinguetá (30 de abril), o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro (1.º de maio), o *Co-*

mércio, de Casa Branca (30 de abril), a *Tribuna de Franca* (4 de maio), *O Rebate* (6 de maio).

Por outro lado, uma vez divulgada a Representação, começaram a chegar as *adesões* de outras edilidades: da capital do Estado, de Cotia, Batatais, Piquête, São Luís do Paraitinga, Caconde, Tremembé, São José do Rio Pardo, Lagoinha, Tietê, Mineiros, Agudos, Itapetininga, Monte Mor, São Simão, Jataí, Capivari, Santo Antônio da Cachoeira. São estas, pelo menos, as que constam dos recortes de jornais colecionados pelo nosso biografado. Analisando-se esta relação e excluído o caso da capital paulista, nota-se a ausência de importantes municípios: Santos, Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto — por exemplo. Seriam os respectivos vereadores homens excessivamente cautelosos? Cidadãos que, mesmo diante de tão bela causa, preferiam manter-se calados, com receio de serem tachados de “indisciplinados” ou “inconvenientes”, por pensarem de modo diferente dos que “governavam o Governo”?...

Em sessão de 29 de abril, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a indicação do vereador Cândido Mota, que havia sido apresentada em sessão do dia 15, subscrevendo “inteiramente” a Representação das câmaras municipais de Lorena e Guaratinguetá. Houve apenas um voto contrário: o do vereador Gomes Cardim, que a julgou inoportuna, porque, ao que lhe constava, não se discutia no Congresso Constituinte assunto que autorizasse aquela Representação, podendo acontecer que a mesma viesse a ser arquivada. Ingenuidade?

A manifestação de apoio da Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga, lida na sessão do Congresso de 27 de abril, foi rejeitada pelo presidente do Congresso “por não ter sido redigida em termos convenientes”... Imediatamente, o senador Pinto Ferraz fez a seguinte observação, repleta de azedume:

“Como as outras não o foram. É uma falta de atenção para com o Congresso. Aí está o resultado de se apregoar a soberania das câmaras municipais!”

Sem comentários...

Os debates no Congresso Constituinte

O documento redigido por Arnolfo Azevedo foi levado ao conhecimento do Congresso Constituinte na terceira sessão ordinária, realizada no dia 14 de abril de 1905, sob a presidência do senador Duarte de Azevedo.

Achavam-se presentes os *senadores* Duarte de Azevedo, Dino Bueno, Pinto Ferraz, Pais de Barros, Pádua Sales, Ramos de Azevedo, Pereira da Rocha, Cesário Bastos, Almeida Nogueira, Luís Piza, Paulo Egídio, Siqueira Campos e Rodrigo Leite; e os *deputados* Abelardo César, Antônio Lobo, Fontes Júnior, Carlos Pôrto, Emídio Piedade, Costa Carvalho, Rubião Júnior, Joaquim Cândido, Rodrigues dos Santos, Oliveira Coutinho, José Vicente de Azevedo, Luís Soares, Aureliano de Gusmão, Manuel Bento, Mário Tavares, Pedro Arbúes, Herculano de Freitas, Vítor Airosa e Washington Luís.

O senador Almeida Nogueira declarou, de início, que enviava à Mesa, a fim de ser publicada no jornal da Casa e remetida à comissão incumbida de estudar o projeto de reforma constitucional, a Representação que, por seu intermédio, era endereçada ao Congresso pelas câmaras municipais de Lorena e Guaratinguetá.

Ressaltou, a seguir, que o objeto dessa Representação era "o gravíssimo assunto da autonomia municipal"; e que não necessitava, por várias razões, "aditar quaisquer comentários ao que se acha exposto nessa luminosa Representação, tão notável pela forma quanto, principalmente, pela substância, pela elevação dos conceitos e pelo ardente sentimento de civismo que a inspirou".

Depois de lembrar sua já conhecida opinião sobre o assunto e de declarar que voltaria a tratar da matéria no momento oportuno, esclareceu que subscrevia todo o teor da Representação, "em tôdas as suas partes", acrescentando:

"Direi mais, fazendo justiça a êsse bem elaborado e conceituoso estudo de Direito Público, que se encontram nêle argumentos novos, que muito honram a culta mentalidade que os formulou, tendentes a demonstrarem o atentado constitucional de qualquer disposição reformadora que afete a autonomia local, princípio básico do sistema federativo, contra o qual não é admissível reforma, nos termos da Constituição da República.

Considero tão grave êste assunto, e de tão elevada transcendência política no regime de nossas instituições fundamentais, que, se fôsse levado a efeito o cerceamento da autonomia local, qual o têm imaginado alguns adversários da ampla liberdade dos municípios dentro da esfera dos seus interesses, que, para mim, êste fato seria um profundo atentado contra o princípio federativo, um verdadeiro golpe de Estado contra a ordem constitucional. Seria mais que a mudança da forma de govêrno, seria a alteração do próprio sistema de govêrno; pois não atingiria sômente a forma, mas sim ao fundo, à substância mesina do sistema político; viria ferir a República no seu próprio coração, como já o disse eloquentemente um preclaro chefe republicano!..."

Na quarta sessão ordinária do Congresso Constituinte, realizada no dia 24 de abril, ocupou a tribuna o deputado Herculano de Freitas, líder do governo na Câmara Estadual, requerendo que a Mesa fizesse imprimir, em número suficiente, o projeto de reforma constitucional, a fim de que pudesse ser enviado a tôdas as câmaras municipais. Assim agia porque julgava que existia um falso ou incompleto conhecimento do assunto, "pois que êsse projeto pode dizer tudo, menos aquilo que supõem os que estão protestando contra êle". Depois de ler o texto do projeto, afirmou que não podia compreender que nêle se ocultasse algum golpe a desfechar-se, mortífero, sôbre a autonomia municipal, já que "Câmara Municipal, no Direito Público brasileiro, sempre quis dizer a plenitude da administração municipal".

Travou-se, então, ligeiro debate entre o orador e o senador Almeida Nogueira, depois do que o deputado Herculano de Freitas concluiu por afirmar que acreditava "que o zêlo extremo das câmaras municipais que se dirigiram ao Congresso, muito legitimamente aliás, é que as levou a essa Representação, que nenhuma base tem no projeto de reforma constitucional" — o que explicava a razão de ser de seu requerimento. Ao que retrucou o senador Almeida Nogueira: "*Jam proximus ardet Ucalegon...*", para indicar que o perigo estava iminente.

Na quinta sessão ordinária, realizada no dia 25 de abril, falou longamente sôbre o assunto o senador Almeida Nogueira. Como observou com felicidade o articulista de *Esperteza* (6), depois de "despir o sr. Herculano, com delicada ironia, das insígnias de líder de uma Constituinte; depois de mostrar, polidamente, que êle, lente de Direito Público, não sabia o que era governo" — o orador referiu-se ao relatório do secretário do Interior e à idéia, em andamento, da nomeação de prefeitos ou intendentes pelo governo do Estado, acentuando:

"Não é lícito imaginar-se que a opinião do illustre secretário do Interior seja uma opinião isolada. S. Excia. não a enunciou como filósofo, numa obra doutrinária; mas como secretário do governo, num importante documento político. Eu não posso imaginar que S. Excia. enunciasse sôbre tão grave assunto uma opinião singular que não tenha adeptos. S. Excia. naturalmente pôs-se à frente de uma corrente de idéias; pois é um chefe político e membro do governo, côncio da responsabilidade da palavra oficial.

(6) Cf. *O Estado de São Paulo*, de 27 de abril de 1905.

O sr. WASHINGTON LUIS — Mas a Câmara votou essa disposição por estar convencida de que ela não envolvia tal perigo.

O sr. ALMEIDA NOGUEIRA — Mas, agora, melhor esclarecida, pode re-considerá-la em tempo”.

Em seguida, referiu-se à substituição da fórmula — *o governo municipal será eletivo*, anteriormente aprovada, pela que passara a figurar no projeto — *as câmaras municipais serão eletivas*, afirmando:

“Esta fórmula seria um truismo, seria quase uma calinada, porque quem poderia imaginar que as câmaras municipais deixem de ser eletivas? Fôra o mesmo que dizer-se que o Congresso Legislativo será eletivo. E é por isso que a Constituição não diz que a Câmara dos Deputados e o Senado são eletivos; diz que serão eleitos de tal modo, para o fim de preservar, não o princípio da eletividade, mas um modo especial de eleição”.

Alongou-se, depois, a respeito dos casos previstos para a intervenção na vida municipal, procurando demonstrar os perigos que pairavam sobre a autonomia dos municípios. O zelo das municipalidades paulistas não era fictício. Votava pela ampla divulgação do projeto de reforma constitucional, porque estava certo de que não o conheciam as câmaras municipais que haviam deixado de manifestar-se; conhecendo-o, “alarmadas com a iminência da conspurcação da sua atonomia, viriam tôdas representar contra as disposições” a que se vinha referindo.

Vitória completa

No dia 5 de maio de 1905, os jornais noticiavam que a comissão eleita pelo Congresso, para dar parecer sobre o projeto de reforma da Constituição, havia unânimemente deliberado adotar o projeto aprovado pela Câmara e pelo Senado na sessão legislativa de 1904, alterando-se apenas a redação do parágrafo 1.º do art. 50, que passou a ser a seguinte: *a administração municipal será constituída por eleição*.

O novo texto foi finalmente aprovado na 15.ª sessão ordinária do Congresso Constituinte, realizada no dia 18 de maio, presentes os *senadores* Duarte de Azevedo, Pinto Ferraz, Pais de Barros, Bento Bicudo, Peixoto Gomide, Gustavo de Godói, Pereira da Rocha, Ramos de Azevedo, Paula Sousa, Siqueira Campos, Paulo Egidio e Rodrigo Leite; e os *deputados* Antônio Lobo, Fontes Júnior, Ataliba Leonel, Carlos de Campos,

Carlos Pôrto, Edgar Ferraz, Emídio Piedade, Veiga Filho, Joaquim Cândido, Rodrigues dos Santos, Oliveira Coutinho, Freitas Vale, Luís Flaquer, Luís Soares, Leite Júnior, Aureliano de Gusmão, Manuel Bento, Mário Tavares, Oscar de Almeida, Pedro Arbúes, Herculano de Freitas e Washington Luís.

Era a vitória do ponto de vista defendido pelo senador Almeida Nogueira. Era a vitória da iniciativa tomada pelas câmaras municipais de Lorena e de Guaratinguetá. Mas — como observou a *Revista Brasileira dos Municípios* (IV, n.º 13) — “êsse desfecho representou a primeira grande vitória de Arnolfo Azevedo na luta em prol da autonomia municipal”. Tinha êle, então, 37 anos incompletos.

Em artigo publicado em *O Município*, da cidade de Lorena, em sua edição de 11 de novembro de 1905, escreveu SAMUEL DE OLIVEIRA:

“Conhecels a questão. O projeto de revisão la vibrar um golpe mortífero contra a autonomia municipal: o trabalho de Arnolfo Azevedo invalidou o golpe. É uma bela lição de Direito Constitucional, nos moldes do federalismo de Hamilton. Corre impresso num folhêto de 30 páginas. Nêle se encontram as qualidades que definem o verdadeiro escritor: estilo fácil e transparente, boa linguagem, metodização perfeita dos assuntos. É um trabalho de valor: tem idéias e tem forma; encerra lógica e estética”.

Deputado Federal

Inicia-se o governo de Rodrigues Alves. O ano de 1903. Moedas de prata. No "Grande Hotel" da Lapa. A Cadeia Velha. Deputados da legislatura de 1903-05. Impostos interestaduais. Organização político-administrativa do Acre.

Inicia-se o governo de Rodrigues Alves

Foi para atender a apelos insistentes de seus correligionários de Lorena que Arnolfo Azevedo reingressou na política, no ano de 1902. Mas, acima dêles, existia uma força mais poderosa: o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, que "exigiu seus serviços na direção local do Partido e na municipalidade" de sua cidade natal (1).

O então presidente da República encontrava-se no derradeiro ano de governo, apoiado na chamada *política dos governadores*, mas fortemente combatido e injuriado por certos órgãos da imprensa carioca, particularmente pelo *Correio da Manhã*, dirigido por Edmundo Bittencourt.

No dia 1.º de março de 1902, teve lugar o pleito presidencial para o nôvo quadriênio. Para presidente da República recebeu o conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves 592.039 votos, contra 42.512 dados a Quintino Bocaiuva; para vice-presidente foi eleito o Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão com 563.733 votos, contra 59.887 dados a Justo Chermont.

São Paulo e Minas Gerais assumiam, através dos eleitos, os cargos supremos da Nação. Ambos os escolhidos governavam, no momento, seus respectivos Estados.

Todavia, a 25 de setembro, faleceu em Belo Horizonte o Dr. Silviano Brandão, deixando vaga a vice-presidência. O ines-

(1) Cf. VELHO SOBRINHO (J. F.) — *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*, vol. I, p. 567, de acôrdo com dados fornecidos pelo próprio biografado; e *Revista Brasileira dos Municípios — Vultos do Municipalismo Brasileiro: Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, ano IV, n.º 13, p. 56, Rio de Janeiro, janeiro-março de 1951.

perado acontecimento não afetou, porém, a união conhecida pelo nome de *café-com-leite*: a 12 de dezembro, a Convenção Republicana apontou para o cargo outro mineiro ilustre — o conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena, que acabou sendo eleito a 18 de fevereiro de 1903 e posseado a 25 de junho.

Por entre festas, teve início o novo quadriênio presidencial. Chegado ao Rio de Janeiro no dia 29 de outubro de 1902, Rodrigues Alves foi homenageado, a 4 de novembro, no Cassino Fluminense, com um baile de gala oferecido pelo Congresso Nacional. No dia 15, no edifício do Senado Federal, perante os congressistas solenemente reunidos, o grande paulista de Guaratinguetá assumiu a presidência da República.

Nesse mesmo dia 15, à noite, Campos Sales foi homenageado com um baile oferecido pelo Clube dos Diários. A 16, banquetearam-no as classes conservadoras do Rio de Janeiro. No dia 18, o grande paulista de Campinas seguiu para São Paulo, onde recebeu muitas manifestações de apreço e de acatamento.

Dessa maneira, passou a governar o país um homem do Vale do Paraíba, que Arnolfo Azevedo aprendera a admirar e a respeitar desde sua juventude, pois laços de amizade e afinidades ideológicas haviam unido o guaratinguetaense ilustre ao Barão de Santa Eulália.

O ano de 1903

Para a existência de nosso biografado, o ano de 1903 teve um significado muito especial: não apenas porque marcou seu retorno às atividades parlamentares, mas porque projetou-o no cenário nacional, onde haveria de ascender gradativamente até atingir a posição incontestável de um dos líderes da política brasileira. No exercício do mandato de deputado federal pelo Estado de São Paulo, viu-se obrigado a passar a maior parte da semana longe de sua família, a residir num hotel da cidade do Rio de Janeiro.

Foi o ano marcado pela questão do Acre e pelas assombrosas demonstrações do gênio de Santos Dumont, realizadas em Paris com seu balão n.º 9. Por muitas reivindicações e greves do operariado. Pelas primeiras medidas destinadas a transformar a fisionomia urbana da capital da República, sob

a direção do prefeito Francisco Pereira Passos. Pelo sucesso de Osvaldo Coutinho de Faria, que, com apenas 16 anos, demonstrou perante cientistas franceses seu sistema de transformação da corrente elétrica alternada em corrente contínua. Por viagens de chefes de Estado europeus: Eduardo VII, Guilherme II, Émile Loubet, Vítor Manuel III, Afonso XIII. Pela morte do papa Leão XIII e a ascensão de Pio X. Pela tragédia de Belgrado, na Sérvia, quando foram assassinados o rei Alexandre I, a rainha Draga e os principais ministros, a que se seguiu a aclamação de um novo rei — Pedro Karageorgevitch. Por séria crise verificada no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Por agitações e morticínios nos Bálcãs. Pela primeira etapa da construção do canal de Panamá. Por prenúncios da Guerra Russo-Japonesa (2).

Moedas de prata

Encontrando-se à testa do governo da República um conterrâneo e respeitado amigo, Arnolfo Azevedo não tardou em procurar oferecer-lhe sua colaboração desinteressada e construtiva.

Fê-lo através de carta datada de Lorena, em 25 de janeiro de 1903, que assim se inicia:

“Exmo. Am.º Sr. Dr. Rodrigues Alves.

Faço votos sinceros pela sua boa saúde e prosperidade ininterrupta do bom governo que está presidindo.

As múltiplas dificuldades que a situação política, econômica e financeira do país e do Estado de São Paulo atualmente apresenta, não só pelo lado de nossas relações externas, como também pelo das econômicas e administrativas, sugere-me considerações em ordem a poder também prestar o fraco concurso de minhas observações para encaminhar de alguma sorte a solução de uma parte delas.

Não me sinto com a competência indispensável para entrar na discussão de assunto de tal magnitude, nem pretendo com estas linhas influir no espírito de V. Excia., esclarecido, ilustrado e mais do que nenhum outro apto para conhecer o que melhor convém aos interesses da Nação; isso, porém, não obsta a que lhe transmita as impressões e idéias que despretensiosamente nasceram das circunstâncias do momento”.

Feito este preâmbulo explicativo, entra logo no assunto: a cunhagem de *moedas de prata*, que o Governo pensava rea-

(2) Cf. *Folhinha Laemmert e Almanaque Brasileiro Garnier*, para 1904 e 1905.

lizar, de acôrdo com o noticiário dos jornais, utilizando os serviços de intermediários. Considerava boa a idéia, mas discordava do processo, "porque os intermediários absorveriam tôdas as vantagens da operação". Reconheceu que havia insuficiência de circulação monetária; "mas seria um descalbro emitir papel-moeda, pelos motivos sabidos de todos". A solução estaria na cunhagem de moedas de prata, realmente.

"Entretanto, nada adiantará se o Govêrno fôr comprar a prata e cunhá-la em moeda de valor intrínseco igual ao nominal, menos o custo da cunhagem, porque a moeda perderá o seu caráter de representativa de um valor e entrará nas transações como mercadoria susceptível de exportação; e a circulação não se aumentará, pois o custo das moedas é igual ao valor com que terão de figurar nas relações comerciais."

Lembra que se deveria tomar como modêlo a cunhagem das moedas de níquel, despendendo 100 em papel para alcançar 200 em moedas de prata. Cita o exemplo do *shilling* de prata, que nominalmente valia 6 *pence*, mas que na realidade só valia 4 — fato que acontecia com outras moedas de prata da Europa.

"A minha idéia é que o Govêrno resolva substituir tôdas as notas de 500 réis a 10\$000 por moedas de prata do valor nominal de 500, 1.000, 2.000, 5.000 e 10.000 réis."

E prossegue:

"Para alcançar êsse desiderato é necessário que o Sr. ministro da Fazenda⁽³⁾ peça *diretamente* às fábricas estrangeiras, que se encarregam de cunhagem, amostras ou tipos de moedas de prata dos diversos valôres indicados, cujo preço (matéria-prima e cunhagem) seja, em papel-moeda, igual à metade do valor nominal com que vai cada uma delas entrar em circulação".

Assim fazendo, competiria ao Govêrno escolher o tipo de moeda que contivesse maior quantidade de prata e oferecesse mais sólida resistência à circulação. Mostra as vantagens que adviriam da operação, quer quanto à fixação da taxa cambial, quer quanto à conseqüente valorização da moeda. Os saldos em ouro seriam depositados como fundo de reserva e serviriam, mais tarde, como fundo de garantia de um grande banco de emissão, cuja organização poderia ser confiada aos próprios banqueiros do Brasil — os srs. Rotschild. Tal banco empregaria a emissão em operações de crédito territorial, agrícola e

(3) Dr. Leopoldo de Bulhões.

descontos comerciais; e, dentro de um certo número de lustros, estaria fixado o tipo da moeda brasileira e far-se-ia a conversão da moeda-papel em moeda metálica.

E assim concluiu Arnolfo Azevedo:

“Não sei se me fiz compreender e fui bastante claro na exposição; creio, entretanto, ter dito o bastante para que V. Excia. possa julgar das vantagens ou inconvenientes do alvitre lembrado.

Muito feliz serei se tiver de alguma forma concorrido para minorar as dificuldades do problema que nos assoberba, lembrando esta idéia, aplaudida por todos os banqueiros com quem tenho conversado e considerada por êles como medida de resultados imediatos, seguros e eficazes, depois do que se fêz no passado quadriênio presidencial em relação ao nosso crédito.

Queira V. Excia. dar suas ordens a quem se preza de poder subcrever-se com a mais alta estima, profundo respeito e distinta consideração. De V. Excia., am.º af.º e cor.º obrmo.,

Arnolfo Azevedo”.

Em nossos arquivos, êsse é o primeiro documento que encontramos, no qual um assunto de interêsse nacional é abordado pelo futuro deputado federal por São Paulo, então com 34 anos de idade.

Sem entrar no mérito da questão examinada, trata-se de uma carta que deixa transparecer o respeito que tinha Arnolfo Azevedo pelo conselheiro do Império, 20 anos mais velho, que conhecia desde a mocidade e que estivera presente aos funerais de seu pai. Mais que isso: atesta uma das qualidades de nosso biografado, que ninguém pode contestar — o alto espírito público, a vontade de servir a seu país.

No “Grande Hotel” da Lapa

No dia 18 de fevereiro de 1903, Arnolfo Azevedo foi eleito deputado federal pelo Estado de São Paulo, como um dos representantes do então 3.º distrito eleitoral. Êsse honroso mandato ver-se-ia sucessiva e interruptamente renovado nas eleições realizadas em 1906, 1909, 1912, 1915, 1918, 1921 e 1924. Vinte e quatro anos a serviço de São Paulo e do Brasil, na Câmara Federal — exatamente a casa do Congresso Nacional em que o povo brasileiro pode fazer-se ouvir, de maneira mais direta, em seus problemas e em suas aspirações,

Deixando sua espôsa e filhos na Fazenda da Conceição, em Lorena, o nôvo deputado paulista passou a residir, nos a fio, no *Grande Hotel*, de propriedade de José Garcia — o gordo e amável Sr. Garcia —, e localizado no Largo da Lapa, em pleno “coração” da cidade do Rio de Janeiro, a olhar para o Passeio Público. Era um solene e cinzento edifício de vários andares, servido por elevadores gradeados.

Temos sob os olhos uma fôlha de papel de carta dêsse hotel: em côr azul, dois leões de cauda empinada seguram uma esfera, onde uma faixa transversal indica o nome do estabelecimento. Em baixo, uma fita desdobrada informa o nome do proprietário, o enderêço, a cidade. No alto, uma indicação atraente: “Telefone em todos os andares”. O principal número telefônico correspondia ao “Central 1120”; o da portaria — “Central 173”. Enfim, mais uma informação: “Na Filial da Rua Dr. Joaquim Silva, 69, alugam-se aposentos ricamente mobiliados com ou sem pensão”.

Era o hotel da preferência de muitos deputados, particularmente dos paulistas e dos mineiros. Ali Arnolfo Azevedo conviveu mais de perto com vários de seus colegas, estreitando amizades que perdurariam por longos anos; de maneira especial com aquêles que, como êle, guardavam severidade nos hábitos e traziam, no pensamento, a constante lembrança da terra natal e da família distantes. Após o jantar, costumava confabular com seus amigos do Congresso, a andar vagarosa e ritmadamente através dos salões ou sentado nas confortáveis poltronas de couro.

José AUGUSTO (o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros), deputado federal e presidente do Rio Grande do Norte, assim se referiu a êsse velho hotel carioca:

“O Grande Hotel da Lapa foi, talvez, desde os anos primeiros de nossa República até 1930, o local preferido, o centro principal das conversações e conciliábulos políticos em que tomavam parte as figuras primaciais da direção do país. É que ali se hospedavam quase todos os grandes chefes de partidos, os de São Paulo e, principalmente, os de Minas Gerais, procurados constantemente pelos representantes dos demais Estados para os entendimentos preliminares indispensáveis às magnas deliberações”.

Nêle também se hospedou o político norte-riograndense, a partir de 1915, quando “havia mais de 30 representantes da Nação a ocuparem os seus aposentos”, entre os quais incluía-se o severo deputado Artur da Silva Bernardes, futuro presidente de Minas Gerais e da República,

E prossegue:

"Entre outros hóspedes ilustres havia um a quem desde logo me liguei por laços de muito afeto e muita admiração, que conservei sem intermitências — Arnolfo Azevedo, homem de poucas expansões, fisionomia cerrada, mas de sólida cultura jurídica, arraigadas convicções democráticas, severa formação moral e retilínea conduta cívica, sempre preocupado com a vitalidade do regime republicano e com os problemas condizentes com o bem público" (4).

Por essa época, sólidas amizades vieram ligar Arnolfo Azevedo não somente a José Augusto e a Artur Bernardes, mas a outros colegas, como Moreira Brandão, Valdomiro de Magalhães e Antunes Maciel, dos quais os dois primeiros (deputados por Minas Gerais) acabaram por se unir pelo casamento, às duas irmãs solteiras do terceiro, deputado pelo Rio Grande do Sul.

Era assim a vida de nosso biografado no "Grande Hotel" da Lapa. Não sabemos, porém, se seus colegas chegaram a tomar conhecimento de que, isolado em seu quarto, testemunhou em versos melancólicos as saudades que o consumiam. Saudades da família, saudades de sua Fazenda.

A 10 de junho de 1904, compôs rimas singelas, sob o título — *Aos meus*, e que assim se iniciam:

Oh! que saudades eu tenho
Do meu lar doce, sereno,
Onde meu viver ameno
Deslizando vai suave!
Oh! quantas saudades! quantas!
Dêsse viver no remanso,
No retiro, no descanso,
De um sossêgo austero e grave!

Ao lado de minha espôsa,
Cercado de meus filhinhos,
Ouvindo meus passarinhos,
A vida passo no lar.
O gado, mugindo, à tarde;
O ram-ram do meu moinho,
O grunhir de um leitãozinho;
A carneirada a balar.

(4) AUGUSTO (José) — "Arnolfo Azevedo", em *Jornal do Brasil*, de 26 de outubro de 1955.



Rio de Janeiro no início do século XX

À esquerda, a praia do Russell e o outeiro da Glória, vendo-se ao fundo o Pão de Açúcar. À direita, o largo e a igreja de São Francisco de Paula.

Depois de se referir a cada um de seus filhos e à espôsa, "mui corada, a ralhar a criançada, que a não deixa sossegar", assim termina:

Tudo vem à minha mente,
Tudo faz-me ter saudade
Dessa vida que, em verdade,
Muito tem para encantar.

A vida do lar me prende,
Essa vida é que me apraz.
Nenhuma outra é capaz
De dar-me ventura tanta!

Esse sentimento perdurou através dos anos, mesmo depois que se viria envolvido pelos acontecimentos políticos e passara a figurar com destaque no cenário da Câmara Federal. No dia 10 de maio de 1918, produziu um sonêto, que nos transporta para a Lapa daquele tempo, um dos centros da boêmia carioca:

SAUDADE

O rebuliço, que me cerca, é vivo;
Passam zunindo os automóveis loucos;
Bondes nos trilhos, dando guinchos roucos,
Vão timpanando no vaivém ativo.

Vozes discutem, dão risadas, gritam,
 Cantam, blasfemam, num bradar constante;
 Toca um quarteto, sem parar, maçante,
 E os *civis*, de quando em quando, apitam..

Tudo é ruído de alegria e gózo.
 Tudo se expande, sob o céu formoso,
 Desta encantada e colossal cidade.

Só eu me isolo, neste triste quarto,
 Cheio de tédio, do convívio farto,
 Ralado todo de cruel saudade!

A Cadeia Velha

Pode-se bem imaginar a emoção do nôvo deputado paulista ao penetrar, naquele ano de 1903, no edifício onde funcionava a Câmara dos Deputados, na "encantada e colossal cidade" do Rio de Janeiro.

Era, então, o da *Cadeia Velha*, casarão colonial situado à rua da Misericórdia, repleto de recordações históricas, cujas origens remontavam ao seiscentismo.

Fôra a sede do Senado da Câmara, desde meados do século XVIII. Numa de suas celas, passara Tiradentes os últimos meses de sua vida, até o momento de partir para a fôrca, na manhã de 21 de abril de 1792. Ali se reuniram os constituintes de 1823. Naquele venerando prédio vinha funcionando a Câmara dos Deputados, ininterruptamente, desde o dia 6 de maio de 1826⁽⁵⁾.

De acôrdo com a descrição feita por MOREIRA DE AZEVEDO⁽⁶⁾, tratava-se de um edifício quadrado, na base, e oblongo, na parte superior, que não obedecia a nenhum estilo arquitetônico — um casarão sem gôsto nem simetria, inteiramente isolado dos prédios circunvizinhos. Sua fachada principal achava-se voltada para o antigo Palácio Imperial (mais tarde,

(5) Cf. CASTRO (Ramiro Berbert de) — "Cadeia Velha", em *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados (1826-1926)*, vol. II, pp. 677-689, Emp. Brasil Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1926.

(6) Cf. CASTRO (Ramiro Berbert de) — *ob. cit.*, p. 689.

sede da Repartição dos Telégrafos), tendo no primeiro pavimento uma porta, antecedida por escada de pedra de três degraus e guarnecida por um alpendre, e três janelas com peitoril; no segundo pavimento, quatro janelas de sacada e uma com peitoril. Outra face voltava-se para a igreja de São José, com seis janelas no primeiro pavimento, quatro no segundo e, mais acima, duas janelinhas. Olhando para a rua da Misericórdia, abriam-se quatro portas e cinco janelas no primeiro pavimento, onze janelas no segundo e três num terceiro pavimento, ao centro. Na face oposta, uma porta e oito janelas no primeiro pavimento, dez janelas no segundo e três no terceiro, ao centro.

A Câmara dos Deputados ocupava o segundo pavimento, tendo na parte central a sala das sessões. No terceiro pavimento ou sótão, ficavam as salas destinadas às comissões.

No recinto, as poltronas dividiam-se em duas ordens, separadas por um corredor central, onde ficava a tribuna; sucediam-se em filas curvas, limitadas dos lados pelos pilares que sustentavam as galerias. O teto era constituído por larga abóbada, na qual abria-se uma grande clarabóia quadrangular. Por sobre a porta de entrada, pendia enorme relógio octogonal, de moldura preta, tendo em cima os tímpanos niquelados. Diante da entrada, ao fundo da sala, erguia-se a mesa da presidência, vasto e severo móvel, semelhante a uma cômoda sem gavetas. A seu pé, estendia-se uma grade semicircular, atrás da qual assentavam-se os representantes da imprensa (7).

No interior dêsse vetusto casarão colonial e em tal ambiente, haveria Arnolfo Azevedo de exercer seu mandato de deputado federal durante onze longos anos, até setembro de 1914. Daquela severo móvel, que mais parecia uma cômoda sem gavetas, iria presidir a inúmeras sessões, entre 1906 e 1909.

Era sua casa de trabalho, da mesma forma que o "Grande Hotel" da Lapa o local de morada, na capital da República.

Deputados da legislatura de 1903-05

Ao iniciar-se a 5.^a legislatura, em maio de 1903, constituíam a *bancada paulista* 22 deputados, representando sete distritos eleitorais e assim distribuídos:

(7) Cf. VIEIRA (José) — *A Cadeia Velha*, pp. 16-17.

1.^o *distrito* — Antônio Moreira da Silva, Bernardo de Sousa Campos, Jesuino Ubaldo Cardoso de Melo e João Galeão Carvalho.

2.^o *distrito* — Francisco Marcondes Romeiro, José Valois de Castro e Manuel Jacinto Domingues de Castro.

3.^o *distrito* — Antônio José da Costa Júnior, Arnolfo Rodrigues de Azevedo e José Rebouças de Carvalho.

4.^o *distrito* — Antônio do Amaral César, Fernando Prestes de Albuquerque e Francisco Ferreira Braga.

5.^o *distrito* — Elói de Miranda Chaves, José Leite de Sousa e José Manuel Lobo.

6.^o *distrito* — Alvaro Augusto da Costa Carvalho, Francisco de Toledo Malta e Paulino Carlos de Arruda Botelho.

7.^o *distrito* — Antônio Cândido Rodrigues, José Manuel de Azevedo Marques e Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda.

Alguns desses nomes já se destacavam ou viriam a destacar-se no futuro, a exemplo do recém-eleito deputado por Lorena: Fernando Prestes, Cândido Rodrigues, Rodolfo Miranda, Alvaro de Carvalho, Galeão Carvalho, Elói Chaves, Azevedo Marques, José Lobo, Valois de Castro, entre outros.

Em seu ano de estréia no Parlamento da República, Arnolfo Azevedo viu ampliar-se desmedidamente seus horizontes, no campo da política e no trato da coisa pública, ao ombrear-se com seus colegas representantes de outros Estados. Uma experiência certamente inolvidável para quem, até então, militara apenas em terras paulistas.

Representando o *Amazonas*, lá estavam Aurélio d'Amorim, Enéias Martins. O *Pará* enviara Artur Lemos, Índio do Brasil, Passos de Miranda. O *Maranhão*, José Eusébio, Luís Domingues, Urbano dos Santos. O *Piauí*, Auto de Abreu, Pires Ferreira. O *Ceará*, Francisco Sá, Tomás Accioly. O *Rio Grande do Norte*, Elói de Sousa, Tavares de Lira. A *Paraíba*, Abdon Milanez, Antônio Henriques, João Neiva, Vilfredo Leal. *Per-nambuco*, Afonso Costa, Artur Orlando, Brício Filho, Esmeraldino Bandeira, Estácio Coimbra, Júlio de Melo, Pereira de Lira. *Alagoas*, Eusébio de Andrade, Pontes de Miranda. *Sergipe*, Felisbello Freire, Joaquim de Carvalho, Oliveira Valadão, Rodrigues Dória. A *Bahia*, Augusto de Freitas, Bulcão Viana, Castro Rebêlo, Eugênio Tourinho, Joaquim Tosta, Paula Guimarães, Rodrigues Lima, Vergne de Abreu. O *Espírito Santo*, Galdino Loreto, José Monjardim. O *Distrito Federal* (atual

Guanabara), Correia Dutra, Irineu Machado, Melo Matos, Sá Freire. O *Rio de Janeiro*, Belisário de Sousa, Érico Coelho, Henrique Monteiro, Júlio Veríssimo, Laurindo Pita, Pereira Lima, Soares de Souza. *Paraná*, Carlos Cavalcanti, Lamenha Lins. *Santa Catarina*, Abdon Batista, Eliseu Guilherme. O *Rio Grande do Sul*, Alfredo Varela, Ângelo Pinheiro Machado, Barbosa Lima, Carneiro Monteiro, Cassiano do Nascimento, Domingos de Mascarenhas, Germano Hasslocher, James Darcy, Marçal de Escobar, Soares dos Santos, Vespasiano de Albuquerque. *Goiás*, Hermenegildo de Moraes.

Today, especially notable was the representation of *Minas Gerais*, in which stood out names such as those of Andrade Botelho, Astolfo Dutra, Bernardo Monteiro, Bueno de Paiva, Camilo Soares, Carlos Otoni, Carvalho de Brito, Carlos Peixoto Filho, Davi Campista, Estêvão Lobo, Gastão da Cunha, João Luís Alves, José Bonifácio, Lamounier Godofredo, Leonel de Resende, Nogueira Penido, Olegário Maciel, Pádua Resende, Pandiá Calógeras, Rodolfo Paixão, Sabino Barroso, Venceslau Brás.

Uma assembléia repleta de nomes que passaram à História da Primeira República. Na sua presidência, encontrava-se o general Francisco de Paula Oliveira Guimarães, deputado pela Bahia.

Impostos interestaduais

Se nos fôr lícito generalizar o que sucedeu com ALTINO ARANTES, conforme seu próprio depoimento escrito a respeito de nosso biografado, um discurso de estréia na Câmara Federal (pelo menos da primeira década do século) revestia-se de uma seriedade, que fornece bem a medida do exato senso de responsabilidade dos deputados paulistas de então. Cumpria, preliminarmente, dar conhecimento do assunto escolhido e do conteúdo do discurso ao líder da bancada. Era aconselhável submetê-lo, previamente, à apreciação de colegas mais experimentados, a fim de recolher suas opiniões e eventuais críticas. Em seguida, cabia a êsses mesmos colegas a tarefa de criar uma atmosfera de simpática expectativa em relação ao estreante, através de reiteradas referências ao discurso que viria a ser brevemente pronunciado⁽⁸⁾.

(8) Cf. ARANTES (Altino) — *Passos do meu caminho*, pp. 348-349, Liv. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1958; e p. 565 deste livro.

Não temos elementos para afirmar se assim aconteceu em relação à estréia parlamentar de Arnolfo Azevedo. É bem provável que sim.

O fato é que memorável foi, para nosso biografado, o dia 14 de setembro de 1903. Imaginemo-lo no acanhado recinto das sessões da Câmara dos Deputados. Dentro de menos de dois meses completaria 35 anos de idade. Não era a primeira vez que iria falar perante uma assembléia legislativa, já que trazia consigo a experiência de deputado estadual, cujo mandato exercera durante quatro anos (1895-99). Mas era a primeira vez que, da tribuna, falaria à Nação, perante representantes do povo oriundos de tôdas as regiões do país.

Muito emocionante deve ter sido o momento inicial, que os *Anais* assim registraram:

“O sr. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Arnolfo Azevedo.

O sr. ARNOLFO AZEVEDO (*movimento de atenção*) — Senhor Presidente. Sejam as minhas primeiras palavras, ao subir à tribuna, o testemunho do mais profundo e sincero reconhecimento pela generosa benevolência do ilustre mestre do Direito Constitucional, Dr. Felisbello Freire, que me concedeu, neste assunto, a precedência na discussão — a mim, Senhor Presidente, o mais humilde e desautorizado (*não apoiados*) dos seus discípulos, se bem que o mais sincero e fervoroso dos seus admiradores. Agora, que me cabe, graças a essa honrosa distinção, falar do assunto em primeiro lugar, julgo dever mais uma vez testemunhar a S. Excia. o meu agradecimento”.

Depois dêste rápido exórdio — e, certamente, cada vez mais seguro de si —, Arnolfo Azevedo passou imediatamente a abordar o assunto que havia escolhido para sua estréia: os *impostos interestaduais*, tratado no projeto n.º 329, de 1901, ainda em debate naquela casa do Congresso Nacional (9).

O discurso é longo, constituindo um folheto de 58 páginas, de que destacaremos apenas algumas passagens.

Para o orador, sua intervenção no assunto não consistia em “simples exibição de uma opinião”, mas um dever, que julgava “iniludível, contraído ao receber o mandato do eleitorado do Estado de São Paulo”, e, “mais do que isso, a satisfação da própria consciência”.

(9) AZEVEDO (Arnolfo) — *Impostos Interestaduais* (Discurso pronunciado pelo Dr. Arnolfo Azevedo, deputado federal, ao apresentar à Câmara, na sessão de 14 de setembro de 1903, o seu substitutivo ao projeto n.º 329, de 1901), Tip. da “Gazeta de Notícias”, Rio de Janeiro, 1903.

Demonstrou, a seguir, os temores que o assaltavam:

"Que essa intervenção, porém, Senhor Presidente, tal a minha incompetência na matéria (*não apoiados*) não seja um desastre para a causa que pretendo defender. Melhor será julgá-la simplesmente inócua que prejudicar assunto tão importante, talvez o mais importante que o Congresso Nacional tenha de debater na presente sessão legislativa".

Procurou acentuar o quanto era importante a matéria para o Estado de São Paulo, através destas afirmações incisivas:

"Os deputados de São Paulo trazem como que um mandato imperativo: cada um de nós foi apresentado ao eleitorado do Estado com a recomendação expressa da direção do nosso partido, de que cada um e todos solidariamente trazíamos para cá o dever imperioso de estudar e procurar, pelo menos, minorar, se não resolver, o problema econômico da crise que atravessa a nossa produção, especialmente a lavoura de café de nosso Estado.

O sufrágio foi por nós recebido com essa condição expressa de que os assuntos atinentes à crise econômica do país seriam tratados com todo esforço e com todo carinho da bancada".

Lembrou, em seguida, que o assunto lhe era familiar:

"A escolha do assunto também não dependeu da minha vontade. Procurei sempre guardar na vida pública uma certa linha de coerência. No Congresso do meu Estado, em 1898, tive a honra de colaborar com o ilustre paulista, Dr. Luís Piza, atual secretário da Agricultura, na elaboração de um projeto de lei, que é hoje lei promulgada e em execução lá, tendente a suprimir os impostos intermunicipais, que seis ou oito municipalidades, daquele Estado, haviam decretado.

Como já no Congresso do Estado tratara do assunto, pareceu aos meus colegas de bancada que aqui devia ser eu quem viesse dêle se ocupar sob o ponto de vista geral, uma vez que a questão é a mesma, tratando-se lá de municípios e aqui de Estados".

Acentuou que, em questões como aquela, procurava sempre ter presente "o princípio cardeal que domina o regime federativo" — o da dupla soberania. "No que V. Excia. anda acertadíssimo" — aparteu o deputado Moreira da Silva, seu colega de bancada.

Passou, a seguir, a analisar longa e pormenorizadamente a competência da União e dos Estados no referente à fixação de impostos, contrariado algumas vezes por apartes do deputado João Luís Alves. Em abono de seus pontos de vista, citou Rui Barbosa e Serzedelo Correia.

Os debates tornaram-se acalorados em torno do exato significado dos verbos *regular* e *taxar*, entrando na discussão os deputados Anísio de Abreu, Elói Chaves, Jesuíno Cardoso, Pandiá Calógeras. Também se debateu o problema da *sobereania* ou da simples *autonomia* dos Estados — naquele tempo ainda não suficientemente esclarecido.

Em seguida, pôde o orador expor mais tranqüilamente suas idéias a respeito dos impostos interestaduais. Após duas prorrogações concedidas pelo plenário, para que pudesse justificar seus pontos de vista, Arnolfo Azevedo assim concluiu seu discurso de estréia:

“O sr. ARNOLFO AZEVEDO — Creio que justifiquei, mais ou menos..
VOZES — Brilhantemente.

O sr. ARNOLFO AZEVEDO — ... os termos do meu substitutivo.

Agora pedirei para êle tôda a benevolência da Câmara dos Deputados.

Como disse, é trabalho de um inexperiente, de quem deseja aprender no seio desta Casa, de quem deseja prestar também um serviço ao seu país.

A supressão dos impostos interestaduais é o maior de todos os serviços que o Congresso Nacional pode prestar a êste país (*muito bem*), porque não só êles poderão ser motivo de guerra de tarifas entre os Estados...

O sr. ELÓI CHAVES — E até de odiosidade.

O sr. ARNOLFO AZEVEDO — ... de odiosidade, de separação dêsses Estados, que devem ser irmãos e não inimigos, como também porque dessa guerra perniciosa de tarifas, que daqui a pouco teremos de ver, teremos de presenciar, pode advir a ruína, a desagregação da República, o perigo da nossa Pátria desintegrizada.

Desejando a supressão dos impostos interestaduais, Senhor Presidente, quero firmar a união do Brasil, quero consolidar a união dos Estados do Brasil! (*Muito bem, muito bem. O orador é vivamente cumprimentado*)”.

Foi, então, encaminhado à Mesa, lido, apoiado e pôsto em discussão o substitutivo, datado da sala das sessões, em 14 de setembro de 1903, e assinado pelos deputados Arnolfo Azevedo, Cândido Rodrigues, Elói Chaves, Galeão Carvalho, Ferreira Braga, Álvaro de Carvalho, Rebouças de Carvalho, Moreira da Silva, Valois de Castro, José Lobo, Bernardo de Campos e Jesuíno Cardoso.

“Sua estréia foi qualificada, pelos jornais de então, como das mais brilhantes, naquela legislatura de brilhantes estréias”⁽¹⁰⁾.

(10) GALHANONE (José) — *Lorena e o Dr. Arnolfo Azevedo*, p. 18, 1938.

Eis a íntegra do substitutivo em causa:

"O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1.º — Salvo o disposto no n.º 4 e no § 3.º do artigo 9.º da Constituição Federal, só é lícito aos Estados estabelecer taxas ou tributos que, sob qualquer denominação, incidam sobre as mercadorias estrangeiras ou sobre as nacionais de produção de outros Estados, quando concorrem as seguintes condições:

1.ª — que umas e outras mercadorias já constituam objeto do comércio interno do Estado e se achem, assim, incorporadas ao acervo de suas próprias riquezas;

2.ª — que as taxas ou tributos estabelecidos incidam também, com a mais completa igualdade, sobre as mercadorias similares de produção do Estado.

Artigo 2.º — As mercadorias estrangeiras ou nacionais, que não tiverem similares na produção do Estado, só poderão por este ser taxadas ou tributadas quando constituírem objeto do comércio a retalho.

Artigo 3.º — Os municípios, igualmente, só poderão taxar ou tributar as mercadorias estrangeiras ou as nacionais produzidas por outros municípios do mesmo ou de diferente Estado, se, em relação a elles, se verificarem tôdas as condições estabelecidas para os Estados nos artigos 1.º e 2.º.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário".

No dia 2 de outubro, voltou novamente Arnolfo Azevedo à tribuna da Câmara para, dentro do mesmo assunto, refutar uma afirmação de seu "prezadíssimo amigo, ilustrado deputado mineiro, sr. Pandiá Calógeras, um dos mais belos ornamentos desta Casa", segundo a qual o Estado de São Paulo cobrava impostos interestaduais sobre a importação de procedência nacional, inclusive o de trânsito de mercadorias de outros Estados que passavam por seu território.

Depois de acentuar que, se São Paulo seguisse o exemplo do Ceará (que cobrava 80\$000 por tonelada de açúcar entrada), teria um acréscimo em sua renda de 11.670 contos de réis, apenas em relação ao café. Só isto bastaria para equilibrar as finanças do Estado, "que não estão muito prósperas", como também permitiria a redução em 50% do imposto de exportação sobre o café.

"Entretanto, Senhor Presidente, honra ao Estado de São Paulo, que, não obstante toda a tentação que este cálculo lhe traz, os seus homens públicos, compreendendo perfeitamente a posição do Estado diante da Constituição Federal, absolutamente jamais cogitaram de incluir no quadro da tributação estadual os impostos de importação sobre gêneros de procedência nacional."

E, a propósito, anunciou à Câmara que iria ler um documento do mais alto valor, que na véspera havia chegado de São Paulo, endereçado ao deputado Fernando Prestes (líder da bancada) e aos deputados Arnolfo Azevedo, Jesuíno Cardoso e Elói Chaves. Tratava-se de um telegrama assinado pelo Dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado de São Paulo, e concebido nos seguintes termos:

“O Estado de São Paulo não cobra impôsto algum, nem sôbre produtos de outros Estados, nem sôbre os estrangeiros. Tudo entra, transita e passa, livre de qualquer impôsto dêste Estado. Os impostos de saída e de trânsito em São Paulo recaem exclusivamente sôbre os produtos paulistas. Podeis fazer estas afirmações, que estão de acôrdo com as nossas leis e práticas”.

Após corroborar as afirmações de Bernardino de Campos, citando o disposto na Lei estadual n.º 15, de 11 de novembro de 1891, concluiu seu discurso com as seguintes palavras:

“É esta a retificação que julguei necessário trazer ao discurso do meu distinto colega por Minas, para que não ficasse constando dos *Anais*, sem protesto nosso, a asseveração de que o Estado de São Paulo cobrava impostos de importação, mudando-lhes a denominação para taxas de barreiras, itinerárias, etc.

Esta afirmação precisava ser contestada imediatamente; mas, no momento, não me senti autorizado a fazê-lo, senão por apertes, que não foram tomados pelo serviço stenográfico. Tratando-se de um deputado operoso, inteligente e ilustrado como o sr. Calógeras (*apoiados*), cujas palavras, nesta Câmara, merecem todo o acatamento devido ao seu grande talento, não podiam suas afirmações ficar sem contestação e eu não podia contestá-la sem trazer as provas em que me baseava.

Pude trazê-las hoje, Senhor Presidente, e aproveito o ensejo para oferecê-las à consideração da Câmara dos Deputados”.

O substitutivo de Arnolfo Azevedo, depois de aprovado pela Câmara e pelo Senado, transformou-se na Lei n.º 1.185, de 11 de junho de 1904, sancionada pelo presidente Rodrigues Alves.

Referindo-se a êsse trabalho, o então coronel SAMUEL DE OLIVEIRA escreveu em *O Município*, jornal de Lorena, na já citada edição de 11 de novembro de 1905:

“Posso garantir, sem receio de contestação que o trabalho de Arnolfo Azevedo é um dos melhores que a respeito se fizeram. É uma peça de moderna eloquência parlamentar. Nada de declamação, de arroubos desnecessários, de rasgos pedantescos de retórica: é simples, clara, lógica e bem argumentada. Tenho presente o opúsculo que a contém, e tudo isso

acabo de verificar novamente. Venceu, convencendo. Triunfou. O projeto foi convertido em lei. E a glória que daí derivou para o seu autor é a de ter prestado ao regime federativo, de que é extremado defensor, o mais relevante dos serviços”.

Organização político-administrativa do Acre

Uma vez assinado o Tratado de Petrópolis, a 17 de novembro de 1903, e com êle estando assegurada para o Brasil a posse da região do Acre,urgia tratar de sua organização político-administrativa, nos termos da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891.

Plácido de Castro desejava vê-lo transformado em Estado; e, durante as primeiras lutas ali travadas, chegara a proclamar o *Estado Independente do Acre*, a ser futuramente anexado ao Brasil. O Estado do Amazonas pleiteava a pura e simples integração da nova área ao seu território, alegando a continuidade territorial e as evidentes semelhanças geográficas. Como resolver a questão?

O iorenense Arnolfo Azevedo preocupou-se, desde logo, com o assunto. E manifestou-se, não da tribuna da Câmara, mas em carta “particular” dirigida ao seu velho e respeitado amigo, o presidente Rodrigues Alves. Datou-a da cidade de São Paulo, no dia 4 de janeiro de 1904.

Nesse documento, procurou analisar o problema como constitucionalista e em suas implicações administrativas.

“No regime democrático em que vivemos, tendo por base de organização política e administrativa o *self-government*, cuja primeira célula é o governo de município autônomo, as circunscrições territoriais só se podem organizar e ter existência constitucional, tomando a feição de uma das entidades político-administrativas de que se compõe a Federação. Com o território do Acre, portanto, devemos proceder na conformidade de tais princípios, qualquer que seja o ponto de vista em que tenhamos de encarar a questão, e dar-lhe a organização de uma das circunscrições em que se divide a Federação.”

Depois dessa afirmação preliminar, lembrou que existiam três caminhos a seguir: 1. tornar o Acre um Estado; 2. transformá-lo num Território federal, com organização semelhante à do Distrito Federal; 3. anexá-lo a um dos Estados limítrofes.

A primeira solução lhe parecia desaconselhável no momento, porque a região não dispunha de condições de vida

material nem população suficiente. A segunda (que estava sendo geralmente lembrada), em sua opinião, viria acarretar graves problemas para o governo federal: ali somente poderiam ser cobrados impostos federais e estes seriam insuficientes para cobrir as despesas com a administração; a riqueza regional — a borracha — não forneceria recursos, porque as taxas de exportação pertenciam à órbita estadual. Se a União as cobrasse, acabaria sendo obrigada a devolvê-las, pois os interessados certamente recorreriam ao Supremo Tribunal Federal, que lhes daria ganho de causa.

Restava a terceira solução:

“Anexá-lo a um dos Estados vizinhos, com o compromisso de pagar tôdas as despesas feitas e por fazer, seria talvez o mais prudente, dado que o Estado favorecido oferecesse as condições de vida regular, honesta e próspera em sua conduta política e administrativa local, de modo a garantir para a União a satisfação de todos os encargos. Diante da Constituição e das conveniências políticas e financeiras do país, creio ser esta a melhor solução”.

O ponto de vista de Arnolfo Azevedo não foi o vitorioso e o Acre acabou sendo o primeiro de nossos Territórios Nacionais.

Não importa.

O que cumpre ressaltar, diante dessa carta, é sua preocupação em colaborar com o eminente paulista que ocupava a presidência da República, alertando-o como constitucionalista e homem público no sentido de encontrar a melhor solução para o problema.

Sente-se, ao lê-la, que o deputado paulista pensava e agia como um legítimo representante da Nação, não apenas preocupado com problemas locais e de seu Estado.

Esboçava-se, de maneira cada vez mais nítida, a figura daquele que haveria de ser um dos líderes da política nacional.

No cenário político nacional

Successão presidencial de Rodrigues Alves. A candidatura de Campos Sales. Bernardino de Campos *versus* Campos Sales. Na voragem dos acontecimentos. Vice-presidente da Câmara Federal. Ministro da Agricultura? Prestígio político. A legislatura de 1909-11. A candidatura de Hermes da Fonseca e o civilismo. Campos Sales e o govêrno Nilo Peçanha.

Successão presidencial de Rodrigues Alves

Em janeiro de 1904, a Comissão Central do Partido Republicano Paulista escolhera o Dr. Jorge Tibiriçá como candidato à presidência do Estado de São Paulo para suceder ao Dr. Bernardino de Campos, que vinha governando desde julho de 1902, quando então substituíra no alto pôsto o presidente da República, Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves. A 15 de fevereiro realizou-se a eleição e a 1.º de maio de 1904 teve início o nôvo quadriênio estadual.

Essa escolha não fôra de inteiro agrado do presidente Rodrigues Alves, se bem que o Dr. Tibiriçá fôsse seu amigo e correligionário. Suas preferências haviam-se voltado para o nome do Dr. Antônio de Pádua Sales.

Por essa e outras razões, delicada era a situação política em meados de 1904, pois parecia evidente que não existia a desejada afinidade de pontos de vista entre o nôvo presidente de São Paulo e o paulista que estava na presidência da República.

Para complicar ainda mais a situação, viera à baila o problema da successão do conselheiro Rodrigues Alves, embora tivesse êle pela frente ainda cêrca de dois anos e meio de govêrno. E as especulações, em tôrno do assunto, maiores se tornaram depois da viagem que o presidente da República fêz a Minas Gerais. Seria um político mineiro o próximo ocupante

do palácio do Catete? Perderia São Paulo o mais alto pôsto da República que por doze anos conseguira assegurar, através das figuras exponenciais de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves?...

Tudo isso passou a ser motivo de graves apreensões para o acendrado espírito público de Arnolfo Azevedo, se bem que só tivesse 35 anos de idade e apenas um ano de experiência na Câmara Federal.

Da cidade do Rio de Janeiro, em 22 de agôsto de 1904, nosso biografado escreveu longa carta "confidencial" ao ex-presidente da República, seu amigo e chefe político, na qual transmitia as preocupações que o dominavam, suas esperanças de melhores dias, ao mesmo tempo que procurava esboçar o panorama da política nacional, segundo sua maneira de ver. É um documento digno de ser transcrito na íntegra e que assim se inicia, conforme o rascunho em nosso poder:

"Caro Sr. Dr. Campos Sales,

Li com prazer sua carta ao Nilo⁽¹⁾, sentindo ao lê-la o renascimento de alguma coisa de bom, de proveitoso, de necessário às aspirações do meu espírito de brasileiro, como quando, na lareira apagada e cheia de cinzas, se encontra ainda, em baixo dela, acesa e vermelha, a brasa incandescente, que, um dia, será o início do nôvo, vivo e alegre fogo do lar. Foi uma consolação, um estímulo e, mais que tudo, uma esperança, porque as dificuldades de tôda ordem se acumulam, os tropeços se amontoam, as circunstâncias se emaranham, as situações se complicam de tal sorte, que bem hábil será quem puder ver claro em tudo quanto se passa, para tirar, com segurança, a previsão do que será o dia de amanhã. Já não estamos no tempo das soluções violentas, devendo-se, portanto, pôr de parte, como improvável, esta hipótese. Mas nem só as revoltas têm o pernicioso efeito de perturbar o bom andamento dos negócios públicos e de trazer descalabros aos interesses nacionais. Mil outras causas, com maior ou menor intensidade, mais ou menos remotamente, produzem êsses resultados.

Não preciso de apontar tôdas, nem mesmo as principais, bastando dar como a mais próxima e de mais graves e imediatas conseqüências o patente desacôrdo entre os presidentes de São Paulo e da República, quer em assuntos de administração, quer em questões de altos interesses políticos. Aliás, não me causa admiração nem surprêsa o fato, que eu previ ou pressenti, quando lhe escrevi, em dezembro, a propósito do desejo do Dr. Rodrigues Alves de que me fôsse confiada a secretaria do Interior".

Cumpre, aqui, observar que, pelo que acaba de ser lido, Arnolfo Azevedo chegou a ser apontado como futuro secretário do Interior, no quadriênio de 1904-08, cargo que viria a ser

(1) Dr. Nilo Peçanha.

ocupado, a princípio, pelo Dr. Cardoso de Almeida e, depois, pelo Dr. Washington Luís.

Mas, prossigamos na transcrição:

"Desde que fracassou a candidatura do Pádua⁽²⁾ à presidência do Estado, sem uma manifestação de vontade enérgica por parte do Dr. Rodrigues Alves, não tive mais dúvida sobre a vinda de uma reação posterior, tendo por fim afastar, cada dia mais, a intervenção do chefe da União, paulista, dos negócios do nosso Estado. Essa convicção só agora entra no ânimo do Dr. Rodrigues Alves e começa a pesar na sua conduta, para o fim de entibiar a excessiva longanimidade, a magnânima cordura, a apuradíssima delicadeza com que êle recebeu sempre as desconsideações, desatenções e tantas outras manifestações inequívocas do completo descaço com que em São Paulo tratam o chefe da Nação, que é também chefe paulista.

Por aqui muito se fala em rompimento, e o artigo do "Correio"⁽³⁾, que teve em vista provar a mais completa harmonia e solidariedade entre os dois governos, demonstrará, ao muito, que êsse desastre foi adiado.

A Sorocabana e o impôsto sobre dividendos dos bancos e companhias dos Estados aí estão para pôr fogo no rastilho que fará estourar a mina... Bem sei que o Tibiriçá não perdoa aos que hostilizaram sua candidatura e o Rubião⁽⁴⁾ já tem razão de sobra para jurá-lo aos Santos Evangelhos... Depois dêle outros e outros virão jurar que isso é dogma...

Teremos de esperar a ceifa total de tão grande número de hereges, um a um, até o último, para juntar êsses destroços esparsos e com êles fundir, depois, a grande clava com que haveremos de enfrentar o inquisidor? Não sei.

E tudo isso é tanto mais sério quanto o govêrno da União tem necessidade do apoio de todos nós e principalmente dos bons brasileiros para levar a cabo sua missão difficilima de fazer grandes melhoramentos, sem abalar os alicerces da grande obra, da obra extraordinária e assombrosa, que o seu govêrno, o seu benemérito govêrno, pôde realizar para salvação dêste país. Se faltar a solidariedade do govêrno de São Paulo, não faltará em São Paulo um partido forte, constituído dos melhores elementos republicanos e conservadores, para sustentar o govêrno da União; mas incontestavelmente o chefe nacional ficará enfraquecido perante os outros Estados no dia em que tiver de romper com a política dominante no seu. Isto não trará a balbúrdia para a escolha do futuro presidente da República? Parece que sim".

Neste ponto, Arnolfo Azevedo tenta dar um balanço da situação, apontando os candidatos em potencial:

"A êste propósito, já aqui se fazem agitações políticas e todo mundo liga muita importância ao que se passa em São Paulo, attribuindo, ao descançante da desavença nossa, grande alcance para a escolha do candidato presidencial.

(2) Dr. Antônio de Pádua Sales.

(3) Refere-se, provavelmente, ao *Correio Paulistano*.

(4) Dr. José Alves Rubião Júnior.

A viagem a Minas dá ao Afonso Pena foros de *papabili*. Creio, porém, que é fruto amadurecido antes do tempo e não irá à mesa... (5) O Rosa (6) ainda não desistiu da idéia, mas com o *Leão do Norte* não vai o cordeiro do Catete... O Bernardino (7) ... vem da Europa cedo demais e convalescente de uma grave operação. O Glicério (8) quer, primeiro, constituir pecúlio e espera mais um quadriênio... O Lauro Müller está fazendo avenidas, por onde pretende correr de carro com piquete atrás; mas, por enquanto, só o Clube de Engenharia carrega o estandarte... O Prado (9) seria o pomo de discórdia, ainda não fez expressa profissão de fé; mas tem vantagens incontestáveis sob o ponto de vista nacional".

Isto feito, nosso biografado chega ao ponto culminante de sua carta: a opinião que, sobre o assunto, tinha o senador Pinheiro Machado, já então grande líder da política nacional. E o faz de maneira incisiva:

"O Pinheiro declarou, em uma roda de amigos que a salvação deste país depende da escolha de um homem que reúna qualidades excepcionais, capazes de reequilibrar tudo, vontade, orientação segura, pulso forte, talento, preparo, experiência, conhecimento perfeito e completo das coisas e dos homens públicos; e que êle só conhece um homem nestas condições especialíssimas: é o Dr. Campos Sales. Penso exatamente do mesmo modo e já o disse ao Dr. Rodrigues Alves, declarando de antemão que não queria que êle me dissesse o que pensava agora e que deixasse isso para ocasião azada".

Era a primeira notícia do lançamento da candidatura de Campos Sales à sucessão de Rodrigues Alves, feita ainda nos bastidores, mas por um chefe do prestígio do general Pinheiro Machado.

O final da carta de Arnolfo Azevedo tem muito de patético, tamanha a sinceridade que ressuma de suas palavras:

"Tudo quanto deixo escrito é a expressão sincera do que sinto e a expressão fiel do que sei sobre os negócios políticos. Não lhe conto, talvez, novidade e tudo quanto digo é, quem sabe, uma impressão errônea dos acontecimentos que se desevrolam ou que se vão desenrolar; falo, porém, como quem se confessa e pede conselhos ao seu confessor.

(5) Neste prognóstico, evidentemente, errou Arnolfo Azevedo. Em sua inteligência de caráter, não podia imaginar até que ponto chegaria a malícia dos que, como chefes, manejavam a política nacional.

(6) Dr. Francisco de Assis Rosa e Silva, político de Pernambuco, antigo vice-presidente da República.

(7) Dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado de São Paulo (1902-04).

(8) General Francisco Glicério, que havia chefiado o Partido Republicano Federal, ao tempo de Prudente de Moraes, e chegara a ser chamado o "General de 21 brigadas", tal seu prestígio nacional.

(9) Conselheiro Antônio da Silva Prado, então prefeito da capital paulista.

Julgo que terá de quebrar, mais dia menos dia, o seu retraimento político e tomar à frente do partido o lugar que é seu, e não posso dispensar que me diga o que pensa da situação e do rumo que devemos seguir. Sabe quanto sou seu amigo e como me conduzo em política. Espero, por isso, suas ordens.

Com muitos respeitos à sua exma. família e minhas mais afetuosas saudações, creia-me sempre com o mais alto apreço e sincera estima, seu am.º af.º ohrmo.

Arnolfo Azevedo".

A candidatura de Campos Sales

De acôrdo com a versão de AFONSO ARINOS, ao levantar Pinheiro Machado a candidatura de Campos Sales, agira de caso pensado: diante dela, Rodrigues Alves "haveria de ficar bloqueado, impossibilitado de agir, e êle, Pinheiro, seria o pai da candidatura vitoriosa" (10). E — acrescentamos nós —, como tal, esperava fortalecer seu prestígio, manobrando a política brasileira no quadriênio de 1906-10.

Sôbre o assunto, temos sob os olhos uma preciosa carta de Campos Sales, o "solitário do Banharão". É datada da Estação de "Campos Sales", em 4 de outubro de 1904. Retrata de maneira fiel a dignidade com que o grande paulista encarava a possibilidade de sua volta à chefia da Nação:

"Meu caro Arnolfo,

Respondo à sua carta de 29 do passado.

Até hoje, segundo V. próprio há testemunhado, não me tenho pronunciado por qualquer forma acêrca de minha falada candidatura à presidência da República. Uma natural prudência impunha-me esta reserva, aconselhando-me a aguardar o momento oportuno para definir a minha posição. Nem outra conduta me cabia, nada havia ocorrido ainda, que pedisse motivos de minha parte uma declaração, que assim seria, pelo menos, descabida. Esperava os acontecimentos e observava, nunca perdendo de vista que *ne rien demander c'est bien, mais l'essentiel c'est de réfléchir avant d'accepter*.

Entretanto, forçado agora por sua carta, penso dever antecipar uma declaração: é que só num caso me seria permitido aceitar uma segunda eleição — o de que a minha indicação viesse a ser o resultado inequívoco de um movimento espontâneo e generalizado da opinião do país, fora da esfera de influência oficial, ou dos intuitos de facções. A não ser isto, nada. Ora, uma intervenção, embora cuidadosamente velada, do presidente,

(10) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *Um Estadista da República* (Afrânio de Melo Franco e seu tempo), vol. II, p. 458, Liv. José Olympio, Rio de Janeiro, 1955.

seria bastante para fazer suspeitar da espontaneidade desse movimento, sobretudo dado o caso excepcionalmente delicado em que nos achamos, em frente um do outro, tendo sido êle o meu sucessor.

Ao Rodrigues Alves só cabe, pois, uma única atitude, se porventura tiver de ser lançada a minha candidatura: a mais completa, a mais real abstenção. A êle não pareceria airoso promover a eleição do seu antecessor, e a mim não seria digno aceitá-la, se promovida por êle. Ambos correríamos o risco de sermos feridos no nosso prestígio moral.

De outro lado, divergindo ainda do que V. parece desejar, não pode ter o cunho de uma "reparação" o ato que deve visar acima de tudo os grandes interesses da Nação. Das "injustiças que sofri, das injúrias que me lançaram", não é possível que eu cogite agora, tendo tido bastante calma para não levantá-las de sua origem desprezível ao tempo em que sôbre a minha cabeça rugia, impotente, a tormenta dos improperios.

Espero que serão acolhidos pelo seu ponderado espirito êstes motivos, que justificam a minha atitude.

Disponha como sempre, do seu am.º af.º

Campos Sales".

Esta carta, até hoje inédita, dignifica o homem que a escreveu, enobrece o Estado e o país que o tiveram à frente de seus destinos. Mais que isso: demonstra o quilate de um homem público brasileiro nesse alvorecer do século XX, quando a República ainda não havia completado quinze anos de existência. Um exemplo para os de nossa geração.

Arnolfo Azevedo não pôde conter seu entusiasmo diante desse verdadeiro documento histórico, admirando ainda mais aquêle que considerava seu chefe e orientador na política. Respondeu-a do Rio de Janeiro, a 14 de outubro:

"Agradeço-lhe do fundo d'alma sua carta de 4.

Entendi dever mostrá-la ao Rodrigues Alves e ao Pinheiro⁽¹¹⁾. A impressão de sua leitura foi, no primeiro, tanto quanto pude colhêr de movimentos fisionômicos, favorável e de inteira justiça à grande superioridade moral do homem íntegro, que a escreveu. Infelizmente, não tive ensejo de provocar comentários, porque, chegando o filho⁽¹²⁾, interrompi a conversa e mudei de assunto. Procurarei outra ocasião.

O Pinheiro ficou entusiasmado e aplaudiu a atitude como a mais nobre e conveniente.

Se a necessidade de sua viagem a São Paulo não fôr imperiosa, desejaria que a não empreendesse agora. Os importunos e os levianos cercá-lo-ão e ninguém poderá prever o que farão, em prejuízo da obra meritória, em que se empenham seus amigos".

(11) Pinheiro Machado.

(12) Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho, secretário da presidência da República.

Nesta mesma resposta, logo a seguir, transmite ao ex-presidente os temores que o assaltavam, como a antever o golpe que seria desfechado:

“Nada sei de positivo, nem de provável. Sinto, porém, que alguma coisa paira no ar, que uma ação solapadora e sorrateira se inicia, que o ambiente encerra algo de novo.

Desconfio que se procura perturbar o movimento generalizado da opinião para que seja menos inequívoco e possa determinar a intervenção oficial.

Quem surgirá? No seu afã de advogado administrativo, proclama o Frederico Borges⁽¹³⁾, pelos cafés, a candidatura do Lauro Müller. Pelo seu lado, o Glicério, que já tinha se alistado francamente nas nossas fileiras, entende agora que só deve fazer e pensar por ordem do Rodrigues Alves, porque é presidente da Comissão Central e também porque soube que o Rodrigues Alves, quando convidado pelo senhor para presidente da República, recusou e indicou o Bernardino. Por último, o Bueno de Andrade⁽¹⁴⁾, em comunicado ao “Correio da Manhã”, diz hoje que o Lauro prefere o Bernardino, porque virá *fazer engenharia*. Enfim, não estou satisfeito”.

Dias antes, em carta datada de 8 de outubro, Luís Piza transmitia a Arnolfo Azevedo suas impressões a respeito do que estava acontecendo no meio político paulista:

“Em São Paulo, apesar de estarmos em franco regime do Glicério e sob a certeza da elevação do Cardoso⁽¹⁵⁾, o Campos Sales está no galarim — despertando vivo entusiasmo nos espíritos lúcidos das classes conservadoras e nos bons republicanos, afastados da política”.

Mas, advertia:

“Há, contudo, uma vaga esperança de que um bom vento o afaste... por parte dos negociantes reunidos em torno do banquete presidencial”...

Depois de afirmar que estava apreciando “enormemente a conduta superiormente diplomática” de Rodrigues Alves, naquela questão, e de referir-se a possíveis candidatos, assim terminou Luís Piza sua carta:

“Há só um homem que estima o Rodrigues Alves, embora seja capaz de censurá-lo (o que não fará) nas rodas íntimas — é o Campos Sales, que lhe manterá o prestígio em São Paulo; há só um amigo de Campos Sales em São Paulo — é o Rodrigues Alves; unam-se os dois e saibam querer com vontade e sem reboços”.

(13) Deputado federal pelo Ceará.

(14) Deputado federal por São Paulo.

(15) Refere-se à candidatura do Dr. José Cardoso de Almeida, secretário do Interior, à sucessão do Dr. Jorge Tibiriçá, na presidência do Estado.

Bernardino de Campos versus Campos Sales

O golpe que Arnolfo Azevedo vinha presentindo e o “bom vento” a que irônicamente se referiu Luís Piza — não tardaram a se fazer sentir: ainda nesse final do ano de 1904, o presidente Jorge Tibiriçá sugeriu a Rodrigues Alves, como candidato à sua sucessão, o nome do Dr. Bernardino de Campos, que acabava de deixar a presidência do Estado (maio de 1904) e encontrava-se na Europa, em tratamento de saúde.

Estava pôsto o dilema ante o presidente da República: teria de escolher entre dois políticos paulistas com reais serviços prestados ao país e dignos ambos da suprema magistratura.

Em carta escrita em Paris e datada de 8 de janeiro de 1905, o deputado Álvaro de Carvalho contou a Arnolfo Azevedo o que se havia passado na Europa. “O Dr. Bernardino, antes de qualquer notícia sôbre o Campos Sales, me havia dito aqui, que amigos aí lhe haviam falado sôbre a candidatura à presidência da República e que êle respondera o que pensava, isto é — que disso devia decidir o presidente da República, única fôrça capaz de deliberar com fôrça bastante para agir.” Depois, separaram-se, cada qual tomando rumo diferente, em solo europeu. “Na volta, já estavam as baterias descobertas e êle tornou-se naturalmente reservado.”

Álvaro de Carvalho pôs-se a observar os acontecimentos, “sem deslealdade de espécie alguma, porque já nas conversas anteriores declarara (...) que era absolutamente obediente ao Campos Sales, não só pelo muito que lhe devia, como porque estava convencido de que era êle o supremo chefe, cuja volta se imporia mais cedo ou mais tarde”. Falando a Alberto Sarmiento, “começou o Bernardino a queixar-se de agressões do Murtinho⁽¹⁶⁾ e a fazer umas tantas referências esquisitas, começando a referir-se com entusiasmo ao Afonso Pena. Afinal, um dia adiou a viagem marcada para meados de dezembro e disse-me que assim procedia para não intervir no assunto af. Recebera uma carta do Cardoso⁽¹⁷⁾, em que êste lhe dizia que o esperavam para decidir sôbre a atitude de São Paulo, e que êle ia responder que para si nada queria, e que a decisão de-

(16) Dr. Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda no govêrno de Campos Sales.

(17) Dr. José Cardoso de Almeida.

veria ser tomada de acôrdo com o presidente da República. Mais tarde me disse que não respondera. Continuou a avivar as queixas contra o Murtinho, a dizer mesmo ao Alberto⁽¹⁸⁾ que não queria nada, mas que fiscalizaria as coisas de modo a que estas caminhassem bem, e sempre a manifestar-se entusiasta do Pena”.

Estavam as coisas nesse pé, quando chegou a Paris o Dr. Severino Vieira, senador pela Bahia, que se dispôs a falar com Bernardino de Campos, “arrostando mesmo qualquer tempestade”.

Na opinião de Alvaro de Carvalho, Campos Sales deveria receber muito bem Bernardino de Campos e sugeria que “alguém, que tenha bastante intimidade com êle, deve imediatamente, mas imediatamente, abrir-lhe os olhos sôbre a intriga e exploração”, que estavam sendo planejadas.

Por essa mesma carta — tão cheia de informações — depreende-se que se chegara a cogitar de nomes como candidatos à vice-presidência, na hipótese de vingar a candidatura de Campos Sales à presidência da República. Seriam: o Dr. Benedito Leite, do Maranhão; ou Severino Vieira, da Bahia; ou Pais de Carvalho, de Pernambuco.

Em fevereiro de 1905, retornou da Europa o Dr. Bernardino de Campos, com séria deficiência nos olhos, que acabaria por torná-lo completamente cego, anos mais tarde.

Não obstante isto, seus adeptos teimavam em fazê-lo candidato. Em carta “confidencial” dirigida a Arnolfo Azevedo e datada de 6 de março de 1905, Luís Piza informava que o presidente Rodrigues Alves decidira-se por Bernardino: soubera da novidade porque o deputado Herculano de Freitas havia contado ao Dr. Rubião Júnior, ao mesmo tempo que o Dr. Jorge Tibiriçá solicitara ao deputado Rodolfo Miranda a incumbência de fazer chegar a notícia a Campos Sales, “embora encobrando a origem”. Tudo estaria planejado para afastar esta candidatura, “sem abalos para São Paulo”.

Tomando tal decisão, o presidente da República estaria preferindo um notável homem público de São Paulo, mas mineiro de Pouso Alegre; supunha, certamente, que haveria de agradar ao presidente Jorge Tibiriçá, ao mesmo tempo que se libertaria da incômoda liderança do general Pinheiro Machado.

(18) Dr. Alberto Sarmiento.

De outra parte, em 7 de abril, Rodolfo Miranda anunciava em carta ao nosso biografado que seria "impossível ir melhor" no campo da política, porque

"(...) o Pinheiro é hoje o homem dos homens de São Paulo, que todos os dias está provando que não temos má cabeça e que a boa orientação estava com o pequeno grupo de deputados paulistas, que assinaram o manifesto da Coligação e não com o grosso da bancada, que o rejeitou".

Percebe-se, desde logo, que reinava grande confusão nos bastidores da política paulista. Confusão que também passou a reinar no âmbito nacional, com o lançamento da candidatura de Rui Barbosa pelo governador da Bahia, Dr. José Marcelino.

Arnolfo Azevedo não perdera, porém, suas esperanças, ainda mais porque, em princípios de maio, o senador Pinheiro Machado renovara seu apoio ao nome de Campos Sales.

Com data de 22 de maio de 1905 (logo depois de haver obtido sua grande vitória na defesa da autonomia dos municípios, perante o Congresso Constituinte paulista), enviava de Lorena o seguinte ofício:

"Exmos. Srs. Presidente e Membros da Comissão Central do Partido Republicano.

Dois chefes paulistas dos mais ilustres e queridos, dos mais dedicados e beneméritos, dos que maiores e melhores serviços têm prestado ao Estado e à República, que constituem duas glórias do nosso Partido e de toda a Nação, os Srs. Drs. Campos Sales e Bernardino de Campos, foram lembrados para candidatos à sucessão do não menos digno e benemérito estadista Dr. Rodrigues Alves na presidência da República.

Os diretórios locais estão quotidianamente se manifestando e isso determinou a necessidade de trazermos a VV. Excias. a manifestação do nosso voto, a fim de que também o Partido Republicano Lorenense concorra com o seu contingente na escolha do candidato à suprema magistratura da Nação.

Tratando-se, porém, de dois chefes de São Paulo, cobertos de serviços à causa pública e ao Partido, e seguindo as normas democráticas dos republicanos sinceros e devotados, que este diretório e seus antecessores jamais quiseram desprezar, antes, sempre fizeram e fazem timbre de praticar, não quisemos tomar sob nossa exclusiva responsabilidade nenhuma deliberação em nome do Partido, sem audiência do mesmo Partido. À vista disso, foram convocados todos os membros das juntas partidárias distritais e todos os correligionários que a confiança política investiu em cargos e funções públicas locais, estaduais e federais, a se reunirem na sala das sessões da Câmara Municipal, às 7 horas da noite de 21 do corrente, a fim de escolherem, entre os dois ilustres chefes paulistas lembrados, o candidato que deveríamos apresentar e apoiar. Dos 67 cidadãos convidados, compareceram à reunião 55, mandaram declaração de solidariedade

com as deliberações da maioria 5, e deixaram de comparecer os 7 restantes. Expostos à assembléa os fins da reunião e consultados os presentes sobre a preferência que se devia dar a um dos dois candidatos, foram unânimes os sufrágios no nome do Sr. Dr. Campos Sales.

Cumprindo essa deliberação, tem este diretório a subida honra de indicar a VV. Excias., para candidato do Partido à eleição do presidente da República, no quadriênio de 1906 a 1910, o benemérito brasileiro Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales".

O gesto do diretório político de Lorena foi belo, mas inútil. Daí por diante, os acontecimentos se sucederam com rapidez.

Em entrevista a *O País*, Bernardino de Campos descontentou os arraiais governistas, porque anunciara substanciais modificações na política econômico-financeira vigente. A balança pareceu pender em favor de Campos Sales. Mas chefes políticos nordestinos vetaram ambos os candidatos. Bernardino de Campos acabou por deixar a liça, alegando, entre outros motivos, o de saúde.

As atenções voltaram-se, então, para Minas Gerais. Diante da recusa de Francisco Sales, passou-se a cogitar do nome de Afonso Pena, vice-presidente da República. E no dia 1.º de setembro de 1905 sua candidatura foi lançada oficialmente.

Campos Sales não ocuparia, pela segunda vez, a chefia da Nação (19).

Na voragem dos acontecimentos

Inegavelmente, a partir de 1904, Arnolfo Azevedo passou a projetar-se no cenário da política nacional, embora de maneira modesta. Os fatos que acabamos de relatar bem o demonstram.

Em consequência, viu-se cada vez mais envolvido na voragem dos acontecimentos. De sua própria autoria são estas informações, que figuram na obra de VELHO SOBRINHO:

"Tendo sido favorável à candidatura Campos Sales para sucessor do Dr. Rodrigues Alves, os acontecimentos políticos o levaram, com o chamado *Bloco*, a apoiar a candidatura Afonso Pena, em passageira divergência com a política do seu Estado ou, antes, com o Dr. Rodrigues Alves, que desapoiava o Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão. Como

(19) Sobre o assunto, consultar: FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, vol. II, pp. 461-464.

parte do *Bloco*, foi eleito, em 1906, 1.º Vice-presidente da Câmara Federal, exercendo a presidência na ausência de Paula Guimarães. Nos anos seguintes, foi Vice-presidente com Carlos Peixoto Filho e com êle renunciou a êsse cargo, quando foi levantada a candidatura Hermes da Fonseca. Com seu Estado e seu partido, fêz a campanha civilista" (20).

De fato, divergiu do presidente Rodrigues Alves no derradeiro ano de seu quadriênio, apoiando decididamente o Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, que a 26 de fevereiro de 1906 assinara o chamado *Convênio de Taubaté*, juntamente com os presidentes de Minas Gerais e do Estado do Rio de Janeiro — Francisco Sales e Nilo Peçanha —, destinado à defesa do café, através da valorização dos preços.

De acôrdo com o testemunho de RODRIGO SOARES JÚNIOR, seu nome figurou (ao lado de Francisco Glicério, Cândido Rodrigues, Galeão Carvalho, Olavo Egídio, Albuquerque Lins e Augusto Ramos) entre os políticos paulistas "mais diretamente envolvidos nos trabalhos de sondagens políticas e arregimentação parlamentar, os principais manobreadores da batalha, que puseram sempre o presidente (Jorge Tibiriçá) a par dos lances e dos episódios que se desenrolaram em meio de enredos por vêzes muito complicados, uma vez que coube a São Paulo segurar e controlar fôrças que antes tendiam para a dispersão que para uma sincera solidariedade" (21).

A mensagem do presidente Rodrigues Alves, enviada ao Congresso por ocasião da abertura da sessão legislativa, a 3 de maio de 1906, na parte referente ao assunto, recebeu de Arnolfo Azevedo veemente repulsa. Basta citar alguns trechos da carta que, a 6 de maio, escreveu ao Dr. Jorge Tibiriçá e que são transcritos por RODRIGO SOARES JÚNIOR:

"Nem todos possuem bastante firmeza de caráter e de convicções para resistirem impávidos a uma clave tão possante. O hábito de ouvir, como se evangelho fôsse, a palavra do presidente da República, perturba a serenidade de raciocínio de espíritos fracos e submissos".

"O presidente não tem o direito de antepor à opinião do Congresso Nacional as suas opiniões pessoais."

"O presidente anuncia que o produto nacional de maior valor e mais larga exportação está em plethora de abundância, ao mesmo tempo que declara nada fazer *jd* para levantar-lhe o preço. Nega de beber ao sedento e proclama que êle morrerá de sede, com a calma do algóz que põe o pé no pescoço do enforcado para apressar-lhe a morte e evitar socorros" (22).

(20) VELHO SOBRINHO (J. F.) — *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*, vol. I, p. 567.

(21) SOARES JÚNIOR (Rodrigo) — *Jorge Tibiriçá e sua época*, vol. II, pp. 532-533, vol. 304 da col. "Brasília", Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1958.

(22) SOARES JÚNIOR (Rodrigo) — *ob. cit.*, vol. II, p. 537.

De Paris, Luís Piza enviou várias e longas cartas a Arnolfo Azevedo, expendendo sua opinião sobre o tema em debate. São datadas de junho de 1906. Julgava que se deveria separar as duas medidas — a *valorização do café* e a *fixação do câmbio*. No dia 4 de junho, escreveu:

“A valorização do café devia ser um problema à parte, de caráter restrito, sem a responsabilidade nacional ou com ela, mas sem a confusão com o problema nacional urgente e ingente da circulação.

A captação do Nilo — sempre desejoso de brilhar — para esta questão trouxe uma impertinente mistura contra a qual é preciso reagir, ou, pelo menos, sobre ela lavar as mãos: os elementos da solução foram mal postos em Taubaté, fazendo-se da questão geral, permanente, simpática e inócua da fixação, uma parte da questão particular, discutível e irritante da valorização! É possível, provável mesmo, quase certo até (e, neste sentido, com este intuito foi por mim posta) que a fixação dispense a valorização; mas ambas devem ser separadas na sua execução, nos seus aparelhos e recursos”.

Suas considerações se alongam em minúcias, nesta e em outras cartas, que figuram em nosso arquivo, mas que deixaremos de lado por escapar à natureza do presente trabalho.

Poucos meses antes, exatamente em abril de 1906, quando Afonso Pena e Nilo Peçanha já haviam sido eleitos presidente e vice-presidente da República para o quadriênio de 1906-10, formara-se o chamado *Bloco*, agrupamento político organizado sob a direção de Pinheiro Machado e surgido por sugestão de Francisco Glicério, com o objetivo de, apoiando o futuro governo, procurar manter íntegras as tradições do regime.

No dizer de AFONSO ARINOS, tratava-se de um “grupo heterogêneo, sem identidade de programas nem de convicções, unido apenas pelo apoio submisso ao chefe comum”, um “esbôço de partido declaradamente governista, mas, de fato, ciumento do seu prestígio e ambicioso de enquadrar a ação dos governos em benefício dos seus próprios interesses” (23).

Com tais características (ou sem elas — não possuímos elementos para opinar sobre o assunto), o fato é que Arnolfo Azevedo passou a integrar o *Bloco*. Tivera seu mandato renovado por mais um triênio (1906-08) e reaparecia na Câmara Federal, como deputado por São Paulo, cercado de inegável prestígio.

(23) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, vol. II, pp. 464-465.



Arnolfo Azevedo, vice-presidente da Câmara Federal

Deputado federal desde 1903, passou a ocupar a 1.ª vice-presidência da Câmara em 1906, cargo que exerceu até maio de 1909, quando renunciou em virtude do lançamento da candidatura do marechal Hermes da Fonseca, solidário com o deputado Carlos Peixoto Filho, presidente da Câmara (Foto Bastos Dias, Rio de Janeiro).

Vice-presidente da Câmara Federal

Tanto isso é verdade que, ao iniciar-se a sessão legislativa, em maio de 1906, recebeu significativa homenagem de seus pares: foi eleito 1.^o *vice-presidente* da Câmara dos Deputados, "pôsto difícil e melindroso" naquela emergência, de acordo com suas próprias palavras⁽²⁴⁾.

Era presidente dessa casa do Congresso Nacional o general Francisco de Paula Oliveira Guimarães, deputado pela Bahia, que vinha exercendo o honroso cargo desde maio de 1903, isto é, desde que nosso biografado passara a ser um dos representantes de São Paulo na antiga Cadeia Velha.

Acontece que, na prática, foi Arnolfo Azevedo o verdadeiro presidente da Câmara Federal, por essa época, já que o general Paula Guimarães, por motivos de saúde, manteve-se freqüentemente ausente dos trabalhos legislativos. Passou o deputado lorenense, então com 37 anos de idade, a ter sobre os ombros novas e pesadas responsabilidades, numa experiência das mais úteis em sua vida parlamentar e que haveria de deixá-lo bem à vontade quando, em 1921, assumiu efetivamente o cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

Dirigiu com segurança e habilidade uma assembléia liderada pelo deputado Carlos Peixoto Filho, da bancada de Minas Gerais, e onde brilhavam Alcindo Guanabara, Pedro Moacir, Sabino Barroso, Pandiá Calógeras, Esmeraldino Bandeira, Rivadávia Correia, Davi Campista, Irineu Machado, Barbosa Lima, Medeiros e Albuquerque, Fausto Cardoso, Leão Veloso, João Luís Alves, James Darcy — entre muitos mais.

Foi a legislatura em que, ao lado de outros estreatantes, figuraram Altino Arantes, na representação paulista, e Afrânio de Melo Franco, na representação de Minas Gerais.

Ministro da Agricultura?

Nesse mesmo ano de 1906, foi iniciado o projeto de criação do *ministério da Agricultura*. E, de imediato, os políticos passaram a cogitar do nôvo titular do governo, cujo nome deveria sair de São Paulo, como justa homenagem ao poderio econômico do Estado.

(24) Escritas em carta ao presidente do Estado de São Paulo, cf. RODRIGUES SOARES JÚNIOR, *ob. cit.*, p. 536.

Segundo se depreende de cartas dirigidas por Luís Piza a Arnolfo Azevedo, em dezembro de 1906, algumas figuras da política paulista entravam nas cogitações: Cândido Rodrigues, Rodolfo Miranda, o próprio Luís Piza e Arnolfo Azevedo. Em 13 de dezembro, Luís Piza escreveu textualmente:

“O Tibiriçá disse que, dadas as coisas como se deram, não deve intervir mais, nem se julga com fôrça para o fazer perante o Pena, não obstante *sentir desejos* (a expressão é minha) de o fazer em favor de um de nós três: Rodolfo, V. ou eu”.

Todavia, logo a 19 de dezembro de 1906, demonstrava não ter nenhuma esperança quanto à escolha:

“Fique V. sabendo que nós não somos santos de oratório de ninguém. Você, por ser impertinente, exigente e rijo; eu, porque não sou solista como o Rodolfo, nem inspiro ao Pinheiro grande confiança. Nunca seremos ministros — esteja bem certo —, enquanto dominarem as atuais influências, salvo se mudarmos”.

Curioso vaticínio êste! Na verdade, em sua longa carreira política, Arnolfo Azevedo jamais ocupou o lugar de secretário ou de ministro de Estado, embora seu nome, por algumas vêzes, tivesse sido objeto de cogitações.

Teria sido a circunstância de ser — no dizer do velho cor-religionário e amigo de lutas — um homem “impertinente, exigente e rijo”? É bem possível. Porque, entre as características da personalidade de nosso biografado, muitas vêzes tais qualidades ou defeitos (conforme as circunstâncias ou os pontos de vista pessoais, no campo político) apareceram com extraordinária nitidez: *impertinente* foi ao defender a autonomia dos municípios, enfrentando a opinião dos que “governavam o Governo” do Estado de São Paulo, para repetir a frase do Dr. Pedro Vicente de Azevedo, escrita em abril de 1905, “por ter tido a audácia de pensar de modo diferente” de alguns de seus chefes; *exigente e rijo*, no cumprimento de seus deveres de homem público e no desempenho de seus mandatos, como em sua vida particular, sempre foi, até que a morte o levou.

Coube ao Dr. Nilo Peçanha, quando em junho de 1909 assumiu a presidência da República, por morte de Afonso Pena, instalar o ministério da Agricultura. Seu primeiro titular foi, de fato, um político paulista: o Dr. Antônio Cândido Rodrigues, logo sucedido por outro, que também figurava na relação citada por Luís Piza, em dezembro de 1906 — o Dr. Rodolfo da Rocha Miranda.

Prestígio político

Datadas do ano de 1907, possuímos algumas cartas, que retratam muito bem o prestígio de que gozava Arnolfo Azevedo no cenário político. Duas delas trazem a mesma data (11 de janeiro) e referem-se ao mesmo assunto: um apêlo no sentido de concordar com a retirada da candidatura do Dr. João Rodrigues Machado Pedrosa (primo de nosso biografado) em favor do Dr. Francisco de Paula Abreu Sodré, ambos desejando eleger-se como deputados à Câmara Estadual.

Uma é do general Francisco Glicério, que assim se expressou:

"Arnolfo.

Já deve saber que as combinações de todos os distritos têm sofrido diferentes modificações, e portanto não estranhará que, à última hora, vamos também modificar a chapa do 3.º distrito.

Somos obrigados a pedir-lhe a retirada do Dr. Pedrosa, e substituí-lo pelo nome do Dr. Sodré. É esta uma modificação indispensável, e peço que a faça, custe-lhe embora o maior sacrifício.

Já ontem eu devia escrever-lhe acerca disto, e não o fiz porque desejava ouvir o presidente do Estado, como ouvi, estando todos de acôrdo, eu e os colegas da Comissão e o Campos Sales.

Escute: vá a Guaratinguetá e ajude ao Rubião a dirigir a reunião, como se você fôsse o líder desta Assembléia, eliminando dúvidas e desfazendo embaraços e dificuldades.

Espero que você há de corresponder ao apêlo de seus amigos, não esquecendo que você tem grandes responsabilidades no distrito. Em suma, esta combinação está assentada aqui, e urge que você se junte a nós, porque isso é fatalmente necessário.

Mostre-se um homem político na altura da situação.

Adeus e até sempre. Seu am.º af.º

F. Glicério".

A outra carta foi escrita por Campos Sales, embora também traga a assinatura de Pádua Sales:

"Arnolfo.

Em vista da situação em que se acham os diretórios políticos do Distrito, e estando perdida a esperança de fazer triunfar a nossa combinação, só nos resta pedir a Você o sacrifício do seu candidato para salvar o Dr. Sodré. O Tibiriçá declarou que não insiste pelo Pedrosa e, ao contrário, concorda em que seja este substituído por aquêle. Nesta conformidade deliberou a Comissão Central.

Está, pois, a solução em suas mãos e não hesito em contar com a sua abnegação para o desfecho que desejo ardentemente.

Cedendo, Você dará prova de grande desinteresse e só isto bastará para engrandecer e fortificar o seu valor político, firmando de vez a sua influência partidária.

Agradecendo todo o seu esforço neste sentido, continuo como sempre, am.º am.º

Campos Sales

A. de Pádua Sales".

Arnolfo Azevedo soube ceder a apelos assim veementes de tão ilustres chefes do Partido Republicano Paulista. O Dr. Abreu Sodré foi afinal eleito para a legislatura estadual de 1907-09. O Dr. João Pedrosa, embora parente, teve de esperar por três anos, tornando-se deputado estadual somente na legislatura de 1910-12, mandato que exerceu até 1918. Assim costumava agir nosso biografado: os interesses do Partido ficavam acima de suas preferências pessoais ou afetivas.

Outra carta possuímos, datada de Lisboa, em 8 de abril de 1907. É "reservada e pessoal" e quem a assina exercia o mandato de deputado federal por São Paulo; por uma questão de ética, preferimos omitir seu nome. Mas o documento também é expressivo: com a eleição de Arnolfo Azevedo para a Mesa da Câmara, a escolha de Rodolfo Miranda para o ministério da Agricultura e a de Pádua Sales para a Comissão Central do P. R. P., julgava-se diminuído caso não fôsse reconduzido como membro da comissão legislativa a que vinha pertencendo; em consequência, entregava ao nosso biografado a tarefa de zelar por sua reputação.

Esse prestígio refletiu-se por ocasião da escolha dos componentes da Mesa da Câmara Federal, na sessão legislativa de 1907. Uma vez assentado que a presidência da Casa viria a caber a um deputado mineiro, o nome do líder da maioria logo se impôs; e Carlos Peixoto Filho foi o escolhido sob aplausos gerais. E a 1.ª vice-presidência?

Deixemos que Oto PRAZERES responda a esta pergunta:

"Quando Carlos Peixoto Filho, vitorioso na chefia da Câmara, foi apresentado para ser o presidente dessa casa do Congresso Nacional, desde logo bem impressionado com as qualidades descobertas em Arnolfo Azevedo, propôs, e foi aceita, a escolha deste para Vice-presidente" (25).

(25) PRAZERES (Oto) — "Arnolfo Azevedo", em *Jornal do Brasil* de 16 de janeiro de 1942.

Dêste modo, nosso biografado foi reeleito para o cargo que já vinha ocupando desde 1906. E, como primeiro substituto eventual do presidente da Câmara, continuou na sessão legislativa de 1908, acumulando experiências e recebendo indeléveis lições dessa notável figura de parlamentar, que foi Carlos Peixoto Filho⁽²⁶⁾.

A legislatura de 1909-11

Ao iniciar-se o ano de 1909, estando na presidência da República o conselheiro Afonso Pena, já governava São Paulo o ilustre alagoano Dr. Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, empossado a 1.º de maio de 1908 e que substituíra o Dr. Jorge Tibiriçá.

Realizadas as eleições para a Câmara Federal, viu Arnolfo Azevedo mais uma vez renovado o seu mandato. Passara a ser a seguinte a bancada paulista para o triênio de 1909-11, correspondente à 7.ª legislatura:

1.º distrito — Cândido Mota, Cardoso de Almeida, Carlos Garcia, Ferreira Braga e Galeão Carvalho.

2.º distrito — Alberto Sarmento, Álvaro de Carvalho, Cincinato Braga, Elói Chaves, Joaquim Augusto de Barros Pentead e Paulo de Moraes Barros.

3.º distrito — Adolfo Gordo, Altino Arantes, Bueno de Andrade, José Lobo e Palmeira Ripper.

4.º distrito — Arnolfo Azevedo, Costa Júnior, Francisco Marcondes Romeiro, Rodrigues Alves Filho e Valois de Castro.

Uma reforma havia reduzido a apenas quatro os distritos eleitorais paulistas.

No Senado Federal, a representação de São Paulo era constituída pelos senadores Alfredo Ellis, Francisco Glicério e Joaquim Lopes Chaves. Com o falecimento dêste último, em agosto de 1909, tomou assento naquela casa do Congresso Nacional, a partir de novembro, o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, que assim abandonava o seu retiro voluntário, retornando à vida pública.

(26) Veja: RIO (João do) — "Carlos Peixoto", em *O País*, de 1.º de setembro de 1917.

Ao percorrer a relação de deputados federais dessa legislatura, alguns nomes merecem ser destacados. Do *Amazonas* — Aurélio d'Amorim, Ferreira Pena, Monteiro de Sousa; do *Pará* — Correia de Miranda, Justiniano de Serpa, Lira Castro, Passos de Miranda; do *Maranhão* — Agripino Azevedo, Coelho Neto, Costa Rodrigues, Cunha Machado, Dunshee de Abranches; do *Piauí* — Félix Pacheco, João Henriques; do *Ceará* — Frederico Borges, Graco Cardoso; do *Rio Grande do Norte* — Elói de Sousa, Juvenal Lamartine, Lindolfo Câmara; da *Paraíba* — Camilo de Holanda, Simeão Leal, Tavares Cavalcanti; de *Pernambuco* — Afonso Costa, Aníbal Freire, Artur Orlando, Estácio Coimbra, Faria Neves, Júlio de Melo, Medeiros e Albuquerque, Pereira de Lira, Sousa Leão; de *Alagoas* — Eusébio de Andrade, Natalício Camboim, Pais Barreto, Pontes de Miranda; de *Sergipe* — Felisbello Freire, Pedro Dória; da *Bahia* — Alfredo Rui Barbosa, Antônio Calmon, Elpídio de Mesquita, João Mangabeira, José Joaquim Seabra, Pedro Lago, Leão Veloso, Rodrigues Lima, Ubaldino do Nascimento; do *Espírito Santo* — Torquato Moreira; do *Distrito Federal* — Alcindo Guanabara, Barbosa Lima, Bethencourt da Silva, Honório Gurgel, Irineu Machado, Pereira Braga, Raul Barroso; do *Rio de Janeiro* — Batista Pereira, Érico Coelho, Faria Souto, Henrique Monteiro, Luís Murat, Oliveira Botelho, Pinheiro Lobo, Raul Fernandes, Raul Veiga, Soares de Sousa; do *Paraná* — Carlos Cavalcanti, Carvalho Chaves, Lamenha Lins; de *Santa Catarina* — Celso Baima, Vidal Ramos; do *Rio Grande do Sul* — Antunes Maciel, Carlos de Carvalho, Domingos Mascarenhas, Pinheiro Machado (Ângelo), Germano Hasslocher, Homero Batista, João Abbott, João Simplício, Nabuco de Gouveia, Pedro Moacir, Rivadávia Correia, Soares dos Santos, Vespúcio de Abreu; de *Goiás* — Eduardo Sócrates, Hermenegildo de Morais, Ramos Caiado; de *Mato Grosso* — Correia da Costa, Costa Marques, Generoso Ponce, José Murtinho.

Como sempre, destacava-se a representação de *Minas Gerais*, da qual figuravam, entre outros: Afrânio de Melo Franco, Alaor Prata, Andrade Botelho, Astolfo Dutra, Artur Bernardes, Bueno de Paiva, Camilo Prates, Carlos Peixoto Filho, Carneiro de Resende, Delfim Moreira, Honorato Alves, João Pandiá Calógeras, José Bonifácio, Josino de Araújo, Lamounier Godofredo, Landulfo Magalhães, Olegário Maciel, Ribeiro Junqueira, Rodolfo Paixão, Sabino Barroso, Viana do Castelo.

Instalado o Congresso Nacional, em maio de 1909, a Câmara dos Deputados reelegeu como seu *presidente* — Carlos

Peixoto Filho, e para o cargo de 1.^o *vice-presidente* — Arnolfo Azevedo.

Nosso biografado continuava a merecer a confiança de seus pares. Era já, então, um homem de 40 anos de idade, amadurecido e experimentado nas lides parlamentares.

Foi exatamente neste alto pôsto e com essa renovada responsabilidade que o alcançou a crise política que abalou o país, em meados de 1909.

A candidatura de Hermes da Fonseca e o civilismo

Não é este o lugar para relembrar o que foi a crise política deflagrada em 1909. Limitar-nos-emos a acentuar os fatos essenciais.

Quando tudo parecia indicar que o sucessor de Afonso Pena seria o então presidente de Minas Gerais — Dr. João Pínhairo, veio êle a falecer súbitamente em outubro de 1908. As preferências do presidente da República voltaram-se, então, para seu ilustre ministro da Fazenda — o Dr. Davi Campista, que com brilho vinha chefiando a geração de políticos novos, irônicamente denominada de *Jardim da Infância* — “núcleo de políticos de talento forte, de preparo extenso, de cultura sólida”, na definição que nosso biografado daria muitos anos depois (27); e já em dezembro a imprensa referia-se a essa candidatura.

Mas a reação não foi favorável, até mesmo em Minas Gerais, em particular da parte de Francisco Sales e Bias Fortes. Consultado, Rui Barbosa não tardou também a vetá-la. Em abril de 1909, foi levantada a candidatura do Barão do Rio Branco.

No entretanto, havia os que propugnavam por um nome alheio à política e que, no momento, gozava de grande prestígio entre os militares — o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro da Guerra e sobrinho do proclamador da República. No dia 12 de maio, sua candidatura foi oficialmente lançada; e três dias depois demitia-se o ministro da Guerra, abrindo o jôgo daqueles que sustentavam seu nome.

(27) Discurso pronunciado por Arnolfo Azevedo, no dia 4 de dezembro de 1926, em homenagem prestada ao Dr. Estácio Coimbra, presidente eleito de Pernambuco.

Debalde tentou-se obter do conselheiro Afonso Pena o apoio para outros nomes — Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Joaquim Murтинho, Ubaldino do Amaral. Ante a afirmativa de que se negava a interferir na questão, o senador Pinheiro Machado anunciou que apoiaria o nome do marechal Hermes da Fonseca (28).

Em face de tais acontecimentos, no dia 17 de maio de 1909 (e sem que ninguém esperasse pelo gesto), Carlos Peixoto Filho renunciou ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados, diante da perplexidade do plenário. Solidário com o líder mineiro (a quem admirava profundamente e com quem vinha convivendo de maneira estreita), Arnolfo Azevedo não teve dúvidas: também renunciou à 1.^a vice-presidência da Câmara, deixando o pôsto que vinha ocupando desde maio de 1906. Outros não tiveram o mesmo desassombro.

A situação tornou-se, então, sumamente grave, chegando o senador Severino Vieira a concitar Afonso Pena a renunciar ao cargo de chefe da Nação, porque não mais o julgava em condições de governar o país. Estava iminente um golpe militar. No dia 22 de maio, uma convenção política lançou os nomes do marechal Hermes da Fonseca, para a presidência da República, e do Dr. Venceslau Brás, presidente de Minas Gerais, para a vice-presidência. Tudo isso era demais para um homem digno, já idoso e alquebrado por infortúnio recente. No dia 14 de junho, morria repentinamente o presidente Afonso Pena.

Iniciava-se assim um novo governo, com a ascensão ao poder do Dr. Nilo Peçanha, vice-presidente da República. E não tardou que tivesse início a chamada *Campanha Civilista*, levantada contra a candidatura do marechal Hermes e tendo como candidatos Rui Barbosa, para a presidência da República, e Albuquerque Lins, presidente de São Paulo, para a vice-presidência.

Nessa grave emergência da vida nacional e impregnado de seu elevado espírito público, Arnolfo Azevedo lembrou-se de seu querido chefe; e apelou, uma vez mais, para o patriotismo de Campos Sales.

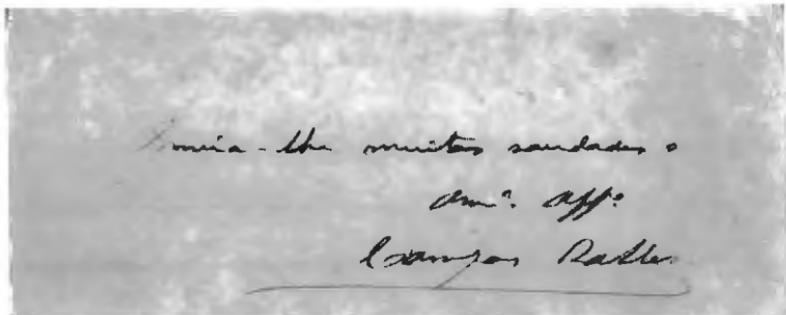
Todavia, sua resposta, dada em 3 de agosto de 1909 e remetida da Estação de "Campos Sales", foi positiva:

(28) Em relação ao assunto, consultar: FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, vol. II, pp. 581-602.

Estimado Sr. Doutor Salles - 3 de Agosto 1909.

Muito Caro Sr. Doutor.

Respondo a sua carta de 2 de
 p. p., em que me comunica ser desejo,
 da parte de alguns elementos politicos, de
 apresentarem a minha candidatura a pre-
 sidencia da Republica. Embora muito pre-
 ferido pela honrissima homenagem,
 nao fomo acceder a tal desejo, inab-
 lavelmente realisado, como se eu, e nao
 o meu nome, a vida publica. Não é
 por egoismo que assim procedo. Estão
 muito: o tempo que me resta de vida, e
 as obrigações de que ainda fomo despo-
 sado para o trabalho consagrado
 aos interesses da familia. Obedecendo
 aos que de mim se lembram a peça-lha
 de minha parte que renuncio a qualquer
 te proposito, visto me definharem esta
 minha resolução.



Uma carta de Campos Sales

Nesta carta, datada de 3 de agosto de 1909, Campos Sales participa a Arnolfo Azevedo não poder aceitar o lançamento de sua candidatura à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca.

"Meu caro Arnolfo.

Respondo sua carta de 30 p. p., em que me comunica ser desejo da parte de alguns elementos políticos, de apresentarem a minha candidatura à presidência da República. Embora muito penhorado pela honrosíssima lembrança, não posso aceder a tal desejo, inabalavelmente resolvido, como estou, a não voltar à vida pública. Não é por egoísmo, que assim procedo. Estou velho: o tempo que me resta de vida e de energias de que ainda possa dispor não bastam para o trabalho consagrado aos interesses da família. Agradeça aos que de mim se lembram e peça-lhes, de minha parte, que renunciem a semelhante propósito, visto ser definitiva esta minha resolução.

Envia-lhe muitas saudades o am.º af.º

Campos Sales".

Campos Sales e o governo Nilo Peçanha

A política paulista dividiu-se em face das duas candidaturas que se defrontavam. A maioria ficou ao lado do presidente do Estado, Dr. Albuquerque Lins, que, como candidato à vice-presidência, apoiava Rui Barbosa e integrara-se no *civilismo*; Arnolfo Azevedo passou a fazer parte, com incontido entusiasmo, dessa maioria. Outros políticos paulistas, porém, ficaram com o marechal Hermes da Fonseca; entre estes, o senador Francisco Glicério e Rodolfo Miranda, que substituiu Cândido Rodrigues no ministério da Agricultura, logo que a

campanha teve início e patente ficou que o presidente Nilo Peçanha apoiava a candidatura militar.

Se bem que, em princípios de agosto, estivesse "inabalavelmente resolvido a não voltar à vida pública", Campos Sales não pudera resistir aos apelos de seus amigos, quando veio a falecer o senador Lopes Chaves, naquele mesmo mês; e, em novembro de 1909, empossara-se como representante de São Paulo no Senado Federal.

Sua atitude, em face da campanha política, foi de prudência e repleta de diplomacia. Não por haver aderido à candidatura do marechal ou por simples comodismo. Pelo bem de São Paulo.

Interpelado a respeito de sua atuação nesse delicado período por que passava a política paulista, respondeu a Arnolfo Azevedo, em carta datada da cidade de São Paulo, em 17 de janeiro de 1910, um mês e meio antes das eleições presidenciais, em que seriam decididos os destinos da Nação. Vale a pena transcrevê-la em sua íntegra:

"Meu caro Arnolfo.

Eu também vejo as coisas feias e cada vez crescerem mais as minhas apreensões. Foi por me parecer, antes ainda da entrada desta fase, que a República se achava ameaçada de grandes perigos, que eu comecei a cogitar dos meios de conjugá-los, quando era tempo disso. Fiz o que em mim cabia para evitar, antes de tudo, que a solução presidencial viesse a ser isso que aí está.

Depois, quando chamado de novo à vida pública, entrei em combinações, que não tinham outro intuito senão poupar a São Paulo os choques de uma política, que se anunciava violenta e apaixonada, tendo em vista para o nosso Estado uma situação em que ela viesse a ser talvez a mais benéfica e poderosa influência na política nacional. Você sabe quais foram as minhas tentativas, assim como sabe que elas foram malogradas. Mais do que isso, elas valeram-me as mais formidáveis agressões, principalmente da parte dos jornais estipendiados pelo Tesouro paulista, tanto aqui como no Rio. O menos que disseram foi que eu era um *traidor*.

Este fuzilamento ocorreu por ocasião da entrada do Rodolfo Miranda para o ministério. Eu não o havia indicado, como falsamente o disseram, mas realmente aceitei o seu advento como uma garantia nas relações oficiais entre São Paulo e a União, contando que do seu temperamento moderado, prudente e conciliador, resultaria uma certa cordura nessas relações. Quero dizer que, com ele, eu esperava atravessarmos a grande crise presidencial sob uma atmosfera política mais ou menos benigna. Foi o que, então, mandei dizer para aqui. Isto valeu-me o tal epíteto de *traidor* no meio de uma algazarra, da qual foi líder o celebrado Adolfo Araújo. Os outros o secundavam com bravura e eu fiquei indefeso. Apenas o Lins⁽²⁹⁾ aconselhava moderação e dele não conservo o mais leve ressen-

(29) Dr. Albuquerque Lins, presidente do Estado de São Paulo.

timento. O "Correio Paulistano" afixou uma nota, declarando que recebia o nôvo ministro *como inimigo* (sic). Mais tarde, recrudescendo as agressões, o mesmo "Correio" repetiria insistentemente que continuava a ter aquêlê ministro *como inimigo*.

No entanto, eu comunicava para cá que o Rodolfo, por ocasião do primeiro despacho coletivo a que assistira, havia obstado a assinatura de vários despachos, que vinham nas pastas de seus colegas, visando demissões e nomeações para importantes cargos federais, neste Estado.

Era evidente que aqui se repudiava a paz. Quem a queria era um traidor e aquêlê que se propunha a executá-la era um inimigo. Sou testemunha do quanto fêz Rodolfo para viver bem com esta gente e quanto esforço empregou perante os seus companheiros para evitar reações. Ao partir para cá, tive o cuidado, apesar do que se passara e da hostilidade com que êle fôra recebido, de pedir-lhe de nôvo que persistisse no propósito de moderar a sua ação política com relação a São Paulo. E êle o tem feito, tanto quanto possível ante as extraordinárias exigências que naturalmente o terão assoberbado, da parte dos seus amigos, como Você facilmente poderá prever.

Não retiro, não retirarei nenhum dos conselhos que dei a Rodolfo, tendo em vista, senão a paz, pelo menos uma possível amenidade no difícil momento que vamos atravessando. Confesso, entretanto, que não me julgo com direito de intervir em mais nada para evitar, quando mais não seja, que a minha conduta continue a ser mal compreendida pela malevolência dos politiqueros. Os meus presságios sôbre o futuro são dos mais tristes, porque não se circunscrevem à política estadual: atingem aos destinos da República. Estou verdadeiramente pessimista, descrente e desanimado, porque já se não obedecem aos estímulos do sincero patriotismo e vamos ao acaso, sem direção, até que sejamos devorados pela anarquia.

Não me arrependo, entretanto, das tentativas que fiz e que foram tão mal julgadas, porque, se as minhas previsões me não enganam, elas servirão, no dia do desastre, para mostrar que eu tive nítida a consciência de minhas responsabilidades de velho republicano e cumpri o meu dever tentando evitar o perigo.

Para terminar, direi que não creio que o govêrno faça uso da força federal neste Estado. Ao próprio Nilo reprovei, com tanta veemência, a intervenção no Estado do Rio, que, certamente, êle não repetirá êsse êrro em São Paulo.

Muitos cumprimentos à Família e disponha como sempre do am.º af.º

Campos Sales".

Infelizmente, não figuram em nosso arquivo rascunhos ou cópias das cartas de Arnolfo Azevedo à propósito da posição assumida por Campos Sales, naquela grave emergência.

Tudo faz crer, entretanto, que o discípulo não se conformava com a atitude assumida pelo mestre. Em sua exaltação civilista e ferrenhamente anti-hermista, nosso biografado não podia compreender aquela política aparentemente acomodatória ou, pelo menos, de prudente diplomacia de seu velho chefe e querido amigo.

Talvez as diferenças de idade, entre ambos, pudessem explicar as divergências de pontos de vista, que os separavam: Campos Sales, com 68 anos, no fim de uma longa carreira política, marcada por dolorosas experiências em relação às atitudes e ao julgamento dos homens; Arnolfo Azevedo, na pujança de seus 41 anos, em plena ascensão na vida política, "exigente e rijo" nas posições que assumia.

Não sabemos qual tenha sido a resposta de nosso biografado à longa, minuciosa e dignificante carta atrás transcrita, na qual as excepcionais qualidades morais do ex-presidente da República patenteiam-se uma vez mais. O que parece evidente é que Arnolfo Azevedo não se satisfez com as explicações.

Para comprovar esta afirmativa temos a carta que se segue, datada de São Paulo, em 26 de janeiro de 1910:

"Meu caro Arnolfo.

Você está sendo injusto. Não envolvi os meus amigos nas minhas queixas, pois é bem visto que deles não recebi a mínima ofensa.

Na minha entrevista, do "Jornal do Comércio", fiz declarações explícitas e terminantes: não sou nem por um, nem por outro dos candidatos. Com um pouco mais de franqueza eu teria dito: sou contra os dois. Você sabe que assim me manifestei ainda antes das Convenções. A contestação por telegrama ao "Jornal" era compreensiva dos boatos de um e outro lado: conclui dizendo — sendo portanto falsas *tôdas as notícias* em contrário. O correspondente telegráfico do "Jornal" é homem do "Estado" e telegrafou sob inspiração do Mesquita⁽³⁰⁾, com o intuito perverso de se prevalecer do momento eleitoral para me obrigar a ficar calado. O meu silêncio seria uma covardia e daria lugar a novas explorações, e foi por isso que, apesar do propósito em que estava de não responder a boatos, apressei-me em fazer a contestação. É claro portanto que, dando caráter geral à minha contestação, todavia visei principalmente estes patifes.

Não sou indiferente, nem nunca o fui à sorte dos meus amigos. Nunca, absolutamente, deixei de acompanhá-los com a mais perfeita solidariedade. Isso está no meu caráter e na minha educação política. A prova tenho-a ainda agora. Apesar do que disse na minha carta anterior, escrevi ao Rodolfo, assinalando o meu prévio protesto contra a entrada de forças federais no Estado para fins eleitorais. *Supliquei* que não consentisse nisso. Mas, não quero que ninguém saiba que me entendi com Rodolfo a tal respeito. Faço questão do mais absoluto segredo a este respeito e conto com a sua mais completa discrição. Você é o único a quem faço esta revelação.

Acredito que não haverá intervenção de força federal, principalmente se, como suponho, o governo do Estado não cometer a imprudência de

(30) Dr. Júlio Mesquita, diretor de *O Estado de São Paulo*.

fazer intervir a sua polícia. E apesar de tudo continuo no meu pessimismo. Tudo vai mal, aqui e lá fora, e quem há de pagar as custas será a Nação. De minha parte, julgo ter feito o que me cumpria; mas como fui mal compreendido, faço agora como Pilatos.

Am.º af.º

Campos Sales".

No desempenho da tarefa a que nos propusemos, por vêzes sentimos certo constrangimento em trazer a público confidências e segredos, que poderiam ficar no esquecimento eterno. Julgamos, porém, que cumprimos um simples dever para com a História ao divulgá-los, principalmente porque êles não maculam a memória dos que os confidenciaram.

Aí temos um exemplo expressivo: quebrando um sigilo mantido por quase 60 anos, vimos dizer, ao povo brasileiro, que um homem da estatura moral de Campos Sales, exclusivamente por amor à sua terra natal, *suplicou* ao govêrno federal que não enviasse tropas do Exêrcito para coagir o eleitorado paulista. O fato não poderia ficar no olvido. Ele dignifica aquêle que o praticou.

A 1.º de março de 1910 realizaram-se as eleições presidenciais, tendo sido considerado eleito para a presidência da República o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, com 403.800 votos.

Nas informações autobiográficas enviadas para a obra de VELHO SOBRINHO, Arnolfo Azevedo escreveu estas linhas, que aquêle autor omitiu no texto publicado:

"Com seu Estado e seu partido, fêz a campanha civilista e, na sua cidade, sede de fôrças armadas, perto da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, de Piquête, tendo oficiais fardados e armados como fiscais nas mesas, o resultado das eleições deu a Rui Barbosa cêrca de 90% dos votos apurados".

A cidade de Lorena pode orgulhar-se de haver consagrado, nas urnas, naquelas inolvidáveis eleições de 1910, o nome de Rui Barbosa para a presidência da República. Arnolfo Azevedo ficou contente e tranqüilo com sua consciência. E, no cenário da política nacional, passou a figurar entre os membros da opposição ao Govêrno Federal.

Em oposição ao Governo Federal

O parlamentar. Conselho Federal da República. Renova-se a idéia. Oposição ao governo federal. O estado de sítio. Intervenção no Ceará. No Palácio Monroe.

O parlamentar

Parlamentares há que se destacam por ocupar, com desusada freqüência, a tribuna do Parlamento, marcando assim sua presença e chamando para si a atenção de seus pares. Outros, embora menos assíduos nos debates, sobressaem pelos dons da oratória, pela eloqüência inflamada, arrebatando o auditório e provocando quentes e merecidos aplausos. São os grandes tribunos, de que o Parlamento brasileiro, tanto no Império como na República, orgulha-se com razão e cujos nomes ficaram para sempre inscritos nos anais da nossa vida parlamentar.

Arnolfo Azevedo jamais figurou entre êles. Por uma questão de temperamento, pouco expansivo, fortemente introspectivo, quem sabe um tímido, repugnava-lhe assomar à tribuna, exhibir-se em público.

"A glória das atuações espetaculares em plenário não o seduzia. Ele próprio disse uma vez: "raramente incorro na culpa de tomar a atenção da Casa". Mas nunca fugiu ao debate, nem recuou diante de provocações" (1).

O mesmo biógrafo, que escreveu estas palavras, observou ainda com perfeito conhecimento de causa que, em 27 anos de vida parlamentar, "aquêles homem estudioso e silencioso fêz apenas 27 discursos", sem falar em pequenas intervenções, nem nos "brilhantes pareceres nas comissões". É que "o trabalho mais profícuo de Arnolfo Azevedo, na Câmara dos Deputados, foi desenrolado no recesso das comissões".

(1) BOLETIM DA BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS — *Presidentes da Câmara dos Deputados: 12 — Arnolfo Azevedo*, vol. 11, n.º 2, p. 244, Brasília, julho-dezembro de 1962.

E continua:

"Se foram relativamente poucos os discursos proferidos por Arnolfo Azevedo, o mesmo não se pode dizer dos seus pareceres, projetos, substitutivos, votos separados e intervenções no plenário. O que demonstra sua constante vigilância em relação aos trabalhos da Câmara. Ele estava sempre alerta a tudo o que fôsse proposição de interesse nacional. Seus discursos e pareceres eram sempre comentados pela imprensa, sem que lhe fôsse preciso — porque isso sempre repugnou a seu caráter ativo e independente — bajular jornalistas" (2).

Aí está um retrato fiel da personalidade de nosso biografado como parlamentar, pintado 20 anos depois de sua morte, por quem só o conheceu através das lembranças deixadas nos *Anais da Câmara Federal*.

Já no ocaso da vida pública, ao dar um balanço de sua atuação como parlamentar, o próprio Arnolfo Azevedo reconheceu tudo isso, em palestra com um repórter político da cidade do Rio de Janeiro, ao fazer afirmações como estas:

"Completo, agora, 27 anos de mandato no Congresso Nacional; e, nesse longo período, não passam de poucas dezenas as vezes que fui à tribuna para tratar de assuntos de elaboração legislativa".

"Não tenho pendores oratórios, nem me seduzem as polêmicas e discussões de qualquer ordem."

"A tribuna parlamentar não tem e nunca teve, para mim, atrativo de espécie alguma."

"Hoje, o trabalho útil e produtivo é feito no seio das comissões permanentes ou especiais das casas legislativas. De modo que só vou à tribuna quando de todo não posso evitá-lo. É uma questão de temperamento" (3).

Na legislatura de 1909-11, depois que renunciou à vice-presidência da Câmara, tornou-se um simples deputado, sem fazer parte de nenhuma das comissões e integrado na minoria civilista, que se opusera à candidatura do marechal Hermes da Fonseca. Avêso a polêmicas e discussões estéreis, embora frequentando com assiduidade a Câmara, preferiu concentrar esforços em sua Fazenda: construiu a Capelinha (1909), ampliou a casa de residência, levou a cabo a construção do canal para irrigar os arrozais (1911).

Reeleito para a 8.^a legislatura (1912-14), se bem que continuasse em oposição ao governo federal, viu-se escolhido por seus pares (juntamente com outro oposicionista — o deputado

(2) *Ob. cit.*, pp. 244-245.

(3) *Cf. O País*, de 14 de agosto de 1929.

gaúcho Pedro Moacir) para integrar a *comissão de Constituição e Justiça*. Nela permaneceu por nove anos ininterruptos (1912-20), até sua ascensão à presidência da Câmara, em 1921. Como legislador e jurista, foi êsse o mais brilhante e fecundo período da vida parlamentar de Arnolfo Azevedo.

Conselho Federal da República

Hermes da Fonseca havia assumido a presidência da República no dia 15 de novembro de 1910. Na governança de São Paulo continuava o Dr. Albuquerque Lins, o candidato à vice-presidência derrotado, com Rui Barbosa, nas eleições realizadas a 1.º de março daquele ano. Na liderança da política nacional, mais prestigiado do que nunca, achava-se o general Pinheiro Machado, vice-presidente do Senado Federal.

Como deputado oposicionista, Arnolfo Azevedo apresentou à consideração da Câmara Federal, na sessão de 23 de dezembro de 1910, importante projeto de lei, que recebeu o n.º 357 e pelo qual seria criado, na cidade do Rio de Janeiro, o *Conselho Federal da República*, a fim de deliberar, mediante consulta dos poderes públicos, sôbre assuntos políticos e administrativos. Em 15 artigos, dispunha sôbre sua organização, atribuições e funcionamento.

Seria constituído por membros *natos* e membros *efetivos*.

Os *membros natos* deveriam ser os seguintes: o presidente da República, o vice-presidente da República, os ex-presidentes da República, os antigos vice-presidentes da República, o presidente do Supremo Tribunal Federal, o presidente do Supremo Tribunal Militar, o vice-presidente do Senado Federal e o presidente da Câmara dos Deputados. Em termos práticos, se naquela ocasião o projeto fôsse transformado em lei, teriam assento no Conselho Federal da República pelo menos as seguintes personalidades: Hermes da Fonseca, Venceslau Brás, Campos Sales, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Rosa e Silva, Pindaíba de Matos, Pinheiro Machado e Sabino Barroso.

Os *membros efetivos*, com mandato vitalício, seriam em número de cinco, "cidadãos brasileiros de notável e provada capacidade administrativa", escolhidos pelo próprio Conselho por maioria absoluta de votos e propostos ao presidente da República, o qual deveria submeter as indicações à apreciação do Senado Federal, que só poderia aprová-las por dois terços dos senadores presentes.

A presidência das sessões caberia ao presidente da República e a vice-presidência “aos ex-presidentes da República, na ordem cronológica em que foram chefes da Nação”.

O Conselho seria um órgão meramente consultivo. Suas *decisões*, tomadas por maioria absoluta de votos, teriam um duplo caráter:

a) constituiriam assento de boas normas de administração republicana, quando provocadas por consulta do presidente da República, seus ministros, ou dos presidentes e governadores dos Estados;

b) constituiriam advertências salutareis sobre a pública administração, quando tomadas por solicitação das Câmaras, Conselhos ou Intendências municipais.

Em sua essência, êsse era o novo organismo político sugerido por Arnolfo Azevedo, em dezembro de 1910.

Pretendia, com êle, assegurar maior continuidade no governo da República, cuja ação via-se sensivelmente prejudicada pela curta duração do mandato presidencial. Como acentuou em discurso pronunciado em 1912, o Conselho viria manter “a unidade e a tradição conservadora na vida política e administrativa da União, pela constante, capaz e experimentada colaboração dos antecessores do presidente da República em exercício”, cujos atos poderiam ser “esclarecidos pelas luzes da experiência e do conhecimento dos negócios públicos, adquirida e aperfeiçoada na passagem pela suprema magistratura da Nação e ministradas com a isenção, o patriotismo e a elevação de vistas dos que não devem mais sofrer, no seu critério e integridade, os embates e influências da ambição e dos interesses secundários” (4).

“Essa iniciativa do deputado de Lorena” — escreveu AFONSO ARINOS — “foi, talvez, o primeiro ensaio de alargamento dos quadros estreitos do presidencialismo de 1891, no sentido de fornecer ao Poder Executivo instrumentos de ação que lhe facilitassem os encargos cada vez mais absorventes, em virtude das transformações do Estado moderno.” Isto porque “um Executivo forte, com múltiplas atribuições (seja, aliás, parlamentar ou presidencial) necessita sempre desses órgãos especializados, distintos do Congresso ou do Parlamento, que o auxiliem na sua rude tarefa” (5).

(4) Cf. BOLETIM DA BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, *cit.*, p. 244.

(5) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *Um Estadista da República*, p. 750.

O projeto mereceu referências elogiosas da parte do jurista VIVEIROS DE CASTRO, que o transcreveu na íntegra numa de suas obras⁽⁶⁾ e longamente o analisou em outra, afirmando que oferecia “um excelente alicerce para um edificio cuja construção” se lhe afigurava “absolutamente necessária”; chegou mesmo a transcrever os votos proferidos na comissão de Constituição e Justiça da Câmara e trechos do discurso pronunciado por Arnolfo Azevedo em plenário⁽⁷⁾.

No seio daquela comissão parlamentar, opinaram sobre o projeto os deputados Pedro Moacir, em 1911, e Afrânio de Melo Franco, em 1912. Opinaram ambos por sua constitucionalidade, demonstrando que era perfeitamente compatível com o regime republicano e, não (como alguns vinham assoalhando), um simples renascimento do Conselho de Estado do Império, mera manifestação de saudosismo. O deputado Melo Franco apresentou nove emendas, destacando-se a que alterava o nome do organismo para o de *Conselho Consultivo Supremo da República* e a que reduzia os *membros natos* apenas aos antigos presidentes e vice-presidentes da República.

Na sessão de 3 de dezembro de 1912, Arnolfo Azevedo pronunciou um “substancioso e irrespondível discurso” — de acôrdo com a opinião de VIVEIROS DE CASTRO —, em defesa do projeto, citando opiniões favoráveis, publicadas nas edições de 13, 14 e 16 de fevereiro de 1911 de *O Estado de São Paulo*, de renomadas figuras — Ubalino do Amaral, Afonso Celso e Herculano Marcos Inglês de Sousa.

Mesmo assim, o projeto não chegou a transformar-se em lei; foi esquecido pelos legisladores da época. É que, como bem acentuou AFONSO ARINOS, “a êle se opunha a mentalidade rotineira daquela geração ainda aferrada às fórmulas rígidas da separação dos poderes”⁽⁸⁾.

Renova-se a idéia

Foi renovada em 1918, quando JOSÉ MARIA BELO, em artigo publicado no *Correio da Manhã*, afirmou que não compreendia porque a Câmara deixara “morrer inglôriamente”,

(6) CASTRO (Augusto Olímpio Viveiros de) — *Tratado de Ciência da Administração e Direito Administrativo*, 3.^a edição, pp. 137-142, ed. Jacinto Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1914.

(7) CASTRO (A. O. Viveiros de) — *Estudos de Direito Público*, pp. 625-668, ed. Jacinto Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1914.

(8) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, p. 751.

na pasta de uma de suas comissões, o projeto de Arnolfo Azevedo, pois sempre lhe pareceu tratar-se de "uma das medidas mais felizes e de mais largo alcance para a nossa vida administrativa e a nossa própria vida social e política, que, nestes últimos anos, têm sido lembrados no Congresso". Depois de longa explanação a respeito das vantagens da medida e após escrever que "quantos erros e quantos crimes, por exemplo, não teriam sido evitados pelo Conselho, no governo do marechal Hermes", assim concluiu seu trabalho, intitulado *Conselho de Estado*:

"Ele merecia bem uma campanha parlamentar e jornalística, que o convertesse, em breve, em fecunda realidade. O sr. Rodrigues Alves, que pela segunda vez vem governar o Brasil, deve sentir melhor do que ninguém a necessidade do Conselho de Estado. Um país ou um regime, que não podem formar estadistas e que precisam de ir perturbar o suave repouso de quem tão largamente o mereceu, precisa bem de criar um Conselho de Estado, que seja um viveiro, senão de estadistas, ao menos de homens capazes e dignos, conhecedores da política e da administração nacionais".

Em julho de 1920, Arnolfo Azevedo apresentou um substitutivo ao seu projeto de 1910, em que aceitou várias das sugestões dos que o haviam criticado, nêle incorporando muitas das emendas do deputado Afrânio de Melo Franco. O novo organismo passaria a chamar-se *Supremo Conselho da República*. Seus *membros natos* seriam apenas os antigos presidentes e vice-presidentes da República, continuando os *membros efetivos* a serem cinco cidadãos brasileiros de notável e comprovada capacidade administrativa, com mandato vitalício, escolhidos pelo próprio Conselho e nomeados pelo presidente da República, mas sem audiência do Senado Federal.

Justificando seu novo projeto de lei, acentuou nosso biografado que, com a criação do órgão, manter-se-ia "uma linha de seqüência e coesão na gestão dos negócios públicos, quebrada periódicamente e a curtos intervalos com a sucessão presidencial". De outra parte, aproveitar-se-ia, em bem da causa pública, "a colaboração experimentada, capaz e superiormente desinteressada daqueles que exerceram, pelo voto da Nação, a suprema magistratura do país". Além disso, dar-se-ia aos antigos presidentes e vice-presidentes da República uma situação de destaque e de relativa independência no mundo político e social.

Partindo da premissa de que o período presidencial de quatro anos não permitiria jamais que o presidente da Repú-

blica pudesse, em tão curto prazo, executar completa e eficazmente o programa que tivesse em vista, ressaltou os inconvenientes que disso resultavam: as bruscas mudanças dos objetivos traçados e das orientações iniciadas. Lembrou ainda que a experiência republicana demonstrava a existência de três etapas em todo quadriênio: nos dois primeiros anos de govêrno, a onipotência do Poder Executivo; no terceiro ano, o lento declínio dessa fôrça, por entre as lutas que agitavam os partidos em tôrno do problema da sucessão presidencial; no derradeiro ano, o espetáculo de um astro que desaparece na curva do horizonte, a extinguir-se para sempre ou, pelo menos, com a necessidade de mais quatro anos para de nôvo brilhar.

O substitutivo de 1920, calorosamente elogiado por *O País* de 12 de julho, foi aceito pela maioria dos membros da comissão de Constituição e Justiça — os deputados Cunha Machado, Melo Franco, Veríssimo de Melo e José Bonifácio, embora o rejeitassem os demais membros — deputados Gumerindo Ribas, Prudente de Moraes Filho e Marçal Escobar. Enviado à comissão de Finanças, obteve parecer favorável do relator, deputado Celso Baima, em novembro de 1921. Mas a Câmara acabou por esquecê-lo uma vez mais e nem o próprio Arnolfo Azevedo, que a presidiu de 1921 a 1926, cogitou em revivê-lo. As lutas políticas que antecederam o govêrno do presidente Artur Bernardes e a atmosfera que reinou nesse quadriênio, sem a menor dúvida, não eram propícias à discussão do problema.

Em 1929, o deputado José Bonifácio e o senador Celso Baima retomaram o tema, em artigos estampados no *Jornal do Comércio*, respectivamente nas edições de 19 de maio e de 14 de julho.

Em dezembro de 1933, procurado em seu voluntário isolamento quando completamente afastado da vida pública, Arnolfo Azevedo voltou a defender amplamente a idéia, em longa entrevista concedida ao jornalista BEZERRA DE FREITAS⁽⁹⁾, no exato momento em que a Assembléia Nacional preparava uma nova Constituição para o país — a de 16 de julho de 1934.

Em tópicó de sua edição de 14 de setembro de 1937, às vésperas da implantação do chamado "Estado Nôvo", o *Jornal do Brasil* relembrou o projeto, para acentuar que êle se encontrava arquivado na Câmara e lá se continha "muita coisa que hoje está merecendo atenção".

(9) Publicada em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1933.

Finalmente, em 19 de janeiro de 1951, a mesma idéia resurgiu sob novas roupagens e sob outro nome, através do projeto de lei n.º 1.156, que instituiu um *Conselho de Estado*, órgão de colaboração e coordenação política dos poderes da União, constituído: pelo vice-presidente da República, pelo presidente da Câmara dos Deputados, por todos os antigos presidentes da República que houvessem governado por mais de dois anos e meio, e por cidadãos de saber, capacidade e virtudes, com preferência os que tivessem servido à Pátria, maiores de 40 anos e com mais de 10 anos de serviços prestados à causa pública.

Foi seu autor o deputado Aliomar Baleeiro, sendo o projeto também subscrito pelos deputados Aureliano Leite, Piza Sobrinho, Alarico Pacheco, Jaci de Figueiredo, Aristides Largura, Rafael Cincurá e Afonso Arinos.

A exemplo das iniciativas anteriores, estará êsse projeto de lei "dormindo" em alguma das comissões da Câmara dos Deputados?...

Oposição ao governo federal

Como deputado da oposição ao governo do marechal Hermes da Fonseca, a atuação de Arnolfo Azevedo foi ponderada e discreta. E não poderia ter sido de outra forma. Não sendo um tribuno popular, preferindo sempre construir ao invés de destruir, defensor convicto e intransigente da ordem pública, respeitador dos poderes legalmente constituídos, jurista por formação e conservador por tradição de família, sua atitude em relação ao presidente da República (cuja candidatura combatera com tôdas as forças legítimas de que pudera dispor) foi de permanente vigilância.

Evidentemente, seu projeto de criação do *Conselho Federal da República*, apresentado à consideração da Câmara dos Deputados um mês e meio depois da posse do marechal-presidente, representara uma fórmula de controlar a atuação do Poder Executivo, de melhor orientá-lo no sentido de bem servir à causa pública e de evitar a prática de erros capazes de prejudicar os interesses da Nação.

Passando a integrar, a partir de 1912, a comissão de Constituição e Justiça, sua vigilância maior se tornou. E por duas vezes, pelo menos, ambas registradas em 1914, discordou de público, como jurista, da maioria governamental.

O estado de sítio

No dia 23 de maio de 1914, Arnolfo Azevedo tornou-se manchete nos jornais do Rio de Janeiro; e acreditamos que tenha sido esta a primeira vez, em sua carreira de político e parlamentar.

Em *A Época*, então dirigida por Vicente Piragibe, teve sua fotografia estampada, em duas colunas, na primeira página, acima de outra, ocupando três colunas, em que aparece lendo seu voto perante a comissão de Justiça. A notícia, dada com excepcional destaque, é antecedida pelos seguintes títulos:

O CONGRESSO E O SÍTIQ

O voto em separado do sr. Arnolfo Azevedo contradita, luminosamente, o parecer sôbre o sítio.

S. Exa. apresenta um substitutivo ao projeto do sr. Nicanor.

Refere-se a notícia à reunião da comissão de Constituição e Justiça, realizada a 22 de maio de 1914, sob a presidência do deputado Cunha Machado e com a presença dos deputados Maximiano de Figueiredo, Nicanor do Nascimento, Felisbello Freire, Pires de Carvalho, Pedro Moacir e Arnolfo Azevedo, além de "alguns deputados situacionistas". Discutia-se o parecer do deputado Nicanor do Nascimento a respeito da mensagem presidencial referente à decretação do *estado de sítio* no dia 4 de março, medida depois prorrogada até 30 de abril, sem audiência do Congresso, então em recesso parlamentar. O ato governamental abrangerá as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Petrópolis, além do Estado do Ceará.

O parecer em discussão propunha a aprovação dessa medida de exceção, como também todos os atos praticados pelo govérno durante sua vigência. Ia além: aprovava a prorrogacão do estado de sítio até 30 de outubro de 1914.

Depois de acentuar que tinham sido postos em liberdade todos os presos políticos e não ter havido novas prisões — o que, "evidentemente, indicava não haver mais responsabilidades a apurar ou, pelo menos, ter-se apurado a nenhuma responsabilidade dos indiciados na perturbação da ordem pública" —, Arnolfo Azevedo chegou à conclusão preliminar de que não havia mais nenhuma necessidade de prorrogar o estado de sítio.

Em seguida, abordou a questão da aprovação dos atos do governo, praticados até 30 de abril, considerando insuficientes os documentos apresentados ao exame do Congresso. E afirmou:

“Tais documentos não podem servir para uma informação segura, nem mesmo em relação aos atos anteriores à última prorrogação do sítio, porque não são originais, mas simples cópias; não são depoimentos, mas meros relatórios. Por mais honestas, corretas e dignas que possam ser e de fato sejam, as ilustres autoridades que presidiram tais inquéritos e fizeram êsses relatórios, não podem essas peças, numa das quais se classifica como desordeiro conhecido um representante da Nação, suprir as faltas dos documentos originais, que devem ser examinados, estudados e apreciados por nós outros, julgadores constitucionais dos atos governamentais, pesando diretamente e por nós mesmos as provas colhidas e dando-lhes o valor que lhes couber, em face do nosso e não do critério alheio, por mais respeitável e valioso que se o possa reconhecer”.

Lembrou, a seguir, que a comissão de Justiça havia indeferido o requerimento de um deputado da minoria, no sentido de serem fornecidos os documentos originais. Em face dessa deficiência de provas, entendia que o Congresso não deveria tomar conhecimento de quaisquer atos praticados na vigência do estado de sítio, aguardando a remessa posterior da desejada documentação.

Passando, depois, ao exame do decreto de 25 de abril, que prorrogara o estado de sítio até 30 de outubro de 1914, afirmou categoricamente: “Não hesito em arrolá-lo entre os atos ilegais e inconvenientes que mais o sejam”. E longamente expôs as razões que o levaram a tal conclusão.

Em consequência, propôs à deliberação da comissão um substitutivo, concebido nos seguintes termos:

“O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º — São aprovados os decretos n.ºs 10.796, 10.797 e 10.835, pelos quais o poder executivo declarou o estado de sítio na Capital Federal, Niterói, Petrópolis e Estado do Ceará; reservando-se o Congresso para se pronunciar sobre os atos praticados na vigência daqueles decretos, quando lhe forem presentes os relatórios e documentos referentes aos atos posteriores à data da mensagem.

Art. 2.º — Fica suspenso o último sítio decretado pelo decreto n.º 10.861, de 25 de abril do corrente ano; revogadas as disposições em contrário”.

O voto em separado e o substitutivo apresentados por Arnolfo Azevedo (que, naturalmente, não foram aprovados pela maioria governamental...) mereceram também destaque

da parte do *Correio da Manhã*, em sua edição de 29 de maio de 1914, na qual ambos aparecem integralmente transcritos, acompanhados da fotografia em que nosso biografado aparece lendo seu trabalho perante a comissão de Constituição e Justiça.

Mas *O País*, órgão governista, não gostou da atitude do deputado paulista. Em artigo de fundo, intitulado *O voto em separado*, depois de afirmar que não contestava o direito de pensar que "o estado de sítio é uma superfluidade no momento atual", observou:

"Entretanto, o que deve ser contestado é o direito de abusar de uma culta inteligência, como o fez o acatado representante de São Paulo, para firmar, por hábeis sofismas, contra a expressão das leis e a evidência dos fatos, princípios insustentáveis e conclusões perigosas, como o fez o sr. Arnolfo Azevedo, no seu voto em separado".

E, mais adiante:

"O órgão da bancada paulista, valendo-se da autoridade moral do seu nome e do seu passado político, e, mais ainda, da situação dos ânimos, agitados por longa campanha anárquica e predispostos a aceitar quanto esteja acorde com a sua própria exaltação, não fez mais do que, partindo de princípios errados, chegar a conclusões perigosas.

Esse mesmo estado de ânimos que agora faz aceitar e aplaudir a hermenêutica do sr. Arnolfo Azevedo como um evangelho e que somente reclama a suspensão do sítio como uma porta aberta às mais violentas agressões ao poder público, foi a que tornou, em dado momento, imperiosa a decretação do remédio extremo do sítio, e ainda hoje força a sua permanência como uma providente medida, qual a da irrigação de um entulho de incêndio mal extinto, onde o fogo irromperá de novo e vivamente, apenas descurada a vigilante intervenção".

E assim concluiu:

"Levantado o sítio, entretanto, os sentimentos de amor à liberdade que propõem a ação de São Paulo não poderão, talvez, impedir com a mesma facilidade a explosão de interesses e paixões, que somente são contidas pela vigilância daquele e pelo temor da repressão.

E é por isso que não compreendemos a atitude do ilustre deputado paulista. Não entendemos como um Estado, que fez todo o seu progresso à sombra da ordem, não hesite em dar mão forte aos elementos anárquicos, que tão incisamente se recortam neste mesmo instante. O voto em separado do sr. Arnolfo Azevedo podia ter esperado melhor ocasião".

Evidente se torna, por essa manifestação de um porta-voz do governo federal, que Arnolfo Azevedo agira, não como sim-

ples deputado, mas em nome de sua bancada e de seu Estado. Seu voto em separado desagradara as altas esferas governamentais, ainda mais porque partira de um homem que se apoiava na "autoridade moral do seu nome e do seu passado político". Arnolfo Azevedo não era um deputado oposicionista qualquer, capaz de tiradas demagógicas ou de oposição sistemática. Sua palavra era ouvida com respeito e acatamento.

Dentro dessa linha de conduta, manteve-se vigilante na defesa da Constituição e da ordem jurídica.

Intervenção no Ceará

Poucas semanas depois, a 15 de junho de 1914, viu-se forçado a discordar da maioria governamental novamente, diante do parecer da comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo deputado Felisbello Freire (o mesmo a quem se referira, no discurso de estréia em 1903, como "ilustre mestre do Direito Constitucional"), que concluía pelo arquivamento da mensagem presidencial relativa à *intervenção no Ceará*, considerando legais e oportunos os atos dela emanados.

Em seu voto vencido⁽¹⁰⁾, largamente fundamentado, Arnolfo Azevedo pôs em dúvida a legalidade do ato do presidente da República dissolvendo o legítimo poder legislativo do Ceará, depondo o governador do Estado, nomeando um interventor e mandando proceder à eleição de novos mandatários. Assim agindo, estaria o govêrno da República "anulando o regime representativo, destruindo a Federação republicana e, sem forma legal, sem respeito pela Constituição, em verdadeiro delírio de tudo derrocar, transformou, em território amesquinhado, um dos Estados autônomos da República dos Estados Unidos do Brasil".

"De fato" — afirmou com convicção — "há, no momento atual, com flagrante infração de tudo quanto dispõe a nossa lei das leis, um dos membros componentes da Federação Brasileira que não tem poder executivo eletivo; que não possui poder legislativo; que não goza das franquias constitucionais que lhe garantem o direito de governar-se por si mesmo; que sofre a mais violenta de tôdas as coações, vendo seus destinos entregues a uma autoridade que o povo cearense não escolheu e que foi nomeada por quem não tinha poder para nomeá-la."

(10) Cf. *Documentos Parlamentares — Intervenção nos Estados* (Ceará, 1912-1914), vol. 9.º, pp. 75-83, Rio de Janeiro, 1917.

Estava em causa o Dr. Marcos Franco Rabêlo, governador do Estado do Ceará, substituído pelo interventor federal, coronel Fernando Setembrino de Carvalho.

Com inusitada veemência, assim concluiu Arnolfo Azevedo seu voto vencido:

“Este voto vencido nada mais é, portanto, que um protesto veemente, dos meus sentimentos de sincero republicano federalista, contra a prepotência ditatorial e revolucionária, que, de um golpe certo e profundo, rasgou as mais belas páginas da Constituição Brasileira, quebrou as mais seguras garantias da unidade e da integridade nacionais e aniquilou as mais brilhantes conquistas do regime republicano.

Que este episódio tristíssimo da triste história contemporânea do Brasil fique para todo sempre sepultado no pó espesso dos arquivos, para onde quer mandá-lo a tolerância injustificável da maioria do Congresso Nacional; a mim, porém, na impossibilidade absoluta de qualquer outro procedimento, resta-me a consciência de haver cumprido o dever, que reputo patriótico, de protestar com tôdas as energias e votar convictamente contra esta perigosa medida, que jamais poderá ser invocada como um precedente, senão funesto, porque é um inominável atentado friamente cometido contra os preceitos fundamentais das instituições vigentes”.

Sinceramente entusiasmado, o filho de Lorena erguia seu protesto contra a violência que estavam sofrendo seus irmãos do longínquo Ceará — Estado que jamais visitou e onde não tinha qualquer interesse de ordem pessoal. Falava, naquele instante, o legítimo representante da Nação.

Por outro lado, com atitudes como essa, nosso biografado não enfrentava apenas o govêrno do marechal Hermes da Fonseca. Enfrentava, principalmente, o senador Pinheiro Machado, que, a partir de 1912, dominava sem competidor a política nacional.

Como escreveu AFONSO ARINOS, “o Brasil repousou, então, nas mãos de Pinheiro Machado. A ordem viu-se dominada pelo que era chamado disciplina: a colaboração pela obediência. Tudo isto não podia deixar de prejudicar também o meio moral. Com o govêrno Hermes firma-se no poder uma nova mentalidade republicana, personalista, violenta, despreocupada da legitimidade do poder, atraída pela demagogia” (11).

Pelo seu caráter e por sua formação, Arnolfo Azevedo não podia pactuar com este estado de coisas e com essa mentalidade, que repugnava à sua consciência de homem público.

(11) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, pp. 743-744.

No Palácio Monroe

Corria o tumultuado ano de 1914, quando os deputados viram, alarmados, que no arco de uma das portas do vetusto edifício da Cadeia Velha, onde vinha funcionando a Câmara Federal, abrira-se uma rachadura; e, logo, espalhou-se a notícia alarmante de que o prédio estava na iminência de desabar fragorosamente...

Havia exagêro nessa notícia. Tanto isso é verdade, que o velho edifício permaneceu de pé por quase uma década ainda e, ao ser demolido, em 1922, para ceder lugar ao atual Palácio Tiradentes, foi necessário utilizar uns bons quilos de dinamite para pôr abaixo suas grossas e venerandas paredes.

O problema exigiu, porém, providências imediatas. E, na sessão de 31 de agosto de 1914, o deputado Soares dos Santos, 1.º vice-presidente da Câmara, no exercício da presidência, anunciou que, "tendo chegado ao conhecimento da Mesa algumas reclamações contra as condições em que se encontra o atual edifício onde está funcionando a Câmara", solicitara uma vistoria por parte de um engenheiro do governo. Seu laudo não assinalara que o edifício se encontrasse propriamente em ruínas, mas não garantia a solidez do mesmo para o funcionamento dos trabalhos legislativos. Diante disso, procurara o marechal presidente da República e obtivera d'ele a necessária aquiescência no sentido de ser instalada a Câmara noutra edificação: o Palácio Monroe⁽¹²⁾.

Obtida a aprovação da medida pelo plenário, a mudança se processou entre os dias 3 e 11 de setembro. Referindo-se ao assunto, OTO PRAZERES escreveu, com graça, que o deputado Soares dos Santos, "digno oficial do Exército, resolveu, militarmente, arranjar a tôda pressa uma nova instalação para a Câmara. Onde? Lembraram-se do Monroe, que não tinha fim algum fixado. O Barão do Rio Branco já não podia defender êsse palácio que tanto estimava"⁽¹³⁾.

Como é bem sabido, o *Palácio Monroe* constitui uma reprodução exata do pavilhão brasileiro, inaugurado a 24 de

(12) Cf. CASTRO (Ramiro Berbert de) — *Palácio Monroe*, no *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados*, vol. II, pp. 705-706.

(13) PRAZERES (Oto) — *Da cadeia a Tiradentes...*, em *A Gazeta*, São Paulo, 19 de maio de 1936.

maio de 1904 na Exposição Universal instalada na cidade de St. Louis, E. U. A. Situado à entrada da então recém-construída Avenida Rio Branco e lembrando o estilo preferido pelos artistas franceses do Renascimento, oferecia aos deputados um agradável ambiente de trabalho, por sua localização e, sobretudo, pela beleza de suas formas arquitetônicas. Representava um verdadeiro "paraíso" para quem vivera, até então, na atmosfera sombria da Cadeia Velha.

Servira de sede à III Conferência Pan-Americana, ali reunida em julho de 1906, com a presença do Barão do Rio Branco, de Joaquim Nabuco, de Elihu Root. Acolhera em seu interior personalidades famosas: Guglielmo Ferrero, Enrico Ferri, Charles Richet; e ouvira a palavra de Olavo Bilac e de Coelho Neto, assim como de homens de ciência. Servira de palco a grandiosos bailes, da mesma forma que fôra o local do velório para os restos mórtais do deputado Germano Hasslocher⁽¹⁴⁾.

O salão interno, rodeado de imponentes colunas, foi cercado e transformado em recinto para as sessões. O ambiente tinha um quê de solenidade; por isso mesmo, nenhum dos deputados se aventurava a comparecer de terno branco — segundo depoimento de OTO PRAZERES. Acontece, porém, que "Gervásio Fioravanti, o inspirado poeta pernambucano, que então representava a sua terra dignamente, teve coragem de se apresentar, um dia, com um terno de brim riscado, com que andava em Caxangá. Viu-se forçado a sair logo, porque causou espanto e escândalo; e um poeta colocou na sua bancada a seguinte quadrinha:

De *peignoir* arrendado,
Salta do leito a Madama;
Pro Monróe, encolumnado,
Gervásio vem de pijama..."⁽¹⁵⁾

Como deputado federal, Arnolfo Azevedo passava a ter um belo e confortável local de trabalho, onde permaneceria até junho de 1922. Ali estava quando, em maio de 1921, recebeu a suprema consagração, em sua longa vida pública, ao ver-se escolhido como presidente da Câmara Federal, em maio de

(14) Cf. CASTRO (Ramiro Berbert de) — *ob. cit.*, pp. 690-705.

(15) PRAZERES (Oto) — artigo citado.

1921. Ali voltou a trabalhar, de 1927 a outubro de 1930, no exercício do mandato de senador da República.

Entretanto, sua residência efetiva, na cidade do Rio de Janeiro, continuava a ser o querido e inesquecível *Grande Hotel* da Lapa. Com raras e transitórias exceções (quando passava curtas temporadas em casas de aluguel, como nessa década fez, morando à rua Figueiredo Magalhães, em Copacabana), naquele hotel sempre se hospedou, até meados de 1919, quando, com sua família, transferiu-se definitivamente para a cidade do Rio de Janeiro.

Novos tempos, novos trabalhos

O ano de 1915. Intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Crédito hipotecário rural. O assunto em debate. Renasce o projeto. O "caso" da Fazenda Amarela. Desfazendo uma mentira.

O ano de 1915

O ano de 1915 marcou o início de uma nova fase da evolução da política nacional e, para Arnolfo Azevedo, o prosseguimento de sua atividade como legislador, já então novamente integrado no seio da maioria parlamentar.

Desde 15 de novembro de 1914, tinha o Brasil um novo presidente da República na pessoa do Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes, vice-presidente no quadriênio anterior. Muitos nomes haviam sido cogitados para suceder ao marechal Hermes da Fonseca: Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Francisco Sales, Pinheiro Machado, Campos Sales, Borges de Medeiros; mas as circunstâncias acabaram por fazer recair a escolha no tranqüilo mineiro de Itajubá.

Na presidência do Estado de São Paulo, encontrava-se mais uma vez o conselheiro Rodrigues Alves, empossado a 1.º de maio de 1912 e que governaria até maio de 1916, quando foi substituído por um jovem político paulista — o Dr. Altino Arantes.

Tendo tido seu mandato de deputado federal renovado por mais um triênio, correspondente à 9.ª legislatura (1915-17), Arnolfo Azevedo vinha disposto, mais do que nunca, a trabalhar. Foi novamente eleito para a comissão de Constituição e Justiça, onde permaneceria até findar-se a 10.ª legislatura (1918-20).

O declínio da liderança de Pinheiro Machado, iniciado nos derradeiros meses do governo do marechal presidente, acentuou-se no primeiro semestre de 1915. No dia 8 de setem-

bro, o senador gaúcho — que chegara a ser uma espécie de “superpresidente” da República — tombou assassinado com certa punhalada, dada pelas costas, no saguão do “Hotel dos Estrangeiros”, no Rio de Janeiro (1).

Na presidência da Câmara Federal, Minas Gerais continuava a fazer-se representar, e isto desde a eleição de Carlos Peixoto Filho, em 1907. Sucedido em 1909 por Sabino Barroso, cederá este o alto posto a Astolfo Dutra, eleito em fins de 1914.

Novos tempos iam ter início, com o Mundo mergulhado nas incertezas da Primeira Guerra Mundial, que acabaria por envolver também o Brasil, em 1917. Época bastante difícil, sacudida por agitações políticas em vários Estados da Federação e por greves do operariado.

Intervenção no Estado do Rio de Janeiro

Desde os últimos meses do governo do marechal Hermes, grave crise política vinha agitando o Estado do Rio de Janeiro. Disputavam a presidência o senador Nilo Peçanha e o tenente Feliciano Pires de Abreu Sodré Júnior, este apoiado por Pinheiro Machado. A Assembléia estadual cindira-se em duas. Levada a questão à decisão do Congresso Nacional, através de mensagem presidencial datada de 8 de outubro de 1914, a comissão de Constituição e Justiça opinou, em 20 de outubro, pelo arquivamento do documento, por não estar a situação enquadrada nos casos de intervenção federal, previstos na Constituição.

Em 31 de outubro, Arnolfo Azevedo subscreveu o voto em separado do deputado Afrânio de Melo Franco, o qual, votando pela conclusão do parecer, deixava, “coerente e logicamente, de tomar conhecimento *de meritis* da questão, que, pelo dito arquivamento, se demonstra não ter incidido na esfera de atribuições do Congresso Nacional”.

Submetido o caso ao Supremo Tribunal Federal, este, a 16 de dezembro de 1914, concedeu ao senador Nilo Peçanha

(1) Arnolfo Azevedo encontrava-se em sua fazenda, onde poucos dias antes havia sido instalada a linha telefônica, ligando-a a Lorena. Chamado ao aparelho, todos viram-no empalidecer súbitamente, enquanto ouvia a notícia. Depois, profundamente chocado, exclamou aos membros da família: “Assassinaram o Pinheiro!”

um *habeas corpus*, que lhe assegurava o direito de empossar-se como presidente do Estado. No dia 24, a parcela majoritária da Assembléia estadual (favorável a Feliciano Sodré) protestou contra aquela decisão da nossa mais alta Côrte de Justiça, em enérgica representação dirigida ao presidente Venceslau Brás. Remetida ao Congresso, foi esta representação objeto de exame por parte da comissão de Justiça da Câmara, a 26 de dezembro, a qual, seguindo o parecer do relator, deputado Nicanor do Nascimento, opinou pelo arquivamento do documento, embora declarasse expressamente que a decisão do Supremo Tribunal não tinha valor jurídico e preconizasse a intervenção federal no Estado, a fim de garantir a posse de Feliciano Sodré.

A situação mais se complicou quando, a 31 de dezembro, o tenente Sodré tomou posse do cargo perante a "sua" Assembléia, ao mesmo tempo que Nilo Peçanha requisitava força federal para fazer cumprir o *habeas corpus*.

Requerida a intervenção pelos sodresistas, passou o problema para a alçada do Congresso Nacional, convocado em sessão extraordinária para o dia 9 de janeiro de 1915.

Enquanto o assunto era debatido no Senado (e, graças à malícia de Pinheiro Machado, via-se aprovada a intervenção federal, com o reconhecimento de Feliciano Sodré), empossava-se de fato na presidência do Estado o senador Nilo Peçanha.

A 3 de fevereiro de 1915, a comissão de Constituição e Justiça deu sua aprovação ao projeto do Senado. Mas teve o voto contrário de Arnolfo Azevedo, que o deputado Pedro Moacir também subscreveu, considerando-o "modelar".

Após historiar longamente os fatos ocorridos, analisando-os à luz da Constituição e de seus intérpretes, nosso biografado assim concluiu:

"Coerente com os fundamentos e as razões de votos anteriores, não posso dar o meu voto para o duplo desacato que pretende agora o Senado com seu projeto: desacato à autonomia de um Estado da Federação e desacato também ao Poder Judiciário.

Os acórdãos do Supremo Tribunal, desrespeitados pelos poderes locais do Estado do Rio, deviam ser e já foram fielmente cumpridos pelo presidente da República. S. Excia., assim procedendo, conquistou um título de beneficência, que bastaria por si só para dar extraordinário realce ao seu governo.

Os órgãos da soberania nacional devem ter o mais apurado cuidado de manter, no grau mais elevado, o respeito por si próprios e o maior acatamento pelos demais poderes públicos, para que não se prepare no Brasil uma sementeira de anarquia, na alta esfera da política nacional".

Esse voto vencido de Arnolfo Azevedo mereceu elogiosas referências por parte de jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A *Rua* (3-II-1915) classificou-o de "brilhante", afirmando que encerrava "um estudo acurado sôbre Direito Constitucional". O *Correio Paulistano* (4-II) considerou-o "uma peça jurídica", que historiava "com minúcia e precisão o caso do Estado do Rio em face das leis". O *Imparcial* classificou-o como "notável peça jurídica" (4-II). A *Gazeta de Notícias* (4-II) disse que o voto era "brilhante e exaustivo".

Subscrevendo-o na reunião realizada a 8 de fevereiro, o deputado Pedro Moacir teceu elogios ao documento, classificando-o como "a última palavra sôbre o assunto, e, sobretudo, um primor jurídico". Segundo o *Correio da Manhã* (9-II-1915), o deputado gaúcho "insistiu na perfeição dialética com que está elaborado o voto vencido do sr. Arnolfo Azevedo, voto que qualifica como *tutto nervo con poca carne*, sem retórica, tecido de argumentos jurídicos irrespondíveis"; e, de acôrdo com O *Imparcial* (9-II) sômente tinha a acrescentar que era "um môdelo de dialética, que honra o seu autor pela justeza da sua argumentação puramente jurídica".

No dia 6 de fevereiro, GIL VIDAL escreveu sôbre êsse voto alentado estudo, sob o título *Elucidação completa*, publicado no *Correio da Manhã*. Eis um de seus trechos:

"O trabalho do ilustre deputado paulista é completo. Não deixa sem elucidação nenhuma das controvérsias levantadas. Baseado na legislação do Estado, desde a Constituição com as suas reformas, até o Regimento da Assembléa, o sr. Arnolfo Azevedo levou à evidência que o sr. Nilo Peçanha é o verdadeiro presidente do Estado do Rio de Janeiro, presidente constitucional, muito regularmente eleito, reconhecido e proclamado pelo "único poder estadual legitimamente organizado, que tinha provada e soberana competência para apurar a eleição". Este poder é o legislativo, que está com a fração da Assembléa reunida em tôrno da mesa legítima presidida pelo sr. João Guimarães, a qual funcionou sempre nos estritos termos da Constituição, das leis e do respectivo regimento, respeitando tôda essa legislação na parte que dispõe sôbre a eleição e posse do presidente do Estado".

É evidente que, atrás dêsses elogios, encontravam-se interesses político-partidários. Todavia, para Arnolfo Azevedo, não estavam em jôgo as pessoas de Nilo Peçanha e de Feliciano Sodré. Sômente lhe interessava o aspecto jurídico do problema. E, como jurista, seu prestígio mais e mais se firmava na Câmara Federal.

Esse famoso "caso" do Estado do Rio arrastou-se por todo o ano de 1915. O assassinato de Pinheiro Machado deu um golpe final na questão e a Assembléia estadual acabou por reunificar-se. Não havia mais nenhuma razão para o projeto de intervenção, oriundo do Senado.

Neste sentido opinou a comissão de Justiça da Câmara, em 16 de novembro de 1915, já agora com o apoio de Arnolfo Azevedo, que fez declaração de voto, lembrando as razões de seu voto vencido de 3 de fevereiro e acentuando que "os fatos posteriores só serviram para confirmar, em todos os seus fundamentos, as razões de convicção que o levaram a pedir a rejeição do projeto do Senado".

Provocado pelo deputado Faria Souto, porém, teve nosso biografado de ir à tribuna da Câmara ("que eu freqüento sempre com a maior das aversões"), em 3 de dezembro de 1915, a fim de repelir críticas que lhe haviam assacado e ressaltar que agira honestamente como jurista, ao interpretar os textos constitucionais.

No dia 29 de dezembro de 1915, o assunto foi definitivamente encerrado, com a rejeição do projeto de intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Quase um ano havia decorrido!

Crédito hipotecário rural

Em setembro de 1915, Arnolfo Azevedo apresentou à consideração da Câmara dos Deputados o projeto de lei n.º 173, referente à *mobilização do crédito hipotecário rural*. Seu trabalho obteve a mais larga repercussão.

Segundo êle, os proprietários de imóveis rurais poderiam emitir títulos de crédito hipotecário, nominativos, transferíveis por endosso, no valor de 100\$000 cada um, resgatáveis por sorteio anual e tendo como garantia os próprios imóveis. Tais títulos seriam admitidos à cotação e negociação nas bôlsas oficiais, ficando isentos de quaisquer impostos.

Justificando a medida proposta, afirmou:

"Entre os grandes tropeços em que tem esbarrado o desenvolvimento da produção agrícola do nosso país, não é dos menores a falta de flexibilidade do crédito territorial ou imobiliário, resultante do pesado e maciço instituto, que é o nosso regime de hipotecas, ou melhor, do crédito hipotecário.

Parece-me que novas e possantes fôrças daremos aos produtores rurais, multiplicando-lhes e revigorando-lhes as energias, se transformarmos em lei a idéia da mobilização do crédito real. A oportunidade que agora se nos oferece de realizá-la é a mais propícia pelas circunstâncias desastrosas em que definham, em vasta extensão do Mundo, as indústrias agropecuárias, cujos produtos, consumidos, destruídos ou impedidos pela Grande Guerra abrem aos nossos, nos mercados de consumo, uma larga praça, que, tão cedo, se não encherá.

Entre os meios mais adequados à conquista desses mercados estão o aumento e barateamento de nossa produção rural, pelo fornecimento aos lavradores de recursos pecuniários fáceis, tranqüilos e remuneradores.

O imenso, o incalculável patrimônio, que é a propriedade imóvel no Brasil, está atualmente cercado por uma verdadeira muralha chinesa. São riquezas fabulosas encerradas, com inexplicável avareza, nas arcas fortes de um usurário impenitente, que se apraz deliciado em contemplá-las, em sentir-lhes o peso enorme, o inestimável valor; em deslumbrar-se diante do brilho refulgente, com que elas fascinam e cegam e... mais nada. A lei deixa-as repousando, fechadas a sete chaves, e mostra ao andrajoso proprietário delas o formigueiro dos homens de comércio, ativo, incessante, impetuoso, enriquecido, no vertiginoso movimento das trocas e permutas de tôdas as utilidades, para enchê-lo de inveja diante da prosperidade e grandeza desse assonibroso acervo de colossais riquezas mobiliárias e forçá-lo a estender a mão para receber as migalhas e sobras dessa formidável opulência como a esmola miserável que se atira ao último dos necessitados.

O proprietário de imóveis rurais é a fonte perene de onde promana o caudaloso manancial que vai regando e fertilizando o grande vale dos negócios comerciais por êle enriquecido e prosperante; mas as leis brasileiras, a título de proteção e amparo à riqueza territorial, defende-a com tais trincheiras e tão alto a coloca e abriga, que assola, esteriliza, devasta e seca a zona circunvizinha, ao invés de torná-la protetora dessa nascente, para outras paragens, vivificadora e exuberante".

Em seguida, mostrou que o crédito hipotecário então vigente era por demais restrito e pesado, difícil de ser removido, só podendo ser movimentado através dos capitalistas ou banqueiros, os quais, quando se propunham a ajudar a lavoura, faziam-no de má vontade, apressados e exigentes, "como quem quer descartar-se de um importuno, de passo tardo e roupa grossa, para atender à vistosa clientela, alegre, saltitante e bem vestida, renovada a cada passo e vária ao infinito, portadora dos títulos de crédito pessoal".

Pintava, assim, em tôda sua crueza, o drama dos fazendeiros e sitiantes, que, não raro, não conseguiam um empréstimo de 100 contos de réis, mesmo hipotecando imóveis no valor de 500 contos. Em contrapartida, fácil era obter maior quantia com o simples endosso de uma ou duas firmas comerciais ou mesmo individuais, "muitas vêzes sem que a soma dos haveres livres de tais firmas possa cobrir sequer a quantia emprestada".

Se a explicação de tal contraste estava na mobilidade do crédito pessoal e comercial, não via razão alguma que impedisse o legislador de conceder essa mesma possibilidade ao crédito real.

O que pretendia, fracionando o crédito hipotecário em títulos de pequeno valor, era "dar flexibilidade, mobilidade, celeridade ao crédito sobre o solo, sobre a propriedade imóvel".

Alongou-se, a seguir, na explicação do mecanismo proposto em seu projeto de lei, acentuando as vantagens que dêle adviriam para os proprietários rurais.

O fazendeiro Arnolfo Azevedo transformava-se, assim, em porta-voz dos que se viam lançados ao abandono e ao esquecimento, embora fôsem os sustentáculos da economia brasileira. Porque, naquele tempo, o Brasil era mesmo "um país essencialmente agrícola".

Para maior divulgação de suas idéias, publicou um folheto de 25 páginas, em corpo seis, sob o título de *Mobilização do Crédito Hipotecário Rural*, impresso na tipografia do *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro, 1915).

O assunto em debate

A 20 de setembro de 1915, pelas colunas de *O Comércio de São Paulo*, JORGE DE MELO aplaudiu a iniciativa, mas confessou não ter grande confiança na eficácia das medidas propostas e descrever dos seus resultados.

Procurado pelo jornal *A Época*, do Rio de Janeiro, Arnolfo Azevedo respondeu ao articulista no dia 28 de setembro, iniciando sua entrevista com as seguintes palavras:

"O tom do artigo fere a nota pessimista, que já vai sendo a da predileção desse ilustre escritor. Ele tem, em parte, boas razões para não crer, porque, de fato, até hoje, os poderes públicos só se têm lembrado dos lavradores para cobrar-lhes impostos, e tão abandonada vive a produção nacional, tão acostumada está a ouvir, no tom áspero de um *Deus a favoreça*, a frase já consagrada — *Deixe que arrebente* — que pasma diante de alguma medida de benefício real que se lhe destine e desconfia da esmola, que supõe moeda falsa. E o articulista reflete esse estado de descrença na comparação que faz dos novos títulos de crédito hipotecário com as letras hipotecárias emitidas pelas sociedades de crédito rural — um completo e absoluto fracasso — e com os *warrants*, excelente instituição, que não passou ainda do estado de pura incipiência.

Basta essa aproximação de títulos, que se não podem confundir, para verificar-se que o ilustre escritor não refletiu convenientemente sobre a nova modalidade do instrumento de crédito hipotecário, cuja transferência se faz por endosso e é destinado a substituir a escritura pública de cessão dos direitos creditórios, assim divididos, fracionados, popularizados e postos ao alcance de tôdas as bôlsas, sem prejuízo da garantia hipotecária que os reveste.

Aquêlê espírito lúcido deixou-se impressionar e obscureceu-se pela pressão atualmente exercida pelo capital bancário sobre o crédito da lavoura; senão teria compreendido que o intuito principal do projeto é exatamente libertar o proprietário rural da necessidade de recorrer ao capitalista para obter dinheiro sobre hipoteca de sua propriedade”.

Depois de citar trechos do artigo, acentuou que o objetivo principal do projeto consistia em atrair, para um emprêgo rendoso e seguro, “o capital modesto, esparso, existente no interior do país, onde não há bancos, onde não há caixas econômicas, onde o *pé-de-meia* é ainda o predileto esconderijo das pequenas economias”. Por isso mesmo, fracionara o crédito hipotecário rural em títulos de 100\$000, ao alcance das mais modestas bôlsas.

“O capital usurário, acumulado nos grandes centros e solicitado de mil maneiras, por transações de tôda ordem, que se sacie nelas e dê-se por satisfeito com as desgraças que tem causado aos que empolgou, para estrangulá-los, com as atuais hipotecas, integrais, maciças e aniquiladoras.”

Logo adiante, pergunta:

“Alguém já avaliou com exata precisão as reservas que os colonos da lavoura guardam ou remetem para o estrangeiro, anualmente? Haverá quem duvide da aplicação de tais reservas nos novos títulos de crédito hipotecário, no dia em que estes colonos virem que seu dinheiro está garantido pela terra em que trabalham, terra que com êle se valoriza, terra que, por êle, na pior hipótese de uma liquidação, pode vir a ser sua propriedade, isto é, a realização de seu mais afagado e absorvente ideal?”

Embora pudesse estar enganado, confessou-se profundamente convencido de que a aprovação de seu projeto pelo Congresso poderia contribuir para remover grande parte das dificuldades com que se vinha lutando e, quem sabe, viria resolver o problema da produção rural, das crises agrícolas, favorecendo a prosperidade econômica do país. Através dêle, a lavoura ficaria entregue a si mesma, ficaria emancipada, poderia conduzir-se sem as peias que lhe tolhiam os movimentos e — o que era mais importante — “sem o tão chorado, o tão apetecido, mas tão caro auxílio dos governos”.

Reconheceu que seu projeto estava fora dos moldes usuais, pois não dava lugar à fundação de bancos ou empresas que, com o aparente objetivo de auxiliar a produção nacional, enchiam-se de favores, faziam enriquecer meia dúzia de privilegiados, alimentavam a advocacia administrativa e arruinavam os pobres produtores rurais, "por êles mais e mais encalacrados, escarnecidos e explorados". Talvez por isso mesmo, a idéia não viesse a receber entusiástico apoio e passasse despercebida do grande público, "que, em regra, só vê o que lhe mostram e a quem só mostram aquilo que convém aos mostradores".

Encerrando essa entrevista, tão cheia de corajosas afirmações, disse Arnolfo Azevedo:

"As ponderações do talentoso escritor paulista são razoáveis e não me surpreendem: são filhas do meio e já, também a mim, ocorreram não poucas vezes. Mas êle próprio, pessimista e descrente, não desconhece as vantagens do projeto e aconselha sua aprovação, que, se não der todos os frutos que espero, mal algum pode trazer a quem quer que seja e, muito menos, à classe dos produtores proprietários de imóveis rurais, o que, devemos confessar, nos tempos que correm, já é um grande bem.

Estimaria imenso que todos quantos se interessam pelo desenvolvimento das riquezas nacionais me trouxessem sua opinião, sua crítica, seu conselho e suas luzes para que, do modesto trabalho que apresentei, possamos, com êsse valioso concurso, fazer uma obra patriótica e capaz de produzir todos os benéficos efeitos".

O projeto n.º 173 entrou em andamento na Câmara dos Deputados. Submetido à comissão de Justiça, em reunião realizada a 9 de outubro de 1915 aceitaram-no, integralmente, além do autor, os deputados Henrique Valga e Barbosa Rodrigues; e assinaram-no, com restrições, os deputados Maximiano de Figueiredo, José Gonçalves e Afrânio de Melo Franco. Recebeu emendas em alguns de seus pormenores. Mas, na essência, naquilo que levava o autor a apresentá-lo e que tão claramente deixou enunciado, permaneceu intato.

No dia 17 de novembro de 1915, Arnolfo Azevedo ocupou a tribuna da Câmara a fim de esclarecer melhor seu pensamento e propor algumas emendas, aceitando sugestões dos colegas que haviam apresentado restrições. Terminando seu discurso, solicitou ao plenário que recebesse as idéias contidas no projeto

"com o carinhoso interesse de quem vê, nelas, medidas de grande utilidade para os produtores rurais e que, postas em prática sem demora e com o zeloso cuidado de uma regulamentação adequada, virão trazer, neste momento de abertura e de desânimo, um estímulo salutar, capaz de

erguer as forças econômicas do país e lançá-las revigoradas em empreendimentos seguros, que farão a nossa prosperidade e a grandeza da nossa Pátria”.

A redação final do projeto foi aprovada pela competente comissão em 2 de dezembro de 1915. No mesmo dia, o plenário aprovou-a, em terceira discussão, enviando o projeto ao Senado Federal.

No dia seguinte, observava a *Gazeta de Notícias*: “Há muito tempo que, nessa casa do Congresso Nacional, não se vê um assunto de tamanha relevância vencer, com tanta rapidez e com os aplausos gerais, todos os turnos regimentais”. E acentuava o *Jornal do Brasil*:

“O engenhoso mecanismo do projeto parece destinado a fornecer aos produtores nacionais tôdas as facilidades decorrentes, não só do crédito hipotecário, como também do crédito agrícola, porque os proprietários de imóveis rurais, podendo conservar em carteira e adquirir na Bôlsa, e fora dela, seus próprios títulos, ficam habilitados a governar o seu crédito, de modo a realizar até operações para o custeio de suas propriedades”.

O projeto arrastou-se lentamente no Senado, o que deu motivo à estranheza de Arnolfo Azevedo, em entrevista concedida ao *Jornal do Comércio*, de 5 de outubro de 1916. O senador Artur Lemos dera-lhe parecer favorável. A Conferência do Algodão pedira instantemente ao Congresso a urgente aprovação do projeto. A Sociedade Nacional de Agricultura nomeara uma comissão especial, com o objetivo de entender-se com o Senado, para dar-lhe mais rápido andamento.

Debalde voltou ao assunto nosso biografado, em entrevista concedida ao mesmo jornal, em 29 de dezembro de 1916.

A 19 de setembro de 1917, o sr. Fidelis Reis comunicou à Sociedade Mineira de Agricultura que o Dr. Francisco Sales, presidente de Minas Gerais, julgava conveniente que aquela entidade representasse ao Senado Federal no sentido de ser aprovado o projeto, naquela mesma reunião analisado pelo sr. Fausto Ferraz.

O fato é que a iniciativa caiu no esquecimento, deixando de transformar-se em lei. Foi pena.

Renasce o projeto

Muitos anos decorreram depois disso. Exatamente 15 anos após a apresentação à Câmara do projeto n.º 173, o próprio Arnolfo Azevedo deliberou tentar revivê-lo. Já então era se-

nador da República e ocupava o alto posto de presidente da comissão de Finanças do Senado Federal.

De fato, em julho de 1930, tomou a iniciativa de dar-lhe andamento naquela casa do Congresso Nacional; e, como medida preliminar, resolveu mandar distribuir o seu projeto, com as emendas já aprovadas pela Câmara, às associações de classe e a entidades jurídicas, solicitando que opinassem sobre o assunto e oferecessem sugestões. Certamente, julgou azado o momento, pois passava o país pela grave crise econômica decorrente do *crack* da bolsa de Nova York.

A reação foi, sem dúvida, muito favorável. No dia 25 de setembro de 1930, a *Bolsa de Fundos Públicos de São Paulo* enviou ofício às principais instituições comerciais do país, em que acentua a importância da medida, "um bem elaborado projeto de lei, vazado em forma elegante e baseado em matices fundamentais" (...) "que sentimos ainda se não transformasse em texto legal, para que o crédito hipotecário se libertasse das roupagens austeras, inteiriças e inalmogáveis que tanto o travam, tolhem e prendem".

E, mais além, acentua:

"Este notável trabalho do eminente senador federal por São Paulo, acha-se há 15 anos no Senado Federal, com grande dano para a economia nacional, que já devia contar, para melhor a amparar, com a plena eficiência do poderoso instrumento de crédito, que são as cédulas hipotecárias, e que na Argentina e no Uruguai deram tão altos resultados, a ponto de serem disputadíssimas pelo capitalismo estrangeiro, para emprêgo seguro de capital.

A Bolsa de São Paulo há dois anos que se vem batendo pela aprovação do projeto do Exmo. Sr. Dr. Arnolfo Azevedo, como tem acentuado em suas últimas publicações. Mas resolveu, agora, pela sua oportunidade, intensificar essa sua ação, para promover um movimento de opinião, que conclame o Congresso da República a tornar lei, ainda este ano, tão importante trabalho parlamentar" (2).

Em tópico, *O País* (27-IX-1930) comentou essa iniciativa, afirmando que "a idéia contida na providência alvitrada pelo sr. Arnolfo Azevedo recrudescer, em moldes que revivem, de maneira sintomática, a útil iniciativa. Na dianteira de semelhante movimento, vemos os institutos que, pela sua atividade, podem fazer opinião segura acerca da necessidade da medida".

Pela mesma época (o recorte de jornal que possuímos não traz a data), MÁRIO GUEDES, através do *Jornal do Brasil*, re-

(2) Cf. *Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, O País, e Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1930.

feriu-se ao assunto, considerando o projeto, "sem favor, um trabalho notável, pela alta medida de mentalidade. É o que mostra o seu exame, tanto do lado econômico como do lado jurídico, na respectiva interdependência". Depois de mostrar que diferentes eram as condições reinantes em 1915, observou que, em 1930, existia uma crise internacional de super-produção. Na época em que o projeto fôra apresentado, "as atuais gerações brasileiras, que fazem preparatórios, não sabiam ler e, em parte, não existiam, sequer. Os que freqüentavam cursos superiores, por outro lado, encontram-se, hoje, às portas da madureza". E acrescentou:

"Surgiram, finalmente, dentro dêsse ciclo, personalidades, então desconhecidas politicamente, como os srs. Júlio Prestes, Getúlio Vargas, João Pessoa e outros. O próprio *décor* do Congresso, na sua alma vivente, está transformado, pois já morreram vários dos que cooperaram na lei em questão, como Maximiano de Figueiredo, Felisbelo Freire e Gonçalves Maia.

Diante dessa tarda ação legislativa, o projeto se depara, atualmente, em nôvo ambiente. Tal, porém, não leva maior importância, pois a oportunidade no caso é acidental. A sua significação é de sempre. É estática, na economia nacional. Portanto, independe da circunstancial, não obstante as inconveniências decorrentes do noviciado desnecessário, por que tem passado no Congresso".

Com o projeto, na opinião do articulista, a hipoteca deixaria de ser negócio para alguns; passaria a ser negócio para todos, popularizar-se-ia, democratizar-se-ia, socializar-se-ia, dando margem à aplicação de modestos recursos, pela atração das pequenas economias, no próprio meio, despertando-lhe, a mais, o seu senso, como educação.

Acreditava em seu sucesso prático em certos centros agrícolas avançados, como São Paulo e Rio Grande do Sul. Noutros, porém, ter-se-ia de aguardar, com o tempo, transformações exigidas pela evolução. Assim sendo, sua adoção não sômente atendia ao presente; preparava o futuro. "É que o projeto, conquanto evolução, não deixa, até certo ponto, pelo menos, de requerer evolução do próprio meio, social e material." E assim concluiu:

"O projeto de mobilização do crédito hipotecário rural não é uma panacéia. Ou, por outra, não visa resolver, em globo, o problema do crédito agrícola, entre nós. Visa, sim, concorrer, com o seu contingente de inegável eficiência, para sua solução, o que é diferente.

.....

Assim, o projeto sobre mobilização do crédito hipotecário rural é uma lei sábia. Mas como parte de um conjunto, para solução do problema do crédito agrícola".

Dêste modo, opinou MÁRIO GUEDES em 1930.

Se, sob o ponto de vista da conjuntura econômica, o momento poderia parecer azado para fazer reviver o projeto de 1915, inoportuno era sob o ponto de vista político. Vivia-se, então, a etapa final da Primeira República. Atingiam seu clímax as agitações políticas em torno da sucessão presidencial do Dr. Washington Luís, que culminaram com a revolução desencadeada a 3 de outubro e a dissolução do Congresso Nacional, a 24 de outubro de 1930.

Era o seu fim.

O "caso" da Fazenda Amarela

Em agosto de 1915, quando Arnolfo Azevedo preparava esse seu projeto de mobilização do crédito hipotecário rural, *A Semana*, jornal lorenense, noticiou que haviam passado pela cidade de Lorena, antes de visitar o Sanatório de Lavrinhas, o coronel-médico Dr. Pedro Vieira, diretor do Hospital Central do Exército, juntamente com o major Dr. Lobo e o 1.º tenente Dr. Raulino, ambos também trabalhando naquele nosocômio. Recebidos pelo coronel Gustavo Saraíba, comandante do 53.º Batalhão de Caçadores, ali sediado, resolveram ir "até à Fazenda Amarela, em viagem de estudos", para saberem se convinha a localização de um hospital militar naquela propriedade rural, que Arnolfo Azevedo havia adquirido no dia 30 de junho, por compra, dos herdeiros de sua tia Dona Angelina Moreira de Azevedo.

A notícia era verdadeira e ninguém poderia, em sã consciência, imaginar que um fato tão banal pudesse vir a criar uma situação embaraçosa para nosso biografado.

No entanto, no dia 25 de agosto, *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, publicou uma notícia, aparentemente inocente, mas que trazia, em seu bôjo, o veneno de uma inverdade e de uma infâmia. Sob o título de *Boatos tendenciosos*, malévola e, escreveu aquêle jornal o seguinte:

"A gente bisbilhoteira há de encontrar sempre, em qualquer tempo e a qualquer hora, pasto para cevar os seus hábitos da maledicência. É que em qualquer tempo e a qualquer hora o bisbilhoteiro pode inventar uma infâmia ou envenenar um bom propósito, conseguindo assim o ambiente propício à sua atividade. Ainda agora pode-se tirar a prova dêsse fato em um incidente de menor monta, e cujos intuitos só serão postos em dúvida por quem não estiver devidamente esclarecido.

No tempo em que o general Mallet era ministro da Guerra, o Barão da Bocaina, possuidor de vastas porções de terras nas vizinhanças de Lorena, no Estado de São Paulo, ofereceu ao Governo um pedaço dessas terras para ser, nêle, edificado um sanatório para tuberculosos militares. O Governo aceitou, construiu o edificio do hospital e atirou-o, depois, de parte, deixando-o quase ao abandono, como hoje se encontra.

Agora, volta à baila, com uma calúnia, a notícia da construção de um outro sanatório, nas proximidades da mesma localidade paulista. Vai para alguns meses, o Dr. Arnolfo Azevedo, deputado por São Paulo, adquiriu nas proximidades de Lorena, pela quantia de 50 contos de réis, uma fazenda que tem o nome de *Amarela*. É uma fazenda comum e regularmente tratada, e que vale perfeitamente o preço por que foi adquirida. Pois bem: agora, corre com insistência, propalada não se sabe por que bôca, a notícia de estar sendo negociada, por parte do Governo, a aquisição dessa fazenda, pelo preço certo de 150 contos de réis, para ser edificado nela um novo sanatório, que terá o mesmo destino daquele que se abandonou.

Essa notícia deve carecer, forçosamente, de fundamento, e nasceu, sem dúvida, de um propósito de intriga e difamação. O fato de ser o sr. coronel Samuel de Oliveira, da secretaria do ministério da Guerra, parente próximo do sr. deputado Arnolfo Azevedo (*), inspirou, com certeza, a um cérebro mau a idéia perniciosa dêsse enredo. Este não surtirá, porém, o efeito desejado. Os srs. Arnolfo e Samuel de Oliveira são dois homens de bem, incapazes de entrar em negociatas, vendendo por nove, máxime ao Governo de seu país, aquilo que só vale três, e não seria igualmente o honrado sr. Caetano de Faria, conhecedor da precária situação do Tesouro, que se abalançaria a um negócio dessa ordem.

Esse boato não pode, pois, ser tomado a sério".

Percebe-se, com facilidade, a diabólica malícia do autor dessa notícia. Embora não aceitando sua veracidade; embora a classificá-la de bisbilhotice, maledicência, veneno, infâmia, boato tendencioso; embora ressaltando a honorabilidade das pessoas visadas — o noticiarista a transmitiu ao público (ontem, como hoje, ávido de escândalos), esmiuçando pormenores da suposta negociata.

Desfazendo uma mentira

Arnolfo Azevedo ficou perplexo ao ler a notícia, para a qual um amigo chamara-lhe a atenção. E, ferido em sua dignidade de homem público, logo que conseguiu inscrever-se entre

(*) Em verdade, o então coronel Samuel de Oliveira, que atingiu o generalato, era casado com Dona Adélia Cochrane de Alencar, filha de José de Alencar e prima-irmã de Dona Dulce, esposa de nosso biografiado. Cf. AZEVEDO (Aroldo de) — *Cochranes do Brasil*, p. 116.

os oradores do "expediente" da Câmara Federal, ocupou a tribuna para desfazer a infâmia. Só o conseguiu na sessão de 27 de agosto, mesmo assim porque o deputado Augusto de Lima, da bancada mineira, teve a gentileza de ceder-lhe a vez.

Suas palavras foram repassadas de incontida veemência e sincera indignação. Depois de trazer ao conhecimento do plenário o texto completo da notícia atrás transcrita e de relatar os esforços feitos para ocupar o mais depressa possível aquela tribuna, assim se expressou:

"Senhor presidente: em cerca de 24 anos de vida pública completamente limpa, onde, com as lutas políticas adquiri inimigos, nenhum deles, até hoje, teve a ousadia de inculpar-me de qualquer fato menos digno. Julgava, sr. presidente, que estivesse livre dessas imputações, tanto mais quanto não tenho desafetos na imprensa desta Capital.

A nota diz que o boato é uma calúnia. Não é uma calúnia, porque imputar a um deputado a venda de propriedade sua ao Governo, a lei ainda não qualificou de crime. Infelizmente, não é uma calúnia, porque, se fôsse, eu não estaria agora a ocupar a atenção da Câmara: correria às portas dos tribunais, chamando o caluniador à responsabilidade.

Não sendo uma calúnia, só pode ser uma mentira. As mentiras só se desfazem para os representantes da Nação, pela tribuna da Câmara, que é o lugar em que podem defender a dignidade do mandato de que estão investidos (*Muito bem!*)".

Em seguida, declarou com justificado orgulho que nunca fizera negócios com o governo da União, nem com o de municípios ou com o do seu Estado. Mas, na verdade, havia intervindo em alguns negócios feitos por êsses governos; e citou três exemplos:

1. em 1902, na presidência de Campos Sales, depois que o ministério da Guerra aceitara gratuitamente as terras oferecidas pelo Barão da Bocaina, para nelas construir um sanatório na região de Campos do Jordão, e depois que se verificou que era necessário construir uma via férrea para atingir a vila do Piquê (onde seria construída a Fábrica de Pólvora), foi de porta em porta procurar os proprietários de terrenos que seriam atravessados pela linha férrea, obtendo deles a declaração escrita de que, para tal fim, fariam doação das terras ao Governo, sem qualquer indenização;

2. na presidência de Rodrigues Alves, quando teve início a construção da citada via férrea, obteve de Dona Angelina Moreira de Azevedo autorização para, na mesma *Fazenda Amarela* (então de sua propriedade), instalar-se o batalhão que

trabalhava na obra, o que de fato ocorreu durante cinco anos, sem que nada custasse aos cofres públicos; fôra uma cessão gratuita, de que apenas resultara a denominação de *Angelina* à estação construída em suas proximidades, homenagem que a custo fôra aceita, pois sua tia declarara que, cedendo o imóvel, agira por simples patriotismo;

3. ainda na presidência de Rodrigues Alves, quando o general Belarmino de Mendonça foi escolher o local para a instalação de um quartel do Exército na cidade de Lorena⁽⁴⁾, garantiu-lhe que podia escolher o terreno que desejasse, "porque, se o proprietário não fizesse doação, conseguiria da municipalidade a desapropriação para ser oferecido gratuitamente o terreno ao governo federal"; ora, tendo a comissão chefiada pelo general Belarmino, depois de estudar diversos locais, resolvido escolher um terreno de propriedade de Arnolfo Azevedo (avaliado em cerca de 4 contos de réis), assim que recebeu a notícia dirigiu-se ao cartório e dêle fêz doação ao Governo, sem nenhum ônus para os cofres públicos; e ainda teve de pagar as custas do processo de doação, porque no orçamento do ministério da Guerra não existia verba para aquêle fim...

Essas haviam sido as intervenções de nosso biografado em negócios feitos com o Governo.

Esclareceu, em seguida, que mal conhecia o ministro da Guerra, general Caetano de Faria, com quem, certa vez, havia palestrado por curtos instantes. Não mais se haviam encontrado depois disso, nunca estivera em seu gabinete. "Há sete anos não vou ao ministério da Guerra."

Por isso mesmo, confessou que não podia esperar a espontânea gentileza do ministro da Guerra ao declarar, na véspera, a *O Imparcial*, que nosso biografado "jamais ofereceu a sua fazenda ao ministério da Guerra, nem êste pensou, nunca, adquiri-la, sendo, portanto, absolutamente infundadas as notícias correntes".

Na ignorância dêsse gesto, havia dirigido ao ministro, no dia 25 de agosto (data da notícia maliciosa), um telegrama em que solicitava o obséquio de responder se existia qualquer proposta para venda à União da fazenda em causa ou outra qualquer propriedade sua ou de terceiros, situada em Lorena ou noutro ponto qualquer do território nacional. E, em res-

(4) Trata-se do quartel onde hoje está alojado o *Regimento Iitororó*, na cidade de Lorena.

posta, havia recebido uma carta do ministro, datada de 26, na qual, negando a existência de qualquer proposta desse gênero, assim terminara:

“O elevado conceito de que V. Excia. mui justamente goza na sociedade brasileira é a mais segura garantia contra os golpes traiçoeiros da calúnia que, inútilmente, tentaram vibrar contra uma reputação a todos os respeito inatacável”.

Prosseguindo em sua defesa, Arnolfo Azevedo acrescentou que poderia dar por terminado o incidente com tal documento. Todavia, precisava fazer mais alguns esclarecimentos, porque

“A atmosfera que envolve os homens públicos do Brasil é de tal ordem irrespirável que a cada um de nós cumpre o dever o mais rigoroso de manter sempre ao redor de si um ambiente sancado, desinfetado, onde, ao menos, possa respirar e ter a cabeça levantada”.

Relatou as circunstâncias que o levaram a adquirir por compra a Fazenda Amarela, pois destinava-se à ampliação das atividades pastoris, já iniciadas em sua Fazenda da Conceição — fato que *A Notícia* havia divulgado em fins de julho daquele ano, numa reportagem sobre o desenvolvimento da economia agropastoril de Lorena.

Explicou que não tivera notícia da visita dos médicos militares à cidade senão pelos jornais e, por isso, não era verdade que lhes houvesse oferecido condução. Tratava-se de pura invenção, porque, para atingir a Fazenda Amarela, bastaria tomar o trem de Piquê e descer na parada Angelina, situada a cerca de 100 metros da sede.

E assim terminou seu discurso de 27 de agosto de 1915:

“O que admira e é doloroso, é que na imprensa se encontrasse eco para essa mentira, para essa perversidade, contra um homem que tem vinte e tantos anos de vida pública sem mácula, e contra quem ninguém nunca argüiu do mais simples deslize.

É doloroso, porque faz descreer da virtude neste país, faz descreer do zelo com que cada um de nós procura conduzir seus atos na sociedade, visto como, por maior que seja o tempo decorrido, por maiores que sejam as provas oferecidas, nunca deixará de haver alguém que acredite ou, pelo menos, dê curso a uma notícia perversa que possa ofender a honra e a dignidade de um homem limpo.

Lamento que a nossa sociedade tenha chegado a este estado, mas quero deixar aqui uma declaração que faço a V. Excia., à Câmara e ao país, e é a seguinte: no dia em que a dignidade desta Casa do Congresso fôr melindrada ou sequer diminuída por um ato meu; no dia em que por tal motivo as tradições desta bancada de que me orgulho de fazer parte

(*apoiados da bancada paulista*), não puderem ser mantidas, ao menos à altura em que ela tem estado até hoje, tradições de honra, de respeito e de altivez, nesse dia V. Excia. terá de comunicar ao Presidente de São Paulo que esta cadeira está vaga. (*Muito bem, muito bem. O orador é calorosamente felicitado*)" (5).

Estava desfeita a infâmia, a insidiosa mentira, arquitetada com requintes de malícia. De cabeça erguida assim falou Arnolfo Azevedo a seus pares, naquele dia de agosto de 1915. E os jornais do Rio de Janeiro deram o merecido destaque às suas palavras: *A Noite* e *A Rua*, no próprio dia 27, o *Jornal do Comércio*, *O País*, a *Gazeta de Notícias*, o *Correio da Manhã*, *A Época*, no dia seguinte.

(5) Cf. *Diário do Congresso*, de 28 de agosto de 1915, pp. 3.122-3.124.

Um ano de intensa atividade

O ano de 1916. O "caso" do Espírito Santo. Fazendo justiça, mas dizendo verdades. Os debates. Conselho Municipal do Distrito Federal: o projeto Melo Franco. Voto contrário de Arnolfo Azevedo. Réplica de Melo Franco. Tréplica de Arnolfo Azevedo. Termina o duelo. Outros assuntos.

O ano de 1916

Se o ano de 1915 foi marcado, na vida parlamentar de Arnolfo Azevedo, por profícua atuação, particularmente no "caso" do Estado do Rio de Janeiro e sobretudo no projeto de mobilização do crédito hipotecário rural, não menos profícua e intensa foi sua atividade na sessão legislativa de 1916.

Sua presença como jurista fêz-se sentir em dois outros "casos" políticos: o do Espírito Santo e o do Amazonas. Notável, porém, foi sua interferência a propósito da organização do Conselho Municipal da cidade do Rio de Janeiro, na qual teve de enfrentar um grande jurista, parlamentar de renome e amigo seu — o deputado Afrânio de Melo Franco.

Governava ainda o país o presidente Venceslau Brás e, a partir de 1.º de maio de 1916, o Estado de São Paulo passara a ter na sua presidência o Dr. Altino Arantes.

No exercício do mandato de deputado federal por São Paulo, Arnolfo Azevedo continuava a fazer parte da comissão de Constituição e Justiça.

O "caso" do Espírito Santo

Desde fins de 1915 vinha sendo o Estado do Espírito Santo agitado por forte luta política, ao tratar-se da sucessão do presidente Marcondes de Sousa. Seus partidários no Congresso

Estadual, receosos com o resultado das futuras eleições, haviam aprovado nova lei eleitoral, posta em vigor a 30 de outubro de 1915, considerada pelos oposicionistas como inconstitucional e imoral.

Nos termos dessa nova lei, procederam-se às eleições para presidente e vice-presidente do Estado (25-III-1916) e para deputados ao Congresso Estadual (3 de maio), a elas comparecendo eleitores situacionistas e oposicionistas.

Mas o problema agravou-se a 24 de abril, quando os governistas instalaram legalmente sua junta apuradora e diplomaram os srs. Bernardino de Souza Monteiro e Antônio Ataíde, considerados eleitos para os cargos de presidente e vice-presidente do Estado, ao mesmo tempo que, noutra local, os oposicionistas constituíam uma junta apuradora visivelmente ilegal, que diplomou para os mesmos cargos os srs. José Gomes Pinheiro Júnior e Alexandre Calmon.

E mais séria veio a tornar-se a situação logo depois do pleito de 3 de maio, cuja apuração só deveria realizar-se a 2 de junho, nos termos da nova lei eleitoral. Apelando para o disposto na lei de 1910, por aquela revogada, os oposicionistas reuniram sua junta apuradora, diplomaram seus deputados, os quais instalaram o Congresso em sessão extraordinária e, a 13 de maio, proclamaram como legitimamente eleitos para a governança do Estado os srs. Pinheiro Júnior e Alexandre Calmon. Diante disso, os governistas reuniram o Congresso anteriormente eleito e, por sua vez, proclamaram legitimamente eleitos os srs. Bernardino Monteiro e Antônio Ataíde.

No dia 23 de maio de 1916, no palácio do Governo, o sr. Marcondes de Souza passou as rédeas da administração ao sr. Bernardino Monteiro, na presença de autoridades, magistrados, cônsules estrangeiros e representantes de classe. No mesmo dia, perante o Congresso que o reconheceu, assumiu a presidência do Estado o sr. Pinheiro Júnior e, logo depois, transferiu a sede de seu governo para a então vila de Colatina, às margens do rio Doce, onde sem tardança, passou o exercício do cargo ao sr. Alexandre Calmon, vice-presidente, retirando-se para a capital da República.

O Estado do Espírito Santo passava a ter, assim, dois presidentes e duas assembleias legislativas. É verdade, porém, que enquanto o presidente Bernardino Monteiro governava praticamente todo o Estado do palácio sediado na cidade de Vitória,

o vice-presidente Alexandre Calmon tinha sua jurisdição limitada à vila de Colatina e seus arredores.

No dia 31 de maio de 1916, o presidente Venceslau Brás enviou ao Congresso Nacional mensagem expondo a situação e remetendo cópia dos telegramas por êle recebidos dos srs. Bernardino Monteiro e Pinheiro Júnior. Entregava a solução do assunto ao Poder Legislativo, para que êste julgasse em sua alta sabedoria.

Remetida a mensagem presidencial à Câmara dos Deputados, foi ela encaminhada à comissão de Constituição e Justiça. E Arnolfo Azevedo foi designado como relator da matéria.

No dia 21 de junho de 1916, reuniu-se a comissão, sob a presidência do deputado Cunha Machado e com a presença de todos os seus membros: além do relator, mais os deputados Prudente de Moraes Filho, Gumercindo Ribas, Aníbal de Toledo, José Gonçalves, Afrânio de Melo Franco, Maximiano de Figueiredo e Pedro Moacir. Segundo os jornais da época, "a sala da comissão, durante a reunião, conservou-se repleta de deputados e de muitas outras pessoas interessadas na solução da sucessão espírito-santense".

Fazendo justiça, mas dizendo verdades

O parecer de Arnolfo Azevedo é longo e minucioso. História o caso, mostrando que o Espírito Santo tinha, naquele momento, um govêrno *de fato* e um govêrno *de direito*, caracterizando um e outro. Considerava govêrno *de fato* o que vinha exercendo o sr. Bernardino Monteiro. Mas tinha dúvidas em considerar um govêrno *de direito* o do sr. Pinheiro Júnior. De acôrdo com parecer de Clóvis Beviláqua, os deputados que haviam diplomado o primeiro tinham competência para isso e o direito de empossá-lo, o que assegurava a legitimidade da sua investidura.

Em sua consciência de jurista, dava razão ao presidente Bernardino Monteiro. Mas isto não significava que aprovasse sua atuação e a de seus companheiros situacionistas. Referindo-se à situação política criada no Espírito Santo "pelas controvérsias e lutas partidárias, oriundas de desmandos encobertos por atos legais de notória inconveniência para o bem público", pediu licença à Câmara para chamar sua atenção "para

a forma infeliz como vai sendo praticado o regime federativo em nosso país". E, corajosamente, afirmou:

"Já disse mais de uma vez e repeti-lo-ei agora: não sou intervencionista; em consciência prefiro errar em benefício da autonomia local, a arriscar-me a prejudicar-lhe os direitos. Tenho passado minha vida pública na defesa sincera e convicta do regime federativo consagrado em nossa lei fundamental e a reclamar a honesta observância de seus sábios preceitos e o rigoroso respeito às suas garantias de liberdade e de ordem.

Mas incertezas e dúvidas sobre a estabilidade de sua boa prática nos Estados começam a invadir-me o ânimo. Será possível que só para o mal, ou mais para o mal do que para o bem, esteja servindo a grossa soma de poderes que os Estados desfrutam?

Todos sabem que o ex-presidente Marcondes foi ao poder pelas mãos do seu antecessor e que o atual presidente legal teve sua candidatura apresentada em manifesto assinado pelo sr. Marcondes. Aparecendo divergência sobre essa escolha e temendo a livre manifestação da opinião eleitoral do Estado, garantiu-se o reconhecimento do candidato oficial, votando o Congresso uma lei eleitoral *ad hoc*, em virtude da qual ficou reservado aos próprios membros desse Congresso o ato supremo e inapelável da investidura política do presidente do Estado.

Como exemplo, não é digno de imitação nem de aplauso.

Sem analisar nem comentar o que se conhece da situação financeira a que foi, nos últimos quadriênios, arrastada aquela unidade da Federação — tão descuidada e tão precária, que ameaça comprometer, em seus briosos melindres de rigorosa honestidade perante os estrangeiros, os créditos da própria Nação brasileira — será suficiente o estudo imparcialmente feito da maneira como ali se operou a sucessão presidencial, para que os poderes federais tenham fundados escrúpulos em emprestar-lhe, desassombrados, a solidariedade política e moral decorrente do reconhecimento de sua legalidade.

A certeza, porém, de que, sem uma rigorosa observância das boas normas políticas e administrativas não logrará, da União, os governos locais, senão a mera assistência constitucional, bastará, talvez para que do mau caminho se desviem os que por êle, em má hora, enveredaram e imitadores não tenha o pernicioso exemplo".

Feita esta séria e contundente ressalva à maneira de agir dos que dominavam a situação política no Espírito Santo, chegou à conclusão de seu parecer. Considerando que a mensagem presidencial trouxera ao conhecimento do Congresso "um caso de desordem constitucional"; considerando que não encontrava base jurídica para decretar a intervenção federal naquele Estado e que os que a defendiam não tinham jurisdição "senão em uma parte mínima do respectivo território"; considerando que o sr. Bernardino Monteiro exercia "de fato o governo do Estado, com todo o aparelho administrativo que funcionava anteriormente e tendo jurisdição na quase totalidade do territó-

rio"; considerando que "êsse govêrno de fato tem tôdas as condições de legitimidade em face da Constituição e das leis do Estado, tendo recebido a investidura do poder competente para dá-la"; e, com base noutras razões, era de parecer que a comissão de Constituição e Justiça mandasse arquivar a mensagem presidencial de 31 de maio, "visto estar exercendo o govêrno o presidente legítimo Dr. Bernardino de Souza Monteiro e ser também legítimo o Congresso Legislativo, que lhe deu a investidura naquele cargo".

O deputado Gumerindo Ribas aprovou, apenas, a conclusão dêsse parecer. O deputado Pedro Moacir, embora o classificasse de "magistral", assinou-o com restrições, que fundamentou. Os demais membros da comissão aprovaram-no unânimemente.

O trabalho de Arnolfo Azevedo repercutiu largamente na imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O jornal *A Época* (22-VI-1916) previu que o parecer não passaria "em branca nuvem no plenário", porque, embora a maioria certamente lhe desse voto favorável, "o sr. Torquato Moreira e outros deputados não estão dispostos a deixar arumado o caso, sem o seu forte protesto"; prometera mesmo o deputado espírito-santense "pôr tudo em pratos limpos". O *Jornal do Brasil*, no mesmo dia, noticiava que "todos os membros da referida comissão homologaram êsse trabalho, que consagra a verdadeira doutrina constitucional e ampara as instituições". No dia 23 de junho, *O País* acentuou que "o sr. Arnolfo Azevedo agiu com a maior serenidade, sem se inspirar em conveniências de ordem política. O seu trabalho é uma consequência das suas investigações e raciocínios, como esclarecido cultor da ciência do Direito". Na véspera, o mesmo jornal já havia dito: "O parecer é um trabalho longo e brilhante sôbre a legalidade do govêrno do Espírito Santo. Como neste sentido se haviam já pronunciado os srs. Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua e Epitácio Pessoa, o sr. Arnolfo Azevedo colocou-se em excelente companhia. Nem outra coisa era de se esperar de sua cultura jurídica".

O curioso, em tudo isso, é que o sr. Alexandre Calmon continuou a "governar" de Colatina, de 23 de maio até 30 de junho de 1916. Em declarações feitas a um jornal carioca, afirmou que a luta iria prosseguir, que seus amigos dominavam também em Santa Teresa, Boa Família, Afonso Cláudio e outras localidades, e muitos dêles estavam de armas na mão,

como era o caso do coronel Serafim Tibúrcio, que tinha prontos para a luta mais de 300 homens. E, ao terminar sua entrevista, asseverou que os Monteiros “dizem que tudo conseguem pelo subórno. Em Vitória espalharam que o parecer do deputado Arnolfo Azevedo custou cem contos”...

Era o cúmulo! Só mesmo quem desconhecesse a personalidade de nosso biografado poderia afirmar tamanha barbaridade.

Mas o desmentido não tardou. Num recorte de jornal (infelizmente sem qualquer indicação), encontramos o seguinte:

“Os governistas do Espírito Santo desmentem formalmente que hajam assoalhado que o sr. Arnolfo Azevedo, deputado federal por São Paulo, recebeu cem contos para dar parecer favorável à situação do sr. Bernardino Monteiro.

O parecer do sr. Arnolfo Azevedo — acrescentam — contém referências desairosas à política dos Monteiros e isso prova que êle foi relatado sem a audiência dêstes. Demais, o próprio chefe oposicionista, o coronel Alexandre Calmon, declara considerar o sr. Arnolfo Azevedo acima de uma suspeita daquela natureza”.

Os debates

Tal como previra *A Época*, os debates em tórno do parecer de Arnolfo Azevedo foram prolongados e, por vêzes, acalorados. Obrigaram-no a ir à tribuna da Câmara nos dias 10 e 11 de agosto de 1916.

Na sessão do dia 10, seu principal aparteante foi o deputado Barbosa Lima. Depois de acentuar que nem à comissão de Justiça, nem à Câmara cabia decretar a legitimidade do governo instalado na cidade de Vitória, pois tal legitimidade resultava das próprias leis e da Constituição do Estado, assim arrematou:

“Eu me sinto convencido de que a Câmara votará as conclusões do parecer, porque não quer e não deve intervir nos negócios peculiares ao Espírito Santo fora das condições estabelecidas na Constituição da República”.

Todavia, quando o orador pronunciava o clássico fecho: “Era o que eu tinha a dizer”, retrucou o deputado Barbosa Lima, inconformado com a argumentação:

"V. Excia. conclui: *Visto estar exercendo o governo o presidente legítimo Dr. Fulano dos Anzóis, e isto, português de agora, se chama silenciar!*..."

O discurso pronunciado na sessão de 11 de agosto foi muito mais longo e, sobretudo, técnico, substancioso e sólidamente fundamentado em argumentos jurídicos. Caracterizou-se, também, por conter uma definição de princípios. O deputado Dioclécio Borges foi seu principal aparteante, embora outros houvessem tomado parte no debate, tais como os deputados Paulo de Melo e Caldas Filho.

Depois de acentuar que o governo do sr. Bernardino Monteiro era legítimo, porque se constituíra de acordo com a lei, observou que, tendo-se organizado, tendo sido empossado e estando governando de fato nos termos da lei, havia obedecido ao disposto na Constituição Federal.

Lembrou, em seguida, que a intervenção federal constituía uma exceção. "Eu não sou partidário das intervenções" — afirmou —, "porque sou constitucionalista e a Constituição só excepcionalmente as tolera e permite em termos precisos e restritos." E prosseguiu:

"Intervencionista, digo eu, é aquêles que, no n.º 2 do art. 6.º da Constituição, encontra motivos ou pretextos para todas as intervenções (*apoiados*), porque esse n.º 2 do art. 6.º concede ao Governo Federal *ex auctoritate propria, de motu proprio*, sem requisição do Estado, o direito de intervir nos seus negócios peculiares.

Anti-intervencionistas são aquêles que, restringindo a significação das expressões — *forma republicana federativa* —, de que usa esse n.º 2, tohem a ação do poder federal para intervir em negócios peculiares aos Estados, sem requisição desses Estados.

Quando dei o meu voto sobre a intervenção no Ceará, tive ocasião de manifestar a maneira como entendo a regra do art. 6.º da Constituição.

É possível que isto não tenha para os meus ilustres colegas nenhuma importância, ou tanta importância como tem para mim. Mas, em assunto constitucional, tenho por bem empregada a demonstração da sinceridade com que dou o meu voto, sem paixões políticas, sem interesses de outra ordem, que não seja o de cumprir lealmente os preceitos constitucionais".

Arnolfo Azevedo era e continuou a ser sempre um ferrenho defensor da legalidade e da Constituição.

Após longas considerações de natureza jurídica, acentuou que seu ponto de vista não era puramente pessoal, mas o reflexo de uma norma de conduta tradicional e invariável na política de seu Estado. E lembrou o que se passara ao tempo do governo do marechal Hermes:

“O Estado de São Paulo é um Estado legalista; os seus homens públicos têm sacrificado interesses partidários à manutenção da ordem e ao respeito às autoridades.

Haja vista o que se deu com a eleição do marechal Hermes para a presidência da República. Os políticos paulistas fizeram uma campanha como não houve igual, auxiliando a poderosa mentalidade do sr. Rui Barbosa. Fomos adversários intransigentes da candidatura do marechal Hermes. No Congresso, empregamos todos os recursos e argumentos, para o efeito de que esta candidatura não fôsse reconhecida; tínhamos, contra esta candidatura, até o argumento da inelegibilidade, pois o candidato não era eleitor, não estava no gozo e exercício de seus direitos políticos como exige a Constituição.

Demonstramos (outros colegas e eu fizemos parte de comissões de inquérito), demonstramos que êsse candidato se apresentava eleito com documentos da mais descabelada falsidade.

Mas o Congresso, apesar de tudo, reconheceu e proclamou legitimamente eleito o sr. marechal Hermes à presidência da República. Que fizemos nós, os paulistas?

Pela voz dos srs. Cincinato Braga e Galeão Carvalhal, viemos à tribuna desta Casa e declaramos que a nossa opposição ao futuro governo era uma opposição constitucional, que não negaríamos a êsse governo os meios de governar.

Fizemos mais: na prática dos nossos atos, fomos além do que havíamos prometido. Cêrca de um mês após a posse do sr. marechal Hermes na presidência da República, declarou-se a revolta dos marinheiros (!); e que fizeram os políticos de São Paulo? Pegaram em armas? Atiraram-se à revolução? Absolutamente não.

Votaram, nesta Câmara, o estado de sítio pedido por êsse governo adversário. Fizeram mais: os poderes públicos de São Paulo puseram à disposição do governo legal da República a força armada do Estado, a qual esteve em Santos, guarnecendo o pôrto, sob as ordens das autoridades federais”.

Depois de indagar se tal atitude significava “uma monstruosidade política” ou representava um fenômeno de “teratologia política”, redargüiu:

“Se é manifestação de teratologia política o respeito à lei, à autoridade constituída, o meu parecer teve a qualificação que merecia, porque, condenando os processos por que se realizou a sucessão presidencial no Estado do Espírito Santo, concluiu aceitando a legitimidade do governo estadual”.

Referindo-se à Constituição da República, concluiu:

“Que outros a desrespeitem, rasgando suas belas páginas refulgentes de garantias e liberdades sem iguais em todo o Mundo; nós continuaremos a defendê-la como o patrimônio maior de nossa grandeza e o melhor monumento de nossa civilização!”

(1) Refere-se à revolta chefiada pelo marinheiro João Cândido.

Arnolfo Azevedo, além de municipalista, era um constitucionalista de cerne.

Em sua edição de 15 de agosto de 1916, o *Correio da Manhã* teceu comentários em torno da incômoda posição em que se encontrava nosso biografado, naquela emergência. Em seu parecer, ao passo que tornava vitoriosa a causa política dos Monteiro, "recusava o relator qualquer solidariedade com os membros dessa conhecida oligarquia e, para que se não eivasse de tão negra suspeita um trabalho puro e simples de jurista, passou a contar, no próprio parecer, numa explanação retrospectiva original para os hábitos e as praxes do Parlamento, a série de desmandos de que era réu o partido a quem o seu arrazoado entregou o poder. Poderia o sr. Arnolfo deixar de parte êsse detalhe accessório da questão, que a não afetava fundamentalmente; mas, tão grande devia ter sido a sua repugnância em sentir que estava contribuindo forçadamente para a consolidação de tal gente no govêrno, que logo lhe declinou os erros e os crimes, no mesmo papel em que implicitamente lhe reconhecia o direito às posições conquistadas".

Agira Arnolfo Azevedo com a fria imparcialidade de um magistrado. Embora cheio de repugnância pelo que sabia existir e fôra praticado no Espírito Santo, sufocava seus sentimentos pessoais e dobrava-se ante a clareza dos textos constitucionais e das leis estaduais. Talvez fôsse uma "legalidade imoral" ou uma "imoralidade legal" — como afirmara o deputado Barbosa Lima. Mas a legitimidade do govêrno do sr. Bernardino Monteiro era um fato, que a consciência de jurista de Arnolfo Azevedo não podia deixar de reconhecer. E assim o fêz.

Conselho Municipal do Distrito Federal: o projeto Melo Franco

Sem a menor dúvida, na sessão legislativa de 1916, o ponto alto da atuação de Arnolfo Azevedo verificou-se quando deliberou opinar a propósito da organização político-administrativa do então Distrito Federal, atual Estado da Guanabara.

Como relator do projeto n.º 107, que adia as eleições dos membros do Conselho Municipal da cidade do Rio de Janeiro, apresentou o deputado Afrânio de Melo Franco, perante a comissão de Constituição e Justiça, a 17 de agosto, um

projeto que implicava uma reforma da própria estrutura daquele órgão legislativo.

Segundo êle, o Conselho Municipal carioca passaria a ser constituído por 24 intendentes, assim escolhidos:

- a) seis nomeados pelo presidente da República e de sua livre escolha;
- b) dois nomeados pelo presidente da República dentre os 10 maiores contribuintes do impôsto predial;
- c) dois nomeados pelo presidente da República dentre os 10 maiores contribuintes do impôsto de indústrias e profissões;
- d) quatorze eleitos pelas seguintes associações, revestidas de personalidade jurídica, sediadas na então capital da República: Associação Comercial, Associação dos Empregados do Comércio, Centro Industrial, Academia Nacional de Medicina, Instituto dos Advogados, Clube de Engenharia, Clube dos Funcionários Públicos Civis, Clube dos Funcionários Municipais, Congregação da Escola Normal, Associação de Imprensa, Associações Operárias em geral, Clube Militar, Clube Naval e Sociedades Esportivas em geral — cada uma delas representada por um intendente.

O projeto continha, em si, “uma reforma verdadeiramente revolucionária” para aquela época — no dizer de AFONSO ARINOS⁽²⁾. Embora estribado em exemplos e autores estrangeiros, feria frontalmente a autonomia municipal e não dava oportunidade ao povo carioca para escolher, em pleito livre, seus representantes no Conselho Municipal. É que — segundo as palavras do próprio autor do projeto — “a completa autonomia do govêrno local do Distrito poderia, na coexistência dêste govêrno com o nacional, embaraçar ou obstar a ação dêste último, em muitos assuntos, que, embora de interêsse diretamente local, são também indiretamente de interêsse geral”. Em sua opinião, o *self-government* local na cidade do Rio de Janeiro era, então, “uma simples ficção no que diz respeito ao Conselho eleito”, isto porque:

“O povo não concorre aos comícios eleitorais e tôdas as reformas do processo das eleições têm sido ineficazes para garantir a verdade das urnas. A descrença é geral e raros são os que procuram cumprir o dever cívico de levar às urnas o quinhão de seu voto.

Urge, pois, um remédio eficaz, mas este não parece possível dentro das fórmulas até agora experimentadas. O processo direto não dará resultado e nem é suscetível de melhoria, porque o povo está convencido de que apenas seja decretada qualquer lei, surgirão incontinenti os meios de fraudá-la: *fatta la legge, trovato l'ingano*”⁽³⁾.

(2) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *Um Estadista da República*, p. 848.

(3) Cf. avulso *Reforma do Conselho Municipal do Distrito Federal*, Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1916.

Diante dessa realidade, propunha que se recorresse aos meios indiretos e que se procurasse interessar, nos pleitos, as entidades representativas da coletividade, dando-se-lhes representação no Conselho Municipal.

Voto contrário de Arnolfo Azevedo

Arnolfo Azevedo era colega de Afrânio de Melo Franco havia já dez anos, desde quando este ingressara na Câmara Federal, em 1906, como deputado por Minas Gerais. Eram companheiros na comissão de Constituição e Justiça, desde 1912. Tinham ambos certas afinidades: reservados, austeros, defensores dos princípios jurídicos. Daí a amizade que os ligava; no discurso pronunciado a 11 de agosto daquele mesmo ano, Arnolfo Azevedo chamara-o de "meu querido amigo". Essa amizade haveria de uni-los pelos anos em fora e, por certo, manifestou-se nos dias terríveis de novembro de 1930, quando nosso biografado figurava na lista dos políticos que seriam exilados e Afrânio de Melo Franco ocupava a pasta das Relações Exteriores.

Mas, Arnolfo Azevedo era um municipalista e um constitucionalista de cerne, e não poderia ficar calado diante desse projeto. Suas convicções estavam sempre acima de considerações de ordem pessoal.

No dia 30 de agosto de 1916, *O País* estampou, em sua primeira página, trechos do que classificou de "brilhante voto com que o deputado paulista Arnolfo Azevedo justifica a sua discordância do projeto do sr. Melo Franco reorganizando, sob moldes inconstitucionais, o Conselho Municipal do Distrito Federal". A indiscrição de um repórter trouxe a público parte do que, no dia seguinte, nosso biografado leria perante a comissão de Justiça.

Nesse documento, afirmou peremptoriamente Arnolfo Azevedo:

"Não posso dar o meu voto ao projeto de reorganização do Conselho Municipal do Distrito Federal, de que é autor o ilustre deputado Melo Franco, por considerá-lo infringente e aberrante dos princípios e dos preceitos consagrados na Constituição da República".

Depois de transcrever os textos constitucionais referentes ao Distrito Federal, observou que quem quer que os lesse aten-

tamente ficaria desde logo convencido “de que essa circunscrição é uma entidade política e administrativa, cuja existência antecedeu à da própria Constituição e que entrou para o nosso organismo institucional como uma quantidade poderosa de feição e valor próprios, com o seu território, o seu povo, a sua organização”. Não se tratava, como o Distrito de Colúmbia, nos E. U. A., de uma resultante do sistema de governo adotado pela Constituição Federal, mas, ao contrário, de um de seus fatores. E continuou:

“Sendo parte, tão importante como as restantes, nessa organização de autonomias reunidas pelo vínculo federativo para a formação de um todo harmônico e homogêneo, não poderia ter fundido, confundido, absorvido no próprio todo sua personalidade específica para continuar a existir somente como uma ficção, uma fantasia, uma miragem, uma quimera, sem significação, sem objectivo, sem realidade. Seria um contra-senso, um absurdo, um disparate”.

Em seguida, propôs-se a examinar os textos constitucionais citados, analisando cada uma das expressões nêles empregadas à luz do elemento histórico, porque dêste haveria de irradiar a verdade, já que se tornava necessário explicar tudo aquilo que se lhe afigurava “bastante claro, evidente e indubitável”.

Referiu-se com entusiasmo às origens do então Distrito Federal:

“Que vem a ser o antigo Município Neutro? Como constituiu êle o Distrito Federal para continuar a ser, na República, o que já fora no Império e, até, antes dêle?”

... Essa tradicional e gloriosa parcela do vasto território de nossa Pátria é a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cérebro possante, cabeça poderosa, grande centro nervoso do colosso brasileiro, de onde sai para os ouvidos do Mundo a palavra vibrante e sonora da nossa nacionalidade, de onde se irradiam para os vastos membros dêste organismo hercúleo tôdas as vibrações do nosso patriotismo”.

E prosseguiu:

“Sempre teve e ainda tem, no seu território, o seu povo, com direitos iguais aos de qualquer outra porção do povo brasileiro, depositário da soberania nacional, una e indivisível, que não comporta gradações, escalas, metrificações ou dosagens, na sua manifestação, no seu exercício, na sua realização.

Não é um território despovoado e deserto, que o Congresso, a seu bel prazer, possa modelar, a exemplo do que fizeram com os respectivos distritos federais os países que adotaram a idéia americana, tendo em vista,

exclusivamente, os interesses do poder federal, que nêle foi erigir a sua sede e construir a sua casa, como titular absoluto e sem contraste, de um direito de propriedade, que lhe assegura o uso e gôzo e a disposição da coisa de que é legítimo e incontestável senhor e possuidor”.

Ao invés disso, o então Distrito Federal era uma circunscrição político-administrativa, com entidade própria e definida, dentro do organismo federal, “conferindo livremente a investidura pelo sufrágio direto às suas autoridades municipais, remetendo ao Parlamento seus representantes nas duas casas do Congresso Nacional, desempenhando papel proeminente e decisivo no decurso e no entrelaçamento da vida do país, quer no regime de centralização política e administrativa da Monarquia, quer no de ampla descentralização instituído com a República”.

Passou, a seguir, a historiar a maneira pela qual os constituintes de 1891 haviam estruturado o então Distrito Federal, até que se cumprisse o preceito constitucional que previa sua instalação no Planalto Central. Considerava o Governo Federal, naquele instante, mero hóspede da cidade do Rio de Janeiro: esta, com seu território, gozava das regalias de um Estado, embora não possuísse completa autonomia, “pela honra de hospedar provisoriamente os poderes federais”. Em sua opinião, o Distrito Federal sediado na cidade do Rio de Janeiro era uma entidade *sui-generis*: era um Município-Estado.

Se era um município, sua situação diferia da existente em Washington, Buenos Aires ou na cidade do México. Por força da Constituição, dever-se-ia respeitar-lhe a autonomia em tudo quanto se referisse ao seu peculiar interesse.

Assim sendo, afirmou:

“A organização do Distrito Federal é a municipal; a organização municipal tem por base a autonomia do município em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse; essa autonomia nasce da eletividade das autoridades municipais; essa eletividade assenta no sufrágio popular direto; o voto popular é conferido a todos os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei (art. 70) e não estiverem compreendidos nas exclusões taxativas da Constituição; todos os cidadãos alistáveis são elegíveis; os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem ou perdem nos casos particularizados no art. 71. Mas, como o Distrito Federal é a sede do Governo da União, a esfera de ação autonômica desse município fica limitada, o círculo de exercício de sua ampla liberdade pode ser diminuído pelo Congresso Nacional, que tem poderes expressos para retirar dessa esfera ou desse círculo a polícia, o ensino superior e demais serviços que forem reservados ao Governo da União. Ora, subtrair serviços à ação do

poder municipal não é nem pode ser desnaturar a existência dêsse poder por uma organização esdrúxula, que lhe vicia a origem essencialmente eletiva e popular”.

Dando ênfase à sua argumentação, ressaltou que a Constituição Federal não possuía um só dispositivo que autorizasse “essa usurpação de direito do povo carioca”, porque ninguém podia apontar nela “uma frase ou palavra que nos convença da existência, em qualquer ponto do Brasil, de autoridades municipais com funções deliberativas e orçamentárias que não tenham sua investidura pelo voto popular”. Como acérrimo municipalista, perguntava:

“É crível, é aceitável, é cabível, é possível, no regime representativo, republicano, descentralizado, de sufrágio universal, de autonomia municipal, de poderes eletivos e temporários, uma Assembléa orçamentária que se constitua por outra forma que não o voto dos cidadãos?”

Na evolução da humanidade, o município antecedeu o Estado, como a família precedeu a tribo; nasceu da comunhão de interesses, no interesse da comunidade; existiu sempre e há de persistir, a despeito de tudo, com sua feição colegial, com sua origem popular. O fato de, no município, ter sua sede um govêrno nacional, não poderia servir de pretexto ao esbulo de seus direitos.

“Que importa estar no Distrito Federal a capital da República? Só por isso, esta circunscrição, que é um Estado federado, que é uma unidade política, que tem assento no Senado e na Câmara, que é parte integrante de um organismo nacional, perde todos os direitos de autonomia, não pode eleger livremente suas autoridades, fica inferior ao mais humilde dos municípios brasileiros?”

Como se vê, Arnolfo Azevedo defendia com inaudita veemência e sincero ardor, para os cariocas, o direito de escolherem aquêles que deveriam representá-los no Conselho Municipal. Com absoluto e indiscutível desinterêsse pessoal, pois jamais, em tôda sua longa vida pública, pretendeu (como outros o fizeram) obter as simpatias do eleitorado da cidade do Rio de Janeiro para qualquer função eletiva. Animava-o, única e exclusivamente, o fervoroso e incansável amor às liberdades municipais.

Em seguida, lembrou que — se se tratava de procurar no estrangeiro um modêlo a imitar — era preferível buscá-lo na capital da Grã-Bretanha, porque não havia no Mundo “orga-

nização mais livre, mais autônoma, mais imponente que a da comuna de Londres". O exemplo de Washington poderia servir para quando a capital fôsse transferida para o Planalto Central, ao passo que o de Londres coadunava-se "melhor com a organização federativa da República Brasileira e com o papel político, social e civilizador que nela tem o (então) Distrito Federal".

Depois de lembrar as palavras do deputado Melo Franco, já por nós atrás citadas — a ficção do *self-government* no Rio de Janeiro e a necessidade de apelar para a representação indireta, feita através das grandes corporações que constituíam a coletividade —, afirmou que, com tais argumentos, acabaria-se por chegar à supressão de todos os poderes eletivos.

"Diz o illustre deputado que *fatta la legge, trovato l'ingano*, e que o povo está convencido de que, apenas seja decretada qualquer lei, surgirão incontinenti os meios de fraudá-las. Pois, se assim de fato é, ou a lei que o nobre deputado propõe não é lei, ou contra ela surgirão incontinenti os meios de fraudá-la.

As corporações de classes indicadas no projeto como dignas de representação no Conselho não estão atualmente impedidas de pleitear perante o eleitorado carioca a candidatura de um ou alguns de seus membros, e não será difícil acontecer que mais de um tenha lá atualmente seu representante. É uma situação liberal, onde a colaboração de todas se poderá efetuar; sem prejuízo de ninguém; ao passo que, pelo projeto, ficam elas sendo as privilegiadas, as donatárias de direitos e regalias de que seus estatutos não cogitam, que alguns até proíbem, com prejuízo completo e absoluto do eleitorado, única corporação que tem seus direitos de representação garantidos pela Constituição de 24 de fevereiro".

Sem querer entrar na apreciação da preferência dada às associações enumeradas no projeto, notava que o que de real e prático nêle se continha era o desejo de assegurar ao presidente da República sua ascendência no Conselho Municipal. De outra parte, em face da Constituição então vigente, só havia uma classe que não podia ser privada do direito de voto: a *classe dos eleitores*, que, pelo projeto, deixava de ser consultada, já que os cidadãos brasileiros residentes no Rio de Janeiro não teriam oportunidade de exercer o direito de voto.

Poderia o projeto fazê-lo? "Ou ficam êsses direitos suspensos, ou perdêm-se." A suspensão só se verificava por incapacidade física ou moral e por condenação criminal; seriam os cariocas incapazes ou criminosos? A perda acontecia por naturalização em país estrangeiro e por aceitação de emprêgo ou pensão do governo estrangeiro, sem expressa licença do poder executivo; estariam os cariocas neste caso?

Concluindo seu voto discordante, Arnolfo Azevedo sugeriu que: 1.º — o Conselho Municipal do Distrito Federal fôsse eleito por voto uninominal, com quociente em primeiro turno, e voto completo, em segundo turno, por maioria, votando os eleitores com uma só cédula; 2.º — o Prefeito fôsse nomeado pelo presidente da República, mas escolhido entre os três mais votados em eleição direta a ser realizada no dia 1.º de março, juntamente com a do chefe da Nação; 3.º — o voto fôsse obrigatório, sob pena de multa.

E assim terminou seu voto de 31 de agosto de 1916:

“Ao projeto, tal como está elaborado, eivado de tantos senões constitucionais, condenado fatalmente a não produzir os efeitos colimados, tarado pela inviabilidade ingênita, não posso dar o meu voto.

Julgo ter cumprido o meu dever de republicano, dando ao meu mandato de representante da Nação o desempenho devido, nos termos em que ora faço, da mais completa e sincera lealdade”.

AFONSO ARINOS considerou êsse voto “fraco”, “escrito em estilo extremamente empolado e baseado em conceitos jurídicos muito discutíveis” (4). É uma opinião respeitável.

Seu ilustre pai, falando a um jornal da época, foi talvez menos severo. Abordado pelo repórter quando se achava atarefado com o exame das provas de sua réplica, o deputado Afrânio de Melo Franco não quis mostrar o trabalho, “alegando a circunstância de se achar ainda em prova”. Não obstante, “disse que o deputado paulista conseguiu muita sonoridade de frases, estilo encantador e eloqüente, louçanias de estilo, porém tudo debaixo de absoluta carência de lógica, com fundamentos de evidente improcedência”. Cabe ao leitor julgar.

Proseguindo em sua entrevista (infelizmente, o recorte que possuímos não traz indicação do jornal ou sua data), antecipou alguns argumentos da resposta. Reconheceu que o Distrito Federal, como *circunscricção territorial* para os efeitos da administração, antecederia realmente à Constituição de 24 de fevereiro, mas jamais constituíra uma *entidade política*, como afirmara Arnolfo Azevedo. Referindo-se à afirmativa dêste, de que o povo carioca tinha direitos iguais aos de qualquer outra porção do povo brasileiro, lembrou que êsse argumento invocava uma noção de soberania contestável e que, independentemente de conceituações, “o certo é que, organizado o

(4) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, pp. 851-852.

Estado, o povo não podia ter um direito distinto do direito do Estado e anterior a êle". Afirmou, a seguir, que os textos constitucionais citados por seu contraditor não serviam para provar que o Distrito Federal fôsse um município tão autônomo como os demais, mas apenas que era um Estado — o que contrariava o disposto no art. 3.º da Constituição, segundo o qual esta condição só adviria depois da mudança da capital da República para o Planalto Central. Acentuou, finalmente, em defesa de sua tese, que a organização das classes era uma tendência benéfica da sociedade moderna, que leis de países cultos procuravam estimular.

Assim conclui a notícia, que tem por título — *Para acabar com a politicagem carioca — Como o sr. Melo Franco responderá ao sr. Arnolfo Azevedo:*

"O sr. Afrânio de Melo Franco talvez nos proporcionasse mais algumas informações e momentos de leitura, se alguns de seus colegas não se aproximassem e se S. Excia. não estivesse de tempo marcado.

No entanto, ainda conseguimos saber que, na parte final da réplica, o autor do projeto apresenta um substitutivo, motivado pela crítica da imprensa, e que se prende à questão das representações".

Comentando o prélio que se travava na Câmara Federal, alguns jornais mostraram-se pessimistas quanto à aprovação do projeto.

Um dêles afirmou: "O projeto Melo Franco não navega, ao que parece, em boas águas. Já êle não pode contar, pelo menos, com o apoio de São Paulo, pois naturalmente a bancada paulista, mesmo que aquêle projeto fôsse mantido integralmente, votaria com o sr. Arnolfo Azevedo".

Outro foi mais positivo e, em manchete, declarou que *São Paulo não deixará passar o projeto Melo Franco e apresenta outro*. Depois de observar que o projeto, "cheio das melhores intenções, tem encontrado a maior oposição", esclareceu que tal fato estava acontecendo apesar do apoio que lhe vinha dando o deputado Antônio Carlos, líder da maioria e, por conseguinte, porta-voz do presidente Venceslau Brás. Informava que a maioria da comissão de Constituição e Justiça era-lhe manifestamente contrária, que a bancada carioca o hostilizava, que a bancada gaúcha já o havia repellido através do deputado Gumercindo Ribas (que considerava verdadeira *capitis diminutio* para o povo carioca) e que sabia, com segurança, que a bancada paulista não concordava com a reforma do Conselho Municipal e manteria sua desaprovção, mesmo que o projeto

fôsse considerado governamental, isto "porque considera o assunto fora da esfera da administração, para que o Governô coloque a sua votação no terreno da confiança político-partidária". Tratava-se de uma questão puramente constitucional, em que estava em jôgo a autonomia municipal; e o voto de Arnolfo Azevedo não traduzia, apenas, sua opinião pessoal: era também o reflexo da opinião da bancada paulista.

Réplica de Melo Franco

No dizer de AFONSO ARINOS, "de qualquer forma, a publicação feita por Arnolfo, do seu voto, deve ter irritado bastante a Melo Franco, que se lançou, durante o mês de setembro, no preparo da réplica ao seu contraditor. Nisto foi auxiliado pelo velho pai que, de Belo Horizonte, chegou a mandar-lhe livros de sua bem fornida biblioteca" (5).

A réplica de Afrânio de Melo Franco veio a 24 de setembro de 1916; segundo ainda AFONSO ARINOS, "é um dos seus melhores trabalhos parlamentares" e sua "irritação transparece no tom irônico em que tôda a resposta é redigida, sem nunca abandonar, contudo, a perfeita cortesia" (6).

Temos sob os olhos dois exemplares do "avulso" da Câmara dos Deputados, datado de 1916, com suas 29 páginas, contendo a *Réplica do sr. Melo Franco ao voto em separado do sr. Arnolfo Azevedo, com um substitutivo ao mesmo projeto*. Ambos os exemplares pertenceram ao nosso biografado e claramente demonstram que foram por êle longamente manuseados: vários trechos aparecem assinalados lateralmente, inúmeras expressões e frases inteiras encontram-se sublinhadas a tinta.

Lendo-se essa importante peça jurídica, percebe-se, desde logo, que o ilustre deputado mineiro procurou acentuar que seu projeto não tinha caráter definitivo: por diversas vêzes fala em "esbôço de projeto", em "embrião de projeto", em "esbôço".

Referindo-se à frase de Arnolfo Azevedo, que o considerara "infringente e aberrante dos princípios consagrados na Constituição", declara, "com a devida vênia", que não encontrava no parecer nenhum argumento que provasse "o anátema

(5) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, p. 852.

(6) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, p. 852.

fulminatório do erudito deputado, sem embargo da redundância elegante das suas expressões e da forte adjetivação dos seus assertos. A sonoridade das frases e o encantamento do estilo eloqüente parece terem sido o principal fim almejado pelo ilustre autor do voto publicado; êste desiderato êle o alcançou magnificamente, mas as louçanias do estilo não conseguem esconder ao leitor arguto a carência de lógica jurídica no voto referido e a evidente improcedência dos respectivos fundamentos”.

A essa fina ironia, sucedem-se outras mais contundentes: “uma série de palavras, enfileiradas para os efeitos da eufonia, mas sem valor algum como argumento”; ou o “prazer intelectual de burilar um período, em que cascateiam as sinônimas elegantes”; ou, ainda, a qualificação de *philérico* dada a determinado argumento e o “verdadeiro *malabarismo* de palavras, sem apoio nos textos da Constituição”; ou, finalmente, que “a maior surprêsa que nos reservou o voto em separado foi a afirmação de que *Londres é a capital da Inglaterra*”...

Realmente, tudo indica que Arnolfo Azevedo, com seu voto discordante, irritara o ilustre jurista, pondo em perigo uma amizade que já durava anos. O duelo havia começado e os “floretes” riscavam o ar...

Ao apresentar sua resposta, Melo Franco esperava “que ao menos êsse esbôço não morrerá no nascedouro, mas logrará, com esta réplica, alguns momentos de vida a mais, para não baixar ao arquivo como uma simples congêrie de disparates, que não pudesse resistir à mais ligeira análise dos espíritos refletidos e sensatos”.

Insistiu que o então Distrito Federal, nem antes nem após a Constituição, constituía uma *entidade política*: ao tempo do Império, seu território encontrava-se sujeito a um regime de exceção, sendo governado quase exclusivamente pelas autoridades gerais da Monarquia.

Acentuou, em seguida, que a noção de *soberania* admitida por Arnolfo Azevedo era “uma verdadeira e pura ficção idealista, espécie de metafísica político-social”; mas que, independentemente de sua conceituação, “o certo é que, organizado o Estado, o povo não pode ter um direito distinto do do Estado e anterior a êle” — segundo os ensinamentos de JELLINECK e DUGUIT.

Em sua opinião, “o Estado Federal do Brasil *quis* que a sede dos seus poderes orgânicos fôsse um território *federaliza-*

do"; e "a Nação, como pessoa coletiva, ou os indivíduos de que esta se compõe, não podem ter uma vontade em contrário sôbre tal assunto".

Afirmou que nosso biografado havia feito confusão entre a *jurisdição*, de Direito Público, e o *domínio*, de Direito Privado. A federalização do Distrito Federal sômente se referia à *jurisdição*, não dizendo respeito ao *domínio* de seu território.

Depois de acentuar que, nos E. U. A., o poder federal passou apenas a exercer sua exclusiva jurisdição sôbre os territórios cedidos por Virgínia e Maryland para a criação do Distrito de Colúmbia, disse que Arnolfo Azevedo cometera "um vício de lógica, que os antigos escolásticos denominavam *ignoratio elenchi*". . .

Fêz longas e eruditas citações, após o que analisou a afirmativa de que a cidade do Rio de Janeiro gozava de regalias de um Estado, salvo quanto à suspensão de alguns direitos, "pela honra de hospedar provisoriamente os poderes federais". Para êle, êsse argumento mereceria o qualificativo de *pitheórico*, que lhe daria, "não fôra a nossa muito alta consideração para com o ilustre autor do voto em separado"; e "pitoresca" era a idéia de considerar os poderes federais *hóspedes* da cidade do Rio de Janeiro.

Quanto à situação jurídica dessa cidade e seu território, afirmou que não era nem município, nem Estado: literalmente, era um *Distrito Federal*. Voltando a citar o que "os antigos lógicos chamavam de *ignoratio elenchi*", asseverou que a Constituição não estabeleceu um tipo uniforme de organização municipal, a ser adotado obrigatoriamente por todos os Estados; essa organização competia a cada Estado, desde que fôsse respeitada a autonomia municipal no que se referisse aos peculiares interesses dos municípios. Para êle, a expressão *autoridade municipal*, empregada pela Constituição em relação ao Distrito Federal, referia-se às autoridades com exclusivo exercício em seu território; não significava que aquela unidade fôsse um município.

Após dizer de sua surpresa com a afirmação de que *Londres é a capital da Inglaterra* (7), confessou que, por maiores esforços que tivesse feito, não conseguira perceber em que a organização local de Londres se coadunasse melhor com o nosso re-

(7) O deputado Afrânio de Melo Franco foi muito infeliz neste ponto. O que Arnolfo Azevedo escreveu, em seu voto, foi isto: "Londres é a capital da Inglaterra e não há no Mundo organização mais livre, mais autônoma, mais imponente que a da comuna de Londres".

gime. "O digno sr. Arnolfo Azevedo não o disse" é a nossa fundamental carência de sagacidade não o apreende."

Discordou da afirmativa de que o exemplo de Washington só serviria para a futura capital, a ser construída no Planalto Central. "Francamente" — afirmou — "esse argumento empírico está muito abaixo dos conhecidos talentos do ilustre deputado paulista"...

Referindo-se à nova estrutura proposta para o Conselho Municipal, ressaltou que "a organização de classes, sobre ser natural e própria da comunhão social, é uma tendência benéfica na sociedade moderna, e que as leis de países cultos procuram estimular, despertando os sentimentos de solidariedade social e o espírito de cooperativismo". Baseando-se em DUGUIT, MARNOCO E SOUSA, e ESMEIN, na defesa de seu ponto de vista, afirmou que Arnolfo Azevedo mostrava-se "um pouco alheio ao movimento científico dos publicistas, em face do problema da representação dos interesses sociais".

Em sua opinião, o sufrágio universal, felizmente, não existia na Constituição brasileira, a qual, "apesar do seu exagerado e ingênuo idealismo, recuou dêsse *virus democraticus*, que EMÍLIO DE LAVELEYE chamou de *perigosa tolice*". Nada impedia que o Congresso criasse um eleitorado especial para as eleições do Conselho Municipal, cujo corpo eleitoral poderia ser formado por associações reconhecidas pelo Governo. Pessoalmente, preferia esse sistema, porque estava convencido "de que o governo das democracias deve ser conferido à aristocracia intelectual, como disse LAVELEYE".

Depois de reconhecer que "a crítica feita em torno do esboço de projeto parece, porém, não ter aceitado tão incondicionalmente a representação por associações, quanto aceitaria a representação por classes", resolvera tomar em consideração "as sugestões da imprensa, como órgão da opinião pública", e apresentava um *substitutivo* ao primitivo projeto.

De acordo com o novo texto, o Conselho Municipal do Distrito Federal seria constituído por 24 intendentes, dos quais:

a) três escolhidos pelo presidente da República dentre os 20 maiores contribuintes do imposto predial;

b) três escolhidos pelo presidente da República dentre os 20 maiores contribuintes do imposto de indústrias e profissões;

c) dezoito eleitos pelas seguintes classes, através das respectivas associações: comerciantes — 2, empregados do comércio e indústria — 1, industriais — 2, médicos — 1, farmacêuticos — 1; advogados e solicitadores

— 1, funcionários públicos civis da União — 2, funcionários municipais — 2, engenheiros e arquitetos — 1, militares de terra — 1, marinha de guerra e mercante — 1, operários em geral — 3.

O substitutivo apresentado pelo deputado Melo Franco entra em pormenores a respeito da escolha dos representantes das associações e das classes, através de 14 artigos.

Parece-nos evidente que o ilustre deputado mineiro, com sua réplica ao voto contrário de Arnolfo Azevedo, sentira que não estava pisando em terreno firme. Não, por certo, diante da argumentação de nosso biografado, com que tanto se irritara. Mas em virtude da repercussão desfavorável de seu projeto na cidade do Rio de Janeiro, como também da complicada e extravagante estrutura que arquitetara para a constituição do Conselho Municipal do então Distrito Federal.

Tréplica de Arnolfo Azevedo

“Irritado com a resposta à sua crítica” — escreve AFONSO ARINOS —, “Arnolfo Azevedo voltou à carga em outro trabalho, extenso e difuso como o primeiro, embora bem mais agressivo”⁽⁸⁾.

Temos sob os olhos o “avulso” da Câmara dos Deputados, que contém a *Tréplica* de nosso biografado; traz a data de 19 de outubro de 1916. Realmente, é um trabalho extenso (32 pp.), mas nada vimos nêle que pudesse merecer os adjetivos outros que o eminente historiador lhe atribuiu. A suposta agressividade consiste em referir-se ao deputado mineiro como um “ilustre professor enciclopédico”, que, num “tom de magistral superioridade”, recuara (sem o confessar) do primitivo propósito, transformando “um simples esbôço ou mero embrião de projeto” em um “substitutivo, que com êle bem pouco se parece”. Arnolfo Azevedo sentia-se na posição de quem cometera uma ousadia ao discordar de seu eminente colega, ferindo, sem o desejar, sua vaidade; e via-se ameaçado de ser pulverizado “pela cólera olímpica”.

Nesse documento, declara que se revestia “da calma peculiar aos que estão com o direito das boas causas”, abstraindo-se de sua pessoa. “Não tenho vaidades, nem cultivo a vanglória.”

(8) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, p. 583.

No voto proferido a 5 de dezembro, nosso biografado reportou-se a essa *Tréplica*. Depois de reconhecer que seu voto de 31 de agosto talvez tivesse sido escrito “com alguma vivacidade”, de modo algum visara diminuir “os incontestáveis méritos” de seu colega; mas a réplica de Melo Franco fôra vasada em termos de “injustificada veemência”. E esclareceu:

“A essa réplica fui forçado a opor uma tréplica, que não teve publicidade e ficou conhecida somente dos doutos membros desta comissão (de Justiça). Vou, dêsse insignificante e desprezioso trabalho, transcrever unicamente a parte de argumentação, que serve de fundamento a meu voto, eliminando tudo quanto tenha a feição de polêmica ou possa ter melindrado o erudito deputado mineiro, ilustre relator do parecer sobre as emendas do Senado”⁽⁹⁾.

Referindo-se à questão de ser ou não o então Distrito Federal uma *entidade política*, Arnolfo Azevedo afirmou que lhe parecia que êle e seu colega não estavam dando às palavras o mesmo sentido; ou, então, não se quis entender seu pensamento, “não obstante estar expresso em termos claros”. Em sua opinião, “a circunscrição territorial que tem um povo, uma organização e um governo seus é uma entidade política e administrativa, seja um Estado ou um município”.

O antigo Município Neutro era uma entidade política e administrativa, como os demais municípios; apenas, em relação a êle, a autoridade da Assembléia Provincial era substituída pela da Assembléia Geral do Império.

Citou os termos integrais de uma carta que havia recebido do deputado NICANOR DO NASCIMENTO, representante do Distrito Federal, na qual longamente historia as origens populares da municipalidade do Rio de Janeiro, o que servia para comprovar que aquela unidade da Federação era “alguma coisa mais do que o território federal sobre o qual legisla, sem peias, o Congresso norte-americano”. E reafirmou:

“Seja um Estado, seja um município, não seja uma nem outra coisa, o Distrito Federal é *entidade política*, uma das unidades políticas da Federação Brasileira, e isto para mim é o suficiente, porque em nada se parece com os modelos que se tomam por padrão”.

Passou a escudar-se na “valiosa autoridade do ilustre jornalista sr. MEDEIROS E ALBUQUERQUE, ex-deputado e homem político de altos e reconhecidos merecimentos, cuja passagem pelo Parlamento nacional deixou os mais luminosos traços”,

(9) Cf. *Avulso da Câmara dos Deputados* — n.º 107-C, p. 45, 1916.

citando um trecho da obra *Pontos de Vista*, no qual o autor mostra as diferenças existentes entre a nossa Constituição e as dos E. U. A. e da Argentina, no tocante à organização dos respectivos distritos federais. Quem confundia *jurisdição com domínio* era o texto dessas constituições estrangeiras; e quem confundia os textos destas com o da nossa Constituição era "o erudito deputado, que entende, para organizar o Distrito Federal brasileiro, dever aplicar o que dispõe a Constituição americana, só porque nós "adotamos a idéia americana do regime federativo republicano".

Em sua opinião, o que importava era o disposto na Constituição brasileira e, no caso de divergência de textos, "devem prevalecer os nossos, *sempre* os nossos, em que pêsse aos publicistas, escritores, comentadores, sociólogos, sábios, de todos os matizes e de tôdas as partes do Mundo, que preguem doutrinas boas ou más". Em relação ao Distrito de Colúmbia e o nosso então Distrito Federal, sòmente havia de comum o nome — *Distrito Federal* e nada mais, "porque o brasileiro é uma das unidades componentes da República dos Estados Unidos do Brasil", com capacidade para eleger o presidente da República e com representação em ambas as casas do Congresso Nacional.

Relembrando as palavras do deputado Melo Franco, que julgava que os artigos da Constituição invocados não provavam que o Distrito Federal fôsse um município autônomo nem um Estado, afirmou que êsses mesmos artigos serviam, òtimamente, "para provar que o nosso Distrito Federal não é um território a comparar-se e, nem por sombras, a confundir-se com aquêle em que o Congresso norte-americano exerce uma autoridade discricionária e idêntica à que lhe cabe sôbre os territórios comprados para fortes, estaleiros e outras obras". Se os cidadãos cariocas podiam eleger seus senadores e deputados federais, não poderiam ser privados do direito de eleger seu govêrno local. Entretanto, o que previa o projeto era que os cidadãos eleitores do Distrito Federal passassem "a não ser eleitores nem cidadãos, em se tratando da formação do govêrno local". Isto era inadmissível, a não ser que se fizesse a reforma da Constituição; através de uma lei ordinária, não.

"Vivemos sob um regime livre e democrático, concretizado em uma Constituição escrita, que ao povo brasileiro, como fonte originária de todo o poder público, conferiu e assegurou o exercício da soberania. O que isto seja está perfeitamente definido e explicado na nossa Constituição, quando estabelece as condições para aquisição e exercício dos direitos políticos."

Esses direitos políticos do povo brasileiro eram os que éle próprio, através de seus representantes, regulara em nossa Constituição "e não os que alhures são definidos". A palavra *povo* podia ser empregada num sentido político, correspondendo às pessoas qualificadas, que tomam parte pelo voto nos negócios públicos ou políticos; e isto ensinava GOOLEY. Tais direitos e garantias não poderiam ser perdidos ou modificados pela legislação ordinária; somente através de uma Constituinte.

Reconhecia que a Constituição não se imiscuia na organização dos Estados; mas, a estes, foram impostos "regras e princípios rigorosos e precisos, dentro dos quais teriam de agir, sob pena de sofrerem a coação do poder central, vigilante guarda da pureza do regime instituído".

A eletividade das autoridades municipais poderia ser suprimida, sem ofensa aos princípios constitucionais? Evidentemente que não, conforme os ensinamentos de JOÃO BARBALHO, apoiado por RUI BARBOSA.

Estaria o então Distrito Federal excluído dessa regalia? Parecia-lhe que não, porque sua organização era a municipal, por ser éle administrado por autoridades municipais e porque a estas incumbia atender às despesas de caráter local — nos termos da Constituição.

Existia, no Distrito Federal, um *poder legislativo*. Ora, o poder legislativo de qualquer das unidades da Federação tinha de ser organizado e constituído à semelhança do poder legislativo federal, inclusive quanto à eletividade e periodicidade dos mandatos.

Segundo AGENOR DE ROURE, a lei de orçamento está presa ao princípio da representação democrática da soberania popular e só existe no regime representativo. "Não pode haver regime representativo sem o princípio da eletividade dos representantes da soberania popular, encarnada, pela nossa Constituição, no corpo eleitoral."

Reafirmou seu ponto de vista que, enquanto vigorasse a Constituição, não poderia haver poder legislativo que não recebesse sua investidura pelo voto dos cidadãos no gozo dos direitos políticos.

A seguir, escudou-se de novo em MEDEIROS E ALBUQUERQUE, porque estava certo de obter, com sua ajuda, "tudo quanto deixei de conseguir com o meu apoucado engenho". Suas comparações entre o Distrito de Colúmbia e o nosso então Distrito Federal eram significativas: aquêle nunca passaria a ser

um Estado, ao passo que o nosso era um Estado em evolução⁽¹⁰⁾; 13 cidades dos E. U. A. eram mais populosas que Washington, enquanto a cidade do Rio de Janeiro era, por sua população, maior que 13 de nossos Estados, "o centro mais ilustrado do país". E continua o escritor citado:

"Uma simples rua desta cidade — a da Alfândega, por exemplo — representa mais influência social em todo o país, mais riqueza, que todo Goiás. E Goiás é um Estado que tem municípios, cuja autonomia a Constituição garante. Só não garantiria a desta grande cidade?"

Gente havia que, desprezando princípios constitucionais, alegava que a municipalidade carioca estava gastando dinheiro loucamente, sem nada fazer de útil; mas as mesmas acusações pesavam sobre o Congresso Nacional... Se a União não retivesse os impostos arrecadados no Distrito Federal e se não tivesse êste de custear sua polícia, não se registraria a singularidade então existente: a cidade do Rio de Janeiro era "a única do país civilizado onde, com a polícia, se gasta mais do que com a instrução primária!" Para MEDEIROS E ALBUQUERQUE, não era "admissível que o mesmo corpo eleitoral escolha, com admirável distinção, só homens honestos para o Senado e a Câmara, só especulatórios para o Conselho Municipal"...

A seguir, Arnolfo Azevedo abordou o exemplo da cidade de Londres, por êle citado em seu voto de 31 de agosto:

"A preferência que sugeri para modelo de organização municipal, da Comuna de Londres sobre o território de Colúmbia, está justificada na minha declaração de voto; e culpa não me cabe se, apesar disso e do conhecimento que tem da organização da capital inglesa, não pode atinar o nobre deputado com a razão dessa preferência. Apesar de ter em seu território a capital do Reino Unido, goza a municipalidade de Londres de uma autonomia completa e todas as autoridades locais são eletivas. Em sua esfera de ação, nenhum poder se intromete e, nem por isso, há atritos nem receios por parte do governo geral da Nação, que lá tem sua sede".

O verdadeiro conceito do *self-government* tinha, em Londres, seu melhor exemplo e, não, na capital dos E. U. A.

Passando à análise do substitutivo apresentado pelo deputado Melo Franco, reafirmou Arnolfo Azevedo que o novo projeto continuava a manter, tal como o anterior, "a intervenção indébita e inconstitucional do presidente da República na

(10) Em 1960, o fato tornou-se uma realidade, com a criação do Estado da Guanabara.

escolha dos intendentes municipais". Mesmo que se se pudesse admitir o sistema preconizado pelo deputado mineiro, havia "injustiças clamorosas" a ressaltar: os contribuintes não teriam direito de escolher seus representantes, ao contrário de outras classes; o maior número d'esses contribuintes estaria perpétua-mente excluído da representação, porque deixaria de figurar entre os 20 mais ricos; os dentistas — por exemplo — não seriam representados.

Termina o duelo

De acôrdo com AFONSO ARINOS, o deputado Afrânio de Melo Franco não deixou sem resposta a tréplica de Arnolfo Azevedo: "juntou novas razões em escrito que denominou *Resposta fora dos autos* e que parece ter lido na comissão de Justiça" (11). Não conhecemos êste documento.

Nêle, teria demonstrado, de maneira patente, sua mágoa pela publicação em *O País*, a 30 de agôsto de 1916, "de um voto cintilante e estrepitoso do meu ilustre mestre sr. Arnolfo Azevedo, que me chamava públicamente a bolos pelos dislates por mim proferidos naquele ridículo trabalho, que estava assim a pique de comprometer definitivamente os créditos científicos desta honrada comissão de Constituição e Justiça" (12). Uma ironia ferina e uma evidente exacerbação de ânimo ressumam destas palavras.

Dá a entender claramente, a seguir, que Arnolfo Azevedo não agira com a devida ética parlamentar, trazendo a público e ao debate um trabalho ainda em estudo e dependente de exame de cada um dos membros da comissão, "que nem sequer estava incluído no rol dos que já se achavam com dia para serem discutidos na dita comissão".

Honestamente, julgamos que Arnolfo Azevedo foi injustiçado por seu colega e amigo, porque não podemos acreditar fôsse nosso biografado capaz dessa falta de ética. O que se passou parece-nos perfeitamente explicável: o projeto Melo Franco fôra apresentado à comissão de Justiça no dia 17 de agôsto e, por consequinte, tornara-se do domínio público; a publicação de parte do voto contrário de Arnolfo Azevedo, através de *O País*, deveu-se à indiscrição de um repórter (como

(11) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, p. 853.

(12) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, p. 854.

já tivemos ocasião de acentuar) e foi feita na véspera da apresentação do trabalho à comissão de Justiça. O deputado Melo Franco, assediado por um repórter, também não antecipou a divulgação de trechos de sua réplica?

Desconhecemos “a renovada e enérgica defesa do seu projeto, não se esquecendo de entremeá-la com alusões ferinas ao contraditor, que também o tinha maltratado na sua impugnação” (13).

Sabemos, apenas, que Arnolfo Azevedo voltou pela última vez ao assunto, com seu voto apresentado à comissão de Constituição e Justiça no dia 5 de dezembro de 1916, a propósito do projeto n.º 107-C, com emendas do Senado ao projeto n.º 107-B, da Câmara dos Deputados, e que adiava as eleições para a renovação do Conselho Municipal.

Depois de relembrar que considerava uma infração flagrante e uma grave ofensa à Constituição Federal a nomeação de autoridades municipais e a organização dos poderes locais por outra forma que não a eleição por sufrágio direto dos cidadãos alistados, acentuou:

“No meu espírito de republicano, convencido de que a única forma de governo compatível com a dignidade humana é a República e que, das formas republicanas, a melhor é a que, em suas linhas gerais, está cristalizada naquela magnífica lei, tódas as ofensas diretas a esse monumental trabalho dos constituintes de 1891 têm para mim a significação de verdadeiros ataques sacrílegos a um relicário, que se me afigura sagrado. Daí o calor com que salto às vèzes à defesa desses dogmas da minha fé, se os vejo ameaçados ou feridos; é um movimento espontâneo, quase instintivo, como o de legítima defesa própria, dessa defesa a que somos arrastados pelo instinto de conservação e que obedece a um impulso forte, poderoso, irresistível, em que o organismo inteiro estremece e reage”.

Feita essa verdadeira *definição de princípios*, reconheceu que trechos de seus votos, embora repassados da mais completa sinceridade, ressentiam-se de alguma veemência de linguagem. Fôra a isso levado porque se vira na contingência de “lembrar preceitos que são rudimentares princípios, que são evidentes doutrinas, que todos nós recebemos às portas das Faculdades de Direito como verdades axiomáticas e incontestáveis, e que são agora tratados como defeitos, senão como vícios, que devem ser expelidos do organismo nacional”.

Ninguém mais do que êle sabia respeitar e tolerar as manifestações da opinião alheia; ninguém, como êle, admitia com

(13) FRANCO (Afonso Arnos de Melo) — *ob. cit.*, p. 854.

a maior benevolência as preferências opostas a seu modo de ver e de sentir, a respeito de todos os assuntos, principalmente formas de governo e crenças religiosas. Mas, em sua opinião, as reformas em cogitação, feitas por meio de leis ordinárias, não pareciam toleráveis e justificavam sua veemência no combatê-las — “porque ferem postulados primordiais do regime, ofendem disposições categóricas da Constituição, derrocam as bases em que assentou o povo brasileiro a estrutura do seu belo organismo político”.

Conhecia as idéias de ALBERTO TÔRRES, expostas no livro *A Organização Nacional*, no qual propunha a representação das classes ou das associações de classes para a composição do Senado Federal, a exemplo do que propusera o deputado Melo Franco em seu primeiro projeto. Mas existia uma diferença capital entre os dois processos: Alberto Tôrres desejava, para o Brasil, uma Constituição radicalmente diferente da que estava em vigor, ao passo que o deputado mineiro pretendia torcer aquela Constituição, reformando-a através de uma lei ordinária. Era contra isso que protestava, com veemência.

Depois de transcreever seu primeiro voto e trechos da réplica ao deputado Melo Franco, passou a examinar o que vinha acontecendo no então Distrito Federal. Declarou, com ênfase, que não tinha “a mínima preocupação de ordem pessoal em relação aos atuais titulares dos dois poderes locais (Prefeito e Conselho Municipal) e seus antecessores próximos ou remotos”. Achava que, contra os desmandos dos intendentes, havia o recurso trienal da renovação dos mandatos; e que era melhor deixar que os próprios cariocas aprendessem a governar-se por si mesmos. E terminou por dar sua opinião em face de cada uma das emendas em pauta.

Em nosso arquivo, nada mais encontramos sôbre o assunto, como manifestação de Arnolfo Azevedo.

O empolgante duelo cultural entre nosso biografado e o deputado Afrânio de Melo Franco chegara a seu fim. Sem ressentimentos. Mesmo em novembro de 1916, Arnolfo Azevedo classificou de “magistral e brilhante” o parecer de seu colega, a propósito da situação do Amazonas. “Não guardara mágoa, pois, do incidente havido com Melo Franco, a propósito do projeto de reorganização do Conselho Municipal” — como muito bem observou AFONSO ARINOS⁽¹⁴⁾.

(14) FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, p. 872, nota 616.

Em que pêssem as opiniões em contrário, a atuação de Arnolfo Azevedo, em todo êsse movimentado episódio de sua vida parlamentar, foi profundamente sincera e decisiva. “Diante da veemência dos seus discursos, caiu, em 1916, o projeto de lei que viria cercear, de maneira lamentável, a autonomia do Distrito Federal” — escreveu a *Revista Brasileira dos Municípios* (15).

Outros assuntos

Também nesse mesmo e produtivo ano de 1916, a presença de Arnolfo Azevedo fêz-se sentir em dois outros assuntos de caráter legislativo e de importância política.

O primeiro dizia respeito à *crise financeira* que assoberbava o Governo Federal. Em entrevista concedida ao *Correio da Manhã* e publicada na edição de 5 de agosto daquele ano, nosso biografado levantou o problema da manutenção de um número excessivo e desnecessário de *funcionários públicos*, cujos vencimentos correspondiam a uma despesa anual de 200.000 contos de réis, se não mais.

Em sua opinião, deveria haver um corajoso corte nessa avultada verba. Não, porém, através da dispensa em massa dos empregados públicos, sem qualquer medida acauteladora de seus justos interesses. Os que, porventura, fôsem atingidos pela dispensa de seus serviços receberiam uma espécie de indenização: o pagamento de dois anos de vencimentos integrais. Quem, por exemplo, ganhasse 200\$000 mensais, receberia ao ser dispensado a quantia de 4:800\$000; e assim por diante. Com tal medida, acreditava que muitos prefeririam deixar, espontaneamente, seus empregos, pois teriam o ensejo de lançar-se em novos empreendimentos, na indústria, no comércio ou noutra atividade mais bem remunerada. O Governo seria autorizado a emitir papel-moeda para atender a tais despesas: valia a pena emitir, por exemplo, 100.000 contos de réis, para eliminar, definitivamente, dos orçamentos anuais uma verba permanente de 50.000. No prazo de dez anos, essa emissão poderia ser resgatada, com um saldo anual de 40.000 contos para o Tesouro Nacional. Não haveria necessidade de novos impostos, a medida não prejudicaria a ninguém e viria beneficiar a economia nacional, com o ingresso de novos capitais

(15) *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, ano IV, n.º 13, p. 58.

e novas atividades no campo da agricultura, indústria e comércio.

Um alvitre dêsse tipo, capaz de produzir tais resultados, merecia o estudo dos mais capazes, dos responsáveis pela coisa pública e dos próprios funcionários interessados. Dentro dessa linha de pensamento, Arnolfo Azevedo chegou a esboçar um projeto de lei; mas não sabemos se foi submetido à deliberação da Câmara dos Deputados.

O segundo assunto em que tomou parte foi o "*caso*" do Amazonas, que apresentava certa semelhança com o registrado no Espírito Santo, no início do ano. Não vamos esmiuçá-lo, porque pequena foi a atuação de nosso biografado.

Em face da duplicidade de Constituições naquele Estado, a questão foi submetida à comissão de Constituição e Justiça, em setembro de 1916. O relator escolhido foi o deputado Afrânio de Melo Franco, que, a 13 de novembro, apresentou longo e fundamentado parecer, concluindo pelo arquivamento do processo, por não haver, na documentação examinada, nenhuma matéria capaz de provocar um projeto de lei ou outra conclusão digna de ser submetida ao voto da Câmara.

Arnolfo Azevedo, diante "da brilhante, erudita e minuciosa exposição" feita pelo relator, discordava apenas de suas conclusões. Àquele "parecer magistral e brilhante", propunha outro fecho: que fôsse o assunto arquivado,

"(...) visto como a organização constitucional do Estado do Amazonas, resultante da reforma efetuada em 1913 e desde então em vigor, não se afasta dos preceitos do art. 63 da Constituição da República".

Seu voto foi subscrito pelos deputados Cunha Machado (presidente da comissão) e Gumercindo Ribas. Levado a plenário, na sessão de 23 de novembro, não foi submetido à votação, por haver sido aprovado o parecer do relator.

Anos pouco produtivos

De 1917 a 1920. *Ligação do sul de Minas com o mar*. Vantagens da iniciativa. A Guerra e o estado de sítio. "Trabalhos Parlamentares". Assuntos vários. Presidente do Estado de São Paulo? Mudança para o Rio de Janeiro.

De 1917 a 1920

Em forte contraste com a intensa atividade parlamentar de Arnolfo Azevedo em 1915 e 1916, os quatro anos que se lhes seguiram foram de pequena produtividade legislativa. Seu mandato de deputado federal por São Paulo viu-se mais uma vez renovado em 1918. Continuou a fazer parte da comissão de Constituição e Justiça até o final da 10.^a legislatura, encerrada em 1920.

Mas a violenta luta política, que teve de enfrentar em sua cidade natal, absorveu suas atenções, perturbou sua vida particular e sensivelmente prejudicou suas atividades no Parlamento, em particular nos anos de 1918, 1919 e 1920.

Mesmo assim, algo conseguiu realizar, notadamente em 1917.

Ligação do sul de Minas com o mar

Desde que, em 1904, ficara resolvido instalar na atual cidade de Piquê a *Fábrica de Pólvora sem Fumaça*, Arnolfo Azevedo começou a sonhar com a ligação ferroviária entre Lorena e o sul de Minas Gerais.

À sua iniciativa deve-se a inclusão de sucessivas verbas no orçamento federal: para o ano de 1904, 500 contos de réis destinados à construção da citada Fábrica; para 1905, 200 contos para prosseguimento dessa obra e mais 100 contos para a construção de uma *via férrea entre Lorena e Piquê*. Na lei

orçamentária para 1906, também por sua iniciativa, o Governo Federal ficara autorizado a proceder aos necessários estudos para o prolongamento do ramal férreo de Lorena a Piquête, "até encontrar a Estrada de Ferro do Sapucaí, tendo por base o emprêgo da electricidade como fôrça motriz". É que havia alcançado uma grande vitória com a construção dessa via férrea, que, a 15 de setembro de 1906, por entre grandes festas, o marechal Francisco de Paula Argôlo, ministro da Guerra, teve oportunidade de inaugurar⁽¹⁾.

No orçamento para 1910, a verba destinada à construção de estradas de ferro federais foi aumentada de 1.000 contos de réis, com o objetivo de "serem prolongados os trilhos da estrada de ferro de Lorena a Piquête até a cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais". Para a inclusão dessa quantia na lei orçamentária, contou Arnolfo Azevedo com a cooperação do deputado mineiro Cristiano Brasil (que a propôs), já que nosso biografado encontrava-se em oposição ao Governo e, por isso, apenas a subscreveu⁽²⁾. Todavia, o presidente Hermes da Fonseca barrou o empreendimento: ordenou a suspensão dos respectivos estudos e mandou anular a concorrência pública já em andamento.

Arnolfo Azevedo não desanimou e, pacientemente, esperou chegar um momento mais oportuno. E a oportunidade apareceu em 1916, no governo de Venceslau Brás.

Ao cogitar novamente do assunto, entretanto, encontrou da parte do presidente mineiro um sério escrúpulo: por se tratar da cidade de Itajubá, sugeriu que a matéria não figurasse como simples rubrica orçamentária, mas fôsse objeto de lei especial.

Coube, então, a Arnolfo Azevedo a apresentação de um projeto na Câmara Federal, que acabou por se transformar na lei n.º 3.278, de 2 de junho de 1917, regulamentada pelo decreto n.º 3.298, de 11 de junho do mesmo ano, assinado pelo presidente Venceslau Brás e referendado pelo ministro Augusto Tavares de Lira, da Viação e Obras Públicas.

De acôrdo com êsse decreto, o presidente da República ficava autorizado a conceder, através de concorrência pública e sem ônus para o Tesouro Nacional, pelo prazo de 60 anos,

(1) Essa inauguração foi registrada, com pormenores, pelos jornais da época, particularmente o *Jornal do Comércio*, o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, o *Pais* e o *São Paulo*, em suas edições de 16 e 17 de setembro de 1906.

(2) Cf. GALHANONE (José) — *Lorena e o Dr. Arnolfo Azevedo*, p. 24.

o privilégio “para construção, uso e gôzo de um ramal de estrada de ferro, de bitola de um metro entre trilhos, em continuação do trecho existente e em tráfego de Lorena a Piquête, no Estado de São Paulo, em direção ao Planalto Central, passando por Itajubá e Pedra Branca, no Estado de Minas Gerais”.

La mais além: também concedia privilégio, nas mesmas condições, “para construção, uso e gôzo do prolongamento dessa estrada de ferro da estação de Lorena, no Estado de São Paulo, até o ponto mais conveniente do *litoral do Estado do Rio de Janeiro*, entre Mambucaba e Angra dos Reis, podendo entroncar no ramal de Itacuruçá”.

E mais ainda: concedia privilégio “para construção, uso e gôzo de melhoramentos do *pôrto* que fôr preferido”.

O concessionário deveria utilizar a energia hidrelétrica, quer na via férrea, como nos serviços do cais do pôrto; e promover a *colonização* das terras servidas pela estrada de ferro e o melhor aproveitamento das que estivessem na região atravessada, “mediante facilidades e reduções das tarifas de transporte para os gêneros de produção nacional, máquinas agrícolas e industriais, reprodutores de raça pecuária de qualquer espécie e aplicação do excesso de energia hidrelétrica” para o estabelecimento de *fábricas e indústrias*.

Era uma iniciativa do mais alto alcance e, sob certos aspectos, arrojada demais para a época.

Vantagens da iniciativa

Em primeiro lugar, cumpre acentuar que a via férrea prevista deveria ser movida por *energia elétrica*, fôrça esta que seria obtida pelo aproveitamento das quedas d'água existentes e não aproveitadas, dentro de um raio de 20km para cada lado da estrada.

Em segundo lugar, com tal projeto, assegurava-se a ligação ferroviária entre o *sul de Minas* e o *litoral atlântico*. Seria desafogado o tráfego da ligação feita através da cidade de Cruzeiro, encurtando a distância de 200 para 80km entre esta cidade e a de Itajubá, com a possibilidade de carrear a produção agropecuária, não apenas daquela região de Minas Gerais, como ainda da região da Mogiana, em terras paulistas.

Em terceiro lugar, daria aos mineiros um *pôrto de mar*, que seria localizado provavelmente em Mambucaba, no Estado do Rio de Janeiro, situada a pouco mais de 100km da cidade de Lorena.

Em quarto lugar, viria promover e estimular a *colonização* e o *povoamento* de uma extensa região, até hoje pouco habitada e praticamente inaproveitada.

Em quinto lugar, finalmente, permitiria que o *pôrto* de Mambucaba, amplo e profundo, pudesse transformar-se em importante *base naval*, contando inclusive com estaleiros. Em caso de guerra ou de convulsão interna, a produção da Fábrica de Pólvora de Piquête teria mais um escoadouro, além do existente — o *pôrto* do Rio de Janeiro.

Como acentuou o próprio Arnolfo Azevedo, em entrevista publicada no *Jornal do Comércio*, em 5 de setembro de 1918, e depois largamente reproduzida, poder-se-ia imaginar o prolongamento dessa estrada de ferro para além de Itajubá, no rumo do Planalto Central, em busca da então futura capital da República.

Razões de ordem humana, econômica e estratégico-militar justificavam plenamente a iniciativa. A entrada do Brasil na primeira Guerra Mundial fez com que a ligação de Lorena a Itajubá fosse considerada um imperativo para a defesa nacional, o que levou o Governo a abrir um crédito especial de 8.272 contos de réis e iniciar a construção através do 4.º Batalhão de Engenharia do Exército, deixando de abrir a projetada concorrência pública.

Entretanto, a obra não foi para frente. O conflito internacional veio a terminar em novembro de 1918; a era das vias férreas vivia seus derradeiros tempos, não tardaria a iniciar-se a era das rodovias.

Debalde COSTA RÊGO tentou reviver o assunto, através de sucessivos artigos publicados no *Correio da Manhã*, em 1936 e 1938 (3), da mesma forma que o Dr. José Galhanone, ao dirigir-se em ofício às autoridades federais, em 1938 e 1939. Debalde o coronel Luís Mariano de Andrade reavivou a idéia, em artigo publicado em *Novas Diretrizes*, em 1939. Debalde o *Diário de Notícias* lembrou o assunto, em 3 de agosto de 1940.

(3) Cf. RÊGO (Costa) — *A semente que brotou e Triunfo alcançado*, 1936; *Os Azevedos*, 4 de novembro de 1938.

A iniciativa de Arnolfo Azevedo, levada a efeito em 1917, caiu no esquecimento. É verdade que Lorena passou a ser ligada a Itajubá por uma excelente rodovia e Minas Gerais teve à sua disposição o pòrto de Angra dos Reis. Mas as ricas terras do Planalto da Bocaina, com seu clima excepcionalmente favorável (comparável ao de Campos do Jordão), continuam à espera de um efetivo povoamento e de sua real integração na vida do Estado de São Paulo e do país.

A Guerra e o estado de sítio

Compelido pelas circunstâncias, o Brasil (que havia rompido as relações diplomáticas no mês de abril) decretou o estado de guerra com o Império Alemão em fins de outubro de 1917. Mas o Governo Federal julgou que não bastava essa medida; urgia que, também, fôsse decretado o estado de sítio, para a melhor salvaguarda das instituições e da ordem pública.

Coube ao deputado Arnolfo Azevedo propor a decretação dessa medida de caráter excepcional. E explicou à Câmara as razões por que o fazia⁽⁴⁾.

Não tivera em mira dar ao Governo os poderes do estado de guerra contra os súditos inimigos, porque, para estes, não era admissível que houvesse a Constituição assegurado outras garantias, além das decorrentes do Direito das Gentes. Não procurara, outrossim, alcançar os brasileiros e estrangeiros amigos do Brasil, porque bastavam o patriotismo daqueles e a amizade destes.

O estado de guerra armava o Governo com os necessários recursos legais contra nossos inimigos. Mas não lhe fornecia os mesmos meios de defesa contra os *amigos de nossos inimigos*, existentes dentro do território nacional — brasileiros de nascimento, naturalizados ou estrangeiros não-inimigos —, os quais continuavam no pleno gôzo das garantias asseguradas pela Constituição. Somente o estado de sítio poderia neutralizar ou suspender tais regalias.

"Deixar no território do país, um ou mais pontos, em que tais garantias sem restrições vigorem, vale o mesmo que convidar os *amigos de nossos inimigos* para o gôzo confortável de um asilo seguro e inviolável,

(4) Cf. DOCUMENTOS PARLAMENTARES — *Estado de Sítio* (O Brasil em estado de guerra com a Alemanha), vol. 8.º, pp. 151-153, Rio de Janeiro, 1925.

onde, impunemente e desassombrados, poderão agir contra a segurança de nossa Pátria, a integridade de nosso território e a nossa própria existência.”

Em sua opinião, não deveria haver limitações quanto à medida proposta, nem quanto à área, nem quanto ao prazo; estender-se-ia a todo o território nacional, enquanto durasse o estado de guerra.

Todavia, assim não pensou a maioria do Congresso, que, a 16 de novembro de 1917, o aprovou nos termos limitativos propostos pelo senador Rui Barbosa: o presidente da República ficava autorizado “a decretar o estado de sítio, para fins constitucionais, nas partes do território da União, onde o exigirem as necessidades e os deveres da situação, em que se acha o país, pela guerra que lhe impôs a Alemanha”.

Contra êsse texto protestara nosso biografado, pois julgava que o Govêrno ficava tolhido e significava um verdadeiro “presente de grego”, que se oferecia ao chefe da Nação.

A 17 de novembro, foi decretado o estado de sítio para o então Distrito Federal e para os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com vigência até 31 de dezembro de 1917. Em seguida, foi o mesmo prorrogado até 26 de fevereiro de 1918 e, depois, desde 6 de março até 31 de dezembro dêsse mesmo ano.

O assunto voltou à baila quando, em julho de 1918, a comissão de Constituição e Justiça teve de opinar sôbre os atos e medidas de exceção praticados pelo Poder Executivo, durante a vigência do estado de sítio.

Em 27 de julho de 1918, Arnolfo Azevedo deu seu voto ao parecer relatado, naquela comissão, pelo deputado Afrânio de Melo Franco.

Tendo impugnado o estado de sítio decretado pelo presidente Hermes da Fonseca em 1914 e proposto a revogação do respectivo decreto por incluí-lo “entre os atos ilegais e inconstitucionais que mais o sejam”, mas tendo sido, por outro lado, o autor da proposta para que se declarasse o estado de sítio em 1917 — não podia subscrever, em silêncio, aquêle parecer.

Sentia-se forçado a fundamentar seu voto, para que não se viesse a dizer que estava aceitando, naquela emergência, o que antes condenara. Demonstrou que nada havia de semelhante entre uma e outra das situações.

"De fato, nunca houve no Brasil um estado de sítio como o atual, em suas causas, em sua razão de ser, em seus efeitos, em suas conseqüências; é único; contra êle não valem os precedentes que possam ser razoavelmente invocados.

Nasceu afeiçoado às circunstâncias que o geraram e, com elas, por elas e na completa e absoluta conformidade delas tem de viver.

.....
 O que se queria, o que se desejava, o que se julgava necessário e imprescindível era *declarar o estado de sítio em todo o território nacional, enquanto durasse o estado de guerra*".

Se algum senão se tivesse de apontar no decreto de 6 de março de 1918 (que prorrogara o estado de sítio até 31 de dezembro) seria o de não ter o presidente da República declarado expressamente aquilo que o Congresso (então em recesso) teria logicamente efetivado.

"Se a Constituição permitisse a suspensão das garantias constitucionais, *ipso facto*, isto é, pela simples declaração do estado de guerra, não exigiria, como expressamente exige, que *um* dos motivos de declarar-se o estado de sítio fôsse a existência da guerra externa. A guerra legítima o sítio e só êste suspende as garantias".

Porque assim pensava, não via nenhuma exorbitância ou incorreção no ato do presidente da República decretando o estado de sítio até 31 de dezembro de 1918. A medida visava a defesa do país e a tranqüilidade nacional contra inimigos poderosos, "que, não estando em armas dentro do nosso território, estariam, sem ela, armados pelas garantias constitucionais contra as restrições de nossas leis de guerra".

Mostrou que aquêlê estado de sítio diferia substancialmente de outros, decretados por perturbação da ordem interna; nestes casos, sim, deveria haver vigilância e restrições por parte do Congresso Nacional. No caso em pauta, estavam em jôgo a defesa nacional, a segurança do país, nossa independência, a liberdade e a justiça, ameaçados por atos brutais de inimigos da humanidade.

A suspensão das garantias constitucionais fôra medida de alto alcance nacional e internacional. E somente o estado de sítio poderia fazê-lo.

Só tinha uma restrição doutrinária a opor ao parecer do deputado Melo Franco. Não via necessidade que fôsem aprovados pelo Congresso os atos praticados pelo Poder Executivo durante a vigência do estado de sítio. O que se deveria aprovar

ou suspender era o decreto do presidente da República, que prorrogara aquela situação de emergência na ausência do Congresso. Se não houvera exorbitância por parte do Poder Executivo, cumpria apenas mandar arquivar a mensagem presidencial; caso contrário, caberia à Câmara a iniciativa do processo de responsabilidade, denunciando o presidente da República.

“Não me parece constitucional a expressa aprovação de tais atos; ela deve ser tácita, ou melhor, a Constituição não a exige. Vem como consequência lógica do conhecimento perfeito deles, seguido do arquivamento da mensagem que os comunica. O Congresso ficou ciente e nada teve a promover” (5).

Com tais explicações e com essa única restrição de caráter doutrinário, Arnolfo Azevedo subscreveu o parecer do relator, na comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Os jornais do Rio de Janeiro noticiaram, com destaque, sua declaração de voto.

“Trabalhos Parlamentares”

Sem falar nos opúsculos já por nós citados, Arnolfo Azevedo publicou, em sua longa carreira de homem público, somente um livro.

Trata-se de volume de 16x24, com 275 páginas, em corpo 10, intitulado *Trabalhos Parlamentares*, com um subtítulo — *Alguns pareceres e discursos*. Em sua capa, como na página de rosto, ainda figuram outros esclarecimentos: *Intervenção nos Estados — Mobilização do crédito hipotecário rural — Autonomia municipal — 1915-16*. Foi impresso na cidade do Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional, no ano de 1917 — indicações que também figuram tanto na capa como na página de rosto.

Em sua apresentação (que traz a data de 25 de março de 1917), Arnolfo Azevedo esclarece que, ao publicar o livro, não pretendia “enriquecer as letras jurídicas nem conquistar glórias ou satisfazer vaidades”. Naquela “tentativa de arrancar ao completo olvido dos anais parlamentares êsses pequenos trechos de algumas questões importantes, que lograram interessar

(5) Cf. DOCUMENTOS PARLAMENTARES — Estado de sítio, vol. 8.º, pp. 239-243.

vivamente a opinião pública e o mundo político", obedecera à insistência de amigos, que benévola e generosamente, nêles haviam encontrado "algo de aproveitável aos que estudam problemas políticos e econômicos".

"São reproduzidos como foram feitos: não os retoquei nem corriji; e, como tôdas as produções ocasionais, nascidas no ambiente agitado de uma assembléia política, ressentem-se de falhas, de incorreções, de defeitos, que, por numerosos, não tive ânimo de emendar, ainda quando me não faltasse, como infelizmente falta, a capacidade de os tornar irrepreensíveis."

Não lhe coubera a iniciativa na escolha dos assuntos; submettera-se, também neste particular, aos mesmos amigos que o haviam levado àquela "ousada empresa de fazer um pequeno livro". Sentir-se-ia muito feliz, porém, se conseguisse com êle "proporcionar, aos que se interessam pelos altos destinos do nosso grande país, uma insignificante parcela de possível utilidade".

Como se vê, Arnolfo Azevedo apresentava-se modesta e despreziosamente perante o público. Oferecia-lhe o resultado de sua actividade parlamentar, "alguns modestos trabalhos, produzidos na Câmara dos Deputados, em 1915 e 1916", exactamente os dois anos mais activos e produtivos, como legislador e como jurista.

O livro contém a seguinte matéria:

I. *Intervenção no Estado do Rio*

Voto vencido (3 de fevereiro de 1915)

Discurso (3 de dezembro de 1916)

II. *Mobilização do crédito hipotecário rural*

Razões justificativas do projeto n.º 173, de 1915

Discurso (17 de novembro de 1915)

Redação final do projeto (2 de dezembro de 1915)

III. *Intervenção federal nos Estados*

Parecer sobre o caso do Espírito Santo (21 de junho de 1916)

Parecer da comissão de Finanças (27 de julho de 1916)

Discurso (11 de agosto de 1916)

Discurso (10 de agosto de 1916)

IV. *Organização municipal do Distrito Federal*

Projeto do deputado Melo Franco

Declaração de voto (5 de dezembro de 1916)



Arnolfo Azevedo e sua família

Com sua esposa e os nove filhos, ao comemorar as Bodas de Prata do casal, no Solar de Lorçna, a 10 de outubro de 1916 (Foto Quissak, Guaratinguá).

Embora não tenhamos elementos positivos para afirmá-lo, acreditamos que esse livro foi publicado às expensas do autor. O fato de haver sido impresso na Imprensa Nacional indica ter ficado pelo preço exato de seu custo. Ignoramos qual haja sido sua tiragem.

De qualquer forma, se realmente Arnolfo Azevedo o custeou (como tudo está a indicar), deve ter significado um sacrifício financeiro não pequeno. Maior ainda se levarmos em conta alguns pormenores de sua vida particular.

Nosso biografado não exercia a advocacia, não dispunha de fortuna própria, nem auferia nenhum lucro de sua propriedade rural — a Fazenda da Conceição e as que lhe foram anexadas —, mantidas sempre à custa de enormes sacrifícios. Vivía exclusivamente de seus subsídios de deputado; era — como êle costumava dizer — *político profissional*, tomada a expressão no seu bom e exato sentido, isto é, alguém que havia escolhido como profissão a Política e se dedicara exclusivamente à vida

pública. Em tôda sua longa carreira de parlamentar, jamais fêz a chamada "advocacia administrativa", como outros faziam e continuam a fazer; e oportunidades não lhe faltaram para isso.

Vivendo assim, tinha espôsa e nove filhos para sustentar, quatro do sexo masculino, cinco do sexo feminino. Em 1917, todos eram solteiros. A filha mais velha tinha 25 anos; as quatro restantes, 20, 17, 16 e 9 anos. Dos homens, o mais velho completara 23 anos, formara-se em Agronomia e applicava seus conhecimentos na própria Fazenda da Conceição, em Lorena. Seguia-se-lhe outro, com 19 anos, então estudando numa Escola de Engenharia Elétrica, na capital paulista. Os dois restantes eram menores, com 13 e 7 anos de idade.

A publicação do livro *Trabalhos Parlamentares*, sem pretender "conquistar glórias ou satisfazer vaidades", muito menos qualquer provento material, deve ter significado para Arnolfo Azevedo um sacrifício pecuniário. E não pequeno.

Assuntos vários

Na vida parlamentar de nosso biografado, conforme já acentuamos, o ano de 1918 e os seguintes, até encerrar-se a 10.^a legislatura (1920), foram pouco significativos. Três anos terríveis para sua vida política, porque viram-se indelêvelmente marcados por encarniçada luta na cidade de Lorena, dividida e agitada por ódios, como teremos oportunidade de referir no capítulo seguinte.

Apesar disso, encontramos em nosso arquivo, referentes ao ano de 1918, pelo menos duas notícias, ambas publicadas em *O País*, da cidade do Rio de Janeiro.

A primeira, vinda a lume provavelmente em setembro, comenta problemas da administração pública, sob o título de *Podêres harmônicos e independentes*. Refere-se a um projeto de autoria de Arnolfo Azevedo, destinado a regulamentar as licenças dos funcionários públicos, "em boa hora redigido pelo operoso e culto deputado por São Paulo", informando que sabia que nosso biografado, "de perfeito acôrdo com o futuro e próximo govêrno" (que seria o do conselheiro Rodrigues Alves, eleito para o quadriênio de 1918-22), pensava em apresentar um ou mais projetos destinados a afastar das delibera-

ções do Congresso certos assuntos, tais como a relevação de prescrição para os que se habilitavam ao recebimento do montepio, meio-soldo, pensões, etc., e dando ao Poder Executivo poderes, devidamente regradados, para solucionar tais casos.

Segundo a notícia em questão, Arnolfo Azevedo era "fundamentalmente contrário à praxe viciosa, das nossas casas legislativas, de fazer leis pessoais". As leis deveriam referir-se a casos gerais e, não, a casos individuais. O que se verificava, então, é que, com leis ou sem elas, apelava-se para o Congresso, a fim de resolver sobre assuntos que não lhe competia. Aplaudia a atitude do deputado paulista, porque era preciso pôr um paradeiro na verdadeira anarquia reinante, com a usurpação ou transferência de poderes, os quais, pela Constituição, deveriam ser harmônicos e independentes entre si. O Poder Legislativo vivia a delegar ao Executivo funções que exclusivamente lhe cabiam, ao mesmo tempo que exercia outras, de natureza executiva. Até mesmo o Judiciário vinha invadindo, de maneira não pequena, as esferas de ação dos dois outros poderes. Este, em síntese, o conteúdo da notícia.

A outra, mais longa, intitula-se *A mudança da capital da República para o planalto central de Goiás*, com um subtítulo — *O artigo 3.º da Constituição e a ventilação da idéia por dois deputados paulistas*. Data provavelmente de princípios de dezembro de 1918, talvez do dia 7.

Ao lê-la, percebe-se desde logo que quem a escreveu conhecia perfeitamente o tema. Não se trata de um trabalho feito às pressas na redação, mas de pequeno e fundamentado estudo, em que o problema é historiado e as vantagens da mudança da capital são bem demonstradas. Entre os argumentos favoráveis, cita o "de se acabar, de vez, com o costumeiro descontentamento do Norte do Brasil, sempre e sempre desconfiado do incessante progresso do Sul", como também o de transferir a sede do Governo "para um sítio de paz e de silêncio onde apenas se cuidasse da administração do país", mormente porque a cidade do Rio de Janeiro, cada vez mais cosmopolita, via-se agitada, de quando em quando, como acontecera havia pouco tempo, por perturbações anárquicas. Lembra o exemplo dos E. U. A., em que as capitais situam-se em cidades tranqüilas e as grandes metrópoles, os principais centros comerciais, têm governo autônomo.

Sobre o assunto, resolvera o articulista ouvir a opinião de dois deputados paulistas: Veiga Miranda, "um dos mais jovens

TELEPHONE EM TODOS OS ANDARES

PORTARIA
Teleph. Central 173



End. Telegr.
GRANDHOTEL

Telephone Central 1420

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1918

Meu caro - Wallace.

Que os seus pedidos de
... a este final já se encontram
de todo satisfatórios. Eu a mais
depois a os meus votos.

Dizem que os homens não
são os outros, não devem ter seu
dados de outros de oneroso sexo.

Mercúria! Se alguma coisa
em não se fizesse por si (na forma
de um entendimento em matéria
de laudáveis) esse seria o que se
gosta e esse bem que se faz.

É assim - que me sinto bem
sucesso que me a isto de fronta
de, aproximando-me de sua pessoa
e que de sua companhia, de

Carta de amigo

Do deputado Moreira Brandão, de Minas Gerais, escrita do "Grande Hotel" da Lapa, em 1918.

políticos da nova geração e brilhante jornalista”, e Arnolfo Azevedo, “uma das figuras de mais destaque, não só da sua bancada, como de toda a Câmara”. E continua, referindo-se ao nosso biografado:

“Espírito elevado, a sua palavra é sempre acatada, não só no seio da comissão de Justiça, como no meio dos seus pares. Retraído, mesmo debaixo desse seu feitio, seu nome é sempre lembrado como o de um homem de idéias, com enfiatura de estadista”.

Arnolfo Azevedo acabara de completar 50 anos de idade. Como não bajulava jornalistas (alguns deles chegaram a afirmar que uma distância de um metro, no mínimo, costumava separá-los...), as palavras atrás transcritas são muito significativas.

Sobre o tema, sua opinião foi exposta com grande ênfase, nos seguintes termos:

“Todos quantos na Câmara comigo conversam não deixam de apoiar a minha idéia, que é antiga, da mudança da capital. Desde que sou deputado, venho malhando sempre no mesmo assunto. Creio, não haverá espírito que destoe da unanimidade da opinião. A própria bancada do Distrito Federal, que, a princípio, se manifestava contra a mudança, hoje aprova-a de bom grado, diante da lição dos últimos acontecimentos anarquistas aqui desenrolados.

A cidade, deixando de ser capital, nada perderá; e a Nação muito virá a lucrar. Não perderia a cidade, porque nada tem a perder uma cidade — grandioso porto de mar, grande empório comercial, cujas iniciativas particulares não deixariam de se desenvolver. A administração do país melhoraria, longe de todas as solicitações de uma cidade cosmopolita e mundana, às quais nem mesmo o governo da República consegue escapar.

Ainda este ano pretendo redigir um projeto sobre a mudança da capital para o Planalto Central do Brasil e a maneira de se cumprir o que estabelece o artigo 3.º da Constituição”.

Como se vê, Arnolfo Azevedo merece figurar entre os que se bateram pela implantação da nova capital, que acabaria por ser a cidade de Brasília.

Em 1919, nosso biografado apresentou à Câmara um projeto de lei regulando a *expulsão de estrangeiros*, do território nacional. Infelizmente, não conhecemos pormenores sobre a medida proposta. Sabemos, apenas, que a iniciativa repercutiu entre os alemães e teuto-brasileiros do Vale do Itajaí, em terras catarinenses. Com certo destaque, *Der Urwaldsbote*, jornal da cidade de Blumenau, em sua edição de 21 de outubro de 1919,

noticiou o fato e resumiu os principais pontos do projeto de lei, num tópico escrito em alemão...

No mesmo ano, Arnolfo Azevedo tratou da reforma do *registro civil* (6). E, em 1920, abordou na Câmara Federal outros temas: o *alistamento eleitoral* (7), a *naturalização tácita de estrangeiros* (8), a reforma do *processo eleitoral* (9) e o *orçamento da receita* (10), sem falar no substitutivo, já por nós citado no cap. 6, referente à criação do *Supremo Conselho da República*.

Apesar de tudo, procurou ser digno do mandato que exercia na Câmara dos Deputados.

Foi por essa época que COSTA RÊGO veio a conhecer Arnolfo Azevedo, "grave e calado". Confessou que não podia vê-lo sem lembrar do Conselho de Estado e que chegou mesmo a pensar que "aquêlê deputado era homem de uma só idéia". Verificou, depois, que era exatamente o contrário, recordando sua atuação no referente à *expulsão de estrangeiros*, assunto que

"(...) foi durante algum tempo objeto infalível de reservas, porque o princípio liberal da Constituição, na parte atinente aos direitos do imigrante, nos induzia a fazer do Brasil uma fossa, onde se pudessem livremente despejar os detritos e impurezas de outros continentes. Expulsar um estrangeiro era como violar uma regra sagrada, mentir à hospitalidade, e o legislador empenhado na previsão dos casos que pedisse essa providência afigurava-se um instrumento obediente da plutocracia.

Arnolfo Azevedo enfrentou indiferente essas objurgatórias, demonstrando ao mesmo tempo sua visão de homem de Estado e sua integridade de homem puro e franco — a primeira pelo que se tem visto, sendo hoje imperativa a expulsão em tantas circunstâncias da vida ordinária; a segunda pelo desprezo da popularidade e do interesse eleitoral, sendo êle representante de um Estado onde as manipulações da política poderiam sofrer a influência de estrangeiros" (11).

(6) *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. 4, pp. 468-488 e 818-821; vol. 5, p. 90-91.

(7) *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. 11, pp. 935-936; vol. 12, pp. 29-30 e 33-34.

(8) *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. 13, pp. 70-72 e 111-114.

(9) *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. 13, pp. 291-292.

(10) *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. 15, pp. 359-362.

(11) Rêgo (Costa) — *Arnolfo Azevedo*, em *Correio da Manhã*, de 15 de janeiro de 1942.

Presidente do Estado de São Paulo?

Sob o ponto de vista político, o ano de 1919 foi particularmente difícil. Para Arnolfo Azevedo, em virtude da luta acérrima que se travava em Lorena. Para o país, porque a 16 de janeiro viera a falecer o conselheiro Rodrigues Alves, presidente da República, o governo encontrava-se nas mãos ílbias do vice-presidente Delfim Moreira e uma nova eleição presidencial teve de realizar-se.

Na presidência da República, após demoradas *démarches* políticas e uma extemporânea candidatura de Rui Barbosa, acabou por ficar um paraibano ilustre — o Dr. Epitácio da Silva Pessoa, eleito quando representava o país na Conferência da Paz, reunida em Versailles, e empossado a 28 de julho de 1919.

A presidência da Câmara Federal continuou nas mãos de Minas Gerais, na pessoa do deputado Astolfo Dutra, sucedido, em 1920, por outro mineiro — o deputado Bueno Brandão.

Em São Paulo, aproximava-se do fim de seu quadriênio o presidente Altino Arantes. Mas, já em março de 1919, passou-se a cogitar de sua sucessão.

Os recortes de jornais da época, que possuímos, expressam as marchas e contramarchas registradas nos bastidores da política paulista. Valer-nos-emos dêles, porque outros documentos não possuímos sobre o assunto.

A 19 de março de 1919, o *Correio da Manhã* afirmava que um político recém-chegado de São Paulo declarara que o senador Álvaro de Carvalho só não seria presidente do Estado se o não quisesse, já que tôdas as simpatias cercavam seu nome. O sr. Cardoso de Almeida não conseguiria obter a necessária maioria dentro da Comissão Central do Partido Republicano Paulista, cuja reunião estava marcada para o mês de setembro. Na hipótese de recusa do senador Álvaro de Carvalho, outros nomes haveriam de surgir. E acrescentava:

“Entre êles se destaca o do sr. Arnolfo Azevedo, cuja indicação fará a conciliação de todos os elementos situacionistas. O sr. Arnolfo é tido, mesmo, como o político que o sr. Álvaro de Carvalho lembrará para suceder ao Dr. Altino, se até lá não se resolver a presidir São Paulo”.

No dia 23 de março, o *Rio-Jornal* publicou um telegrama de seu correspondente na capital paulista, segundo o qual

“um ilustre político, muito chegado aos Campos Elíseos e à Comissão Central” informara-lhe que, naquele momento, os mais “papáveis” à sucessão do Dr. Altino Arantes eram os seguintes: Cardoso de Almeida, secretário da Fazenda; Washington Luís, prefeito de São Paulo; e Oscar Rodrigues Alves, secretário do Interior. Postos em jôgo estes três nomes, a luta política ocasionaria grande excitação de ânimos, o que os políticos mais ponderados estariam procurando evitar. E concluía:

“Se a intervenção pacífica destes últimos elementos prevalecer e se impuser, como se acredita, surgirá uma candidatura de conciliação, recaíndo a escolha no sr. Arnolfo Azevedo, deputado federal e político de muito descortino, com simpatias em todo o Estado”.

Essas simpatias por Arnolfo Azevedo, ao que parece, não eram tão grandes, como afirmava o citado correspondente. Possuímos um recorte, infelizmente sem indicação do jornal e da data, mas sem nenhuma dúvida publicado em São Paulo, onde se lê o seguinte:

“Os jornais cariocas, como de costume, querem nos empurrar Arnolfo Azevedo para nosso presidente. Interessante! É também a mesma fonte que nos quer impingir o Rui.

Isso, porém, é porque desconhecem que aqui temos homens de valor e de indiscutível prestígio popular, ao passo que, por ora, o sr. Azevedo só goza o prestígio que goza o sr. Albuquerque Lins: o de sua pessoa”.

Este noticiarista, evidentemente, era partidário exaltado de um dos três nomes que estavam sendo cogitados...

Mas, em sua invectiva um tanto insólita, não deixava de ter razão. Por atuar, desde 1903, no cenário da política nacional (cujo grande palco era a cidade do Rio de Janeiro) e por ser um dos representantes, na Câmara Federal, do Vale do Paraíba paulista (cujas ligações, naquela época, como até bem pouco tempo, eram mais estreitas com a capital da República, no que se refere aos contatos, como principalmente em relação aos órgãos de imprensa), Arnolfo Azevedo projetara sua personalidade, de maneira marcante, muito mais nos meios políticos do país, atuantes na Capital Federal, do que na cidade de São Paulo e nas demais áreas do Estado. Sem dúvida, era então um destacado *político nacional*, que, por muitas razões (entre as quais, seu próprio temperamento arredio, incapaz de procurar popularidade, fazer “promoção” ou cortejar a imprensa), continuava a ser pouco ou fracamente conhecido na

maior parte de seu Estado natal, de maneira especial em seu "centro vital", que, desde o Império, passara a localizar-se em pleno Planalto Paulista.

No dia 26 de março, *O Estado de São Paulo* publicou um telegrama de seu correspondente no Rio de Janeiro, que entrevistara sobre o assunto o senador Alfredo Ellis. Na opinião do representante paulista na Câmara Alta, o candidato natural à sucessão do Dr. Altino Arantes era o sr. Cardoso de Almeida, cujo nome já havia sido lembrado, em 1916, para a presidência do Estado. Em relação a outras figuras da política paulista, entendia que tanto Arnolfo Azevedo, como Washington Luís eram dignos da investidura.

Em *A Política*, de 28 de março, o tema foi também abordado, sendo citados os três nomes mais "papáveis": Álvaro de Carvalho, Washington Luís e Arnolfo Azevedo. Álvaro de Carvalho, líder no Senado Federal, destacara-se por sua atuação na sucessão presidencial do conselheiro Rodrigues Alves, quando encarnara o pensamento do situacionismo paulista. Seria um candidato viável se não se falasse também no nome de Arnolfo Azevedo, acrescentando:

"Realmente, este é um vulto que se pode medir com o do sr. Álvaro de Carvalho. É um político hábil, popular e, por isso mesmo, prestigiado".

Termina a notícia por afirmar que "não andaria muito longe da verdade quem julgasse provável a escolha do sr. Washington Luís".

O vaticínio estava certo. A 1.º de maio de 1920, o Dr. Washington Luís Pereira de Sousa assumiu a presidência do Estado de São Paulo, sucedendo a Altino Arantes.

Arnolfo Azevedo não ocupou, dessa vez, o alto posto, da mesma forma que não o ocuparia quatro anos mais tarde, quando muita gente pensava que viesse a acontecer, nem em 1927, quando faleceu súbitamente o presidente Carlos de Campos.

Na opinião de alguns, foi pena que isso não houvesse acontecido. Teriam sido outros os rumos da política nacional e o próprio destino da Primeira República?...

Mudança para o Rio de Janeiro

Amargurado pela luta política que se travava em Lorena, ameaçado em sua própria segurança pessoal e na tranqüilidade de sua família, endividado em virtude das despesas a que fôra levado a fazer naquela campanha sem tréguas, Arnolfo Azevedo tomou uma decisão suprema no primeiro semestre de 1919: vendeu sua Fazenda, de onde partiu, para sempre, no dia 31 de julho de 1919, deixando para trás grandes e imorredouras saudades. Após rápida permanência na casa de seu primo Dr. José Vicente de Azevedo, localizada em Lorena e então desocupada (a mesma que serve, hoje, de residência ao Bispo Diocesano), a partir de setembro passou a residir na capital da República.

Do Dr. Jônatas Pedrosa, ex-senador e ex-presidente do Estado do Amazonas, adquiriu um grande imóvel situado à *Rua Ibituruna* (antiga Campo Alegre), n.º 53, a meio-caminho entre as ruas Mariz e Barros, e General Canabarro, onde viria a funcionar, a partir de 1923, o Abrigo "Teresa de Jesus". Pudera comprá-lo com o dinheiro recebido pela venda da Fazenda, depois de pagas as dívidas que o assoberbavam.

A transição então verificada, para a família, foi relativamente suave. A largueza e à amplidão da casa e terras da Fazenda, sucedia-se uma nova residência, também grande e ampla, em termos de propriedade urbana. O prédio principal, de pé direito muito alto, tinha dois vastos andares, com cinco salas e doze quartos, além das dependências complementares; nêle havia deixado o senador Pedrosa muitos móveis, entre os quais uma pianola e imponentes camas construídas de gonçalo-alves. À direita dêsse prédio erguia-se uma outra casa, que passou a ser conhecida pelo nome de *chalé*, com oito cômodos, suficiente para alojar uma família. Em tórno, estendia-se amplo espaço ajardinado, com venerandas e portentosas árvores, uma estufa envidraçada, inúmeras árvores frutíferas (tamarindeiros, caramboleiros, sapotizeiros, abieiros, cajazeiros, cambucazeiros e muitas outras), um vasto viveiro cheio de pássaros e aves da Amazônia, seguido de extensa horta. Inegavelmente, era uma fazenda em miniatura, para alegria dos membros da família, então reduzida de um de seus membros — Antônio, que se casara em dezembro de 1918 e passara a residir nas vizinhanças de Barretos, em terras paulistas.

Em sua nova residência, Arnolfo Azevedo e sua família viveram cerca de quatro anos, passando as férias na cidade de Lorena (onde continuava residindo a Baronesa de Santa Eulália, sua mãe). Morava nessa casa, quando foi eleito presidente da Câmara Federal. Ali recebia, com frequência, os inúmeros parentes e amigos, residentes no Rio de Janeiro.

Em 1923, vendeu essa propriedade e passou a viver em casas alugadas. A princípio, à *Rua Voluntários da Pátria*, n.º 230, grande casa, com dois andares e porão habitável, cinco salas e dez quartos, hoje desaparecida e que se erguia não longe da esquina da Rua Sorocaba.

Em 1927, passou-se para a *Rua São Clemente*, n.º 403, na esquina da Rua Martins Ferreira, casa com um andar e porão habitável, oito salas e dez quartos. Ali foi encontrá-lo a Revolução de outubro de 1930, que pôs fim à sua vida pública.

À margem das atividades parlamentares

Lorena e Arnolfo Azevedo. Problemas com o Exército. Luta entre parentes. A carta de Machado Coelho. A resposta de Arnolfo Azevedo. Aspectos da luta política. Lorena dividida. Duelo pela imprensa. O pitoresco na tragédia. Ponto final.

Lorena e Arnolfo Azevedo

No coração afetoso de Arnolfo Azevedo, sempre ocupou a cidade de Lorena um lugar muito especial. Jamais a esqueceu durante as sete décadas de sua vida ou em toda sua carreira de homem público. Amava-a com um carinho verdadeiramente filial. Nela nascera, por ela tudo procurou fazer na medida de suas forças, a ela retornou no ocaso da existência, em seu solo foi sepultado.

Não nos cabe a tarefa de realçar ou enaltecere os serviços que prestou à sua cidade natal; mesmo que o pretendêssemos, não ficaria bem e não nos sentiríamos à vontade.

Outros já o fizeram com maior autoridade e as comemorações que, anualmente, se vêm realizando no dia 11 de novembro, data de seu natalício, demonstram que Lorena não se esqueceu de seu filho. Maior valor têm tais homenagens porque são promovidas e estimuladas por pessoas que não o conheceram pessoalmente, muitas delas nem sequer nascidas na cidade. Representam um tributo sincero, desinteressado, destituído de qualquer paixão. Um julgamento histórico.

No dia 11 de novembro de 1905, um jornal de Lorena — *O Município* estampou em sua primeira página, ocupando-a integralmente, verdadeiro estudo a respeito da vida e da obra de Arnolfo Azevedo, quando mal iniciara sua carreira de parlamentar federal. Já o citamos por duas vezes. Assina-o o futuro general SAMUEL DE OLIVEIRA.

Por ser ligado por laços de parentesco ao nosso biografado, o próprio articulista levantou o problema da suspeição, afir-

mando não ser capaz de inventar méritos inexistentes, porque não havia simpatia ou amizade que o obrigassem a bater palmas às pretensões da mediocridade. Era pouco afeiçoado aos elogios fáceis e às expansões exageradas, pecando, talvez, pelo retraimento, por uma certa desconfiança de seus julgamentos. Do mesmo teor era a natureza moral de nosso biografado.

"Pertence êle ao número dos homens que odeiam o espalhafato, que detestam essas exibições de gentileza fementida, com que, de ordinário, se procuram forrar as almas hipócritas e squiosas da estima pública.

Mas, travaí relações íntimas com êle; estudaí-o no seio da família e da sociedade, e vereis que realmente se trata de um homem com os requisitos indispensáveis para ficar acima do nível das vulgaridades. A sua vida é uma como peça inteiriça, feita de inteligência, trabalho, energia e honestidade."

Depois de acentuar-lhe os traços biográficos e lembrar sua atuação política, escreveu:

"Arnolfo não é desses patriotas de coração pequenino, onde só cabe a pátria no sentido restrito, estreito, acanhado. Ao contrário: a pátria para êle é a Grande Pátria, é o Brasil — de norte a sul e de leste a oeste — o Brasil todo inteiro, sem nada lhe faltar. O *lorenense* não apaga o *paulista*, e o paulista não obscurece o *brasileiro*. Quando faz pelo Município, é com o intuito superior de melhorar o Estado; quando trabalha em prol do Estado, é com o fim mais elevado de engrandecer a União".

Como político, Arnolfo Azevedo não era subserviente, nem escravo da oligarquia. Não transformava seu diploma de deputado em escritura de venda dos grandes sentimentos que caracterizavam o verdadeiro homem público. Demonstrara-o ao renunciar ao seu mandato de deputado estadual, em 1899, da mesma forma que, em época recente, ao bater-se pelo nome de Campos Sales como candidato à sucessão de Rodrigues Alves. Muitos haviam tachado sua atitude, neste último caso, como loucura... "O que é certo é que ninguém procedeu mais corajosamente, mais lealmente, mais resolutamente."

Seis anos depois, a 11 de novembro de 1911, o jornal *O Popular*, da cidade paulista de Salesópolis, publicou uma edição especial dedicada a nosso biografado. Trata-se de um folheto de 26 páginas, modestamente impresso, mas bastante significativo, porque contém as homenagens de seus admiradores do Vale do Paraíba, através de artigos assinados ou não.

No primeiro artigo, afirma-se que "nenhum lorenense, até hoje, trabalhou com tanto ardor pelo engrandecimento dessa localidade como o Dr. Arnolfo Azevedo". A êle eram devidos:

o abastecimento d'água, o Mercado, o Matadouro Municipal, o Jardim Público, o Lazareto, a rêde de esgotos, a iluminação elétrica (1). Seu nome estava ligado ao Ginásio de São Joaquim, ao Grupo Escolar, ao ramal férreo de Lorena a Piquête, ao Quartel do 53.º Batalhão de Caçadores.

Sob sua direção, Lorena era, com justiça, chamada de *terra da liberdade*. Ao passo que, em muitas localidades do Estado, as eleições eram simuladas, muito pelo contrário ali os eleitores compareciam em massa aos comícios eleitorais. Isto acontecia porque, em Lorena, “respeita-se a liberdade de voto, porque não se falseiam eleições, porque, finalmente, dá-se valor social e político ao eleitor”.

Muitos anos mais tarde, outros escreveram a respeito da contribuição de nosso biografado para o bem de Lorena: FAUSTINO CÉSAR, em sua *Resenha Histórica de Lorena* (1928); JOSÉ GALHANONE, na monografia — *Lorena e o Dr. Arnolfo Azevedo* (1938); ANTÔNIO DA GAMA RODRIGUES, no livro “*Gens Lorenensis*” (1956, págs. 125-126).

Mais não diremos.

Problemas com o Exército

Em princípios do ano de 1916, Lorena e Piquête passaram a figurar nas manchetes dos jornais cariocas. E, com as duas cidades, também Arnolfo Azevedo.

É uma história longa, mesquinha, cansativa, que iremos reduzir aos seus fatos essenciais. Mas apresentou um aspecto grave: envolvia oficiais do Exército e acabou indo parar nas mãos do então ministro da Guerra, general Caetano de Faria.

As origens do desagradável incidente remontavam ao tempo da Campanha Civilista e ao govêrno de Hermes da Fonseca. Inaugurada a Fábrica de Pólvora sem Fumaça (1909), oficialidade e praças, que ali trabalhavam, tomaram decidida posição em favor da candidatura do marechal Hermes da Fonseca; e, na eleição de 1.º de março de 1910, deram-lhe a vitória (em violento contraste com o registrado em Lorena, onde Rui

(1) Em 1876, o Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo havia tido a alegria de inaugurar a iluminação a querosene, na cidade de Lorena. Coube a seu filho, 35 anos depois, ter idêntica satisfação ao inaugurar a iluminação elétrica.

Barbosa foi o vitorioso) e para grande mágoa de Arnolfo Azevedo.

Por essa época, já se havia destacado por suas atitudes políticas o tenente Antônio Ribeiro de Resende. E, desde então, passou a existir em Piquête uma espécie de *partido militar*, suficientemente forte pelo número de seus integrantes e capaz de influir nas eleições locais. Como é de se esperar, êsse grupo não via com bons olhos a direção política de nosso biografado, em virtude de seu "civilismo", e não tardou a hostilizá-lo e a seus correligionários piquetenses, chefiados por José de Brito, de maneira clara e ostensiva.

Arnolfo Azevedo tudo fêz para não interferir na situação ali reinante, na certeza de que, com o tempo, as paixões se dissipariam, ainda mais porque o ministro da Guerra proibira que os oficiais do Exército se envolvessem em lutas políticas.

Muito pelo contrário, a situação foi-se tornando cada vez mais grave. Os operários civis, que trabalhavam na Fábrica, passaram a ser coagidos a votar com o grupo militar: uns se submeteram, com receio de represálias; outros, que se rebelaram contra essa tutela, chegaram mesmo a ser demitidos, sob a alegação de motivos outros, naturalmente.

Consultado por muitos dêses eleitores de Piquête, Arnolfo Azevedo aconselhou-os a obedecerem a seus superiores. Assim agira, porque ficara constrangido ao verificar o desespêro de alguns, votando contra a própria consciência, e porque temia que outros mais viessem a perder seus empregos.

De outra parte, dirigiu-se em caráter particular ao diretor da Fábrica, coronel Aquiles Pederneiras, concitando-o a pôr um paradeiro àquela desagradável e vexatória situação.

O coronel Pederneiras mandou que o tenente Resende entrasse em contato pessoal com Arnolfo Azevedo, o que de fato aconteceu, na cidade de Lorena. Nesse encontro, o referido militar sugeriu uma reorganização na política de Piquête, de maneira a que os militares dela participassem diretamente. Depois de submeter a proposta a seus correligionários piquetenses, Arnolfo Azevedo redigiu os termos do acôrdo a ser feito, segundo o qual determinados cargos políticos ficariam nas mãos dos militares e outros com os civis.

Na primeira eleição municipal que se feriu, o acôrdo foi desfeito e os correligionários de nosso biografado, sentindo-se burlados, recorreram ao Judiciário, com o objetivo de anular o pleito.

Até aí tudo vinha decorrendo sem nenhuma publicidade, como um simples episódio de política de campanário.

Sabedor, porém, do que estava acontecendo, o ministro da Guerra chamou à ordem o tenente Resende (janeiro de 1916). Ora, o diretor de *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, era o jornalista Leônidas de Resende, seu irmão; e este mesmo jornal fôra o veiculador da mentira de que resultara o caso da *Fazenda Amarela*, já por nós referido no cap. 7.

Dai gerou-se a publicidade em tórno do assunto, um bate-bôca pela imprensa. O jornal carioca publicou entrevista com o tenente Resende e pôs-se a injuriar a Arnolfo Azevedo. O próprio ministro da Guerra viu-se envolvido, voltando atrás em sua censura e deu a entender que os culpados da situação criada eram os políticos civis de Piquête, o que, evidentemente, também atingia a pessoa de seu chefe.

Com data de 3 de fevereiro de 1916, nosso biografado escreveu longa e pormenorizada carta ao ministro da Guerra, relatando tudo quanto se passara, desde suas origens remotas até à situação desagradável que se viera a criar. Os jornais da época divulgaram o documento na íntegra.

O tenente Resende, através do *Correio da Manhã* (7-II), respondeu a essa carta, dando sua versão do caso. *O Imparcial* voltou à carga, atacando mais uma vez Arnolfo Azevedo. Durante o mês de fevereiro, as manchetes dos jornais chamaram a atenção do público para *O caso de Piquête* ou *A política no ministério da Guerra*, quando não *A politicagem no Exército*.

Os recortes de jornais, que possuímos, silenciam sobre o assunto, a partir de março de 1916. A última notícia, que figura em nosso arquivo, é do *Jornal do Comércio*, de 5 de março. Chega, até, a ter uma certa graça:

“O sr. ministro da Guerra, respondendo a uma consulta do Diretor da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, sobre a possibilidade de poder o mestre do 2.º grupo *Kantionilho Caramuru Pauferro* exercer o cargo de Prefeito de Piquête, para o qual foi eleito, declarou que a natureza especial da dita Fábrica e a circunstância de estar todo o pessoal sujeito ao regime disciplinar militar, como preceitua o art. 57 do regulamento respectivo, justificam tornar-se extensiva aos civis a doutrina, já firmada para os militares, que não permite a posse e exercício de cargos de eleição municipal sem prévia licença do ministério da Guerra”.

Dêsse modo, o sr. *Kantionilho Caramuru Pauferro* deixou de ser prefeito municipal de Piquête.

Luta entre parentes

Sob certos aspectos, a luta política que se travou em Lorena a partir de 1918, prolongando-se por cerca de três anos, faz lembrar outras registradas ao tempo do Império. Com violência comparável, se bem que não chegasse, felizmente, ao assassinato dos chefes em antagonismo, como aconteceu com o do coronel José Vicente de Azevedo, verificado em 1869⁽²⁾. Uma luta entre parentes e, a exemplo do que sucedera no passado, entre representantes de duas famílias — a dos *Moreira* e a dos *Azevedo*, unidas por um ascendente comum, mas desde o Império separadas no terreno político — os *Moreira* pertencentes ao *Partido Liberal* e os *Azevedo* pertencentes ao *Partido Conservador*.

Com a proclamação da República, tais diferenças não tinham mais razão de ser e, pelo menos na aparência, haviam desaparecido. É verdade que, desde 1894 até 1899 e a partir de 1902, a direção política de Lorena encontrava-se nas mãos de Arnolfo Azevedo. Mas também é fato que, durante todo esse período, nenhum representante da família *Moreira* pretendia tomar parte na política local, muito menos fôra disso impedido.

Talvez por simples coincidência, os expoentes das forças que se opuseram, em 1918, contra a direção política de nosso biografado na cidade de Lorena pertenciam ou estavam ligados por laços de casamento à família *Moreira*: o Dr. José Machado Coelho de Castro e o Dr. Antônio da Gama Rodrigues.

O Dr. *José Machado Coelho de Castro*, mais conhecido por *Machado Coelho* e, na intimidade por *José Coelho*, nascera na cidade de Lorena em 1887 e formara-se em Direito. Era filho do Dr. Carlos Machado Coelho de Castro (1857-1900) e de Dona Durvalina Moreira de Castro Lima, que, em segundas núpcias, viria a casar-se com o sr. José Leite Pereira Júnior. Dona Durvalina, por sua vez, era filha do Dr. Getúlio Moreira de Castro Lima, irmão da Baronesa de Santa Eulália. Em duas palavras: Machado Coelho era primo de Arnolfo Azevedo, pelo lado materno, e seu avô era tio de nosso biografado.

O Dr. *Antônio da Gama Rodrigues*, mais conhecido por *Dr. Gama*, nascera na Bahia em 1876 e formara-se em Medi-

(2) Cf. AZEVEDO (Aroldo de) — *Arnolfo Azevedo: infância e adolescência*, pp. 15-16.

cina. Passou a pertencer à família graças a seu casamento com Dona Leduína (Lili) de Castro Lima Braga, filha de Arlindo Teófilo Moreira de Castro Lima de Antunes Braga e de sua prima Dona Carlota (Carlottinha) Moreira de Castro Lima. Por sua vez, Dona Carlottinha era filha do Barão de Castro Lima, irmão da Baronesa de Santa Eulália. Em duas palavras: Dona Lili, espósa do Dr. Gama Rodrigues, era prima de Arnolfo Azevedo, também pelo lado materno, e seu avô era, da mesma forma, tio de nosso biografado.

O Dr. Machado Coelho era muito mais do que um simples primo de Arnolfo Azevedo. Fôra sempre tratado como um filho: nosso biografado era seu padrinho de casamento, orientou-o nos estudos jurídicos, encaminhou-o na carreira, obtendo-lhe o cargo de promotor público na cidade de Cunha (SP). Unira-se ainda mais à família com seu casamento com Dona Leonor da Ponte Ribeiro (1893-1912), também prima de Arnolfo Azevedo, mas pelo lado paterno, pois era filha do Dr. Henrique da Ponte Ribeiro e de Dona Adelina Rodrigues Ferreira, esta irmã do Barão de Santa Eulália. Depois de viúvo, contraíra segundas núpcias (fevereiro de 1917) com Dona Odila Silva, nascida em Milão e possuidora de avultada fortuna.

O Dr. Gama Rodrigues fixara residência em Lorena e, sem demora, destacou-se como excelente médico, caritativo, passando a contar com larga clientela; e não poucas vêzes prestou serviços profissionais à família de nosso biografado.

Foram êses os dois representantes da família Moreira que se colocaram em oposição a Arnolfo Azevedo, a partir de 1918, fazendo desencadear na cidade de Lorena uma das mais feroces e agitadas campanhas políticas, dentre as registradas em sua existência bicentenária.

Uma página triste, dolorosa, amarga e mesquinha da história lorenaense, que, com desprazer, vamos tentar aqui reconstituir apenas em seus aspectos essenciais. Não nos sentimos à vontade ao rememorar-la. Que outros o façam sem o mesmo constrangimento e com maior capacidade.

Referindo-se a essa fase agitada da vida política de seu espóso, Dona Dulce escreveu em suas *Memórias Íntimas* estas frases singelas:

"Arnolfo sofreu as maiores injustiças que se possa imaginar; e eu, espírito mais fraco, senti-me doente e abalada, diante de tanta miséria e ingratidão".

“As coisas chegaram a tal ponto que parecia que o fim não poderia ser bom, que haveria de ser funesto forçosamente.

No entanto, o bom senso foi aparecendo em alguns, a razão em outros, e assim se fez a paz de novo na querida cidade de Lorena.

Benditos sejam aquêles que concorreram para trazer o sossego e a união na família lorensense. Pedimos a Nossa Senhora que sempre os proteja pelo bem que fizeram a esta terra!”

A carta de Machado Coelho

Ao iniciar-se o ano de 1918, a situação política em Lorena parecia perfeitamente tranqüila e as relações pessoais entre os primos eram inteiramente normais. No dia 3 de março, Machado Coelho esteve na Fazenda da Conceição, tomando parte na reunião familiar então realizada. Foi a última vez em que juntos estiveram como amigos e como parentes.

Dias depois, trazendo a data de 14 de março de 1918, recebeu nosso biografado uma longa carta de Machado Coelho, cuja íntegra foi publicada no jornal lorensense *A Cidade*, em sua edição de 10 de novembro do mesmo ano.

Nesse documento, afirma que, desde os bancos acadêmicos, vinha sonhando em fazer política em Lorena, na esperança de realizar algo de útil à Pátria e ao torrão natal; e disso cientificara nosso biografado.

“Você respondeu sistematicamente ser preciso o tirocínio político. Para fazer êsse tirocínio, entretanto, nunca fui lembrado, apesar das muitas ocasiões que se apresentavam.”

Diante dessa esquivança, procurara asfixiar seu ideal político, embora isso custasse não pequenas lutas íntimas. E passara a responder, às interpelações dos amigos, que nada desejava na política.

Entretanto, naqueles dias, um grupo de amigos comuns sugerira que viesse a pleitear a vaga de vereador existente na Câmara Municipal. Mas, com surpresa, encontrara resistência da parte de Arnolfo Azevedo, que levantara o problema do tempo de residência na cidade e teria afirmado que, na realidade, o que êle pretendia era uma cadeira na Câmara Estadual.

“A dúvida da sua má vontade, que há anos me desperta no espírito um sentimento de tristeza, tornou-se realidade incontestável. Acredito na

sinceridade de sua afeição por mim, a qual é leal e sinceramente retribuída; mas tenho certeza, também, que colossal é a má vontade para comigo no que se refere à política de Lorena."

Sentiu-se ferido em seu amor próprio diante do repúdio à sua pretensão em candidatar-se à vereança.

"Digo repúdio, porque você me há de fazer justiça, me não julgando tão estulto que acredite simploriamente que, se de fato você quisesse, a questão de residência fôsse um embaraço sério para a minha eleição."

Lembrou que existiam dificuldades quanto ao preenchimento da vaga de vereador e que Arnolfo Azevedo não poderia fazer monopólio do amor-próprio. Confessou que, de fato, pensara poder um dia saltar da Câmara Municipal para a Câmara Estadual, isto porque a situação do Dr. José Vicente de Azevedo, que vinha exercendo o mandato de deputado estadual, era "precária e insustentável perante a manifesta má vontade de quase todos os amigos" de nosso biografado. E não compreendia como viesse a prevalecer "a vontade individual de um chefe, em desacôrdo com a quase unanimidade dos elementos eleitorais que o sustentam".

"Preza-se você de ser um bom republicano, cuja vida pública, há 15 anos, acompanho com admiração. Assim sendo, não tem o direito de abraçar a atitude que hoje assume o caso do Dr. José Vicente. Foi antevendo a minha pretensão futura de representar a minha terra na Câmara dos Deputados, abrindo logicamente luta contra aquêlê candidato que goza de antipatia universal dos seus concorrentes, que você dificulta e dificultará tôda e qualquer pretensão que venha eu ter na política de Lorena."

Em sua opinião, mais natural seria que Arnolfo Azevedo procurasse outro candidato seu conterrâneo, "capaz de bem zelar pelos interesses de Lorena, não sacrificando a sua representação no Congresso do Estado". Considerava condenável aquêlê processo político "de esmagar a consciência popular, para se fazer prevalecer a todo transe as resoluções pessoais". Tais usurpações acabariam por ocasionar desgostos e nunca um homem público perderia por transigir a favor das boas normas políticas.

Se quisesse, poderia pleitear uma cadeira de deputado federal pelo então Distrito Federal. Mas a "política mercenária" existente na capital da República não o seduzia; preferia prestar serviços à sua terra natal, na pujança de seus 30 anos de idade.

Meditando sobre tôdas essas circunstâncias, resolvera aceitar a indicação de seus amigos, mas sem pretender modificar a direção política de Lorena. Não se julgava "um doidivanas, que caminha por esta vida à mercê das insinuações" e não desejava um rompimento político. Como lorenense e amigo, "tendo todos os elementos para vencer na vida", ver-se-ia sempre obrigado a sopitar seus ideais políticos? Teria Arnolfo Azevedo consultado o partido que dirigia, ao assumir aquela atitude de franca hostilidade? Por que romper, se não existia discordância de princípios entre ambos, nem demonstrara desejos de "invadir o reduto" do prestígio de nosso biografado? Por que teimar em sustentar um candidato "condenado pela maioria do seu eleitorado", com o sacrifício dos "ideais de um môço, cuja única aspiração é trabalhar pela cidade que o viu nascer"? Que Arnolfo Azevedo fizesse um plebiscito e consultasse o eleitorado que tão longe dêle vivia: "a sua consciência republicana há de o fazer retroceder nessa imposição, que é uma afronta para o brio dos seus companheiros".

Soubera que nosso biografado afirmara que quem não votasse no Dr. José Vicente seria considerado um inimigo. Então, naquela cidade, ninguém mais poderia ter o direito de opinião? "Deus livre a República dessa inovação execranda de servidão à disciplina partidária."

"A sua repulsa à minha candidatura a vereador em Lorena e a má vontade em me criar uma situação na política do meu Estado cobrem-me de ridículo perante os meus conterrâneos. A questão de residência é sofisma seu. Onde residio eu? Sempre foi Lorena a minha residência. Antes de casado, a casa de minha mãe foi sempre o meu pouso forçado na jornada da luta pela vida. Hoje, é ela ainda a única casa onde posso provar que residio. No Rio não é a minha residência, pois lá não tenho casa de morada. Estou fazendo uma, onde poderei morar futuramente, mas onde ainda não residio. Aqui estão os meus móveis, aqui também vou edificar, aqui estou no meio de minha família, onde sempre vivi. Não queira fazer de mim um judeu errante."

Lembrou que, por muito tempo, existira um vereador de Lorena, cuja residência ficava em Cachoeira. Por que, naquele instante, levantar objeções dessa natureza? A resposta era simples: porque seu ideal iria mais longe e derrotaria, fatalmente, na primeira eleição, o Dr. José Vicente, "um candidato decadente, sem elementos, valetudinário".

"Prefere você as honras da possível derrota ao lado do Dr. José Vicente, à possibilidade de uma vitória, de quem é tão seu amigo quanto êle e seria bem mais útil à sua terra, do que êle tem sido? Fico muito agradecido pela preferência."

Encerrando sua carta, Machado Coelho pediu que fôsem separadas a luta política e as relações pessoais, pois era bem conhecida a veneração que tinha pela espôsa de nosso biografado e desejava manter a amizade existente com seus filhos. Que ao menos se salvassem as relações íntimas. E assim concluiu:

"Consciente dos deveres que me assistem e dos direitos que, como cidadão livre, sou obrigado a defender, cá estou de viseira erguida para dizer a você e a quem quiser ouvir, que não aceito diminuições, que os cargos eleitorais não são privilégio de ninguém, e que lutarei até o impossível para que o meu brio e o meu caráter não sofram arranhaduras de qualquer espécie. Isso, estou absolutamente certo, faria você se se encontrasse em situação análoga à minha e faço justiça ao seu caráter, julgando-o assim.

Adeus, Arnolfo. Deus evite o nosso rompimento, porque seria com enorme mágoa para mim que êle se daria.

Abrços do

M. Coelho".

Lendo-se esta carta, decorrido meio século e sem nenhuma paixão, percebe-se (e seu autor o afirma com tôdas as letras) que o Dr. Machado Coelho aspirava fazer política em sua terra natal e em seu Estado, ascendendo o mais depressa possível os degraus da vida pública. Aspiração perfeitamente justa, que se esboçara nos bancos acadêmicos e que se fortalecera com o correr dos anos.

Verifica-se, também, que existia um obstáculo legal, referente à questão de domicílio, o qual se antepunha, no momento, às pretensões do Dr. Machado Coelho a candidatar-se como vereador. Na opinião dêle era uma dificuldade fácil de ser contornada, bastando a boa vontade de Arnolfo Azevedo e tendo como base precedente anterior. Esqueceu-se, porém, de que nosso biografado não era homem para passar por cima da lei, mormente em se tratando de um primo, afilhado, amigo dos mais íntimos.

Ressalta da carta, claramente, que não era a vereança de Lorena que mais atraía o Dr. Machado Coelho e, sim, o pôsto de deputado à Câmara Estadual. Pretensão também perfeitamente justa, porque inteligência, mocidade e brilho no falar não lhe faltavam. Acontece, porém, que a única vaga que lhe poderia caber era a do Dr. José Vicente de Azevedo, também lorenense, que de longa data vinha representando a cidade de Lorena naquela assembléia do Estado, com honradez e profi-

ciência: exercera o mandato ao tempo do Império (1884-89), da mesma forma que, sob o regime republicano, desde 1898 o vinha exercendo, sem interrupção, até a legislatura iniciada em 1916 e que deveria encerrar-se naquele ano de 1918. Tinha então 58 anos de idade, não poderia ser tachado de "valetudinário", tanto assim que viveu até 1944, quando faleceu com 85 anos incompletos, após haver prestado inestimáveis serviços à coletividade⁽³⁾.

Sem falar noutras razões de natureza política, que serão apontadas a seguir, Arnolfo Azevedo teria de decidir-se entre dois parentes e amigos, naquela emergência: de um lado, um experimentado parlamentar, contra o qual não se apontava nenhum deslize em sua longa vida pública; de outro, um homem de 30 anos, não radicado na cidade e no Estado (a não ser pelo nascimento e pelos laços de família), que exercera, por poucos anos, uma promotoria pública e uma delegacia de polícia, esta na capital da República.

Forçosamente, Arnolfo Azevedo teria de optar pelo nome do Dr. José Vicente de Azevedo.

A resposta de Arnolfo Azevedo

Tem a data de 16 de março de 1918 a resposta dada por nosso biografado à carta de Machado Coelho. Não é tão longa como a deste e assim se inicia:

"José

Recebi ontem sua carta datada de 14, em que me faz a comunicação de haver assumido uma atitude de franca hostilidade à minha orientação na direção política de Lorena.

Os termos em que está redigida mal ocultam o propósito de criar imaginários agravos e supostas injustiças para acobertar intenções, que em toda ela se denunciam.

Não devia responder; mas — em consideração à sua mãe, a quem me prendem velhos laços de sincera amizade, à sua senhora, por quem tenho a mais cordial simpatia e afeição, e aos sentimentos por V. manifestados e que até bem pouco julguei sinceros — envio-lhe estas linhas, nas quais V. só encontrará fatos e coisas que está farto de conhecer, mas onde elas poderão colhêr os elementos para ajuizar, com segurança, da conduta de cada um de nós".

(3) Cf. AZEVEDO (Aroldo de) — *José Vicente de Azevedo* (Sua vida e sua obra), separata da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", São Paulo, 1962.

Em seguida, acentua que não era um político que só alardeava nunca sacrificar a lei a seus próprios interesses.

“Sou, de fato, um homem público que tem sacrificado toda a espécie de próprios interesses à verdade e às conveniências públicas, sem disso fazer alarde.”

Por isso mesmo, levantara uma única objeção à candidatura de Machado Coelho à vereança municipal: o respeito à lei, que textualmente estatua — “são elegíveis para os cargos de vereador, de prefeito, de subprefeito *os eleitores do município, que nêle tenham ao menos um ano de domicílio*”.

Ora, Machado Coelho não era eleitor em Lorena, nem tinha domicílio na cidade. Desde 1914 até abril ou maio de 1917, exercera o cargo de delegado de polícia na capital da República, onde residira, à Rua Senador Vergueiro n.º 86, até a segunda quinzena de janeiro de 1918. De outra parte, o próprio destinatário declarara, em sua carta, que até o dia 3 de março não pensara em envolver-se na política local.

Em consequência, fácil era concluir que até aquêle dia 3 de março não tinha o ânimo de residir em Lorena e era paciente que não tinha ali domicílio havia mais de um ano.

Também claro ficara que Machado Coelho entendera-se com os desafetos de nosso biografado antes de, com êste, trocar idéias a respeito de uma possível colaboração política — o que reputava uma esquisita maneira de oferecer a solidariedade como amigo.

“Mas — como se tirocínio político, se serviços partidários, se direitos a uma cadeira de deputado no Estado de São Paulo pudessem vir, todos adquiridos, a ser *urbi et orbe* proclamados pelo exercício de alguns meses no cargo de vereador da Câmara Municipal de Lorena — seu emissário declarou que seu escopo não era, nem podia ser, estagnar-se nesse cargo e, sim, dêle saltar a uma cadeira no Congresso Estadual.”

A vaga a ser disputada seria a do Dr. José Vicente de Azevedo. Mas, antes de tudo, não lhe constava que êsse deputado pretendesse abandonar o mandato, que vinha exercendo desde a Monarquia. Além disso, também não lhe constava que o P. R. P. tivesse motivos de desgosto contra aquêle deputado, a ponto de excluí-lo de sua chapa.

Todavia, mesmo que se admitisse como hipótese o lançamento da candidatura de Machado Coelho sob o patrocínio de Arnolfo Azevedo, existia uma séria dificuldade; havia dois

anos, em solene reunião de todos os diretórios do distrito, o comendador Antônio Rodrigues Alves declarou que a primeira vaga a abrir-se pertenceria ao coronel Manuel Marcondes da Silva, de São Bento do Sapucaí, "com o qual tomava, naquela assembléia, o compromisso de honra de sua solidariedade".

"Quem seria o escolhido: V. ou o candidato do comendador? Não tenho, a respeito, nenhuma ilusão e creio que V. também não a terá; de onde resultaria, para Lorena, ficar sem deputado, com a agravante de ter eu o dever partidário de sustentar aqui a chapa que se organizasse, sem representante nosso, e de combater a sua ou qualquer outra candidatura extra-chapa, que viesse a surgir em detrimento dos candidatos nela indicados."

Mostrar a realidade da situação e não pretender enganar o próprio Machado Coelho e seus amigos, cujo único objetivo consistia em separar a ambos — essa atitude não poderia ser suscetível de censura, revelava prudência e critério de quem bem conhecia o terreno em que pisava, devendo somente merecer louvor e aplauso dos homens sensatos.

Ao invés da "colossal má vontade" a respeito das pretensões de Machado Coelho, o que existia era o desejo de evitar desilusões futuras, com a apresentação de uma candidatura, que apenas contaria com o apoio de um município dentro do conjunto de 15 que compunham o distrito, e visaria a um dos cinco atuais deputados, todos eles contando com elementos no centro e nos 14 municípios restantes.

"É realmente *colossal* contra V. a minha má vontade! Foi ela que o levou à promotoria de Cunha alguns dias depois de formado e antes mesmo de ter tirado a carta de bacharel em Direito! Revelou-se, ainda, quando V. me procurou para aproximá-lo do Dr. Venceslau Brás, levando-o a Itajubá, descobrindo pretextos para mandá-lo de novo lá, fazendo-o orador da manifestação em Cruzeiro, pedindo e instando por um lugar no gabinete presidencial, conseguindo para V. uma delegacia de polícia com preterição de dezenas de candidatos, criando, enfim, para V., junto ao presidente da República, uma atmosfera de simpatias e confiança, que só vantagens lhe tem trazido!...

E, enquanto tudo isto fazia a minha constante e colossal má vontade, muitos dos que hoje o inflam, nesta atitude que não é de amigo, gritavam nas ruas desta cidade que V. nada conseguiria do Governo daquele meu amigo, porque já lhe tinham preparado uma boa cama em Itajubá!..."

Naquele instante, Machado Coelho colocava-se ao lado desses últimos e propunha-se a lutar contra Arnolfo Azevedo, até o impossível, em defesa de seu brio e caráter.

11-18
José Vieira Barbosa


 Republica dos Estados Unidos do Brazil

TITULO DE ELEITOR

(Lei n. 3.439 de 2 do agosto de 1916, e decreto n. 12.193, de 6 de setembro de 1916)

NUMERO
108104

ESTADO DE S. PAULO

Comarca d **Lozana**
Município d **Lozana**

NOME DO ELEITOR
Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo

Número de ordem no alistamento
1

QUALIFICATIVOS

Idade **47 annos**
Filiação **Barão de Santa Tullia**
Estado civil **Casado**
Profissão **Laurador**

Assignatura do eleitor
Arnolfo Rodrigues de Azevedo

Assignatura do escrivão
Antônio de Godói Neto

Assignatura do juiz
José Vieira Barbosa

Titulo de eleitor

Trazendo o n.º 1, foi expedido provavelmente no ano de 1916 (setembro ou outubro), quando era juiz de Direito o Dr. José Vieira Barbosa e escrivão Antônio de Godói Neto.

E assim terminou a resposta de nosso biografado:

"É lógico esse seu procedimento e o contrário seria infringente de todas as regras deste mundo e desta época, onde a palavra *amigo* já não tem significação, quando alguém a mim e a muitos outros homens públicos se chega, tendo-a nos lábios e banindo-a do coração.

Sua carta é o documento mais completo a tal respeito e vou guardá-la como causa de uma das mais profundas feridas que meu coração já recebeu. Enquanto estiver sangrando, V. há de permitir que me assine, simplesmente,

Arnolfo Azevedo".

Não sentimos necessidade de tecer nenhum comentário a este documento. Outros poderão julgá-lo.

Queremos acrescentar, apenas, que Arnolfo Azevedo perdeu a atitude assumida por seu primo, afilhado, quase filho. Podemos afirmá-lo, porque ele costumava dizer que muita gente rezava o *Pai-Nosso*, mas não o cumpria com rigor, no trecho referente ao "perdão de nossas dívidas", em boa hora transformado hoje em "perdão às nossas ofensas". Perdoou, porque o rezava diàriamente, com profunda devoção.

O decurso do tempo acabou por fazer cicatrizar aquelas "profundas feridas" recebidas por seu coração e que o fizeram sangrar, naqueles atormentados meses e anos, que tanto agitaram a cidade de Lorena e amarguraram sua vida.

Aspectos da luta política

Como já ficou dito, não é nosso objetivo fazer o histórico dessa luta política. Limitar-nos-emos a focalizar alguns fatos e rememorar alguns episódios.

Declarada a oposição a Arnolfo Azevedo, sem demora arregimentaram-se o Dr. Machado Coelho e seus amigos. E não tardou que a esse grupo se viesse juntar o Dr. Gama Rodrigues.

Ao prestígio político e à força eleitoral de nosso biografado (sem dúvida fortes e com raízes profundas), antepunham-se juntas duas forças não menos ponderáveis e talvez mais eficazes: de um lado, a fortuna do Dr. Machado Coelho, suficientemente grande para permitir gastos pessoais jamais registrados na cidade de Lorena; de outro, o prestígio do Dr. Gama Rodrigues como renomado médico, larga e generosamente utilizado em toda a campanha.

Para Arnolfo Azevedo era um prélio desigual, porque não dispunha de recursos financeiros supérfluos, nem sabia lançar mão de atitudes demagógicas para a conquista de votos.

A fortuna do Dr. Machado Coelho manifestou-se de diferentes maneiras, sem falar noutras, a respeito das quais pre-

ferimos silenciar, porque delas não possuímos provas. No local onde se elevava o sobrado senhorial do Barão de Castro Lima, fêz erguer um verdadeiro palácio, com escadaria de mármore, superior em riqueza e luxo a qualquer outra residência lorenense, nêle passando a residir; é hoje a sede da Faculdade Salesiana de Filosofia, à Rua Dom Bosco. Sua espôsa ofereceu mobiliário nôvo para a nave da Matriz (atual Catedral), em substituição aos velhos e desgastados bancos que lá existiam; e deu andamento, concluindo, às obras da igreja do Rosário, que se vinham arrastando por longos anos. Em terrenos de propriedade do sr. José Antunes de Azevedo, seu correligionário, construiu um prado de corridas — o *Hipódromo Lorenense*, localizado no bairro da Porteira Preta, que viveu dias de animação e movimento. Deu vida nova ao *Esporte Clube Heparcaré* (4).

A 26 de abril de 1919, depois de acirrada campanha eleitoral, realizaram-se as eleições para deputados à Câmara Estadual. Foi candidato da oposição, não o Dr. Machado Coelho, mas o Dr. Gama Rodrigues, que saiu vitorioso, passando a representar Lorena naquela assembléia. O Dr. José Vicente de Azevedo viu-se derrotado e, com êle, Arnolfo Azevedo.

Aquelas duas fôrças conjugadas, a que atrás nos referimos, haviam alcançado a desejada vitória.

Vinte anos mais tarde, lembrando essa luta partidária, um jornal carioca — *A Nota* — diagnosticou muito bem a situação existente, através destas palavras:

“Gama Rodrigues era, de fato, uma figura prestigiosa, tendo sôbre o adversário uma vantagem de vulto — ser médico de grande clientela. Por sua vez, Machado Coelho tinha, para gastar, uma fortuna. Arnolfo Azevedo não é uma organização de político, no sentido eleitoral, de captar simpatias e conquistar prosélitos”.

E esclareceu, com perfeito conhecimento do assunto:

“Arnolfo Azevedo, temperamento frio, calmo, infenso às multidões, sem contato mais direto com a plebe, incapaz de pôr a mão no ombro de um popular ou de tomar um café com um operário em botequim, incapaz também de prometer ou de mentir, para enfrentar adversários tão fortes teve de pôr à mostra o que possuía, dispondo-se, assim, a comprometer o patrimônio material da família, em bem de uma vitória que veio a conquistar” (5).

(4) Cf. RODRIGUES (Antônio da Gama) — “*Gens Lorenensis*”, pp. 196-197.

(5) *Como vivem os homens que passaram pelo poder público no Brasil* — Arnolfo Azevedo, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938.

A 30 de outubro de 1919, realizaram-se as eleições municipais, que acabaram sendo anuladas, ferindo-se nôvo pleito a 21 de abril de 1920.

A luta não se limitara ao terreno eleitoral, muito menos ao das ofensas e injúrias pessoais. Chegou ao Poder Judiciário do Estado. Arnolfo Azevedo foi obrigado a contratar advogados — o Dr. E. Barbosa Lima e o Dr. Otávio Martins, que batalharam perante a Justiça, ao mesmo tempo que promoviam a revisão do alistamento eleitoral em Lorena, com a finalidade de expurgar os chamados *fósforos*, isto é, os eleitores “fantasmas”, inexistentes, dúplices ou tríplices.

Tudo isso custou dinheiro, muito dinheiro, de que Arnolfo Azevedo não dispunha e teve de obter por empréstimo. Basta dizer que um de seus advogados deslocou-se da cidade de São Paulo para Lorena, percebendo honorários de 20 contos mensais, quatro ou cinco vêzes superiores ao subsídio que, no período de funcionamento do Congresso, nosso biografado recebia cada mês.

Mas Arnolfo Azevedo teve muitas compensações, nessa dolorosa fase de sua vida. Uma delas foi a dedicação extremada, sem limites, incondicional, comovente, de seus amigos e correligionários. Não desejamos apontar nomes, com o receio de esquecer de alguns. Sem diminuir os demais, abriremos uma exceção: os irmãos Galhanone. Eram dez, embora somente dois morassem em Lorena. No entanto, a cada eleição que se feria ou quando os acontecimentos o exigiam, lá estavam êles, coesos, em sua totalidade, postados ao lado de seu chefe político, prontos para qualquer emergência. Um único exemplo entre muitos outros, a simbolizar a fidelidade e o bem-querer.

Todavia, a maior compensação recebeu Arnolfo Azevedo em 1921. Viu-se reeleito para a Câmara Federal, em plena re-frega e tendo como antagonista o Dr. Machado Coelho. Mais ainda: recebeu a suprema homenagem de sua vida pública, ao ser escolhido por seus pares para ocupar a presidência daquela casa do Congresso Nacional.

Lorena dividida

Durante a luta política, a população de Lorena ficou literalmente dividida. Homens, mulheres e até as crianças assumiram suas posições face ao conflito, decididamente, com de-

susada exaltação. Acreditamos que, naquela época, ninguém ficou neutro.

Os partidários do Dr. Machado Coelho eram os *coelhistas* ou, simplesmente, os *coelhos*, mais tarde transformados em *gamistas*, já que o Dr. Gama Rodrigues, eleito deputado estadual, acabou por assumir a direção do partido oposicionista.

Por sua vez, os partidários de Arnolfo Azevedo eram os *arnolfistas* ou — como, pejorativamente, os chamavam seus opositores — os *gambás*, alcunha que acabou sendo adotada como motivo de orgulho.

Uma vitória nas eleições ou qualquer manifestação política eram assinaladas por intenso foguetório e estrondosos estampidos de morteiros. Foguetes de assobio respondiam, da parte dos contrários (quer fôsem coelhistas, quer arnolfistas), ao pipocar dos foguetes de estalo.

Passeatas e comícios se sucediam, acompanhados de arruaças e até de tiroteios. Famoso se tornou o comício realizado pelos oposicionistas, na Praça Dr. Arnolfo Azevedo, no dia 20 de abril de 1919, domingo de Páscoa, uma semana antes das eleições para deputado estadual. Num ambiente dos mais tensos, os dois grupos antagônicos se enfrentaram. As palavras dos oradores eram entrecortadas por apartes, estabeleceu-se o tumulto, houve agressões mútuas e tudo veio a acabar com duas calorosas manifestações: uma dos coelhistas, nos jardins do palácio do Dr. Machado Coelho, na então Rua 15 de Novembro; outra dos arnolfistas, defronte do Solar da Baronesa de Santa Eulália, onde se achava Arnolfo Azevedo.

Nas vésperas e no próprio dia de eleições, movimentadíssimas ficavam as chamadas *casas-do-boi*, locais em que se forneciam alimentos (para isso, sacrificava-se um ou mais bois, o que explica seu nome), sapatos e roupas aos eleitores que vinham da zona rural, da “roça”, ou aos que, morando na cidade, eram faltos de recursos. Ambos os grupos porfiavam em conquistar, dessa maneira, as preferências do eleitorado. Não foram raros os casos de um mesmo eleitor regalar-se numa “casa-do-boi” arnolfista e, em seguida, fazer o mesmo na dos coelhistas... ou vice-versa. Era uma festa para aquela boa e pobre gente! Mas, na hora de votar, é que as dificuldades surgiam: o voto não era secreto e a tramóia, muitas vezes, era descoberta...

Como é de se esperar, a luta política repercutiu na imprensa local. E um verdadeiro duelo jornalístico veio a travar-se, meses a fio.

Duelo pela imprensa

Em março de 1918, dois semanários circulavam em Lorena, cada domingo: *A Semana*, em seu quarto ano de existência; e *A Cidade*, com dois anos de vida. Em fins de 1920, passou a circular *A Voz do Povo*. Em 1921, reapareceu o *Norte Paulista*, que havia circulado de 1909 até 1915.

Folheando os já encardidos e amarelecidos exemplares de nossas coleções de *A Semana* e de *A Cidade*, decorridos quase meio século depois de sua publicação, podemos sentir, ao vivo, o que foi a luta política travada em Lorena naqueles tormentosos dias de 1918-21.

Até meados de junho de 1918, *A Semana* não fêz referência à situação política local. Mas, a partir de seu número de 30 de junho, definiu-se: de "órgão político-literário e noticioso" passou a ser "órgão do Partido Situacionista de Lorena", sob a direção de Filemon Patrículo (Dr. Philemon Patraculo Ribeiro da Mata). Veio a tornar-se o defensor de Arnolfo Azevedo, o jornal dos arnolfistas ou gambás. A partir do número de 20 de outubro, tornou-se seu redator-chefe o Dr. José Galhanone, que nessa posição permaneceu até pelo menos outubro de 1919.

Em relação a *A Cidade*, dentre os exemplares que possuímos, o publicado a 21 de abril de 1918 já demonstrava claramente que se pusera ao lado do Dr. Machado Coelho, transformando-se em porta-voz dos coelhistas. Meses depois, o número publicado em 10 de novembro de 1918 já aparecia como "órgão do Partido Republicano Oposicionista local", tendo como redator-chefe Abílio Nascimento.

Já então travava-se um terrível duelo entre os dois jornais. E a primeira preocupação dos lorenenses, no amanhecer de cada domingo, passou a ser a de obtê-los o mais cedo possível e lê-los com incontrollável sofreguidão: os arnolfistas, *A Cidade*; os coelhistas, *A Semana*... Acreditamos que nunca, antes ou depois dessa época, registrou-se fato semelhante em tôda a história de Lorena.

Em *A Semana*, a princípio, apareceram artigos políticos quase sempre assinados por José Galhanone, outros sem assinatura, defendendo a atuação de Arnolfo Azevedo ou respondendo a tópicos ou afirmações do jornal adversário. Depois, começaram a ser publicados, ao lado desses, versos e seções hu-

morísticas. Não tardou que surgissem manchetes, que abrangiam as cinco colunas da primeira página. Manchetes como estas:

"Servir à política do honrado e ilustre deputado Dr. Arnolfo Azevedo é servir ao progresso de Lorena, aos interesses de Lorena, ao futuro desta boa terra".

"Resposta do sr. Machado Coelho às mentiras, às calúnias e às infâmias d'*A Cidade*" — com transcrição de um trecho da carta de 14 de março de 1918.

"Resposta do sr. Machado Coelho ao sr. Machado Coelho" — antepondo trechos publicados em seu jornal e da citada carta.

"Resposta do sr. Abílio Nascimento ao seu pseudônimo Machado Coelho".

De sua parte, *A Cidade* — jornal de menor formato e com apenas quatro colunas — entrava no mesmo terreno, com artigos políticos e seções humorísticas; e, depois, também com manchetes, como estas:

"Não preciso dos meus conterrâneos para ser deputado! — Palavras pronunciadas a cada passo pelo sr. Arnolfo Azevedo, quando discute sobre a situação política local".

"Já consultou V. o partido que dirige para assumir essa atitude de franca hostilidade contra mim? (Da carta do sr. Dr. Machado Coelho ao sr. Arnolfo Azevedo)".

"Medite bem, Arnolfo: oferecem-me para seu amigo e V. parece preferir-me para adversário" — frase da mesma carta.

"Quem não votar no sr. José Vicente pode considerar-se meu inimigo — Palavras insistentemente pronunciadas pelo sr. Arnolfo Azevedo."

São simples e pequeninas amostras do violento duelo jornalístico travado em Lorena, nessa triste época.

O pitoresco na tragédia

Mas a luta política teve seus lados pitorescos, que provocavam boas gargalhadas de uns e de outros, conforme o caso.

Arnolfistas não freqüentavam o cinema *Guarani*, pertencente a Antônio Leite Sobrinho (Antonico Leite), partidário do Dr. Machado Coelho. De seu lado, coelhistas não punham os pés no cinema *Rio Branco*, de propriedade da família Cagnettieri, partidária de Arnolfo Azevedo.

Depois que Dona Odila Machado Coelho ofertou os novos bancos que encheram a vasta nave da Matriz, os arnolfistas dêles não se utilizavam, passando a assistir às missas de pé...

O vigário da paróquia, padre José Artur de Moura, coelhista, houve por bem dispensar Dona Odila Rodrigues (irmã de nosso biografado) e suas companheiras, da tarefa — de que tanto se orgulhavam — de cantar no côro da Matriz. Novas vozes, agora coelhistas, passaram a entoar os cânticos religiosos... e as músicas sacras de autoria de Arnolfo Azevedo não mais figuraram no repertório.

E outros casos pitorescos ou tragicômicos se registraram: a devolução do piano, que a espôsa de Machado Coelho havia ofertado à Associação "Patrocínio de São José", depois que *A Cidade* se referiu, de maneira pouco feliz, ao donativo, esquecida de que a caridade não se proclama; o tiro de espingarda dado por Francisco de Paula Vaz (Chico Vaz) no coelhista João Rato, seguido por uma noite passada na torre da Matriz e posterior fuga, em plena escuridão, burlando a vigilância dos que se haviam postado nas principais saídas da cidade; e muitos outros.

Entretanto, ao lado de episódios como os citados, bastante divertida foi a *luta humorística* travada pela imprensa.

Nas páginas de *A Cidade* foi publicada uma sátira, retratando o que se passava em Lorena sob o govêrno de *Arnulfes I, Imperador desta Joça* (...), na qual apareciam diversos personagens, além de nosso biografado, evidentemente a figura central: *Dom Bicente VI* (Dr. José Vicente de Azevedo), *Dom Kelpho* (Delfim Bittencourt), *Dom Galhanone* (José Galhanone), *Dom Katharina*, *Barão do Sertão Velho* (João Catarina, fiel cabo eleitoral arnolfista) e até *Dom Renesto* (Ernesto Breviglieri, o dedicado cocheiro de nosso biografado)...

Em resposta; *A Semana* publicou umas quadrinhas ferinas, das quais a primeira dizia:

"Saudades, negras saudades
Feriram teu coração!
Descreves, para matá-las,
As cenas da côrte... Em vão!"

No mesmo jornal arnolfista, o humorismo aparecia sob diferentes formas: *Manêquinho* mantinha uma seção intitulada

“É o que há de superior em superfino...”; *Manecão* escrevia outra — “Aviso a *êle* e a *êles*”; *Epifânio* produzia sonetos — “Epitáfios” e “Grifisgadas”, respondendo ao que escrevia o jornal adversário, sob o título de “Grifinhos...”

Já nos alongamos demais sôbre o assunto. Cumpre encerrá-lo, porque outros muitos (e bem mais importantes) precisam ser referidos.

Uma carta, um discurso, uma entrevista e um gesto bastarão como fecho desta melancólica fase da história de Lorena.

Ponto final

Em nosso arquivo, figura uma carta datada de 29 de setembro de 1922. Quem a assina havia sido um dos “braços direitos” de Machado Coelho, durante a luta política. Confessa que, mais do que ninguém, fôra injusto para com Arnolfo Azevedo, afirmando textualmente: “Enfim, o arrependimento é a última coisa que chega”. Esse documento é um atestado de como um homem público pode vir a ser injustiçado, em consequência da exacerbação dos ódios políticos.

No dia 5 de setembro de 1925, reuniu-se na cidade de São Paulo a *Convenção das Municipalidades* do Partido Republicano Paulista, achando-se presentes representantes de 226 municípios paulistas. Sua tarefa consistia em escolher os delegados de São Paulo à Convenção Nacional que, na cidade do Rio de Janeiro, a 12 do mesmo mês, haveria de homologar as candidaturas dos Drs. Washington Luís Pereira de Sousa e Fernando de Melo Viana, à presidência e à vice-presidência da República, para o quadriênio de 1926-30. Arnolfo Azevedo foi um dos três escolhidos, além do senador Lacerda Franco e do deputado Herculano de Freitas.

Pois bem: como gesto preliminar do acôrdo político, que poria térmo à luta em Lorena, coube ao deputado Gama Rodrigues propor o nome de nosso biografado aos convencionais; e o fêz através de um discurso, que a edição paulista do *Jornal do Comércio* estampou na íntegra, no dia 6 de setembro de 1925. Poderíamos transcrevê-lo aqui; mas preferimos não o fazer. Quem quiser poderá lê-lo na fonte por nós indicada. É um documento bastante expressivo.

Em meados de janeiro de 1926, entrevistado por um repórter do *Correio da Manhã* (quando, na estação da “Central

do Brasil", conversava animadamente, num grupo de políticos paulistas), Machado Coelho teria pronunciado as seguintes palavras, a propósito do acôrdo político feito entre Gama Rodrigues e Arnolfo Azevedo:

"Acho o acôrdo muito bom. Era uma luta personalíssima, sem ideais, sem uma rota de verdadeira expressão cívica. Energias perdidas num rôlo de campanário. O Arnolfo é, sem dúvida, uma das mais austeras figuras da política nacional".

E o próprio repórter assim concluiu aquela notícia:

"Bem se diz que não há nada como um dia depois do outro..."

Duas décadas decorreram depois dessa entrevista. Arnolfo Azevedo já deixara o mundo dos vivos e Machado Coelho passara a exercer o mandato de deputado federal pelo então Distrito Federal. Na cidade de Lorena, levantou-se a idéia de se erguer um monumento à memória de nosso biografado.

Confirmando as palavras do repórter, o deputado carioca apresentou à Câmara Federal um projeto de lei, segundo o qual seria concedido auxílio de 300 mil cruzeiros para ereção daquele monumento.

Um jornal do Rio de Janeiro, em tópico, registrou o fato e exaltou o significado do gesto, através destas palavras:

"(...) reconhecendo na vida de seu adversário de há trinta anos uma fôlha de serviços de bom homem público, esclarecido jurista, o sr. Machado Coelho traça, na fundamentação do projeto em que homenageia o sr. Arnolfo Azevedo, um brilhante perfil do político e do homem de leis, que soube dignificar a representação paulista na comissão de Justiça.

Eis, aí, um gesto a recolher no emaranhado das confusões em que vivemos, e em que semelhantes demonstrações de educação política são tão raras. Uma atitude isenta, como esta, deve e pode servir de inspiração a nossos homens públicos, em circunstâncias semelhantes".

Na presidência da Câmara Federal (1921)

Inicia-se o ano de 1921. A Câmara Federal em 1921. A bancada paulista. O problema da presidência da Câmara. Surgem dificuldades. Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara. O discurso de posse. Comentários da imprensa. Viagem triunfal. Tristeza em plena vitória.

Inicia-se o ano de 1921

Na vida política e parlamentar de Arnolfo Azevedo, o ano de 1921 teve uma importância enorme: colocou-o entre os líderes da política nacional.

Na presidência da República, encontrava-se o Dr. Eptácio Pessoa. No governo do Estado de São Paulo, o Dr. Washington Luís; e, no do Estado de Minas Gerais, o Dr. Artur Bernardes.

A Câmara Federal continuava no elegante Palácio Monroe e vinha sendo presidida pelo deputado Bueno Brandão, da bancada mineira.

Com sua família, Arnolfo Azevedo morava na cidade do Rio de Janeiro, à rua Ibituruna, n.º 53.

Em Lorena, prosseguia acesa a luta política e, nas eleições realizadas em fevereiro de 1921, o Dr. Machado Coelho apresentou-se como candidato a deputado federal pelo 4.º distrito eleitoral paulista, na esperança de ocupar o lugar que nosso biografado vinha honrando desde 1903. Foi derrotado e, inconformado, contestou o diploma de Arnolfo Azevedo, perante a Comissão de Podêres da Câmara Federal.

Depois de 17 anos de mandato, ratificado em seis eleições pelo voto dos paulistas do Vale do Paraíba paulista, era a primeira vez que isto acontecia. A primeira e única vez, porque o fato não mais se repetiu.

Em sua defesa e na de seus colegas de chapa, indicados pela Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, e no desejo de demonstrar que eram êles "os legítimos representantes do nosso Estado, pelo 4.º distrito eleitoral, investidos mais uma vez nesse honroso mandato pela vontade livremente manifestada da grande maioria do eleitorado", Arnolfo Azevedo propôs-se fazer "um exame imparcial, rigoroso e severo de todos os documentos desta eleição, para que, quanto à investidura que nos foi tão brilhantemente renovada pelos nossos estimados conterrâneos, não possa pairar, no espírito de quem quer que seja, o mais tênue vislumbre de dúvida sôbre a lisura, a correção, a pureza, a verdade dos sufrágios por nós recebidos no pleito mais disputado e mais livre, que, jamais, naquele distrito, se feriu".

Porque, mais adiante afirmou:

"Não pretendemos usurpar posições, que não nos caibam como legítima expressão da verdadeira vontade de nossos concidadãos; as que ora disputamos, no scio da representação nacional, nos foram outorgadas na mais bela de tôdas as eleições".

Haviam funcionado 98 das 102 seções eleitorais do 4.º distrito; e, perante elas, o candidato contestante e seus correligionários haviam distribuído "mais de 110 fiscais, todos os quais, conforme se vê dos livros eleitorais, tomaram assento às mesas, exerceram amplamente suas funções e votaram cumulativamente no nome do contestante". Dêsses fiscais, nada menos do que 103 eram eleitores qualificados no município de Lorena e, em sua esmagadora maioria, não tinham feito protesto algum; os dois ou três que o fizeram, ou haviam sido atendidos em suas reclamações (como acontecera em Redenção da Serra), ou protestaram por motivo fútil (como sucedera numa das seções de Jacareí).

Assim sendo, se tivesse havido justa causa, oportunidades não faltaram para que se constatassem irregularidades, fraudes ou vícios. E não constava da contestação, nem nela se alegava nenhum protesto que houvesse sido feito ou recusado pelas mesas eleitorais.

A Comissão de Podêres não teve dúvidas em acolher as razões da defesa e os diplomas expedidos pela Junta Apuradora do Estado de São Paulo foram reconhecidos como perfeitamente válidos e legítimos.



Arnolfo Azevedo em 1921

Eleito presidente da Câmara Federal, esta fotografia foi largamente difundida pela imprensa da época.

Arnolfo Azevedo continuou, assim, a representar seu Estado na Câmara Federal por mais um triênio — o de 1921-23. Foi sua primeira grande vitória política naquele importante ano de 1921. Outra, muito maior e mais significativa, viria a registrar-se poucas semanas depois: sua eleição para a presidência da Câmara Federal.

A Câmara Federal em 1921

Embora o recenseamento realizado em 1920 houvesse consignado substancial aumento da população brasileira (que superara a cifra de 30 milhões de hab.) e houvesse demonstrado importantes alterações em relação às populações estaduais (1), a Câmara Federal continuava a ter os mesmos 212 deputados, que assim se repartiam: Minas Gerais — 37; São Paulo e Bahia — 22; Pernambuco e Rio de Janeiro — 17; Rio Grande do Sul — 16; Ceará e o então Distrito Federal (atual Guanabara) — 10; Pará e Maranhão — 7; Alagoas — 6; Paraíba e Espírito Santo — 5; e Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso — 4. Uma situação evidentemente injusta, que haveria de perdurar até o fim da chamada República Velha, em outubro de 1930.

Da 11.^a legislatura, iniciada em 1921, alguns nomes merecem ser destacados: do *Amazonas* — Aristides Rocha, Dorval Pôrto, Efigênio de Sales e Figueiredo Rodrigues; do *Pará* — Artur Lemos, Bento de Miranda, Chermont de Miranda, Dionísio Bentes, Eurico Vale, Lira Castro e Prado Lopes; do *Maranhão* — Agripino Azevedo, Colares Moreira, Costa Rodrigues, Cunha Machado, Luís Domingues, Magalhães de Almeida e Marcelino Machado; do *Piauí* — Armando Burlamaqui, Eurípedes de Aguiar, João Cabral e Pires Rebêlo; do *Ceará* — Daniel Carneiro, Floro Bartolomeu, Godofredo Maciel, Hermenegildo Firmeza, Hugo Carneiro, José Accioly, Moreira da Rocha, Tomás Rodrigues; do *Rio Grande do Norte* — Alberto Maranhão, José Augusto, Juvenal Lamartine; da *Paraíba* — Ascendino Cunha, Oscar Soares, Otacílio de Albuquerque, Simão Leal e Tavares Cavalcanti; de *Pernambuco* — Andrade Bezerra, Antônio Austregésilo, Correia de Brito, Costa Ribeiro, Dantas Barreto, Estácio Coimbra, Gonçalves Maia, Gouveia de Barros, Jader de Andrade, Joaquim Bandeira, Júlio de Melo, Luís Cedro, Pessoa de Queiroz, Sousa Filho; de *Alagoas* — Costa Rêgo, Euclides Malta, Luís Silveira, Natalício Camboim, Raimundo Miranda e Rocha Cavalcanti; de *Sergipe* — Carvalho Neto, Gilberto Amado, Graco Cardoso; da *Bahia* — Álvaro Cova, Arlindo Leoni, Castro Rebêlo, Clementino Fraga, Eu-

(1) Minas Gerais tinha, apenas, 1.800.000 hab. a mais do que São Paulo. A Bahia possuía cerca de 1.250.000 hab. menos do que São Paulo. Rio Grande do Sul havia superado Pernambuco e Rio de Janeiro, em população.

gênio Tourinho, João Mangabeira, José Maria Tourinho, Leônicio Galvão, Mário Hermes, Miguel Calmon, Otávio Mangabeira, Pacheco Mendes, Pedro Lago, Raul Alves, Seabra Filho, Torquato Moreira, Vilas Boas, Xavier Marques; do *Espirito Santo* — Geraldo Viana, Heitor de Sousa, Manuel Monjardim e Pinheiro Júnior; do *Distrito Federal* (Guanabara) — Azevedo Lima, Azurém Furtado, Bartlett James, Bethencourt da Silva Filho, Metelo Júnior, Nogueira Penido, Raul Barroso, Sales Filho, Vicente Piragibe; do *Rio de Janeiro* — Azevedo Sodré, João Guimarães, Joaquim Moreira, Luís Guaraná, Macedo Soares, Manuel Reis, Maurício de Medeiros, Norival de Freitas, Ramiro Braga, Raul Fernandes, Veríssimo de Melo; do *Paraná* — Afonso Camargo, Lindolfo Pessoa, Plúvio Marques; de *Santa Catarina* — Adolfo Konder, Celso Baima, Eliseu Guilherme e Ferreira Lima; do *Rio Grande do Sul* — Alcides Maia, Alvaro Batista, Antunes Maciel, Barbosa Gonçalves, Carlos Maximiliano, Carlos Penafiel, Domingos Mascarenhas, Gumercindo Ribas, João Simplicio, Joaquim Osório, Marçal Escobar, Nabuco de Gouveia, Otávio Rocha, Sérgio de Oliveira; de *Goiás* — Americano do Brasil, Aires da Silva, Napoleão Gomes e Olegário Pinto; de *Mato Grosso* — Aníbal de Toledo, João Celestino, Severino Marques.

No decorrer da legislatura, outros nomes apareceram, preenchendo vagas: Domingos Barbosa e Raul Machado, na bancada do *Maranhão*; Ribeiro Gonçalves, na do *Piauí*; Rafael Fernandes, na do *Rio Grande do Norte*; Valfredo Leal, na da *Paraíba*; Solidônio Leite, na de *Pernambuco*; Gentil Tavares, na de *Sergipe*; Alfredo Rui, na da *Bahia*; Martins Franco, na do *Paraná*; Lindolfo Collor e Getúlio Vargas, na do *Rio Grande do Sul*.

Dentre os deputados de *Minas Gerais* (os mais numerosos), queremos destacar alguns: Alair Prata (substituído por Leopoldino de Oliveira), Antônio Carlos, Andrade Botelho, Augusto de Lima, Augusto Glória, Baeta Neves, Bueno Brandão, Camilo Prates, Carvalho de Brito, Fideles Reis, Francisco Campos, Francisco Badaró (substituído por Nelson de Sena), Francisco Valadares, Garibaldi de Melo, Joaquim de Sales, José Bonifácio, Josino de Araújo, Landulfo Magalhães, Mário Brant (substituído por Afonso Pena Júnior), Melo Franco, Moreira Brandão (substituído por Eduardo do Amaral), Odilon de Andrade, Olinto de Magalhães, Raul de Faria, Raul Sá, Ribeiro Junqueira, Teodomiro Santiago, Valdomiro Magalhães, Vaz de Melo, Viana do Castelo.

Todos êsses deputados e mais os da bancada de São Paulo foram convocados para eleger o presidente da Câmara, no mês de maio de 1921.

A bancada paulista

Ao iniciar-se a legislatura de 1921-23, era assim constituída a bancada federal do Estado de São Paulo:

1.º distrito — Antônio Carlos de Sales Júnior, Carlos Augusto Garcia Ferreira, Cincinato César da Silva Braga, Francisco Ferreira Braga, José Roberto Leite Penteado e Raul Renato Cardoso de Melo.

2.º distrito — Alberto Sarmiento, Antônio Pereira do Amaral Carvalho, Elói de Miranda Chaves, Joaquim Augusto de Barros Penteado, Marcolino Lopes Barreto e Prudente de Moraes Filho.

3.º distrito — Artur Palmeira Ripper, João de Faria, João Pedro da Veiga Miranda, José Manuel Lobo e Rafael de Abreu Sampaio Vidal.

4.º distrito — Arnolfo Rodrigues de Azevedo, Carlos de Campos, Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho, Manuel Pedro Vilaboim e Pedro Luís de Oliveira Costa.

Dêses, renunciaram a seus mandatos no decorrer da legislatura os deputados Raul Cardoso, Cincinato Braga, Veiga Miranda e Sampaio Vidal, sendo substituídos, respectivamente, pelos deputados José Cardoso de Almeida, Olavo Egídio de Souza Aranha, Altino Arantes Marques e César Lacerda de Vergueiro.

Em artigo publicado no *Correio da Manhã*, em 1938, COSTA RÊGO evocou algumas dessas figuras da representação paulista, particularmente Arnolfo Azevedo, "oráculo do Direito", e Cincinato Braga, "artífice do mundo nôvo econômico, os olhos meios cerrados, ninguém sabia se pela dispepsia ou pelo sonho de uma extensa rêde ferroviária cobrindo o Brasil"... No govêrno Artur Bernardes, Cincinato Braga foi ocupar a presidência do Banco do Brasil, ao mesmo tempo que Sampaio Vidal passava a dirigir o ministério da Fazenda. Dentro em breve, Veiga Miranda deixaria a Câmara para ocupar o ministério da Marinha, no govêrno Epitácio Pessoa.

Na visão do deputado alagoano, jornalista de valor, nessa representação figurava “tôda uma série de homens graves, mais ou menos fazendeiros, onde apenas Marcolino Barreto punha a nota alegre do *coronel* que chegou a passeio”...

Segundo ainda êsse valioso depoimento, a bancada paulista na Câmara dos Deputados constituía “uma ala solene, a primeira à esquerda do hemiciclo, onde se enfileiravam vinte e dois casacos prêtos”.

E continua:

“Dessa bancada não surgia uma indiscrição. Eram todos sisudos, respeitadores da *Comissão Diretora* (diretora porque dirigia o Partido Republicano Paulista) e pronunciavam o nome de São Paulo como se dissessem *Sampaulo*, pelo garbo do sotaque local”.

Dessa bancada saíria o presidente da Câmara dos Deputados, naquele ano de 1921.

O problema da presidência da Câmara

HUGO CARNEIRO, então jovem deputado pelo Ceará, escrevendo 85 anos depois, ressaltou muito bem a importância do posto de presidente da Câmara Federal, através das seguintes palavras:

“O posto de comando dos trabalhos parlamentares não depende, apenas, de indicação da facção partidária a que esteja filiado o prócer escolhido. Para sua elevação àquela culminância, mister se faz o beneplácito do voto expresso dos seus pares.

Quase sempre essa eleição é precedida de demorados entendimentos entre os mentores da orientação política da Nação, através da palavra dos líderes dos partidos.

Função das mais honrosas e das de maior responsabilidade, exige dos que nela são investidos qualidades excepcionais de cultura, inteligência e tato político para o seu bom desempenho.

Da atuação do seu presidente depende a maior ou menor consideração da Assembléia sob a sua direção.

Pela sua conduta no alto posto afere-se o respeito votado à sua corporação ou o seu menosprêzo ao soberano tribunal da opinião pública.

De sua competência, de sua cultura, da orientação que venha a imprimir aos trabalhos e, principalmente, de sua austeridade dependem a produtividade, a eficiência e o conceito da Casa.

Seleção feita pelo povo na sua maior afirmação democrática, concretizada na escolha dos seus representantes para o exercício da honra

excelsa de fazer as leis destinadas a reger os seus destinos e os da Nação, o presidente da Câmara dos Deputados ou da Assembléia dos Representantes é um eleito dos eleitos" (2).

Era êste alto pôsto, da maior responsabilidade e de grande relevância política, que estava em jôgo no mês de abril de 1921. Vinha sendo ocupado pelo deputado Bueno Brandão e se constitufra numa espécie de "monopólio" de Minas Gerais, desde 1907.

Acontecia, porém, que o presidente Epitácio Pessoa era de opinião que não mais deveria caber a um deputado mineiro a presidência da Câmara Federal, não só porque a Minas Gerais já vinha cabendo a presidência do Senado (na pessoa do Dr. Bueno de Paiva, vice-presidente da República), como porque já estava sendo objeto de cogitações o nome do Dr. Artur Bernardes para a futura presidência da República (3).

Assim sendo, a São Paulo foi oferecido o elevado pôsto. Não havia nosso Estado desistido de pleitear a sucessão do presidente Rodrigues Alves, em 1919? Não contava a projetada candidatura de Artur Bernardes com o apoio irrestrito do Dr. Washington Luís, presidente do Estado? Não se pretendia renovar, em bases mais firmes, a aliança política dos dois maiores Estados da Federação — o chamado "café-com-leite"?

No dia 21 de abril de 1921, o *Correio da Manhã* noticiou que, na véspera, reunira-se a bancada paulista. Depois de reconduzir ao pôsto de líder o deputado Carlos de Campos,

"todos os presentes apoiaram a indicação do sr. Arnolfo Azevedo para presidente da Câmara, a qual também mereceu os aplausos do presidente de São Paulo, sr. Washington Luís".

Era a primeira notícia.

No dia 27, o mesmo jornal carioca esclarecia que, uma vez assentada a renovação integral da mesa da Câmara dos Deputados,

"a presidência foi oferecida ao Estado de São Paulo e, como era natural, o nome para ela indicado fôra o do líder da bancada paulista, sr. Carlos de Campos. Êste, porém, atendendo à superveniência de vários interesses pessoais que não poderia prejudicar, recusou a aceitação do lugar, para o qual, entretanto, continuou cotado um membro da bancada paulista".

(2) CARNEIRO (Hugo) — *Arnolfo Azevedo*, em *Jornal do Brasil*, 11 de novembro de 1956.

(3) Cf. FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *Um Estadista da República*, vol. II, p. 999.

E acrescentava que, na véspera, “finalmente sabia-se que o novo presidente será o sr. Arnolfo Azevedo”.

No dia 28, *O Imparcial* relatou pormenores a respeito dessa reunião da bancada paulista. O líder Carlos de Campos informara a seus colegas que Minas Gerais se havia colocado à frente do movimento para a renovação da mesa da Câmara. Embora não houvesse recebido ainda nenhuma comunicação direta de que a São Paulo viria a caber a presidência, estava informado de que êsse era o desejo geral. Quando retornara ao Rio de Janeiro, vindo de São Paulo, “já se presuntia, em vista do propósito de lançar a candidatura Artur Bernardes, que a política mineira não queria que um representante seu ficasse na mais alta posição do Monroe, sendo provável, em tal hipótese, que a São Paulo fôsse ela oferecida”.

Naquela ocasião, fizera sentir ao presidente Washington Luís que não desejava ocupar o posto, preferindo ficar na liderança da bancada, com maior liberdade de movimentos. Insistindo nesse propósito, escrevera depois longa carta ao presidente do Estado, o qual, em resposta, acabara por desobrigá-lo de aceitar aquela destacada posição. Cumpria, portanto, à bancada escolher, entre seus membros, o que deveria ocupar a cadeira presidencial.

E assim termina a notícia:

“Acentuou o sr. Carlos de Campos que a qualquer da bancada o sr. Washington Luís considerava digno da alta investidura; mas acreditava interpretar o sentir de seus colegas, dizendo que, quer pelos seus notórios predicados pessoais, quer pela circunstância de já haver o sr. Arnolfo Azevedo funcionado na mesa, como secretário, 2.º e 1.º Vice-presidente, havendo até sido indicado para presidente, quando tal lugar tocou ao sr. Sabino Barroso, devia ser o escolhido.

Todos os presentes aplaudiram êsse modo de pensar e o sr. Arnolfo Azevedo agradeceu aos colegas a prova de confiança e aprêço de que era alvo”.

Nesse mesmo dia 28 de abril de 1921, o *Jornal do Brasil*, em longo editorial sob o título *A Mesa da Câmara*, teceu interessantes considerações a propósito da entrega, a gente nova, da direção daquela casa do Congresso Nacional, “após duas semanas de combinações políticas, de trocas de idéias entre os líderes mais idôneos das grandes bancadas, e o presidente da República”. Fixado o critério da rotação dos valôres (o que era da própria essência do regime democrático), a escolha da

nova Mesa se fizera em tórno da candidatura do sr. Artur Bernardes à presidência da República.

"Nem se explicaria a desistência do grande Estado central dos cargos que êle occupava no Monroe, inclusive a direção da Câmara, se lhe não estivesse reservado um prato maior do que êstes *hors-d'oeuvres*, que apenas abriu o appetite, sem consolá-lo..."

Lembrou que Minas Gerais, "por direito presuntivo", vinha occupando a presidência da Câmara havia 13 anos e não transigira, em 1919, quando falecera Sabino Barroso, apesar das preferências do presidente Epitácio Pessoa pelo deputado gaúcho Vespúcio de Abreu, então 1.^o vice-presidente da Câmara. O "gesto largo" do Partido Republicano Mineiro, naquele momento, somente se explicava porque, em troca, o Catete voltaria à posse "mansa e pacífica" de Minas Gerais.

"Não podemos deixar de aplaudir o princípio democrático da renovação da Mesa da Câmara. Não é possível que as Comissões de Polícia, durante legislaturas seguidas, se tornem a propriedade de um Estado ou de determinados representantes, que muitas vezes as exercendo com dignidade, não o fazem todavia com o brilho capaz de justificar as reconduções successivas a êstes postos de eleição.

O princípio da democracia é o da rotação dos poderes, da renovação dos mandatos, de sorte que os mesmos homens não se eternizem nos cargos electivos, como se os possuísem por direito hereditário.

Ben haja, pois, a crise de agora, que tornou inevitável o afastamento dos altos cargos da Comissão de Polícia do Monroe, de cavalheiros que nem todos iam idôneamente a êles."

Acentuando que não era dos moldes do jornal "apupar as vítimas que vão ser imoladas", não pretendia "personalizar figuras nem rememorar fatos vergonhosos, que ligam o nome de certos membros da Mesa actual a um dos períodos menos dignos dos nossos annos parlamentares". Mas a verdade era que "o núcleo de homens, que se tornara responsável, por acção ou omissão, pela reforma ignominiosa da Secretaria o anno passado (1920), não podia mais permanecer nos postos onde desser-vira tão impavidamente o interesse público".

Como se verifica, ao que parece, as coisas não estavam indo muito bem na vida íntima da Câmara dos Deputados...

Prosseguindo em suas considerações, o editorialista acentuou que, aos Estados contemplados com a distribuição dos lugares da Mesa, cabia indicar, naquele instante, "os seus representantes mais limpos, do ponto de vista moral, e mais hábeis e capazes, do ponto de vista intelectual". Constituíra

merecida homenagem à posição saliente ocupada por São Paulo dentro da Federação o fato de haverem os líderes da política federal reservado, para um deputado paulista, a presidência da Câmara na sessão legislativa de 1921.

Via de regra, a direção do Monroe vinha cabendo a “homens íntegros, cultos, dotados de compostura e de elevação de idéias e de sentimentos, como Carlos Peixoto, Sabino Barroso e outros”. Na bancada paulista, como em outras, não faltavam homens com experiência, tirocínio parlamentar, cultura política, dignos por vários títulos dos sufrágios de seus pares. O importante era que os líderes dessas bancadas não se deixassem levar, nessa escolha, por considerações de ordem partidária, mas pelo critério da competência.

Finalizando, esperava o jornal que o presidente Artur Bernardes, “com o prestígio de que dispõe o sol que nasce”, fizesse sentir sua benéfica influência “no sentido de escolher-se uma Comissão de Polícia capaz de levantar o crédito moral da Câmara, abatido pelas incursões do favoritismo, da politicagem, do egoísmo individual, dos venenos, em suma, que estiolam o vigor da árvore democrática”.

Assim se dirigiu o *Jornal do Brasil*, nos derradeiros dias de abril de 1921, ao público em geral, mas particularmente aos líderes da política nacional e aos deputados da legislatura que se iniciava. Uma advertência muito séria, com o objetivo de pôr um ponto final numa situação e numa atmosfera das mais graves. Estava em jôgo a autoridade moral de uma das casas do Congresso da República. Era preciso reabilitá-la perante o povo brasileiro.

No dia 29 de abril, *A Tribuna* afirmava que a lembrança do nome do deputado Carlos de Campos para a presidência da Câmara era “muito feliz como significação de protesto ao desembaraço do sr. presidente da República, em intervir na economia daquela casa do Congresso”. Mas como aquêlê deputado paulista desejava ter assegurada sua liberdade de movimento, indicara uma “pessoa por si, que é o sr. Arnolfo Azevedo”. E concluía:

“O sr. Arnolfo Azevedo, de resto, é individualidade experimentada nas lides de direção dos trabalhos da Câmara. Será, portanto, um magnífico presidente”.

No dia 30, estampando uma fotografia de nosso biografado, o *A. B. C.*, revista política do Rio de Janeiro, anunciava

que “os expoentes parlamentares” haviam resolvido investir Arnolfo Azevedo na presidência da Câmara e que a escolha fôra feliz, como vinham escrevendo os noticiaristas. Contudo,

“talvez mesmo não fôsem necessárias para o cargo uma ilustração tão sólida, uma universalidade de conhecimentos tão vasta, uma visão mental tão firme como as que formam, de Arnolfo Azevedo, uma cerebração de escol na atmosfera política do Brasil”.

Surgem dificuldades

Se até então tudo parecia perfeitamente azul e a eleição de Arnolfo Azevedo um ponto pacífico, já nos primeiros dias de maio a situação modificou-se. Nuvens escuras vieram tolhar o horizonte político nacional, pondo em xeque essa escolha.

Instalado o Congresso Nacional no dia 3 de maio de 1921, viram-se os deputados às voltas com numerosos casos referentes ao reconhecimento de diplomas. Os mais graves diziam respeito ao sr. Nicanor do Nascimento, candidato pelo então Distrito Federal, e ao sr. Maurício de Lacerda, candidato pelo Estado do Rio de Janeiro. De acôrdo com os jornais da época, o presidente Epitácio Pessoa desejava que sòmente se atendesse ao lado jurídico nos casos de inelegibilidade; nos demais, levar-se-ia em conta a situação política. O critério seria maquiavélico e comparável a uma faca de dois gumes: por êle, sacrificar-se-ia um eleito — o sr. Nicanor do Nascimento, ao mesmo tempo que seria salvo o sr. Maurício de Lacerda, reparando um êrro cometido no campo político.

Ora, a bancada paulista não podia concordar com essa duplicidade de critérios e, além do mais, muitos de seus membros tinham atitude definida em casos idênticos, verificados na legislatura anterior. Como agir, se na questão de reconhecimento a votação era nominal? (4).

Os dias se passavam e o impasse continuava, porque a bancada paulista mantinha-se firme em sua decisão de repúdio ao critério governamental, exigindo ampla liberdade de ação para seus membros. Agindo assim, dessa maneira desassomburada, via periclitar a ascensão de Arnolfo Azevedo à presidência da Câmara.

Em consequência, a maioria governamental procurava proclamar a eleição da nova Mesa, negando número para as deli-

(4) Cf. *Jornal do Brasil*, 28 de abril de 1921.

berações. E o presidente Bueno Brandão ia continuando a dirigir os trabalhos, sob os protestos de diversos deputados, particularmente dos srs. Alvaro Batista e Vicente Piragibe. Como frisou mais tarde, em discurso pronunciado na sessão de 18 de maio, o deputado Veiga Miranda, a situação tornou-se muito crítica durante vários dias, sofrendo Bueno Brandão as mais violentas apóstrofes, recebendo “tremendos petardos” e chegando a ser acusado de estar ocupando indêbitamente a presidência da casa. Se vingassem as tentativas feitas para a imediata escolha da Mesa — acentuou aquêlê orador —, os escolhidos poderiam ter recebido apenas 54 votos, já que a Câmara tinha 107 deputados reconhecidos. “Semelhante maioria ocasional, no limite mínimo, seria capaz de garantir e amparar uma situação?” E os eleitos ascenderiam a seus cargos com o indispensável prestígio?

A partir de 9 de maio, os jornais cariocas passaram a refletir as dificuldades com que vinham lutando os deputados, por detrás dos bastidores políticos. Naquêle dia, *A Tribuna* afirmava que se segredava “pelos cantos do Monroe que o sr. Arnolfo Azevedo não seria mais o presidente”, atribuindo a onda de boatos aos simpatizantes do deputado Azevedo Sodré, da bancada fluminense, que se esforçavam por elegê-lo para o pôsto... No dia 13, *A Notícia* admitia que não causaria surpresa a reeleição do deputado Bueno Brandão; e o *Correio da Manhã*, veiculando a mesma notícia, baseava-se num discurso do deputado Estácio Coimbra, líder da maioria, no qual, sob aplausos gerais, afirmara que o presidente Bueno Brandão “dispunha da solidariedade completa de seus pares”. Sua reeleição só dependia de manifestações expressas, que deveriam chegar de Belo Horizonte. Porque — esclarecia o jornal carioca:

“São Paulo não quer aquêlê cargo. O sr. Arnolfo Azevedo, para êle indicado, como dissemos há dois dias, com sacrificio da liberdade de sua bancada, ou seja, por acôrdo ou conchavo, não aceitaria a função. Queria, como seus colegas, o pleno assentimento da maioria e a máxima liberdade, como Minas deu ao sr. Sabino Barroso.

Parcendo impossível uma situação semelhante, o que houve, por parte dos paulistas, foi um desapêgo formal, e não uma recusa. A bancada continuou em plena liberdade.

Ontem, pela manhã, se dizia que ela, sem discrepância, votaria contra o govêrno. Assim ocorreu”.

Reavivando-se êsse episódio da vida política brasileira e procurando-se sentir em tôda sua plenitude, através do noticiário dos jornais da época, o que se passava nos bastidores e

no plenário da Câmara, sentimo-nos orgulhosos dos representantes do povo paulista. Imaginamo-los coesos e altaneiros, metidos nos seus “vinte e dois casacos prêtos”, “uma série de homens graves”, sentados na primeira ala à esquerda do hemicíclio — como os viu COSTA RÊGO —, a dizer *não* ao governo, que apoiavam e do qual haviam recebido a promessa de que um deles viria a ser o futuro presidente da Câmara. Entre êsses deputados paulistas, também a dizer corajosamente *não*, Arnolfo Azevedo, que até poucos dias atrás todos admitiam como já praticamente eleito para o alto pôsto. Um espetáculo digno de ser assistido e dignificador para os que o encarnaram.

No dia 14 de maio, *A Tribuna* apresentava uma nova versão dos acontecimentos:

“Volta, no borborinho do Monroe, o diz-que-diz-que a Mesa não será renovada e, sim, reeleita. O fundamento é o de que o sr. Arnolfo Azevedo, deputado paulista e chefe político em Lorena, seria alçado a uma posição de excessivo destaque, consistindo isso certo relativo perigo para a economia íntima da situação política dos bandeirantes.

É, inegavelmente, bem achado o pretexto, para os que ignoram o interior da vida partidária, nestes dias, de São Paulo...”

No dia 15, o *Correio da Manhã* informava que continuava a haver alguma dúvida relativamente à eleição da mesa da Câmara.

“Ao que se afirma, São Paulo já declarou, a quem de direito, que se desinteressava de obter a presidência para o sr. Arnolfo Azevedo ou para outro membro de sua bancada. Liga-se a êste fato a viagem do sr. Carlos de Campos ao Estado.”

Segundo *O Imparcial*, dêsse mesmo dia, afirmava-se que o deputado Carlos de Campos fôra a São Paulo, a fim de conferenciar com o presidente Washington Luís e resolver se, naquela emergência, deveria ou não Arnolfo Azevedo aceitar, da própria maioria da qual a bancada divergira, a investidura de presidente da Câmara. De outra parte, observava que essa mesma maioria havia votado, na véspera, cerrada, a favor do deputado José Roberto Leite Penteado, “em homenagem especial ao grande Estado do Sul”, estando disposta a prestar-lhe outra, ao entregar a um paulista a presidência da casa. E concluía: “Nestes têrmos, é certo que, se a bancada paulista não vier a dar o presidente, será por iniciativa dela mesma e, não, da maioria”.

No dia 16 de maio, a borrasca havia passado e a atmosfera política se desanuviara. Arnolfo Azevedo viu-se eleito pre-

sidente da Câmara Federal. Sem concessões ou conchavos, sem ceder sequer um milímetro de sua posição política, São Paulo saíra vitorioso da refrega.

S., correspondente político de *O Estado de São Paulo*, em sua coluna intitulada *O que há de novo — O Monroe por dentro*, descreveu muito bem o drama vivido pelos deputados paulistas, em crônica publicada na edição de 21 de maio de 1921:

"Aquêlê momento de tamanha tensão nervosa, que precedeu as sessões em que tinha de ser consumada a eliminação, já então considerada inevitável, dos srs. Maurício de Lacerda e Nicanor do Nascimento, passara sem deixar outros vestígios além da impressão que produzira no espírito público.

Conseqüências políticas, nenhuma. Fôra respeitado o direito, de que se prevaleceram não poucos deputados (compreendidos nesse número os que constituem a bancada paulista), para votarem livremente nesses pleitos eleitorais, obedecendo apenas às inspirações da própria consciência, sem que, com tal procedimento, pretendessem quebrar sua solidariedade política com o governo; e, assim sendo, não mais havia razão para que se alterassem, por qualquer forma, os ajustes anteriormente firmados para a constituição da Mesa.

Desfizeram-se fâcilmente, portanto, tôdas aquelas versões que tumultuaram nas indiscições dos jornais, em tôdas as palestras e em todos os comentários em que entrava a política como assunto principal, e que apregoavam a possibilidade de se ter de apelar para o recurso da reeleição da Mesa que vinha da sessão legislativa passada, como um meio de evitar, sem acinte violento, que a cadeira presidencial fôsse conferida a São Paulo".

Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara

Na memorável tarde de 16 de maio de 1921, o Palácio Monroe regurgitava de deputados. Os repórteres políticos, olhos e ouvidos bem abertos, circulavam por entre êles. A atmosfera era de ansiosa expectativa. Sabia-se que, finalmente, cessara o impasse e ia-se proceder à eleição do presidente e dos dois vice-presidentes da Câmara.

Anunciada a ordem-do-dia, achavam-se presentes 174 deputados. Num ambiente perfeitamente tranqüilo, como se nada houvesse antes acontecido, teve início a votação. Como observou o *Jornal do Brasil*, no dia seguinte, tudo correu

"sem que despertasse o mais ligeiro sintoma de dissensão entre a política coligada dos dois grandes Estados, Minas e São Paulo, como se ia fazendo crer. A combinação assentada no ambiente da *entente* começou

a ser sufragada quase unânimemente. Só um ou outro voto discrepante, e dos que fazem praça da pouca consideração ao mandato, de que lhe investem quase sempre”.

A apuração dos votos só terminou por volta de 17 horas, quando foi anunciado o seguinte resultado, para a *presidência*:

	<i>Votos</i>
Arnolfo Azevedo .	161
Bueno Brandão .	10
Dantas Barreto .	1
Ramiro Braga .	1
Nulo	1 (5)

Para 1.^o *vice-presidente* viu-se eleito o deputado Afonso Camargo, do Paraná; e, para 2.^o *vice-presidente*, o deputado Dionísio Bentes, do Pará.

No dia 17 de maio, já sob a presidência de Arnolfo Azevedo e presentes 135 deputados, completou-se a eleição da Mesa:

- 1.^o *secretário* — Raul Alves (Bahia)
- 2.^o *secretário* — Costa Rêgo (Alagoas)
- 3.^o *secretário* — Sales Filho (Distrito Federal)
- Suplente* — Efigênio de Sales (Amazonas)
- 4.^o *secretário* — Ascendino Cunha (Paraíba)
- Suplente* — Hugo Carneiro (Ceará)

A imprensa acolheu, de maneira simpática, a eleição de Arnolfo Azevedo para a presidência da Câmara.

O País acentuou, a 17 de maio, que ele era “um parlamentar afeito, de há muito, aos assuntos legislativos”, e, na Câmara, tivera sempre “merecido destaque, ocupando posições de relêvo a que lhe deram direito a sua atitude discreta, a sua conduta elevada e a sua sólida cultura jurídica”. Depois de lembrar que exercera o posto de 1.^o vice-presidente por mais de três anos (1906-09) e que figurara na comissão de Constituição e Justiça, “onde estudou e relatou, com erudição e admirável senso jurídico, várias questões”, referiu-se à luta política que se vinha travando em Lorena:

“Uma tenaz campanha oposicionista, em seu município, sustentada nos últimos tempos, serviu para demonstrar a solidez do prestígio do ilustre político paulista, prestígio que avulta com a sua merecida escolha

(5) O voto dado a Dantas Barreto era “talvez uma homenagem modesta do sr. Gonçalves Maia”. O voto dado a Ramiro Braga foi acompanhado por uma expressão pilhérica do deputado Macedo Soares, ao colocá-lo na urna: “Para prestigiar o meu líder, que anda muito por baixo” (cf. *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1921).

para a presidência da Câmara dos Deputados, consequente à unânime indicação que, do seu nome para tão elevado posto, fizeram os seus companheiros de bancada”.

Em editorial, *O Jornal*, na mesma data, após acentuar que “a depuração dos srs. Nicanor do Nascimento e Maurício de Lacerda ficará, incontestavelmente, entre as páginas mais tristes do nosso Congresso republicano” e de lembrar os vários problemas que a Câmara tinha a resolver, cuja solução dependia de seu presidente e de seus principais líderes, observou:

“O novo presidente deixou, ao tempo em que exerceu a Vice-presidência da mesma casa do Congresso e da sua passagem pela comissão de Constituição, uma tradição honrosa de trabalho e de energia. Tudo faz esperar, pois, que essa colaboração com o líder da maioria e os chefes das grandes bancadas venha a imprimir uma orientação fecunda, e que não virá sem tempo.

A Câmara não pode ser uma simples assembléa de políticos para as pequenas lutas dos partidos. Ela tem funções mais altas e mais úteis a preencher, se quer reconquistar a estima e o apêço públicos”.

E, no noticiário político, escreveu o mesmo jornal:

“O sr. Arnolfo Azevedo é, desde hoje, o presidente da Câmara. Pelas suas tradições de inteligência, estudo e compostura, o nome do sr. Arnolfo Azevedo foi recebido com as maiores simpatias pela Câmara. Resta, agora, que êle saiba levá-la aos trabalhos fecundos, dentro de um regime de ordem e de respeito a todos os direitos”.

Na mesma data, comentou *O Dia*:

“Como se esperava, foi eleito presidente o sr. Arnolfo Azevedo. Todos os elogios são devidos a essa escolha. De fato, pelas suas qualidades pessoais, pelas suas tradições e pela sua cultura política, o ilustre deputado paulista era uma das figuras mais indicadas para o alto posto a que acaba de ser elevado. Elegendo-o, a Câmara não prestou só uma justa e oportuna homenagem ao grande Estado, de que o sr. Arnolfo Azevedo tem sido sempre, através de várias legislaturas, um representante operoso, capaz e ilustre. Fêz igualmente justiça aos méritos incontestáveis do deputado paulista”.

Para o *Jornal do Comércio*, de São Paulo, também de 17 de maio, merecia especial registro o fato de haver sido eleito um paulista para a presidência da Câmara, porque

“depois da atitude da bancada nos casos do Estado do Rio e do Distrito Federal, a eleição de um dos membros dessa mesma bancada para o alto posto encerra uma eloquente lição, que tão cedo não pode, nem deve ser esquecida por aquêles que, na pessoa do Chefe da Nação, querem ver um inimigo do nosso Estado, um adversário de nossa situação”.

Para um político que nunca bajulara os jornalistas, “porque isso sempre repugnou a seu caráter altivo e independente” (6); para um “temperamento frio, calmo, infenso às multidões, sem contato com a plebe, incapaz de pôr a mão no ombro de um popular ou de tomar um café com um operário em botequim, incapaz também de prometer ou de mentir” (7); para um homem visceralmente sério, austero, pouco expansivo, de cenho carregado e cara sempre fechada, que costumava manter seus interlocutores a uma certa distância — os elogios recebidos pela imprensa carioca tinham um significado realmente especial e extraordinário. Representavam a consagração de um homem de bem, que vinha exercendo seu mandato com a necessária dignidade — o que, infelizmente, nem sempre acontecia e continua a acontecer.

Como é de se esperar, a notícia da eleição de Arnolfo Azevedo para a presidência da Câmara repercutiu profundamente no Vale do Paraíba paulista e, em particular, em sua terra natal. No próprio dia 17 de maio, o *Rio-Jornal* publicou o seguinte telegrama:

“LORENA, 17 — Foi motivo de grande regozijo na população desta cidade a notícia da eleição do ilustre filho desta terra, Dr. Arnolfo Azevedo, para o alto cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Apenas chegada pelo telégrafo tão grata notícia, numerosos foguetes espoucaram no ar. São inúmeras as felicitações enviadas a S. Exa. pelos seus amigos e correligionários”.

A 18 de maio, *O Norte*, de Taubaté, noticiou o fato, com palavras muito elogiosas. No dia 22, em Lorena, o *Norte Paulista* publicou uma edição, quase toda consagrada ao nosso biografado, refletindo a alegria reinante na cidade e, em especial, entre os arnolfistas.

O discurso de posse

No dia 17 de maio de 1921, engalanou-se o Palácio Monroe. A Câmara Federal passaria a ter um novo presidente, um deputado paulista, nascido em Lorena. Terminara o “monopólio” de Minas Gerais, após 13 longos anos.

(6) Cf. *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, vol. 11, n.º 2, p. 245.

(7) Cf. *A Nota*, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938.

Segundo *O Dia* (18 de maio) as tribunas estavam “floridas”, pois “inúmeras senhoras paulistas ocupavam a tribuna reservada aos diplomatas”.

Presentes 88 deputados, abriu a sessão o deputado Costa Rêgo, tendo a seu lado, como secretários, os srs. Euclides Malta e Sales Filho. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, foi empossado o deputado Aires da Silva, de Goiás, e fez uso da palavra o deputado Efigênio de Sales, que — segundo o *Rio-Jornal* (17 de maio), “encheu lingüiça”, examinando problemas da Amazônia. Mas não tardou a ser prevenido de que o nôvo presidente preparava-se para assumir seu cargo.

Saudado por prolongada salva de palmas, Arnolfo Azevedo penetrou no recinto e foi convidado, pelo deputado Costa Rêgo, a assumir a cadeira presidencial.

Atingia o ponto culminante de sua carreira política o adolescente rebelde de 1883, o acadêmico de Direito de 1887, o inspirado poeta e musicista de décadas passadas, o ativo Intendente Municipal dos idos de 1892, o deputado estadual de 1895, o fazendeiro policultor, o deputado federal que vinha representando São Paulo desde 1903. Tinha 52 anos de idade.

Na tribuna reservada aos diplomatas encontrava-se, entre as inúmeras outras senhoras paulistas, Dona Dulce Cochrane de Azevedo, sua espôsa, a sua *Dulcita*, “a môça bonita” a quem dedicara tantos versos em 1889, companheira e amiga já havia quase 30 anos. E seus filhos, seus parentes, seus amigos.

Sob forte emoção, que sua rijeza soube controlar, pronunciou o seguinte discurso, que vamos transcrever na íntegra, por ser o primeiro feito como presidente da Câmara e pelo muito que significou para nosso biografado, naquele momento histórico de sua vida:

“Nobres senhores Deputados.

Agradeço, profundamente reconhecido, à vossa excessiva generosidade, a honra que acabais de conferir-me, elevando-me ao cargo de presidente da Câmara.

Accitando a dignificadora investidura neste alto pôsto, de tão graves responsabilidades, na direção suprema dos trabalhos desta casa do Congresso Nacional, não me iludo com a significação do vosso ato, cujo intuito foi prestar vossas melhores homenagens ao Estado, que tenho a subida honra de representar, e não ao mais obscuro de seus representantes neste ramo do Poder Legislativo federal; mas julgo, por igual, que me não ilude a crença, em que laboro, de haverdes, com êsse ato generoso, assumido o compromisso de prestar-me vossa esclarecida e dedicada colaboração, sem a qual impossível se tornará, no desempenho da missão que

me confiastes, qualquer parcela de bom êxito. Tais foram os motivos poderosos que me levaram a não declinar de tamanha e tão imerecida honra.

Dois ilustres representantes do meu Estado passaram pela cadeira presidencial das casas do Congresso: Prudente de Moraes, o inextinguível presidente do Congresso Constituinte, como vice-presidente do Senado Federal; e Bernardino de Campos, o benemérito e imortal republicano, como um dos primeiros e dos maiores presidentes desta Câmara. Entre os que mais elevam a atual representação do meu Estado, existem descendentes dêsses dois grandes brasileiros⁽⁸⁾ e vossa escolha, se num dêles recaísse, seria, sem dúvida, um ato de grande acôrto. Mas, porque vos ocorrendo, estou certo, a feliz lembrança, êles próprios, talvez, dela vos desviassem, não quisestes nesse sentido orientar a vossa preferência; e, passados trinta anos, não contando os três de eventual interinidade que me couberam, volta a presidência da Câmara dos Deputados a ser exercida por um paulista, que, entre tantos de maior merecimento, em muito se distancia daqueles grandes vultos da política nacional. Se o pêso enorme dêste patrimônio de gloriosas tradições, assim, por essa causa, a mim me sobrecarrega mais, convosco, mais uma vez, é forçoso que êsse encargo se reparta, no que toca à imperiosa necessidade de suprir as deficiências do depositário de vossa escolha e confiança, trazendo-lhe o incessante concurso de vossa alta sabedoria, de vossa desvelada assistência, do vosso auxílio eficaz, de vossa solidariedade inteira, para que, no conceito da Nação e dos outros poderes públicos, não desmereçam o prestígio e a autoridade dêste cargo, que, por vossa delegação, vou agora desempenhar, nem diminuam o respeito e a consideração dos brasileiros pela dignidade desta casa do Congresso Nacional.

Por minha parte, senhores Deputados, não pouparei esforços nem sacrifícios nesse desempenho, tendo sempre diante dos olhos os exemplos de austeridade e nobreza daqueles grandes obreiros da República e beneméritos de nossa Pátria, e os de tantos outros que, com talento e brilho, honraram esta cadeira, aos quais não poderei, é certo, igualar de forma alguma, mas cuja conduta impecável procurarei imitar e seguir sem discrepância, para que o exercício dêste cargo se revista dos caracteres de verdadeira magistratura.

Cumprindo e fazendo observar e cumprir os preceitos da Constituição da República, das outras leis e de nossa lei interna, espero de vós — e instantemente vos solicito — que me auxiliéis neste elevado propósito, concorrendo para a boa ordem dos nossos trabalhos, para a cordialidade e gentileza dos nossos debates, para o mútuo respeito entre os depositários de quaisquer parcelas dos poderes políticos da Nação e, sobretudo, para que se mantenha, com o mais escrupuloso zêlo, o decôrto desta Câmara.

O momento que atravessamos é propício para um trabalho eficiente e patriótico, em benefício da causa pública, que reclama de todos nós, em seus variados e inúmeros aspectos, medidas legislativas da mais alta valia.

O ambiente internacional, depois da paz é de reparações, de reconstruções e ressurgimento em todos os ramos da atividade humana, especialmente no terreno econômico e financeiro. As produções de todo o gênero — agrícolas, industriais, manufatureiras e extrativas —, com o correlato e ainda não resolvido problema dos transportes marítimos e terrestres, pe-

(8) Referia-se aos deputados Prudente de Moraes Filho e Carlos de Campos.

dem providências urgentes e assecuratórias, que não podem ser, exclusivamente, pautadas pelos velhos preceitos e regras clássicas da Economia Política e Ciência das Finanças, mas, sim, e muito, pelas imposições de necessidades novas que circunstâncias imprevisas nos criaram, e só serão atendidas e satisfeitas com medidas oportunas e adequadas, complexas e especiais, desenvolvidas em uma legislação, talvez de caráter excepcional e transitório, mas com vistas ao estabelecimento definitivo de um aparelho completo de defesa e proteção de nossas incalculáveis riquezas, desde a regulamentação e remodelamento do sistema de operações dos nossos institutos comerciais e bancários, até o povoamento do nosso fertilíssimo solo e a ampliação e conquista de novos mercados no exterior. Do aprofundado estudo desses problemas surgirão as soluções prontas, felizes e seguras, que, de nós outros, o país espera.

Se é de paz, de reconstrução e de intenso labor o ambiente no exterior, é, por igual, de completa tranquilidade pública e de absoluta confiança nos poderes constituídos a atmosfera que se respira no interior, convidando os legisladores brasileiros a um exame calmo, sereno e proveitoso de relevantes, difíceis e momentosos assuntos.

Por outro lado, a situação política do país se revela por uma grande harmonia de vistas e conformidade de propósitos entre as diversas correntes partidárias e os governos dos Estados e da União, que, todos, se reúnem e se congregam em torno do ilustre e eminente chefe da Nação, para prestar ao seu patriótico governo o apoio franco a que tem feito jus, sendo justa aspiração dos brasileiros, a bem das instituições republicanas e da ordem pública, que, entre essas e todas as grandes forças, que dão vida e movimento ao robusto e próspero organismo nacional, a coesão e solidariedade se mantenham, se revigorem e frutifiquem nas mais belas e auspiciosas realizações.

Em tão favoráveis condições mesológicas e tão assoberbados pelas premências da situação mundial, é mister, senhores Deputados, que trabalhem em benefício da grande nação, que para isso nos constituiu seus legítimos representantes, no pleito de 20 de fevereiro último.

A função primordial dos parlamentos é a decretação das leis de meios e, nas leis de impostos, cabe a esta Câmara a responsabilidade da iniciativa. Procuremos cumprir, neste particular, com o mais extremado cuidado e patriótico desvelo a nossa elevada missão, executando o Regimento e observando-lhe rigorosamente os prazos, de sorte a evitar que se atropelem os trabalhos orçamentários, como sói acontecer, com o mais acentuado prejuízo do estudo das fontes de receita e do melhor e mais acurado exame nos títulos das despesas públicas.

As leis orgânicas, para completa execução e desenvolvimento dos textos constitucionais, e as de organização social e do trabalho, ainda se não ultimaram todas, dependendo algumas de total elaboração, outras de reformas em andamento, nesta ou na outra casa do Congresso, assuntos dignos de vossa melhor atenção.

A Constituição da República oferece aos três órgãos supremos do poder público suficientes e amplas garantias de harmonia e independência, de forma a poder cada um deles — com inteira liberdade de ação, dentro da esfera de sua competência, cujos limites e fronteiras é dever de cada qual defender com enérgica intransigência, sem jamais os destruir ou ultrapassar —, ter iniciativas patrióticas e — sem tropeços nem emba-

raços de qualquer ordem, com os demais, em completa consonância de esforços — promover o bem público do país e a felicidade maior para a Nação.

Nestas rápidas considerações de ordem geral, não devo deixar em silêncio a circunstância felicíssima de sermos legisladores em um país privilegiado pela sua imensa riqueza natural, com todos os climas do Mundo, sem terremotos, sem vulcões, sem avalanchas de neve, sem nenhuma das grandes calamidades que oprimem povos heróicos, como fatôres de destruição e aniquilamento dos trabalhos e esforços humanos.

Nossa obra legislativa produzirá, neste vasto território, benefícios duradouros e permanentes, e, se fôr sábia e conscienciosa, há de, sem dúvida, concorrer para que venha nêle se constituir, se fortificar e engrandecer-se um povo pelo menos igual aos maiores povos do planêta, e que será orgulho justificado de nossa raça e honra gloriosa de nossa bandeira.

Sejamos operários dessa obra de patriotismo; levemos algumas pedras a essa majestosa construção; e tenhamos fé em que a projeção do edifício, que assim se apruma em ciclópica grandeza, irá tocar as alturas pelo destino reservadas aos países novos do continente americano, oferecendo, de futuro, aos nossos descendentes, a indizível felicidade de ouvir proclamar, pelos outros povos, que o Brasil se fêz uma das mais felizes e das maiores nações do Mundo.

Com êstes ardentes votos, senhores Deputados, vamos trabalhar pela prosperidade de nossa Pátria!"

Essas palavras foram muito aplaudidas, "não só pelas inúmeras senhoras e senhoritas que se achavam nas tribunas diplomáticas, como também por todos os deputados" — informou o jornal *Boa Noite*, no dia seguinte, acrescentando:

"Quando o sr. Arnolfo Azevedo lia o seu discurso de posse, no meio da maior atenção, o sr. Otávio Rocha, deputado sul-riograndense, disse ao sr. José Augusto, num diapasão de voz que permitiu ser ouvido por grande número de deputados que o rodeavam:

— Estou assistindo, com muito respeito, esta cerimônia, porque é o primeiro ato oficial da candidatura Artur Bernardes..."

Terminada a sessão, durante a qual se completou a constituição da mesa da Câmara, a bancada da imprensa, incorporada, foi à sala da presidência cumprimentar Arnolfo Azevedo, falando em nome dos jornalistas ali credenciados o sr. Mozart Lago; em resposta, o nôvo presidente declarou que "esperava a colaboração e a boa vontade dos cronistas parlamentares". Em seguida, o presidente da Câmara e os demais membros da Mesa, acompanhados pelo deputado Estácio Coimbra, líder da maioria, foram incorporados ao palácio do Catete, para cumprimentar o presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa.



*Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara Federal
(Aquarela de autoria de Carlos Reis)*

Comentários da imprensa

De modo geral, a imprensa recebeu bem o discurso pronunciado por Arnolfo Azevedo. O *Rio-Jornal*, de 17 de maio, disse que "causara magnífica impressão". *A Rua* classificou-o de "magistral". Já *A Noite*, sob o título de "Palavras... palavras...", observou que, nêle "a par de muitos conceitos judiciosos, há afirmações com as quais não podemos estar de acôrdo, como aquela, por exemplo, em que o Dr. Arnolfo Azevedo diz que "a situação política do país se revela por uma grande harmonia de vistas e conformidade de propósitos". Os fatos estão exatamente a provar o contrário e o nôvo presidente da Câmara, melhor do que ninguém, sabe que nunca houve mesmo tanta desarmonia e tanta desconformidade de pensamento nos círculos políticos, a começar pela Câmara, sob sua presidência. ."

Nesse mesmo dia 17, *A Tribuna* acentuou que, com sua investidura, conseguira Arnolfo Azevedo dar aos seus inimigos de Lorena uma prova de seu prestígio político, quer junto à bancada paulista, quer perante a política nacional; "láurea de triunfo, não é possível nem mais significativa, nem mais brilhante para convencer até a energúmenos". E, no dia seguinte, escreveu:

"Discurso judicioso, fora do terra-a-terra dos pequenos falatórios, das coisas miúdas de operetas, mas claro, alto e patriótico; sadio, veemente e belo, a todos impressionou e confortou agradavelmente, neste período inicial de nova legislatura. O sr. Arnolfo Azevedo isso mesmo havia de sentir com a sua sensibilidade e o seu critério de homem culto e de político de vontade, disciplinado, ouvindo os justos aplausos de tôda a Câmara às suas palavras cheias de oportunidade, aos seus conceitos palpitantes de justiça".

A 18 de maio, *O Dia* afirmou que, em seu "excelente" discurso, nosso biografado soubera fixar, em conceitos oportunos e felizes, os aspectos mais interessantes da atualidade brasileira, particularmente ao traçar, "com admirável clareza de idéias, o papel eminentemente construtor que está reservado à legislatura que se inicia". E acrescentou:

"O discurso do sr. Arnolfo Azevedo está, todo êle, repassado de uma sadia confiança nos destinos desta grande Pátria. Não é o otimismo ingênuo e artificial dos que se deixam impressionar apenas pelas aparências enganadoras. É a compreensão elevada de inúmeras possibilidades sociais

e económicas dêste vasto país, possibilidades que nos asseguram, de fato, o mais fulgurante destino e que aguardam apenas o estímulo das iniciativas de governantes e governados”.

Na mesma data, o *Jornal do Brasil*, depois de acentuar que “a posse revestiu-se de solenidade, tendo a ela assistido famílias de deputados paulistas e mineiros, que ficaram nas tribunas à esquerda da Mesa”, escreveu:

“O sr. Arnolfo Azevedo é um dos velhos parlamentares paulistas e dos tempos memoráveis da Cadeia Velha. Tem grandes simpatias na Câmara”.

Segundo o mesmo jornal, o nôvo presidente da Câmara traçara “um verdadeiro programa de trabalho, em que aborda as grandes necessidades nacionais e coletivas, sem fugir ao acatamento dos canais constitucionais”.

“A sua oração é uma peça política hábil, em manifesta harmonia de vista entre a Câmara e o Executivo, prestigiando-se ambos os poderes mutuamente, numa linha ampla de colaboração.”

Em contrapartida, *O Combate* (17 de maio) considerou uma “tirada pouco escrupulosa” o trecho do discurso referente à harmonia existente no campo político, e afirmou que “o sr. Arnolfo Azevedo separa-se de São Paulo para convidar os políticos a congregarem-se em torno do sr. Epitácio”. Lançou, em seguida, outro veneno:

“A conduta do sr. Bueno Brandão na presidência da Câmara encontra a maior repulsa, do seu sucessor, que se escusou de receber o cargo das mãos do decrépito mineiro.

O sr. Arnolfo Azevedo não quer, ao que se dizia no Monroe, nenhuma relação com os atos praticados pelo seu antecessor”.

De seu lado, a *Gazeta de Notícias* (18 de maio) escreveu que Arnolfo Azevedo pronunciara “um *improvisado* preparado há já quinze dias, onde se derramou em excessivos elogios ao sr. Epitácio Pessoa”. Estranhava o fato, porque êle votara “sempre contra o sr. presidente da República, cuja política atrabiliária condenou de modo formal com a expressão dos votos que deu a favor do sr. Maurício de Lacerda e do sr. Nicanor do Nascimento”. Pelo fato de haver sido eleito presidente da Câmara, teria Arnolfo Azevedo reformulado totalmente a opinião que formava do Sr. Epitácio Pessoa?... E assim conclua:

"Não há motivo para essa mudança; o sr. Arnolfo foi eleito pela Câmara e, não, pelo sr. Epitácio. É bom lembrar essa verdade ao nôvo presidente da Câmara..."

De maneira diferente pensava o correspondente carioca de *O Estado de São Paulo*, o mesmo S., já por nós citado, que publicou estas palavras, na edição de 21 de maio de 1921:

"O sr. Arnolfo Azevedo, depositário da confiança geral e acolhido com as melhores simpatias, recebeu pelo voto integral de seus pares a investidura que lhe estava reservada, e assumiu o seu elevado pôsto pronunciando um discurso que teve a melhor das repercussões, tanto pela elevação dos conceitos e pela nobreza da linguagem, como pela maneira por que apreendeu os problemas principais da nossa atualidade.

Esse discurso teve, também, um inegável aspecto político, pois, com as referências que consagrou ao chefe da Nação, destruiu de um golpe a impressão, reinante em certos espíritos mesmo depois da significativa eleição do ilustre representante de São Paulo, de que se havia criado uma atmosfera de desconfiança e de arrefecimento entre sua terra e o governo federal.

Tanto pelo respeito de que se soube cercar sempre, como pela cultura de seu espírito, pela tradição de trabalho e de estudo que criou no exercício ininterrupto de seu mandato, durante o qual tem exercido, na casa legislativa de que faz parte, as mais importantes comissões, o sr. Arnolfo Azevedo dá a todos a segura impressão de que vai ser um presidente à altura do cargo que lhe foi outorgado, não somente pelo critério político, mas também pelos seus predicados pessoais".

Da mesma forma elogiosa referiu-se o *Jornal do Comércio*, da cidade do Recife, em 19 de maio. Depois de resumir o discurso, terminou por afirmar que era preciso que "todos aquêles a quem a Pátria confiou postos em que possam servi-la se orientem pelas frases de fé e serenidade com que o sr. Arnolfo Azevedo se externou perante seus pares".

Dessa maneira, por entre aplausos e críticas dos jornais, como ante o silêncio de outros (*A Razão*, em 18 de maio, chegou a escrever que "o sr. A. Azevedo agradeceu sua eleição com um ligeiro discurso"...), assumiu o alto pôsto de presidente da Câmara dos Deputados, onde haveria de permanecer por seis longos anos ininterruptos.

Como é natural, recebeu enorme quantidade de telegramas de felicitações de personalidades políticas do momento, uns transbordantes de entusiasmo, outros simplesmente protocolares.

O Dr. Washington Luís, presidente de São Paulo, renovou-lhe suas cordiais e efusivas felicitações,

“pela honrosa eleição para o alto cargo de presidente da Câmara dos Deputados Federais, demonstrando assim possuir a confortadora confiança de todos os responsáveis pela política brasileira. Esse alto posto porá em realce a sua inteligência culta, a correção de sua conduta, a sua lealdade política, a ponderação de seus atos, penhores seguros de êxito feliz na presidência da Câmara”.

O Dr. Artur Bernardes, presidente de Minas Gerais, felicitou a Câmara “pelo acerto da escolha” e nosso biografado “pela merecida distinção” que acabava de receber. Mas, simultaneamente, enviou outro telegrama, assim concebido:

“Depois de haver felicitado o presidente da Câmara, quero também abraçar o velho e estimado amigo, cuja ascensão vi com sincera alegria”.

O Dr. Justiniano Serpa, governador do Ceará, após felicitar Arnolfo Azevedo e a Câmara “pelo acerto da escolha”, acrescentou:

“Tive a felicidade de poder conhecer com segurança o valor pessoal de V. Excia., o seu saber, a sua prudência, a sua energia e, sobretudo, o seu amor ao regime; e, assim, posso e devo manifestar o meu júbilo pelo ato de justiça dos seus pares”.

O Dr. Hercílio Luz, governador de Santa Catarina, congratulou-se com a Câmara “por ter na direção de seus trabalhos uma das figuras de maior valor da política nacional”.

O coronel Pereira Lobo, presidente de Sergipe, assegurou que Arnolfo Azevedo poderia contar com o apoio da bancada sergipana, que significava o empenho dela e de seu governo em prestar maiores serviços ao país, convencidos, como estavam, dos patrióticos esforços de nosso biografado “em bem da grandeza do Brasil”.

O Dr. José Joaquim Seabra, governador da Bahia, enviando afetuoso abraço ao seu “prezado amigo”, colocou-se “sempre ao dispor das nobres causas que encarnam a felicidade do país”.

No mesmo diapasão, embora mais protocolares, manifestaram-se outros presidentes ou governadores dos Estados: Rêgo Monteiro, do Amazonas; Sousa Castro, do Pará; Urbano dos Santos, do Maranhão; João Luís Ferreira, do Piauí; Antônio de Sousa, do Rio Grande do Norte; Sólton de Lucena, da Paraíba; José Bezerra, de Pernambuco; cônego Capitolino, de Alagoas; Nestor Gomes, do Espírito Santo; Raul Veiga, do Rio de Janeiro; Eurides Cunha, vice-presidente do Paraná;

Borges de Medeiros, do Rio Grande do Sul; Alves de Castro, de Goiás; Dom Aquino Correia, de Mato Grosso.

E, assim, também: Bueno de Paiva, vice-presidente da República; Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal; Antônio Azeredo, vice-presidente do Senado Federal; Pires do Rio, ministro da Viação; Simões Lopes, ministro da Agricultura; além de outros políticos, paulistas ou não: Lacerda Franco, Altino Arantes, Carlos de Campos, Sampaio Vidal, Alfredo Ellis, Pádua Sales, Júlio Prestes, Cardoso Ribeiro, Mário Tavares, Fernando Prestes, Paulo de Moraes Barros, César Vergueiro, Feliciano Sodré, Tavares de Lira, Sampaio Correia, Tobias Monteiro, Lamounier Godofredo, Rodolfo Miranda, Pires de Carvalho, João Luís Alves, Venceslau Brás, Simeão Leal, Magalhães Pinto ... e outros muitos, amigos residentes no Rio de Janeiro, em Lorena e outras cidades do interior paulista, em Pernambuco, em Santa Catarina, na Bahia, no Rio Grande do Sul.

Do Brasil inteiro recebia Arnolfo Azevedo homenagens e aplausos por sua investidura na presidência da Câmara Federal. Uma consagração.

Viagem triunfal

Com 52 anos de idade, vivia Arnolfo Azevedo alguns dos dias mais gloriosos de sua existência e de sua carreira política. Para sua alma de lorenense e de paulista do Vale do Paraíba, o clímax dessa glória foi atingido no dia 12 de junho de 1921, um domingo hibernal, quando partiu da cidade do Rio de Janeiro, em carro especial engatado à composição do Rápido da "Central do Brasil", com destino ao seu vale e à sua terra natal.

A leitura de *O Norte*, de Taubaté, em seu número de 15 de junho, e do *Norte Paulista*, de Lorena, publicado a 19 de junho, permite-nos reconstituir, em seus aspectos essenciais, essa viagem verdadeiramente triunfal.

As homenagens tiveram início logo depois que o comboio, deixando o território fluminense, penetrou no Estado de São Paulo.

Em Queluz, aguardava-o grande massa popular, acompanhada de banda de música. Saudou-o, em nome daquela cidade, o Dr. Antônio Cirino Filho. E, por entre vivas entu-

siásticos, partiu o trem, levando no vagão especial o presidente da Câmara Municipal, o Prefeito, o Promotor Público, o 1.º Juiz de Paz e Coletor Estadual da cidade.

Em Lavrinhas, nova manifestação popular o aguardava, falando em nome do povo o coronel Manuel Pinto Horta, que também passou a fazer parte da comitiva do homenageado.

Em Cruzeiro, o Diretório político e a Câmara Municipal haviam convidado o povo a comparecer à estação. Ao chegar o comboio, o que de mais representativo havia da sociedade cruzeirense ali se encontrava. Fêz a saudação o Dr. Ananias Ribeiro, o qual, juntamente com o Prefeito Municipal e outros próceres políticos locais, também embarcaram no vagão especial. E, ao som de um dobrado executado pela banda local, prosseguiu em sua viagem aquêlé trem da vitória.

Em Cachoeira Paulista, aguardavam-nos muitos correligionários, que cumprimentaram Arnolfo Azevedo e, alguns dêles, acrescentaram-se à comitiva.

As 13 horas, já era impossível o trânsito nas plataformas da estação de Lorena, tamanha a massa popular que ali se aglomerara. Precisamente 20 minutos depois, chegava o trem tão ansiosamente esperado: "foi um momento de indescritível satisfação, entusiasmo e júbilo do povo que ali se achava".

Lorena abria largamente os braços para receber seu filho ilustre. Ouviu-se, então, uma salva de 21 tiros, espoucaram inúmeras girândolas de foguetes, tiveram início os números musicais, interpretados pelas bandas do 5.º Batalhão de Caçadores e da Corporação "Mamede de Campos". Sucederam-se os vivas, as palmas, as aclamações delirantes, provindas da compacta massa popular, onde se viam autoridades civis, militares e eclesiásticas, expoentes das principais famílias locais, representantes dos municípios vizinhos, alunos das escolas locais.

Desligou-se do Rápido paulista o vagão especial e, ainda nêle, Arnolfo Azevedo e sua família começaram a receber os cumprimentos e as saudações de seus amigos e correligionários políticos.

Deixando o vagão, o presidente da Câmara apareceu cercado pelos deputados Pedro Costa, Pereira de Matos e Claro César, pelo prefeito de Taubaté, presidente da Câmara de Pindamonhangaba e pelo prefeito de Cruzeiro, além de outras autoridades, aos quais se juntaram os que o aguardavam em Lorena. E durante meia hora os cumprimentos e abraços se sucederam.

Em seguida, e muito a custo, organizou-se a marcha triunfal através da Rua Dr. Rodrigues de Azevedo, com destino ao edifício da Câmara Municipal, na então Praça Dr. Pedro Vieira. Todos a pé, formando imensa caudal humana, tendo Arnolfo Azevedo à frente, a movimentar-se lentamente, porque, a todo instante, era interceptada por quantos desejavam cumprimentar e abraçar o lorenense ilustre.

Na sala de sessões da Câmara Municipal, o presidente da Câmara Federal foi saudado pelo capitão Leopoldo Marcondes de Moura, prefeito da cidade. Seguiu-se-lhe, com a palavra, o Dr. César Costa, prefeito de Taubaté. Falaram, ainda: o prof. Carvalho Rosas, em nome do povo de Cachoeira Paulista; a senhorita Assunta Cartolano, em nome da colônia italiana radicada em Lorena; a senhorita Maria José Fraissat, em nome da Escola Profissional "Patrocínio de São José"; o sr. Gabriel Salhab, em nome da colônia síria radicada no 4.º distrito eleitoral; a senhorita Marieta Marcondes; o Dr. Alfredo Machado, em nome de Pindamonhangaba; o deputado Pereira de Matos, em nome de Caçapava; e, por fim, o Dr. José Galhanone, traçando o perfil do homenageado⁽⁹⁾. Encerrando a reunião, Arnolfo Azevedo agradeceu tôdas aquelas homenagens, visivelmente comovido. E nôvo cortejo se formou, agora para acompanhá-lo até sua residência — o Solar onde o esperava, sentada em sua cadeira de balanço, a Baronesa de Santa Eulália, sua veneranda mãe.

Por tôda a tarde dêsse memorável e inesquecível dia 12 de junho de 1921, músicas festivas alegraram a vida dos lorenenses: na Praça Dr. Arnolfo Azevedo, a banda do 5.º Batalhão de Caçadores; na Praça Conselheiro Rodrigues Alves (atual Praça da Baronesa de Santa Eulália), em coreto adrede preparado, a Corporação Musical "Mamede de Campos", sob a batuta do maestro João Evangelista.

Às 20 horas, no salão de festas da Escola Profissional "Patrocínio de São José", realizou-se um banquete para uma centena de convidados. "Todo o serviço foi completo, especial e luxuoso, sendo servido por gentis senhoritas o menu seguinte:

Purée aux petits-pois

Crème au poulet

(9) Também "a interessante menina Ângela Cartolano Addeo recitou lindos versos dedicados ao Dr. Arnolfo, ofertando-lhe mimoso ramallete de flores" (cf. Norte Paulista, 19 de junho de 1921).

Guisses de poulet en papillote

Poisson sauce mayonnaise

Porc rôti aux petits-pois

Dindon au jambon à la brésilienne

Roast-beef — Salade

Puddings, compots, fromages, fruits, vins, liqueurs".

Durante o banquete, fêz-se ouvir "uma excelente orquestra, composta e organizada de exímios musicistas, sob a hábil regência do estimado prof. José Marques de Oliveira", bem conhecido pelo nome de *Sinhô Marques*.

A mesa principal, em forma de T, sentaram-se: à direita de Arnolfo Azevedo — os Drs. César Costa, Alfredo Machado, José Vicente de Azevedo e José Tiago de Siqueira, êste Juiz de Direito da comarca, e o padre José dos Santos, diretor do Ginásio de São Joaquim; e, à esquerda do homenageado — os Drs. Pedro Costa, Pereira de Matos e Carlos Varela, o cap. Leopoldo Marcondes e o padre Carlos Pereto.

Foi orador o Dr. Filemon Patrículo, tendo Arnolfo Azevedo pronunciado seu agradecimento, após o que fêz um brinde de honra ao Dr. Washington Luís, presidente do Estado.

Terminado o banquete, dirigiram-se todos para o Cinema Rio Branco, que ficou repleto e ofereceu aos presentes magnífica sessão cinematográfica. De início, surgiu na tela o retrato de Arnolfo Azevedo, o que foi acompanhado "por uma uníssonã e prolongada salva de palmas". Falou, então, o prof. João Vieira da Silva, lente da Escola Normal de Botucatu e que havia sido professor do Grupo Escolar "Gabriel Prestes", de Lorena. Arnolfo Azevedo agradeceu, seguindo-se o espetáculo cinematográfico.

Retornando o homenageado à sua residência, ali teve lugar "animada *soirée*, dançando-se até as primeiras horas da madrugada do dia seguinte, reinando entre todos a mais completa satisfação e perfeita alegria".

Na segunda-feira imediata, dia 13 de junho, Arnolfo Azevedo ofereceu, em sua residência, um concorrido jantar em homenagem aos membros da Comissão de Festejos. Em seguida, o velho Solar ficou repleto de famílias, amigos e corelegionários, "tendo as senhoritas e os rapazes promovido uma *soirée* dançante, que estêve bastante animada".

No dia 14, Arnolfo Azevedo e sua família regressaram ao Rio de Janeiro, utilizando-se do vagão reservado, que foi ligado ao Rápido da "Central do Brasil".

Terminara a viagem triunfal, a viagem da vitória à terra natal.

Tristeza em plena vitória

Menos de dois meses depois dessa viagem e quando Arnolfo Azevedo já se encontrava no pleno exercício da presidência da Câmara a enfrentar os primeiros problemas, agravaram-se os padecimentos de sua progenitora — a Baronesa de Santa Eulália, desde longos anos a lutar com dificuldades para se locomover, nas derradeiras semanas impossibilitada de deixar seu leito de enferma.

Tinha avançada idade, pois completara 84 anos no dia 8 de agosto de 1921.

No dia 18 de agosto, percebeu-se que seu fim se aproximava. Mas Arnolfo Azevedo não podia estar a seu lado: sentira-se no dever de acompanhar o Dr. Epitácio Pessoa, presidente da República, que de trem se dirigia para São Paulo.

Com grande atraso, chegou o comboio presidencial à cidade de Lorena, por volta das 18 horas. Banda de música e populares homenagearam o chefe da Nação, que, em cerimônia rápida, declarou inaugurada a nova estação ferroviária da cidade e foi obsequiado com flôres. Partiu logo a seguir e, com êle, Arnolfo Azevedo, no cumprimento do dever que se impôs, embora seu coração desejasse ficar junto de sua veneranda mãe.

As 21 horas e 30 minutos desse mesmo dia 18 de agosto, veio a falecer a Baronesa de Santa Eulália. Imediatamente avisado da triste notícia, Arnolfo Azevedo deixou a comitiva presidencial e regressou a Lorena pelo trem noturno.

Uma verdadeira romaria dirigiu-se ao Solar, a fim de prestar sua derradeira homenagem. Porque a veneranda senhora passara a maior parte da vida a distribuir o bem, a socorrer os pobres, a dar remédios de homeopatia aos enfermos que a procuravam, quando, sentada em sua cadeira de balanço, na sala de jantar, fazia trabalhos de crivo ou labirinto. Porque todos, na cidade, independentemente de partidos políticos, amavam-na e a veneravam. Porque ela era,

pura e simplesmente, a *Baronesa* — nome por que passara a a ser conhecida, de longa data, sem que fôsse necessário acrescentar outra qualquer indicação.

Morrera a *Baronesa* e Lorena, em pêsco, chorou sua morte.

Na tarde de 19 de agosto de 1921, depois de solenemente encomendado na Matriz, realizou-se o sepultamento de seu corpo. Numa “verdadeira e extraordinária demonstração de pesar”, ao ato “compareceu uma enorme multidão”, de que faziam parte irmandades religiosas — Apostolado da Oração, Patrocínio de São José, Filhas de Maria, além de freiras e alunas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, alunos do Ginásio de São Joaquim e dos grupos escolares⁽¹⁰⁾.

Quase 36 anos antes, a 24 de outubro de 1885, essa mesma senhora — cujo corpo baixava à sepultura, naquela triste tarde lorenense — escrevera a Arnolfo Azevedo, então irrequieto adolescente de 17 anos, uma carta carinhosa, onde se encontra êste trecho, já por nós citado:

“Deus te há de proteger sempre e te fazer feliz. Hás de ser a minha glória e o meu prazer neste mundo.”

Deus ouviu suas preces singelas e deu-lhe vida suficientemente longa para que ela pudesse assistir à glorificação de seu filho. Em tôda plenitude, Arnolfo Azevedo tornou-se, para a Baronesa de Santa Eulália, sua glória e seu prazer neste mundo.

Mas — curiosa coincidência —, da mesma forma que o Barão de Santa Eulália recebeu um bálsamo no ocaso da vida, ao ler aquela carta do filho acadêmico de Direito, datada de 15 de novembro de 1888, também já por nós citada, na qual lhe participava que fôra aprovado plenamente nos exames do 2.º ano e esperava não mais lhe dar desgostos ou dissabores, — assim também teve a Baronesa uma suprema alegria ao ver o filho deputado federal ser escolhido para a presidência da Câmara, exatamente no ocaso da vida. Mais que isso: em ambos os casos, dois meses medearam entre a notícia alvissareira e a morte.

São os altos juízos de Deus — como diria o Dr. Inácio Cochrane, se vivo fôsse.

(10) Cf. *Norte Paulista*, Lorena, 21 de agosto de 1921.

Prova de fogo

1921, ano político difícil. Pondo ordem nos trabalhos. A candidatura de Artur Bernardes. O "caso" Norival de Freitas. Explicações da presidência. Tumulto no plenário. Orçamento e Regimento Interno. Divergem as opiniões. As razões da presidência da Câmara. Pausa cívica. Violência dos debates. No "seio de Abraão". Veto ao Orçamento.

1921, ano político difícil

Eleito presidente da Câmara Federal, a 16 de maio de 1921, Arnolfo Azevedo teve de enfrentar um ano político particularmente difícil.

A herança que recebera do deputado Bueno Brandão não era das melhores. Como acentuara o *Jornal do Brasil*, em 28 de abril, na sessão legislativa de 1920 a Mesa por êle presidida tornara-se responsável, por ação ou omissão, por certos fatos menos dignos, inclusive a reforma da Secretaria. Tornava-se preciso levantar o crédito moral da Câmara, "abatido pelas incursões do favoritismo, da politicagem, do egoísmo individual, dos venenos". Daí aquela afirmativa de *O Combate*, em 17 de maio, de que Arnolfo Azevedo não desejava ter nenhuma relação com os atos praticados por seu antecessor.

Mas a tarefa, em si mesma delicada, ainda mais melindrosa veio a tornar-se quando, em consequência da luta política pela sucessão do presidente Epitácio Pessoa, o deputado Estácio Coimbra deixou a liderança da maioria, sendo substituído no pôsto pelo próprio deputado Bueno Brandão.

De outra parte, apenas decorrido um mês de sua posse na presidência da Câmara, claro ficou que a candidatura do Dr. Artur Bernardes iria encontrar a oposição de forças políticas ponderáveis, não tardando a constituir-se a chamada *Reação Republicana*.

UMA BOA LIÇÃO

"A Camara negou-se a eleger para a Comissão de Finanças o servçal que o Dr. Epitacio fizera seu candidato". —
(Dos jornacs)



TIO PITA : — Cá está o meu candidato do peito! Elle nada entende de finanças, mas isso não admira, porque eu tam-
bem pouco pouco...

ARNOLPHO AZEVEDO : — Sae, azar! Isto, assim, é demais!

ESTACIO COIMBRA : — Realmente, é exigir muito...

TORQUATO MOREIRA : — Mais uma prova de que o poder só tem uma seducção : a de se poder abusar d'elle...
Mas isto aqui ainda não é cavallarica do Galtete... "Seu" Pitta, recolha o bucephalo l...

As primeiras dificuldades...

No meio de tudo isso, Arnolfo Azevedo tinha um programa a cumprir no alto pôsto que passara a ocupar e que tornara bastante explícito em seu discurso de posse: fazer elaborar as leis de meios, o Orçamento federal, sem atropelos e com um acurado exame das despesas a serem realizadas; procurar assegurar, "com o mais escrupuloso zêlo", o decôro daquela casa do Congresso Nacional; e revestir o exercício do cargo com as características de verdadeira magistratura.

Pondo ordem nos trabalhos

O Regimento Interno da Câmara Federal, votado em fins de 1920, não era suficientemente claro quanto à apresentação e discussão de requerimentos. De um lado, estabelecia que os deputados só poderiam fundamentar seus requerimentos depois de entregá-los à Mesa e que essa fundamentação ou debate só poderia ser feita na ordem-do-dia. De outro, porém, determinava que a fundamentação verbal de projetos, indicações ou requerimentos somente poderia ser feita na hora do expediente.

Havia uma flagrante contradição. E, nos primeiros dias de junho, Arnolfo Azevedo viu-se forçado a tomar uma decisão, a fim de assegurar a boa ordem dos trabalhos legislativos.

Verificou, desde logo, que era impossível fazer executar o dispositivo regimental que proibia a fundamentação de requerimento antes de sua entrega à Mesa, já que, na hora do expediente, o deputado tinha o direito de falar sôbre o assunto que bem entendesse. Se, por exemplo, fazia uma longa crítica a um ato do govêrno e, ao terminar, enviava à Mesa um requerimento, qual deveria ser a atitude desta? Mandar suprimir o discurso, não podia. Só restava uma saída: quando isso acontecesse, a Mesa consideraria o requerimento já com a discussão iniciada e incluiria, no fim da ordem-do-dia da sessão seguinte, a "continuação" de seu debate.

Foi o que Arnolfo Azevedo delibêrou, fazendo com que a votação de requerimentos só pudesse ser realizada decorridas, no mínimo, 24 horas, depois de sua devida divulgação pela imprensa. Segundo OTO PRAZERES⁽¹⁾, essa resolução era

(1) PRAZERES (Oto) — *Os requerimentos da Câmara dos Deputados — Uma resolução do Dr. Arnolfo Azevedo*, artigo publicado no *Jornal do Brasil*, de 6 de junho de 1921.

a mais liberal e a mais acorde com as boas praxes parlamentares, fazendo evitar muitas surpresas e incidentes desagradáveis.

A candidatura de Artur Bernardes

No dia 8 de junho de 1921, reuniu-se na cidade do Rio de Janeiro a Convenção Nacional para a escolha dos candidatos à presidência e à vice-presidência da República para o quadriênio de 1922-26. Nela foram consagrados dois nomes: o de Artur da Silva Bernardes, presidente de Minas Gerais, para a presidência; e o de Urbano dos Santos, presidente do Maranhão, para vice-presidência.

Foram organizadores e presidentes dessa assembléia política (na qual cada Estado fêz-se representar por um senador e um deputado federais) o senador Antônio Azeredo, vice-presidente do Senado Federal, e Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara. Minas Gerais viu-se representada pelo senador Raul Soares e pelo deputado Bueno Brandão; e São Paulo, pelo senador Álvaro de Carvalho e por nosso biografado.

De acôrdo com *O Dia*, de 11 de junho, aquêles organizadores da Convenção Nacional vinham sendo grandemente felicitados pelo êxito do conclave, graças a seu tato, prestígio, perfeita lealdade e correção de atitudes.

Era a primeira vez que Arnolfo Azevedo figurava, com destaque, entre os líderes da política nacional.

Mas os dissidentes de Pernambuco, da Bahia, do Rio de Janeiro, da própria Minas Gerais e do Rio Grande do Sul logo se aglutinaram, sob a liderança do deputado Otávio Rocha, da bancada gaúcha. E apelaram para o Dr. Nilo Peçanha, que havia regressado da Europa no dia 5 de junho e em homenagem a quem a Convenção fôra especialmente adiada.

No próprio dia de sua chegada, ainda no cais do pôrto, o político fluminense e antigo presidente da República dera um "viva" a Artur Bernardes e, logo após, reafirmara ao presidente Epitácio Pessoa seu apoio à candidatura do presidente de Minas Gerais.

Todavia, já no dia 6 de junho (certamente depois de ouvir os conselhos dos dissidentes), comunicou ao presidente da República que não compareceria à Convenção Nacional, por ser contrário à escolha de candidatos por uma assembléia

de congressistas. Omitiu-se, exatamente quando chegara a ser convidado a presidir ao conclave⁽²⁾.

Poucas semanas depois, após longas reflexões "diante do altar da Pátria", decidiu-se a combater a candidatura Bernardes, em obediência ao "mandato imperioso da Nação"⁽³⁾...

E assim surgiu a chapa de oposição: Nilo Peçanha, como candidato à presidência da República; José Joaquim Seabra, governador da Bahia, como candidato à vice-presidência.

Teve início, então, a chamada *Reação Republicana*, contando com o apoio de quatro presidentes de Estados: José Bezerra, de Pernambuco; Raul Veiga, do Rio de Janeiro; Borges de Medeiros, do Rio Grande do Sul; além do governador baiano, candidato à vice-presidência. E tendo como líderes políticos figuras como as de Otávio Rocha, Maurício de Lacerda, Gonçalves Maia, Vespúcio de Abreu, Torquato Moreira e Francisco Sales, êste último representando a oposição dos mineiros.

Em setembro de 1921, Nilo Peçanha deu início à sua viagem de propaganda através do país, chegando até a Amazônia e de lá regressando em novembro, após peregrinar pelos Estados nordestinos e visitar a Bahia e o Espírito Santo. Seu retorno à cidade do Rio de Janeiro teria constituído uma cena indescritível, apoteótica, recebido que foi por um "turbilhão humano", multidão calculada em 300 mil pessoas⁽⁴⁾.

A Nação ficou dividida.

No dia 9 de outubro, o *Correio da Manhã* publicou em *fac-simile* as famosas *cartas falsas*, que (admitidas, no momento, como verdadeiras) vieram pôr em xeque a candidatura de Artur Bernardes e abalar profundamente o mundo político nacional. Particularmente grave era a carta datada de 3 de junho, na qual o suposto signatário ofendia o marechal Hermes da Fonseca e, com êle, as forças armadas, através destas palavras:

"Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, êsse sargento sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou"⁽⁵⁾.

(2) Cf. FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *Um Estadista da República*, vol. II, p. 1.002.

(3) Cf. TINOCO (Brígido) — *A vida de Nilo Peçanha*, p. 246, Liv. José Olympio, Rio de Janeiro, 1962.

(4) Cf. TINOCO (Brígido), *ob. cit.*, pp. 251-258.

(5) Sobre o assunto, consultar, entre outros: FRANCO (Afonso Arinos de Melo), obra e vol. citados, pp. 1.016-1.024; AMORA (Paulo) — *Bernardes, o estadista de Minas na República*, pp. 48-56, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1964; TINOCO (Brígido), *ob. cit.*, pp. 258-263.

O país estava perplexo e, muito mais, o Dr. Artur Bernardes, vítima de tamanha infâmia.

E, logo no dia 10 de outubro, o escândalo repercutiu no plenário da Câmara Federal, onde as sessões passaram a ser cada vez mais tumultuadas com a agitação e a violência dos debates, por entre o desenfreamento das paixões políticas.

Arnolfo Azevedo, no cumprimento do mandato recebido de seus pares, presidia àquelas agitadas sessões, a enfrentar esse vendaval. Embora fôsse um dos líderes da candidatura Bernardes, via-se forçado a despir-se de sua qualidade de político partidário, para revestir-se com a toga de um magistrado — conforme prometera em seu discurso de posse. E o conseguiu.

No entretanto, paralelamente a tais acontecimentos políticos, outros problemas teve de enfrentar, nessa movimentada sessão legislativa de 1921.

Passava por uma verdadeira prova de fogo.

O “caso” Norival de Freitas

Desde princípios de agosto de 1921, vinham os jornais e deputados da Dissidência acusando Arnolfo Azevedo de parcialidade em sua difícil tarefa de fazer cumprir o Regimento Interno, sob a alegação de que determinados dispositivos nunca haviam sido cumpridos e passaram a sê-lo por motivos de ordem política.

Era uma injustiça assacada ao presidente da Câmara e, sem o querer, os dissidentes puseram em realce sua inteireza moral — conforme observou o *A. B. C.*, em 6 de agosto, acrescentando:

“Político de influência tradicional no seu distrito, pela combatividade e pela dedicação, o sr. Arnolfo Azevedo ascendeu ao posto ilustre em que ora se acha, justamente pela sobriedade do seu temperamento de parlamentar e de jurista. Talhava-o para o mandato a compostura serena, combinada com uma certa *secura* elegante, que o impôs à indicação da bancada paulista e ao voto unânime da Câmara, quando motivos especiais impediram o sr. Carlos de Campos de aceitar a presidência da assembléia de que é um dos próceres mais eminentes.

A mesa do Monroc, sob a influência controladora do sr. Arnolfo Azevedo, não terá, decerto, as condescendências e omissões que ali assinaram a passagem de alguns presidentes menos medíocres do que alheios às responsabilidades do cargo.

A cultura do deputado que hoje dirige os trabalhos da Câmara traça-lhe uma diretriz inflexível de deveres. O sr. Arnolfo Azevedo não a quebrará, estamos certos, pró ou contra as forças políticas divergentes da sua conduta, que não é mais do que a seqüência de um ritmo de superioridade, no trato com os mandamentos e os homens públicos."

Tais acusações assumiram um aspecto de maior gravidade na sessão 27 de agosto, a propósito do ato do presidente da Câmara, que designara o deputado Norival de Freitas para membro da comissão de Podêres, em substituição ao deputado João Guimarães. Ambos pertenciam à bancada fluminense, mas aquêle apoiava a candidatura Bernardes (em oposição ao governo de seu Estado) e o segundo, líder da mesma bancada, era partidário da candidatura Nilo Peçanha.

O primeiro a debater o assunto foi o deputado Otávio Rocha, líder dos dissidentes. Desculpando-se inicialmente por levantar a questão quando Arnolfo Azevedo ainda estava de luto (a Baronesa de Santa Eulália havia falecido no dia 18), desmentiu que fôsse propósito da Dissidência obstruir os trabalhos parlamentares; se o desejasse, com as quatro poderosas bancadas com que contava, acabaria por paralisar a ação daquela casa do Congresso Nacional. Seu propósito consistia em fiscalizar as atividades da Câmara; e, no uso dêsse direito, vinha criticar a designação do deputado Norival de Freitas. Não estava em causa a pessoa do deputado fluminense, nem contestava a competência de Arnolfo Azevedo na direção dos trabalhos. Mas aquela designação prejudicava a Dissidência; era considerada um ato de parcialidade da Mesa e uma demonstração em favor da maioria. Reconhecia que o presidente da Câmara era soberano quanto às designações; mas os dissidentes também o eram no referente ao direito de fiscalizar os trabalhos daquela Casa. E terminou por declarar que, se a Dissidência até então deixara de obstruir, não podia garantir que não passasse à obstrução. Porque êsse recurso era uma arma legítima, quando empregada contra imposições descabíveis ou atos de prepotência.

Tenso, na presidência, Arnolfo Azevedo escutava.

Em seguida, fêz uso da palavra o deputado Gonçalves Maia, da bancada pernambucana — cabelos grisalhos em desalinho, cravo à lapela, impulsivo, sem papas na língua. De acôrdo com *O País*, daquele mesmo dia, o irrequieto deputado havia dito, nos corredores da Câmara, que o deputado Norival de Freitas era "o mais burro dos bucéfalos" e que a presidência

da Casa não podia estar nas mãos de fazendeiros, mas, sim, nas de diplomatas...

Suas palavras, no plenário, foram mais comedidas. Acusou de parcialidade o presidente da Câmara, embora julgasse que toda a culpa do episódio cabia à própria minoria, que por mais uma vez se deixara enganar pela maioria, apesar das advertências do orador. Ele seguia, à risca, o provérbio indiano, constantemente citado por Eamon de Valera, paladino da independência da Irlanda: é uma grande vergonha para o indivíduo que engana seu semelhante; porém, vergonha ainda maior é para aquele que se deixa enganar duas vezes. No seu entender, os dissidentes deviam proceder "na guerra, como na guerra", abandonando a atitude de generosidade, da qual o líder da maioria, havia muito tempo, se afastara. Justificava o obstrucionismo e declarava-se partidário da fiscalização dos trabalhos parlamentares. E citou, em abono de sua tese, uma frase da opereta "Duquesa de Bal-Tabarin", referente a um ministro, que merecia louvores quando dormia, porque só então deixava de errar... (6).

Explicações da presidência

Antes de conceder a palavra ao orador seguinte, o presidente da Câmara declarou que julgava de seu dever dar uma explicação ao deputado Otávio Rocha, que acusara a Mesa de um ato de parcialidade.

Recordou a seus pares que, quando o deputado Raul Fernandes fôra nomeado embaixador, afirmara espontaneamente que sua vaga na comissão de Finanças seria preenchida pelo deputado que fôsse designado pelo líder da bancada fluminense e muito estimaria que essa indicação recaísse na pessoa do deputado João Guimarães.

Feita essa designação, o deputado João Guimarães foi a seu gabinete, a fim de agradecer o ato do presidente da Câmara. Supôs, então, que o referido deputado fluminense lhe transmitisse os desejos de sua bancada, em relação ao preenchimento da vaga na comissão de Podêres, que se abria com a nova investidura por ele recebida. Para sua surpresa, na conversa que então tiveram, o deputado João Guimarães nada

(6) Cf. *Jornal do Brasil e O Imparcial*, de 28 de agosto de 1921.

reivindicara. Como se levantasse para despedir-se, sem haver feito referência à vaga que passava a existir na comissão de Podêres, perguntou-lhe se a bancada do Estado do Rio de Janeiro receberia bem ou mal a hipótese de recair a escolha em um representante da minoria estadual e se tinha êle alguma objeção a fazer contra isso. Respondera o deputado João Guimarães que nada tinha a objetar.

No dia seguinte, retornou ao gabinete do presidente o referido líder da bancada fluminense, trazendo suas restrições à notícia que lhe fôra dada por Arnolfo Azevedo. Em resposta, declarara êste que então era tarde para voltar atrás, uma vez que, diante do não-protesto registrado na véspera, já havia participado ao deputado Norival de Freitas sua designação para membro da comissão de Podêres.

Se tivesse havido impugnação dêste nome anteriormente e se lhe pedissem as razões pelas quais destinara aquela vaga à minoria da bancada, tê-las-ia dado com prazer, pois baseavam-se em motivos de ordem elevada, num atestado de isenção de ânimo e de imparcialidade, dentro dos quais vinha procedendo e continuaria sempre a proceder. Além da designação do deputado João Guimarães para a comissão de Finanças, a bancada fluminense havia recebido outra distinção da Mesa: a nomeação do deputado Maurício de Medeiros para a comissão de Legislação Social, na vaga deixada pelo sr. Maurício de Lacerda, não reeleito deputado. O deputado Veríssimo de Melo, também da bancada fluminense, já fazia parte da comissão de Constituição e Justiça e fôra nomeado para a do Código das Águas, cabendo-lhe, quanto a esta última, plena liberdade na escolha de seus companheiros, sem se levar em conta o fato de pertencerem à maioria ou à minoria partidária.

E, textualmente, assim encerrou o presidente da Câmara suas explicações à Casa:

“Aliás, parlamentar e regimentalmente, não há nesta Casa maioria nem minoria, porque a maioria partidária e a minoria partidária, divididas a propósito de candidaturas presidenciais, ambas apóiam o Governo da República, ambas são forças governamentais. E eu, na direção dos trabalhos desta Casa, não posso atender senão às forças políticas que representam oposição ou apoio ao Governo.

Tenho atendido, porém àquilo que o Regimento me diz que devo observar e que é a representação das minorias, pela representação estadual, porque êsses deputados, que conquistaram as suas cadeiras em divergência com as maiorias estaduais, são até êste momento os representantes legítimos das minorias políticas.

Eram estas explicações que devia dar à Câmara e espero que elas porão um justo termo ao incidente da designação do sr. Norival de Freitas, como a todos os incidentes a propósito do exercício dessa atribuição exclusiva da Mesa, que a tem exercido com inteira isenção de ânimo."

Falara o presidente da Câmara, que todos já se vinham acostumando a respeitar, por sua imparcialidade. Até aquêlê momento, pelo menos, não havia na Casa nem maioria, nem minoria: todos apoiavam o govêrno do Dr. Epitácio Pessoa e êste mantinha-se neutro em face das candidaturas presidenciais. Assim sendo, o sr. Norival de Freitas era tão governamental quanto o sr. Gonçalves Maia. Em relação às divergências políticas no âmbito estadual, o situacionismo fluminense recebera seu devido quinhão.

Por um instante, julgou-se que a Dissidência se declararia satisfeita com as explicações dadas pela Mesa e o próprio Arnolfo Azevedo assim pensou. Com surprêsa para todos, porém, solicitou a palavra o deputado Maurício de Medeiros, da bancada fluminense.

Tumulto no plenário

De maneira polida, ressaltou o orador que se contradiziam as explicações dadas e a versão apresentada pelo seu líder, deputado João Guimarães, no momento ausente. Segundo êste, tivera oportunidade de declarar ao presidente da Câmara que a indicação do sr. Norival de Freitas não poderia agradecer à sua bancada, considerando o ato um gesto de hostil parcialidade da Mesa, e cortêsmente protestara contra o mesmo; não podia impedir a designação feita, já que era da autoridade do presidente da Câmara fazê-lo, mas não deixara de reconhecer-lhe o caráter parcial.

Dentro em pouco, acaloraram-se os debates, nêles tomando parte os deputados Rodrigues Alves Filho, Carlos de Campos, Joaquim de Sales e Gonçalves Maia. O deputado Joaquim de Sales, da bancada mineira, ficou exaltado, afirmando que se trazia para o plenário as divergências existentes no seio da política fluminense e que não podia admitir que o presidente da Câmara houvesse mentido.

"O sr. GONÇALVES MAIA — Ninguém disse isso.

O sr. JOAQUIM DE SALES — É uma acusação falsíssima.

O sr. GONÇALVES MAIA — A interpretação é que é falsíssima.

O sr. JOAQUIM DE SALES — Ninguém acredita que o presidente da Câmara viesse aqui mentir.

O sr. GONÇALVES MAIA — Ninguém disse isso."

A discussão prosseguiu:

"O sr. RAUL ALVES — No caso em debate, não se trata de saber se houve aprêço ou desconsideração à Dissidência. O sr. presidente declarou que agiu de acôrdo com o sr. João Guimarães. A questão está nesse pé.

O sr. BUENO BRANDÃO — A Câmara não pode entrar nessa indagação. É uma questão regimental da alçada de S. Excia., exclusivamente.

O sr. GONÇALVES MAIA — Então chegamos ao ponto de não poder asseverar coisas que são verdadeiras falcatruas.

O sr. JOAQUIM DE SALES — O sr. Nilo não se desligou, no dia seguinte, do compromisso escrito que havia tomado? Haverá falcatrua maior que a traição do sr. Nilo? O nobre deputado por Pernambuco se engasga com uma pulga e engole um elefante... O sr. Nilo é apontado como falcatruero político. Aí estão os fatos.

O sr. OTÁVIO ROCHA — Não apoiado. V. Excia. está irritando o debate.

O sr. GONÇALVES MAIA — São frases...

O sr. PRESIDENTE (*fazendo soar os tímpanos*) — Atenção! Peço aos nobres deputados que não interrompam o orador.

O sr. OTÁVIO ROCHA — Solicito a atenção do líder da maioria: da bancada mineira partem insultos à minoria e ao seu candidato. É a segunda vez.

O sr. JOAQUIM DE SALES — O sr. Artur Bernardes, que é um homem honrado e honesto, tem sido diariamente insultado!"

Estabeleceu-se o tumulto, vários deputados puseram-se a dar berros exaltados, sobressaindo o vozeirão do deputado Otávio Rocha:

— "A minoria foi insultada!"

Sòmente a custo conseguiu o deputado Maurício de Me-deiros terminar seu discurso. O que se passara consistia, apenas, no prenúncio de tempestades mais violentas, que haveriam de vir.

Falou, depois, o deputado Henrique Borges Monteiro, também fluminense, que lembrou exemplos do passado e afirmou que o ato da presidência fôra não só correto, mas de extrema condescendência para com a minoria.

Em seguida, ocupou a tribuna o deputado Americano do Brasil, da bancada de Goiás. Declarou que pretendia falar sòbre um assunto, mas um aparte do deputado Joaquim Moreira, também da bancada fluminense, o arrastava para outro.

Tôdas as atenções voltaram-se para o jovem deputado goiano, recentemente empossado. E o orador entrou na matéria:

— “Relativamente a uma afirmativa sôbre a vacina...”

De acôrdo com jornais da época, ouviu-se um decepcionado “Oh!” da parte de muitos deputados e a debandada foi geral... Esvaziou-se o recinto do Monroe...

Estava terminada a sessão de 27 de agôsto de 1921.

Orçamento e Regimento Interno

Fiel ao programa que se traçara, Arnolfo Azevedo deliberou, em setembro de 1921, tomar drásticas medidas a respeito do Orçamento da República. Com base no Regimento Interno, excluiu da lei de meios, na parte referente à Receita, quase tôdas as emendas da comissão de Finanças, que alteravam tarifas e outros impostos, da mesma forma que grande número de emendas apresentadas em plenário.

Essa corajosa decisão teve larga repercussão: deu margem a acalorados debates e foi assunto para comentários da imprensa, a partir de 21 de setembro e até os primeiros dias de outubro.

O ato causara grande surpresa, principalmente porque o Regimento Interno nunca fôra cumprido, no referente ao assunto. O dispositivo regimental determinava, taxativamente, que não poderiam ser admitidas pela Mesa “qualquer emenda ou disposição de projeto que não tenham relação imediata com a matéria do Orçamento anual ou das finanças públicas”. Todavia, no projeto elaborado pela comissão de Finanças se declarava que continuavam em vigor “tôdas as disposições das leis de Orçamento antecedentes, que não versarem particularmente sôbre a fixação da receita e da despesa, sôbre autorização para marcar ou aumentar vencimentos, reformar repartições ou legislação fiscal”...

O deputado Raul Alves não escondia seu contentamento⁽⁷⁾:

— “Eu sempre afirmei que o Arnolfo era um homem de bem. Poucos seriam capazes daquela energia com que êle repele emendas da comissão de Finanças e artigos do próprio orçamento da Receita.”

(7) Cf. *Jornal do Brasil*, de 21 de setembro de 1921.

Os deputados da Dissidência concordavam com estas palavras e acentuavam que, ao excluir emendas evidentemente inspiradas pelo Governó, o presidente da Câmara tornava-se um "semi-oposicionista"... Já o deputado Oscar Soares julgava inoperante a medida, porque somente daria resultado se fósse tomada conjuntamente pelo Senado.

Para o *Jornal do Brasil*, de 21 de setembro, podiam ser alegadas muitas razões contra a medida sancionadora, inclusive a liberdade que continuaria a ter o Senado; mas somente assim se poderia conseguir que o Orçamento deixasse de ser "um verdadeiro escoadouro de tudo quanto é pretensão e de tudo quanto é arranjo, que conseguem *deslizar* nos atropelos do fim do ano..." Na mesma data, *O Dia* observava que a interpretação dada pelo presidente da Câmara era, "sem dúvida alguma, a mais salutar das normas a serem adotadas definitivamente, como um passo decisivo para a tão necessária verdade orçamentária"; e lembrava as palavras pronunciadas pelo nosso biografado:

— "Façamos do Orçamento o que o Orçamento deve ser: uma lei de meios".

Em editorial publicado no dia 23 de setembro, o *Jornal do Brasil* acentuou que o presidente da Câmara fizera o que lhe cumpria: "procedeu com absoluto acerto, elogiável lisura, rara independência, obedecendo, como obedeceu, ao que ordena o Regimento de sua Câmara". No entanto, "em lugar do aplauso que devera granjear seu ato irrepreensível", ouvia-se um clamor contra a deliberação tomada, quer da parte do Executivo, como do Legislativo; "e, para justificá-lo ou defendê-lo, se pondera que a função do presidente seria plausível em relação à despesa, mas, não, em relação à receita" — o que parecia incrível ao editorialista, pois o dispositivo regimental era claríssimo. Em sua opinião, a nova diretriz era "perfeitamente honesta, retificadora de erros pretéritos ultralamentáveis e protetora do interesse nacional, desde muito sacrificado pela desmesurada balbúrdia que, no Congresso, se nota no tocante à lei de meios". E assim terminava:

"Mas... o sr. Arnolfo Azevedo está, neste momento, em dificuldades. Fêz o que lhe cumpria? É um insubordinado. Obedeceu ao Regimento? Espere, faça favor... Vai ser feita a reforma do Regimento, para que continuemos, como até agora, a combater o *deficit* com palavras e regenerar as finanças públicas por um óculo..."

Como se vê, com sua deliberação, Arnolfo Azevedo tinha contra si poderosas fôrças: os interesses do próprio Governo e, mais ainda, os interesses eleitoreiros de muitos deputados... Se sua decisão era perfeitamente regimental — que se fizesse, então, a reforma do Regimento Interno!

Nesse mesmo dia 23 de setembro, *O País* aplaudiu a medida saneadora. Acentuou, de início, que Arnolfo Azevedo vinha dirigindo os trabalhos da Câmara “com elevação digna dos melhores aplausos, ainda mesmo dos espíritos mais obsecrados pela paixão partidária”. Analisou, depois, as explicações dadas pelo presidente da Câmara, opondo-lhe restrições de caráter interpretativo, como porta-voz da opinião do Governo. E assim concluiu:

“O presidente da Câmara dos Deputados, com a sua nobre atitude, suscitou, como se vê, interessantes questões de natureza legislativa, que bem merecem a atenção dos que se dedicam ao estudo destes problemas. E, quaisquer que possam ser as divergências, em minúcias, do seu gesto, êle não pode deixar de ser louvado em conjunto, por ser, a um tempo, em prol da melhor elaboração das nossas leis orçamentárias e de resguardo da lei interna da Câmara, de que os dissidentes só se fizeram paladinos em questiúnculas de nonada, não com o objeto construtivo, mas ao contrário, pretendendo demoli-la quando não atende, de momento, a interesses menos elevados.”

Divergem as opiniões

Levado o problema perante a comissão de Legislação Tributária, esta — pela voz do deputado Sales Júnior, da bancada paulista — divergiu da maneira pela qual Arnolfo Azevedo vinha entendendo o Regimento Interno, “apesar do muito respeito e da extrema consideração com que sempre acatara suas deliberações”. Não entrava na análise da letra regimental, limitando-se a encarar as conseqüências daquele ato do presidente da Câmara. E sua opinião foi aprovada pelos demais membros da comissão — os deputados Otávio Rocha, Correia de Brito, Nogueira Penido e Palmeira Ripper, êste último também da bancada paulista.

Em novo editorial, o *Jornal do Brasil*, em 24 de setembro, teceu comentários em tórno desse pronunciamento. O presidente da Câmara não esposara ou pregara nenhuma doutrina; limitara-se a cumprir fielmente o Regimento Interno — a lei orgânica da Câmara, decidindo no sentido por ela determinado.

Precisamente para que observasse e fizesse observar o Regimento como um código de preceitos fundamentais é que Arnolfo Azevedo fôra “convidado, pela confiança e o apoio dos seus colegas de representação, a aceitar honrosa investidura na presidência da assembléa”. E acentuou:

“Pode, portanto, a ilustre Comissão Tributária recusar seu aplauso à doutrina do Regimento, se com ela entender que o interêsse público se não conforma; mas não pode recusar obediência à determinação do presidente da Câmara, que não fêz mais que traduzir, em ato, a palavra do Regimento.

Aliás, as objeções expressas contra a referida doutrina não parecem procedentes, visto como a Receita não pode razoavelmente *criar* impostos e se deve restringir a *orçar* a produtividade calculada dos existentes.”

No mesmo dia, *O Jornal* acentuava que, agindo como agira, “o sr. Arnolfo Azevedo revelou mais uma vez os seus firmes e honestos desejos de se cingir, na direção daquela casa do Congresso, à letra do Regimento”.

No dia 28 de setembro, o deputado COSTA RÊGO publicou um artigo no *Correio da Manhã*, sob o título de *Regimento e Regime*. Lembrou que havia seis ou sete anos fôra reformado o Regimento da Câmara, porque dava excessiva liberdade aos deputados na fixação da despesa pública. E fêz ironia:

“É curioso observar como, numa assembléa legislativa composta de 212 membros, encontrareis 5 ou 6 que entendem de Direito Constitucional, 4 ou 5 de Saúde Pública, 3 ou 4 de Fôrças Armadas, 2 ou 3 de Tratados Internacionais, um ou dois de Instrução primária, regra-de-três, Corografia do Brasil e colocação dos pronomes. Mas todos, completamente, sabem a forma como se aumenta uma verba orçamentária.”

Dentro dêsse tom jocoso, definiu o deputado como um animal inteligente, destinado a convencer a humanidade de que ninguém deve gastar 7, quando pode gastar logo 9 ou 10... E assim prosseguiu, para afirmar que, eleito presidente da Câmara, Arnolfo Azevedo — “um espírito de magistrado perdido no exílio da política” — applicou o Regimento, reduzindo o Orçamento ao que em tôda parte era: mero conjunto de cifras representando o que se esperava arrecadar e o que se tinha em vista gastar. No referente à despesa, o ato recebeu o aplauso dos revoltados. Mas causara pasmo a proibição de criar impostos através do Orçamento; e o pânico dominara a tôda a Câmara. O remédio estaria na reforma do Regimento... E concluiu:

“Reforme a Câmara, se quiser, mais uma vez, o Regimento. Deixe, porém, intato o sistema processual das leis orçamentárias agota aplicado pelo sr. Arnolfo Azevedo, cuja atitude é digna do apoio e da confiança dos seus pares, menos por conveniência da política dos grupos parlamentares do que pela necessidade de defender a República das práticas viciosas que a estão impopularizando e, pois, enfraquecendo.”

Os debates pela imprensa prosseguiram, através de uma série de editoriais do *Jornal do Brasil* (28-IX, 4-X, 6-X) e de tópicos de *O País* (29-IX, 2-X, 6-X), de *O Imparcial* (30-IX, 2-X) e do *Correio da Manhã* (2-X). Este último, órgão da Dissidência, reconheceu que o presidente da Câmara, cumprindo rigorosamente a lei, atingira não só as emendas do plenário, como as da comissão de Finanças, que, na Câmara, era “um poder quase sem contraste, pelo prestígio cego que lhe empresta a maioria”. Embora julgasse Arnolfo Azevedo “passível de censura pelo seu partidarismo e parcialidade no desempenho daquele cargo”, não podia deixar de admitir que, no caso em tela, fizera apenas o que lhe cumpria, tornando respeitada a lei interna no tocante à elaboração dos orçamentos.

As razões da presidência da Câmara

Na sessão de 5 de outubro de 1921, Arnolfo Azevedo julgou de seu dever dar uma explicação à Câmara a respeito da atitude que tomara, como presidente da Casa, eliminando do Orçamento os artigos e emendas apresentadas em plenário e pela comissão de Finanças, por êle julgados infringentes do Regimento Interno.

Fundamentou longamente sua decisão, citando os dispositivos regimentais e artigos da própria Constituição Federal. Considerava o Orçamento uma lei exclusivamente destinada a prever a receita e a fixar a despesa. Não se deveria basear em precedentes ou praxes abusivas, em virtude dos quais as leis orçamentárias vieram a tornar-se o veículo preferido para toda uma legislação permanente de impostos, de organização administrativa, de Direito Civil, Comercial, Criminal e Processual, a par de uma infinita variedade de assuntos absolutamente estranhos ao seu caráter exclusivo de lei anual de receita e despesa. Tal caráter constituía uma condição impositiva de inclusão de dispositivos destinados a uma vida permanente ou mais longa do que a própria lei.

O texto constitucional dava, ao Congresso, o direito de orçar a receita. Que receita? Sòmente as criadas por leis de impostos e, não, pelo Orçamento.

As disposições eliminadas do Orçamento não eram apenas anti-regimentais, mas flagrantemente inconstitucionais. Reconhecia que era quase secular a prática daqueles abusos. Todavia, apelava para a Câmara no sentido de que o auxiliasse no rigoroso cumprimento das leis e esperava que êsse apêlo encontrasse eco no patriotismo de todos os deputados.

As emendas eliminadas do Orçamento passariam a constituir projetos à parte, nos termos do Regimento. Nada obstava que, em tais projetos, se incluíssem os referentes a impostos já existentes e criados por leis orçamentárias.

Com a medida proposta, os impostos novos não poderiam ser motivo de surpresas em votações de última hora. Raramente tais impostos podiam ser aproveitados no exercício financeiro subsequente, pois dependiam de regulamentação. Assim agindo, a Câmara faria "obra conscienciosa e meritória, digna certamente dos aplausos do povo".

Confessou que se vira colocado entre as pontas de um dilema: ou cumpria o Regimento, transformando radicalmente costumes e tradições inveterados; ou, deixando de cumpri-lo, faltava conscientemente ao seu dever de presidente da Câmara dos Deputados. Entre uma e outra dessas atitudes, preferira cumprir seu dever, fazendo executar fielmente o Regimento Interno.

No entanto, como podia suceder que o Congresso pensasse de maneira diferente, não se furtava à execução de qualquer providência, de caráter provisório, tendente a diminuir dificuldades, propondo-se a admitir a inclusão, no projeto de receita para 1922, de algumas disposições que, legitimamente, não lhe fôssem pertinentes.

Com essa concessão, julgava ter cumprido seu dever e assegurava à Câmara o direito de dar à lei do Orçamento uma interpretação ocasional diferente, com base em precedentes, costumes ou tradições parlamentares.

E assim concluiu:

"Mas será um progresso legitimar essa situação?"

Bem sei de quantas resistências são capazes costumes e hábitos inveterados e viciosos; mas não descreio, ainda, do grande poder das boas leis, que nos regem, e do esforço e patriotismo dos homens públicos do Brasil, no sentido de restaurar-lhes o prestígio, cumprindo-as com since-

ridade e boa fé, tal como nelas claramente se contém, ao invés de alterá-las ou revogá-las com prejuízo certo para a causa pública.

Meu ato, rigorosamente legal, serve para demonstrar também que o Congresso pode, se quiser, adotar melhor orientação, mesmo na presente sessão legislativa; e, para provar que, às legítimas conveniências e aos grandes interesses da Nação, a mais salutar não é aquela que se vem seguindo, basta assinalar que as emendas destacadas, quando na Receita, não foram discutidas, não foram examinadas, passaram em silêncio e aprovadas em alguns minutos; ao passo que sua reunião em projeto especial despertou a atenção da Câmara, foi objeto de acurado estudo e estimulou a colaboração brilhante e preciosa de altas competências, que, sem tal ensejo, ficariam desaproveitadas.

Quando outros benefícios d'êles não resultem, êste pelo menos se não poderá contestar: a Câmara está perfeitamente esclarecida em um assunto grave, sobre o qual é chamada a deliberar."

Arnolfo Azevedo dispunha-se a ceder pelo bem do interesse público. Mas dera à Câmara uma verdadeira lição de dignidade e de civismo.

O projeto de lei de impostos, separado do Orçamento, fôra submetido à apreciação de uma Comissão Especial, que o estudou em profundidade. Seguiu, depois, para a comissão de Finanças, onde ainda se encontrava na segunda quinzena de novembro.

O presidente da Câmara, por sua interpretação pessoal em contrário a tudo quanto se vinha fazendo até então, passou a ser apontado como único responsável pela hipótese (que parecia provável) de ficar o Governo sem a necessária lei de meios para o exercício de 1922.

Diante dessa possibilidade, mas sem voltar atrás em sua interpretação dos textos legais, Arnolfo Azevedo viu-se compelido a transigir na modificação do Regimento Interno; mesmo assim, apenas em caráter provisório e exclusivamente para o efeito das tributações.

Em sua fala de 23 de novembro de 1921, esclareceu sua atitude:

"Concordei com o projeto de resolução, que não traz, absolutamente, os inconvenientes que os nobres deputados apontam.

Não é demais que continuemos, por mais um exercício nas praxes anteriormente estabelecidas, sem os inconvenientes que se apontaram, sem as surpresas de uma modificação radical em nossas leis de meios.

Exigi a modificação na lei para que pudéssemos interpretá-la de acordo com as praxes anteriormente estabelecidas, porque todos os presidentes anteriores a mim interpretaram o Regimento de modo diferente daquele pelo qual o encaro.

O sr. GONÇALVES MAIA — E, por isso, V. Excia. teve a honra de ser elogiado nesta Casa pela sua austeridade.

O sr. PRESIDENTE — Assim, a aprovação pela Câmara, do projeto de resolução ora em debate, importará em confirmação e não em revogar a interpretação que dou ao Regimento, pois, sem ela, não poderei admitir no projeto de lei da Reccita disposições referentes a novas tributações ou a modificações nas existentes, para o exercício de 1922.

Estas minhas explicações são necessárias para orientar a Câmara sobre o projeto de reforma regimental."

Pausa cívica

No meio dessa agitada sessão legislativa, houve um hiato tranqüilo, uma pausa repassada de civismo.

No dia 19 de novembro de 1921, às 12 horas, num dos terraços do palácio Monroe, prestou-se singela, mas significativa homenagem à Bandeira nacional. Com o presidente da Câmara à frente, numerosos deputados e funcionários subiram ao torreão do edifício; e o deputado José Augusto, já então 1.º secretário da Mesa, pronunciou brilhante alocução cívica.

Coube a Arnolfo Azevedo fazer içar o pavilhão nacional; e o fêz, pronunciando estas palavras:

"Senhores: Que o Brasil se eleve no conceito das nações, pelo seu engrandecimento material e moral, como se ergue, acima do zimbório d'êste edifício, o símbolo sacrossanto de nossa Pátria estremecida!"

Palmas e vivas ao Brasil, à bandeira e à República coroaram aquela cerimônia cívica, que a todos emocionou.

Cerimônia cívica que, com a mesma simplicidade e idêntico civismo, haveria de repetir-se por mais cinco anos, religiosamente.

Em 19 de novembro de 1926, já no Palácio Tiradentes e pela derradeira vez como presidente da Câmara, foram estas as palavras que pronunciou:

"Ao elevar-se pela primeira vez, neste novo edifício da Câmara dos Deputados, o símbolo nacional, desejo que êle se desfralde sobre a cabeça dos brasileiros como as grandes asas do anjo da paz, para confraternidade de todo êste povo; e que êle permaneça no coração dos brasileiros, como um símbolo de fé nos grandes e imperecíveis destinos de nossa Pátria!"

Violência dos debates

Desde que se definiram as posições em face das candidaturas de Artur Bernardes e de Nilo Peçanha à presidência da República, as sessões da Câmara Federal foram-se tornando cada vez mais agitadas. E a violência dos debates exigia, com frequência, a intervenção do presidente Arnolfo Azevedo no sentido de manter a ordem nos trabalhos.

Na sessão de 4 de outubro de 1921, registrou-se — como definiu *O Dia* — “um tempo quente na Câmara”. . . O jovem deputado pernambucano Sousa Filho (o mesmo que haveria de tombar, assassinado, em pleno recinto da Câmara, nas antevésperas da Revolução de 1930) protestou contra o “alvedrio” de Arnolfo Azevedo, que estaria usando de dois pesos e duas medidas nos trabalhos parlamentares e utilizava os tímpanos para abafar a voz dos deputados da Dissidência; e acusou os secretários da Mesa de não usarem um critério limpo na contagem dos votos. Logo depois, em aparte, chamou o presidente da Câmara de ditador. . .

O deputado Palmeira Ripper, da bancada paulista, perdeu a paciência e convidou o feroso deputado de Pernambuco a ocupar a presidência da Casa, para verificar se — atacado como vinha sendo Arnolfo Azevedo — também não responderia com energia; porque, disse então, “o presidente da Câmara não é Cristo, nem foi eleito para ouvir desaforos”. . .

Enquanto isso, o deputado gaúcho Otávio Rocha, olhos vidrados e visando aos aplausos das galerias, afirmava que a Comissão de Polícia (a Mesa da Câmara) transformara-se em Comissão da Desordem; e “tão cego ficou em seu furor oratório, que enfiou as duas mãos na cava do colête, de onde apontava uma *pernambucana*, que lhe fôra oferecida pelo sr. Gonçalves Maia”. . . (8)

Na sessão de 26 de outubro, cansado com as tropelias do deputado Gonçalves Maia, também da bancada pernambucana, o presidente da Câmara dirigiu-se a seus pares, fazendo-lhes uma advertência e uma censura velada. Lembrou que era necessário respeitar o Regimento Interno, porque, sem ordem e sem compostura, era impossível o funcionamento regular e pro-

(8) Cf. *O Dia*, de 5 de outubro de 1921.

ffcuo de qualquer assembléa; e foi bastante delicado, ao dizer:

"Poupem-me ao grande constrangimento, que me causa sempre, de ter de pedir sua preciosa e solícita atenção para disposições de nossa lei interna, que, por certo, só inadvertida e involuntariamente deixam de observar" (9).

A exaltação de ânimos e o acirramento das paixões políticas haviam transformado o recinto da Câmara Federal numa espécie de arena, onde as imprecações e palavras ofensivas cortavam o ar, para gáudio das galerias do Monroe, sempre repletas de populares, que por muitas vezes também se manifestavam, aplaudindo ou vaiando.

Na sessão de 7 de novembro, após um tumulto que obrigara sua suspensão, Arnolfo Azevedo lançou novo apêlo:

"Eu pediria aos nobres deputados atenção para o nosso Regimento, que exige que as sessões se realizem com ordem e solenidade, e que os srs. deputados não se refiram aos seus colegas, às autoridades e aos membros do poder público de forma injuriosa ou descortês. Pediria aos nobres deputados, como obséquio especial e em benefício da boa ordem dos nossos trabalhos, a observância dessas disposições do Regimento.

A assistência também devei dizer que não pode, pelo Regimento, intervir para aplaudir ou reprovar o que se passa neste recinto. Se a assistência se manifestar de qualquer forma sobre o que se passa no recinto, ver-me-ei obrigado a aplicar as disposições do Regimento."

Referindo-se a um incidente verificado na véspera e que não fôra registrado na ata dos trabalhos, porque não havia mais sessão (já que seu tempo se esgotara e não houvera prorrogação), esclareceu o presidente da Câmara a delicada posição da Mesa:

"Estas são as explicações que devo à Câmara; e espero que ela as aceitará como as mais corretas e as mais leais, principalmente porque tem sido testemunha de que nenhum dos membros da Mesa, ao exercer as faculdades que o Regimento lhe confere, supõe estar exercendo um direito seu. Não. Supomos, sempre, que somos obrigados, por um imperioso dever, a executar as disposições do Regimento, onde só encontramos deveres a cumprir e, não, direitos ou faculdades individuais a exercer.

A Câmara é uma assembléa legislativa e, portanto, composta de legisladores. Sabe perfeitamente que, acima de todas as opiniões pessoais de cada um de nós, está a lei da Casa, que deve ser respeitada em toda a sua integridade. (10)

(9) Cf. *Gazeta de Notícias*, de 27 de outubro de 1921.

(10) Sessão de 9 de novembro de 1921.

Arnolfo Azevedo tudo fazia para manter-se como um calmo e impassível magistrado, escravo da lei, embora possamos bem imaginar o sacrifício enorme que lhe custava essa atitude. Porque, afinal de contas — como bem observara o deputado Palmeira Ripper — êle não era Cristo, nem fôra eleito presidente para aturar desaforos...

O deputado Sousa Filho, em particular, deu-lhe bastante trabalho. Certo dia, no mês de outubro, ao verberar a conduta de Arnolfo Azevedo, chegou a afirmar que o Regimento Interno proibia ao presidente apartear os deputados, esquecido de que o dispositivo regimental determinava exatamente o inverso: "As palavras do presidente não serão admitidos apartes"... (11)

Na sessão de 29 de dezembro, aquêlê deputado deixou estupefata a Câmara. Após haver afirmado que a Casa se transformara em verdadeiro comício, exclamou apoplético que ali todos eram iguais e que Arnolfo Azevedo não se prevalecesse de estar sôbre *uma protuberância de madeira*, para impor sua vontade... Para êle, não havia hierarquia na Câmara. E terminou por erguer um viva à Revolução! (12)

Muitos anos depois, dois de seus companheiros de Mesa, nessa e noutras sessões legislativas, relembroum êsses dias tumultuosos.

José AUGUSTO, 1.º secretário em 1921-23 e 2.º vice-presidente em 1923, acentuou que, na presidência da Câmara, mesmo em fase de intensa agitação política e de debates os mais apaixonados e violentos,

"a conduta de Arnolfo Azevedo foi, invariavelmente, de absoluta serenidade e justiça, inteiramente indiferente aos interesses partidários, fôssem êles os de sua grei, portando-se como um verdadeiro magistrado e impondo-se ao respeito da totalidade dos deputados."

E acrescentou:

"Era hábito seu presidir tôda a sessão, e só a passava a um dos substitutos quando era obrigado a atender, no seu gabinete, a algum visitante ilustre ou a algum interêsse público de valia e urgência.

Mesmo assim, se ouvia qualquer sinal ou ruído de que algo de anormal ocorria no recinto, tudo interrompia para vir assumir o pôsto de comando e direção." (13)

(11) Cf. *O País*, de 13 de outubro de 1921.

(12) Cf. *Gazeta de Notícias*, de 30 de dezembro de 1921.

(13) AUGUSTO (José) — *Arnolfo Azevedo*, em *Jornal do Brasil*, 26 de outubro de 1955.

HUGO CARNEIRO, que também fêz parte da Mesa, recordou que as sessões da Câmara eram quase diàriamente agitadas pela voz flamejante dos deputados da minoria, que, momento a momento, levantavam *questões de ordem*, apaixonando os espíritos.

“Era de ver, então, nestas emergências, como se alteava a figura do grande presidente da Câmara.

Logo que o orador terminava a interpelação, Arnolfo Azevedo seguia-se-lhe com a palavra, solucionando a dúvida suscitada. Fazia-o com argumentos irrespondíveis, deixando, entretanto, suspenso todo o plenário até que frontalmente interpretasse os artigos do Regimento, que os tinha sempre à mente, embora vigilantes estivessem sempre os dois competentes assessôres da Mesa — Oto Prazeres e Ernesto Alecrim.

Quando concluía, estrugiam palmas, sem que se pudesse distinguir quais as mais calorosas, se as da maioria ou da minoria interpelante, para a qual sempre usava da maior liberalidade e tolerância.”

Continuando em suas reminiscências, aduziu:

“Não raras vêzes, Costa Rêgo e eu nos permitíamos a liberdade respeitosa de lhe segurar o pulso quando, em meio ao tumulto, o presidente ia fazer soar os tímpanos para suspender a sessão.

As suas decisões, nestes incidentes, eram acatadas com igual respeito pelas duas correntes em divergência, maioria e minoria. Eram sentenças de verdadeiro magistrado e não havia como desatendê-las.”⁽¹⁴⁾

Era assim Arnolfo Azevedo, no exercício da presidência da Câmara Federal, nessa fase agitada de nossa vida política e parlamentar. E assim continuaria a ser, até o término de seu mandato.

No “seio de Abraão”...

De acôrdo com o velho ditado, depois da tempestade veio a bonança. Local: recinto da Câmara dos Deputados, no palácio Monroe. Data: 31 de dezembro de 1921. Assunto: encerramento dos trabalhos legislativos. Na presidência, como sempre, estava Arnolfo Azevedo.

Pedi a palavra o deputado Otávio Rocha, líder da Dissidência.

(14) CARNEIRO (Hugo) — Arnolfo Azevedo, em *Jornal do Brasil*, 11 de novembro de 1956.

"O sr. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Otávio Rocha.

O sr. OTÁVIO ROCHA — Senhor presidente: na hora em que se encerram os trabalhos desta Casa, cumpro o grato dever de trazer, na pessoa de V. Excia., à Câmara dos srs. Deputados, as nossas congratulações por termos chegados, no meio desta agitação política extraordinária, em que estamos envolvidos, a fazer um trabalho orçamentário, é verdade que com precipitação, mas de modo mais ou menos regular, encerrando o exercício com orçamentos votados e perfeitamente acabados na sua feitura legislativa.

À pessoa de V. Excia., que é presidente da Casa e que deve por direito reunir a todos nós, à pessoa de V. Excia., em quem temos o dever de reconhecer as qualidades elevadas e dignas com que sempre honrou essa cadeira...

VOZES — Muito bem! (*Apoiados gerais*)

O sr. OTÁVIO ROCHA — ... quero trazer as congratulações de nós outros; que nos unam, maioria e minoria no mesmo abraço fraternal, na hora em que partimos para a luta eleitoral em nossos Estados, em prol da conquista da Democracia e da verdade republicana. (*Muito bem*)

Senhor Presidente: quero também assinalar os trabalhos extraordinários que teve a Secretaria da Câmara, com todos os seus funcionários, em tôdas as sessões, nestes últimos dias, a Secretaria tão malsinada, chamada muitas vezes de excrescência burocrática, mas que tem tido trabalho penoso e dêle conseguindo-se desempenhar, de maneira tão digna, que todos os trabalhos da Câmara estão perfeitamente em dia, bem como os autógrafos dos projetos votados na sessão de hoje e que estavam, há pouco, como fui testemunha, sendo assinados por V. Excia.

O sr. NOGUEIRA PENIDO — O que prova a dedicação extraordinária do pessoal dessa Secretaria.

O sr. OTÁVIO ROCHA — Convém também assinalar que, no trabalho orçamentário em que não houve balbúrdia para V. Excia., nem para os empregados da Casa, tudo está autenticado pela firma de V. Excia., tudo está perfeito e acabado; pode estar errado pelo voto da Câmara, mas é a expressão do que deliberamos neste recinto. (*Muito bem*)

No meio de tudo isso trago, neste momento, a V. Excia., que nos reúne a todos nós, em torno de cuja pessoa, como terreno neutro, todos nós nos curvamos, trago a V. Excia. as nossas congratulações e os sentimentos de paz e concórdia, que hão de reinar sempre entre nós, acima das paixões políticas que nos possam separar momentaneamente."

Maior homenagem não poderia ter recebido o presidente da Câmara, após seu primeiro e experimental ano de mandato, numa sessão legislativa tão difícil e agitada. Arnolfo Azevedo saíra vitorioso em sua prova de fogo.

Também fêz uso da palavra o deputado Bueno Brandão, líder da maioria:

"O sr. BUENO BRANDÃO — Senhor Presidente: devo congratular-me com V. Excia. e seus dignos companheiros de Mesa, pelas palavras proferidas pelo honrado líder da minoria, quando se dirigiu à Mesa e reconheceu a operosidade, a sinceridade e a elevação com que dirigiu os nossos trabalhos durante a sessão legislativa que hoje se encerra. Congratulo-me

com V. Excia., senhor Presidente, porque nós da maioria não somos mais do que os respeitadores e os observadores da orientação segura, serena e imparcial com que a Mesa encaminhou os nossos trabalhos na presente sessão.

Procuramos, senhor Presidente, cumprir os nossos deveres, examinando serenamente tôdas as questões submetidas ao nosso estudo e julgamento. Se é verdade que, algumas vêzes, no exame de algum projeto ou de quaisquer outras medidas, submetidas ao juízo da Câmara, as vozes se altearam um tanto e as paixões se manifestaram, elas não foram além, não explodiram de tal modo que pudesse perturbar a calma com que todos devemos tratar dos negócios públicos, confiados ao nosso julgamento. Nem é estranhável, senhor Presidente, que em uma assembléia numerosa como é a Câmara dos Deputados, que conta em seu seio representantes de diversas nuanças e correntes políticas, em momento dado, se desenvolvesse com certa atividade maior uma determinada expressão de vontade contrariada; mas isso tão-somente no terreno da lei, do Direito e da Justiça.

Os dois grupos, que se digladiavam por alguns momentos nesta Casa — forçoso é reconhecer —, observaram sentimentos elevados, não trouxeram, para as suas discussões ou para as discussões do Congresso, ódio ou suspeições contra quem quer que fôsse.

Por isso, Senhor Presidente, congratulando-me com V. Excia. pelas palavras justas com que se dirigiu à Mesa o representante da minoria eu, em nome da maioria, quero consignar também a nossa admiração, o nosso respeito e o nosso reconhecimento completo e absoluto pela imparcialidade com que V. Excia. se revelou nesta cadeira.

Não era V. Excia., senhor Presidente, um cleito de uma maioria ou de um partido. V. Excia. foi sempre, no desempenho do cargo que tanto honra e dignifica, o representante da lei e da Justiça, o verdadeiro magistrado.

As decisões de V. Excia., sempre justas e inatacáveis, feriam indistintamente a maioria ou a minoria. Não houve quebra dessa linha severa de conduta, que V. Excia. vem já há muito tempo observando na vida prática e conserva inalterável na elevada posição que tanto nobilita neste momento.

Por isso, em nome da maioria e — já posso dizer — que, em nome da Câmara, porque ela já se manifestou em nome da minoria, unamos os aplausos, unamos os reconhecimentos e os votos que todos fazem para a conservação da saúde de V. Excia., a fim de que possa, por dilatados anos, continuar a exercer a função do cargo que dignamente exerce."

Estendeu tais expressões aos membros da Mesa e à Secretaria da Câmara, dando testemunho da operosidade de seus funcionários, que chegavam a trabalhar 8 e 10 horas por dia e que haviam pôsto em dia todos os papéis legislativos. E terminou por agradecer a colaboração da parte dos deputados da maioria.

Mais uma vez, Arnolfo Azevedo via-se apontado como verdadeiro magistrado pela palavra de seus pares. Deveria ter

ficado satisfeito, porque essa fôra uma de suas metas, senão a maior delas.

Depois de ligeira introdução, assim falou o presidente da Câmara dos Deputados, naquela inesquecível tarde de 31 de dezembro de 1921:

"A generosidade com que se referiu o ilustre líder da minoria desta Casa à maneira como pude desempenhar a alta função de presidente desta Câmara é naturalmente desvanecedora para quem, neste cargo, outra aspiração não tem senão poder corresponder à confiança com que foi honrado pelos ilustres representantes da Nação com assento nesta Casa do Congresso.

"Tenho a mais grata satisfação em poder assinalar, senhores deputados, que essa investidura me foi dada pela quase unanimidade dos senhores deputados.

Aberta uma cisão política no seio desta Casa do Parlamento, tornou-se difícil a tarefa, como é fácil compreender, para quem recebeu da sua unanimidade o mandato de dirigi-la (e que não pode deixar de ser partidário, como todos os seus colegas desta Casa o são), no sentido de manter uma linha de impecável neutralidade entre as pugnas políticas que aqui dentro se ferem, uma linha de absoluta imparcialidade nas decisões que tem de proferir nesta cadeira, uma linha de verdadeira magistratura no exercício dos deveres de presidente da Câmara — magistratura tanto mais difícil quanto ela não se exerce só no mundo do Direito: ela teve de se exercer também no mundo das paixões.

As palavras dos oradores que tiveram a bondade de, tão cativante-mente, se referir à conduta do presidente da Câmara são de molde a me trazer a convicção de que, pelo menos, não faltei ao cumprimento do meu dever no exercício d'êste cargo.

O sr. ÁLVARO BATISTA — Muito bem; cumpriu o seu dever. (*Apoiados gerais*)

O sr. PRESIDENTE — É-me sempre grato poder constatar que aquêles que têm de julgar a nossa conduta se inspiram em sentimentos altos e nobres para reconhecer o cumprimento do dever, fazendo justiça a quem conseguiu merecê-la.

Essa manifestação de agradecimentos, que trago agora indistintamente a todos os senhores membros da Câmara dos Deputados, seja o penhor da sinceridade, do afeto e da cordialidade com que sempre procurei desempenhar o cargo que a vossa generosidade me confiou.

Certamente, na adjetivação com que se referiram ao exercício d'êste cargo, muito foi da generosidade dos próprios oradores que se manifestaram. (*Não apoiados*) Naturalmente, o muito dessa generosidade levou-os a exagerar talvez (*não apoiados*) a forma cativante com que se externaram.

O sr. BUENO BRANDÃO — As minhas palavras foram apenas sinceras.

O sr. PRESIDENTE — Nem por isso é menos profunda a minha gratidão ou, por isso mesmo, ela mais profundamente se acentua.

Devo agradecer, também em nome dos meus companheiros de Mesa, as manifestações de aplausos com que a Câmara recebeu o exercício do seu mandato durante a sessão; e, igualmente, sinto-me satisfeito, jubiloso, orgulhoso mesmo, de também agradecer à Câmara dos Deputados as manifestações de aprêço aos dignos funcionários da Secretaria da Câmara, que desempenharam completa e cabalmente os deveres que lhes cabiam.

E, talvez, a primeira vez que, ao encerrar-se a sessão legislativa, todos os trabalhos da Secretaria estão absolutamente em dia. Não há um só papel atrasado; se fôsse necessário fechar, dentro de dois dias, a Secretaria da Câmara dos Deputados, nem um interesse teria sido prejudicado, porque nela não fica papel algum.

Isto é um motivo de grande satisfação para quem, como nós da Mesa, tem a responsabilidade da direção dos trabalhos da Câmara dos Deputados."

E, a seguir, passou a fazer uma rápida sinopse dos trabalhos realizados durante a sessão legislativa que naquele instante se encerrava.

O palácio Monroe transformara-se, a 31 de dezembro de 1921, num autêntico "seio de Abraão"...

Para tornar completa a alegria de Arnolfo Azevedo, não faltaram os telegramas que passou a receber, nos dias que se seguiram. Telegramas como este:

"Desejo a V. Excia. prosperidade no novo ano, lamentando não estar presente à sessão do dia 31, quando a Câmara lhe prestou justas homenagens, que aplaudo. Saudações.

Sousa Filho."

Todavia, se no dia de São Silvestre encerrava o Congresso Nacional as suas portas, dando início às férias parlamentares, o resultado de sua obra não tardou a repercutir em todo o país. E uma verdadeira "bomba" estourou!

Veto ao Orçamento

Em meados de janeiro de 1922, o presidente Epitácio Pessoa surpreendeu o Congresso e a Nação com um gesto de coragem: vetou a lei de Orçamento para o exercício financeiro de 1922, classificando-a como um ato de "calamidade nacional".

Arnolfo Azevedo não teve dúvidas: enviou um telegrama ao presidente da República, congratulando-se com êle "pelo ato de energia patriótica e clarividente bom senso" ao vetar a lei de fixação da despesa.

Com essa "atitude verdadeiramente ibseniana — estamos pensando no Ibsen da peça *Um inimigo do povo*", escreveu um de seus biógrafos, em 1962, dava uma demonstração de que

não receava nem mesmo os gestos impopulares, quando estava certo da justeza de suas posições⁽¹⁵⁾.

O *Correio da Manhã* classificou de “sabuços” os termos dêsse telegrama. Em contrapartida, em editorial, o *Jornal do Brasil* — após recordar os acontecimentos que haviam precedido a elaboração da lei de meios e os fatos que se registraram durante seu andamento no Congresso — escreveu estas palavras:

“É positivamente certo que, se há quem nesta conjetura sombria tenha o direito de lavar as mãos na conhecida pia histórica, êsse é o sr. Arnolfo Azevedo; como é inquestionável que o telegrama dirigido por S. Excia. ao sr. presidente da República, felicitando-o pela não-sanção do orçamento da despesa, se não é uma resposta à Câmara, que desrespeitou o seu Regimento, será uma afirmação da atitude correta do seu diretor, quando lembrou à assembléia que a lei interna devia ser cumprida e os interesses gerais exigiam que o fôsse.”

Na verdade — como ressaltou, mais tarde, o presidente da Câmara, em resposta a um deputado da Dissidência —, se o Regimento Interno houvesse sido cumprido com absoluto rigor, nenhuma lei orçamentária poderia ser passível de veto do Executivo. Bastaria que, da Receita, sòmente constassem os impostos criados por leis anteriormente vigentes, e, da Despesa, apenas os gastos referentes a serviços também anteriormente instituídos por lei.

Uma questão de simples bom senso.

(15) Cf. *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, vol. 11, n.º 2, p. 245.

No ano do centenário da Independência

Bernardes "versus" Nilo. A "patativa do Norte". São Paulo e a candidatura Bernardes. Prosseguem as confabulações. Reeleição para a presidência da Câmara. Começa a nascer o Palácio Tiradentes. A Câmara na Biblioteca Nacional. Julho de 1922. O centenário da Independência. O fim do ano de 1922.

Bernardes "versus" Nilo

A campanha política em tórno da futura presidência da República assumira, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, uma violência incomum. Numa atmosfera de tensão havia decorrido o banquete realizado no então "Clube dos Diários", quando Artur Bernardes lera sua plataforma de governo, a 19 de outubro de 1921, e no qual Arnolfo Azevedo ocupara um dos lugares de honra, entre os demais líderes de sua candidatura; basta lembrar que foram espalhadas tachinhas no asfalto da Rua do Passeio, com o objetivo de furar os pneumáticos dos automóveis que transportavam os políticos ali congregados...

A unanimidade de votos da Convenção Nacional havia levado os cariocas a compararem os bernardistas a um rebanho de carneiros. Daí a palavra *carneirada*, com que se passou a designar os políticos partidários do presidente de Minas Gerais e o apelido popular que lhe foi dado — *Seu Mé*. Não tardou que um nôvo samba o consagrasse e o povo do Rio de Janeiro passasse a cantar, mordaz e alegremente:

"Ai, seu Mé!
 Ai, seu Mé!
 Lá no Palácio das Águias (?),
 Olé!
 Não hás de pôr o pé!"

(1) Palácio do Catete, então sede do governo e residência do presidente da República, na cidade do Rio de Janeiro.

Outro apelido popular recebeu Artur Bernardes: o de *Rolinha*. E o mesmo samba, comparando sua candidatura com o queijo de Minas e a de Nilo Peçanha à goiabada da cidade fluminense de Campos, assim glosou a luta que se travava:

“O queijo de Minas
Está bichado,
Seu Zé!
Não sei porque é,
Não sei porque é,
Prefiro a goiabada
Campista.
Rolinha, desista,
Abaixa esta crista!”

Se esse lado picaresco divertia a população carioca e, em especial, os nilistas, de outra parte certamente magoava e feria, de maneira profunda, o presidente de Minas Gerais. Porque, sob muitos aspectos, Artur Bernardes tinha um temperamento semelhante ou comparável ao de Arnolfo Azevedo: como este, também era sisudo, severo, pouco expansivo, sempre de cara fechada, introvertido, nada demagogo. Nem sua palavra sóbria, muito menos seu aspecto e sua presença o favoreciam na conquista das multidões.

Depois de eleito e empossado na presidência da República, os quatro anos de seu governo passou-os longe do povo,



Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1921

Nesta noite memorável, Artur Bernardes leu sua plataforma como candidato à presidência da República. No lugar de honra, ao centro, aparece Bueno de Paiva, vice-presidente da República, ladeado por Artur Bernardes e Urbano dos Santos, os candidatos. A este último, seguem-se Arnolfo Azevedo e o senador Alfredo Ellis.

praticamente enclausurado no palácio presidencial, raramente aparecendo em público e, quando o fazia, vinha cercado pelos beaguins do general Carneiro da Fontoura, chefe de Polícia do então Distrito Federal. Por isso mesmo, foi chamado de covarde e medroso. Mas Artur Bernardes não merecia tais epítetos infamantes. Certo dia, em longa e fraterna conversa que manteve com Arnolfo Azevedo, a passear pelo parque do palácio do Catete, num desabafo raro, referiu-se a essas acusações que lhe faziam. Mostrando um revólver, que trazia consigo, declarou que saberia defender-se a si próprio, caso necessário. Se assim se precavia e se pouco aparecia em público, era porque julgava indispensável defender, não a sua pessoa, mas a figura do chefe da Nação.

Em um álbum de autógrafos, pertencente a uma das filhas de nosso biografado, escreveu, com a data de 5 de julho de 1925:

“Só há no Brasil um cidadão a quem se nega o direito de defender-se: é o chefe da Nação. Quando este é atacado ou ameaçado de deposição ou morte por seus adversários e exerce aquêle direito, ou, antes, cumpre o dever de defender a investidura que a Nação lhe confiou e o princípio de autoridade, em que repousa a segurança de todos, passa a ser acusado de arbitrário, rancoroso, violento, perseguidor... Na opinião dêles, deve a suprema autoridade cruzar os braços e deixar-se depor ou imolar.

No entanto, só isso basta, como sinal dos tempos, para justificar a necessidade dos governos fortes.”

Já Nilo Peçanha tinha uma personalidade completamente diversa: era maneiroso, sutil, astuto, um líder realmente popular, verdadeiro expoente do populismo da época. Conhecia as artimanhas da política e sabia como conquistar as multidões. Enganava com facilidade os incautos e era perito em encações.

Famosos ficaram, na época, os “arrozais de Pendotiba”, assim apresentados a um visitante estrangeiro, quando não passavam de infundáveis touceiras de capim “barba-de-bode”...

Não menos famosa tornou-se uma reunião de altas patentes do Exército, que se teria realizado na residência de Nilo Peçanha: na verdade, de militares somente existiam os quepes solenemente alinhados nos cabides da sala-de-espera...

Nessa atmosfera, em que sambas e anedotas amenizavam um pouco a violência da campanha política, teve lugar o pleito eleitoral de 1.º de março de 1922. As urnas falaram; e, bem

ou mal, apontaram como vitoriosos os candidatos do situacionismo: Artur da Silva Bernardes, para presidente da República; Urbano dos Santos da Costa Araújo, para vice-presidente. O primeiro, com 466.877 votos; o segundo, com 447.595 votos. A chapa Nilo Peçanha — J. J. Seabra fôra derrotada.

Todavia, antes de ser proclamado como candidato vitorioso, Urbano dos Santos, governador do Maranhão, veio a falecer. Era um golpe desfechado contra a vitória de Artur Bernardes e o governador da Bahia não tardou a tentar, pela via judiciária, seu reconhecimento como vice-presidente da República.

Foi tudo em vão, porém. No dia 20 de julho de 1922, realizaram-se novas eleições para a vice-presidência, tendo sido eleito e proclamado o deputado Estácio de Albuquerque Coimbra, da representação de Pernambuco, líder da maioria até iniciar-se a legislatura de 1921-23.

A “patativa do Norte”

Presidindo aos destinos da Nação, em seu derradeiro ano de govêrno, encontrava-se o Dr. Epitácio Pessoa. De mediana estatura, sempre ereto, sua figura irradiava distinção e simpatia. Um verdadeiro *gentleman*.

Carinhosamente, na linguagem popular, era o *Tio Pita*... Mas os que o combatiam classificavam-no como um presidente atrabiliário e prepotente. Neste sentido, chegou a ser caricaturado, por uma revista carioca, com as vestes de Luís XIV, empoleirado num trono, a exclamar: “L’Epitá c’est moi!”...

Notabilizara-se como exímio orador, o que lhe valeu o cognome de “patativa do Norte”. E, de fato, empolgava-se e empolgava o auditório com sua palavra inflamada, eloqüente e escorreita, em memoráveis improvisos pronunciados nesse ano de 1922. Por duas vêzes, pelo menos, Arnolfo Azevedo referiu-se com sincero entusiasmo, na intimidade do lar, à fulgurante oratória do presidente paraibano.

A primeira foi a 29 de abril de 1922. Enfrentando ameaças de tôda espécie e sem dar ouvidos aos conselhos dos timoratos, o presidente da República regressara ao Rio de Janeiro, vindo de Petrópolis. Desembarcou na estação da E. F. Leopoldina, na Praia Formosa, por volta das cinco horas da tarde. Arnolfo Azevedo lá estava, a aguardá-lo, no meio das autori-

dades civis, militares e eclesiásticas; e fêz parte do cortejo triunfal, que o acompanhou até o palácio do Catete. Após ouvir vários oradores, Epitácio Pessoa dirigiu-se à multidão que o aclamava, de uma das janelas do andar térreo, produzindo uma das mais belas páginas da oratória política brasileira (2). E Arnolfo Azevedo, ainda vibrando de entusiasmo, relatou aos membros de sua família, naquela mesma noite, o espetáculo cívico a que tivera oportunidade de assistir.

A segunda vez foi a 16 de setembro de 1922, por ocasião da inauguração da estátua de Cuautemoc, oferecida ao Brasil pelo México e que ainda hoje se ergue à esquina da avenida Beira-Mar com a avenida Osvaldo Cruz. Como presidente da Câmara Federal, Arnolfo Azevedo sentou-se ao lado do presidente da República. Falou, primeiramente, o Dr. José de Vasconcelos, embaixador especial do México e notável orador, num admirável improviso, que provocou quentes e insopitáveis aplausos. De acordo com o programa, deveria encerrar-se a cerimônia com o discurso de agradecimento do Dr. Azevedo Marques, ministro das Relações Exteriores. Começou este a ler o texto escrito, em tom monótono, frio, sem arroubos empolgantes. O contraste entre os dois oradores tornou-se por demais chocante; e Epitácio Pessoa pôs-se a remexer-se na poltrona em que estava sentado, visivelmente insatisfeito com a situação. Arnolfo Azevedo percebeu o fato e um discreto diálogo, em voz baixa, registrou-se entre os dois, mais ou menos nos seguintes termos:

- “Por que não pronuncia algumas palavras, senhor Presidente?”
- “Seria contrário ao protocolo.”
- “No presente caso, não haveria mal em quebrá-lo.”
- “Talvez.”

Enquanto isso, o ministro das Relações Exteriores continuava a ler o seu interminável discurso. . . Mas, deixemos que a própria filha do presidente Epitácio Pessoa relate o desfecho do episódio:

“Parecia, no entanto, que faltava alguma coisa, uma nota de calor e emoção espontânea que traduzisse os sentimentos dos circunstantes, arrebatados pela beleza da cerimônia.

Adiantou-se então o presidente da República e, quebrando deliberadamente o protocolo, improvisou por sua vez.” (3)

(2) GABAGLIA (Laurita Pessoa Raja) — *Epitácio Pessoa (1865-1942)*, vol. II, pp. 506-515, Liv. José Olympio, Rio de Janeiro, 1951.

(3) GABAGLIA (Laurita Pessoa Raja) — *ob. cit.*, vol. II, p. 610.

E a “patativa do Norte” empolgou os que ali se encontravam com mais uma belíssima peça oratória, curta mas primorosa, arrancando entusiásticos aplausos e provocando de Coelho Neto, ali presente, estas palavras, ao mesmo tempo que apertava com ambas as mãos as do presidente:

— “Bôca de ouro! Bôca de ouro!” (4)

São Paulo e a candidatura Bernardes

Realizadas as eleições presidenciais e anunciada a vitória de Artur Bernardes, a situação política mais tensa ficou.

Em abril de 1922, o marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, e Nilo Peçanha, o candidato derrotado, aventaram publicamente a idéia de que, naquela delicada emergência, deveria caber a um *Tribunal de Honra* a tarefa de reconhecer e proclamar o candidato eleito, subtraindo ao Congresso Nacional essa missão, que a Constituição Federal lhe atribuíra; a idéia baseava-se num episódio da história política dos Estados Unidos, registrado após as eleições presidenciais de 1876. Mas a medida não tinha nenhum fundamento constitucional e não passava de um golpe político; foi, por isso, rejeitada.

Os partidários de Nilo Peçanha, apoiados por muitos militares, não desanimaram e voltaram com nova proposta: far-se-ia uma reforma do processo de apuração das eleições presidenciais, segundo a qual as juntas apuradoras, sob a presidência de um ministro do Supremo Tribunal, passariam a constituir-se por representantes de cada um dos candidatos disputantes, em igualdade de condições quanto ao número. A solução também foi rejeitada.

A agitação nos meios políticos e militares, enquanto isso, maior se tornava. E o presidente Epitácio Pessoa, fortalecido pelas manifestações populares recebidas naquela memorável tarde de 29 de abril, deliberou convocar os principais líderes da política situacionista para uma histórica reunião, que se realizou no palácio do Catete, a 1.º de maio de 1922.

Muito já se escreveu a respeito dessa famosa *reunião do Catete* (5). Limitar-nos-emos a resumir o que nela se passou

(4) GABAGLIA (Laurita Pessoa Raja) — *ob. cit.*, vol. II, pp. 610-612.

(5) Consultar, entre outros: FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *Um Estadista da República*, vol. II, pp. 1.058-1.069; GABAGLIA (Laurita Pessoa Raja) — *ob. cit.*, vol. II, pp. 519-523; AMORA (Paulo) — *Bernardes, o estadista de Minas na República*, pp. 57-61; TINOCO (Brígido) — *A vida de Nilo Peçanha*, pp. 266-267.

e trazer a público alguns documentos, até agora inéditos, conservados nos arquivos de Arnolfo Azevedo e que servem para esclarecer a posição então assumida por São Paulo, encarnada na pessoa do presidente do Estado, Dr. Washington Luís.

As oito e meia da noite daquele dia 1.º de maio, na Sala da Capela do palácio presidencial, teve início a reunião, sob a presidência de Epitácio Pessoa, presentes seis personalidades políticas — três senadores e três deputados, além de dois ministros d'Estado, a saber: senador Antônio Azeredo, vice-presidente do Senado Federal; deputado Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara Federal; senadores Álvaro de Carvalho, de São Paulo, e Raul Soares, de Minas Gerais; deputados Afrânio de Melo Franco e Bueno Brandão, ambos da bancada mineira; João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra e João Pedro da Veiga Miranda, ministro da Marinha. Entre os congressistas, três mineiros, dois paulistas e um matogrossense. Ali estavam os elementos de cúpula da política nacional.

A reunião foi secreta e não dispomos de subsídios para afirmar qual a versão mais exata sobre o que nela se passou — se a da filha do presidente Epitácio Pessoa, se a do filho do deputado Afrânio de Melo Franco, que divergem nos pormenores. Sabemos, apenas, que num ponto ambos os biógrafos estão acordes: o presidente da República assegurava que garantiria a posse do presidente eleito, embora receasse que não pudesse manter-se no poder por mais de 48 horas; e admitia, como solução para a grave crise político-militar, a hipótese de vir Artur Bernardes a renunciar ou desistir de sua candidatura. Se consumada essa desistência, estaria aberto o caminho para novas eleições e, quem sabe, para a apresentação de novos candidatos ou de um candidato de conciliação.

Segundo LAURITA RAJA GABAGLIA⁽⁶⁾, após discutir o assunto, a reduzida, mas seleta assembléia dividiu-se ao meio: os ministros das pastas militares e os senadores Antônio Azeredo e Álvaro de Carvalho apoiaram a hipótese da renúncia, ao passo que dela discordaram o senador Raul Soares e os deputados Melo Franco, Bueno Brandão e Arnolfo Azevedo. De um lado, além dos ministros, um paulista e o único matogrossense presente à reunião. De outro, três mineiros e um paulista. Este era o nosso biografado.

Recusando-se Epitácio Pessoa a dar o voto de desempate, deliberou-se adiar a decisão final, a fim de que fôsem con-

(6) GABAGLIA (Laurita Pessoa Raja) — *ob. cit.*, p. 522.

sultados os presidentes de Minas Gerais e de São Paulo — Artur Bernardes e Washington Luís. Raul Soares entraria em contato com o presidente mineiro; Arnolfo Azevedo, com o presidente paulista. E a importante reunião foi encerrada, depois de ser servido o tradicional cafézinho. . .

Infelizmente, não possuímos cópia da carta que, no dia 2 de maio, Arnolfo Azevedo dirigiu ao presidente Washington Luís. Todavia, temos sob os olhos a sua resposta: são 16 páginas manuscritas (com aquela inconfundível caligrafia — clara, desembaraçada e elegante), em papel timbrado do “Gabinete do Presidente do Estado de São Paulo”. Foi datada da cidade de São Paulo, em 3 de maio de 1922, trazendo uma indicação — *Confidencial*. Ei-la, na íntegra:

“Meu caro Arnolfo.

Dou em meu poder a sua confidencial de 2 do corrente, em que você me faz o resumo do que se passou na reunião do Palácio do Catete, a 1.º, convocada pelo Sr. Presidente da República, e na qual estiveram presentes os senadores A. Azeredo, Álvaro de Carvalho e Raul Soares, os ministros da Guerra e da Marinha, os deputados Bueno Brandão, Melo Franco e você. A exposição de fatos, então feita, pelo Sr. Presidente da República precisou aspectos da questão presidencial para se chegar a uma solução definitiva em vista da intervenção do Clube e das guarnições militares, ameaçando abertamente a ordem constituída, as instituições republicanas e o próprio Brasil, sendo sugerido então que a renúncia dos candidatos eleitos, com precauções em relação aos derrotados, poderia dar o almejado fim. Aprovadas as eleições, aceita a renúncia pelo poder competente, seria marcada nova eleição para outros candidatos, com tempo ainda de se empossarem antes de 15 de novembro.

Sobre tal solução quer você a minha opinião. A escassez do tempo, para a resposta urgente que você pede, não me permite desenvolver, como eu desejaría, todo o meu pensamento, que reflete o sentir de todo o Estado de São Paulo e do P. R. P.

Não devo, pois, por isso, recordar como apareceu a candidatura Bernardes, prestigiada por fortes e numerosos elementos, tendo São Paulo dado o seu apoio, depois de nela ter assentido o Sr. Presidente da República. Nem tampouco devo lembrar como apareceram as dissidências; como se fez a Convenção de 8 de junho, em que, sem discrepância, votaram todos os representantes de São Paulo; a sua consequente apresentação ao país por manifesto; a sua aceitação expressa, por diversas vèzes, mesmo depois de saber das injustas agressões e das ameaças de violência, pelo P. R. P., por todos os seus chefes; a sua recomendação ao eleitorado que acudiu com a votação, livre como mais podem ser as coisas livres, de 93.000 eleitores, a maior que até hoje tem reunido o Estado de São Paulo.

Como São Paulo, todos os outros Estados também votaram. A 31 de março, nas capitais dèsses Estados, foi feita a apuração pelas juntas respectivas e se ficou, então, sabendo que o Dr. Artur Bernardes fôra eleito presidente da República por grande maioria,

I

Gabinete do Presidente
do
Estado de São Paulo

São Paulo 3 de Maio de 1922

Confidencial

Meu caro Arnolfo

Dou em meu poder a uma confiden-
cial de L do Correntes, em que você me
faz o resumo do que se passou na reunião
do Palácio do Catete, a 1.º convocada pelo
o Presidente da República, e na qual estiveram
presentes o conselheiro M. Aguiar, Álvaro de Bar-
alho e Raul Soares, o ministro da Guerra e da
Marinha, o deputado Aureo Romão, M. de Faria
e você. A responsabilidade facta, então feita
pelo Sr. Presidente da República passou respecto
da quinta presidencial para se chegar a uma
situação definitiva em vista da intervenção
do Clube dos Juveniores militares, ameaçar

Um documento histórico (1)

Reprodução da primeira página da carta confidencial dirigida a Arnolfo Azevedo pelo Dr. Washington Luís, presidente de São Paulo, a propósito da famosa Reunião do Catete, realizada a 1.º de maio de 1922.

Já existe clara manifestação da vontade da Nação pela forma constitucional e a mais completa. Escolheu ela, pois, o seu futuro e supremo magistrado, que, entretanto, se sente ameaçado para não governar porque parte das forças armadas vota a sua candidatura.

Qual a razão? As cartas falsas? Mas, se são falsas! Todos os de boa fé, todos os que não estão apaixonados sobejamente sabem disso. A

certidão com os nomes e firmas das
 pessoas que ali estão escritas, tem
 de ser rubricada a forma, em vista
 de fôrça e urgência.

Por isto deve encaminhamento ao Dr.
 Espitaco, mostrando até esta em
 seu original. Bem assim aos
 amigos, que julgar necessário, ficando a
 seu critério. Pode assim entender
 continua sempre a sua defesa.

Arnolfo Azevedo
 Presidente

Um documento histórico (II)

A última página da mesma carta datada de São Paulo,
 a 3 de maio de 1922.

própria Nação já se pronunciou nesse sentido, porque o pleito presiden-
 cial foi colocado nesse pé e sob esse aspecto.

Estou, e sempre estive, convencido da falsidade das cartas. A Nação,
 com a eleição do Dr. Bernardes, acaba também de proclamar que tais
 cartas são falsas. A respeito não se pode mais voltar.

Que resta, pois? A insubordinação de alguns oficiais, não da oficiali-
 dade brasileira, contra a vontade da Nação, contra as instituições cons-

titucionais vigentes, sem causa, sem razão aparente, praticando crimes, ameaçando de levantar contra os poderes constituídos e contra a República as armas que lhe foram confiadas pela Nação para defender as instituições e a Pátria.

Se o levante tivesse causa nas cartas falsas, a questão seria caprichosa. Se não é por causa das cartas, fica o crime sem razão.

A questão das cartas está liquidada; a questão política, ou melhor, as questões partidárias estão arredadas, só existindo a questão militar. Se, apesar disso tudo, ainda permanece a questão militar, é preciso procurar as suas origens noutra parte, e, então, a solução proposta absolutamente não resolve a situação, e, por certo, nem a adia.

Teremos então a revolução declarada, diz-me. Com a revolução talvez fique sacrificado o regime, cuja defesa nos incumbe e cuja defesa pode, e nos dará, ganho de causa; com a solução proposta ficam, sem dúvida alguma, sacrificado o regime e os homens que o servem. Que garantia há para que os políticos contrários não façam em relação aos novos candidatos o que fizeram aos atuais, falsificando cartas, protelando apurações, obstruindo votações de leis de eleições, etc., etc., desde que os novos candidatos não sejam à sua feição?

Que garantia há de que as forças em revolução, tendo afastado, esmagado o atual candidato eleito, não vetem os outros, não imponham o seu, transformando as novas eleições numa farsa ridícula e desprezível, com a perda do regime republicano, atirando o nosso Brasil para atrás dos Paraguais de há 30 anos?

Entretanto, a defesa da República e do Brasil, por todos os meios, dará a todos novos dias de respeito e de serenidade na nossa Pátria.

Vejamos.

Florianô Peixoto consolidou a República com as forças fiéis e com batalhões patrióticos. Depois, no tempo da sua sucessão, afirmou-se que Prudente de Moraes não seria eleito, que não tomaria posse, que não governaria. Mas, para felicidade da Nação, foi êle eleito, reconhecido, empossado; e, com largo descortino, vasto espírito de tolerância e patriotismo, governou, restabelecendo a ordem interior para a prosperidade do Brasil.

O marechal Deodoro, apesar de seu prestígio brilhante de fundador da República, não pôde levar avante o golpe de Estado de 3 de novembro, que começou dissolvendo o Congresso, porque não encontrou apoio na Nação. Há pouco tempo ainda, o Cons.^o Rodrigues Alves, ficando no seu lugar, sufocou a revolta militar de 14 de novembro, dirigida por generais, revolta que tomou por pretexto a vacina obrigatória. Recentemente, o marechal Hermes, ao iniciar o seu quadriênio, venceu a revolta do *Minas Gerais* e de outras grandes unidades da Marinha, com forças fiéis e com o apoio da Nação.

Grandes e valiosos são êsses exemplos que guarda a nossa História republicana.

A situação, pois, não é nova, e anteriormente sempre se resolveu a favor da legalidade e do poder civil.

É preciso contar com o apoio da Nação, com o patriotismo dos brasileiros, com a disciplina abnegada e muita de boa parte do Exército e da Marinha, com as situações de diversos Estados, com as organizações fortes de muitos dêles. Não considero a situação fraca e muito menos

perdida; não devemos nós perdê-la. Temos no povo, no Exército, na Marinha, nos governos, muitos e bons elementos para manutenção da ordem pública e das instituições, para grandeza do Brasil.

É este meu parecer, que reflete o sentir do P. R. P. já ouvido numerosas vèzes a respeito *de tôdas* essas consequências. O Sr. Presidente da República dispõe dos elementos necessários para a manutenção da ordem pública até 15 de novembro; mas a República deve ir até 15 de novembro, e ir além de 15 de novembro.

Os nossos esforços se devem congregiar para esse fim.

Nessas condições, penso que a solução para o caso está em um entendimento entre os responsáveis pela República até 15 de novembro e depois de 15 de novembro; isto é, um entendimento entre o presidente atual e o presidente futuro, no qual se combinem as providências legais para que, com segurança, se faça normalmente a transmissão de poderes, no interesse do futuro e da integridade do Brasil.

É indispensável esse entendimento entre o Dr. Epitácio e o Dr. A. Bernardes para acertarem as medidas que não permitam solução de continuidade no governo republicano, medidas que, postas imediatamente em execução, se estendam além do atual quadriênio.

O Dr. Epitácio Pessoa acaba de receber uma verdadeira consagração na capital da República, à qual se associaram todos os Estados da Federação, tôdas as classes conservadoras do país. É ele um espírito esclarecido, uma vontade enérgica, possui raro patriotismo; representa, pois, para todos os brasileiros, a mais forte probabilidade, a segura certeza do maior serviço que um republicano pode prestar à sua Pátria, isto é, conservar ileso a República para manter íntegro o Brasil. Todos nós confiamos nêle até 15 de novembro.

O Dr. A. Bernardes é um homem digno, espírito tolerante, firme, capaz de se sacrificar pelo bem comum. Temos confiança nêle para depois de 15 de novembro.

Esses esforços conjugados alentam a hora atual.

• • •

Aí fica, pois, como pensamos. Você sentirá conosco o fundo das coisas que aí estão escritas, tendo que relevar a forma, em vista da pressa e urgência.

Peço-lhe dar conhecimento ao Dr. Epitácio, mostrando até esta no seu original. Bem assim aos amigos, que julgar necessário, ficando a seu critério. Tudo, se assim o entender.

Continua sempre à sua disposição o am.^o af.^o

Washington Luis."

Assim se expressou o Estado de São Paulo, no dia 3 de maio de 1922, pela palavra autorizada e decidida de seu presidente, em nome do Partido Republicano Paulista e da esmagadora maioria do eleitorado bandeirante. Assim falou um

estadista da Primeira República, com a dignidade e a altanaria que o cargo lhe impunham. Assim agiu, com a indispensável coragem, aquêles que, sob aplausos gerais, haveria de ascender à suprema magistratura da Nação em novembro de 1926, sucedendo no pôsto ao próprio presidente Artur Bernardes.

Há documentos que não necessitam de comentários, porque falam por si mesmos. Este é um dêles: positivo, corajoso, cristalino, embora escrito ao correr da pena, num jato só. Não poderia permanecer ignorado, na obscuridade de um arquivo particular.

Simultâneamente, em Belo Horizonte, tomava Artur Bernardes conhecimento do que se passara na reunião do Catete e repelia qualquer transação em tôrno da retirada de sua candidatura (7).

Prosseguem as confabulações

Na cidade do Rio de Janeiro, pelo menos por mais 15 dias, prosseguiram as conversações entre os líderes políticos. De acôrdo com outras cartas de Washington Luís, constantes de nossos arquivos, no dia 7 de maio Arnolfo Azevedo comunicou-se com o presidente de São Paulo pelo telefone, escreveu-lhe no dia 8, novamente telefonou-lhe no dia 15 e de nôvo com êle comunicou-se por carta no dia 16.

As cartas de Washington Luís datadas de 7, 9 e 16 de maio são também manuscritas e denotam, pela caligrafia, que foram escritas um tanto às pressas.

No dia 7, acentuou que o problema presidencial já escapara à ação dos partidos e de seus chefes, dos Estados e seus presidentes. Encontrava-se nas mãos do govêrno e do Congresso, únicos poderes competentes para solucioná-lo. Lembrou que, a 1.º de março, o povo escolhera o presidente da República para o quadriênio 1922-26 e que, a 31 do mesmo mês, as juntas apuradoras haviam apontado como vencedor o Dr. Artur Bernardes. Caberia, então, ao Congresso verificar a legalidade das eleições e proclamar o eleito, empossando-o a

(7) Cf. FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *ob. cit.*, pp. 1.060-1.061; LAGE (Cipriano) — *A vida de Raul Soares* (Um documento expressivo), em *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1949; e FRANCO (Virgílio de Melo) — *Outubro, 1930*, pp. 50-68, Schmidt Editor, Rio de Janeiro, 1931.

15 de novembro. Observou que o presidente Eptácio Pessoa não interviéra indêbitamente no pleito, apesar de haver apoiado a chapa situacionista na Paraíba, o que determinara a solidariedade dos Estados vizinhos e fizera dêle “o grande chefe do Norte”. Essa imparcialidade do chefe da Nação deveria continuar a manifestar-se, garantindo ao Congresso seu livre funcionamento para a verificação de podêres e, conseqüentemente, a posse de Artur Bernardes na presidência da República. E prosseguiu:

“Se o Congresso chegar a outro resultado, outro será. Mas, diante dos fatos, não é de se esperar. Divulgada a sua inflexibilidade em manter os meios para que não sejam defraudadas ou perturbadas pela coação, pelos boatos terroristas, pela violência, a vontade da Nação, já livremente manifestada; acabada, por conseqüência, tôda a esperança de arranjos, de acomodações que possam ainda dar quaisquer ensanchas aos derrotados, cessará completamente tôda a agitação, permitindo calma ao país e benéfica administração aos governos.”

Segundo o presidente paulista, a agitação só existia na esperança de algum proveito e quem a provocava devia ser tratado como minoria facciosa, cujo pretenso apoio dever-se-ia temer. Ninguém tinha o direito de negar ao candidato vitorioso o apoio constitucional, embora se lhe pudesse negar apoio administrativo ou político — a exemplo do que acontecera com o marechal Hermes, da parte dos paulistas. O que ainda animava os derrotados era a esperança da anulação do pleito, a fim de que, renovando a agitação, dela pudessem tirar algum proveito.

“Não poderemos obter calma com transações com o Nilo; já o senador Pinheiro Machado dizia que onde está o Nilo está a confusão. Com êle não há segurança de acôrdo útil e honesto. Falta tranqüilamente à palavra dada, embora a tenha empenhado por tôdas as formas.”

Em sua opinião, dispunha o presidente Eptácio Pessoa do apoio unânime da Nação e das classes armadas, além de enormes recursos; podia, pois, dar a todos a tranqüilidade e, sobretudo, prestar ao país um grande serviço — a transmissão, normal e calma, dos podêres constitucionais. “Sem isso haverá formidável retrocesso na civilização brasileira”. Tudo estava nas mãos do “chefe do Norte”, sendo necessário o entendimento urgente entre êste e o futuro presidente.

Na carta de 9 de maio, Washington Luís confessou-se satisfeito com o rumo que as coisas iam tomando, baseado nas in-

formações e impressões transmitidas por Arnolfo Azevedo, em carta datada da véspera. Era de opinião que se deveria acolher com todo cuidado qualquer proposta partida da Dissidência, porque "todo o interesse do nilismo é confundir a opinião, protelar o processo presidencial, para tirar proveito". No simples fato de propor já se percebia uma segunda intenção: sem dúvida, fariam proposições que teriam de ser recusadas, para poderem sair gritando: *Intransigência! Medo de que se descubram fraudes!* e outras coisas desse tipo, seguindo-se as ameaças e intimidações. O veredito sobre as cartas falsas, o Tribunal de Honra e as propostas de arbitramento seriam comparáveis à ação preparatória da Artilharia; em seguida, viriam as cargas de Infantaria — os boatos, as intrigas, as cartas de Clubes Militares, os telegramas de guarnições. Tudo não passava de encenação, que, bem divulgada por uma imprensa inescrupulosa, trazia "a confusão, os desmandos da opinião, as apreensões em que tem vivido o país ultimamente".

Exemplificou com um dos pontos propostos pelos dissidentes: não se apurariam as eleições que não houvessem sido fiscalizadas e que não tivessem registrado uma certa porcentagem. Ora, se um chefe político prestigioso e ativo houvesse conseguido um comparecimento superior a tantos por cento e seu adversário, por negligência ou outro motivo, não tivesse conseguido fiscais — só por isso, dever-se-iam considerar viciosas tais eleições e proclamar fraudulentos os chefes políticos?

"Nada receamos, e basta confrontar o Rio Grande do Sul com São Paulo, segundo o último recenseamento — Bulhões de Carvalho, de 1.º de setembro de 1920 —, cujo livro acabo de receber, São Paulo tem a população de 4.592.188, o Rio Grande do Sul tem 2.182.713; São Paulo tinha, a 31 de dezembro de 1921, um eleitorado de 167.000, o Rio Grande possuía um de 155.000, conforme informações. Entretanto, a votação de São Paulo foi de 93.000 e a do Rio Grande do Sul foi 98.000. Com menos da metade da população, com eleitorado menor que o paulista, eleitorado já em desproporção com a população — dá maior votação que São Paulo. Está bem claro que o coeficiente rio-grandense é muito maior e que a suspeita de fraude não nos caberia senão muito depois da do Rio Grande."

Para Washington Luís, a presença de fiscais só tinha importância para lugares onde as fraudes eram comuns. Em relação a São Paulo, em muitas localidades ninguém concordou em ser fiscal de Nilo Peçanha ("tal é o conceito em que êle é aqui tido"), noutras os fiscais, devidamente industriados, negaram-se a assinar as atas e, em certos casos, os fiscais compareceram apenas para votar no candidato dissidente.

"Recuse-se a proposta tal e vem o berreiro para confundir. Talvez, já esperem a recusa para o berreiro e confusão. Assim tem sido o nilismo funesto, e não é de se esperar que êle mude."

Na carta de 16 de maio, classificada como *confidencial*, o presidente de São Paulo declarou que, pela conversa com Arnolfo Azevedo, verificava que a política de intimidação continuava a tirar proveito de situações escusas. Previa nova ofensiva e repetiu sua comparação com a estratégia militar: à preparação da Artilharia (boatos terroristas) seguir-se-ia a carga da Infantaria (carta militar, discursos no Congresso). Sob os efeitos da intimidação e com tantas excitações, a "procissão" — isto é, a revolução — acabaria por sair mesmo... e os homens, que dela queriam tirar proveito, lavar-se-iam em águas de rosa!

"A saída? O cumprimento do dever. Não há outra. Tramar com a violência ou com a *camouflage* da violência, não é digno nem patriótico e muito menos útil. Fugir, dando-lhes a vitória incruenta por ato de covardia, menos digno, menos patriótico e menos útil será.

Só temos, pois, o cumprimento do dever. Não podemos legar aos nossos filhos, diminuído, o patrimônio de liberdade que nos foi transmitido pelos nossos pais."

Em sua opinião, não se deveria ter receio de revoluções ou insurreições, porque não podia haver revoluções sem chefes. E onde estavam os chefes daquela com que se vinha amedrontando o país?

"Poderia haver movimentos militares, subalternos, arrancos da força somente, porque não há, não houve, nunca haverá revoluções sem idéias, sem princípios novos a estabelecer, sem substituição a outros velhos ou gastos.

Qual o princípio que seria lançado a cobrir espadas revoltadas? A Reação Republicana? Mas, a Reação Republicana, até hoje, nada soletrou senão a gagueira das conferências e cartas do Nilo, o silêncio do Seabra, a ação de Borges de Medeiros. Esses três homens têm sido os colaboradores frequentes e assíduos, de toda a política brasileira de há 20 anos para cá. Nada disseram de novo, ou melhor, nada disseram até agora.

As cartas falsas? Mas cartas falsas, expressamente e repetidamente negadas pelo seu autor, não podem trazer a chacina de 30 milhões de brasileiros, livres, em ordem, a trabalhar, somente para satisfazer a vingança de uma injúria que não existe, e que, se existesse, não justificaria tal crime tremendo. Desgraça àqueles que o querem praticar para dêle tirem proveitos e satisfação da ambição."

No seu modo de entender, a verdade era muito outra. Não acreditava que 90% das classes armadas estivessem insu-

bordinadas. Julgava que 50% delas eram disciplinadas, constituídas de brasileiros cumpridores de seus deveres. Dos restantes 50%, uma parte era exaltada e nilista, cujo barulho fazia supor que fôsse maior do que realmente era, e outra parte era constituída por bernardistas. Por outro lado, a maioria dos Estados, a Nação que se manifestara por maioria absoluta a 1.º de março — estavam com a ordem, com a manutenção da Constituição Federal, com a República Federativa, “vibrando pela integridade do Brasil”.

As guarnições militares do Rio de Janeiro, disciplinadas, eram fiéis ao governo. Com elas poderia Epiácio Pessoa manter a ordem até 15 de novembro. E, nos Estados, reinava absoluta tranqüilidade, encontrando-se “todos na nobre faina que faz o progresso do Brasil”.

Em sua opinião, dever-se-ia fazer o reconhecimento constitucional de Artur Bernardes, enfrentando quaisquer embaraços da Dissidência, criados com a renúncia de seus membros às comissões parlamentares ou com o abandono do recinto das sessões legislativas. O Congresso continuaria a funcionar normalmente, por forma a mostrar à Nação quais os que verdadeiramente desejavam a ordem, cumpriam seus deveres, defendiam a República e o regime.

“Discursos que façam, proclamações que engendrem, não obscureçam o direito cristalino da Nação em ver empossado o seu primeiro magistrado para o próximo quadriênio. Se elles quiserem a desordem, sabemos defender e restabelecer a ordem.”

Washington Luís terminou essa carta, de 16 de maio, por reafirmar a necessidade de um entendimento entre Epiácio Pessoa e Artur Bernardes, após o reconhecimento dêste. Resaltou, uma vez mais, que o presidente da República era um espírito esclarecido e enérgico, dêle dependendo a salvação do país, para que não caísse na anarquia. Artur Bernardes já não era um simples candidato, mas o “eleito da Nação”, “o símbolo da supremacia do poder civil”, “a própria República”, “a integridade do Brasil”. Por isso mesmo, até com sacrifícios, tornava-se necessário que todos se congregassem em tórno do presidente mineiro.

“Penso que nada há a recer de grave; pois que, de grave para o regime, não são os movimentos de uma minoria facciosa, nem as ameaças de perturbação da ordem, que o governo da República pode restabelecer, como ainda agora o fêz e como o fizeram os anteriores.

Nada deve ser modificado sem o entendimento dos dois presidentes. É o que está combinado. Foi o que lhe disse o Dr. Epitácio. É o que devemos fazer, agindo com prudência, calma e firmeza. O Brasil confia nos seus representantes."

Finalmente, no dia 17 de maio, temos a impressão de que o presidente do Estado de São Paulo encerrou sua correspondência epistolar com Arnolfo Azevedo, no que se refere à reunião do Catete e suas implicações. Trata-se de uma carta datilografada, que assim se inicia:

"Li com tóda a atenção a clara, nobre, patriótica e concludente exposição que você me transmitiu com a sua carta de 16 do corrente. Accito a solução que nela é proposta, como aceito ficar garante da sua execução na parte que nos couber, mesmo na parte em que, por uma carta anterior a você, me confessei vencido."

Em resumo, concordava com os seguintes pontos: 1. definir e determinar as normas capazes de afastar tóda presunção de fraude eleitoral; 2. aplicá-las a tódas as atas das eleições, sem quaisquer exceções; 3. obrigarem-se os pleiteantes a acatar o resultado da apuração assim feita, homologando-o pelo voto de seus correligionários; 4. o exame das atas seria feito por comissões do Congresso, escolhidas mediante sorteio.

Mas insistia em não aceitar a anulação das eleições não fiscalizadas, nas quais o comparecimento excedesse determinada porcentagem, porque considerava o critério arbitrário e ilegal.

E assim terminava, confirmando por escrito o que dissera a Arnolfo Azevedo através do telefone:

"Quanto à candidatura Hermes, não há que reccer as informações mandadas. A experiência com êle já foi feita e ninguém, asseguro-lhe, quererá renová-la e já não é tempo para isso. Mesmo no Exército, não há quem o queira. Se fôr necessário, direi largamente as razões que tenho para assim me pronunciar."

Pela voz do presidente Washington Luís, a posição de São Paulo, face à candidatura Bernardes, era "definida e definitiva". E a eleição de 1.º de março não foi anulada, nem o presidente de Minas Gerais renunciou à sua vitória nas urnas.

Reeleição para a presidência da Câmara

Enquanto tudo isso se passava nos bastidores e nas altas esferas da política nacional, reiniciara o Congresso Nacional suas atividades normais.

No dia 5 de maio de 1922, Arnolfo Azevedo viu-se reeleito para o posto de presidente da Câmara Federal, por 115 votos, num total de 129 deputados presentes à sessão.

No dia seguinte pronunciou seu discurso de agradecimento, considerando sua reeleição uma prova de apreço e de confiança,

“após um ano de exercício neste posto de tão grandes e tão severas responsabilidades, em quaisquer etapas de nossa vida parlamentar, mas que maior e mais rígidas se revelam neste passo histórico da política nacional, tão fortemente agitada por paixões e interesses de toda ordem e de vária procedência.”

Considerava a votação recebida como prova de que ainda existia, no meio das lutas apaixonadas que se travavam entre os partidos políticos, “um ponto estável de possível ancoragem”, para onde puderam convergir as vontades livres e conscientes dos representantes da Nação. Via, em sua reeleição, o reconhecimento da necessidade de defender as tradições conservadoras, os princípios republicanos e a estabilidade do regime, através do apoio às autoridades constituídas — “o que sempre caracterizou a ação dos homens públicos do Estado de São Paulo”.

“Procurei e procurarei fazer do exercício da presidência desta Câmara um sacerdócio da Justiça, considerando-me, nesta cadeira, antes um verdadeiro magistrado do que o expoente de uma situação partidária.”

Acreditava que havia logrado realizar o seu propósito, em face dos sufrágios recebidos de seus pares.

“Quaisquer que sejam as circunstâncias, porém, não discreparei — posso afirmar-vos — dessa linha de completa imparcialidade na direção dos trabalhos legislativos; saberei cumprir rigorosamente os deveres de meu cargo; não pouparei sacrifícios para sustentar, com dignidade, nossas prerrogativas constitucionais; continuarei a manter, com os demais órgãos do poder público, as relações de boa harmonia, que a lei exige e que nosso patriotismo impõe.”

Encerrou seu discurso afirmando que a Nação, com os olhos voltados para seus representantes na Câmara, suplicava “trabalho indefeso, trabalho abnegado, trabalho patriótico; sempre trabalho e muito trabalho”.

“Trabalhem, pois. Unidos num só pensamento, trabalhem, sem descanso e sem cansaço, pelo progresso, pelo engrandecimento, pelo bom nome do Brasil, que, ao celebrar a passagem do centenário de sua independência política, precisa estar cercado do respeito, da estima e da admiração dos povos cultos.”

Tais palavras, "ouvidas com profunda atenção por todos os deputados presentes" (*Gazeta de Notícias*, 7-V-1922), mereceram não apenas os aplausos dos colegas, mas elogios da imprensa. A revista *A. B. C.* considerou-as "um modelo de concisão e elegância oratória" e reconheceu que, na verdade, Arnolfo Azevedo vinha portando-se como um magistrado e, não, como um expoente de um partido político; restava à Câmara colaborar com êle naquela árdua tarefa. *A Notícia* (8-V-22) acentuou:

"Viva impressão causou êsse discurso do ilustre deputado paulista, que a Câmara ouviu com todo o interêsse que despertam sempre as palavras dos homens de responsabilidades, nos graves momentos da política nacional, como o que atravessamos."

E, segundo o *Jornal do Comércio* (7-V-22), durante tãda a tarde do dia 6 de maio, o gabinete do presidente da Câmara, "que se achava lindamente ornamentado de flôres naturais", foi muito procurado por altos representantes do poder público e da sociedade brasileira, que lhe foram levar seus cumprimentos pessoais.

Uma nova etapa se iniciava para Arnolfo Azevedo, após haver passado pela "prova de fogo" da sessão legislativa anterior.

Começa a nascer o Palácio Tiradentes

Em fins de 1921, abriu-se um problema para a Mesa da Câmara Federal: o palácio Monroe, sua sede desde 1914, foi requisitado pelo Governo Federal para servir de pavilhão de entrada da grandiosa Exposição Internacional destinada à comemoração do 1.º centenário de nossa emancipação política. Voltaria, assim, à sua finalidade original. Mas, se a requisição feita pela prefeitura do então Distrito Federal era justa, significava, em contrapartida, nada mais, nada menos, do que o despejo daquela casa do Congresso Nacional...

Com certa graça, em junho de 1922, o *Jornal do Brasil* rememorou o que então aconteceu:

"Debalde o sr. Prefeito, defensor do gracioso palácio Monroe, exigia o despejo da Câmara.

O sr. Arnolfo Azevedo, carregando ainda mais a expressão carregada de sua fisionomia, bateu o pé e negou.

Chamado para arbitrar o conflito, o sr. Presidente da República fez promessas solenes de mandar construir para a Câmara um prédio apropriado. O sr. Arnolfo tapou os ouvidos, desconfiando, como os marinheiros de Ulisses, do canto das sereias...

Foi preciso levar avante a promessa, assinar o contrato de construção de um novo palácio. E, agora, com as pregas do rosto desfeitas pelo contentamento, o sr. Arnolfo Azevedo, empunhando o contrato por que lutou ferozmente, vai ordenar a mudança."

Na verdade, foi elaborado um projeto de lei, discutido e aprovado pela Câmara e pelo Senado, o qual se transformou na lei n.º 4.381-A, que o presidente Epitácio Pessoa sancionou no dia 6 de dezembro de 1921. De acordo com esse documento, a Mesa da Câmara ficava autorizada a ceder o palácio Monroe, a construir um edifício para aquela casa do Congresso Nacional e a instalar-se, em caráter provisório, em um outro próprio nacional.

Em poucas palavras, COSTA RÊGO resumiu assim o desfecho do caso, em artigo publicado no *Correio da Manhã*, naquele mesmo mês de junho de 1922:

"Foi o Governo à Câmara e disse-lhe, mais ou menos:

— Minha filha, dou-lhe outra casa, enquanto a sua não fica pronta. Restitua-me o pavilhão."

Havia quase um século que a Câmara vivia como hóspede em casa alheia: nos primeiros e longos 88 anos, na vetusta Cadeia Velha; naqueles derradeiros 8 anos, no elegante palácio Monroe.

No dia 19 de junho de 1922, os ilustres srs. representantes da Nação e, em particular, seu presidente transbordavam de júbilo. Um velho sonho começava a concretizar-se: seria lançada a pedra fundamental do futuro Palácio Tiradentes. Como acentuou *O Brasil*, no dia seguinte,

"Não fôsse a idéia fixa do sr. Carlos Sampaio⁽⁸⁾, desejando à viva força o Monroe para o pavilhão central da Exposição, e não fôsse principalmente a resistência do sr. Arnolfo Azevedo em só largar o elegante palácio de São Luís depois de ver esboçado em linhas de verossimilhança o projetado edifício, e não teríamos, de certo, a cerimônia de ontem, que, honra lhe seja feita, foi soleníssima."

Por volta das 13 horas daquele dia 19 de junho, já se achavam reunidas altas autoridades no porão da Cadeia Velha,

(8) Prefeito do então Distrito Federal.

na parte voltada para a Rua São José. Um cheiro de môfo impregnava o ambiente, em que fôra instalada extensa mesa repleta de petiscos e bebidas. Congressistas, ministros d'Estado e jornalistas acotovelavam-se no local, muitos dêles metidos em solenes fraques e reluzentes cartolas.

Eram 13 horas e 15 minutos, quando a banda de música do Corpo de Bombeiros, postada do lado de fora do velho edifício, executou o Hino Nacional, anunciando a chegada do presidente da República, que se fazia acompanhar pelos membros de sua Casa Militar. Recebido pela Mesa da Câmara (Arnolfo Azevedo à frente) e demais congressistas, como também pelos ministros presentes — Pires do Rio, da Viação; Ferreira Chaves, da Justiça; Homero Batista, da Fazenda; e Veiga Miranda, da Marinha —, teve início a cerimônia.

"Quando a música sossegou lá fora e as cabeças se cobriram de nôvo, o sr. Arnolfo Azevedo, grave sob a "chaminé" reluzente, abriu círculo em tôrno da suprema autoridade nacional e disse:

— "Convido V. Excia. para presidir ao ato do lançamento da pedra fundamental do nôvo palácio da Câmara, grande melhoramento que o país vai dever ao governo benemérito de V. Excia."

O sr. Dr. Epitácio Pessoa sorriu agradecido e, dirigindo os passos para fora, frisou com voz firme:

— "Será grande honra para mim." (9)

Acompanhando o chefe da Nação, as demais autoridades dirigiram-se para um palanque armado no terreno disponível entre a Cadeia Velha e a então sede do ministério da Viação. "O sol malhava com certa inclemência nas augustas cartolas"... e todos ali se acomodaram como puderam: à direita do presidente da República, os ministros; à esquerda, os membros da Mesa da Câmara, deputados, senadores e outras autoridades.

Foi orador oficial o deputado Costa Rêgo, da bancada de Alagoas e um dos secretários da Câmara, que pronunciou elegante discurso, "quase alegre", acentuando a inexistência de uma casa própria para os legisladores, a importância da atividade parlamentar e a significação daquela solenidade. Terminou por afirmar que, sob a cúpula do nôvo edifício que futuramente iria abrigar os deputados, êstes haveriam de seguir o exemplo dos operários que a ergueriam, numa lição de trabalho, fecundo e proveitoso, para o engrandecimento da Nação.

(9) Cf. *O Brasil*, de 20 de junho de 1922.

"O primeiro a bater palmas foi o sr. Epitácio Pessoa. Descansou a bengala incomodativa e bateu-as com alma, sorridente e sincero. Ao seu lado, todos os ministros aplaudiam também o orador. Houve os abraços de estilo."

Em seguida, o presidente da República leu atentamente as duas vias da ata, escritas "em legítimo pergaminho", e assinou-as, o mesmo fazendo, depois, as pessoas presentes. Recebeu, a seguir, uma pá de prata com cabo de marfim (tendo na fôlha dizeres referentes à cerimônia) e um macête, também de prata e marfim, para acamar a argamassa. Uma das vias da ata foi colocada dentro de uma caixa de cobre, onde já se encontravam jornais do dia, moedas brasileiras e folhetos. Ajeitada essa caixa na respectiva cavidade de pedra, o presidente Epitácio Pessoa foi o primeiro a lançar a argamassa, seguindo-se-lhe os ministros, congressistas e outras pessoas presentes.

Convidado pelos responsáveis pela construção do nôvo palácio, o presidente da República dirigiu-se ao porão da Cadeia Velha, acompanhado pelas demais autoridades. Foi, então, servida uma taça de "champagne", sem que houvesse nenhum discurso, e os presentes participaram de um pequeno lanche⁽¹⁰⁾.

Estava encerrada a cerimônia, que marcou o ato inicial da construção do Palácio Tiradentes, projetado pelo arquiteto Arquimedes Memória e que haveria de ser inaugurado, com tôda solenidade, no dia 6 de maio de 1926, em comemoração do 1.º centenário do Poder Legislativo brasileiro.

No dia seguinte, 20 de junho de 1922, as picaretas caíram sôbre o venerando casarão da Cadeia Velha, iniciando sua demolição.

A Câmara na Biblioteca Nacional

Uma vez obtida essa primeira vitória (vitória precária, porque o simples lançamento de uma pedra fundamental poderia nada significar, como, aliás, mais tarde veio a acontecer em relação ao Senado Federal, que também viu solenemente lançada a sua, embora continue até hoje esquecida, sepultada sob as árvores da Praça da República, na cidade do Rio de Janeiro...), Arnolfo Azevedo tratou imediatamente de aban-

⁽¹⁰⁾ Cf. *O Brasil e a Gazeta de Notícias*, de 20 de junho de 1922.

donar o palácio Monroe e, provisoriamente, instalar a Câmara Federal em dependências da Biblioteca Nacional, à avenida Rio Branco.

As necessárias adaptações foram feitas com rapidez e a mudança para o novo local, iniciada no próprio dia 19, terminou no dia 26 de junho de 1922.

No pavimento térreo, na parte dos fundos do edifício, voltada para a rua México, instalou-se a "sala dos chapéus". No primeiro andar, ficaram as salas das comissões, a portaria, a Secretaria. O recinto ficou no segundo andar e a biblioteca, no terceiro. Todas as despesas correram por conta de verbas do Governo federal e tudo foi feito no sentido de prejudicar o menos possível o funcionamento normal da Biblioteca Nacional. À primeira vista, parecia obra de vulto; mas — como observou COSTA RÊGO, no já citado artigo do *Correio da Manhã* —, "em cinco dias, entretanto, qualquer mestre carpinteiro desarma tudo e a Biblioteca ou, melhor, aquela parte da Biblioteca readquire o seu aspecto anterior".

O mesmo deputado, nesse artigo, confessou-se emocionado ao visitar o palácio Monroe nos dias de mudança da Câmara. Viu-o repleto de recordações, que se espalhavam pelos gabinetes, desprovidos de mobiliário, pelas ante-salas e pelos corredores desertos, pela sala de sessões, completamente vazia, onde a falta de acústica havia prejudicado tantos oradores parlamentares.

"O mais interessante a observar eram os papéis esparsos pelo chão, restos tristes de uma atividade que se esgotara em esforços inúteis. Aqui um requerimento de informações ao Governo, ali um projeto de lei; acolá uma indicação apenas esboçada, mais adiante uma emenda e as notas de um discurso não revisto, que o próprio orador atirara à cesta dos papéis inúteis.

Todo esse lixo e todo esse pó como que falavam entre as colunas do Monroe, lembrando os momentos passados, quando tudo aquilo — projetos, indicações, emendas, requerimentos — constituía a alma de uma sessão, que fôra ora serena, ora sacudida pelas perturbações as mais diversas da política, do ódio partidário ou, apenas da vaidade pessoal."

Um espetáculo realmente melancólico.

Para o dia 27 de junho, fôra convocada a Câmara para a primeira sessão no prédio adaptado; mas ela não se realizou, por falta de número. Logo, depois, porém, a casa encheu-se de deputados, curiosos por conhecer sua nova sede de trabalho.

"Uns achavam-na excelente, apesar da estreiteza do recinto, que não dispõe da ventilação necessária. Outros encontraram motivos para

dizer mal da Mesa, dando-a como responsável por aquela sovinação de espaço. A verdade, porém, era que os descontentes formavam a minoria, muito embora alguns dos seus elementos pertencessem às hostes da maioria parlamentar."

O repórter ia recolhendo os comentários, que fervilhavam. O deputado Lindolfo Pessoa teria afirmado:

"— Aqui nós não temos horizonte. A vista esbarra nos tabiques, levando-nos à alma um desconsólo de prisão. Falta-nos o mar, que era para a nossa retentiva um banho saudável."

Já o deputado Figueiredo Rodrigues pensava de modo contrário:

"— Há luz, ventilação e asseio. Respiro bem neste ambiente lavado."

Mas não tardou a ficar desesperado porque, no labirinto de salas e corredores, não encontrava a "sala do café"... E, quando afinal a encontrou, resmungou:

"— Afinal de contas, puseram a sala do café no fim do mundo! Só com o pensar na distância, a gente perde o desejo de saborear a rubiácea..."

Ao que retrucou, pilheriando, o deputado Francisco Valadares:

"— O Arnolfo, como bom paulista, está fazendo a defesa do café..." (11)

Afora tais comentários, outros de maior relevância se registraram. No dia 26 de junho, em reunião da Comissão de Finanças do Senado, o senador Moniz Sodré, da bancada baiana, censurou o ato do presidente da Câmara por haver suspenso a realização de sessões da Câmara durante a semana em que se verificou a mudança para a Biblioteca Nacional, classificando a decisão de Arnolfo Azevedo como arbitrária e acusando-o de haver pisado a lei, a própria Constituição... No dia seguinte, *O País* e a *Gazeta de Notícias* encarregaram-se de dar uma resposta ao senador oposicionista: a lei orçamentária ainda se encontrava no Senado e as comissões permanentes da Câmara haviam-se reunido, normalmente, durante aquêlo curto período. Se bem que o protesto não tivesse en-

(11) Cf. *O Brasil*, de 28 de junho de 1922.

contrado eco entre os membros do Senado, julgou-se o senador Francisco Sá no dever de fazer consignar, em ata, sua repulsa ao que classificou de intromissão indébita de senadores em assunto da economia interna da Câmara.

Embora não houvesse número para a realização da sessão, no dia 27, Arnolfo Azevedo anunciou aos 51 deputados presentes que faria publicar no Diário do Congresso uma explicação sobre o assunto. Neste documento, historiou as *démarches* havidas e lembrou que a mudança não pudera ter sido feita durante as férias parlamentares, em virtude da convocação do Congresso para manifestar-se sobre o veto do presidente Epitácio Pessoa ao orçamento da Despesa. Depois, vieram os trabalhos de reconhecimento dos candidatos à presidência e vice-presidência da República. A mudança de prédio fôra deliberada pela Mesa, naquela segunda quinzena de junho, por lhe parecer que não haveria prejuízo para a marcha dos trabalhos legislativos e com base no que se registrara, em 1914, quando da mudança da Câmara da Cadeia Velha para o palácio Monroe.

Na sessão de 30 de junho de 1922, o assunto foi debatido em plenário. Na véspera, o deputado Joaquim Osório havia negado competência à Mesa da Câmara para fazer a mudança sem consulta prévia à Casa e a acusara de haver despendido 300 contos de réis nessa tarefa; coube ao deputado Palmeira Ripper dar a devida resposta ao deputado gaúcho. Todavia, o fato importante foi o discurso do deputado Otávio Rocha, líder da minoria, que solicitou fôsse transcrito nos Anais o texto da ata referente ao lançamento da pedra fundamental do futuro Palácio Tiradentes. Suas palavras merecem ser lembradas aqui:

"Sabe V. Excia, que acompanhei com especial carinho as *démarches* em torno da construção do edificio da Câmara. Sei — rendendo a justiça que me cabe fazer a V. Excia., apesar de ser seu intransigente adversário — quanto V. Excia. se esforçou como presidente desta Casa, para que ela tivesse instalação condigna, uma vez que não me é dado mais discutir a oportunidade ou não da despesa, pois é assunto conhecido, nada mais terci a dizer senão o que a Câmara acaba de ouvir, para que figurem também na ata estas minhas palavras de homenagem a V. Excia., como presidente da Câmara, apesar da Mesa ter-se tornado homogênea, pois dela a oposição foi excluída. Aceite V. Excia. os nossos parabéns. Nem é graciosa esta minha congratulação, porque sei bem como custou a V. Excia. chegar ao fim colimado. Foi V. Excia., realmente, quem, com sua energia...

O sr. JOAQUIM OSÓRIO — Livrou-nos de ficar na rua...

O sr. OTÁVIO ROCHA — ... e, ao mesmo tempo, com o seu ponto de vista superior, facultou à Câmara a posse de uma sede própria,

Quando de futuro, talvez se o bernardismo continuar nos seus processos, nós estejamos com o cenário de todo mudado, terá ficado, pelo menos nos Anais, que a V. Excia. devemos esta iniciativa.

Era essa a justiça que desejava fazer a V. Excia. Assim como ontem fui um crítico da mudança que não precisávamos fazer, por ser indispensável gastar muito dinheiro, para mudar daqui para ali, hoje desejo tributar esta homenagem a V. Excia.

A Câmara, quando em 1924 funcionar em seu edifício próprio terá de agradecer a V. Excia. o trabalho prestado nesse sentido."

Justas palavras, que Arnolfo Azevedo deve ter ouvido com emoção, do alto de sua cadeira de presidente, já agora instalada nas dependências da Biblioteca Nacional.

Julho de 1922

Enquanto isso se passava, vivia a Nação um dos momentos mais graves de sua vida política. Lavravam a agitação e a indisciplina nas forças armadas, em particular no seio do Exército. Romperam distúrbios em Pernambuco, que acabaram por repercutir no Clube Militar, sediado na cidade do Rio de Janeiro e em cuja presidência encontrava-se o marechal Hermes da Fonseca. Os debates travados na sessão dessa agremiação, iniciada na noite de 24 de junho e que se prolongou pela madrugada de 25, com a presença de mais de 600 oficiais do Exército e da Marinha, constituíram um triste símbolo da atmosfera então reinante.

Precipitaram-se os acontecimentos: a 29 de junho, o telegrama do marechal Hermes da Fonseca ao comandante da região militar de Pernambuco; a 1.º de julho, o decreto presidencial mandando fechar o Clube Militar pelo prazo de seis meses; no dia imediato, a carta enviada ao presidente da República pelo marechal Hermes e sua conseqüente prisão⁽¹²⁾.

As primeiras horas da madrugada de 5 de julho de 1922, iniciava-se a revolução, tendo por foco principal o forte de Copacabana e com repercussões no forte do Leme, na Escola Militar e na Vila Militar.

Não é nosso objetivo analisar êsse episódio de nossa História político-militar. Queremos apenas lembrar que, como

(12) Cf. Ata da sessão do Clube Militar, de 24 de junho de 1922; e GABÁGLIA (Laurita Pessoa Raja) — *ob. cit.*, pp. 559-573.

presidente da Câmara Federal, Arnolfo Azevedo colocou-se ao lado do chefe da Nação, na defesa da legalidade. Da casa da rua Ibituruna, sua família, angustiada, acompanhava de longe os acontecimentos, ouvindo perfeitamente os tiros de canhão, que abalavam a cidade. Só mais tarde, pôde conhecer pormenores do que se passara, relatados pelo nosso biografado, inclusive o que se registrou, já sufocada a rebelião, no hospital do quartel do Areal⁽¹³⁾.

Seguiram-se as conseqüências, a respeito das quais possuímos dois documentos inéditos.

O primeiro é o rascunho da carta que, a 22 de julho, Arnolfo Azevedo enviou ao Dr. Washington Luís, presidente de São Paulo, relatando o que, na véspera, lhe havia comunicado o presidente Epitácio Pessoa, em presença do deputado Bueno Brandão e a propósito dos últimos acontecimentos.

Em relação aos alunos da Escola Militar, ficara assentado o seguinte: os mais comprometidos, "em número muito superior a duzentos", seriam desligados, distribuídos pelas diversas guarnições e, depois, expulsos do Exército; os restantes, em número de 29, continuariam na Escola, esperando-se que êsse número subisse a 50 ou pouco mais, com as justificações que se estavam processando.

Nilo Peçanha fôra novamente chamado à Polícia, no dia 20, revelando que não tomara parte na conspiração, pois com ela não concordara, mas considerava-se o presidente da República realmente escolhido pela Nação, embora esbulhado pelo Congresso. Afirmara que contava com o completo e decidido apoio das fôrças armadas, representadas por 14 guarnições dos Estados e por um compromisso assinado por mais de 1.500 oficiais do Exército. No dia 14 de novembro, êsse manifesto dos militares deveria ser profusamente distribuído por todo o país e, no dia 15, data da posse do presidente Artur Bernardes, sairia publicado em todos os jornais. Em tal documento, constava a declaração peremptória de que os signatários não obedeceriam às ordens do nôvo govêrno, o que significava que o chefe da Nação estaria virtual e moralmente deposto. Esperava que, com base no *habeas-corpus* requerido, o vice-presidente J. J. Seabra assumisse o govêrno da República e mandasse proceder às novas eleições. Declarara que o presidente Epitácio Pessoa teria "assombrosas surpresas" ao verificar, entre

(13) Cf. GABAGLIA (Laurita Pessoa Raja) — *ob. cit.*, p. 590.

os signatários do manifesto, muitos oficiais de sua inteira confiança até aquêlê momento; e seria testemunha do fatal e irreprimível desenlace dos acontecimentos, que sua teimosia poderia ter evitado e que não quisera impedir.

Segundo Nilo Peçanha, êsse plano era humano e suave, não provocaria derramamento de sangue e atenderia às reivindicações do povo brasileiro. Não perdera suas esperanças na consumação dessa "revolução branca" e confiava que a Nação, a 15 de novembro, teria oportunidade de ver empossado um presidente realmente por ela escolhido, mesmo que não fôsse êle declarante.

Prosseguindo em seu relatório ao presidente de São Paulo, informou ainda Arnolfo Azevedo que nada havia sido apurado contra J. J. Seabra, mas que, bem ao contrário, em relação ao marechal Hermes, as provas eram abundantes e comprometedoras. Importantíssimo teria sido o depoimento do general Clodoaldo da Fonseca, porque demonstrava que o Dr. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, também estava envolvido na conspiração; as tropas daquele Estado, mais as de Santa Catarina e do Paraná, deveriam marchar incorporadas contra São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, a fim de impedir a posse de Artur Bernardes e, se necessário, organizar uma Junta Governativa.

Diante de tais fatos, o presidente Epitácio havia encarregado os generais Fontoura, Pessoa e Mena Barreto, juntamente com o chefe de Polícia do Distrito Federal, de apurarem o que de verdade existiria nas revelações de Nilo Peçanha, cuja gravidade não procurou esconder, solicitando que o assunto fôsse levado ao conhecimento dos presidentes de São Paulo e de Minas Gerais (através do deputado Bueno Brandão).

Em seguida, o presidente da República fêz sentir a necessidade de ser decretado o estado de sítio até 31 de dezembro, mas por iniciativa do próprio Congresso. Julgava impossível ou inconveniente a prorrogação por sua iniciativa, porque viera a saber que Maurício de Lacerda tinha pronto um pedido de *habeas-corpus*, dirigido ao Supremo Tribunal, contra a prorrogação do estado de sítio pelo govêrno, achando-se o Congresso em funcionamento, alegando sua inconstitucionalidade, não obstante o precedente aberto por Venceslau Brás, durante a Grande Guerra. Receando o resultado dêsse pedido ao Supremo Tribunal, onde existiam elementos políticos apaixonados, mandaça qvyr a opinião de Rui Barbosa; segundo êste, a

prorrogação pelo govêrno era constitucional e tal ponto de vista seria por êle sustentado sem hesitação, mas não poderia garantir o resultado do julgamento, "por já não ser o Supremo uma corporação imparcial" naquela emergência política, como ficara patenteado em atitude anterior. Diante disso, aconselhara a decretação do estado de sítio, em prorrogação, por iniciativa do Congresso, como medida de maior segurança, salvo se o pedido de *habeas-corpus* desse entrada no Supremo Tribunal antes da terminação do prazo do estado de sítio no momento em vigor e, de antemão, se pudesse contar com a maioria de votos dos ministros daquela Côrte de Justiça. O presidente Epitácio mandara fazer uma sondagem junto aos ministros, embora julgasse que Maurício de Lacerda só requeria o *habeas-corpus* ao ser prorrogado o estado de sítio por iniciativa do govêrno, com o objetivo de invalidar sua prorrogação.

E assim Arnolfo Azevedo terminou sua carta:

"Do que aí fica relatado pode V. avaliar quanto temos que vencer para chegar ao nosso fim e como é indispensável a presença de todos os deputados paulistas nesta Capital, desde já e sem interrupção.

Esta foi escrita ao correr da pena e vai pelo Carlos de Campos, que segue hoje e a quem pedi que volte logo e traga os companheiros."

A resposta do presidente Washington Luís não se fêz esperar. Datilografada em papel timbrado do Gabinete do Presidente do Estado de São Paulo e com a data de 24 de julho de 1922, traz a indicação manuscrita — *Confidencial*. Por uma questão de ética, preferimos não transcrevê-la na íntegra.

De início, afirmou que deveriam ser votadas tôdas as medidas ordinárias e extraordinárias que o presidente da República julgasse necessárias para a manutenção da ordem e da República; assim sendo, se julgava útil a prorrogação do estado de sítio até 31 de dezembro, todos deveriam votá-la imediatamente.

Em relação às declarações de Nilo Peçanha, perante a Polícia, era de opinião que "só as faria se alguma utilidade delas pudesse tirar", porque, quer quando o político fluminense falava, conferenciava ou discursava, quer quando escrevia, suas declarações não mereciam nenhuma fé.

"A sua política é a da intimidação. São os bonés pendurados na sua sala de entrada. É um revolucionário de opereta, que não pode ser levado a sério. Ele sabe que não foi eleito; abandonou a apuração presidencial e declara, agora, que tem 14 guarnições e compromissos escritos de 1.500

oficiais para fazer a revolução. Ora, quem tem 14 guarnições e 1.500 oficiais decididos para motins militares, não faz declarações na Polícia. Faz a rebelião logo ou na ocasião propícia, guardando os seus elementos. Não faz confidências policiais."

Em sua opinião, tanto o presidente de então, como o futuro, representavam os poderes constituídos; em qualquer dos casos, a rebelião constituía um crime. Os elementos militares não existiam para que viessem a tomar parte em "revoluções brancas". Em consequência, julgava que nada havia a recear da parte de Nilo Peçanha.

"O que sempre existiu no Exército, e que agora tem encontrado ocasião de mais se manifestar, é a corrente positivista. Essa, se fizer a revolução branca, não será para eleger um presidente no lugar do Bernardes; será para estabelecer a ditadura científica. Se o Nilo não está nos iludindo, está sendo iludido. Se ele pensa que, emprestando os seus elementos a esse movimento, vai colhêr proveitos, está redondamente enganado. O Positivismo, que tem chefes e que tem doutrinas, fará a revolução para si, por mais que se anuncie amigo dos outros. O Nilo não terá a presidência para si ou para um seu amigo; verá a implantação no Brasil do Comtismo, como teoria política, a dominação na nossa terra da doutrina que vigora no Rio Grande.

Mas, felizmente, é essa uma corrente pequena no próprio Exército e não encontra adeptos na totalidade da Nação; e não é possível que tal minoria possa fazer prevalecer a sua doutrina sobre a vontade da Nação inteira."

Em seguida, acentuou que, felizmente, o presidente Epitácio Pessoa não se deixaria embair por aquêles embustes, graças à sua clarividência e energia, bem demonstradas nos acontecimentos de 5 de julho.

No seu entender, a situação era incomparavelmente melhor que a reinante antes daquele mês, quando se dizia que a Marinha inteira era contrária à legalidade, a exemplo de 90% do Exército. Os últimos acontecimentos haviam demonstrado a falsidade de tais afirmações: mais de 90% do Exército haviam apoiado os poderes constituídos, o marechal Hermes caíra sob o ridículo, nada acontecera com o fechamento do Clube Militar, os elementos políticos nada haviam feito em favor da rebelião, o Rio Grande do Sul, por seus órgãos autorizados, reprovava a desordem. "A Nação vibrou de patriotismo, ao lado do governo, pela República e pelo Brasil". Conversara com muitos oficiais do Exército e dêles ouvira que o movimento militar se acabara, a exemplo do que se dera com o da vacina obrigatória.

"O governo acaba de se firmar no país e na opinião, demonstrando a supremacia do poder civil. Será êle bendito do Brasil e dos brasileiros. Possui a Marinha, a quase totalidade do Exército, tem por si a Nação. O julgamento da História será imparcial, proclamando o actual governo como um dos benfeitores da nossa Pátria, por ter sufocado movimentos militares que nos degradariam e nos colocariam como êmulos do Paraguai. Mostrou que os nossos homens são dignos e que a nossa terra pode confiar nos seus destinos. Não será ella prêsa de uma classe pela fôrça material ou de uma seita, pois que pertencerá à Nação.

Grandes são os serviços do Dr. Epitácio, grande é a gratidão brasileira."

E o presidente Washington Luís encerrou sua carta, com estas palavras, escritas do próprio punho:

"Não pode você calcular o desafôgo de tôdas as classes conservadoras do país, após o esmagamento da revolução de princípios de julho. Tôdas as pessoas, de responsabilidade, confiantes no Brasil e bendizendo o Dr. Epitácio, estão agora calmas."

O perigo havia passado. Pelo menos, naquele ano de 1922.

E foi bom que assim tivesse acontecido, porque o Brasil e, em particular, a cidade do Rio de Janeiro, preparavam-se para comemorar condignamente uma data memorável: o centenário de nossa emancipação política.

O centenário da Independência

O ponto alto das comemorações do primeiro centenário de nossa independência política foi, sem dúvida, a instalação da *Exposição Internacional* do Rio de Janeiro, solenemente realizada no dia 7 de setembro de 1922. Sem qualquer exagêro, por alguns meses o Brasil viu-se alvo das atenções dos principais países do mundo. Embaixadores extraordinários e plenipotenciários dirigiram-se para a capital da República, que conheceu dias alegres e movimentados, marcados por recepções, bailes, espetáculos e rumorosos festejos. O mundo oficial vivia em constante roda-viva, em que, um pouco a contragosto, Arnolfo Azevedo viu-se forçado a participar, em virtude do alto pôsto que ocupava.

No próprio dia 7 de setembro, coube-lhe presidir à sessão extraordinária e solene da Câmara Federal, realizada em sua sede provisória, no edifício da Biblioteca Nacional, quando

teve oportunidade de ler vibrante *moção congratulatória*. Neste documento, congratulou-se com a Nação, em nome de seus pares, pela passagem da gloriosa data.

"Com essas congratulações profundamente sinceras, que, em honra do Brasil, neste momento formulamos, perante a Nação que generosamente nos elegeu para representá-la na elevada função pública de decretar suas leis, deixamos consignados nos Anais da Câmara dos Deputados os votos ardentes que fazemos pela paz, pela harmonia, pela solidariedade inquebrantáveis de todos os brasileiros; pela união perpétua e indissolúvel de todos os Estados de nossa Federação; pela amizade constante e fraternal entre todos os povos, especialmente os do continente americano; pela integridade absoluta de nosso vasto e riquíssimo território, cujas fronteiras a clarividência de nossos governos tornou incontestáveis e o patriotismo de nossos patrícios manterá inexpugnáveis; pela prosperidade crescente, pelo progresso ininterrupto, pelo desenvolvimento contínuo, pelo engrandecimento perene, pela glória brilhante e imarcescível do Brasil — Pátria nossa muito amada, Pátria adorada e estremeçada, Pátria grandiosa e idolatrada, a cujos pés depomos exultantes, na grande solenidade do centenário



*O presidente do Estado de São Paulo
em visita à Exposição do Centenário (1922)*

No primeiro plano, aparecem: Paulo de Frontin, Álvaro de Carvalho, Alfredo Ellis, Washington Luís, Arnolfo Azevedo e Sampaio Vidal.



Nas escadarias da Biblioteca Nacional

No dia 20 de setembro de 1922, o Congresso Nacional homenageou o Dr. Antônio José de Almeida, presidente de Portugal, que aparece à direita do presidente Epitácio Pessoa. À esquerda deste está Arnolfo Azevedo, que saudou o homenageado.

de sua Independência, o penhor sagrado de todo nosso amor, de todos nossos melhores pensamentos, de nossa dedicação inteira sem medir sacrifícios, do sangue nosso até o último gotear, de nossa vida até o alento extremo."

Assim falou Arnolfo Azevedo naquela tarde histórica, arrebatado pela emoção que o dominava e vibrando do sincero amor à Pátria, a que procurava servir com o máximo de suas forças.

No dia 20 de setembro, empolgou-se novamente, ao saudar, em nome da Câmara dos Deputados, o Dr. Antônio José de Almeida, presidente da República Portuguesa. No mesmo edifício da Biblioteca Nacional reuniram-se em sessão solene as duas casas do Congresso Nacional para homenagear o chefe daquela Nação, a que nos unem laços profundos e imortais. Falou com o coração nas mãos:

"De povo a povo, laços não existem, nem mais íntimos nem mais fortes, que os que vinculam o Brasil a Portugal. São laços de família, criados pelo mesmo sangue generoso e rubro; originários do mesmo tronco genealógico; entretecidos pelas fibras resistentes da mesma musculatura gigantesca; apertados, dia a dia, pela trama encantadora das belezas e harmonias de uma língua comum, veículo esplendoroso de seus pensamentos, de suas dores, de seus afetos, de suas esperanças, de seus altos ideais, de suas nobres aspirações; consolidados pelas gloriosas tradições da mesma raça; robustecidos pelos elos inquebrantáveis da mesma fé.

Filho de Portugal, emancipou-se, como do poder paterno se emancipam todos os filhos em idade adulta; mas essa separação legítima e natural se fez como se fazem as emancipações civis: sem abalos, sem desavenças, sem ódios, sem agravos, a tal ponto, que o emancipador e chefe da nova e grande Nação foi para logo chamado a chefiar a velha e nobre Pátria de origem.

Nem o oceano vasto, pôsto de permeio entre as duas Pátrias, consegue separar os povos que as constituem.

Esse mar amigo e bom, que banha a costa imensa do Brasil, é o mesmo que vai ondular as águas plácidas do Tejo, encrespando-as com os verdes e espumosos novelos com que também se encrespam as doces águas do Amazonas. Por esse mar vieram as naus portuguesas, que em nossa terra plantaram o pavilhão do povo heróico; atravessando esse oceano, veio o rei Dom João VI a terras brasileiras estabelecer a sede de seu governo, e, no ato patriótico que às nações do Mundo abriu os portos brasileiros, escreveu êle o canto primeiro do poema épico de nossa independência política. Sulcando os mesmos mares, tantas vèzes, para bem nosso, por frotas lusitanas navegados, chega ao Brasil V. Excia., chefe ilustre da Nação que há cem anos era também nossa, para trazer-nos a palavra de amor e de solidariedade entre os dois povos, para afirmar com a sua presença as afinidades dos nossos sentimentos de irmãos.

É conosco extremamente carinhoso o legendário Portugal, vindo procurar-nos, encarnado no seu mais alto magistrado, para partilhar das festas

com que celebramos nossa liberdade e nossa independência, há um século conquistadas.

Auspiciosa e propiciatória foi a visita do chefe de Estado que, em 1808, aqui aportou, deixando a semente desta árvore gigantesca que 30 milhões de brasileiros livres cultivam e regam com os suores fecundantes de seu esforço e patriotismo. Seja propiciatória e auspiciosa esta desvanecedora visita que nos faz outro chefe de Estado, enviado pelo velho, heróico e querido Portugal, na pessoa de V. Excia., filho seu dileto e estremecido, repúblico sem jaça e sem par, cidadão eminente e dos maiores, grande coração e grande espírito, honra de nossa raça, glória dessa terra irmã.

Senhor Presidente da República Portuguêsa. Apresentando a V. Excia. suas melhores e mais calorosas saudações e seus mais sinceros e profundos agradecimentos, asseguram a V. Excia., os Deputados brasileiros que — se Dom João VI, abrindo os portos ao comércio das nações, rasgou novos horizontes à civilização, à grandeza, à independência do Brasil, a presença de V. Excia., nas festas do nosso centenário, rasga para o nosso afeto horizontes ilimitados e, à Nação portuguêsã, abre os arcanos incogitáveis dos corações brasileiros!"

Indubitavelmente, aqueles dias e semanas foram repletos de civismo e de incontrolável euforia. Por algum tempo, cessaram as agitações políticas, refrearam-se os ódios partidários, esqueceram-se as dissensões internas, as armas foram ensarilhadas.

Foi um hiato curto, mas retemperador e salutar⁽¹⁴⁾.

Como reflexo dessas comemorações centenárias, no dia 12 de outubro de 1922, recebeu o presidente da Câmara a visita de parlamentares britânicos, membros da Câmara dos Comuns, tendo à frente *sir* Douglas Milton, os quais foram cordialmente recebidos na sede provisória daquela casa do Congresso Nacional. Houve troca de discursos entre Arnolfo Azevedo e o chefe da delegação britânica, após o que os visitantes percorreram as instalações do edifício. Foi uma pena que não pudessem ser recebidos no palácio, cuja construção mal principiara: teriam tido melhor impressão.

O fim do ano de 1922

Passaram-se os festejos e a vida política continuou.

Epitácio Pessoa preparava-se para deixar a presidência da República e Artur Bernardes para assumi-la. Em outubro, os

(14) Ao que parece, o discurso de Arnolfo Azevedo causou boa impressão ao presidente de Portugal. Em maio de 1923, ele e sua esposa foram agraciados com a grã-cruz da Ordem de Cristo, pelo governo português.

jornais teceram comentários em torno do futuro ministério e as implicações que o nôvo govêrno viria a ocasionar. E o *Jornal do Brasil* aventou a hipótese do retôrno do deputado Bueno Brandão à presidência da Câmara, na sessão legislativa de 1923, já que deveria ceder o pôsto de líder da maioria ao deputado Carlos de Campos; e esclareceu:

“E assim, só por isso, o sr. Arnolfo Azevedo deixará a presidência em que vem, com a sua severidade, realizando verdadeiro contraste com a desregrada presidência do atual líder da maioria.”

Mas o vaticínio não se confirmou.

Também não se realizaram os tetricos prognósticos daqueles que tinham dúvidas quanto à posse de Artur Bernardes na presidência da República ou — se a admitiam — não davam mais de 48 horas de existência ao seu govêrno. O estadista mineiro empossou-se no cargo e, embora governando sob o regime de estado de sítio, nêle permaneceu durante os quatro anos para os quais fôra eleito.

Entre seus ministros figurava o Dr. João Luís Alves, que assumira a pasta da Justiça. Por isso mesmo, foi-lhe oferecido um banquete, em que brilhantemente o saudou o Dr. James Darcy. Coube a Arnolfo Azevedo levantar o brinde de honra ao chefe da Nação; era a primeira vez que o fazia, como resultado da elevada posição que ocupava no cenário da política nacional.

Acentuou que fôra na Câmara que Artur Bernardes iniciara sua carreira política, conquistando desde logo as simpatias e a admiração de todos pela nobreza e correção de atitudes, seu caráter, sua integridade. Ele era “um homem de bem em tôda a extensão do têrmo, um bom e um justo, íntegro e forte”.

Para homens de seu feitio, a vida não era suave nem fácil. Após demonstrar sua capacidade de estadista à frente do govêrno de Minas Gerais, fôra eleito para a suprema magistratura da Nação após uma luta formidável, em que não houvera um só voto que não exprimisse a vontade expressa dos eleitores.

“Diante de todos os artificios e embustes, de todos os aterradores processos e manobras, não se entibiou a vontade esclarecida dos brasileiros; e a opinião nacional escolheu, elegeu e empossou aquêle que lhe pareceu melhor e mais digno, pelo seu passado, por suas altas qualidades intelectuais e morais, pelas excelsas virtudes que tanto o elevam e pelo seu bem delineado programa de govêrno, garantias suficientes de bom êxito

na alta investidura, onde o colocou para afirmar, perante as outras nações do Mundo, que o Brasil é um organismo forte e sadio, aparelhado para as pugnas democráticas, capaz de fazer cumprir sua Constituição e suas leis, sem tergiversações nem fraquezas."

Como representante da Câmara dos Deputados, convidou a todos a levantar suas taças em honra do presidente da República.

Foi o primeiro discurso desse tipo, pronunciado por nosso biografado; outros mais haveria de pronunciar.

Enquanto tais fatos se passavam no cenário nacional, na cidade de Lorena o Dr. Gama Rodrigues continuava a chefiar a oposição à política de Arnolfo Azevedo. E os acontecimentos locais repercutiram no Rio de Janeiro, onde a *Gazeta de Notícias* chegou a requerer um *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal, por não haver a censura governamental permitido que fizesse comentários em tórno das eleições lorenenses.



*O presidente da República visita
a Câmara dos Deputados*

No primeiro plano, da esquerda para a direita: deputados Domingos Barbosa, José Augusto e Camilo Prates; ministro Francisco Sá; presidente Artur Bernardes; e deputados Arnolfo Azevedo, Francisco Valadares e Ferreira Lima.

A mais alta Côrte de Justiça denegou o pedido. Todavia, Arnolfo Azevedo não ficou satisfeito e, em officio datado de 12 de janeiro de 1923, solicitou ao ministro da Justiça "o obséquio de permitir a divulgação dêsses escritos, atendendo à circunstância de que a imprensa paulista, não sujeita a censura alguma, os discutiu e discute livremente".

Justificando sua atitude, esclareceu:

"Nas arguições que se fazem a tais eleições, nada existe que possa afetar a correção do govêrno do Estado, do Partido Republicano Paulista e do obscuro presidente da Câmara dos Deputados, porque são alegações comuns e vulgaríssimas, a que nenhuma eleição escapa por parte dos que a perdem. Quanto ao propósito de injuriar e difamar impunemente, traduzido na apresentação do referido recurso ao Supremo Tribunal, no que a mim se possa referir, creia V. Excia. que não me atinge senão para provocar o soberano desprêzo que sempre mereceram e merecem os palavrões com que certa imprensa deturpa e degrada a sua alta missão educativa e civilizadora.

Mais do que seria necessário, já recebi em demonstrações de aprêço e estima dos altos poderes federais e dos autorizados órgãos políticos e partidários do meu Estado, de sorte a poder, como até hoje, confiar na justiça dos homens de bem e de responsabilidade, oferecendo ao seu julgamento e aos dos nossos concidadãos os 30 anos de vida pública e todos os de minha existência, que sempre estiveram e continuam estar à disposição dos pesquisadores de escândalos."

Assim era e assim agia Arnolfo Azevedo.

A sessão legislativa de 1923

Nos bastidores da política. Reeleição para a presidência da Câmara. Representação dos Estados na Câmara. Consagração em novembro. Discursos políticos. Justiça de olhos abertos. Um álbum de autógrafos. Palavras de agradecimento.

Nos bastidores da política

Para Arnolfo Azevedo, o ano de 1923 foi bastante tranqüilo e reconfortante. No ponto de vista particular, marcou-se pela sua mudança para o bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, onde haveria de viver, com sua família, por cêrca de dez anos: vendeu a grande casa da rua Ibituruna e passou a morar num sobrado alugado, de três pavimentos, situado à rua dos Voluntários da Pátria, n.º 230. No campo político, não teve problemas graves a enfrentar: a vigência do estado de sítio, se cerceava a liberdade de muitos, concorreu para assegurar a tranqüilidade no ambiente parlamentar; e, ao término da sessão legislativa, última da 11.ª legislatura, foi alvo de expressivas manifestações de seus colegas e colaboradores.

Segundo o bem informado cronista político de *O Estado de S. Paulo*, sob a assinatura de S., o deputado Carlos de Campos havia sido convidado a ocupar o ministério da Justiça, na época em que o presidente Artur Bernardes tratava de escolher seus auxiliares de govêrno; tendo recusado o honroso convite, assentado ficara, naquela ocasião, que ao deputado paulista caberia, então, a liderança da maioria na Câmara dos Deputados. O decidido apoio de São Paulo dado à candidatura do nôvo presidente da República bem merecia essa homenagem e essa manifestação de agradecimento.

Tal solução — segundo, ainda, o mesmo comentarista — tinha seus inconvenientes: em primeiro lugar, alijaria da liderança o deputado Bueno Brandão, político de prestígio den-

tro do Partido Republicano Mineiro e que havia enfrentado “as arremetidas infernais da Reação Republicana”, no plenário da Câmara, durante a campanha presidencial; em segundo lugar, obrigaria o afastamento de Arnolfo Azevedo da presidência da Câmara, porque não poderiam ficar nas mãos de São Paulo os dois mais importantes postos daquela casa legislativa.

O decurso do tempo e as conversações travadas nos bastidores políticos acabaram por encontrar, finalmente, a melhor solução. Carlos de Campos continuaria como líder da bancada paulista, mas virtualmente escolhido como sucessor do Dr. Washington Luís na presidência do Estado de São Paulo, com pleno apoio do presidente da República, que, embora declarando que não desejava interferir no assunto, teria afirmado que ficaria satisfeito se o alto posto viesse a caber a Carlos de Campos ou a Arnolfo Azevedo. Por sua vez, Bueno Brandão seria mantido na liderança da maioria da Câmara Federal, com a promessa de que, na legislatura a iniciar-se em 1924, passaria para o Senado Federal, na vaga a ser preenchida com a não recondução do Dr. Francisco Sales — o “Chico Sales”, como era conhecido na política —, irremediavelmente condenado por sua oposição à candidatura Artur Bernardes; porque — como bem observou o mesmo comentarista —, “com a extinção do seu mandato, exala o sr. Francisco Sales o seu último suspiro na vida pública...” Em consequência, Arnolfo Azevedo poderia continuar tranqüilamente na presidência da Câmara, garantindo assim para São Paulo, não apenas o alto posto, mas a importante tarefa de presidir aos trabalhos de verificação de poderes dos futuros representantes da Nação, para a legislatura de 1924-26.

Assim sendo, tudo ficara “no melhor dos mundos”... (1)

Reeleição para a presidência da Câmara

Com efeito, procedida a eleição, foi Arnolfo Azevedo uma vez mais (a terceira) reconduzido à presidência da Câmara Federal. Achavam-se presentes 115 deputados: 110 sufragaram seu nome, registrando-se um voto discrepante (o seu próprio) e quatro cédulas em branco. Era uma consagração.

1) Cf. *O que há de novo — Na ala direita da Biblioteca, em O Estado de S. Paulo*, 12 de maio de 1923.

Como escreveu o comentarista político atrás citado, na mesma crônica publicada em *O Estado de S. Paulo*:

“Era uma solução natural, de pura lógica política, desde que o sr. Arnolfo Azevedo, contra cuja reeleição, aliás, nunca se chegara a concertar nenhuma combinação séria, tenha de ser mantido, apenas com a dissonância de um voto contrário e de quatro cédulas em branco, na cadeira de aspecto arquiépiscopal de onde preside, com o dedo grande no botão elétrico dos tímpanos e com o olho nos textos do Regimento, de que sua investidura o faz personificação viva, os trabalhos da Câmara dos Deputados.”

Na sessão de 11 de maio de 1923, Arnolfo Azevedo reempossou-se na presidência da Câmara, pronunciando o discurso da praxe.

Depois de agradecer a renovada confiança de seus pares, ao conceder-lhe “o honroso, mas difícil e delicado mandato”, e após afirmar que esperava contar com a imprescindível colaboração, assistência e apoio de todos os deputados, “sem os quais resultariam inúteis e improfícuos quaisquer esforços, por mais ingentes, incessantes e incansáveis”, lembrou que a sessão legislativa de 1922 fôra “agitada por tremendas lutas partidárias” e que aquela, que se iniciava, seria marcada pela solução de importantes problemas, que estavam a desafiar a atividade e os zelos dos representantes da Nação.

Seu discurso, como sempre sóbrio, correspondeu a um balanço desses problemas e a um verdadeiro programa de trabalho.

Inicialmente, referiu-se às *questões políticas* sujeitas ao estudo e resolução do Congresso: a autonomia dos Estados, “dogma intangível da organização federativa”; a harmonia e independência dos poderes políticos, “base em que repousa tôda a boa ordem dos públicos negócios”; os direitos e garantias individuais e da sociedade, “razão de ser e fim do próprio Estado”.

Para a solução de tais e tão graves problemas, teria o Congresso oportunidade de aplicar os princípios da Constituição, tendo em vista exclusivamente o bem público, livre “de preconceitos e paixões que possam, por ventura, obscurecer ou perturbar seu julgamento ponderado, clarividente, justo”. Colocado, assim, nesse terreno superior e impessoal, haveria de encontrar as soluções mais legítimas para os graves problemas da política brasileira, dando ao povo o salutar exemplo de fidelidade às instituições e aos demais povos a certeza de que

o país seria capaz de conduzir-se, dentro da ordem, no caminho do progresso.

Sem esquecer as medidas de *ordem econômica e financeira*, “tendentes a desembaraçar e fortalecer as fontes de riqueza nacional e os recursos da administração”, merecia desvelada atenção o problema da *competência tributária* da União e dos Estados, a fim de evitar “as invasões no campo de alheias atribuições”. A êsse respeito, ousava lembrar a necessidade de um esforço homogêneo e tenaz no sentido de melhorar a *legislação tributária*, estudando e votando uma lei de impostos permanente; esperava que a comissão especial, nomeada em 1921, viesse a apresentar o respectivo projeto de lei de reforma tributária, naquela sessão legislativa.

Com vivo empenho, solicitou de seus colegas a atenção para a elaboração das *leis orçamentárias*, “primordial função do Congresso”, justificando sua insistência — “já, talvez, por muitos julgada impertinente” — com o desejo de evitar

“o desagradável espetáculo das votações tumultuárias de fim de ano e a vexatória contingência que acarretam de estarmos a enviar ao Congresso mensagens retificatórias dos dispositivos e tabelas dos orçamentos, sempre publicados com defeitos e incorreções inevitáveis, resultantes, como são, do vício de legislar para tudo no atabalhoado atropêlo das últimas horas da sessão anual, em leis anuais.”

Apelou à Câmara no sentido de tornar a lei de Orçamento “um repositório exclusivo, mas completo de títulos de receitas e rubricas de despesas”, escoimada de “quaisquer outros assuntos ou disposições que lhes não sejam pertinentes”.

“Já é tempo de pôr termo à legislação extravagante nas caudas orçamentárias, pela observação rigorosa do Código de Contabilidade Pública e, principalmente, do nosso Regimento Interno.”

Passando a outra ordem de considerações, lembrou que o recenseamento de 1920 já fôra apurado e que havia chegado o momento de cumprir o preceito constitucional da rigorosa *proporcionalidade da representação nacional*, através da elaboração de uma lei ordinária que viesse assegurar a presença, na futura Câmara, de um deputado para cada grupo de 60.000 habitantes.

“A nova legislatura de 1924 a 1926 deve ser formada com a exata proporcionalidade da representação popular, visto ser, como de fato será, a primeira que se vai eleger depois de feito e publicado o recenseamento geral da população existente no território do nosso país em 1920.”

Acentuou que mais de três décadas haviam decorrido após a promulgação da Constituição. Por isso mesmo,

“não é cedo para reparar a injustiça e a inconstitucionalidade em que se encontram as populações que estão sendo representadas por maior ou menor número de deputados do que têm legítimo e incontestável direito.”

Referiu-se, também, aos diversos *códigos* que se achavam ainda em elaboração e que precisavam ser ultimados: o de Processo Criminal (só dependente de redação final) e o das Águas (cujos estudos achavam-se bastante adiantados). Esperava vê-los prontos ainda naquela sessão legislativa de 1923.

Tinha esperanças de que as *leis reguladoras do trabalho*, em estudo na comissão especial de Legislação Social, viessem sem demora ao plenário da Câmara, pois muito delas se esperava.

“Muitos e importantes são, como vêdes, os assuntos que solicitam a melhor de vossa atenção e, estou certo, de que não encerraremos os trabalhos desta legislatura sem que, na maior parte, senão no seu todo, fiquem estudados e concluídos de forma a deixar aos nossos concidadãos patentes o zelo, a dedicação e o alto patriotismo com que conseguistes desempenhar os deveres do vosso mandato, sempre exercido com dignidade e brilho.”

O momento era propício, dada a solidariedade política existente entre a maioria parlamentar e o presidente da República.

“Trabalhem, pois, com incansável esforço pela prosperidade, pela grandeza, pela felicidade do Brasil.

Reiterando, senhores deputados, meus sinceros agradecimentos por mais essa demonstração de vossa honrosa e dignificadora confiança, renovo, mais uma vez, o compromisso convosco e comigo mesmo, desde a primeira investidura contraído, de cumprir fielmente os deveres deste cargo, com o ânimo sereno, imparcial e justo de quem exerce uma verdadeira magistratura.”

Assim falou Arnolfo Azevedo a seus pares, em maio de 1923, ao assumir pela terceira vez a presidência da Câmara. Continuava a ser o mesmo homem, preocupado em servir ao bem público e em zelar pelo bom nome da assembléia que presidia como um magistrado.

MÁRIO POPPE, em artigo de fundo publicado em *Vida Doméstica*, a 30 de maio de 1923, fez um paralelo entre os então presidentes das duas casas do Congresso Nacional: Antônio Azeredo, do Senado Federal e Arnolfo Azevedo, da Câ-

mara dos Deputados. Duas personalidades políticas bem diferentes. O primeiro — “um *charmeur*, uma das figuras de maior relêvo da nossa sociedade”, a viver “pelo coração, fidalgo, nobre”, virtudes que o tornavam “estimado na *élite* brasileira”.

“De Arnolfo Azevedo, que pela terceira vez preside a Câmara dos Deputados, o que poderemos dizer? Poucos, raros homens dentro do Parlamento, terão prestado ao país serviços tão relevantes.

No seio da comissão de Justiça, elaborou pareceres que o creditaram como jurista de mérito, e nas lutas políticas, nos momentos mais delicados, a ação ponderada, enérgica, leal, de Arnolfo Azevedo, sempre foi de grande relêvo e poderoso elemento de vitória.

Portador de um nome respeitável de família, entroncado na melhor estirpe dos nobres Bandeirantes, Arnolfo Azevedo fora e dentro do Parlamento, outra coisa não tem feito senão dignificar e elevar, se possível ainda, o nome de São Paulo.”

Representação dos Estados na Câmara

Como vimos, ao pronunciar seu discurso-programa de 11 de maio de 1923, Arnolfo Azevedo havia chamado a atenção de seus colegas para o problema da representação dos Estados na Câmara Federal, depois que já eram conhecidos os dados do recenseamento de 1920.

Tratava-se de um problema constitucional e político da mais alta importância, repleto de implicações. Era o mesmo que mexer numa casa de marimbondos...

No parágrafo 1.º de seu artigo 28, estabelecia a Constituição Federal de 1891 que “o número de deputados será fixado por lei em proporção que não excederá de um por 70.000 habitantes, não devendo êsse número ser inferior a quatro por Estado”.

Mais de 30 anos haviam decorrido, a população do Brasil havia duplicado nesse lapso de tempo, e a representação dos Estados continuava a ser a mesma. Desrespeitava-se o dispositivo constitucional e acobertava-se uma flagrante injustiça. Urgia resolver a questão.

Todavia, poderosas forças não tinham o menor interesse em resolvê-la, em particular as que estavam no poder.

Em primeiro lugar, a solução do problema redundaria forçosamente num substancial aumento do número de deputados, o que ocasionaria novos ônus para o Tesouro nacional

então em sérias dificuldades, e — o que talvez fôsse mais importante — abriria a eventual possibilidade de um reforço das hostes contrárias ao Governo.

Em segundo lugar, tiraria de Minas Gerais o grande privilégio de possuir a maior e mais poderosa representação na Câmara, fazendo cessar a grande diferença então existente, representada por mais 15 deputados em relação à bancada de São Paulo: esta com 22, aquela com 37. Para os políticos mineiros, na posse do poder, esse argumento contrário era positivamente decisivo. . .

De outra parte, significaria obrigatoriamente o fortalecimento em número das bancadas da Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Distrito Federal, exatamente aquelas unidades onde as forças dissidentes possuíam mais fortes bases.

Sob o ponto de vista político, era um assunto muito pouco interessante para os próceres do Partido Republicano Mineiro, embora de vital interesse para os políticos paulistas.

Em carta datada de 4 de dezembro de 1923, o Dr. Washington Luís, presidente de São Paulo, dirigindo-se a Arnolfo Azevedo, abordou também o tema, dando a entender que o mesmo vinha sendo objeto de conversações. De acôrdo com sua declaração inicial, julgava que o melhor seria reproduzir estudos por êle feitos e destinados à publicação.

Nesse documento, historia longamente o problema que tiveram de enfrentar os Estados Unidos, em sua fase institucional, e a solução encontrada através do Congresso bicameral, com igualdade de representação dos Estados no Senado e a proporcionalidade existente na Câmara, com base na população, cabendo a esta a iniciativa exclusiva de tôdas as leis de despesas, de impostos e financeiras.

O Brasil seguira-lhe o exemplo. Mas os legítimos interesses dos grandes Estados não vinham sendo assegurados, em face dos resultados do censo de 1920.

Cumpria rever a lei que estabelecia a proporcionalidade da representação dos Estados na Câmara Federal.

"Não podem ser pequenas razões de ordem financeira, a economia anual de algumas centenas de contos de réis, que farão violar um preceito de ordem constitucional iniludível, sôbre o qual assenta a formação de um dos ramos de um dos poderes políticos da União, aquêle que tem a iniciativa das leis de impostos, o que autoriza a despesa, sôbre o qual se apóia, por consequência, a sorte da República.

É esse um dos princípios constitucionais da União, uma das regras básicas do regime. Falhando essa disposição, o Brasil não poderá caminhar bem, porque bem não pode funcionar a sua Constituição."

Em sua opinião, o principal mal que, na época, afligia a Nação era a deplorável situação financeira, causada por formidáveis *deficits* orçamentários, apesar do contínuo e inquietante aumento de impostos, a par das freqüentes e assustadoras realizações de empréstimos. O desequilíbrio orçamentário resultava dos enormes gastos da União feitos nos Estados e até em municípios. Se tais gastos fôsem limitados a assuntos de caráter nacional, as rendas seriam suficientes.

"Se os que decretam as despesas fôsem realmente os representantes dos que as vão pagar, concorrendo com os tributos, haveria, sem dúvida, maior prudência em autorizar obras e serviços. Se são as populações que pagam os impostos para ocorrer às despesas públicas, aos empréstimos, devem elas a respeito ser ouvidas proporcionalmente. A única forma é a de cumprir a Constituição, nessa parte, feita expressamente para tal fim."

E o presidente Washington Luís encerrou sua carta de maneira bastante incisiva:

"Julgo urgente tal medida, que, depois do recenseamento, não pode ser adiada.

Tome-se o maior quociente possível para que, estabelecendo a proporcionalidade constitucional da representação, não haja nesta aumento ou haja muito pouco, o suficiente para que não reduza a representação atual de muitos Estados, sem o que não passará no Congresso o projeto que tal cuidar.

Faça-se de qualquer forma, mas é preciso fazer."

Sem dúvida, era necessário resolver o problema de qualquer forma, pondo um termo à inconstitucionalidade e às injustiças reinantes. Mas nada foi feito, nem durante o quadriênio do presidente Artur Bernardes, nem no seguinte, do próprio presidente Washington Luís. Muito poderosas eram as forças contrárias...

Consagração em novembro

A data aniversária de Arnolfo Azevedo, a 11 de novembro, passara até então despercebida na imprensa carioca e paulistana. Apenas jornais de Lorena, raramente de outras cidades

valeparaibanas, costumavam assinalar o acontecimento. Dois anos haviam decorrido após a ascensão de nosso biografado à presidência da Câmara e, conseqüentemente, sua inclusão entre os líderes da política nacional. Mas a data continuava esquecida, certamente em virtude de seu temperamento arredo, avêso aos contatos sociais e à autopromoção; ao contrário do presidente do Senado, não era figura de relêvo na sociedade carioca (muito menos paulistana), não dava recepções, era um ausente das crônicas sociais de seu tempo.

Todavia, a partir de 1923, êsse silêncio foi quebrado e a situação modificou-se sensivelmente.

O País, em 11 de novembro, dedicou-lhe expressiva notícia, de que constam estas palavras:

"Figura de relêvo na casa do Congresso, que agora dirige, desde que para ela entrou com uma fôlha de serviços valiosos ao seu culto Estado, S. Excia. é hoje um dos nomes mais prestigiosos da politica brasileira, tanto pelo alto pôsto em que lhe tem sido renovada a confiança de seus pares, como pela ação decisiva com que vem testemunhando a sua identidade com as grandes causas nacionais.

Parlamentar e jurista de sólida illustração e seguro descortino, o Dr. Arnolfo Azevedo foi um dos membros mais brilhantes da comissão de Justiça da Câmara, onde a sua passagem ficou assinalada por uma série de notáveis pareceres, que ainda hoje são citados entre as questões mais controvertidas do nosso Direito Publico.

Elevado à presidência da Câmara no primeiro ano da actual legislatura, S. Excia. se integrou por tal forma nas graves responsabilidades de suas funções, pela energia serena e esclarecida com que as exerce, como um executor fiel e rigoroso do Regimento, que merece o respeito e a admiração da maioria e da minoria, conforme se tem verificado em vários lances empolgantes da nossa vida política.

Membro proeminente da comissão executiva do Partido Republicano Paulista, a palavra de S. Excia. é das mais acatadas nos conselhos da poderosa agremiação politica, graças à longa visão e sadio patriotismo com que atua nas soluções que ali se assentam, com relação aos problemas que envolvem a grandeza do opulento Estado e de todo o país.

Por tôdas essas razões, o Dr. Arnolfo Azevedo é digno das inúmeras e expressivas homenagens, que receberá, por certo, no dia de seu aniversário."

Por sua vez, na mesma data, o *Correio Paulistano* publicou sua fotografia (por sinal, velha de uns dez anos...), fazendo-a acompanhar de pequena nota. No dia 12, também o *Rio-Jornal* registrou, embora com atraso, o aniversário natalício, em cinco escassas linhas. Biográfica foi a notícia publicada, a 11 de novembro, pelo *Diário Oficial* do Estado de Alagoas, acusando, evidentemente, o dedo do deputado Costa Rêgo...

Em consequência, recebeu Arnolfo Azevedo, naquele novembro de 1923, um avultado número de telegramas e cartões de felicitações, a par de visitas pessoais, da parte de autoridades, parlamentares e amigos, cujos nomes o venerando *Jornal do Comércio* publicou, em sua edição de 24 de novembro, enchendo literalmente tôda uma de suas enormes colunas.

Recebia, assim, nova demonstração de seu prestígio político. E, num crescendo, o mesmo veio a registrar-se nos anos seguintes — 1924, 1925, 1926. Com a passagem de Arnolfo Azevedo para o Senado Federal, em 1927, tais notícias e tais manifestações começaram lentamente a diminuir, em número e extensão. Iniciara-se seu ocaso político.

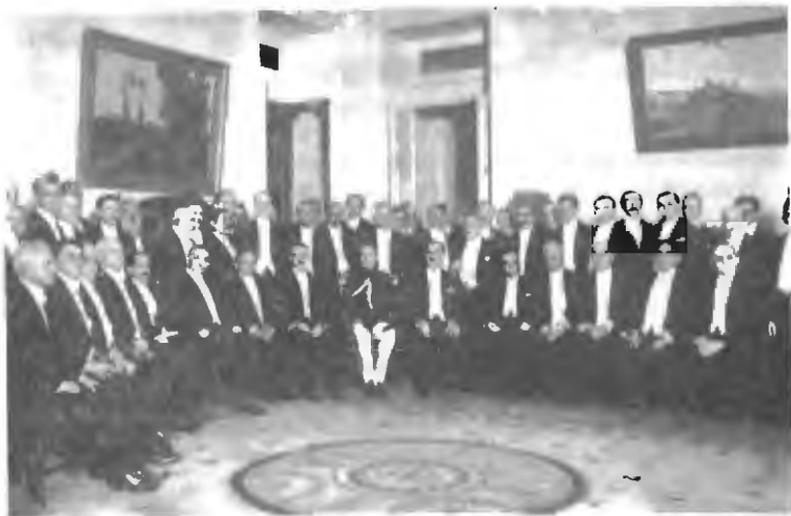
Assim costumava acontecer, como ainda hoje acontece, com os homens públicos. Para a maioria, o que causava admiração não era propriamente a pessoa, mas o cargo que ocupava ou as funções que exercia. Os amigos fiéis, os verdadeiros amigos constituíam a minoria. Mas como eram valiosos para Arnolfo Azevedo!

Discursos políticos

A preeminência do cargo que ocupava e sua presença entre os que lideravam a política nacional obrigaram Arnolfo Azevedo, contrariando seu feitio, a pronunciar alguns discursos de caráter nitidamente político, ao tempo em que exercia a presidência da Câmara.

A 5 de junho de 1923, realizou-se um banquete em homenagem a velho companheiro de lides parlamentares — desembargador Cunha Machado, que fôra eleito senador pelo Maranhão. Coube ao nosso biografado saudá-lo em nome de seus amigos e admiradores; e o fêz com especial carinho, relembrando os traços marcantes de sua vida pública, quer na magistratura daquele Estado, quer como deputado federal. Recordou os tempos em que juntos trabalharam na comissão de Constituição e Justiça, que o parlamentar maranhense presidira por longos anos.

Na noite de 12 de dezembro de 1923, realizou-se um banquete em homenagem ao deputado José Augusto, que fôra eleito presidente do Rio Grande do Norte. Coube-lhe a tarefa de fazer o brinde de honra ao presidente Artur Bernardes. Depois de acentuar que aquela festa política significava uma homenagem ao talento, ao caráter e ao valor de seu jovem colega,



Um banquete político

Homenagem ao Dr. José Augusto, presidente eleito do Rio Grande do Norte (12-XII-1923). No primeiro plano, da esquerda para a direita: Pereira Lobo, Afonso Camargo, Bueno Brandão, Miguel Calmon, João Luís Alves, Estácio Coimbra, José Augusto, Arnolfo Azevedo, general Santa Cruz, Almor Prata, Ferreira Chaves, Olegário Pinto, Dionísio Bentes, Domingos Barbosa e Eurico Vale.

que iria governar os norte-rio-grandenses, observou que não se desobrigava de simples dever protocolar, mas sentia-se jubiloso em erguer sua taça em homenagem ao chefe da Nação.

Numa hora tão difícil (em que não se sabia ao certo onde acudir primeiro, quais os remédios a aplicar, quando a intervenção seria mais eficaz), acabava o presidente da República de completar seu primeiro ano de governo. Era cedo, ainda, para avaliar com exatidão seus frutos, embora considerasse manifesta injúria a afirmativa de que houvesse falhado em seu programa e em sua missão. Assumindo o governo em nome da lei e da ordem constitucional, em momento de profunda desordem social e política, estava Artur Bernardes sabendo manter o princípio da autoridade e o respeito à lei. Em épocas históricas, como aquela, muito faziam pelo bem público os governos que conseguiam manter a ordem material dentro da ordem legal, porque a chamada *ordem pública* constituía o supremo bem de todos os povos cultos, tantos os tropeços que

se acumulavam no caminho dos governantes. Esse grande bem, além de outros, já devia o país ao governo Bernardes. Daí a confiança que o cercava, da parte dos que desejavam a paz, a segurança e a estabilidade das instituições.

No dia 29 de dezembro de 1923, outro banquete político realizou-se, agora em homenagem ao deputado Carlos de Campos, que fôra escolhido como candidato à presidência de São Paulo. Coube-lhe, então, a tarefa de brindar o presidente do Estado, Dr. Washington Luís, "em uma festa de paulistas". Falava de quem conhecia muito bem a atuação, a inteligência e vontade de resolver os difíceis problemas da política nacional e do Estado. Focalizou o administrador, intransigente executor da lei, de honestidade ilibada, que nem os mais apaixonados adversários deixavam de reconhecer; e o político, que se vinha impondo à consideração dos brasileiros, graças à imparcialidade com que procurava harmonizar os interesses legítimos, evitando atritos e competições. A confiança de que gozava o presidente de São Paulo, nos meios políticos, era a resultante de sua ação conservadora, de suas atitudes destemerosas, de seus atos justos, de sua orientação sem preocupações pessoais ou subalternas, tendo somente por mira o engrandecimento do Estado e do país, a par do fortalecimento do Partido Republicano Paulista, "agremiação política exemplar", de que todos ali se orgulhavam de ser os delegados no convívio com outros representantes das unidades da Federação.

Foram dois discursos genuinamente políticos, proferidos perante políticos, naquele mês de dezembro de 1923.

De permeio entre um e outro, teve Arnolfo Azevedo oportunidade de pronunciar um terceiro discurso, sem dúvida também político, mas principalmente dominado pelo afeto, pela amizade, pela gratidão. Foi no dia seguinte ao de Natal, em uma festa singela e quase íntima, realizada em seu gabinete de trabalho na Câmara dos Deputados, ao encerrar-se o derradeiro ano da 11.^a legislatura.

Justiça de olhos abertos

No dia de Natal do ano de 1923, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro noticiou que, no dia seguinte, seria realizada a entrega de uma estatueta representando a Justiça, oferecida pelos deputados da legislatura que se findava ao presidente da

Câmara, “como homenagem à maneira por que dirigiu os trabalhos dessa casa do Congresso Nacional, dando a essa direção um cunho de magistratura”. E esclareceu:

“Essa manifestação, sem aspecto algum político ou partidário, representa unicamente uma grande prova de aprêço à pessoa do manifestado e ao modo pelo qual agiu, conquistando os aplausos de todos os seus colegas.

Como presidente da Comissão de Polícia, e de acôrdo completo com esta, o Dr. Arnolfo Azevedo remodelou os serviços da Secretaria da Câmara, tendo em vista tôda a economia possível e de modo a serem suprimidos mais de 40 lugares, o que trará uma diminuição de despesas superior a 300 contos de réis.”

De fato, no dia 26 de dezembro, por volta de 14 horas e meia, reuniram-se no gabinete da presidência da Câmara, no edifício da Biblioteca Nacional, numerosos deputados e funcionários, achando-se presentes Arnolfo Azevedo, sua espôsa e dois de seus filhos.

Ali estava o mimo que os colegas lhe iam oferecer: uma estatueta de fino bronze representando a imagem da Justiça, com cêrca de um metro de altura, trazendo nas mãos os símbolos clássicos — a espada e a balança, mas com uma singularidade — sem qualquer venda nos olhos. À direita de seus pés, uma lápide, com as seguintes palavras de Cícero: *Lex ratio summa, insita in natura, lex naturae vis...* (*De Legibus*).

Assentava-se por sôbre artística coluna de mármore colorido, com incrustações de bronze dourado e rosetas esmaltadas (2).

Engastada na estatueta, uma chapa de ouro, com os seguintes dizeres:

“Ao seu grande presidente, Dr. Arnolfo Azevedo, os deputados da 11.^a legislatura — 1921-1923.”

De acôrdo com a *Gazeta de Notícias* (26-XII-1923), aquela lembrança constituía “uma obra de arte, interessante e valiosa, da preciosa coleção que possui a Joalheria Adamo. Coluna e estatueta, ambas finamente trabalhadas, harmonizam-se admiravelmente, num esplêndido conjunto artístico”.

Falou em nome dos manifestantes o deputado Bueno Brandão, líder da maioria da Câmara, que salientou o significado

(2) Essa estatueta encontra-se sob a guarda do autor destas linhas. A coluna de mármore, infelizmente, espatifou-se ao ser transportada de Lorena (onde se encontrava) para a cidade de São Paulo.

da homenagem e referiu-se aos resultados obtidos, nas três sessões legislativas da legislatura que se encerrava, graças à atuação enérgica e justa de Arnolfo Azevedo. E assim concluiu sua breve oração:

“Para que estes fatos de grande relevância se consignem, para que se perpetuem os grandes e inestimáveis serviços por V. Excia. prestados ao país, para que a nossa amizade, gratidão, reconhecimento e solidariedade fiquem expressos e duradouros, resolvemos oferecer e pedimos a V. Excia. aceitar este modesto bronze, que simboliza a Justiça, porque a Justiça tem sido sempre o traço dominador, o fanal da vossa longa e útil existência de homem político; porque é também conduzidos por esse elevado sentimento que aqui nos congregamos para prestar a V. Excia. as nossas muito sinceras homenagens.” (3)

Em seguida, o orador entregou ao homenageado um álbum com os autógrafos dos deputados ofertantes.

Também fizeram uso da palavra: o deputado Simões Lopes, em nome dos funcionários da Portaria da Câmara, oferecendo uma grande corbelha de flôres naturais; e o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, líder da bancada da imprensa, associando-se em nome desta à homenagem.

Um álbum de autógrafos

O álbum ofertado a Arnolfo Azevedo (hoje sob nossa guarda) tem uma capa de couro negro, chapeada nos cantos e trazendo, ao centro, um escudo também chapeado, com as iniciais *A. A.*, entrelaçadas, e a data — 26-12-1923.

Suas fôlhas são de pergaminho, iniciando-se com a seguinte *dedicatória*, manuscrita, da lavra do deputado João Mangabeira:

“O gesto hesitante e carinhoso com que, refugindo a outras homenagens, nos deixáveis entrever o desejo de possuir o autógrafo de nossas assinaturas, para conservardes entre as recordações mais benignas de vossa carreira, não era senão uma nova demonstração de vossa bondade; mas o ato refletido e solene com que vô-lo entregamos, para que o guardéis entre os documentos mais austeros do arquivo de vossa vida, é, antes de tudo, um testemunho de nossa admiração.

E na sinceridade, na espontaneidade, na unanimidade com que a Câmara, pelos signatários destas linhas, ao findar de uma legislatura agitada pelas refregas políticas, envolve numa aclamação uníssona o seu presi-

(3) Cf. *Jornal do Brasil*, de 28 de dezembro de 1923.

dente, temos a craveira que mede a envergadura moral do cidadão, a cujos ombros lançamos o manto dessa magistratura, sôbre tôdas nobre e difficil.

Porque nos tribunais judiciários é, no fundo, sôbre direitos individuais que se decide; o juiz não é um político, nem é a sorte do seu partido o que se joga na assentada. Na presidência da Câmara, porém, é dentre os partidários mais firmes, decididos e graduados, dentre os cuja vida se trança com a de seu partido e cuja carreira mais depende de sua vitória, que se elege e que vai ocupar a majestade de tão alto pôsto, para com estóica fortaleza vencer-se a si mesmo e dominar, do cimo de sua investidura, com a mesma imparcialidade, todos os exageros inevitáveis da minoria em opposição e tôdas as exorbitâncias instintivas da maioria no poder.

E na serena applicação da lei, máxime em matéria orçamentária, contrariando interésses, desgostando amigos, resistindo ao govêrno, não cedendo à própria comissão de Finanças, *nem uma vez* fraqueastes.

E ao deflagrar da rude e violenta procela política desatada nesta legislatura, por entre os clarões sobressseguidos que se entrecruzavam, divisamos sempre a figuras inflexível do presidente, cumprindo austera-mente, sem preterições nem preferências, o Regimento cuja execução a Câmara, num momento feliz, confiara à sua consciéncia e à sua honra.

De tudo isso, a univocidade dos applausos que vos cobrem nesta hora derradeira do nosso mandato.

Guardai, pois, sr. presidente, esta homenagem na vossa alma, como nós a conservaremos viva na lembrança — para vós ela tem a glória da coroa cívica; para nós a santidade da justiça!"

A êsse texto — sem dúvida belíssimo, seguem-se as assinaturas de 156 deputados, três das quais não conseguimos identificar. Mais de dois terços dos membros da Câmara, naquele final da 11.^a legislatura, entre êles não figurando 56 nomes, ou porque realmente não o desejassem, ou porque (como muitos da bancada paulista) estivessem ausentes da capital da República, em virtude das festas de Natal.

De qualquer forma, o Brasil inteiro, de norte a sul, estava presente entre os que apuseram suas assinaturas no precioso documento e que são os seguintes, citados na ordem em que nêle aparecem:

Dionísio Bentes, Costa Rêgo, Bueno Brandão, Juvenal Lamartine, Solidônio Leite, Geraldo Viana, João Mangabeira, Valdomiro de Barros Magalhães, A. P. Amaral Carvalho, Joaquim Moreira, Aristides Rocha, Alberto Maranhão, Alexandrino da Rocha, Napoleão Gomes, Adolfo Konder, Sérgio de Oliveira, João de Faria, Marcolino Barreto, Palmeira Ripper, Andrade Bezerra, Plínio Marques, Júlio de Melo, Otávio Rocha, Euclides Malta, Veríssimo de Melo, Pedro Costa, Francisco Peixoto, Lindolfo Pessoa, Sales Filho, Bartlett James, Camilo Prates, Elói Chaves, Daniel Carneiro, Honório Pimentel, Ferreira Lima, Metelo Júnior, José Lôbo, Francisco Valadares, Teodomiro Santiago, Manuel Pedro Vilaboim,

Carlos Maximiliano, Carlos Penafiel, Josino de Araújo, Francisco Marcondes, José Roberto Leite Penteado, João Simplício, A. de Viana do Castelo, Carlos de Campos, Olavo Egídio de Sousa Aranha, Nabuco de Gouveia, Xavier Marques, Rafael Fernandes, Zoroastro Alvarenga, Severino Marques, A. Austregésilo, José Maria Tourinho, Ascendino Cunha, Hugo Ribeiro Carneiro, Aníbal B. Toledo, Eduardo do Amaral, Francisco Antunes Maciel, Lindolfo Collor, Altino Arantes, Garibaldi Melo, Gentil Tavares, Sales Júnior, João Baeta Neves, Hermenegildo Firmeza, Honorato Alves, Agripino Azevedo, Pinheiro Júnior, Raul Sá, Americano do Brasil, Efigênio Ferreira de Sales, João C. da Rocha Cabral, Fideles Reis, Henrique Borges Monteiro, Joviano de Castro, João Suassuna, Vicente Piragibe, José Gonçalves de Sousa, Azevedo Lima, José Bonifácio de Andrada e Silva, Norival Soares de Freitas, L. Correia de Brito, A. A. de Azevedo Sodré, Afrânio de Melo Franco, Ferreira Braga, Joaquim Bandeira, Afonso Pena Júnior, Celso Baima, Carvalho Brito, Landulfo de Magalhães, Galduino do Vale Filho, Domingos Mascarenhas, Clementino Fraga, César L. de Vergueiro, Prado Lopes, Raul de Faria, Bethencourt da Silva Filho, Joaquim Augusto de Barros Penteado, Júlio Ribeiro de Castro, Ildelfonso Simões Lopes, Joaquim de Melo, Antônio Carlos, Carvalho Neto, Sousa Filho, Raul Fernandes, P. Chermont de Miranda, Emílio Jardim de Resende, José Alves Ferreira e Melo, Artur Martins Franco, Augusto de Lima, Augusto Glória, Cornélio Vaz de Melo, Ribeiro Junqueira, Eurico Vale, Tomás de Paula Pessoa Rodrigues, J. Magalhães de Almeida, Pessoa de Queiroz, Bento Miranda, João Carlos Pereira Leite, Dantas Barreto, Rodrigues Machado, Artur Colares Moreira, Gilberto Amado, Eurípides Aguiar, M. Tavares Cavalcanti, Álvaro Batista, Rodrigues Alves Filho, Antônio M. Nogueira Penido, Antônio José da Costa Ribeiro, Nelson de Sena, Antônio Pacheco Mendes, Afonso de Castro Rebêlo, Artur Lemos, Heitor de Sousa, Mário Hernes, Manuel Monjardim, Carlos Garcia, Eliseu Guilherme, Rocha Cavalcanti, Armando Burlantaqui, Alfredo Rui Barbosa, Odilon de Andrade, Otávio Mangabeira, Eugênio Tourinho, Geminiano de Lira Castro, Prudente de Moraes, Manuel Gouveia de Barros, Olinto de Magalhães, Manuel Reis, Antero Botelho.

Deputados pertencentes à maioria e à minoria, representantes de tôdas as unidades da Federação, confraternizados num mesmo documento e irmanados num só sentimento. Um gesto edificante.

Palavras de agradecimento

Foi com profunda emoção que Arnolfo Azevedo dirigiu-se aos seus "prezadíssimos colegas", para agradecer aquelas manifestações de carinho e de amizade.

Começou por acentuar a generosidade dos deputados, que vinham cumulando o presidente da Câmara de tantas demonstrações de consideração, apreço, estima e amizade; se vaidoso fôsse, acabaria por acreditar que realmente possuía as quali-

dades, virtudes e merecimentos que seus colegas empenhavam-se em atribuir-lhe. Não tinha, porém, ilusões a êsse respeito, porque aquelas homenagens eram dirigidas à figura do presidente da Casa, e não ao político e ao parlamentar que se vira arrancado da penumbra em que sua modéstia se comprazia em permanecer.

Não encontrava palavras para testemunhar seu reconhecimento às homenagens, que tocavam seu coração, comoviam-no e perturbavam-no. Sentia-se como o espectador de uma cena deslumbrante, em que grande era o cenário, grandes as personalidades que o povoavam, grandes os sentimentos que as animavam e as manifestações que exteriorizavam. Tudo era grande, exceto o alvo daquelas homenagens.

Com a significação que os manifestantes lhe haviam dado, o mimo representava um prêmio demasiado grande para quem só se limitara a cumprir com seus deveres.

"Mas, bem haja vossa generosidade pelos estímulos maiores que com êste valioso consólo, vindes acender em quem, por instintivo e irreprimível impulso, sente horror pelas causas injustas e se educou no culto severo dessa divindade social, dessa virtude cívica — a Justiça —, que êste bronze artístico e magnífico vai entronizar, nas aras do meu lar, com a solidez perpétua do mármore imperecível, como imperecível e perpétua já se arraigou no meu espírito e há de, para sempre, dominar e vencer em todo o orbe.

E, para embelezar o altar da Justiça dos homens trouxestes flôres mimosas e as confiastes à mulher que tem um altar no meu peito, erguido pela bondosa Justiça de Deus."

Nada de mais valioso e delicado poderia ter-lhe sido oferecido ao findar-se aquela legislatura, "acossada por tantas e tão desvairadas paixões", do que aquela imagem da Justiça, acompanhada pelos autógrafos dos deputados, porque o gesto lhe dava a certeza de que, se houvesse errado (e, certamente, cometera inúmeros erros), não o fizera de propósito ou movido por paixões e interesses de qualquer espécie, mas devido à imperfeição humana.

"Guardarei a graciosa e simbólica imagem no seio de minha família, como dádiva excelsa e preciosa, provinda dos mais lídimos representantes desta grande Nação, para que seja de minha esposa, que tão gentilmente associas a esta grande demonstração cívica, a companheira predileta e diuturna; para meus filhos, o ensinamento quotidiano e salutar; e, para mim, o maior título de glória, que nos momentos tormentosos dos inelutáveis dissabores e das infalíveis desilusões da vida pública, será também o meu pálio, o meu supremo amparo, a minha mais grata consolação, o meu maior conforto.

Nestes autógrafos, reverei constantemente e conservarei como fotografados, para os carinhos e afetos de minha alma agradecida, todos os meus ilustres colegas e cada um dos meus distintos amigos, que com estas homenagens tanto me enaltecem e tão indissolúvelmente me cativam; e pedirei ao bronze, em que esta estátua da Justiça se modela, a consistência e perpetuidade com que, em relevo, ficarão seus nomes cinzelados, pela gratidão imorredoura, no mais fundo recesso do meu coração."

Suas derradeiras palavras, sempre repassadas de sincera emoção, consistiram na formulação de votos pela felicidade pessoal de cada um dos colegas, por seus triunfos políticos e parlamentares, pela crescente eficácia, respeitabilidade e grandeza da Câmara Federal; e na renovação de seu reconhecimento, que se manifestava no afetuoso abraço com que agradecia tão generosa bondade. "Muito obrigado" disse, por fim, Arnolfo Azevedo, profundamente comovido.

Assim terminaram, em dezembro de 1923, os três movimentados anos da 11.^a legislatura e o primeiro triênio de exercício de nosso biografado na presidência da Câmara dos Deputados federais.

Três anos, não menos movimentados, teria Arnolfo Azevedo ainda pela frente, quer como deputado pelo Estado de São Paulo, quer como delegado de seus pares naquele alto e difícil pôsto.

Comentando o acontecimento no dia 27 de dezembro, observou o *Jornal do Brasil*:

"O sr. Arnolfo Azevedo vem presidindo a Câmara numa época difícil e atravessou uma fase de intensa campanha política, como a da campanha da Reação. Sob o ponto de vista do trabalho legislativo, houve períodos de movimento intenso, como o de 1922, em que se precisou votar dois orçamentos, uma vez que se vetara a lei de despesas elaborada em 1921.

Em todas essas contingências, o sr. Arnolfo Azevedo se houve com superioridade, esforçando-se para colocar a sua atuação acima das paixões partidárias, ou pessoais, que dominavam o momento. Conquanto solidário com uma corrente política, podia estar certo o seu adversário de que ele seria, na ocasião de agir como presidente, um dos menos intolerantes.

É possível que S. Excia. nem sempre tenha sido isento de erro ou de censura. Mas, ainda nessas ocasiões, seria sincera a sua vontade de acertar.

A homenagem que ontem lhe foi feita não teve caráter partidário: contou com o apoio e a boa vontade de governistas e oposicionistas."

A sessão legislativa de 1924

A política paulista em efervescência. A Câmara na legislatura de 1924-26. Rodovia de Jacareí a Cachoeira. Reeleição para a presidência da Câmara. Revolução em São Paulo. Sessão cívica de 15 de novembro. O Palácio Tiradentes em construção. O político, "esse desconhecido"... No dia de São Silvestre.

A política paulista em efervescência

Ao cogitar-se da sucessão do Dr. Washington Luís na presidência do Estado de São Paulo, em fins de 1923, patente ficou que o candidato das preferências dos Campos Elíseos era o deputado Carlos de Campos, que havia recusado ocupar o ministério da Justiça no governo Artur Bernardes e deixara de ser escolhido líder da maioria na sessão legislativa daquele ano. Justa parecia essa escolha, ainda mais porque o líder da bancada paulista na Câmara Federal gozava das simpatias gerais e era o filho ilustre de um grande estadista, que relevantes serviços havia prestado ao Estado — Bernardino de Campos.

Todavia, as coisas não correram tão mansamente, como esperava o presidente Washington Luís. Uma ponderável ala do Partido Republicano Paulista levantou a candidatura do senador Álvaro de Carvalho; integravam-na os irmãos e filhos do conselheiro Rodrigues Alves (de quem aquêle senador fôra genro), além dos deputados Olavo Egídio, Altino Arantes, Elói Chaves, Carlos Garcia, Palmeira Ripper e Pedro Costa, sem falar no coronel Antônio de Lacerda Franco, senador estadual e político de prestígio em larga área do Estado.

A situação tornou-se delicada, ainda mais porque o deputado Carlos de Campos não demonstrava grande entusiasmo por sua própria candidatura, alegando que não tinha vocação para a governança administrativa, preferiria gozar da liberdade que tinha como parlamentar, mais adequada ao seu feitio e que permitia manter sua banca de advogado em São Paulo.

O presidente Washington Luís, porém, manteve-se irreduzível. Como observou o *Jornal do Brasil*, em novembro de 1923, ele não era um homem para transigir facilmente (e essa mesma teimosia haveria de demonstrar, mais tarde, por inúmeras vezes, o que lhe valeu o epíteto de "braço forte"); ao invés de pensar em recuo, cuidou de anular a resistência à candidatura de sua preferência, pressionando os políticos paulistas e apresentando-lhes um verdadeiro *ultimatum*: ou o sr. Carlos de Campos, ou a luta.

Diante dessa intransigência, os próceres do P. R. P. trataram de aplinar as dificuldades, arregimentando-se em torno do candidato oficial, contra o qual não existia realmente nenhuma restrição séria. "Bastou que cedesse o sr. Lacerda Franco e foi como um baralho de cartas"... Em dezembro de 1923, reuniu-se a Convenção partidária e a escolha do deputado Carlos de Campos obteve a unanimidade dos participantes, inclusive os votos do senador Álvaro de Carvalho e seus admiradores. No banquete destinado à leitura da clássica plataforma de governo do candidato, coube ao deputado Altino Arantes fazer o brinde de honra ao chefe da Nação.

Tudo parecia haver voltado à tranqüilidade no seio da política paulista, quando uma verdadeira "bomba" estourou



*A bancala paulista homenageia
o presidente do Estado (1924)*

Sentados, da esquerda para a direita: Adolfo Gordo, Arnolfo Azevedo, Sampaio Vidal, Washington Luis, Alfredo Ellis, Altino Arantes, Lacerda Franco e José Lobo. Atrás de Altino Arantes, aparecem Carlos de Campos e Júlio Prestes.

em janeiro de 1924: tendo resolvido a Comissão Diretora do P. R. P. consultar os Diretórios políticos locais a respeito das indicações de nomes para a representação no Senado e na Câmara federais, com surpresa para muitos (embora, certamente, não para o presidente do Estado) começaram a chegar indicações do nome do coronel Lacerda Franco para a vaga senatorial, cuja cadeira vinha sendo ocupada pelo senador Álvaro de Carvalho.

No dia 26 de janeiro, jornais do situacionismo político noticiavam que o nome do sr. Lacerda Franco já contava com mais de uma centena de indicações, o que significava a maioria dos Diretórios do Estado.

Por que — perguntava-se — fôra sacrificado o Dr. Alvaro de Carvalho?...

A resposta a esta pergunta, para alguns, parecia evidente: as simpatias que gozava e o poderio das forças políticas que o apoiavam, dentro do Estado, não vinham agradando ao Dr. Washington Luís e apareciam como ameaça a seus planos futuros. Para outros, representava o ajuste de velhas "contas", que o senador paulista tinha a saldar: não concordara êle, na famosa e histórica *reunião do Catete* (1), realizada a 1.º de maio de 1922, com a desistência da candidatura Artur Bernardes, contrariando o ponto de vista do presidente do Estado?

De qualquer forma, a imediata consequência dessa atitude da cúpula do P. R. P. foi a formação de uma dissidência — a *Coligação*, de que passaram a fazer parte, além do senador sacrificado, os srs. Olavo Egídio, Altino Arantes, Prudente de Moraes Filho, Elói Chaves, Rodrigues Alves Filho, Palmeira Ripper, Pedro Costa, Ferreira Braga e Vicente de Almeida Prado.

Em virtude dessa cisão, a Comissão Diretora do P. R. P. acabaria por ser reconstituída; mas o fato só teve lugar em setembro de 1924, quando passou a integrá-la Arnolfo Azevedo.

No dia 17 de fevereiro, processaram-se as eleições para a renovação da Câmara Federal e do têrço do Senado Federal.

O Estado de São Paulo passou a ter um nôvo senador — o coronel Lacerda Franco, que se foi juntar aos que já se encontravam na Câmara Alta — os senadores Alfredo Ellis (2) e

(1) Veja cap. 13.

(2) Sobre a vida do senador Alfredo Ellis e aspectos da política paulista, consultar: ELLIS JÚNIOR (Alfredo) — *Um Parlamentar paulista da República*, boletim n.º 102 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., São Paulo, 1949.

Adolfo Gordo. E a bancada paulista na Câmara dos Deputados, como tantas outras, também sofreu alterações em sua composição.

A Câmara na legislatura de 1924-26

A 12.^a legislatura, iniciada em 1924, passou a contar com novos elementos, a par de outros muitos, que já vinham representando os Estados de longa data ou a partir da legislatura anterior.

A bancada paulista ficou assim constituída:

1.º distrito — Antônio Carlos de Sales Júnior, José Cardoso de Almeida, José Pires do Rio, José Roberto Leite Penteadado, Júlio Prestes de Albuquerque e Olavo Egídio de Sousa Aranha.

2.º distrito — Alberto Sarmento, César de Lacerda Vergueiro, Elói de Miranda Chaves, Gabriel Ribeiro dos Santos, Marcolino Lopes Barreto e Prudente de Moraes Filho.

3.º distrito — Altino Arantes Marques, Fábio de Sá Barreto, Herculano de Freitas, João de Faria e José Manuel Lobo.

4.º distrito — Arnolfo Rodrigues de Azevedo, José Valois de Castro, Manuel Pedro Vilaboim, Pedro Luís de Oliveira Costa e Plínio de Godói Moreira e Costa.

Nomeados para ocupar cargos na administração do Estado, renunciaram a seus mandatos os deputados Pires do Rio, Gabriel Ribeiro dos Santos e José Manuel Lobo, tendo sido substituídos, respectivamente, pelos deputados Ataliba Leonel, João Alves de Meira Júnior e Heitor Teixeira Penteadado. Por ter sido nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, também renunciou o deputado Herculano de Freitas, sendo substituído pelo deputado Firmiano de Moraes Pinto.

Utilizando a força eleitoral de que dispunha, a *Coligação* dissidente conseguiu reeleger seus principais líderes. Em contrapartida, elementos da confiança do presidente Washington Luís passaram a figurar na bancada paulista, particularmente os deputados Júlio Prestes, César Vergueiro e Plínio de Godói, seguidos depois pelos deputados Ataliba Leonel, Heitor Penteadado e Firmiano Pinto.

De sua parte, pela oitava vez, via Arnolfo Azevedo renovado seu mandato de deputado federal. Seria a última, porque, em 1927, ver-se-ia transferido, um tanto a contragosto, para o Senado Federal.

Entre seus colegas, representantes de outros Estados, figuraram nessa 12.^a legislatura: do *Amazonas* — Dorval Pôrto, Efigênio de Sales, Monteiro de Sousa; do *Pará* — Artur Lemos, Bento de Miranda, Chermont de Miranda, Eurico Vale, Lira Castro, Prado Lopes; do *Maranhão* — Agripino Azevedo, Colares Moreira, Domingos Barbosa, Magalhães de Almeida, Marcelino Machado, Raul Machado; do *Piauí* — Armando Burlamaqui, Auto de Abreu, Ribeiro Gonçalves; do *Ceará* — Hermenegildo Firmeza, Manuel Sátiro, Moreira da Rocha, Nélson Catunda, Tertuliano Potiguara, Tomás Accioly, Tomás Rodrigues; do *Rio Grande do Norte* — Alberto Maranhão, Georgino Avelino, Juvenal Lamartine e Rafael Fernandes; da *Paraíba* — João Suassuna, Oscar Soares, Octacílio de Albuquerque, Tavares Cavalcanti e Valfredo Leal; de *Pernambuco* — Agamenon de Magalhães, Aníbal Freire, Antônio Austregésilo, Bianor de Medeiros, Carneiro da Cunha, Correia de Brito, Costa Ribeiro, Joaquim Bandeira, Pessoa de Queiroz, Rêgo Barros, Solidônio Leite; de *Alagoas* — Euclides Malta, Luís Silveira, Natalício Camboim, Rocha Cavalcanti; de *Sergipe* — Batista Bittencourt, Carvalho Neto, Gentil Tavares e Gilberto Amado; da *Bahia* — Alfredo Rui, Araújo Pinho, Aurelino Leal (substituído, depois, por Afrânio Peixoto), Berbert de Castro, Brás do Amaral, Clementino Fraga, Fiel Fontes, Homero Pires, João Mangabeira, Otávio Mangabeira, Pacheco Mendes, Rodrigues da Costa, Sá Filho, Simões Filho, Ubaldino de Assis; do *Espírito Santo* — Bernardes Sobrinho, Geraldo Viana, Heitor de Sousa e Pinheiro Júnior; do *Rio de Janeiro* — Bocaiúva Cunha, Faria Souto, Fonseca Hermes, Henrique Borges Monteiro, Joaquim de Melo, José de Moraes, Luís Guaraná, Manuel Duarte, Oliveira Botelho, Thiers Cardoso; do *Distrito Federal* — Adolfo Bergamini, Alberico de Moraes, Azevedo Lima, Bethencourt da Silva, Henrique Dodsworth, Júlio César de Melo, Nicanor do Nascimento, Nogueira Penido, Vicente Piragibe; do *Paraná* — Lindolfo Pessoa, Martins Franco, Plínio Marques; de *Santa Catarina* — Adolfo Konder, Celso Baima, Eliseu Guilherme e Ferreira Lima; do *Rio Grande do Sul* — Antunes Maciel, Batista Luzardo, Barbosa Gonçalves, Domingos de Mascarenhas, Flôres da Cunha, Getúlio Vargas, João Simplício, Lindolfo Collor, Nabuco de Gouveia, Paim

Filho, Pinto da Rocha, Plínio Casado, Simões Lopes, Veneslau Escobar; de *Goiás* — Alves de Castro, Aires da Silva, Olegário Pinto; de *Mato Grosso* — Aníbal de Toledo, João Celestino, Severino Marques.

Da numerosa bancada de *Minas Gerais*, destacavam-se, entre outros: Afonso Pena Júnior, Antônio Carlos, Augusto Glória, Augusto de Lima, Baeta Neves, Basílio de Magalhães, Bueno Brandão Filho, Camilo Prates, Carvalho de Brito, Fideles Reis, Francisco Campos, Francisco Valadares, Garibaldi Melo, Joaquim de Sales, Josino de Araújo, José Bonifácio, Melo Franco, Nelson de Sena, Olinto de Magalhães, Raul de Faria, Raul Sá, Ribeiro Junqueira, Teodomiro Santiago, Valdomiro Magalhães, Viana do Castelo.

Homens públicos que haveriam de se destacar, muitos dêles, na derradeira fase da vida da Primeira República, outros também na chamada República Nova, instalada depois de outubro de 1930. Lá se defrontavam, pela primeira vez, aqueles que iriam disputar as eleições presidenciais em março de 1930: Júlio Prestes e Getúlio Vargas.

Foi essa a Câmara Federal que Arnolfo Azevedo presidiu por três anos, até extinguir-se seu mandato de deputado por São Paulo, em 1926.

Rodovia de Jacareí a Cachoeira

Dentro de seu programa de “governar é abrir estradas” e consciente de que, com a multiplicação crescente do número de automóveis, entrara o país decididamente na *era das rodovias*, o presidente Washington Luís dedicara, em seu governo, particular atenção à construção de estradas de rodagem.

Washington Luís era um homem forte, corado, de aparência simpática com seu cavanhaque bem talhado. Era uma personalidade varonil, enérgico e desassombrado em suas atitudes, firme nas decisões que tomava, nascido para mandar — uma espécie de emulo nacional (guardadas tôdas as diferenças) de Benito Mussolini, então em pleno apogeu em seu governo forte, sob o regime fascista. Chegou a ser, então, comparado a um romano antigo.

Arnolfo Azevedo admirava-o sinceramente e via nêle o homem necessário para um Brasil ainda conturbado pelas dissen-

ções político-partidárias e necessitando de um pulso forte, que impusesse sua autoridade, de um administrador dinâmico e empreendedor, que conquistasse a simpatia popular e restabelecesse a harmonia no seio da família brasileira.

No dia 7 de abril de 1924 — poucas semanas antes de terminar seu quadriênio à frente dos destinos do Estado —, realizou-se a solene inauguração do trecho paulista da futura *Rodovia São Paulo — Rio de Janeiro*, entre as cidades de Jacareí e a atual Cachoeira Paulista.

Infelizmente, não dispomos de elementos para reconstituir o que se passou naquele dia. Sabemos, apenas, que o ponto alto das comemorações teve lugar na cidade de Lorena, onde Arnolfo Azevedo ofereceu, em sua residência, um jantar ao presidente do Estado — jantar preparado com certo requinte, de que são testemunhos dois exemplares do cardápio, ora sob nossa guarda.

Nessa oportunidade, Arnolfo Azevedo saudou o presidente do Estado em nome dos lorenenses, esclarecendo que o fazia com a alma aberta. Referiu-se “aos quatro anos de governo irrepreensível e benemérito”, acentuando que, numa época de utilitarismo como aquela, a terminação de um governo (por melhor que fôsse) não seria motivo para aumentar a admiração do povo, porque “sempre maiores e mais numerosos admiradores teve o astro-rei ao nascer do que no ocaso”. Todavia, com Washington Luís rompia-se a regra tradicional; e tal exceção somente os homens notáveis conseguiam abrir na tessitura dos acontecimentos políticos. Lembrou que o valor de sua personalidade havia justificado comparações, ora com a figura austera de um romano antigo, ora com a de um romano moderno — Mussolini, cujos princípios pretendiam fazer a grandeza da Itália.

No entanto, preferia procurar em nossa própria História exemplos de feitio austero, virtudes severas e energias cívicas: Campos Sales, “incondicional servidor da Pátria, que nada removeu dos seus propósitos, nem o apedrejamento dos facciosos, nem a grita revolucionária dos interesseiros”; Floriano Peixoto, “pulso de aço e tranqüilidade de ânimo na defesa das instituições republicanas”, que não se amedrontou nem com o ribombo dos canhões, nem com a possibilidade do desembarque de forças estrangeiras; Diogo Antônio Feijó, extraordinário ministro e grande Regente, que não se abateu diante dos tumultos parlamentares e das revoltas de milicianos. Eram tipos

admiráveis por sua ação enérgica e eficiente, com os quais podia ser comparado o secretário da Justiça de 1910 ou o grande presidente de São Paulo de 1920 a 1924.

Dirigiu-se, em seguida, ao seu "dileto amigo Washington Luís", cuja amizade datava de 33 anos, quando ambos terminaram o curso na Academia de Direito; consolidara-se havia 13 anos, no movimento municipalista e na campanha civilista; e mais se fortalecera nos derradeiros três anos, quando passaram "a trabalhar unidos, identificados pelos mesmos ideais, a defender a mesma causa, a correr os mesmos riscos, a participar dos mesmos triunfos".

"Tenho, portanto, conhecimento completo do grande espírito, do grande coração, do grande caráter do meu querido amigo, no calor das refregas, no mais ardente das lutas, no maior fragor das batalhas, podendo atestar o seu valor como govêrno, a sua lealdade como correligionário, a sua correção como aliado, a dedicação e fidelidade inexcedíveis como amigo.

Pois bem; entre nós, assim ligados, nunca surgiu um pensamento, uma idéia, um gesto, uma palavra que traduzisse um interêsse menos nobre ou que pudesse ser entendido como estranho ou prejudicial à causa pública. Daí, por certo, a confiança mútua e ilimitada.

É em nome dessa confiança, que também já é do povo, aqui, além, em tôda parte, que saúdo o grande presidente do Estado de São Paulo, que saúdo o meu amigo Washington Luís, com sinceros votos pela sua preciosa saúde, pela sua completa felicidade pessoal e pela sua glória maior na vida pública."

De acôrdo com o *Correio Paulistano* (8-IV-1924), "o discurso do Dr. Arnolfo Azevedo sensibilizou bastante o sr. presidente do Estado. Isso mesmo S. Excia. confessou nas primeiras palavras pronunciadas em resposta". Depois de observar que as expressões do orador haviam sido "ditadas pelos laços de fraternal amizade" que os ligavam desde os bancos acadêmicos, acentuou que essa mútua afeição não sofrera solução de continuidade, até aquêlê momento, e que sempre encontrara em Arnolfo Azevedo decidido e desprendido concurso, em tôdas as fases de sua vida pública. Referiu-se, em seguida, à "ação brilhante" do presidente da Câmara, à firmeza com que vinha dirigindo sempre os trabalhos, cercado do respeito e do acatamento de seus pares. Depois de lembrar o apoio que nunca lhe tinha faltado por parte de Lorena, de seus homens e principalmente de nosso biografado, "o sr. presidente do Estado terminou o seu discurso levantando a sua taça e bebendo pela felicidade da sra. Arnolfo Azevedo".

A saudação do presidente da Câmara ao presidente do Estado de São Paulo foi objeto de comentários por parte, pelo menos, de dois deputados paulistas, ambos representantes do 4.º distrito eleitoral, em cartas que figuram em nosso arquivo.

No dia 9 de abril, assim se expressou o deputado Plínio de Godói:

“O teu discurso foi um sucesso e tem sido comentado muito favoravelmente em tôdas as rodas. A resposta do Washington foi uma consagração merecida à tua ação na política. A imprensa unânime declarou que o teu discurso sensibilizou profundamente o Washington, que não fêz mistério da sua comção.”

No dia seguinte, escreveu o deputado Valois de Castro:

“Li o seu discurso e tive a impressão de que esse documento vai concorrer para a realização *daquilo que é o nosso ideal*. É preciso dar-lhe a máxima divulgação.”

Aquêlê “nosso ideal” — evidentemente a candidatura do Dr. Washington Luís à sucessão do presidente Artur Bernardes — iria concretizar-se em setembro de 1925. Não sem grande luta da parte dos admiradores do “paulista de Macaé”, notadamente da parte de Arnolfo Azevedo, seu sincero e fiel amigo.

Reeleição para a presidência da Câmara

No dia 5 de maio de 1924, procedeu-se na Câmara Federal à eleição de seu presidente para a primeira sessão legislativa da 12.ª legislatura. Reduzido era o número de deputados presentes: 119, apenas doze além do necessário *quorum*. Mas, para Arnolfo Azevedo, o resultado significou nova consagração, pois recebeu 118 votos; o único voto discrepante, dado ao deputado Afrânio de Melo Franco, foi do próprio presidente eleito⁽³⁾. A escolha fôra literalmente unânime.

Pela quarta vez reconduzido por seus pares ao alto pôsto, Arnolfo Azevedo pronunciou o discurso de praxe.

Depois de expressar sua gratidão pela confiança nêle depositada, ressaltou de início que, entre os homens públicos, existem compromissos que não precisam ser escritos, sendo por

(3) O pormenor é interessante, porque demonstra a admiração e a afeição que nosso biografado dedicava ao deputado mineiro, seu antigo companheiro da comissão de Constituição e Justiça.

isso mesmo mais fortes e imperiosos: são os que resultam das posições eletivas, principalmente das renováveis a curtos períodos, para as quais os escolhidos necessitam do apoio dos que os escolheram. Somente dentro dessa comunhão de idéias e sentimentos poderia continuar a exercer aquêlo pôsto, no qual sempre se esforçara por agir como um magistrado. Iria persistir nesse propósito, com firmeza e lealdade, pois julgava que, assim agindo, corresponderia à confiança de seus pares.

Contando com essa colaboração, esperava que se cumprissem fielmente a Constituição, as leis e o Regimento Interno,

“para que possamos conduzir os trabalhos legislativos e os debates desta assembléa com solenidade e respeito, com afabilidade cordial e assiduidade infatigável, com patriótico e devotado amor ao bem geral do país, e para que elevemos, no conceito público, os créditos desta corporação nacional, defendendo com ardor as prerrogativas constitucionais, sua dignidade, sua boa fama e seu prestígio, pelo exercício inteligente, ativo e nobre de nossos direitos e pelo cumprimento rigoroso, estrito e exato de nossos deveres de representantes da Nação.”

Em sua opinião, a situação política era propícia para que se procurasse desenvolver nossas possibilidades econômicas e financeiras, já que haviam cessado as lutas estéreis e o governo, desejoso de manter a ordem, contava com o apoio dos órgãos do poder público.

Urgia que a Câmara trabalhasse, através de debates serenos, estudos profundos e sem atropelos ou recursos protelatórios, de sorte que as leis atendessem ao bem comum.

Tal como almejava um ano antes, esperava que se completasse o trabalho referente à *legislação social* e fôsse terminada a elaboração dos *códigos*, cujos projetos estavam em estudo. Lembrou, de novo, que era necessário rever a lei que tratava da *representação proporcional* dos Estados naquela casa do Congresso, uma vez que já eram conhecidos os resultados do recenseamento de 1920.

Acentuando que os dispositivos constitucionais são teses concisas, destinadas a vigorar por muitos anos, mas não podem permanecer inflexíveis e devem acompanhar a evolução do país, admitiu a necessidade de uma *reforma constitucional*, sempre que flagrante fôsse o contraste entre as disposições rijas e as necessidades públicas, “porque as Constituições foram feitas para a grandeza e prosperidade das Nações e, não, para lhes travar e entorpecer a vida e a evolução perene”.

Ressaltou que o inverso também se vinha registrando na prática do regime constitucional, através de vícios inveterados de interpretação, que deturpavam o pensamento dos constituintes e, por vêzes, lhe emprestavam sentido oposto ao texto e ao espírito que o havia inspirado. A prova podia ser encontrada na maneira pela qual vinha sendo elaborada e estruturada a *lei de meios* — tecla que não se cansava de ferir desde 1921.

Pacientemente, lembrou a seus pares que o orçamento da receita era uma estimativa do que deveria ser arrecadado através de impostos já criados por lei e cuja arrecadação fôra autorizada. Ao invés disso, as leis de receita vinham criando, alterando, suprimindo e modificando tais impostos e tôdas as fontes da despesa pública. Já o orçamento da *despesa* deveria consistir na determinação exata e precisa do quanto poderia ser gasto no exercício financeiro, fixado em tabelas, rubricas e títulos discriminados, fora dos quais não era lícito despende, sob pena de responsabilidade do govêrno. No entanto, as leis de despesas vinham sempre acompanhadas de autorizações complementares (as famosas *caudas orçamentárias*), que tudo anulavam ou destruíam: o que deveria ser fixo passava a ser móvel; o que fôra limitado passava a não ter limites. Além disso, em tais leis prescrevia-se e legislava-se sôbre os mais diferentes assuntos. O resultado era que as despesas ultrapassavam de muito o cômputo orçamentário e inúmeras reformas assentavam-se em leis permanentes, que a rigor deveriam ser autônomas. Em conseqüência dessa prática viciosa, impossível se tornava a *tomada de contas* da receita e despesa de cada exercício financeiro, vivendo-se num verdadeiro caos.

Recordou que, ao ser eleito presidente da Câmara pela primeira vez, tomara consigo mesmo o compromisso de pôr um paradeiro a essa situação; e reproduziu vários de seus pronunciamentos anteriores, não só em 1921, como também em 1922 e 1923. A Câmara atendera a êsses insistentes apelos, o que sobremodo o confortava e a recomendava à gratidão do país. Infelizmente, pensava de modo diferente o Senado; e tudo ficara no mesmo, porque era impossível à Câmara recusar sistematicamente as emendas apresentadas no Senado, sob pena de praticar um ato de desconsideração à outra casa do Congresso Nacional.

Acreditava que chegara o momento de se resolver definitivamente a questão, pois o presidente da República, em sua mensagem apresentada no dia 3 de maio, solicitara ao Con-

gresso providências radicais que viessem pôr fim à balbúrdia orçamentária; e reproduziu trechos do documento, em que o problema era exposto com clareza e muita ênfase.

Acentuando que o ambiente internacional era de paz, mantendo o Brasil excelentes relações com os demais países do mundo, e que iguais benefícios gozava o povo brasileiro, dentro da estabilidade do regime e do fortalecimento do princípio da autoridade, assim concluiu seu discurso:

“Tudo nos estimula e nos convida a trabalhar pela grandeza e prosperidade da grandiosa Pátria, que para aqui nos enviou.

Trabalhemos, pois, com ardor patriótico, sem poupar esforços, sem medir sacrifícios, no cumprimento exato dos nossos imperiosos deveres.”

Como se vê, além do firme propósito de manter-se na presidência da Câmara acima dos interesses partidários, como se fôra um magistrado, Arnolfo Azevedo não se cansava de alertar seus colegas para a necessidade de manter bem alta a dignidade do exercício de seus mandatos, de levar avante importantes projetos que se arrastavam havia anos naquela casa do Congresso, de pôr ordem na confecção do Orçamento da República, de trabalhar — trabalhar sempre, sem poupar esforços nem medir sacrifícios.

Era o mais elementar dos deveres dos que, ali, representavam a Nação brasileira. Todavia, tornava-se preciso lembrar...

Revolução em São Paulo

O Dr. Carlos de Campos havia assumido a presidência do Estado de São Paulo a 1.º de maio, numa atmosfera de franca simpatia, gerada pela afabilidade que o caracterizava. Notabilizara-se como advogado e, na Câmara Federal, como orador eloqüente e político maneiroso. De temperamento um tanto boêmio, era um artista que se dedicava à música, tendo composto peças de grande melodia.

Por isso mesmo, foi com verdadeira perplexidade que viu irromper, na capital paulista, um movimento revolucionário de sérias proporções. Teve início na madrugada de 5 de julho de 1924, pouco mais de 60 dias depois de haver assumido o governo.

Evidentemente, não é este o lugar para o estudo dessa rebelião, que não visava ao govêrno de São Paulo, mas ao govêrno do presidente Artur Bernardes, como eco da revolta de 5 de julho de 1922 e a demonstrar que a crise militar, deflagrada dois anos antes, deixara sérios resquícios no seio do Exército, em particular nas áreas inconformadas com a ascensão do presidente mineiro.

O material informativo, com base no noticiário da época e que temos em mãos, é dos mais abundantes. Limitar-nos-emos a selecionar alguns fatos e a focalizar a atuação de Arnolfo Azevedo durante aquêles dias históricos, que fundamente perturbaram a vida nacional e afetaram a sensibilidade do presidente da Câmara, intransigente defensor da ordem legal e paulista dos que mais o foram.

Entre os chefes revolucionários, a figura de maior destaque foi a do general Isidoro Dias Lopes. Mas, a seu lado, outros nomes apareceram citados nos jornais do tempo: os coronéis João Francisco (cognominado a "Hiena de Cati"), Zeca Neto e Paulo de Oliveira; os majores Miguel Costa e Cabral Velho; o capitão Juarez Távora; e os tenentes Gwyer de Azevedo e Castro Afilhado. O movimento contou com o apoio do Dr. Júlio Mesquita, diretor de *O Estado de S. Paulo*, e com a aparente colaboração do Dr. José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, ambos presos ao terminar a rebelião e levados à capital da República, nos primeiros dias de agosto de 1924.

Entre os militares fiéis ao govêrno, destacaram-se os generais Eduardo Sócrates, Tertuliano Potiguara, Florindo Ramos, Carlos Arlindo, Azevedo Costa e Estanislau Pamplona; e os coronéis Pantaleão Teles, Pedro Dias de Campos e Klingloehofer.

Durante 22 dias, a cidade de São Paulo ficou à mercê dos revolucionários, tendo o presidente Carlos de Campos abandonado o palácio dos Campos Elíseos no dia 8 de julho, fixando o núcleo de resistência nas vizinhanças do subúrbio da Penha, junto à estação de Guaiabuna (da E. F. Central do Brasil), hoje denominada *Carlos de Campos*.

O movimento repercutiu noutros Estados: em Sergipe (onde chegou a ser deposto o governador Graco Cardoso), no Pará (onde o governador Sousa Castro viu-se às voltas com a rebelião do 26.^o Batalhão de Caçadores, sediado na cidade de Belém) e no Amazonas (onde o governador Turiano Meira também chegou a ser deposto).

No dia 27 de julho, por volta de 4 horas da manhã — segundo a *Gazeta de Notícias* (31-VII-1924) —, “os sinos das igrejas, alguns apitos de fábricas do centro da cidade se fizeram ouvir, misturados com os gritos de milhares de pessoas. Eram os rebeldes que deixavam a cidade em 9 trens, levando dinheiro, metralhadoras e munição”. Tinham sido pressionados pela ação da artilharia e da aviação. As tropas do general Potiguara foram as primeiras a atingir o centro da cidade de São Paulo, logo seguidas pelo presidente do Estado e outras autoridades.

Antes disso, a 10 de julho, sob a presidência de Arnolfo Azevedo, a Câmara Federal realizara histórica sessão. Dezesseis oradores fizeram-se ouvir, apoiando a legalidade e hipotecando solidariedade ao governo e ao povo de São Paulo. Foram instantes da mais forte emoção cívica, que comoveram até às lágrimas nosso biografado. Às 17 horas, o presidente Artur Bernardes recebeu, no salão de despachos do Palácio do Catete, os membros da Mesa da Câmara e os oradores que se haviam manifestado.

Dirigindo-se ao chefe da Nação, Arnolfo Azevedo pronunciou estas palavras:

“Senhor presidente da República:

A Câmara dos Deputados do Brasil acaba de celebrar uma das mais solenes sessões de que há memória nos Anais do Parlamento brasileiro. (*Muito bem*)

V. Excia. me relevará a emoção que experimento neste instante em que tenho a honra excelsa de falar em nome da Câmara, cujos sentimentos cívicos vibraram hoje com a maior significação possível. (*Apoiados. Muito bem*)

Por unanimidade de votos, foi aprovada a moção, que me desvanço de ler a V. Excia.:

“A Câmara julga-se no dever de traduzir o sentimento geral do país, de que é reflexo e órgão, aplaudir a serena energia e imperturbável intrepidez com que, na atual emergência e em face do odioso levante de que está sendo teatro a capital do Estado de São Paulo, está agindo o eminente sr. presidente da República, e de significar-lhe a sua integral solidariedade.

Ao mesmo tempo, cumpre expressar a sua admiração pelo denodo cívico e bravura patriótica, que estão caracterizando a ação do ilustre presidente Carlos de Campos, na heróica resistência àquela rebelião, e às forças legais do Exército e da Marinha, que estão defendendo a República.”

A Câmara aprovou, igualmente por voto unânime, que se constituísse uma Comissão, composta de todos os oradores que nessa memorável sessão se manifestaram, e da Mesa, para transmitir a V. Excia. o ocorrido, fazendo-o por intermédio do deputado que ora se dirige a V. Excia., e que, embora dos mais humildes (*não apoiados gerais*), recebeu de seus

companheiros a subida distinção de presidir os trabalhos daquele ramo do Poder Legislativo.

Recordando as agruras por que, neste instante, passam brasileiros no Estado de São Paulo, V. Excia. me perdoará o desalinho das palavras com que me desempenho da incumbência a mim confiada.

De uma coisa, em todo caso, pode V. Excia. ficar certo: o mesmo patriotismo, a mesma coragem, a mesma energia com que V. Excia. está defendendo os altos e sagrados interesses da Nação brasileira (*apoiados, muito bem*), a Câmara dos Deputados e o povo do Brasil saberão ter em tôdas as horas e circunstâncias em que se tornarem necessários." (*Muito bem, muito bem. Aplausos prolongados e entusidsticos*)

A essas palavras, singelas, mas repassadas de sincera comoção, respondeu o chefe da Nação, naquela "hora de tristeza e quase desonra para a República", agradecendo o conforto moral que a moção lhe trazia e assegurando que o Govêrno sentia-se forte na defesa da legalidade.

De São Paulo, no dia 12, o presidente Carlos de Campos agradecera essa manifestação de apoio, afirmando: "Estou certo de que São Paulo prefere ver destruída a sua formosa capital, antes que destruída a legalidade no Brasil."

Também coube a Arnolfo Azevedo ser o intérprete, perante o presidente da República, de moção de solidariedade aprovada em assembléia do *Centro Paulista*, da cidade do Rio de Janeiro, então sob a presidência do senador Alfredo Ellis, e subscrita por avultado número de paulistas residentes na então capital do país.

Não tardou que começasse nosso biografado a receber mensagens telegráficas, dirigidas ao presidente da Câmara, ao chefe político, ao paulista Arnolfo Azevedo. Procediam de Belo Horizonte, do Recife, de Fortaleza, de Teresina, de cidades do interior do Estado, particularmente das localizadas no Vale do Paraíba. Organizaram-se *batalhões patrióticos*; os de Lorena, Cachoeira Paulista e Aparecida receberam o nome de *Arnolfo Azevedo*.

Pela incipiente estação rádio-emissora (naquele tempo dizia-se "estação de radiotelefonía"), localizada na Praia Vermelha, cidade do Rio de Janeiro, por volta das 9 horas da noite, de cada dia, passaram a proferir discursos patrióticos personalidades de destaque: João Luís Alves, ministro da Justiça; Félix Pacheco, das Relações Exteriores; marechal Setembrino de Carvalho, da Guerra; Miguel Calmon, da Agricultura; Francisco Sá, da Viação; deputados Herculano de Freitas, Otávio Mangabeira e Heitor de Sousa. O próprio general

Pietro Badoglio, embaixador da Itália, dirigiu mensagem aos "Italiani" de São Paulo, que o Dr. Sebastião Sampaio transmitiu pelo rádio.

Na noite de 25 de julho de 1924, foi a vez de Arnolfo Azevedo falar, "perante os brasileiros", "aos habitantes do Estado de São Paulo", sua terra.

"Terra de meus pais e de meus avós, terra de meus filhos e minha terra, a cujos destinos me prendi pelo berço e por 33 anos de serviço público, prestado com dedicação, com desinterêsse e com amor imenso, e que me faz a honra, certamente imerecida, de renovar-me o mandato, que há 22 anos ininterruptos me vem conferindo, para representá-la na Câmara dos Deputados! Terra de trabalho e de riqueza, verdadeira terra da promessa, onde a frondosa e vicejante árvore da felicidade à sua doce e confortadora sombra acolhe, dadivosa e exuberante, cinco milhões de criaturas humanas, que nela vivem, trabalham e prosperam, com a saúde da alma e a fortaleza do corpo, cultuando nobres ideais acrisolados dia a dia, hora a hora, nas lutas pacíficas pela grandeza da Pátria!"

Nesse tom exaltado, referiu-se aos Bandeirantes, a Diogo Feijó, a Bernardino de Campos, a Carlos de Campos, comunicando a seus conterrâneos que o Brasil se preparava na defesa da terra paulista e pedindo que tudo fizessem para expulsar os inimigos da lei. O sangue estava sendo derramado naquela terra de ordem e de trabalho. Era preciso que todos se unissem em torno da figura do presidente da República, formando uma inexpugnável muralha contra a desordem, para que o Brasil pudesse continuar. Caminhando contra as trincheiras rebeldes encontrava-se a Nação inteira, "vestindo a farda gloriosa do Exército e da Marinha, das Polícias estaduais e dos batalhões patrióticos", na defesa da bandeira nacional, a cuja sombra abrigavam-se 30 milhões de brasileiros. Sobre ela era preciso fazer um juramento: que ninguém mais consentisse em rebeliões armadas; que o Brasil haveria de viver, crescer e prosperar em paz, sob a égide da lei — pela grandeza da Pátria, por um Brasil indissolúvelmente unido e grande.

Esse discurso atesta muito bem o estado de espírito de Arnolfo Azevedo, que se sentia como que ferido em seu amor próprio, em sua dignidade de homem público e de parlamentar, como que envergonhado perante seus colegas de Câmara, oriundos de tôdas as regiões do país, por ver sua terra, seu Estado, envolvido num movimento revolucionário que não tinha raízes na opinião pública paulista.

No dia seguinte à fuga dos rebeldes da cidade de São Paulo, a 28 de julho, Arnolfo Azevedo e Herculano de Freitas

(êste, líder da bancada paulista na Câmara Federal) expediram um telegrama-circular aos prefeitos e chefes políticos do interior do Estado, apelando para que, em tôda parte, os amigos se reunissem com o objetivo de evitar que os revolucionários (que se encaminhavam, pelos trilhos da E. F. Sorocabana, rumo às barrancas do rio Paraná) escapassem à punição e causassem prejuízos à população. Comunicavam, ainda, que o presidente Carlos de Campos já se encontrava no centro da capital paulista, tendo as tropas legais restabelecido a ordem; e que o presidente da República era credor do apoio integral da Nação e da gratidão dos paulistas.

Reportando-se aos acontecimentos registrados no plenário da Câmara dos Deputados, naqueles dias de incerteza, o *Jornal do Brasil* observou que se assistira à "oratória elegante do sr. Otávio Mangabeira", merecedora dos maiores louvores, assim como testemunhara-se "a inteligência tão lúcida do sr. Gilberto Amado". E acrescentou:

"Havia, entretanto, um discurso que se não elogiava: era o do sr. Herculano de Freitas. A Câmara, quando o ouviu, tinha perdido o senso crítico e acompanhou com o coração as palavras do orador paulista, cujo discurso foi mais sentido do que ouvido. E o de que se falava, era daquele inesquecível momento de comoção íntima e de expansão sagrada. É que o orador, sob a angústia de sentimentos de mágoa intensa, tinha lágrimas nos olhos; é que o presidente da Câmara, deputado paulista, tinha também lágrimas nos olhos. E derredor, no recinto, que ouvira tantos discursos e tantos oradores, todos sentiam a voz prêsa na garganta.

Quando o sr. Herculano de Freitas apareceu na tribuna, os sentimentos e as expansões recalçadas vieram à tona, incoercíveis, e palmas e vivas manifestaram ao orador e a São Paulo uma solidariedade mais forte e mais íntima do que tôda aquela que se havia jurado nas palavras.

A Câmara raras vêzes terá visto momentos de tanta vibração sagrada. E é em instantes como aquêles que os céticos aprendem como o patriotismo e o civismo não são palavras vãs: elas correspondem ao que há de mais íntimo e mais sincero no espírito dos homens. Velhos sinos da cidade submersa, êles tocam a rebate nas horas sagradas."

Esse simples, mas tão bem escrito comentário de jornal dá a medida exata da atmosfera que reinava na Câmara Federal, em julho de 1924; e serve para que possamos compreender, com perfeita fidelidade, o que se passava dentro do coração de Arnolfo Azevedo.

Decorridas mais de quatro décadas após aquêles acontecimentos, o comentarista político fornece-nos uma idéia vívida e exata dos sentimentos que empolgavam os que, defendendo

a legalidade, estavam realmente convencidos de que defendiam o melhor para o país e para o povo brasileiro.

Ao realizar um estudo do tipo do que vimos tentando, torna-se indispensável procurar reviver o momento histórico. Sem a menor dúvida, o comentário citado nos leva de volta à atmosfera reinante, em grande parcela da vida nacional, naquele já remoto ano de 1924.

Sessão cívica de 15 de novembro

Restabelecida a ordem legal na capital paulista, nem por isso os adversários do presidente Artur Bernardes deram-lhe trégua. Em outubro de 1924, registrou-se a rebelião no encouraçado *São Paulo*, sob a chefia do tenente Herculino Cascardo; não tendo encontrado apoio noutras forças, o revolucionário deixou a baía de Guanabara e foi aportar em Montevideu, entregando a nossa nave de guerra às autoridades uruguaias. E não tardou que os brasileiros viessem a tomar conhecimento de que os rebeldes fugitivos de São Paulo, juntando-se a outros, partidos do Rio Grande do Sul, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes, haviam formado a chamada *Coluna Prestes*, que passou a atuar, à maneira dos modernos guerrilheiros, através dos sertões do Centro-Oeste, da região do São Francisco e do Nordeste.

A legalidade continuava ameaçada. No dia 14 de novembro de 1924, Antônio Azeredo (como vice-presidente do Senado Federal) e Arnolfo Azevedo (como presidente da Câmara dos Deputados) dirigiram a todos os congressistas o seguinte telegrama-circular:

"Julgando conveniente aos interesses nacionais que a data gloriosa da proclamação da República tenha, neste momento, uma comemoração solene, que traduza nosso amor e nossa fé inabaláveis na estabilidade e na pureza das instituições vigentes, como únicas capazes de fazer a grandeza do Brasil e a felicidade dos brasileiros, tomamos a iniciativa de convocar os nossos correligionários, membros do Senado e da Câmara dos Deputados, para uma reunião cívica no recinto da Câmara, amanhã, 15, às 13 horas, contando com o comparecimento do prezado amigo."

De fato, na tarde de 15 de novembro, reuniram-se deputados e senadores no recinto da Câmara Federal, ainda sediada no edifício da Biblioteca Nacional. E, perante êles, Arnolfo Azevedo dirigiu-se à Nação brasileira, submetendo, de início,



De partida para a Europa

Em outubro de 1924, Washington Luís (que deixara a presidência do Estado em maio) partiu para a Europa, de onde regressaria, em julho de 1925, candidato à presidência da República. Ladeiam-no os deputados Arnolfo Azevedo e Alberto Sarmento. Júlio Prestes é o primeiro à direita da fotografia.

à consideração daquela assembléia de congressistas uma *proclamação* ao povo brasileiro, devida “ao talento de escol e à pena brilhante do eminente deputado Otávio Mangabeira” e assim concebida:

“Senadores e deputados, no exercício do nobre mandato de representantes da Nação, não podemos ser indiferentes à situação do país, no atual delicado período de sua História política.

Se lícito nos fôsse, aos hinos da grande festa nacional, com que hoje, mais uma vez, se comemora o aniversário da fundação da República, dirigir a exortação do nosso patriotismo ao Povo Brasileiro, fallo-famos no alto propósito de procurar avivar, em todos os espíritos, ainda os mais exaltados pelas paixões do momento, a compreensão de que o Brasil não será feliz sem a ordem, que, entretanto, é, por sua natureza, incompatível com a ilegalidade, irreconciliável com a anarquia, infensa a todos os atos que não tenham na lei seu fundamento ou que ousem ofender, de qualquer forma, o pleno império da lei: *sub lege, libertas*.

Dia Santo da Pátria, é oportuno que cada cidadão dobre os joelhos ante os seus altares; e, revigorando a consciência para todos os embates que o civismo nos imponha, se constitua um defensor impertérrito da legalidade constitucional, em tórno do poder constituído, pela subsistência, pela glória, pela dignidade do regime, que vem fazendo, há 35 anos, o progresso e a grandeza da Nação.

Só assim teremos hourado a memória dos que nos legaram as tradições do 15 de novembro, tradições em cujo nome, como delegados da Nação, nos animamos a dirigir este apêlo a todos os brasileiros, em um brado de amor à Pátria e de fidelidade à República."

Uma entusiástica salva de palmas reboou no recinto da Câmara, manifestando os aplausos dos congressistas a essa proclamação.

Arnolfo Azevedo prosseguiu na tribuna, exaltado e vibrante, refletindo o tumultuar de seus sentimentos e o civismo que a todos empolgava:

"Srs. senadores e srs. deputados brasileiros.

Sim! *Sub lege, libertas!* Sob o império da lei, a liberdade! Sim! Não há liberdade fora da lei!

Se há país no mundo onde esta verdade universal exista, sem contraste e sem sombra de dúvida, é o nosso, pois nenhum outro goza de instituições mais liberais e de mais amplas e mais sólidas liberdades civis e políticas, particulares e públicas. Desde a liberdade de locomoção até a liberdade de crenças, desde a liberdade profissional até a liberdade política tôdas se revestem de tais e tão grandes garantias legais e constitucionais, que bem podemos afirmar, perante os outros povos da terra, que nesta incomparável e extraordinária Pátria brasileira só não é livre quem não quer, só perecerá a liberdade no dia em que se proclamar a derrocada completa da lei. Mas êsse dia não chegará nunca, porque, dentro das instituições constitucionais, dentro de nossas leis, há lugar para tôdas as legítimas e nobres aspirações do povo e não é necessário subvertê-las nem destruí-las para realizar a felicidade nacional."

Em sua opinião, o bem-estar coletivo podia ser atingido com o exato cumprimento da Constituição e das leis da República, compromisso de honra contraído por todos os brasileiros, através de seus representantes, no dia 24 de fevereiro de 1891. Todos os congressistas ali presentes também haviam assumido idêntico compromisso, da mesma forma que o chefe da Nação, as fôrças de terra e mar, o funcionalismo público. Ligados pelos laços do patriotismo e da honra, da lealdade e do civismo, solidários estavam os poderes públicos com o povo brasileiro, assim como estava o povo, por tôdas as suas classes, com os poderes constituídos. O desrespeito à Lei Magna constituía uma traição à Pátria. Como admitir, sem ofendê-la, a guerra civil, a guerra de brasileiros contra brasileiros?

"Uma Constituição pacifista, que dá remédios suaves às contendas com outras nações, não pode permitir que haja guerra dentro da própria Nação por falta de recursos menos violentos. Dentro dela existem as soluções razoáveis para quaisquer dissídios, por processos legais. Até sua própria reforma ela permite e assegura à maioria da Nação, pelos meios que estabelece. Mas o que, de todo em todo, está fora dos seus termos e não cabe no regime democrático é que as minorias vencidas não se conformem com a derrota e queiram impor sua vontade à maioria.

Numa organização liberal, como a nossa, as minorias só vencem pela propaganda de suas idéias e exposição de suas aspirações, porque, se eloquentes e persuasivas, conquistam novos adeptos e se transformam em maioria.

Esse esforço é nobre e é legítimo, exerce-se dentro da lei e da ordem, seus triunfos não terão limites."

Assim sendo, por que lançar o país na intranquillidade e na desordem? Constituía um dever de todos os brasileiros oferecerem uma barreira ao surto de anarquia, que se alastrava em manifestações de violência. O Brasil necessitava de paz, ordem e tranquillidade para poder cumprir seus altos destinos. Tais anseios podiam ser conquistados e perpetuados pelos próprios brasileiros, bastando que cada um cumprisse seu dever de cidadão, observando as leis, subjugando suas paixões, agindo com bom senso.

Os constituintes de 1891 não haviam previsto a possibilidade das soluções pela violência, pois nos haviam dado modelar organização política, destinada a um meio da mais alta elevação moral. Cumpria fazer a pregação do civismo por toda parte, "nas ruas, nos lares, nos campos, nas cidades".

E assim terminou Arnolfo Azevedo seu inflamado discurso, naquela histórica tarde de 15 de novembro de 1924:

"Que cada homem seja um brasileiro, que cada brasileiro seja um cidadão da República, que cada cidadão seja um defensor da ordem e da lei, sem armas ou de armas na mão, mas ardente patriota, alentado pela convicção de que é preciso pôr um termo à desordem que está fazendo a desgraça do Brasil, a desonra da Pátria, a miséria da Nação.

Senhores senadores e senhores deputados:

Os brasileiros hão de ouvir a voz de seus representantes neste apêlo que lhes fazemos do mais íntimo de nossos corações amargurados; e sua eloquente resposta chegará neste mesmo sagrado minuto, que será o último de nossas amarguras, porque vai ser o primeiro eco de um brado uníssono a repercutir por todos os cantos do Brasil:

Viva a República Constitucional!"

O Palácio Tiradentes em construção

Enquanto êsses e tantos outros fatos enchem a vida pública de Arnolfo Azevedo, prosseguia a construção do palácio destinado a ser a sede definitiva da Câmara dos Deputados e cuja pedra fundamental fôra solenemente lançada em junho de 1922.

Dispondo de um crédito inicial de 6.000 contos de réis, a Mesa adotara o projeto de autoria dos engenheiros arquitetos Arquimedes Memória e F. Cuchet, integrantes do escritório técnico Heitor de Melo, vindo a caber a construção do edifício, mediante concorrência pública, ao escritório de engenharia F. Lopes de Assis Silva & Cia. Em setembro de 1923, a administração e fiscalização da obra passaram a ser feitas diretamente pela Mesa da Câmara, a qual delegou ao presidente os necessários poderes para representá-la e agir em seu nome.

Assumindo tal responsabilidade e não sendo nem engenheiro nem contador, Arnolfo Azevedo escolheu (com aprovação da Mesa) duas pessoas da mais absoluta confiança para auxiliá-lo naquela tarefa: o engenheiro militar capitão Dr. Lindolfo Ferreira de Freitas, requisitado ao ministério da Guerra, para ser o fiscal e diretor técnico-administrativo da construção; e o sr. Antônio Maia Santos, auxiliar de engenheiro do Ministério do Interior e Justiça, como auxiliar da fiscalização.

Desejoso de reduzir ao mínimo possível o custo da obra, dirigiu-se o presidente da Câmara aos presidentes ou governadores dos Estados e ao prefeito do Distrito Federal, solicitando uma colaboração qualquer, de molde a que tôdas as unidades da Federação viessem a contribuir para a nova casa que haveria de abrigar seus representantes. No officio-circular, então enviado por Arnolfo Azevedo, figura êste trecho:

“A Constituição republicana quis que a Câmara dos Deputados, pela representação proporcional dos habitantes do país, fôsse a própria Nação reunida na seleção de seus mandatários; a colaboração de todos os Estados, com seus materiais característicos e produtos respectivos, na construção da casa onde se abrigará permanentemente a própria Nação em miniatura, quer significar que tôdas as parcelas e recantos do vasto território nacional também se reúnem e se integralizam, se resumem e se concentram para formar o palácio que tem de recebê-la; assim, mais nitidamente se traduz o pensamento do legislador constituinte, pois daremos à Câmara dos Deputados, que é a Nação inteira, uma grande sede, que será o Brasil integral.”

EMPRESA DA GRAFIA

CAMARA DOS DEPUTADOS EM CONSTRUCCAO



NATAL MCMXXIII



DO BRASIL



ESTADOS UNIDOS

O apêlo não ficou sem resposta: a atual Guanabara forneceu pedras de cantaria, representadas por seus granitos e gnaisses; o Rio de Janeiro enviou mármore; Minas Gerais, as areias coloridas que passaram a revestir externamente o palácio; o Rio Grande do Norte, toneladas de gesso; Pernambuco encarregou-se da pavimentação interna, fornecendo os parquetes; São Paulo doou todo o mobiliário do recinto das sessões, Minas Gerais o das salas da Presidência, Rio Grande do Sul o da sala da comissão de Finanças, Paraná o da sala da comissão de Agricultura, a Bahia o mobiliário dos salões nobres, Alagoas o das salas da Secretaria, Santa Catarina um sofá e quatro poltronas de couro. Os donativos em materiais e mobiliário ascenderam a quantia superior a 940 contos de réis, cabendo só a São Paulo uma parcela superior a 586 contos e a Minas Gerais outra de mais de 198 contos. Mas também houve doações em dinheiro, num montante de 662 contos, fornecidas pela Bahia (150 contos), Minas Gerais (mais de 114 contos), Distrito Federal (100 contos), Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba, Pará, Alagoas e Sergipe (4).

No dia 2 de dezembro de 1924, o *Rio-Jornal* observou que:

“O custo da construção do novo palácio da Câmara está ficando aquém das previsões. O fato, que é raro em obras particulares, sobe de importância em se tratando de serviço público. Em tais casos, a morosidade nos pagamentos, dadas as dificuldades dos processos e de todas as formalidades legais, elevam ao dobro, no mínimo, qualquer despesa do Tesouro Nacional.

O milagre operado pelo sr. Arnolfo Azevedo tem explicação, porém, não só no pronto pagamento das contas, como em outras providências pessoalmente tomadas pelo presidente daquela casa do Congresso, inclusive uma severa vigilância na utilização do material.”

Assim foi-se processando a construção do futuro Palácio Tiradentes, que Arnolfo Azevedo visitava diariamente e que teve a ventura de ver inaugurado em maio de 1926.

O político, “êsse desconhecido”...

Não pode ser considerado uma simples coincidência o fato de vários membros da Mesa da Câmara Federal, durante a presidência de Arnolfo Azevedo e mesmo quando já se encon-

(4) Cf. AZEVEDO (Arnolfo Rodrigues de) — *Memória histórica e descritiva do Palácio da Câmara dos Deputados*, no vol. I do *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados* (1826-1926), Empresa Brasil Editora, Rio de Janeiro, 1926.

trava no Senado, passarem a ocupar importantes postos na administração: José Augusto tornou-se governador do Rio Grande do Norte; Costa Rêgo, governador de Alagoas; Dionísio Bentes e Eurico Vale, governadores do Pará; Otávio Mangabeira, ministro das Relações Exteriores; Hugo Carneiro, governador do Acre.

No dia 28 de dezembro de 1924, realizou-se um banquete em homenagem ao Dr. Dionísio Ausier Bentes, governador eleito do Pará, cabendo ao presidente da Câmara fazer o brinde de honra ao chefe da Nação.

Depois de prestar suas homenagens ao antigo vice-presidente da Câmara, eleito sem competidor para a governança do Pará, falou como político aos políticos ali reunidos.

Não faltaria quem argüísse de suspeito o homem político que se abalançasse a falar de homens políticos. Em sua opinião, não teria razão a crítica, porque quem vê de fora o mundo político, não dispõe de elementos para um julgamento preciso; julga pelas aparências e estas, quase sempre, enganam, ora para bem, ora para mal. O govêrno dos povos exige uma longa experiência, que só se adquire com um largo tirocínio no trato dos negócios públicos, de que decorria a pecha de político profissional, "atirada a todos os homens públicos — ainda quando vivam dos próprios recursos, colhidos honestamente no trato de outras profissões, ou quando, prejudicando, por escrúpulos exagerados, êsses interêsses materiais, se restrinjam a viver licitamente dos parques subsídios das funções políticas".

Por ser um homem *público*, o político pertence a todos. Dêle se exige o que dos outros homens não se exige; vive sob uma crítica severa e incessante; sôbre êle, não existe uma opinião, mas muitas opiniões. O homem político passa a constituir um ser à parte: quando está no govêrno, a crítica cobre-o de defeitos e despe-o de suas qualidades morais; quando deixa a vida pública, só então se lhe faz a justiça devida. Em conclusão: os que olham os políticos de longe só os vêem, como realmente são na vida pública, depois que deixam de ser homens públicos...

Conceitos como êsses ou semelhantes haviam sido externados num livro recente, de autoria de LOUIS BARTHOU — *Le politique*.

Qual a causa dêsse estado de espírito reinante?

Ela só poderia ser encontrada no imperfeito conhecimento do manejo dos negócios públicos por parte dos críticos e, con-

seqüentemente, no desconhecimento das dificuldades, das circunstâncias especiais, do imprevisto e do imprevisível, das mil e uma razões que influem nas resoluções a tomar.

"Julgar que quem governa faz tudo quanto quer é grave erro, mesmo no nosso regime presidencial, em que a soma dos poderes que cabe ao chefe da Nação é mais vultosa que a dos outros chefes constitucionais. Quase nunca, no governo, se faz metade do que se pretende ou se deseja; só se faz o que se pode; e, do que se pode, é bom governo aquêle que faz só o que deve."

Dai o mau vézo de censurar os governos pelo que não fazem, acusando-os de prejudicar o povo. Todavia, seria possível admitir que um homem público fizesse ou deixasse de fazer algo, só pelo gosto de prejudicar o povo em seus direitos e interesses? Seria desumano; e "os que governam também são homens de sentimentos morais e cívicos".

Como outros governantes, também o presidente da República vinha sofrendo essas mesmas críticas, apesar da enorme soma de energias morais que vinha despendendo para desempenhar com honra seu mandato. No caso, não seria simples figura de retórica a velha imagem da nau do Estado com mão firme ao leme, tamanhas as dificuldades que vinha encontrando e ia vencendo, serenamente. Os brasileiros, reconhecidos, haveriam de agradecer-lhe, um dia, os inestimáveis serviços que vinha prestando à Nação, ao sufocar os surtos de desordem e caudilhagem.

Um político falara de políticos a um grupo de políticos.

No dia de São Silvestre

A 31 de dezembro de 1924, à tarde, realizou-se a última reunião da primeira sessão legislativa da 12.^a legislatura da Câmara dos Deputados. Na presidência, Arnolfo Azevedo anunciou que iria encerrar os trabalhos.

Pediu, então, a palavra o deputado Antônio Carlos, da bancada de Minas Gerais e líder da maioria:

"O sr. ANTÔNIO CARLOS (*Movimento de atenção*) — Senhor presidente: estamos a encerrar os nossos trabalhos parlamentares do corrente ano. A maioria da Casa, por meu intermédio, considera de seu dever propor que, na ata de hoje, fique constatado o nosso agradecimento e, ao mesmo tempo, a nossa admiração diante do modo por que procedeu a Mesa dire-

tora de nossos serviços; e, nessa admiração, tenha o devido destaque a personalidade de V. Excia. (*Muito bem*)...

O sr. HENRIQUE DODSWORTH — Homenagem a que me associo com todo o prazer.

O sr. ADOLFO BERGAMINI — Eu, do mesmo modo.

O sr. ANTONIO CARLOS — ... personalidade essa que se tem impôsto, não apenas à admiração da Câmara dos senhores deputados, mas de tôda a Nação brasileira (*muito bem*), pelos seus notáveis atributos morais, pela sua grande capacidade, pelo seu extraordinário patriotismo, pôsto à prova inúmeras vêzes na direção dos trabalhos da Câmara; o que tudo faz com que o nome de V. Excia. seja inscrito entre os dos mais notáveis brasileiros da atualidade." (*Muito bem, muito bem. Palmas no recinto*)

Um ano político, convulsionado por graves acontecimentos, chegava a seu fim. Maioria e minoria, unidas mais uma vez, prestavam suas homenagens ao presidente da Câmara, que a palavra autorizada do líder mineiro apontava como um dos mais notáveis brasileiros daquela época.

Arnolfo Azevedo atingira o ápice de sua carreira política.

A sessão legislativa de 1925

Inicia-se nova sessão legislativa. Enfrentando os deputados opositoristas. Washington Luís, candidato à presidência da República. Assuntos diversos. Encerra-se a sessão legislativa.

Inicia-se nova sessão legislativa

No dia 3 de maio de 1925, reabriu-se o Congresso Nacional e uma nova sessão legislativa teve início.

A reeleição de Arnolfo Azevedo para a presidência da Câmara era ponto pacífico, como teve ocasião de ressaltar o *Jornal do Brasil*:

“Na Câmara, o sr. Arnolfo Azevedo será mantido na presidência; e a justiça, que imparcialidade costumamos fazer nesta fôlha aos homens públicos do país, manda que reconheçamos a imparcialidade e a elevação e seriedade com que S. Excia. exerce essas funções, cercado do respeito e da consideração de seus pares.”

E assim, realmente, aconteceu. Presentes 114 deputados, procedeu-se à eleição e nosso biografado recebeu 106 votos; além de seu próprio voto discrepante, sete outros lhe foram contrários.

No dia 8 de maio, Arnolfo Azevedo retomou, pela quinta vez, a direção da Câmara Federal, pronunciando um curto discurso.

Depois de agradecer a renovada prova de confiança recebida, reafirmou que manteria a mesma linha de conduta que vinha seguindo desde 1921. Grande quantidade de assuntos e problemas desafiavam a atenção e a capacidade de seus colegas; cumpria não descuidar deles, “quer retomando os que vêm de sessões anteriores, quer abordando os que novas necessidades impõem”.



Arnolfo Azevedo em 1925

Graças à ação do govêrno, a ordem pública vinha sendo assegurada e, com ela, garantida a estabilidade das instituições. Forçoso era que, ao presidente da República, prestassem apoio e solidariedade as classes conservadoras, o povo ordeiro e os podêres constituídos, para que não se dissolvessem, envolvidas pela anarquia, os aparelhos de nossa organização política e as energias da Nação.

"Que neste recinto, onde se reúnem os diretos representantes dêsse povo ativo, generoso e bom, só tenham eco as legítimas reivindicações de direitos e liberdades com assento seguro na lei e no bem público; que dêle sejam banidos os propósitos e intúitos subversivos da ordem constitucional; que nêle não tenham ingresso paixões malsãs e interêsses subalternos; que, em todos os debates, imperem sempre a cordialidade e o respeito mútuo — são os votos que, de todo coração, formulo, neste momento em que vos dirijo a palavra de meu agradecimento, com emoção viva e sincera."

Prometeu que tudo faria para que os trabalhos fôssem eficientes e proveitosos aos interêsses da Nação, esperando que não lhe faltasse a indispensável colaboração de seus pares para a boa ordem, a solenidade e a formação de um ambiente de constante elevação moral,

"porque não é da autoridade, em que por benevolência vossa me acho investido, mas de vossa própria autoridade individual e coletiva, que depende o fiel desempenho dos deveres de nosso mandato de representantes desta grande Nação, regida por uma Constituição e por leis sábias, que precisamos, com perfeita lealdade, respeitar e cumprir, para que também fielmente as cumpram e respeitem aquêles que as recebem do poder de fazê-las, que nos foi outorgado."

E assim terminou seu discurso:

"Vamos, pois, trabalhar, nobres senhores deputados, pela grandeza do Brasil e pela prosperidade da Nação, pondo a seu serviço, sem desfalecimentos, tôdas as energias de nosso patriotismo, tôda a sinceridade de nosso devotamento, tôda a abnegação do nosso desinterêsse, com verdadeiro espírito de sacrifício pela Pátria e pela República, para honra e felicidade do povo que representamos e para nossa própria honra pessoal."

Não eram palavras vãs. Arnolfo Azevedo realmente as sentia no fundo de seu coração.

Comentando êsse discurso, acentuou *O Pats* (9-V-1925) que se tornara um preconceito, entre os melhores oradores do Parlamento brasileiro, que um bom discurso deveria ser longo. Todavia, Arnolfo Azevedo representava uma exceção à vulga-

ridade dessa regra; poucos tinham, como êle, o senso da medida, abordando temas principais, sem diluir-se em divagações. E concluiu o comentário: "A Câmara, que tão calorosamente aplaudiu as palavras de seu ilustre presidente, precisa sôbre elas meditar."

De sua parte, o *Rio-Jornal* observou:

"A sinceridade do seu empenho em melhorar e fortalecer o conceito em que é tido o Poder Legislativo é tão evidente, que os próprios adversários da situação que S. Excia. representa, o reconhecem em constantes declarações públicamente feitas. O recinto da Câmara, desde o começo de sua direção, adquiriu ordem e disciplina, sendo observadas nos debates e votações as menores disposições da lei interna.

Dignificando por essa forma as funções do cargo, o sr Arnolfo Azevedo, que, aliás, apresentara ao obter os sufrágios de seus colegas de representação excelentes credenciais, inclusive as de presidente da comissão de Constituição e Justiça (?) e vice-presidente da própria Câmara, subiu cada vez mais no conceito dos mesmos e do país, de cuja política é hoje uma figura de brilhante destaque e honrosa posição."

Até mesmo na terra do deputado Antônio Carlos, a notícia da reeleição de Arnolfo Azevedo repercutiu bem: muito encomiásticas foram as referências feitas pelo *Jornal de Barbacena*.

Enfrentando os deputados opositoristas

A oposição, na Câmara Federal, não se caracterizava pelo número de deputados, mas pela veemência e pelo brilho de alguns de seus representantes, sempre presentes na tribuna, a levantar questões-de-ordem e a combater implacavelmente o governo do Dr. Artur Bernardes.

Fôra assim na legislatura de 1921-23, através de vozes como as dos deputados Otávio Rocha, Gonçalves Maia, Sousa Filho e Maurício de Medeiros, notadamente. Foi assim na 12.^a legislatura, em que se destacaram, sob a liderança do deputado Plínio Casado, figuras como as de Azevedo Lima, Adolfo Bergamini e Batista Luzardo, entre outras.

No próprio mês de maio de 1925 e, também, durante o mês de junho, os debates se tornaram bastante agitados, graças a essa pequena, mas atuante minoria, pondo à prova a posição de magistrado, em que Arnolfo Azevedo fazia questão absoluta

(1) Neste ponto, o comentarista cometeu um equívoco.

de se manter. Considerava-se êle o presidente de todos os deputados e, não, o representante da maioria. Era uma tarefa árdua.

Uma das questões que mais deram trabalho à presidência da Câmara foi a referente às *publicações de documentos nos Anais*. Em meados de maio, occupou a tribuna o deputado Azevedo Lima, da bancada carioca, que transmitiu à Casa um manifesto subscrito pelo general Isidoro Dias Lopes, o chefe da malograda rebelião irrompida na cidade de São Paulo. O documento era vazado em linguagem violenta e concitava militares e civis à revolução. Deveria ou não constar dos *Anais do Congresso*?

A situação era delicada, porque fazia parte de um discurso pronunciado por um deputado e, por isso mesmo, seria publicado no *Diário do Congresso Nacional*. Diante do fato, reuniu-se a Mesa da Câmara e deliberou excluir dos *Anais* aquêle documento e outros do mesmo tipo.

Coube a Arnolfo Azevedo justificar a medida:

“Pelos têrmos em que está redigido, frisantemente injuriosos aos poderes constituídos da Nação; pela sua procedência, de autoria de um oficial rebelde, que perante a Justiça federal responde a processo por crimes cometidos e que persevera em cometer; pelo seu alcance, procurando aliciar militares e civis à prática dos mesmos e de outros crimes — não pode a Mesa assumir a responsabilidade de lhe dar publicidade no órgão oficial de nossos trabalhos, sem faltar aos deveres de direção que lhe são próprios e que lhe impõem a fiel observância da Constituição, das leis da República e do Regimento.”

Lembrou aos deputados que, por simples tolerância ou liberalidade, vinha sendo permitida a leitura de documentos trazidos à Câmara e que passavam a constar dos *Anais*. Tratava-se de uma praxe destinada a abreviar, com o assentimento tácito da Casa, os processos de publicidade, sem as exigências regimentais; mas tal costume só poderia prevalecer enquanto não trouxesse inconvenientes de monta, sem falar nas despesas com a impressão. Verificado, porém, que essa tolerância vinha acarretando abusos, a Mesa passaria a cumprir com rigor o Regimento Interno: daí por diante, a publicação de documentos não-oficiais só poderia ser feita através de requerimento escrito dirigido à Mesa, a qual o submeteria à discussão do plenário, dependendo sua aprovação da presença de, no mínimo, 107 deputados.

Como bem se pode imaginar, foi uma gritaria geral da parte dos membros da opposição, na Câmara e na imprensa.

Naturalmente, os jornais governistas apoiaram firmemente a resolução da Mesa, acentuando que, com ela, passava-se a coibir os abusos da oposição, punha-se “um dique às ondas do ódio” e evitava-se que fôsem publicadas “injúrias pelo próprio injuriado”, defendendo-se o “decôro do Congresso”. O assunto foi objeto de largas considerações, na imprensa da época.

Os deputados oposicionistas apelaram para a comissão de Constituição e Justiça. E, depois, lançaram mão de um estratagemas: passaram a entregar os documentos ao senador Barbosa Lima, também da oposição, que os lia da tribuna do Senado, onde o vice-presidente Antônio Azeredo era mais liberal e condescendente... Mas essa alegria foi de curta duração, porque no Senado Federal também veio a ser adotada idêntica medida.

Passou-se a cumprir o determinado pelo Regimento Interno. Mas não tardou que outro problema aparecesse: documentos que, com aprovação do plenário da Câmara, eram estampados no *Diário do Congresso*, viram-se impedidos de divulgação na imprensa comum, por ordem da *censura* do governo. Não nos esqueçamos que se vivia sob o estado de sítio e que os censores governamentais estavam em seus postos.

Nova gritaria da oposição, que passou a exigir da Mesa providências contra o fato, esquecida de que os censores eram agentes do Poder Executivo e seu procedimento ou seus abusos escapavam à ação da presidência da Câmara.

O porta-voz dos protestos da minoria, neste particular, foi o deputado Batista Luzardo, da bancada gaúcha, que — no dizer de *O País* — falou da tribuna “com a sua habitual veemência, com o seu fôlego notável e também com a sua não menos notável pobreza de vocabulário parlamentar”... Não é preciso esclarecer que aquêlê jornal pertencia ao situacionismo.

Na sessão de 5 de junho de 1925, o presidente da Câmara deu a seus pares amplas explicações da atitude da Mesa e defendeu-se das acusações de que fôra vítima — a de que não estava cumprindo com seus deveres, na direção dos trabalhos da Casa. E replicou, enérgico:

“Não posso aceitar a acusação.

Quase cinco anos de exercício assíduo e constante dêste cargo no qual me esforço por ser um magistrado (*apoiados, muito bem*), onde nunca fiz uso de diretos senão forçado pelo estrito cumprimento de deveres im-

periosos, me dão a força moral necessária para pedir dos meus colegas a justiça e a imparcialidade no julgamento dos meus atos, o respeito e a cortesia nas referências à minha conduta. (*Muito bem*)

Neste recinto e nas relações pessoais com o srs. deputados, não sei distinguir entre adversários e correligionários (*muito bem*), deixando mesmo de apurar minudências no trato, para que ninguém veja qualquer diferença simpática ou antipática, a respeito de uns contra outros, por parte do presidente da Câmara. A tal propósito desafio contestações fundadas, tal a convicção em que estou de vir mantendo, sem discrepância, essa norma imparcial e reta de proceder.

Na direção dos trabalhos da Câmara, tôda a Mesa é solidária e cada um de nós exerce as funções especiais do seu cargo, sabendo que tem o apoio dos outros, porque todos se empenham no decidido esforço de cumprir rigorosamente e dignamente seus deveres." (*Apoiados*)

Lembrou, em seguida, que só devia assinar a correspondência destinada ao presidente da República e às assembléias estrangeiras. A direção e inspeção dos serviços da Secretaria, o recebimento e a expedição de correspondência oficial da Câmara (inclusive para a Imprensa Nacional) eram da competência exclusiva do 1.º secretário da Mesa.

Via-se acusado de faltar com seus deveres, porque os jornais publicavam discursos dos deputados da maioria sem o visto da Mesa e não publicavam os da minoria, mesmo quando publicados no *Diário do Congresso*. Ora, no Regimento Interno, não existia nenhum dispositivo que atribuísse à presidência da Câmara a faculdade de regular o procedimento dos censores policiais ou de medir as preferências dos diretores de jornais.

Acusavam-no de utilizar o sistema de dois pesos e duas medidas, por não defender as prerrogativas dos deputados reclamantes. Seria justa a acusação se a Mesa liberasse documentos em favor da maioria e não fizesse o mesmo em relação aos da minoria. Mas isto não havia nunca acontecido.

A publicação de discursos na imprensa comum não era uma prerrogativa dos deputados. O Regimento era taxativo: a inviolabilidade do mandato não se estendia às palavras que o deputado proferisse, ainda mesmo em sessão, desde que elas não se ligassem ao exercício do mandato e nenhuma relação tivessem com êste; e mais: não se consideravam inerentes ao exercício do mandato as publicações e transcrições feitas individualmente pelo deputado, salvo se o fizesse fora do órgão oficial da Câmara, qualquer que fôsse seu assunto.

Acentuou que as imunidades parlamentares representavam um privilégio e, como tal, deviam ser entendidas restritamente.



Arnolfo Azevedo visto por Belmonte

A caricatura traz a seguinte legenda: "A "esquerda" — Então, seu Arnolfo, meus discursos não serão publicados? Arnolfo — Eu não ouço dêste ouvido. Passe para o outro lado..." (Fôlha da Manhã, São Paulo, 2 de julho de 1925).

te. Quem as regulava era o Regimento Interno; e nêle não figurava nenhuma referência a publicações fora do órgão oficial. Todavia, reclamavam-se providências da Mesa e desejavam que o presidente da Câmara exorbitasse de suas funções, pleiteando alhures e fora das normas regimentais direitos individuais dos deputados.

Os deputados da oposição enganavam-se ao supor que a Mesa ou o presidente da Câmara tinham receio do parecer da comissão de Constituição e Justiça; muito pelo contrário, todos estavam ansiosos por uma solução que viesse pôr a salvo a dignidade da Casa.

E assim concluiu:

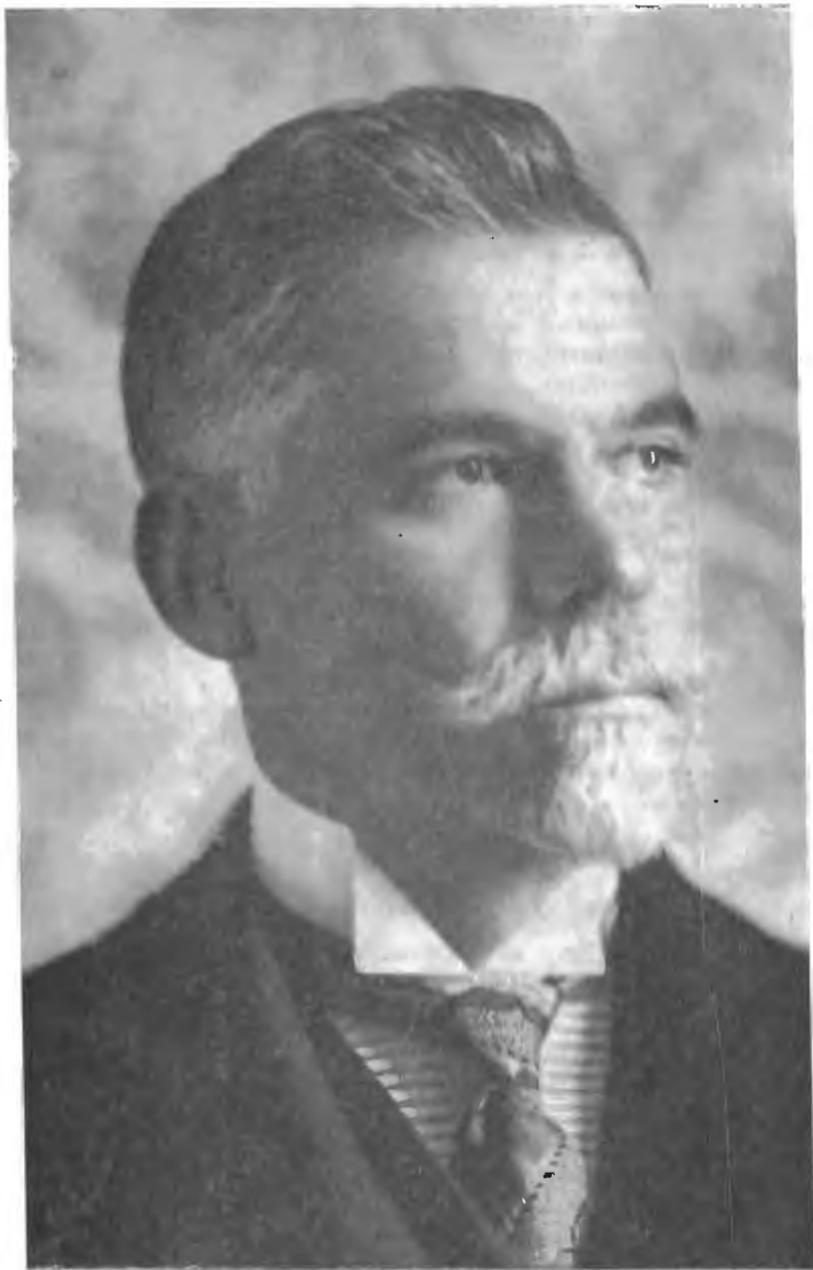
“Que os nobres deputados da minoria examinem com severidade, mas com justiça e sem paixão a conduta dos que têm a honra imerecida de dirigir os trabalhos da Câmara, para que a serenidade não deserte do recinto de nossas deliberações e possamos ver devidamente avaliados e reconhecidos por todo os bons espíritos, patriotas e justos, os serviços que prestamos ao país no desempenho de nossos mandatos de representantes da Nação.”

Estava encerrado o assunto. Aos deputados da oposição não restava outra alternativa senão criticar o governo e seus agentes da censura policial. A atitude da Mesa da Câmara era inatacável.

Washington Luís, candidato à presidência da República

De início, tudo parecia indicar que a sucessão do Dr. Artur Bernardes correria sem maiores obstáculos: em retribuição ao decidido apoio que lhe dera o então presidente de São Paulo, em 1922, nada mais natural que seu sucessor fôsse o Dr. Washington Luís Pereira de Sousa. Cumprir-se-ia normalmente a fórmula do chamado *café-com-leite*: a um político paulista deveria caber a presidência da República no quadriênio de 1926-30; e nenhum outro nome poderia fazer sombra ao “paulista de Macaé”.

Mas surgiram dificuldades. Desentenderam-se com o chefe da Nação os paulistas que com êle colaboravam no campo financeiro: Sampaio Vidal, no ministério da Fazenda; Cincinato



Washington Luís

Já escolhido como candidato à presidência da República, o ex-presidente do Estado e então senador por São Paulo ofereceu esta fotografia (autografando-a) a Arnolfo Azevedo, em 1925,

Braga, na presidência do Banco do Brasil. E ambos acabaram por se demitir. A situação ficou tensa.

De outra parte, o inesperado falecimento do Dr. Raul Soares em fins de julho de 1924 (para alguns, a revolução em São Paulo concorrera para abreviar-lhe a existência), elevara à presidência de Minas Gerais um político nôvo e com grandes ambições — o Dr. Fernando de Melo Viana, que não tardou a aparecer como um provável candidato.

Os admiradores de Washington Luís movimentaram-se em defesa de sua candidatura; e, à frente dêles, sem a menor dúvida, encontrava-se Arnolfo Azevedo, que logo se transformou em seu “grande eleitor”, convencido que estava que a São Paulo deveria caber a presidência da República e o homem talhado para exercê-la, naquela emergência, não poderia deixar de ser o ex-presidente de São Paulo.

Anos depois, na seção intitulada “Politic’Ações”, o comentarista de *O Malho*, na edição de 29 de janeiro de 1927, recordou a atuação de nosso biografado nessa emergência. O presidente Melo Viana dava, a muitos, a impressão de que estava disposto a vetar a candidatura de Washington Luís. Arnolfo Azevedo ter-se-ia desdobrado em sua atividade política: chegava a seu gabinete muito antes das horas do costume e “ficava, dia e noite, a converter dúvidas, a animar os tímidos e a robustecer as dedicações”. E acrescentou:

“Ausente na Europa, o candidato à sucessão do sr. Artur Bernardes não teve, a não ser na pessoa do chefe de Estado, qualquer outro paladino que se avantajasse ao sr. Arnolfo Azevedo, na decisão com que lhe apoiou o nome, nem na atividade em que se desdobrou para mantê-lo vitorioso na refrega em perspectiva!”

Assim aconteceu de fato. E se necessário fôsse aduzir alguma prova a mais, bastaria citar dois testemunhos, ambos prestados no momento em que se tornara uma realidade a eleição de Washington Luís.

No dia 4 de março de 1926, de Fortaleza, o deputado Hermenegildo Firmeza enviou a Arnolfo Azevedo o seguinte telegrama:

“Dr. Washington Luís recebeu sufrágios unânimes dêste Estado. Congratulo-me com o eminente amigo pela eleição dêsse grande brasileiro, de cuja candidatura foi V. Excia. incansável propugnador.”

Mais expressivo foi o telegrama expedido de Taubaté, no próprio dia das eleições, 1.º de março de 1926:

"A ninguém mais do que ao meu amigo devem ser apresentadas felicitações pela eleição do Dr. Washington para a presidência da República. Acompanhei a sua interferência na fase delicada em que se preparou essa candidatura e devo, em consciência, confessar que a sua ação foi a mais eficaz para garantir a solução que hoje vai ser consagrada nas urnas. Aceite, pois, o meu apertado abraço, as mais efusivas congratulações pelo triunfo da causa pela qual V. tudo fêz. Cordiais saudações. — Deputado *Valois de Castro*."

Quando, em fins de julho de 1925, Washington Luís regressou da Europa, tôdas as dificuldades haviam sido aplaidadas. E outra boa notícia o aguardava: iria representar São Paulo no Senado Federal, na vaga aberta, um mês antes, com o falecimento do senador Alfredo Ellis. Seria, apenas, um "compasso de espera"... e, na verdade, praticamente não exerceu o mandato para o qual veio, de fato, a ser eleito.

Evitando as críticas formuladas por Nilo Peçanha quando, em 1921, repudiou a Convenção constituída por congressistas, os líderes da política nacional haviam descoberto uma nova fórmula: na *Convenção Nacional*, destinada à ratificação dos nomes dos candidatos às futuras presidência e vice-presidência da República, cada Estado seria representado por três delegados, escolhidos êstes por uma *Convenção das Municipalidades*, na qual far-se-iam representar todos os municípios. Era uma inovação salutar.

Certa dificuldade apresentou o problema da vice-presidência da República: os políticos paulistas julgavam que o pôsto deveria caber a Minas Gerais; mas o presidente Melo Viana, o mais credenciado dos políticos mineiros, não demonstrava grandes desejos de figurar na chapa... bem se sabia porque. Chegara a conceder entrevistas favoráveis à anistia aos revolucionários, de que os deputados oposicionistas logo se aproveitaram, fazendo-as transcrever no *Diário do Congresso*, evidentemente desejoso de atrair as simpatias dos que discordavam da situação dominante. Todavia, o presidente Artur Bernardes prontamente "cortara-lhe as asas"... e acabou aceitando, mesmo a vice-presidência da República no futuro quadriênio, ficando desde logo assentado que, para o Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, iria o deputado Antônio Carlos.

O eixo político São Paulo-Minas Gerais permanecia intacto. E, na *Convenção Nacional*, reunida na cidade do Rio de Janeiro, a 12 de setembro de 1925, foi unânimemente sufragada a chapa para o quadriênio de 1926-30: para presidente da República — Washington Luís Pereira de Sousa; para vice-presidente da República — Fernando de Melo Viana.

Arnolfo Azevedo não poderia deixar de estar presente nessa importante assembléa política. Na verdade, na *Convenção das Municipalidades*, reunida na cidade de São Paulo a 5 de setembro, viu-se escolhido como um dos três delegados do Estado de São Paulo, juntamente com o senador Lacerda Franco e o deputado Herculano de Freitas.

Estava concretizado seu grande sonho, que as urnas de 1.º de março de 1926 haveriam de ratificar, tranqüilamente, elegendo Washington Luís para a chefia da Nação por mais de 688.500 sufrágios.

O Brasil passaria a ser governado por um pulso forte, que a 28 de dezembro de 1925 escreveu estas palavras expressivas, no álbum de autógrafos de uma das filhas de Arnolfo Azevedo:

"Confio absolutamente nos destinos do Brasil. Para o seu progresso não pouparei esforços.

Washington Luís"

O interessante é que, nesse mesmo mês de dezembro de 1925, alguns políticos já cogitavam da presidência da República para o quadriênio de 1930-34. . . Em *A Tarde*, da cidade do Salvador, no dia 29 de dezembro, JOSÉ MARIA BELO transmitia ao público alguns nomes em cogitação: Antônio Carlos, já escolhido para a presidência de Minas Gerais; Carlos de Campos, presidente de São Paulo; Arnolfo Azevedo, provável sucessor deste; Estácio Coimbra, quase certo futuro governador de Pernambuco; Miguel Calmon, chefe incontestado da política baiana.

Quando poderia imaginar o político e jornalista que acabaria êle próprio escolhido para governança de Pernambuco, sucedendo o sr. Estácio Coimbra, que realmente ocupou o alto pôsto? E quando poderia êle imaginar que não haveria o quadriênio de 1930-34? . . .

Assuntos diversos

O falecimento do senador Alfredo Ellis abriu outra vaga, além da verificada no Senado Federal. Tratava-se da presidência do *Centro Paulista*, com sede na cidade do Rio de Janeiro, local de encontro e de festas dos paulistas ali residentes. Em 1925, Arnolfo Azevedo foi escolhido para substituí-lo e no dia

7 de setembro tomou posse do cargo, por onde também havia passado um outro paulista ilustre — Francisco Glicério. Seu temperamento arredio e pouco sociável não se coadunava com essas funções; exerceu-as como pôde e, assim que se abriu uma oportunidade, passou-as para outras mãos mais hábeis e apropriadas.

Sua escolha como um dos delegados à Convenção Nacional de 12 de setembro abriu o caminho para a pacificação da *política em Lorena*. Coubera a indicação de seu nome, na Convenção das Municipalidades, ao seu maior inimigo político: o Dr. Antônio da Gama Rodrigues, que vinha exercendo o mandato de deputado estadual. E, realmente, o acôrdo se fêz, dando à terra natal de nosso biografado uns escassos anos de paz e tranqüilidade, depois de oito anos de tormentosa luta.

Em consequência desse acôrdo político, foi eleito deputado estadual um dedicado e fiel amigo de Arnolfo Azevedo — o Dr. Etulain Autran, filho do falecido coronel Dr. Carlos Autran — grande benemérito da cidade, onde se radicara, exercendo a Medicina. Etulain Autran também era médico como o pai e prestou, como tal, assinalados serviços à coletividade lorenense. Caracterizava-se por uma extrema bondade e uma admirável finura no trato com as pessoas, o que explica o quanto se tornara querido na cidade de Lorena.

Reeleito deputado estadual em 1928, continuou a ser sempre o correligionário fiel e o amigo dedicado de nosso biografado, a exemplo de outros muitos, que por longos anos labutaram na política local: Leopoldo Marcondes de Moura, Faustino Augusto César, Francisco de Paula Ferraz, Clementino Moreira, Francisco Rodrigues Alves, Raul Rios e muitos mais, arnolfistas todos “de quatro costados”.

Exercendo a presidência da Câmara Federal, membro da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, um dos líderes da política nacional, Arnolfo Azevedo viu a terra natal, ao iniciar-se o ano de 1926, tranqüila em sua vida local. Era o que mais desejava.

A êsses motivos de felicidade como homem público (entre os quais, evidentemente, sobressaía a próxima eleição de Washington Luís como presidente da República), viu acrescentados outros, ao encerrar-se a sessão legislativa de 1925.

Todavia — confirmando o ditado popular —, não foi completa sua alegria, porque um *desagradável incidente* se regis-

trou no plenário da Câmara, ao findar o mês de dezembro. Não teve lugar, como seria justo supor, com nenhum deputado da oposição, nem muito menos com assunto referente ao governo de Artur Bernardes.

Registrou-se com um deputado integrante da maioria e membro da bancada de Minas Gerais. Por motivos que preferimos ignorar, por duas ou mais vezes tentou êsse deputado fazer uso da palavra, a fim de que constasse dos *Anais* determinado elogio a uma personalidade política (que, depois, se soube que era o coronel Fernando Prestes, pai do deputado Júlio Prestes, líder da bancada paulista). Em face do Regimento, o momento escolhido era inoportuno e Arnolfo Azevedo, na presidência e dentro de seu papel de intransigente respeitador da lei interna, não permitiu que êle fizesse uso da palavra. Travou-se áspero diálogo entre o deputado mineiro, visivelmente fora de si, e o presidente da Câmara, que fêz prevalecer sua decisão rigorosamente regimental.

O incidente poderia ter sido encerrado, como tantos outros e sem maiores conseqüências, caso não viesse a ser comentado pela imprensa. Surgiu, então, uma polêmica entre comentaristas políticos, na primeira quinzena de janeiro de 1926: de um lado, o *Jornal do Brasil* a defender a atitude de Arnolfo Azevedo; de outro, *A Notícia* a tomar as dores do deputado mineiro.

Nosso biografado preferiu manter-se em silêncio, na certeza de que agira dentro do Regimento Interno e não poderia ter aberto uma exceção, apenas pelo fato de pertencer à maioria o deputado em causa. Mas a mágoa do suposto injustiçado perdurou e por longos meses refletiu-se nas páginas de *A Notícia*. Foi pena.

Encerra-se a sessão legislativa

No dia 31 de dezembro de 1925, encerrou-se a segunda sessão legislativa da 12.^a legislatura.

Antes que os trabalhos fôsem dados por terminados, usou da palavra o deputado Viana do Castelo, da bancada de Minas Gerais e, então, na liderança da Câmara.

Depois de tecer considerações a respeito dos trabalhos realizados na sessão legislativa de 1925 — entre os quais desta-

cou-se a votação, em primeira discussão, da reforma constitucional —, acentuou que os resultados obtidos eram devidos aos esforços dos deputados e essa glória cabia aos líderes das diferentes bancadas e à atuação da Mesa, “personificada no seu digno e ilustre Presidente, cuja austeridade reconhecida, cuja elevação de sentimento e cuja linha de perfeito *gentleman* de diretor de nossos trabalhos, estão na consciência de tódã a Câmara, maioria e minoria”.

Pediú, depois, a palavra o deputado Plínio Casado, da bancada do Rio Grande do Sul e líder da minoria. A parte inicial de seu discurso merece ser aqui transcrita:

“O sr. PLÍNIO CASADO (*Movimento geral de atenção*) — Senhor Presidente, o nobre líder, sr. Viana do Castelo, acaba de prestar uma homenagem justa a V. Excia. A minoria parlamentar não tem por que não se tornar solidária com a maioria, nesta demonstração de respeito, de acatamento e de admiração pela personalidade de V. Excia. (*Muito bem*) Para isso, nem precisa infringir a sua norma impecável de conduta, cujo princípio norteador tem sido sempre a lealdade em todos os seus atos na vida parlamentar. A minoria não necessita praticar uma hipocrisia para render homenagem sincera, justa, do fundo de sua alma, à personalidade austera e digníssima do presidente desta Casa. (*Muito bem, muito bem*)

Todo o Brasil está, de há muito, habituado a ver em V. Excia. um parlamentar notável pelo talento e pelo caráter. Os *Anais* da Câmara atestam, de maneira irrefragável, já em pareceres, já em discursos, a competência de V. Excia. Pelo caráter, não há quem não reconheça em V. Excia. um homem de austeridade impecável, de integridade moral perfeita. E todos nós, membros desta Casa, sentimos mais do que podemos exprimir, mais do que podemos dizer, a nossa admiração, porque a simples presença de V. Excia., ao penetrar neste recinto, todos os dias, para assumir a presidência da Câmara, infunde em todos êsse respeito, êsse acatamento e essa veneração. (*Muito bem*)

V. Excia. tem sido um trabalhador indefesso para dotar a Câmara de um edifício na altura de nossa civilização e das necessidades palpantes que tem a Câmara dos Deputados para preencher, dignamente, a sua missão.

Todos sabem o esforço que V. Excia. tem empregado, a dedicação, o desvêlo na construção dêsse edifício, que se vai inaugurar a 3 de maio do ano próximo vindouro; todos sabem que V. Excia. vai, condignamente, festejar o centenário da primeira Assembléia ordinária do Brasil.

A minoria parlamentar, que prima pelo seu espírito de justiça, pela sua sinceridade, pela sua lealdade, pela sua nobreza d'alma, não pode, hoje negar a V. Excia. uma manifestação de simpatia, esquecendo, nesta hora, os dissentimentos e, muitas vêzes, as divergências profundas que teve com V. Excia. no correr dessa sessão tumultuosa, em que os mais importantes assuntos foram discutidos. Mas é que através de tódãs essas divergências, que por momentos nos separavam, que muitas vêzes inflamavam os nossos espíritos, viamos sempre destacar-se no meio de tudo isso a personalidade austera e íntegra de V. Excia., impondo a todos, a todos nós a consideração a que fêz jus.” (*Muito bem; apoiados*)

Tais palavras, partidas do líder da minoria, calaram profundamente no coração de Arnolfo Azevedo, que, emocionado, as agradeceu.

Foram amplamente comentadas pela imprensa carioca. No dizer da *Gazeta de Notícias*, teriam segundas intenções, pois o deputado Plínio Casado comentara numa roda de amigos: "Foi o meu único discurso de oposição que, durante toda a sessão, produziu os efeitos que eu desejava"... (7-I-1926). O *Jornal do Brasil*, em suas edições de 1.º, 5 e 7 de janeiro, elogiou sem rebuços o que se passara no recinto da Câmara, no dia de São Silvestre.

Já *A Noite* (5-I-1926) observou que, após aquêlo elogio do líder da minoria, Arnolfo Azevedo vinha sendo acusado de ser menos leal em relação a seus compromissos partidários e de estar fazendo uma política contrária à orientação seguida pelo situacionismo. Na opinião do comentarista, estava sendo dada uma inexata interpretação ao episódio, porque o presidente da Câmara continuava a manter a mesma linha de conduta, desde quando assumira o cargo, no governo Epitácio Pessoa. E assim justificou seu ponto de vista:

"As palavras do sr. Plínio Casado sobre a ação do sr. Arnolfo Azevedo podem, talvez, ter sido algo exageradas; mas, no fundo, são verdadeiras, são exatas. O sr. Arnolfo procurou, sempre, na presidência da Câmara, não ser um simples autômato da política de que é correligionário, mas um elemento de equilíbrio entre os elementos partidários existentes naquela casa legislativa. É injusto, pois, acusá-lo de estar, à última hora, solícito em carinhos e todo desvelos para a minoria."

Prosseguindo, acentuou que nosso biografado agia por temperamento e, não, por política. Na presidência, procurava assegurar direitos, não os recusando à oposição, cuja existência considerava necessária. Talvez fôsse possível que se preocupasse mais em agradar os adversários do que aos amigos, com o intuito de obter daqueles o que já tinha destes. Sempre agira assim. Ao assumir a presidência, preocupou-se em demonstrar sua imparcialidade em relação a funcionários favoráveis à oposição: quando se tratava de preencher uma vaga, havendo igualdade de condições quanto ao mérito e capacidade, dava preferência aos funcionários de opinião contrária à sua; como secretário da comissão de Finanças escolheu "o redator do mais vermelho de nossos órgãos de imprensa"; para vice-diretor da Secretaria promovera quem, então, era um seu nítido adversário no terreno político.

Tudo era uma questão de temperamento: o deputado Otávio Mangabeira, vice-presidente da Câmara, era elogiado por todos, porque sabia manter suavemente os pontos de vista da maioria, sem incorrer no desagrado da opposição; já Arnolfo Azevedo, pelo seu feitio todo especial, reconhecia sêcamente os direitos da minoria, mesmo que colidissem com os da maioria. Por fim, o comentarista fêz um paralelo entre nosso biografado, dedicado inteiramente aos interêsses da Câmara, e o sr. Estácio Coimbra, vice-presidente da República e presidente do Senado, que muitas vêzes teria sobreposto seus caprichos e suas afeições aos legítimos interêsses da Câmara Alta. E citou alguns fatos, para comprovar a afirmação.

Era assim mesmo Arnolfo Azevedo.

Último ano na Câmara Federal (1926)

Um ano cheio de contrastes. Ferido em sua honorabilidade. Renovam-se os ataques. O palácio da Câmara em vias de conclusão. A deradeira reeleição. Deputado ameaçado de expulsão. Reforma da Constituição. Hegemonia de São Paulo. O ministério de Washington Luís. Discursos políticos. A última sessão. O "grande presidente".

Um ano cheio de contrastes

O ano de 1926, terceiro da 12.^a legislatura, foi para Arnolfo Azevedo repleto de contrastes.

Durante êle, viu concretizado seu grande sonho como presidente da Câmara, ao dar-lhe uma casa própria — o Palácio Tiradentes; e, graças à iniciativa de seus colegas, foi imortalizado no bronze.

Como político, também teve a ventura de ver realizada outra de suas maiores aspirações: a eleição e a posse de Washington Luís na suprema magistratura da Nação. Seu nome, por isso mesmo, apareceu citado na imprensa como provável ocupante de altos postos da administração.

A sessão legislativa poderia ter corrido mansa e tranqüilamente, diante da chegada ao fim de um quadriênio agitado pelo desencadear das paixões políticas e da perspectiva favorável que se abria com um novo governo, em que o país depositava as melhores esperanças. Mas um incidente profundamente desagradável, registrado no plenário da Câmara, fê-lo viver alguns momentos de forte tensão, que dêle exigiram uma atitude enérgica, na defesa da dignidade da assembléia que presidia.

Como homem, recebeu fortes ataques da imprensa. Tentaram atingi-lo em sua honorabilidade pessoal, naquilo que mais prezava e que sempre considerara inatacável. Foi vítima

de críticas ferinas e mordazes, que se referiam a aspectos estéticos e funcionais do palácio que fizera construir com tanto amor e que o magoaram fundamentalmente.

Antes mesmo de iniciar o governo, o novo presidente da República causou-lhe decepções, que haveriam de acentuar-se com o decorrer do tempo.

Para Arnolfo Azevedo, o ano de 1926 foi o último como representante do Estado de São Paulo na Câmara Federal. Deixaria para sempre, em 1927, a casa do Congresso Nacional que se tornara parte integrante de sua vida como homem público, após 24 anos de mandato ininterrupto — os mais movimentados e produtivos de sua existência.

Ferido em sua honorabilidade

Logo pela manhã, diariamente, com religiosa pontualidade, Arnolfo Azevedo lia com atenção os principais matutinos cariocas da época: o *Jornal do Comércio* (era sempre o primeiro), o *Jornal do Brasil*, *O País*, o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias* e *O Jornal*, pelo menos. E ao fim do dia, após o jantar, alguns dos vespertinos, particularmente *A Notícia*, *A Noite*, o *Rio-Jornal* e *O Globo*, além dos matutinos que recebia da capital paulista — o *Correio Paulistano* (portavoz do Partido Republicano Paulista) e *O Estado de S. Paulo*. Uma dúzia de jornais, que o punham a par do noticiário geral e, em especial, dos acontecimentos políticos e respectivos comentários, vistos sob o prisma do situacionismo ou da oposição. Naturalmente, outros jornais existiam na então capital da República; todavia, era quase humanamente impossível lê-los todos, diariamente, mesmo sendo nosso biografado um político e um parlamentar.

Por isso, Arnolfo Azevedo não teve oportunidade de tomar conhecimento de um artigo intitulado *O Incognoscível*, estampado no dia 1.º de janeiro de 1926 em *A Manhã*, jornal dirigido por Mário Rodrigues e que vinha circulando a partir de época recente. Lá se dizia que, segundo informes prestados por um deputado de Minas Gerais (exatamente o mesmo que, ao findar a sessão legislativa de 1925, tivera um atrito com o presidente da Câmara), as obras do palácio em construção haviam sido entregues “a um filho e a um genro” de nosso biografado. A informação — conforme esclareceria depois (26

de janeiro) o próprio jornal — teria sido obtida durante uma “palestra autêntica e testemunhável”.

Porque não lera a notícia e ninguém para ela lhe chamou a atenção, Arnolfo Azevedo deixou-a sem resposta.

Contudo, no dia 23 de janeiro, *A Manhã* voltou à carga, em tópico intitulado *Do geral para o particular*, que, na tarde do mesmo dia, *A Notícia* apressou-se em transcrever, com o devido destaque.

De acôrdo com o comentarista, a Câmara deveria exigir de seu presidente uma “resposta, que ponha sua honorabilidade a coberto de juízos que a possam deprimir”, a duas questões, referentes à construção do palácio:

1. “Por que as obras do mesmo edifício foram orçadas em 6.500 contos, já se elevaram a 9.339:035\$730, e não ficarão em menos de 12.000 contos?”

2. “Por que, com que intuito, S. Excia. entregou a direção dessas obras, não a profissionais de renome, mas a dois parentes seus, um genro e um filho, que por êsse ou aquêle motivo, a têm tornado tão custosa?”

Na opinião do jornalista, o presidente da Câmara vinha-se preocupando em esclarecer seus pares a respeito de minúcias, esquecendo-se de que “não há como partir do geral para o particular”. Se Arnolfo Azevedo sentia necessidade de de-



Arnolfo Azevedo visto pelos caricaturistas
cariocas

fender-se contra acusações que lhe assacavam, o melhor que deveria fazer era “começar a esclarecer os meandros daquelas duas grandes questões”; de outra forma, bem poderia acontecer que não lhe sobrasse tempo para delas tratar, “o que seria simplesmente lamentável”.

Ferido em sua honorabilidade, no mesmo dia Arnolfo Azevedo enviou uma resposta, através de carta, que *A Manhã* estampou a 24 de janeiro.

Começou por afirmar que não costumava ler diàriamente todos os jornais que se publicavam na cidade do Rio de Janeiro e que, por êste motivo, sòmente à noite tomara conhecimento da interpelação feita.

Passando a responder “às perguntas formuladas e a tôdas quantas, em boa fé, quizer formular” a respeito das obras do palácio da Câmara, esclareceu inicialmente que o primeiro orçamento fôra simples estimativa feita pelos arquitetos, como base para a abertura do crédito de 6.000 contos, destinado ao início das obras; a concorrência pública, aberta pelo ministério da Justiça, referia-se apenas à construção do arcabouço em cimento armado, cujas especificações ainda não estavam completas, na época em que se publicou o edital. Depois que a Mesa da Câmara passara a administrar a obra, o que faltava fôra executado mediante orçamentos e concorrências parciais.

“Se o que está feito até agora é caro por 9.339 contos e o que resta a fazer pode ser feito de modo a ficar, tudo pronto e acabado, com os móveis e instalações correspondentes, por menos de 12.000 contos de réis, é o que convido V. S. a submeter ao juízo de profissionais de responsabilidade moral e técnica, pondo desde já à disposição dêles todos os documentos das despesas feitas e os projetos ainda em execução.”

Restava dar resposta à segunda interpelação. Começou lembrando que a Mesa da Câmara entregara-lhe a responsabilidade total da administração da obra, o que o obrigara a tomar uma decisão:

“Havia sòbre meus ombros um pêso tal de encargos materiais e morais, que tive de escolher para representar-me um homem de minha absoluta confiança, que zelasse pela minha honra como se eu próprio fôsse. Pelo lado profissional e técnico, devia procurar alguém com provas tais de capacidade, que as pudesse oferecer aos meus colegas da Mesa sem suspeição de parentesco.”

O escolhido fôra o capitão de engenheiros Dr. Lindolfo Ferreira de Freitas. De fato, era seu genro; mas, por isso mesmo depositava nêle absoluta confiança e não tinha dúvida que

zelaria pela honra de Arnolfo Azevedo tal como se fôsse êle próprio. De outra parte, gozava de boa fama na Diretoria de Engenharia do ministério da Guerra, em virtude das comissões que desempenhara como engenheiro e administrador. Tranqüilamente, entregara à idoneidade moral do genro a sua própria honra e à capacidade profissional do engenheiro militar o bom nome que adquirira onde trabalhara.

"Quanto a filho meu, interessado naquelas obras, direta ou indiretamente, próxima ou remotamente, desafio a quem quer que seja a apontar me dêes. Tenho quatro filhos, sendo um ainda menor, estudante de preparatórios⁽¹⁾. Nenhum é empregado público e sou deputado há 24 anos e político há mais de trinta. Todos estão encarreirados sem intervenção minha e por seu exclusivo esforço. ⁽²⁾

V. S. diz, no seu jornal, que dei a direção das obras a um filho meu; tem o dever de apontá-lo, nomeá-lo, classificá-lo naquela administração; dizer quando e como nelas interveio, por qualquer forma."

Contendo sua indignação contra a aleivosia assacada à sua honra, não deixou sem resposta a injúria recebida:

"A honra dos homens públicos não é menos respeitável que a de qualquer homem e ao dever que temos de respeitar a honra de todos os homens não podem fugir os jornalistas.

Na minha vida particular e pública não há meandros a esclarecer; tudo é claro e pode ser examinado à luz do dia."

É possível que Arnolfo Azevedo, em sua boa fé, houvesse errado ao colocar, à frente da fiscalização técnica e financeira da construção do palácio da Câmara, seu próprio genro. *A Fôlha* (26-I-1926) era dessa opinião, embora o considerasse "um político de mãos limpas". O engenheiro escolhido poderia ser um profissional competente e honesto. Seria preferível, porém, que o presidente da Câmara houvesse escolhido algum estranho à sua família, porque

"O nepotismo, o genroísmo, o filhotismo têm infestado tanto esta República, que a opinião pública não recebe bem e no bom sentido que alguém, detendo parcela de poder ou encarregado de obras públicas de grande vulto, coloque um genro na chefia dos respectivos serviços, embora sob a alegação feita pelo sr. Arnolfo Azevedo de que ninguém melhor do que o seu afim tão próximo podia representá-lo na emergência da construção do novo edifício da Câmara e zelar pela sua honra, que, no caso,

(1) Refere-se ao autor destas linhas.

(2) De fato: Antônio (engenheiro agrônomo), Aldo Mário (engenheiro electricista) e Osvaldo Benjamin (diplomado em comércio) trabalhavam em empresas ou firmas comerciais, que jamais tiveram a menor ligação, direta ou indiretamente, com a construção do palácio da Câmara.

não está absolutamente em causa, pois político de passado irrepreensível e cavalheiro respeitabilíssimo, não seria agora que se veria atingido pela calíça e a pocira que se procuram fazer tendenciosamente em tórno da grandiosa construção.”

Talvez houvesse cometido êsse êrro. Mas — como observou o comentarista político de *O Malho* (24-IV-1926) — “do fiscal designado pelo sr. presidente da Câmara, até hoje, não se provou nenhuma prevaricação, nem falta de capacidade. Onde, pois, razão honesta para incriminação do que fez o sr. Arnolfo?” De outra parte, a discutida escolha não poderia ser comparada ou equiparada a casos muito comuns na época (como ainda hoje), da designação de filhos ou genros para postos de confiança pessoal, feita por ministros de Estado e até por presidentes da República?

Renovam-se os ataques

No dia 25 de janeiro de 1926, reuniu-se a comissão de Polícia da Câmara, sob a presidência do deputado Eurico Vale, 2.º vice-presidente, e presentes os deputados Heitor de Sousa, Bocaiúva Cunha, Domingos Barbosa e Monteiro de Sousa, secretários da Mesa. Por unanimidade, ficou deliberado transcrever na ata a carta-resposta dirigida por Arnolfo Azevedo a *A Manhã*; e mais:

1. “manifestar a sua inteira solidariedade com o eminente diretor dos trabalhos legislativos da Câmara, cuja conduta no desempenho do mandato que lhe confiou a Mesa de dirigir e superintender a construção daquele edificio tem sido irrepreensível, pautada, como todos os seus atos, por escrupulosa probidade e inexcedível inteireza”;

2. “confirmar, embora disso não careça a palavra autorizada e insuspeitável do presidente da Câmara dos Deputados, as declarações por êle feitas na resposta dada àquele órgão de imprensa.”

No dia seguinte, ao mesmo tempo que os jornais divulgavam essa significativa manifestação de solidariedade, voltava à carga *A Manhã*. Reportando-se ao tópicó de sua edição de 1.º de janeiro, eximiu-se da responsabilidade quanto à existência de um filho de Arnolfo Azevedo ligado à construção do palácio (atribuindo-a exclusivamente ao deputado mineiro que havia informado o jornalista) e lamentou que o presidente da Câmara deixasse de ler um “jornal de successo” como aquêle;

“a culpa não é nossa e tanto pior para S. Excia., que perde tão boa leitura...”

Em relação ao filho do presidente da Câmara (“a nenhum dos quais conhecemos, nem fazemos disso o menor empenho”), que se aviesse “com o seu brilhante e mordaz colega”; porque “nós é que não temos a menor obrigação de aturar o caldo requentado das suas paternas indignações”.

Nesse tom desabrido e desrespeitoso, o articulista passou a examinar a questão do custo da obra. Se o palácio iria custar 12.000 contos, a conclusão lhe parecia muito lógica:

“A 10% de comissão, aí temos 1.200 contos, que o seu parente canaliza para o sempre respeitável mealheiro de família. Não são produto de furto, é certo, mas um homem que ronca no papo tanta honra devia ter escrúpulo de dar obras tão caras a parente tão chegado.”

E assim concluiu:

“Mas não se irrite demais o sr. presidente Arnolfo. Todos os republicanos são honrados e têm genros. Por isso é que, sempre que se trata de política no Brasil, aparece logo uma expressão consagrada: a família republicana, a inumerável família republicana, que tomou para si os forais e os benesses da modestíssima e única Família Imperial...”

Nesse mesmo dia 26 de janeiro, Arnolfo Azevedo distribuiu aos jornais do Rio de Janeiro uma resposta, que assim se iniciava:

“Deixando com aquêle que as escreveu tôdas as grosserias e indelicadezas do comentário alevoso e da linguagem malsã, empregados contra quem teve a cortesia de lhe dar uma resposta completa a gratuitas afirmações, sou forçado, em atenção à opinião pública sensata, a destruir novas insinuações caluniosas, que me são feitas por um matutino, empenhado em difamar-me, a respeito das obras do palácio da Câmara, sob minha direção exclusiva.”

Citando atas de reuniões da comissão de Polficia, realizadas em 1923, demonstrou que os administradores e empreiteiros da obra (Francisco Lopes de Assis Silva & Cia.) passaram a perceber a porcentagem de cinco (5) por cento sôbre o custo e que as despesas com a *fiscalização* (representada pelo engenheiro e seu auxiliar) não poderiam exceder de 3 contos de réis por mês. No período de dois anos e três meses, a firma Assis Silva & Cia. havia recebido 362:285\$000 e o escritório de fiscalização 81 contos, dos quais 54 contos para o engenheiro-chefe e 27 contos para o seu auxiliar.

A partir de janeiro de 1926, terminado o prazo de contrato com a citada firma, deliberara a Mesa encarregar da conclusão da obra os que já a vinham fiscalizando (isto é, o capitão Lindolfo Ferreira de Freitas e o sr. Antônio Maia Santos), recebendo por êsse acréscimo de trabalho *três (3) por cento* sôbre as fôlhas mensais. Por decisão dêles próprios, dessa porcentagem também vieram a participar alguns dos "mestres" mais dedicados e competentes.

E assim concluiu Arnolfo Azevedo:

"Admitindo que o custo total suba a 12.000 contos de réis, restam a despender cêrca de 2.500 contos, que, a 3%, produzem 75 contos, a distribuir entre o engenheiro, seu auxiliar e os mestres, daqui até maio, quando deverá estar inaugurado o edificio.

Eis como se canalizou o dinheiro do Tesouro, que me foi confiado na obra do palácio da Câmara dos Deputados, para o mealheiro dos meus parentes."

Alguns congressistas enviaram mensagens telegráficas ao nosso biografado, solidarizando-se com êle: os senadores João Tomé e Afonso Camargo, os deputados Celso Baima, Alfredo Rui, Fonseca Hermes, Rafael Fernandes, José Lino, Otávio Mangabeira. O telegrama do deputado Otávio Mangabeira, 1.º vice-presidente da Câmara, datado de Caxambu, foi expressivo:

"Li aqui com a maior satisfação suas explicações pelos jornais. Até certo ponto, foi bom se tivessem positivado insinuações malévolas para que abrissem caminho a uma defesa tensa, pronta, nítida, cabal."

No dia 10 de fevereiro de 1926, nas próprias páginas de *A Manhã*, o ex-deputado MAURÍCIO DE MEDEIROS publicou longo artigo, sob o título de *A Nova Câmara*. Relembrou seus primeiros contatos com Arnolfo Azevedo, que, na presidência da Câmara, lhe parecera "um espírito severo, equilibrado e justo, embora com tendências ao autoritarismo". Quando um homem, assim, deseja realizar um empreendimento, consegue-o inflexivelmente. Dessa tenacidade pretendia dar, de público, seu testemunho.

Recordou que fôra êle, em 1921, um dos raros deputados que julgaram insuficientes os 6.000 contos então previstos para início da construção do palácio, embora a Mesa houvesse esclarecido que se tratava de um crédito inicial. Em sua opinião, falhava-se sempre em tais cálculos: o edificio da Faculdade de Medicina, calculado em 1.100 contos, acabara custando mais

de 4.000; o do Conselho Municipal, orçado em 2.800, custara 15.000. No caso específico da Câmara, como noutros, o público julgava pela primeira impressão: se devia custar 6 mil contos e iria custar o dôbro, a obra sairia por um preço exorbitante. Daí os comentários injustos que estavam sendo feitos.

Sem se referir diretamente às críticas de *A Manhã*, MAURÍCIO DE MEDEIROS deu-lhes uma resposta, ao escrever que, positivamente, se o palácio da Câmara “fôsse construído nas condições usuais de nossa administração, não custaria menos de 20 a 25 mil contos”. E acrescentou:

“Circunstâncias especiais deram-me oportunidade de poder apreciar o critério com que, miudamente, o presidente Arnolfo detalhava as vantagens de preço. Sei-o, entre outras coisas, pelo que se passou com os artistas brasileiros, entre os quais tenho amigos e que fizeram a ornamentação do edifício, tendo de conceder sensíveis reduções nos seus primitivos preços.”

Com sua “mentalidade francamente autoritária”, o presidente da Câmara discordava para impor sua vontade, “para impor um preço menor”; naquela construção, em que “se tinha absorvido completamente”, discordava “para conseguir economias, que assegurassem o êxito do empreendimento, dentro dos recursos obtidos”. A autonomia de caixa, que permitia o pagamento imediato, dera sempre a tais discordâncias uma grande força.

“Foi essa, sem dúvida, a causa do prodígio que ali se realiza, de uma construção feita com o mais rigoroso cuidado técnico, com um caprichoso acabamento, ocupando uma área de construção três vezes maior que o Conselho Municipal (que custou 15 mil contos), e custando 12 mil contos, inclusive o mobiliário. Não tivesse a obra sido feita diretamente pela presidência da Câmara e com caixa autônoma, e, por certo, o custo teria ido ao dôbro.”

Dirigindo quase pessoalmente os trabalhos, tendo larga autonomia na aplicação do dinheiro público, o presidente da Câmara escolhera uma pessoa de sua família para dirigir técnica e administrativamente os trabalhos da construção. *A Manhã* discutira o assunto. Mas estava convencido de que tôdas as censuras giravam em tórno de um equívoco: confundia-se direção técnica com “administração de obras”. O engenheiro designado era “um simples delegado do presidente da Câmara em um mister, que, positivamente, êste não teria capacidade para executar”. Não recebia porcentagem alguma sôbre o valor da construção e, sim, como empregado eventual da Câmara,

um ordenado de 2 contos por mês. Em se tratando de emprêgo, em que se fiscalizavam somas, cujo uso escrupuloso corria sob a exclusiva responsabilidade do presidente da Câmara, “nada mais justo do que a nomeação feita, dentro do critério da mais estreita confiança”. Prudente de Moraes tivera como secretário seu próprio filho, Afonso Pena seu genro, Nilo Peçanha seu irmão. Tratava-se de “um simples emprêgo, brutalmente trabalhoso, cheio de responsabilidades e exigindo capacidade técnica aliada às condições de confiança do maior responsável por tudo” — o presidente da Câmara; a preferência fôra, portanto, perfeitamente justa.

Diante dessa espontânea defesa, Arnolfo Azevedo telegrafou a Maurício de Medeiros, testemunhando-lhe seu reconhecimento. Em carta datada de 11 de fevereiro, o ex-deputado flumiense respondeu assim:

“Narrando, sem a menor solicitação de ninguém, aquilo que eu sabia a respeito da maneira pela qual o Sr. está dirigindo os trabalhos da construção da nova Câmara, obedeci tão-sòmente aos impulsos de meu sentimento, com o duplo prazer de dizer a verdade e de poder externar a simpatia que sempre me inspirou o seu feitio moral.”

Não poderia ter havido melhor reparação às injúrias recebidas.

O palacio da Câmara em vias de conclusão

Enquanto tais fatos se sucediam, e depois dêles, prosseguia aceleradamente a construção do palácio da Câmara, cuja inauguração fôra programada para o mês de maio de 1926. Intensificaram-se os trabalhos de acabamento da obra e, dentro em pouco, passava o edificio a receber os primeiros móveis, dando-lhe vida. Arnolfo Azevedo lá estava sempre presente, dia após dia, por vêzes na manhã e na tarde de um mesmo dia, acompanhando a construção com o carinho e o desvêlo que dedicaria à construção de sua própria casa (prazer muito humano que, aliás, nunca teve em tôda sua longa existência).

No dia 19 de janeiro, *O Jornal* publicou pormenorizada reportagem sôbre a grande obra: historiou sua construção, referiu-se a seu estilo arquitetônico, a detalhes dos interiores (em particular ao recinto das sessões), ao custo. Forneceu informações curiosas: a cúpula consumira 7t de vidro; havia mais

de 2.000m² de pisos em mosaico francês; a tubulação embutida nas paredes (destinada aos serviços de ventilação, telefônicos, luz e água) ultrapassava de 12km; haveria 22 relógios elétricos; o sistema de renovação do ar, absolutamente silencioso, era o mais aperfeiçoado dos existentes, entrando, apenas no recinto, 500m³ de ar puro, por minuto; o revestimento era constituído por uma mistura de areias coloridas de Caxambu com cimento branco, num total de 900t, transformando-se, ao cabo de um mês, em material duríssimo, só quebrável a talhadeira.

Notícias como essa enterneciam a alma de nosso biografado. Outras, por certo, o magoavam. Como, por exemplo, a de *A Tribuna*, em 31 de março, irreverente e jocosa: para que tantos relógios elétricos? pretendia o presidente fazer a Câmara andar na hora? “Quá... quá... quá...” Para completar sua obra, cada deputado deveria ganhar de presente um automóvel; ao meio-dia, os carros estariam estacionados à porta dos srs. “representantes da Nação”, que chegariam à Câmara na hora exata, consultariam os relógios elétricos e as sessões seriam abertas com a presença de 212 deputados. “Que canja!” Ou, então, cada bancada poderia receber um automóvel ou um ônibus, no caso das mais numerosas. “Que tal a idéia? Quá... quá...” Os oposicionistas poderiam ir a pé. Teria cinema o novo edifício? cama, toailete? Deodoro estava em cuecas? Dom Pedro I de tanga? Ora, o edifício da Câmara era positivamente futurista...

Para amenizar os efeitos de críticas desse tipo, Arnolfo Azevedo passou a receber, com indisfarçável alegria, visitantes ilustres, que desejavam conhecer o palácio em construção. Washington Luís (à espera das eleições de 1.º de março, que o consagrariam como futuro chefe da Nação), lá esteve no dia 3 de fevereiro. E também Feliciano Sodré, presidente do Estado do Rio de Janeiro; ministros de Estado — almirante Alexandrino de Alencar, da Marinha, marechal Setembrino de Carvalho, da Guerra, e Miguel Calmon, da Agricultura; o ministro Tavares de Lira, do Tribunal de Contas; um grupo de senadores da República. A propósito desta última visita, lembrou o *Jornal do Brasil* (14-III-1926) que, no quadro que se erguia atrás da Mesa, figuravam oito dos então senadores — Epietácio Pessoa, Barbosa Lima, Antônio Azeredo, Lauro Müller, Bueno de Paiva, Costa Rodrigues, Lauro Sodré, Rosa e Silva, todos constituintes de 1891; e apenas um dos então deputados — Fonseca Hermes.

No dia 28 de março, o nôvo palácio foi apresentado aos jornalistas cariocas e aos representantes de jornais dos Estados. Durante três horas, os visitantes percorreram o edifício, acompanhados por membros da Mesa, Arnolfo Azevedo à frente. Em suas edições de 29 e 30, estamparam amplas e minuciosas reportagens os jornais ali representados: o *Jornal do Comércio*, *O País*, *O Jornal*, *A Vanguarda*, *O Globo*, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil*, *O Brasil*, o *Correio Paulistano*, *O Estado de S. Paulo*, pelo menos. Reportagens geralmente acompanhadas de fotografias, a maioria delas vazada em termos simpáticos e cordiais. Mas um dos jornais cariocas não perdeu a oportunidade para criticar a estátua de Tiradentes, estampando-lhe a fotografia, com a seguinte legenda:

"O duplo Mártir padecente
Dentro do gabão inconfidente". .

Já no comêço de abril, a *Revista da Semana* e o *Fon-Fon* noticiaram a visita, através de excelentes fotografias.

Era a pré-estréia do futuro Palácio Tiradentes, que passaria a ser ocupado efetivamente na segunda quinzena de junho de 1926, se bem que solenemente inaugurado no dia 6 de maio.

A derradeira reeleição

No dia 4 de maio de 1926, ainda no edificio da Biblioteca Nacional, reuniu-se a Câmara Federal, sob a presidência de Arnolfo Azevedo. Na hora destinada ao expediente, usou da palavra o deputado Leopoldino de Oliveira, integrante da bancada de Minas Gerais, mas oposicionista, que teceu comentários à mensagem do presidente Artur Bernardes, lida na véspera, na parte referente às eleições para o Conselho Municipal da cidade do Rio de Janeiro. Os debates tornaram-se acalorados, nêles tomando parte os deputados Adolfo Bergamini e Azevedo Lima, da bancada carioca. Terminado o discurso, tomaram posse dois novos deputados paulistas: os srs. Ataliba Leonêl e Firmiano Pinto, que vieram substituir, respectivamente, os srs. Pires do Rio e Herculano de Freitas.

Antes de entrar na ordem-do-dia, Arnolfo Azevedo deixou a presidência, recolhendo-se a seu gabinete. Os trabalhos proseguiram sob a direção do deputado Heitor de Sousa, 1.º se-

cretário, que anunciou que ia ser procedida à eleição para o cargo de *presidente* da Casa, durante aquela terceira sessão legislativa da 12.^a legislatura. Votaram 110 deputados e o resultado foi o seguinte:

Votos

Arnolfo Azevedo	106
Júlio Prestes	2
Em branco	2

Evidentemente, um dos votos dados ao deputado Júlio Prestes foi do próprio presidente reeleito. E o outro?... Segundo alvitrou o *Correio da Manhã* (5-V-1926), por certo teria sido do “deputado mineiro que havia jurado, ao seu espírito, derrubar o presidente Arnolfo Azevedo”... Hipótese bastante provável.

O fato é que, pela sexta e derradeira vez, nosso biografado passava a ocupar a presidência da Câmara dos Deputados.

Proseguíram as eleições programadas, tendo sido eleitos: 1.^o *vice-presidente* — Otávio Mangabeira (Bahia); 2.^o *vice-presidente* — Eurico Vale (Pará), ambos reconduzidos.

No dia 5 de maio, completou-se a eleição da Mesa:

- 1.^o *secretário* — Heitor de Sousa (Espírito Santo)
- 2.^o *secretário* — Bocaiúva Cunha (Rio de Janeiro)
- 3.^o *secretário* — Domingos Barbosa (Maranhão)
- 4.^o *secretário* — Monteiro de Sousa (Amazonas)

Fôra reeleita tôda a Mesa, que — no dizer de SALVADOR ROBERTO, em *O Imparcial* (5-V-1926) — era “um sinônimo do sr. Arnolfo Azevedo: uma e outro são solenes, são graves, são austeros, resolutos, superiores, voluntariosos”; ambos se confundiam.

Nesse mesmo dia 5 de maio, nosso biografado reempossou-se na presidência da Câmara, proferindo o discurso da praxe.

Já não encontrava palavras que fielmente traduzissem seu sincero agradecimento pela excessiva generosidade de seus pares, ao reconduzi-lo àquêl alto cargo, “tantas e tão reiteradas vêzes, por forma tão significativa e cativante”. Certamente reconheciam seu irredutível propósito de cumprir os árduos deveres daquela verdadeira magistratura; as falhas cometidas, no desempenho das funções, deveriam ser atribuídas às deficiências de sua capacidade técnica, porque consciente e devotada-

Arthur Bernardes.

Estanislau Guimarães

Washington Luis

Otávio Mangabeira

Julio Prestes.

Fluctuário Cavalcanti

Próceres políticos da década de 1920

Os autógrafos datam de 1925 e 1926, figurando em um álbum pertencente a uma das filhas de Arnolfo Azevedo.

mente procurara tudo fazer em defesa da causa pública. Para corresponder àquela confiança, assegurava que não se desviaria do caminho traçado ao assumir a cadeira de presidente da Câmara. Porque assim agira, vinha merecendo os sufrágios da maioria dos deputados, de cujo apoio estava seguro em face das reiteradas demonstrações de apreço com que vinha sendo honrado, havia cêrca de seis anos. Contava ainda com êsse apoio, para que pudesse levar a têrmo seu renovado mandato, que teria fim com o da própria legislatura, embora não extinguisse "o profundo reconhecimento, que tão dentro da alma se me arraigou".

Atravessando o longo período de duas legislaturas tão fortemente agitadas por incandescentes lutas políticas, em que as paixões haviam extravazado os limites de uma campanha partidária e precipitaram os acontecimentos aos abismos de uma competição armada, julgava que havia chegado o momento de pedir, a uns e a outros, dentro daquela casa, que fôsem extintos os incêndios ateados por ódios e paixões, e esperava que, lá fora, fôsem bem compreendidos todos os benefícios resultantes do respeito à lei e às autoridades constituídas, com a deposição das armas fraticidas. Da inglória e lamentável luta armada resultara um bem: o fortalecimento das instituições. A moléstia da desordem não afetara o corpo forte da Nação; perturbara algumas funções, entorpecera alguns órgãos, paralisara alguns movimentos, escoriara trechos da epiderme, mas não conseguira aniquilar seu poderoso organismo. O grande e devotado médico, que conseguira vencer as crises mais graves da doença fôra o presidente da República, ao qual os brasileiros deviam grandes e beneméritos serviços, que o colocavam entre os grandes vultos da política brasileira, êmulo de Feijó e Floriano, esteio da ordem, da unidade, da integridade nacionais.

"O mais interessante e grave dos nossos problemas políticos, a sucessão presidencial da República, à sombra protetora dessas instituições revigoradas, resolveu-se em plena tranqüilidade; e os sufrágios, excepcionalmente numerosos, com que o eleitorado do país consagrou, nas urnas de 1.º de março, os candidatos da Convenção Nacional de 12 de setembro, foram tão significativamente unânimes, que prova maior se não podia desejar para evidenciar o acêrto da escolha, nem melhor demonstração se podia exigir de que irão ao govêrno apoiados pela confiança absoluta da Nação inteira."

Essa confiança bastaria para repouso dos brasileiros, para o arrefecimento das paixões, para o apaziguamento dos espí-

ritos e sossêgo dos lares havia cinco longos anos perturbados; bastaria para pôr têrmo imediato a tôdas as lutas inglórias que se haviam ferido naquele recinto ou fora dêle. Essa confiança bastaria para que os deputados assegurassem aos brasileiros que havia soado a hora de erguer os corações de patriotas acima de interêsses de qualquer ordem, acima dêles próprios, para mostrar os caminhos que o Brasil deveria seguir.

“Tudo quanto em mim couber ponho ao serviço da grande Pátria, de que me orgulho, e desta corporação, de que sobremodo me desvanço e honro de ser mínima parte, feita parte principal por vossa nímia generosidade; assegurando-vos que saberei continuar a cumprir sem desfalecimento e sem discrepância os deveres dêste alto cargo, pondo-os acima de quaisquer conveniências e contando, para isso, com o vosso constante auxílio, assídua assistência e imprescindível colaboração, sem o que resultariam improficuos quaisquer esforços meus.”

Lembrou que os assuntos pendentes de estudo e exame da Câmara, naquela última sessão legislativa da 12.^a legislatura, eram de tal magnitude, que se tornava desnecessário exaltá-la para que se impusessem ao espírito esclarecido dos colegas.

E assim terminou:

“Cumpre não descurar dêles e resolvê-los todos, para que a nova legislatura se dedique a problemas outros, que as necessidades não de criar.

Demos conta conscienciosa e exata da nossa importante e proveitosa missão, para que possamos merecer os aplausos dos nossos concidadãos e o respeito dos demais poderes públicos.

Trabalhem, sem descanso, pelo Brasil e seremos dignos do mandato com que fomos honrados.

Mais uma vez agradeço-vos a generosidade dos sufrágios que me reconduziram à presidência da Câmara.”

Uma prolongada e calorosa salva de palmas seguiu-se às palavras finais de Arnolfo Azevedo. Seria sua última mensagem como presidente da Câmara dos Deputados.

Da Mesa, naquele dia completada, apenas três estariam em seus postos, ao encerrar-se a legislatura, em dezembro de 1926. Veio a sofrer modificações, passando a ficar assim constituída:

Presidente — Arnolfo Azevedo (São Paulo)

1.º vice-presidente — Rêgo Barros (Pernambuco)

2.º vice-presidente — Plínio Marques (Paraná)

1.º secretário — Raul Sá (Minas Gerais)

2.^o secretário — Bocaiúva Cunha (Rio de Janeiro)

3.^o secretário — Domingos Barbosa (Maranhão)

4.^o secretário — Batista Bittencourt (Sergipe)

Foram êsses os deputados que colaboraram mais diretamente com nosso biografado, no decorrer da sessão legislativa de 1926.

No dia 6 de maio, por entre festas, foi solenemente inaugurado o *Palácio Tiradentes*, a que dedicaremos todo o capítulo seguinte.

Deputado ameaçado de expulsão

A 27 de julho, já confortavelmente instalada em seu nôvo palácio, a Câmara Federal viu registrar-se no recinto um grave incidente, que poderia ter tido conseqüências das mais sérias e quase atingiu a autonomia dessa casa do Congresso Nacional.

Dias antes, o deputado Adolfo Bergamini fôra injuriado e o deputado Viana do Castelo, líder da maioria, mencionou o fato no decorrer de um debate. Interrompendo seu discurso, o deputado carioca perguntou ásperamente ao seu colega de Minas Gerais se endossava a injúria; o líder da maioria declarou que não a endossava, mas insistiu em referi-la. A Câmara, estarrecida, esperou pelo pior... que, felizmente, não aconteceu.

Na sessão daquele dia 27, o deputado Adolfo Bergamini ocupou demoradamente a tribuna a fim de defender-se das acusações de que fôra vítima. Presente encontrava-se o líder da maioria. Chegando ao fim de seu discurso, preparava-se o deputado Bergamini para retirar-se da tribuna, pondo em ordem os documentos de que se utilizara. Na direção dos trabalhos, o vice-presidente Eurico Vale fazia soar os tímpanos, para dar início à ordem-do-dia. Neste exato momento, o deputado Viana do Castelo teria pronunciado estas palavras:

— “Mas, enquanto V. Excia. não se defender, essas acusações continuarão a ter valor para mim!”

Para o deputado carioca, que falara em sua defesa por mais de uma hora, aquela frase do líder da maioria ecoou como um acinte, com a violência de uma bofetada. Reunindo

ainda seus papéis, sua resposta não se fêz esperar: lançou contra seu colega mineiro um palavrão, com tôdas as letras!

O presidente da sessão não teria possibilidade de ouvir as palavras ofensivas então pronunciadas. Provavelmente, os taquígrafos as ouviram, embora — é claro — não as registrassem, ainda mais porque o orador já havia terminado seu discurso. Mas alguns repórteres ouviram-nas.

Não seria a primeira nem a última vez que incidentes dêsse tipo viessem a verificar-se no recinto da Câmara. Naquela mesma legislatura, algo de semelhante teve lugar entre o deputado Azevedo Lima e o deputado Antônio Carlos, então exercendo as funções de líder da maioria.

Todavia, no amplo e soleníssimo recinto, recém-inaugurado, era a primeira vez. E coisa muito pior haveria de, ali mesmo, registrar-se, em dezembro de 1929: a morte de um deputado, atingido a tiros por um seu colega.

O incidente verificado no dia 27 de julho poderia, perfeitamente, ter ficado no esquecimento, ignorado do público, transformado num simples episódio dos bastidores da Câmara.

Acontece, porém, que o repórter de *A Manhã* não perdeu a oportunidade para fazer um “furo” jornalístico. No dia seguinte, em manchete, a ofensa foi reproduzida através de um eufemismo, facilmente identificável. Foi um choque, um escândalo, um Deus-nos-acuda, nos meios políticos e parlamentares.

Não tardou que o presidente da Câmara recebesse um telefonema. Falava-lhe o chefe da Nação, Artur Bernardes, que, indignado, exigia uma reparação para o líder da maioria, um desagravo à dignidade da Câmara, um exemplar corretivo para o deputado Adolfo Bergamini — sua expulsão daquela casa do Congresso.

Arnolfo Azevedo replicou, de imediato, que o Regimento da Câmara não previa a hipótese, muito menos a pena de expulsão de um deputado. Travou-se, então, um diálogo pelo telefone, mais ou menos nos seguintes termos:

- “Que se faça, imediatamente, a reforma do Regimento!”
- “Podemos fazê-la. Mas a pena não poderá ser aplicada ao deputado Bergamini, no presente caso, por não ter feito retroativo.”
- “Mas é preciso que se o faça pelo decôro da própria Câmara!”
- “Talvez. Mas não conte comigo para isso. Renunciarei imediatamente ao cargo. Se você insiste, pode tratar de escolher o futuro presidente da Câmara.”⁽³⁾

(3) Por diversas vêzes, ouvimos Arnolfo Azevedo relatar o episódio, que procuramos reproduzir com a maior fidelidade possível.

Diante da firme atitude do presidente da Câmara, Artur Bernardes não mais insistiu na aplicação de medida tão violenta. Apesar da amizade e da solidariedade que os ligava, Arnolfo Azevedo — como, em janeiro de 1927, lembrou o comentarista político de *O Jornal* — “se permitia, de quando em quando, criar obstáculos irremovíveis a certos atos vesânicos do ex-presidente, como por exemplo a expulsão do sr. Bergamini da Câmara, pleiteada com ardor pelo sr. Bernardes” (4).

Nesse mesmo dia 28 de julho, reuniu-se a Mesa, juntamente com os deputados Júlio Prestes e Getúlio Vargas (interessante coincidência!), e do debate então havido resultou a redação de uma nota aos jornais. Antes de divulgá-la, uma comissão composta dos deputados Arnolfo Azevedo, Otávio Mangabeira, Júlio Prestes e Getúlio Vargas dirigiu-se ao palácio do Catete, a fim de conferenciar com o presidente da República. Ali teria encontrado um ambiente de cólera, que acabou por se desfazer diante das ponderações dos membros da comissão parlamentar. Os termos do comunicado à imprensa foram aprovados pelo chefe da Nação e o lamentável incidente foi considerado encerrado (5).

Eis o documento que os jornais de 29 estamparam:

“A Mesa da Câmara e os líderes de suas bancadas, tomando conhecimento do que alguns jornais publicaram, a respeito de um insulto, que se diz ter sido proferido, da tribuna, pelo sr. deputado Adolfo Bergamini, contra o eminente líder daquela casa do Congresso, se apressam em tornar público, a bem da verdade, e para desfazer explorações:

1.º — que o sr. deputado Bergamini, na oração que pronunciou, não dirigiu qualquer palavra insultuosa ao sr. deputado Viana do Castelo, nem a Mesa consentiria que o fizesse, porque lhe teria aplicado, se tal houvesse ocorrido, as disposições regimentais, compatíveis com a hipótese;

2.º — que, posteriormente, constou que o orador, ao preparar-se para descer da tribuna, terminado, pois, o seu discurso, finda a hora destinada ao expediente, quando já soavam os tímpanos para ser anunciada a ordem-do-dia, teria proferido um insulto, que não foi ouvido pela Mesa, nem pelo sr. Viana do Castelo, que então já se achava afastado do local da tribuna, e que, a menos que se queira injuriar o próprio sr. deputado Bergamini, com certeza não foi pronunciado.”

Era uma solução elegante e digna, talvez a única que poderia ser encontrada, diante da delicadeza do caso.

Com certa surpresa para muitos, o deputado Viana do Castelo não se satisfez com a fórmula encontrada. Por alguns

(4) Cf. *O mirante de onde se pode observar a rosa dos ventos*, em *O Jornal* de 17 de janeiro de 1927.

(5) Cf. *Correio da Manhã*, 1.º de agosto de 1926.

dias, a Câmara deixou de trabalhar por falta de número. Dizia-se que o líder da maioria exigia um desagravo público à sua honra, uma espécie de desforra moral, que, ao mesmo tempo, significaria uma vergonhosa condenação para o deputado Adolfo Bergamini⁽⁶⁾.

De muitos lados, viu-se Arnolfo Azevedo pressionado no sentido de concordar com essa manifestação pública de desagravo ao líder da maioria. Mas resistiu, indômito, a tais assédios, mesmo diante da possibilidade de uma crise política, em virtude da qual a bancada mineira ficaria em luta aberta com a Mesa da Câmara.

Comentando o momento difícil por que passava nosso biografado, o correspondente político de *A Platéia*, na crônica já citada e enviada do Rio de Janeiro (2-VIII-1926), escreveu o seguinte:

“Mas o presidente da Câmara não é homem sujeito a imposições alheias. Os seus próprios adversários reconhecem-lhe a altivez de caráter e a energia de ação. Quando a sua consciência lhe indica um procedimento, o sr. Arnolfo Azevedo vai ao fim, sem temor das conseqüências.”

E ilustrou essa faceta de sua individualidade, com alguns exemplos: com o falecimento de Mário de Alencar, vagara-se o cargo de diretor da Biblioteca da Câmara e poderosos empenhos oficiais tudo fizeram para que fôsse nomeado Jackson de Figueiredo, pensador de renome; para as funções de diretor da Secretaria da Câmara, surgira como candidato, fortemente amparado, o sr. Vaz de Melo, cunhado do presidente da República. Em ambos os casos, o presidente da Câmara manteve-se intransigente, dentro de sua linha de conduta, e os nomeados saíram dos próprios quadros do funcionalismo daquela casa do Congresso Nacional.

Também o líder da maioria e seus colegas mineiros foram forçados a ceder em suas exigências exageradas. E não mais se falou no deplorável incidente parlamentar.

Reforma da Constituição

Ao reempossar-se na presidência da Câmara, em maio de 1924, Arnolfo Azevedo acenara com a necessidade de uma reforma da Constituição Federal, a fim de que acompanhasse a

(6) Cf. *A Platéia*, de São Paulo, em 2 de agosto de 1926.

evolução do país e não travasse seu desenvolvimento. Refletia, por certo, o pensamento da liderança política nacional, naquele grave período do governo do presidente Artur Bernardes. Falaria em tese e não possuímos elementos para esclarecer qual seria, exatamente, o seu propósito: se apenas atualizar os dispositivos constitucionais com implicações no campo político; se levar avante uma reforma mais ampla, de caráter político-social.

Esta última hipótese não é de todo descabida, embora fôsse êle um elemento conservador, por temperamento e por tradição da família. Eis as suas palavras textuais, proferidas em 1924:

“Os dispositivos da Constituição, por sua própria natureza, são teses concisas, destinadas a vigorar por muitos anos, como regras reguladoras da vida, da atividade, do progresso e engrandecimento da Pátria; mas, por isso mesmo, não podem permanecer inflexíveis e duros; têm de seguir o desenvolvimento do país, precisam adaptar-se às necessidades públicas e só pela maleabilidade que lhes advém da aplicação inteligente ou da regulamentação esclarecida e adequada, essa adaptação se efetiva e se completa.

Quando não fôr isso possível, quando contraste evidente e flagrante se levantar entre as disposições rijas e as necessidades públicas, será, então, forçoso pedir a reforma constitucional, o remédio que os meios legislativos comuns e ordinários já não puderam fornecer, porque as Constituições foram feitas para a grandeza e prosperidade das Nações e, não, para lhes travar e entorpecer a vida e a evolução perene.”

Diante dêsse texto, tem-se o direito de supor que Arnolfo Azevedo preconizava uma reforma constitucional mais ampla, que não se ativesse aos aspectos políticos.

Todavia, êsse não foi o pensamento dominante dentro da maioria parlamentar. Iniciada na sessão legislativa de 1925, a reforma veio a completar-se na sessão de 1926, introduzindo alterações de caráter eminentemente político, referentes à intervenção federal nos Estados (art. 6.º), às atribuições do Congresso (art. 34), ao veto do presidente da República (art. 37, § 1.º), à competência da Justiça Federal (arts. 59 e 60), à concessão do *habeas-corpus*, à representação do Brasil perante a Santa Sé, à expulsão de estrangeiros, etc. Como verdadeiras exceções, passou-se a prever uma legislação sôbre o trabalho e regulamentou-se a exploração de minas e jazidas minerais, vedando-se sua transferência a estrangeiros quando consideradas necessárias à segurança e defesa nacionais.

Como presidente da Câmara, Arnolfo Azevedo acompanhou de perto a tramitação dessa reforma constitucional, embora nela não pudesse colaborar diretamente. Temos a

impressão, entretanto, que foi êle o inspirador dos dois parágrafos acrescidos ao art. 34, que assim passaram a dispor:

“§ 1.º — As leis de orçamento não podem conter disposições estranhas à previsão da receita e à despesa fixada para os serviços anteriormente criados. Não se incluem nessa proibição:

a) a autorização para abertura de créditos suplementares e para operações de crédito como antecipação da receita;

b) a determinação do destino a dar ao saldo do exercício ou do modo de cobrir o *deficit*.

§ 2.º — É vedado ao Congresso conceder créditos ilimitados.”

Em suas linhas gerais, o assunto havia constituído — como já se viu — tema permanente em tôdas suas falas presidenciais.

A 6 de setembro de 1926, no palácio Monroe, sede do Senado Federal, foi solenemente assinado e promulgado o nôvo



A reforma da Constituição

A 6 de setembro de 1926, as mesas do Senado e da Câmara federais assinaram o texto da Constituição reformada. Sentado, assinando o documento, Estácio Coimbra, vice-presidente da República e presidente do Senado. De pé, da esquerda para a direita: senadores Afonso Camargo, Pereira Lobo e Silvério Néri; deputados Raul Sá e Arnolfo Azevedo; senador Mendonça Martins; e deputados Bocaiúva Cunha, Domingos Barbosa e Batista Bittencourt,

texto da Constituição, integrado com as emendas aprovadas pelo Congresso Nacional. Arnolfo Azevedo conservou um dos exemplares autênticos do documento, ora sob nossa guarda. Nêle figuram as assinaturas autógrafas dos que o promulgaram: *Estácio de Albuquerque Coimbra*, presidente do Senado; *Manuel Joaquim de Mendonça Martins*, 1.º secretário do Senado; *Silvério José Néri*, 2.º secretário do Senado; *José Joaquim Pereira Lobo*, 3.º secretário do Senado; *Afonso Alves de Camargo*, 4.º secretário do Senado; *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, presidente da Câmara dos Deputados; *Raul de Noronha Sá*, 1.º secretário da Câmara; *Ranulfo Bocaiuva Cunha*, 2.º secretário da Câmara; *Domingos Quadros Barbosa Alvares*, 3.º secretário da Câmara; *Antônio Batista Bittencourt*, 4.º secretário da Câmara.

A Constituição, assim reformada, viria a vigorar apenas durante pouco mais de quatro anos.

Hegemonia de São Paulo

Aproximava-se o fim do governo do Dr. Artur da Silva Bernardes e, com êle, a ascensão do Dr. Washington Luís Pereira de Souza à presidência da República.

Desde logo, começaram as especulações dos comentaristas políticos, aparecendo com freqüência o nome de nosso biografado, apontado para diferentes posições de destaque.

Em tópico datado de 13 de junho, noticiava o *Correio da Manhã* que já se vinha cogitando da sucessão do Dr. Carlos de Campos na presidência de São Paulo, embora seu mandato devesse expirar somente em maio de 1928. Reproduzindo informações do correspondente da *Fôlha da Noite*, considerava "papáveis" os srs. Mário Tavares, Bento Bueno, Cardoso de Almeida, Arnolfo Azevedo, Firmiano Pinto e, na hipótese de uma desinteligência, o sr. Júlio Prestes. Terminava por acrescentar que a evidência em que vinha sendo colocado êste último estava fazendo Arnolfo Azevedo "sentir uma impressão pouco satisfatória..."

Poucos dias depois, 17 de junho, *A Tribuna*, também da capital paulista, transmitia confidências que um deputado estadual teria feito ao repórter. À lista de nomes atrás citados, acrescentava mais dois: os srs. Dino Bueno e Ataliba Leonel.

Em relação a nosso biografado, teria sido esta a opinião do político:

"Outro nome desde já em evidência é o de Arnolfo Azevedo, cujo prestígio já transpôs os limites do Estado e é, sem dúvida alguma, uma personalidade nacional, acatada e admirada pelo seu espírito conciliador e inteligência fecunda. Tipo essencialmente singular na política indígena, é um concorrente de valor e capaz de se impor, máxime se, em dado momento, conseguir reunir os votos e as simpatias dos nossos próceres."

Em sua edição de 15 de setembro, a revista *Atualidade* publicou, na primeira página, um artigo intitulado *A passagem da hegemonia para São Paulo*, com a fotografia do presidente da Câmara, "que será uma das figuras de relêvo no cenário federal, após 15 de novembro".

Em recorte de jornal (infelizmente sem indicação de nome e data), referente à mesma época, o comentarista NOVELTY opinava que Arnolfo Azevedo não seria o futuro ministro da Justiça: passaria para o Senado, na vaga de Washington Luís, a fim de guardar a cadeira para Carlos de Campos, recebendo em troca a presidência do Estado. E esclarecia:

"Ficará São Paulo entregue ao sr. Arnolfo Azevedo, que foi um dos baluartes da candidatura Washington Luís.

O deputado por Lorena e atual figura de destaque da Comissão Diretora, é um político prestigioso, de grande envergadura moral e de grande tato. A sua atuação na política geral do país sempre se fêz sentir pela orientação sensata, pela linha moral e pela firmeza de princípios.

Não é um nôvo, ambicioso de posições e sôfrego de mando; virá para o poder com uma longa bagagem e fará uma administração tolerante."

Já em 8 de outubro, o correspondente carioca de *A Platéia* enviava para a capital paulista longa crônica, em que tecia comentários em tórno da composição do futuro ministério. Alguns nomes estariam sendo cogitados: Otávio Mangabeira, Manuel Vilaboim, Sales Júnior, Afrânio de Melo Franco, Arnolfo Azevedo, dentro de um critério seletivo de competências. A respeito de nosso biografado, alongou-se particularmente:

"Do sr. Arnolfo Azevedo, podemos dizer que é uma das figuras mais representativas da política nacional. Poucos têm, como êle, o dom de impor sua autoridade, naturalmente e sem esforço de atitudes.

Ainda há pouco, alvejado por uma campanha violenta de alguns jornais, o sr. Arnolfo jamais desceu a atos que visassem pessoalmente aos seus opositores.

Com o tempo, essa oposição foi cedendo, conquistada pelo relêvo moral dos atos e da independência do presidente da Câmara; tanto assim

que, hoje em dia, já é permitido dizer que somente certos órgãos da imprensa, por motivos transparentes, continuam a hostilizá-lo.

Há tempo, quando se procurava obrigar os funcionários a subscrever mensagens de solidariedade política, o atual presidente da Câmara, sem perder a reserva compatível com a responsabilidade do seu posto eminentemente político, jamais permitiu que se forçasse a consciência de seus subordinados, obrigando-os a manifestações que, pouco servindo ao Governo, viriam ferir a dignidade daqueles que as produzissem sob uma atmosfera de compressão.

Atravessando um largo período de partidarismo ardente dentro da Câmara, o sr. Arnolfo Azevedo chega ao fim de sua jornada cercado da simpatia, estima e respeito de todos os membros da oposição, sempre tão combativa.

A hipótese da escolha do sr. Arnolfo Azevedo para a pasta da Justiça do futuro governo surge, assim, como capaz de conciliar tôdas as opiniões."

A 16 de outubro, *A Fôlha* noticiava que nosso biografado só não seria senador, na vaga de Washington Luís, se não quisesse. Havia os que afirmavam que êle preferia continuar na presidência da Câmara, cargo de maior relêvo político. "Depois, todos os caminhos conduzem a Roma. E Roma, para o sr. Arnolfo, é a presidência de São Paulo."

Como se vê, muitos se preocupavam com o destino político de Arnolfo Azevedo, no momento em que se iniciava a hegemonia paulista em substituição à hegemonia mineira. Ministro da Justiça? Senador federal? Presidente do Estado de São Paulo?

O futuro diria. De qualquer forma, tudo parecia indicar que a estrêla política do austero presidente da Câmara continuaria a brilhar, e de maneira mais intensa, durante o quadriênio de 1926-30.

Todavia, em Política nada é seguro; ela dá voltas, tem os seus caprichos, prega inesperadas surpresas...

O ministério de Washington Luís

Na segunda quinzena de outubro, foi tornada pública a relação dos futuros ministros de Estado. Em sua edição do dia 17, *O País* estampou larga reportagem a respeito da repercussão das escolhas entre os deputados federais. Tudo parecia perfeitamente azul...

O repórter foi encontrar o presidente da Câmara em seu gabinete de trabalho, quando se preparava para tomar o cafézinho das 3 horas da tarde, cercado por uma dezena de colegas.

"Homem de energia inflexível na direção dos trabalhos parlamentares, zeloso pelo espírito de ordem, incisivo sem ser ríspido, preciso nas suas deliberações, sem recursos a frases estranhas à boa ética parlamentar, o sr. Arnolfo Azevedo, ao contrário do que o pintam, é cordialíssimo nas suas palestras, afetivo e bom."

Interpelado sôbre o nôvo ministério, teria respondido:

"— Dá-se um caso interessante, com a impressão de alguns sôbre o ministério. Dizem-se *surpreendidos* e exclamam, mesmo: *Esse não é o ministério que sonhei!* Mas, senhores, é o caso de dizer-se logo, que naturalmente assim não é. O ministério, a meu ver admiravelmente constituído, não pode ser o do sonho dêles; é o do Washington. Quando fôr ocasião, êles que constituam o seu..."

A observação teria sido muito bem recebida pelo grupo de deputados, já então aumentado.

Estaria o presidente da Câmara externando o que, realmente, sentia no fundo de seu coração? Ou aquela frase — "a meu ver admiravelmente constituído" — significava uma discreta resposta a uma pergunta um tanto indiscreta?... Era preciso guardar as aparências e, como calejado político, Arnolfo Azevedo sabia guardá-las.

A verdade (que nosso biografado jamais escondeu a seus amigos mais íntimos e aos membros de sua família) é que o ministério escolhido por Washington Luís causou-lhe profunda decepção. O que Arnolfo Azevedo teria pôsto na bôca de "alguns", ao ser entrevistado pelo repórter de *O País* — que-remos crer —, significava exatamente o que êle, no íntimo, também pensava. Aquêle ministério não era, positivamente, o ministério de seus sonhos...

Na realidade, era o ministério de Washington Luís; e sômente dêle, muito de acôrdo com sua absoluta confiança em si mesmo, sua personalidade autoritária, pouco afeita a ouvir ponderações ou conselhos, mesmo de amigos os mais leais.

Naquele mês de outubro de 1926, Arnolfo Azevedo ficou de tal forma decepcionado, que se abateu moral e fisicamente. É mais que evidente que essa decepção nada teve a ver com a sua não-escolha para o ministério da Justiça, que alguns jornais haviam dado como certa; para êle, por todos os motivos, não convinha deixar o pôsto de presidente da Câmara (que lhe dava independência e projeção políticas, e onde se via cercado do respeito e admiração de seus colegas da maioria e da minoria) em troca de um ministério de Estado (mesmo que fôsse da importância do da Justiça), como colaborador de um

velho amigo e companheiro, que sinceramente admirava, mas que se caracterizava pela intransigência, pela teimosia e mandonismo.

Em sã consciência, podemos afirmar: não era essa a causa de sua decepção e de seu abatimento. Mas, sim, o fato de não ver entre os escolhidos nenhuma figura exponencial e do mais alto gabarito, como imaginara, a não ser uma única exceção: a do deputado Otávio Mangabeira, escolhido para a pasta das Relações Exteriores, cuja cintilante inteligência admirava sinceramente e cuja capacidade ninguém ousava pôr em dúvida. De certa forma, Arnolfo Azevedo concorrera para essa designação, pois tudo fizera para que o deputado baiano fôsse escolhido como orador no banquete em que Washington Luís leu sua plataforma de governo, dando-lhe oportunidade de proferir um discurso que marcou época.

Salvo essa honrosa exceção, os demais ministros não corresponderam à sua expectativa e como que puseram nosso biografado numa posição difícil perante seus colegas, junto aos quais procurara sempre exaltar as qualidades do novo presidente da República, criando em torno de sua figura, simpática e varonil, a auréola de um quase super-homem.

O ministério fazia lembrar o clássico “parto da montanha”: na pasta da Justiça, o então líder da maioria, personalidade discutida e muito combatida, certamente inferior em brilho a outros integrantes da bancada mineira; nas pastas militares, figuras que não se alinhavam entre os expoentes das classes armadas; na da Agricultura, um médico oculista; na da Viação, o irmão de um governador de Estado; na da Fazenda, um não-especialista.

A propósito da escolha do ministro da Fazenda, Arnolfo Azevedo costumava relatar um episódio, em que tomara parte. A pasta fôra reservada a um político do Rio Grande do Sul e o nome que Washington Luís havia escolhido era o do deputado Lindolfo Collor. Seus amigos (entre os quais nosso biografado) advertiram-no que a escolha poderia magoar o presidente Carlos de Campos, com quem o deputado e jornalista gaúcho tivera um atrito. Ter-se-ia travado, então, um diálogo, mais ou menos assim:

- “Quem é o líder da bancada gaúcha?”
- “O Getúlio Vargas.”
- “Então, êle será o ministro da Fazenda.”



Artur Bernardes

Além da expressiva dedicatória, a fotografia traz uma data significativa: 14 de novembro de 1926, derradeiro dia de um atribulado quadriênio.

— “Mas êle não é um especialista em finanças e você pretende fazer uma reforma financeira, com estabilização da moeda.”

— “Isto não tem a menor importância. Basta que eu entenda do assunto.”

Esse episódio, presenciado por Arnolfo Azevedo, retrata muito bem as características do estadista que, a 15 de novembro de 1926, passou a dirigir os destinos da Nação.

O ídolo demonstrava que tinha os pés de barro...

Discursos políticos

Como acontecera em anos anteriores, desde que assumira a presidência da Câmara e incluía-se entre os líderes da política nacional, Arnolfo Azevedo teve de pronunciar, em 1926, discursos genuinamente políticos.

O primeiro foi proferido no dia 9 de maio, quando saudou, em um almoço, falando em nome da Mesa da Câmara, o presidente de São Paulo — *Carlos de Campos* e o governador do Rio Grande do Norte — *José Augusto Bezerra de Medeiros*. Ambos encontravam-se na cidade do Rio de Janeiro, até onde foram com o fim especial de assistir à inauguração do palácio da Câmara. Era uma homenagem de agradecimento às doações feitas ao novo edifício: o gesso norte-rio-grandense e o mobiliário do recinto, trabalho este executado pelo Liceu de Artes e Ofícios da capital paulista. Ambos haviam, como deputados, contribuído para a construção do edifício: José Augusto, como membro da comissão de Polícia; Carlos de Campos, como membro da comissão de Finanças, que aprovara o crédito inicial para a obra. Foi uma festa amiga, fraterna e cordial.

O segundo discurso político foi pronunciado por Arnolfo Azevedo no banquete oferecido, no dia 4 de dezembro, a *Estácio Coimbra*, ex-vice-presidente da República e governador eleito de Pernambuco. Lembrou os laços de amizade que o prendiam ao político pernambucano e que datavam de quase cinco lustros. Rememorou seu primeiro encontro, ao iniciar-se a legislatura de 1903-05, e a fama que já aureolava o homenageado.

“Instituído o que a insopitável irreverência do nosso meio chamou *Jardim da Infância* — núcleo de políticos de talento forte, de preparo

extenso, de cultura sólida, aí floresceram também vossos grandes predicados de político e parlamentar de escol; e, nesse centro de idealistas e patriotas de alma sã e coração aberto, talvez ingênuos, mas ao certo desinteressados e crentes, guiados, inspirados e estimulados em sua fé pelas ofuscantes cintilações daquela estréla luminosa, de luz viva, penetrante, avassaladora, que se chamou Carlos Peixoto Filho — nossos espíritos se aproximaram e se compreenderam, nossos caracteres se apreciaram, nossos corações se irmanaram em afinidades que só então se descobriram.”

Ambos haviam servido na mesma Mesa da Câmara — Arnolfo Azevedo, como vice-presidente, e Estácio Coimbra, como 1.º secretário. A campanha civilista os separara, no campo da política; mas não tardou que, de nôvo, viessem a batalhar juntos pelas mesmas causas. Em 1921, o homenageado assumira a liderança da maioria na Câmara; em 1922, passara a ocupar a vice-presidência da República, pôsto que exercera com dignidade e exemplar lealdade, assim como a presidência do Senado. Naquele momento, preparava-se para assumir a governança de Pernambuco. Em nome dos amigos e admiradores, ali presentes, formulava os melhores votos pelo êxito completo nessa nova missão que iria cumprir.

No dia 21 de dezembro, realizou-se um almôço em homenagem ao deputado *Celso Baima*, que vinha de tomar parte na Conferência Parlamentar Internacional de Comércio, reunida em Londres, e que havia conseguido, com seus colegas de representação, que a próxima reunião se realizasse na cidade do Rio de Janeiro, em 1927. Coube a Arnolfo Azevedo pronunciar o brinde de honra ao presidente Washington Luís. Quando os parlamentares estrangeiros chegassem ao Brasil, saberiam que tinham, na chefia da Nação, um político que o povo escolhera por voto unânime e um Congresso eleito pelo voto livre. No presidente da República encarnava-se a alma da Nação, graças às suas virtudes cívicas, ao seu caráter reto, espírito forte, patriotismo sem falhas, honradez sem mácula. Elevando as taças em sua honra, os presentes estariam homenageando a própria Pátria.

A última sessão

No dia 31 de dezembro de 1926, uma sexta-feira, o recinto da Câmara dos Deputados achava-se quase vazio, quando o presidente Arnolfo Azevedo anunciou que findara a hora destinada ao expediente e iria passar à ordem-do-dia.

“O sr. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 34 srs. deputados. Não há número para proceder-se à votação das matérias constantes da ordem-do-dia.

Tem a palavra, para uma explicação pessoal, o sr. Plínio Casado.”

Assomando à tribuna, o líder da minoria começou por declarar que, na hora derradeira da legislatura, confiava em que a Câmara acreditasse nas palavras que iria proferir, inspiradas pelos mais nobres ideais, ditadas pelo mais acrisolado patriotismo e repassadas dos mais delicados afetos de sua alma. Não lhe faltaria, dizia-lhe o coração, a mesma expectativa simpática que o cercara de outras vêzes que havia ocupado a tribuna.

Dirigiu-se, em primeiro lugar, ao presidente da Câmara, cujas virtudes e méritos ninguém tinha mais autoridade para proclamar do que o líder da minoria. Na sua qualidade de adversário político do presidente da Casa residia a sua força de insuspeição e de imparcialidade para ratificar os conceitos em discursos anteriores emitidos sobre a respeitabilidade moral e a integridade de caráter de Arnolfo Azevedo. Nada tinha a retirar do quanto dissera em louvor desses predicados. Se alguma coisa tivesse a fazer, seria acrescentar, ao que dissera, a sua admiração e o seu respeito pela atitude do Presidente, ao prestar, democraticamente, contas pormenorizadas dos gastos feitos com a construção do edifício da Câmara.

Ouviram-se palmas, prosseguindo o orador noutras considerações, a propósito da situação política do país.

Seguiu-se-lhe com a palavra o deputado José Bonifácio, líder da bancada mineira, confessando-se feliz pela incumbência, recebida de seus colegas, de saudar o líder da maioria. Era gratíssimo pertencer a uma corporação que tinha, de um lado, o deputado Júlio Prestes como guia, e, de outro, o preclaro sr. Arnolfo Azevedo, a cujo respeito, pouco antes, se manifestara, em merecidos conceitos, o líder da minoria, aplaudido pela Câmara inteira. Ao presidente e demais membros da Mesa, apresentou a homenagem do respeito e da admiração da Câmara, pela alta correção com que haviam dirigido os trabalhos parlamentares. Em seguida, passou a focalizar a atuação do líder da maioria.

Falou, depois, o deputado Júlio Prestes, líder da maioria, confessando-se profundamente comovido com as manifestações de que acabava de ser alvo.

"É tradição da Câmara dirijam os srs. deputados, no último dia das sessões, as suas saudações, os seus votos de felicidade e congratulações para com o seu presidente, a Mesa e todos os auxiliares do Poder Legislativo. Mas não foi, de certo, pelo desejo de manter essa tradição, senão para dizer, com sinceridade, o que experimento neste instante, que pedi a palavra.

Em se tratando de V. Excia., senhor Presidente, não terei necessidade de emitir, mas apenas confirmar o conceito que sempre ouvi dos líderes meus antecessores, sobre a correção, a honestidade, o patriotismo e o alto espírito de justiça, que destacam a grande figura moral de V. Excia., na presidência desta Casa. (*Muito bem, muito bem*)"

E o deputado paulista prosseguiu em seu discurso.

Noutras oportunidades semelhantes, Arnolfo Azevedo tivera ocasião de ouvir conceitos mais calorosos e expressivos.

Terminado o discurso do líder da maioria, nosso biografado pronunciou palavras de agradecimento. Sente-se — ao lê-las — uma indisfarçável nota de melancolia. Os conceitos ali proferidos, em relação à sua pessoa, eram frutos da antiga convivência e da amizade que sempre haviam ligado o deputado a seus colegas da Câmara, durante tantos e tantos anos.

Três décadas de vida pública, e principalmente seis annos de presidência da Camara dos Deputados, deram-me a convicção de que os homens politicos do Brazil são muito melhores do que geralmente se julga. Rio de Janeiro, 1-1-1926
 Arnolfo Azevedo

Eram filhos do sentimento de generosidade, que existe no coração de todos os brasileiros. Resultavam da estima, que a cada um dos três oradores o prendia há longos anos. E agradeceu, profundamente, a benevolência das expressões ali proferidas.

Era "o canto do cisne" de Arnolfo Azevedo, como deputado e como presidente da Câmara. Deixaria, para sempre, o amistoso e agradável convívio de seus colegas, entre os quais figuravam amigos de mais de 20 anos, brasileiros de todos os rincões do país. Deixava, para sempre, de presidir às sessões daquela Câmara, após seis anos de mandato honrosamente renovado e exercido. Dentro em breve, iria abandonar, para sempre, aquêlê magnífico palácio, que ajudara a construir com amor verdadeiramente paternal, que vira no embrião de sua pedra fundamental, cuja construção acompanhara passo a passo, diuturnamente, durante quatro e inesquecíveis anos.

Foi, certamente, com a mais profunda emoção e com a alma envolvida de muita tristeza, que Arnolfo Azevedo, naquele dia de São Silvestre, declarou encerrada a sessão — a última da 12.^a legislatura, a derradeira que presidia em sua vida. Eram 3 horas e 40 minutos da tarde.

O "grande presidente"

Referindo-se a Arnolfo Azevedo, em 1938, DOMINGOS BARBOSA, antigo deputado pelo Maranhão (7), recordou que com êle servira, na qualidade de secretário da Mesa, na legislatura de 1924-26.

"Esse contato diuturno deu-me inúmeros ensejos para que eu pudesse averiguar, como averigüei com admiração crescente, ser êle, sem a mais leve lisonja, um dos homens mais dignos, dentre os muitos homens dignos com os quais tenho tido a felicidade de tratar.

Para comprovar esta assertiva, eu poderia enfileirar uma quantidade imensa de fatos, índices de que êle exercia a presidência da Câmara como se fôsse um lugar de magistratura, senão de apostolado.

O seu feito algo reservado e a austeridade das suas maneiras — que escondem, aliás, um emotivo e um afetivo — não consentem que o grande público saiba, da sua passagem por aquêlê alto pôsto, senão que a êle se deve a construção do Palácio Tiradentes, a cuja edificação se devotou com inexcedível afã, fiscalizando-a com o escrúpulo inflexível e minucioso que caracteriza a sua honradez sem falhas e insuspeitável."

(7) BARBOSA (Domingos) — *Uma terra e um homem*, em *Jornal do Brasil*, de 10 de novembro de 1938.

Lembrou, depois, um fato que tivera oportunidade de presenciar: procedera-se à reforma da Secretaria da Câmara e o Regimento dava à Mesa competência para pôr em disponibilidade quantos funcionários julgasse conveniente. Alguém lembrou, então, que a medida poderia ser aplicada a um deles, o qual — embora competente e dos mais eficientes — havia atacado duramente o presidente da Câmara, através de um jornal carioca.

“Pois bem: o Dr. Arnolfo Azevedo, discutindo com desusada veemência, como se defendesse um amigo, e alegando que não podia, por animadversão pessoal, privar a Secretaria da Câmara dum elemento ativo e valioso, foi dos que mais combateram a sugestão, repelida devido a êle, mais do que a ninguém.

E o seu gesto é tanto mais para salientar, quando, nas reuniões da comissão de Polícia, êle, num requinte de fidalga gentileza, evitava o mais possível manifestar-se antes de nós, Secretários, para que o prestígio da sua opinião não pudesse influir nos nossos votos.

Esse seu modo de proceder, sempre reto e igual, deu lugar a que alguém dissesse, da tribuna, que êle, com o seu exemplo, havia feito da Mesa da Câmara *uma escola de civismo* — assertiva que foi bastas vèzes confirmada pela passagem de membros daquela comissão para outros altos cargos, tanto do Legislativo quanto do Executivo, da República e de Estados.”

Arnolfo Azevedo ainda vivia, quando o *Jornal do Brasil* publicou êsse artigo de seu antigo colega e fiel amigo. Deve ter-se sentido reconfortado e feliz.

Escrevendo em 1952, dez anos após sua morte, OTO PRAZERES⁽⁸⁾ — que servira como secretário da presidência da Câmara, ao tempo de Arnolfo Azevedo — observou:

“Tinha uma bondade carrancuda, mas cheia de afeição, estimando e desejando amparar todos os que com êle conviviam ou serviam sob as suas ordens.”

O mesmo polígrafo havia dado precioso testemunho por ocasião do falecimento de nosso biografado:

“Quantas vèzes, às 7 horas, mal chegado às suas mãos o *Diário do Congresso*, pedia-me, pelo telefone, explicações sôbre o que acabava de ler, ou fazia observações a serem apreciadas no correr do dia! Desejava estar sempre bem a par de tudo, conhecer todos os detalhes da ordem-dia e das matérias a resolver, a dar parecer, a fim de ficar senhor de tudo

(8) PRAZERES (Oto) — *Arnolfo Azevedo, o austero, em Correio da Manhã*, de 25 de julho de 1952.

e não ter qualquer hesitação nos momentos de discussão ou votação. Era, assim, um grande e consciencioso trabalhador ao serviço da Câmara, que o elegera.”⁽⁹⁾

HUGO CARNEIRO, antigo deputado pelo Ceará e também seu companheiro de Mesa, assim se expressou em 1956:

“Jurista de escol, parlamentar modêlo, cidadão de excepcionais virtudes morais, político fiel aos princípios do famoso Partido Republicano Paulista, pela sua fibra, pela sua austeridade, pelo seu trato de maior distinção, o insigne representante de São Paulo logo se impôs aos seus pares, como antes se impusera aos seus coestaduanos e correligionários.

A todos nos conquistou pelo respeito afetivo que inspirava a sua finíssima educação e a austeridade de suas maneiras. Temperamento profundamente sensível, era muito raro, entretanto, se lhe observar um sorriso nas faces, quase sempre graves e fechadas. Aquela fisionomia sisuda e sempre circunspecta ocultava um contraste com a realidade do espírito: Arnolfo Azevedo era um homem de imensa afetividade. Convivi com êle intimamente e pude sentir até que grau chegava a sua bondade sem limites.”⁽¹⁰⁾

Quando ainda vivia, *A Nota* assim se expressou:

“Como presidente, foi uma autoridade de verdade, pela compostura, pela austeridade, pela linha de elegância, pelo espírito de decisão, pelos sentimentos de justiça.”⁽¹¹⁾

Vinte anos depois, ADERSON MAGALHÃES (que escrevia sob o pseudônimo de *All Right*) testemunhou:

“Trazia a rapaziada num cortado. A disciplina ia desde os serviços mais modestos da Secretaria até aos debates no plenário. Fazia gosto ver! Quero referir-me a Arnolfo Azevedo, homem duro, sêco, antipático, de queixo torto. Sempre de cara fechada, com êle ninguém brincava. Entretanto, era geralmente estinado e profundamente respeitado.”⁽¹²⁾

Foi êsse o grande presidente que a Câmara teve, de 1921 a 1926 — para repetirmos as palavras (sugeridas por Otávio Mangabeira) inscritas sob a estátua da Justiça, que seus colegas lhe ofereceram, em 1923.

(9) PRAZERES (Oto) — *Arnolfo Azevedo*, em *Jornal do Brasil*, de 16 de janeiro de 1942.

(10) CARNEIRO (Hugo) — *Arnolfo Azevedo*, em *Jornal do Brasil*, de 11 de novembro de 1956.

(11) *Como vivem os homens que passaram pelo poder público no Brasil* — *Arnolfo Azevedo*, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938.

(12) RIGHT (All) — *A presidência da Câmara*, em *Diário de São Paulo*, de 13 de fevereiro de 1958.

O Palácio Tiradentes

Centenário do Poder Legislativo. Sob as bênçãos de Deus. Inaugura-se o Palácio Tiradentes. A sessão solene. Palavras de Arnolfo Azevedo. Dias felizes. Lembrando-se das crianças. O Palácio Tiradentes. Imortalizado no bronze. O adeus ao Palácio.

Centenário do Poder Legislativo

Na sessão realizada no dia 4 de maio de 1926, a Câmara dos Deputados aprovou o seguinte requerimento, subscrito pelo sr. Viana do Castelo, líder da maioria, e inúmeros outros deputados:

“Requeremos que a Câmara resolva o seguinte:

1.º realizar, no dia 6 de maio corrente, em comemoração do primeiro centenário do Poder Legislativo, uma sessão especial destinada à inauguração do novo edifício da Câmara dos Deputados;

2.º convidar, para assisti-la, tomando assento no recinto, os senhores Senadores da República;

3.º convidar o sr. presidente da República a presidir o ato inaugural, desvendando a respectiva placa e assinando a ata, bem como o Corpo Diplomático e autoridades superiores do país e do Distrito Federal a assistirem essas solenidades;

4.º só funcionar definitivamente na nova sede que se inaugura, depois de terminados os trabalhos de instalação e mudança de suas repartições.”

Aproximava-se o grande dia, o momento tão ansiosamente aguardado por Arnolfo Azevedo, a data suprema de sua vida.

Seria condignamente comemorado o primeiro centenário do Poder Legislativo brasileiro. Inaugurar-se-ia com toda solenidade o novo palácio da Câmara: os civis estariam envergando fraque e cartola; o presidente da República deveria estar presente, juntamente com outras altas autoridades e mem-

bro do Corpo Diplomático; deputados e senadores, confraternizados no mesmo recinto, comemorariam o acontecimento.

Não havia dúvida que o ponto alto desses festejos seria a inauguração do palácio. Todavia, outro acontecimento marcaria a importante efeméride: a publicação do *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados (1826-1926)*, em três volumes, que só viria a ser efetivada em 1928, embora trazendo a data de 1926.

O plano original da obra, elaborado sob a direção de Arnolfo Azevedo, era interessantíssimo, se bem que por demais ambicioso. Compreendia 49 temas, a serem desenvolvidos exclusivamente por deputados da 12.^a legislatura. A saber:

1. Participação dos brasileiros nas Córtes de Portugal.
2. A independência do Brasil e a Constituinte do Império.
3. A Câmara dos Deputados segundo a Constituinte imperial.
4. A Câmara dos Deputados no regime constitucional da República.
5. A Câmara dos Deputados e as relações internacionais: a) tratados; b) questões diplomáticas; c) guerras.
6. Funcionamento da Câmara monárquica: sua composição, os partidos, os ministérios. Parlamentarismo.
7. Funcionamento e composição da Câmara republicana. Presidencialismo.
8. Regime eleitoral: seu desenvolvimento e suas modificações, no Império e na República.
9. Ensino público primário em cem anos.
10. Ensino público secundário em cem anos.
11. Ensino superior em cem anos.
12. Relações entre o Estado e a Igreja, na Monarquia e na República.
13. A Câmara dos Deputados e as questões religiosas do Império.
14. A Câmara dos Deputados no regime da separação entre a Igreja e o Estado.
15. Organização judiciária nas leis imperiais.
16. Organização judiciária nas leis republicanas. Justiça federal. Justiça local.
17. Organização militar na Monarquia e na República.
18. Organização das forças navais na Monarquia e na República.
19. Formação e codificação das leis penais.
20. Formação e codificação das leis comerciais.
21. Formação e codificação das leis civis.
22. Formação e codificação do processo criminal.
23. Formação e codificação das leis de processo civil.
24. Direito administrativo no Império e na República.

25. Organização e funcionamento dos aparelhos da administração geral e local, nos dois regimes.
26. Regime tributário do Brasil, nos dois períodos.
27. Regime monetário do Império e da República.
28. Elaboração orçamentária do Império e da República.
29. Organização bancária. Crises do Império e da República.
30. Empréstimos externos e internos. Suas modalidades, seus destinos, suas causas, no Império e na República.
31. Agricultura: seu desenvolvimento. Leis reguladoras do crédito agrícola e hipotecário. Produtos, matérias-primas, mercados.
32. Mineração: seu desenvolvimento. Metais, pedras preciosas, carvão, etc.
33. Pecuária: sua organização, desenvolvimento, produtos.
34. Comércio interno e externo: sua organização e desenvolvimento.
35. Indústrias grandes e pequenas. Protecionismo, prêmios, tarifas.
36. A Câmara dos Deputados e as estradas de ferro do Brasil.
37. Navegação marítima e de cabotagem.
38. Navegação fluvial e estradas de rodagem.
39. Trabalho escravo, tráfico de africanos, leis de libertação gradual, abolição.
40. Colonização e imigração.
41. Organização do trabalho livre e leis de protecção, acidentes, seguros, pensões, etc.
42. Leis orgânicas de higiene e de saúde pública.
43. Regime municipal na legislação imperial e a autonomia dos municípios segundo a Constituição da República.
44. A idéia de Federação no Brasil: como surgiu, cresceu e se concretizou na República.
45. Os grandes oradores da Câmara, mortos antes do centenário.
46. A vida íntima da Câmara: seus serviços, suas peculiaridades, sua história, suas anedotas.
47. A Cadeia Velha: história e descrição.
48. A Cadeia Velha, o Palácio Monroe e a Biblioteca Nacional.
49. O palácio da Câmara dos Deputados: memória histórica e descritiva.

Se concretizado êsse plano, teríamos uma História de nossa vida parlamentar, uma História do Direito brasileiro, uma História e uma Geografia da vida econômica brasileira.

Bem podemos avaliar a luta travada por Arnolfo Azevedo para que fôsse elaborada essa grande obra: dificuldades na escolha dos colaboradores; a pressão que teria exercido para que preparassem os temas escolhidos; o decurso dos prazos, sem que as colaborações aparecessem; o desânimo diante das desistências dos que, aceitando os encargos, deixaram de cumpri-los.

Quando a obra, dentro de um nôvo e menos ambicioso plano, veio finalmente a lume, em 1928, o *Jornal do Brasil* (25-X-1928) comentou as dificuldades dessa vitória. Depois de lembrar que, graças à sua tenacidade, o palácio da Câmara fôra construído, escreveu:

"Não satisfeito, o sr. Arnolfo Azevedo pensou noutra empreendimento temerário. Quis comemorar um século de existência da Câmara com um volume especial. Encarregou deputados de elaborar teses sôbre assuntos determinados. Pediu-lhes urgência e interêsse.

Mas o palácio da Câmara concluiu-se há alguns anos; e o livro comemorativo sômente agora aparece. Fôra mais fácil levantar na pedra aquêle palácio imponente, do que obter dos legisladores as suas monografias trabalhosas.

Um e outro trabalho, porém, honram a capacidade realizadora do seu promotor, e constituem motivos de legitima ufania do sr. Arnolfo Azevedo. E se tiver que escolher entre os dois, para melhor testemunho de sua vitória, não hesite um momento: exhiba o *Livro do Centenário*".

Editada pela Empresa Brasil Editora Ltda., com sede à rua Frei Caneca, n.º 153, na cidade do Rio de Janeiro, a obra acabou por se constituir de três volumes.

O volume I, de caráter especial, abrange 156 páginas, fartamente ilustradas com fotografias. Contém duas teses:

1. *Memória histórica do palácio da Câmara dos Deputados*, pelo deputado DR. ARNOLFO RODRIGUES DE AZEVEDO.
2. *O que é o Palácio da Câmara dos Deputados*, pelo Dr. J. M. GOULART DE ANDRADE.

O volume II, com 663 páginas, contém as seguintes teses:

1. *Participação dos deputados brasileiros nas Córtes portuguesas de 1821*, pelo deputado DR. NÉLSON COELHO DE SENA.
2. *Aspirações liberais no Brasil*, pelo deputado DR. BRÁS HERME-NEGILDO DO AMARAL.
3. *A idéia de Federação no Brasil: como surgiu cresceu e concretizou-se na República*, pelo deputado DR. MANUEL TAVARES CAVALCANTI.
4. *Questões de limites entre as Províncias, no Império, e nos Estados, na República*, pelo deputado DR. JOAQUIM JOSÉ BERNARDES SOBRINHO.
5. *O elemento servil e sua extinção gradual e definitiva*, pelo deputado DR. DOMINGOS QUADROS BARBOSA ÁLVARES.
6. *Organização do trabalho livre e leis de proteção, acidentes, seguros, pensões, etc.*, pelo deputado DR. RANULFO BOCAIÚVA CUNHA.
7. *A Câmara e as guerras*, pelo deputado DR. JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES.

8. *Cem anos de ensino primário*, pelo deputado Dr. JÚLIO AFRÂNIO PEIXOTO.
9. *Cem anos de ensino secundário*, pelo deputado Dr. HENRIQUE DE TOLEDO DODSWORTH FILHO.

O volume III (2.^o volume das teses culturais), com 728 páginas, contém os seguintes assuntos:

1. *A Câmara e o regime eleitoral no Império e na República*, pelo deputado COLARES MOREIRA.
2. *A organização militar no Império e na República*, pelo deputado CELSO BAIMA.
3. *Formação e codificação das leis comerciais*, pelo deputado EURICO VALE.
4. *O processo criminal e a Câmara dos Deputados*, pelo deputado AUGUSTO DE LIMA.
5. *Formação e codificação das leis de processo civil*, pelo deputado CARVALHO NETO.
6. *Empréstimos externos e internos*, pelo deputado VICENTE PIRAGIBE.
7. *Questões debatidas sobre competência tributária. Impostos interestaduais*, pelo deputado FRANCISCO VALADARES.
8. *Transporte ferroviário e rodoviário, 1828-1926*, pelo deputado PRADO LOPES.
9. *Produtos agrícolas: sua defesa, matéria-primas, mercados, etc.*, pelo deputado GEMINIANO LIRA CASTRO.
10. *Pecuária: sua organização e desenvolvimento*, pelo deputado NÉLSON CATUNDA.
11. *Navegação marítima, de longo curso, de cabotagem e navegação fluvial*, pelo deputado ARMANDO BURLAMAQUI.
12. *Leis orgânicas de higiene e saúde pública*, pelo deputado GALDINO DO VALE.
13. *Saneamento urbano e rural*, pelo deputado CLEMENTINO FRAGA.
14. *A Câmara na Cadeia Velha, Monroe e Biblioteca Nacional*, por JOSÉ VIEIRA, funcionário da Secretaria da Câmara dos Deputados.
15. *Os serviços internos da Câmara*, pelo Dr. EURICO JACI MONTEIRO DE OLIVEIRA, diretor do Serviço de Taquigrafia.
16. *Nominata dos Deputados brasileiros, desde as Côrtes portuguesas de Lisboa, de 1821, até a 20.^a legislatura do 2.^o Império (1823-1889)*.
17. *Cadeia Velha, Palácio Monroe e Biblioteca Nacional: histórico e descrição*, pelo deputado RAMIRO BERBERT DE CASTRO.

Dessa forma (e a duras penas) também se comemorou o primeiro centenário do Poder Legislativo brasileiro. Três volumes, formato 20x30, contendo 28 estudos e abrangendo um total de 1.547 páginas.

Sob as bênçãos de Deus

Dia 5 de maio de 1926, uma quarta-feira. Por volta das 9 horas da manhã, começam a chegar à Catedral do Rio de Janeiro os deputados e suas famílias, funcionários da Secretaria da Câmara, jornalistas. Arnolfo Azevedo, sua esposa e filhas também estão presentes.

Inicia-se a missa em ação de graças pela inauguração do palácio da Câmara. O celebrante é Dom Sebastião Leme, arcebispo-coadjutor, futuro cardeal.

"A grande nave da igreja não se encheu, porque poucos foram os deputados presentes, talvez uns 60. A ausência dos demais era comentada melancolicamente pelos próprios colegas.

A solenidade religiosa era simples, mas tocante pela sua própria simplicidade."⁽¹⁾

Mesmo em se tratando de uma cerimônia religiosa, como aquela, não faltaram os comentários jocosos da imprensa oposicionista. Eis o que consegui observar o repórter de *A Reação* (5-V-1926):

"Durante a missa de hoje, na Catedral, foi muito comentada a maneira precisa e exata com que o sr. Júlio Prestes executava os movimentos do ritual católico, ajoelhando-se, levantando-se e persignando-se nos momentos oportunos, com uma segurança de quem estivesse habituado a funcionar várias vezes como sacristão.

— É um católico de raça! — exclamava, pasmado, o sr. Alfredo Rui.

Ao que o sr. Simões Filho retrucou, explicando:

— Você não viu que êle estava colocado atrás de monsenhor Valfredo Leal? Tudo o que êste fazia, o outro imitava.

Dom Leme não ouviu esta conversa..."

Faltavam quinze minutos para 10 horas da manhã, quando a missa terminou. Imediatamente, os deputados (com Arnolfo Azevedo e sua família à frente) deixaram o templo e, a pé, dirigiram-se para o palácio da Câmara.

Não tardou que Dom Sebastião Leme também ali chegasse, acompanhado de monsenhores Melo e Sousa e Moura Guimarães, além dos cônegos Pinto, Resende e Marinho. Recebido na porta pelo presidente da Câmara, foi o arcebispo-

(1) Cf. *O Globo*, de 5 de maio de 1926.

coadjutor conduzido até o recinto das sessões, onde procedeu à bênção principal do edifício. Enquanto isso, os cônegos Resende, Pinto e Marinho dirigiam-se aos demais pavimentos, procedendo à mesma solenidade religiosa.

Terminadas essas cerimônias, Dom Sebastião Leme percorreu todo o edifício, na companhia do presidente da Câmara e dos vice-presidentes, deputados Otávio Mangabeira e Eurico Vale. Coube ao 1.º secretário, deputado Heitor de Sousa, acompanhar em idêntica visita os cônegos presentes.

Segundo *O Globo* (5-V-1926),

“Dom Leme não escondeu a sua impressão excelente de tudo o que via. Em cada sala, no recinto, nas galerias, sempre registrava um sentimento de satisfação festiva. Os cônegos Resende, Marinho e Benedito Leite também não escondiam os seus aplausos.”

Na véspera de sua inauguração, recebia o palácio da Câmara as bênçãos de Deus, depois de terem os responsáveis por sua construção elevado preces de agradecimento na Catedral metropolitana.

Entre os dignitários da Igreja ali presentes encontravam-se dois grandes e sinceros amigos de nosso biografado: o arcebispo-coadjutor Dom Sebastião Leme e o brilhante orador sacro cônego José Gonçalves de Resende.

Inaugura-se o Palácio Tiradentes

No dia 6 de maio de 1926, pouco antes do meio-dia, vestidos de fraques e calças listradas, o presidente da Câmara e demais membros da Mesa aguardavam os convidados, no saguão de entrada do novo palácio, que não tardou a ser designado pelo nome de *Palácio Tiradentes*. E, aos poucos, os automóveis começaram a deixar, ao pé da escadaria superior, as altas autoridades.

Para desapontamento de Arnolfo Azevedo, o presidente Artur Bernardes não compareceu pessoalmente, fazendo-se representar pelo Dr. Edmundo Veiga, secretário da presidência da República. Mas presentes estavam o Dr. Estácio Coimbra, vice-presidente da República, os ministros Afonso Pena Júnior (Justiça), Félix Pacheco (Exterior), Francisco Sá (Viação), Miguel Calmon (Agricultura), Aníbal Freire (Fazenda) e marechal Setembrino de Carvalho (Guerra); o almirante Alexan-

drino de Alencar (Marinha) havia falecido no mês de abril, sendo substituído pelo almirante Pinto da Luz, que se fêz representar pelo comandante Muniz Barreto. Como também os presidentes de São Paulo e do Rio Grande do Norte, o prefeito do Distrito Federal, o chefe de Polícia, o Dr. André Cavalcanti (presidente do Supremo Tribunal), embaixadores ou ministros dos Estados Unidos, da Argentina, da Bélgica, do Chile, da Grã-Bretanha, da Itália, do México, da Santa Sé (auditor da Nunciatura), da Alemanha, da Áustria, da China, da Colômbia, de Cuba, da Dinamarca, da República Dominicana, do Egito, da Espanha, da Noruega, dos Países Baixos, do Peru, da Polônia, da Suécia, da Suíça, da Tchecoslováquia, do Uruguai e da Venezuela; o presidente do Supremo Tribunal Militar, o Procurador Geral da República, o presidente da Côrte de Apelação, o presidente do Conselho Municipal, o chefe do estado-maior da Armada e outras altas patentes da Marinha e do Exército, além de inúmeras outras personalidades de destaque na administração. Deputados e senadores tiveram ingresso no palácio pela entrada privativa daqueles.

Reunidos todos no saguão de entrada, o presidente da Câmara convidou o representante do chefe da Nação e o vice-presidente da República a descerrarem a placa comemorativa do acontecimento, localizada na parede do lance central da escadaria nobre, contendo esculpidas no bronze estas palavras:

"Foi lançada a pedra fundamental deste palácio a 19 de junho de 1922, sendo presidente da República o sr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa, e inaugurado no centenário do Poder Legislativo, a 6 de maio de 1926, sendo presidente da República o sr. Dr. Artur da Silva Bernardes. Construído pela Mesa da Câmara dos Deputados, na presidência do sr. Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo, sob a direção técnica e administrativa do engenheiro militar capitão Lindolfo Ferreira de Freitas. Projeto dos arquitetos A. Memória & F. Cuchet. Contratantes F. L. de Assis Silva & Cia."

Uma estrondosa salva de palmas reboou no saguão principal do palácio, ao mesmo tempo que os sinos da vizinha igreja de São José tocavam os acordes do Hino Nacional brasileiro. Foi um instante de grande solenidade e de emoção para nosso biografado.

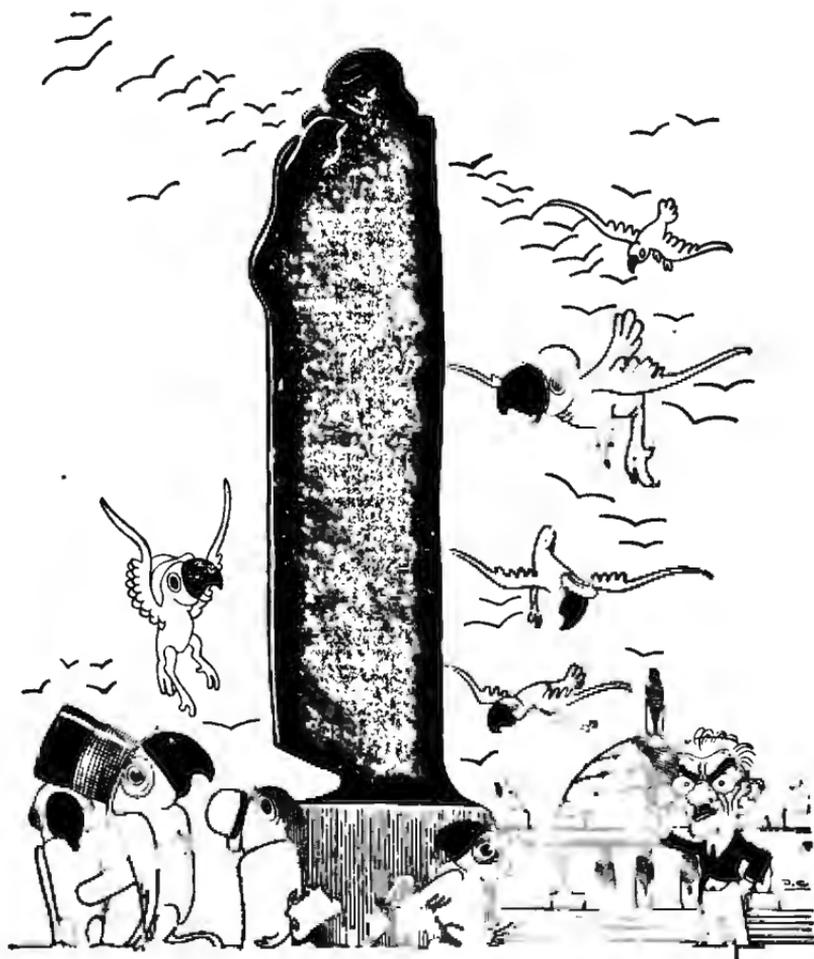
Em seguida, dirigiram-se todos para o salão de honra, no pavimento superior, onde foi assinada a ata de inauguração, escrita a nanquim nuna fôlha de pergaminho. Taças de champanha e doces foram servidos aos convidados, após o que começaram a encaminhar-se em direção ao recinto e às tribunas de honra.

ANNO XXV

O Malho

NUM. 1.234

RIO DE JANEIRO, 8 DE MAIO DE 1926



HERÓE-ESPANTALHO

*Arrepellido, tristonho,
E comprehendido tão mal,
Paga as erros da sua vida
A porta do mihara!*

Uma sátira de J. Carlos

A sessão solene

Jarrões dourados, cobertos de flôres naturais, ornavam o recinto, as tribunas e outras dependências do palácio.

Na tribuna central, fronteira à Mesa, tomaram assento o representante do chefe da Nação, o vice-presidente da República, os ministros de Estado, o presidente do Supremo Tribunal, os dois presidentes de Estados, o prefeito e o chefe de polícia do Distrito Federal, além de outras autoridades. A tribuna da direita foi reservada para os membros do corpo diplomático e chefes de missões militar e naval. Na da esquerda, representantes do alto funcionalismo público. Nas galerias, senhoras e senhorinhas da sociedade, além de outros convidados. No recinto, ficaram os deputados e senadores federais.

Às 13 horas, presentes 107 deputados, sob uma salva de palmas, Arnolfo Azevedo assumiu a presidência da Mesa, ladoado pelos deputados Heitor de Sousa, Bocaiúva Cunha, Domingos Barbosa e Monteiro de Sousa, secretários.

Após um instante de expectativa, em que se fêz absoluto silêncio, os microfones transmitiram a voz forte do presidente da Câmara:

— “Está aberta a sessão.”

Ouviu-se, então, vibrante e prolongada salva de palmas.

Em seguida, Arnolfo Azevedo pronunciou seu discurso inaugural, no fim do qual calorosos e demorados aplausos se registraram.

Ocupou a tribuna, depois, o deputado Viana do Castelo, líder da maioria, saudado também com palmas, cujo discurso foi coroado por prolongados aplausos. Seguiu-se-lhe, também recebido com palmas, o deputado Plínio Casado, líder da minoria; ao terminar, ouviram-se “Muito bem, muito bem” e aplausos calorosos.

Falou, finalmente, o presidente da Câmara:

“Antes de levantar a sessão, cumpre-me, em nome da Mesa e da Câmara, renovar à nobre assistência os nossos sinceros e profundos agradecimentos pela honra que nos conferiu”.

Prolongada e entusiástica salva de palmas reboou no recinto. Estava encerrada a sessão especial. Eram 13 horas e 45 minutos do dia 6 de maio de 1926 (2).

(2) Cf. *Jornal do Comércio e Diário do Congresso Nacional*, de 7 de maio de 1926.

Palavras de Arnolfo Azevedo

O discurso do presidente da Câmara foi longo, solene, substancioso. Dirigindo-se aos "nobres senhores deputados", começou por acentuar que tinha a mais grata honra e a imensa satisfação de, em nome da Mesa, entregar-lhes o palácio da Câmara dos Deputados, que acabara de ser solenemente inaugurado, com a presença de tão altas personalidades, às quais apresentava os melhores e mais cordiais agradecimentos por terem dado, àquele ato solene e memorável, o realce que tão profundamente comovia e encantava a todos.

"Para a data do centenário do Poder Legislativo do Brasil, não poderia encontrar a Câmara comemoração mais adequada e mais frisante do que esta de proporcionar, aos legisladores brasileiros, mandatários legítimos e diretos da Nação, uma sede, sob todos os aspectos, digna da elevada investidura dos que aqui vêm falar, agir e prover em nome da soberania nacional, oferecendo ao mesmo tempo, a esta bela cidade e ao país, um monumento de arquitetura, sólido, confortável, bem acabado, para atestar aos vindouros a capacidade de produção, de trabalho e de aperfeiçoamento a que atingiu a geração que ora passa."

A muitos poderia afigurar-se inexplicável que, só então, passados cem anos, tivesse conseguido a Câmara uma casa própria, quando outros ramos do poder público federal achavam-se instalados e funcionando, havia decênios, em prédios apropriados, alguns de subido custo. O fato se explicava em virtude da própria natureza daquela assembléia, "constituída por freqüentes renovações de mandato, de regra caracterizadas por mudança, em cerca de quarenta por cento, de sua anterior composição", de que resultavam novas tendências de orientação diversa, desviando ou prendendo a novos assuntos as atenções das maiorias, em si numerosas, pouco aptas à persistência, à constância, à continuidade de um determinado propósito, o qual, não sendo político-partidário e não oferecendo imediata solução definitiva, perdia muito do interesse inicialmente despertado e, insensivelmente, acabava por descambar nas protelações e adiamentos. Provavelmente, tais circunstâncias explicavam o fato de haver-se retardado a almejada construção, sem que nêle se pudesse ver qualquer descenso no prestígio ou um desapareço ao Poder Legislativo.

Tanto sob o Império, dentro do regime parlamentar, como na República presidencialista, tivera o Congresso ação preponderante e decisiva nos destinos da Nação.

“Cem anos de trabalho eficiente nos legaram um grande patrimônio de legislação civil e política, tanto na Monarquia como na República, podendo orgulhar-se o Brasil dos seus legisladores, em nada inferiores aos dos povos mais adiantados em civilização e cultura. Entre êles se formaram os grandes oradores parlamentares, cuja fama se alargou até transpor nossas fronteiras, enquanto, dentro delas, arrastavam as Câmaras e deslumbravam as multidões, em surtos de eloquência avassaladora, dominando e vencendo governos poderosos e situações difíceis, ou criando instituições e postulados de Liberdade e de Justiça.”

Todavia, não era raro encontrar-se quem se referisse à decadência da eloquência parlamentar e à diminuição da autoridade dos Parlamentos. Por certo, as palavras sonoras e belas frases — “meteoros opacos, que rebrilham refulgentes de efêmeras, alheias e enganadoras luzes” — haviam cedido lugar aos argumentadores sóbrios, estribados na lógica e na razão, com as quais conquistavam e convenciam adeptos. Mas essa transformação constituía um fato generalizado, mesmo entre os povos latinos. Nos grandes debates parlamentares, não se tratava de arrebatat a assembléia, como se fascinavam as multidões; os grandes tribunos populares já desertavam de seu seio ou, para êle, já não levavam, por inúteis, os arroubos e atavios da oratória flamejante.

Daf decorria, talvez, a impressão de decadência dos Parlamentos, agravada com os acontecimentos que abalaram o mundo durante a guerra de 1914-18, os quais ocasionaram uma imperiosa preeminência do Poder Executivo, colocando na sombra as assembléias legislativas, inidôneas nas pelepas de metralhas e canhões.

“Esmacceram, é certo, diante das fornalhas ululantes dos combates da tremenda guerra, do mesmo modo como, em segundo plano, se enublaram os comandos parciais e múltiplos dos grandes exércitos das nações, para que surgissem a ação, a execução, a rapidez, o êxito, a vitória, a glória de todos êles, no comando único dêsse colossal exército mundial, que, ao maior dissídio humano jamais visto, pôs fim.”

Êsse genial comando único não anulara os demais comandos, não apagara as unidades combatentes, não extinguiu as forças que lhe acatavam as ordens. Pelo contrário, as coordenara, consolidara e unificara, fazendo de tôdas um enorme bloco, que foi lançado como avalanche sôbre o inimigo poderoso e atônito, atingindo-o e esmagando-o.

Fenômeno igual ocorrera, em tôda parte, em relação aos órgãos do poder público, assumindo o Poder Executivo o predomínio sôbre os demais, ocasional mas necessariamente, de

maneira imprescindível tal como acontecera com o comando único, embora igualmente com caráter efêmero, temporário e fugaz.

De tais contingências nascera, seguramente, o erro dos que afirmavam a decadência das assembléias legislativas — erro de observação e de fato, porque elas não se haviam amesquinhado nem desaparecido, mesmo durante os quatro anos da Grande Guerra, como os acontecimentos não haviam aconselhado a sua abolição; por que não seria possível dispensar sua colaboração inteligente na reconstrução do mundo sôbre novas bases, que sòmente as leis emanadas de representantes do povo seriam capazes de fixar com segurança e estabilidade.

Na verdade, não constituía prova ou indício de decadência dos Parlamentos aquêle eclipse em sua evidência secular, em período de tão fortes comoções, ou aquela ausência de debates prolongados, capazes de arrebatamentos descomedidos e desvairados.

“A diminuição das discussões estéreis e acadêmicas, embora elevadas e instrutivas; a redução dos longos discursos, floreados em rasgos de eloquência retórica, a breves orações de clara, concisa e convincente argumentação; a interferência decisiva das comissões técnicas — com seus pareceres ponderados e pouco extensos, mas criteriosos e esclarecidos, a guiar as coletividades legislativas — não indicam, senão, que o espírito de ordem e de método predomina em seus trabalhos, o que, longe de lhes acarretar quaisquer descensos, lhes imprime, ao contrário, em alto grau, em um excelente cunho de elevação moral e de compostura cívica, antes adequado a aumentar-lhe a responsabilidade e a fôrça do que a diminuir-lhes a autoridade e o prestígio.”

Durante a própria Grande Guerra, um Parlamento interaliado, composto de 25 parlamentares de cada país, havia funcionado, dando atividade às assembléias locais e, principalmente, funcionando como uma corporação européia. Dêsse embrião, não poderia vir a surgir “a grande assembléia mundial de elaboração legislativa, composta por delegações parlamentares dos diversos países do globo”? Seu perfil, de traços ainda imprecisos, já não se desenhava nas Conferências Inter-Parlamentares do Comércio? Com elas, juntamente com o Conselho da Liga das Nações (poder executivo supremo) e a Suprema Còrte Internacional de Justiça, não se viria constituir, talvez em tempo breve, a clássica trilogia dos poderes políticos, a presidir e governar a Humanidade?...

Mesmo que assim não tivesse sido, nem por isso a ação parlamentar teria diminuído, porque, ao contrário das guerras,

a missão dos Parlamentos consistia em ordenar, estabelecer, construir, organizar, dentro dos domínios da paz.

"Inativos enquanto, ceifando vidas, se despedaçavam preciosos monumentos de uma civilização milenária, voltam (os Parlamentos) à generosa e dignificadora atividade de reerguê-los, para que maiores e melhores possam vir a ser."

Naquele momento histórico (a despeito dos comandos únicos, que as necessidades político-sociais haviam criado e ainda se mantinham no govêrno de algumas nações), os Parlamentos estavam empenhados na obra delicada e difícilíssima da exata apreciação dos novos valores, exigências e necessidades que a guerra e a revolução político-social haviam criado. Assim acontecia, justamente porque a função das assembléias executava-se de maneira diferente, porque os intermináveis debates haviam sido substituídos pelas calmas e ponderadas deliberações, a fim de que se estabilizassem os alicerces da nova sociedade — "os profundos e fortes alicerces, sôbre os quais tem de ser indefectivelmente erguido o extraordinário, complicado monumento de legislação, que vai remodelar, reconstituir e dominar os vários povos do mundo, sob a égide propiciatória de mais virtuosa, de mais instruída, de mais perfeita democracia representativa".

Longe de decair, estava a crescer a influência dos Parlamentos. Um dos exemplos recentes poderia ser encontrado na organização da cidade livre de Dantzig, em que se entregara ao Senado todo o Poder Executivo. Essa forma de govêrno colegiado constituía a última etapa de um sistema iniciado na Suíça, introduzido no Uruguai em 1917 e que, com feição inteiramente nova, ressurgia em Dantzig. Tinham sido, eram e seriam os Parlamentos os fatores primordiais de tôda organização política e social da Humanidade.

Se aos Parlamentos entregara o povo a tarefa de organizar e definir a prática das liberdades e o uso dos direitos; se lhes couberá dar formas e executar as conquistas da Revolução Francesa; se lhes devia a maravilhosa organização constitucional dos Estados Unidos; se Bolívar deixara ao Parlamento a incumbência de realizar o melhor de seus sonhos; se tudo isso acontecera, haveria de caber, forçosamente, aos Parlamentos a missão de dar forma precisa às correntes jurídicas, políticas, econômicas e sociais, que a Grande Guerra havia desarticulado e partido e que, naquele momento histórico, os grandes lutadores pacifistas estavam empenhados, sob novos moldes,

em rearticular, concatenar e reconstituir, para que a Humanidade viesse a encontrar o sossêgo e a segurança, a prosperidade e o progresso, o aperfeiçoamento e o confôrto, a paz e a felicidade.

E assim terminou Arnolfo Azevedo seu discurso:

"Uma parte notável dessa nobre tarefa, senhores Deputados brasileiros, será também uma glória vossa.

Revedo um passado de cem anos consagrados a prover sôbre as necessidades do bem público, encontrareis neste recinto sadias sugestões e estímulos patrióticos, que reclamam do vosso espírito esclarecido e de vosso virtuoso coração de filhos amantíssimos do Brasil, altos pensamentos de sã política legiferante, acrisolados sentimentos de sã moral administrativa, tendo, diante dos olhos, cenas grandiosas de nossa formação nacional e, sôbre as cabeças, faixas incomparáveis dêste céu maravilhoso e só nosso, de onde o Cruzeiro do Sul, sôbre o Brasil inteiro, derrama bênçãos de luz e aqui ficará a derramar, sôbre nossos espíritos, feixes luminosos de sabedoria e de prudência, de magnanimidade e de energia, de dignidade e de justiça, que se reflitam em todos os nossos atos, palavras, gestos e atitudes, como em límpidos espelhos de cristal.

Este austero ambiente de severidade e de grandeza se revelará, então, ao país como o venerável santuário das boas leis, cenáculo augusto de patriotas sem jaça, presos ao fiel desempenho do mandato, como apóstolos de uma ética sem-par, à fé jurada nas aras sacrossantas da Pátria e da República.

Saúdo-vos, senhores Deputados, pela inauguração do palácio da Câmara, congratulando-me com os egrégios senhores Senadores federais, e convosco, pela passagem da data centenária do Poder Legislativo do Brasil."

Dias felizes

Foram dias profundamente felizes e inesquecíveis os vividos por Arnolfo Azevedo, naquele comêço de maio de 1926.

Seu biógrafo da Câmara dos Deputados, ao escrever em 1962⁽³⁾, recordou com muito sentimento êsses instantes gloriosos. Ao referir-se à solenidade de inauguração do palácio, com o desvendamento da placa de bronze comemorativa do acontecimento, observou:

"No meio da pequena multidão de eminentes personalidades presentes naquele local — congressistas, embaixadores, ministros, governadores —, o mais emocionado era, certamente, o Dr. Arnolfo Azevedo, décimo segundo presidente desta Casa do Congresso Nacional, no período republicano.

(3) Cf. BOLETIM DA BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS — *Arnolfo Azevedo*, vol. 11, n.º 2, p. 241, Brasília, julho-dezembro de 1962.

As razões de sua emoção não residiam só no elevado cargo que ocupava, há cinco anos; ela provinha, sobretudo da circunstância de ter sido êle o autor e principal executor da idéia de dar à Câmara dos Deputados uma instalação condigna. Pode-se, hoje, discordar do estilo do Palácio Tiradentes: depois que o gênio de Oscar Niemeyer concebeu edificios públicos em linhas audaciosamente modernas, difficilmente aceitaremos o estilo neoclássico. Mas o que importa é sentir, abstraindo o excesso



9 de maio de 1926

Arnolfo Azevedo aparece ladeado pelo presidente de São Paulo — Carlos de Campos, e pelo governador do Rio Grande do Norte — José Augusto, que compareceram pessoalmente à inauguração do Palácio Tiradentes. À direita da fotografia, o deputado Juvenal Lamartine, da bancada potiguar.

de enfeites próprio da época, o profundo sentido nacional daquele edifício, construído com a contribuição de todos os Estados e símbolo, portanto, da própria Federação.

Eis porque Arnolfo Azevedo era, naquele comêço de tarde carioca do mês de maio, o mais feliz dos homens e o mais emocionado participante das festas com que o Poder Legislativo comemorou o primeiro centenário de sua criação."

Reportando-se ao discurso pronunciado na sessão solene e especial, realizada no dia 6 de maio, assim se expressou o mesmo biógrafo:

"Na sessão solene iniciada às 13 horas, proferiu um dos seus mais belos discursos, no qual, entretanto, com sua reconhecida modéstia, não fez a menor alusão de ordem pessoal. Era aquête, talvez, o momento culminante de sua vida, vendo concretizados, depois de cinco anos de lutas, todos os seus planos."

Assim foi, de fato. Nosso biografado vivera o momento culminante de sua vida. Tinha 57 anos completos. Era o mais feliz dos homens.

E essa felicidade maior se tornou diante das manifestações que recebeu. O arcebispo Dom Sebastião Leme enviou-lhe telegrama, felicitando-o pela reeleição e pela construção do "edifício que assinalará para sempre" sua direção à frente da Câmara. O deputado Manuel Vilaboim lembrou os "reais e excelentes serviços" prestados na presidência, cumulados naquele momento "por quanto fez na construção de seu belo palácio, conduzida com tanto escrúpulo, tanta dedicação e coroada de tanto êxito". O deputado Valois de Castro afirmou que, à obra, ficaria imorredouramente ligado seu nome. O deputado Daniel Carneiro, após visitar demoradamente o Palácio Tiradentes, enviou-lhe as "mais calorosas e admirativas felicitações pela execução maravilhosa, dentro do orçamento conhecido", lamentando que ainda houvesse ignorância, ódio ou despeito, capazes de não fazer a merecida justiça à sua honra benemérita de homem público. De Pôrto Alegre, telegrafou-lhe o antigo deputado Otávio Rocha, ex-líder da minoria:

"Felicito o prezado amigo por ter levado a efeito a construção do nôvo edifício do Congresso, devida quase exclusivamente à sua tenacidade. Deixa o amigo, assim, assinalada a sua profícua passagem pela presidência da Câmara, por êsse notável melhoramento."

O deputado Azevedo Sodré, felicitando-o, acentuou que a construção do palácio era devida "tão-sòmente à sua opor-

tuna iniciativa e rara tenacidade". O antigo deputado Maurício Medeiros reiterou seus calorosos aplausos "pela perfeição de acabamento do edifício da Câmara, serviço que lhe valerá imorredoura gratidão nacional". E muitas outras mensagens recebeu: de Solidônio Leite, de Simões Lopes, de Ferreira Ramos, de Hermenegildo Firmeza, de Antônio Lobo, João de Faria, Mário Tavares, Barbosa Gonçalves, João Santos, Bento Bueno, La-Fayette Côrtes, Júlio Santos, Dino Bueno, Deodato Wertheimer, Casemiro Rocha, Raul Alves, Pires do Rio, Paula Rodrigues. Duarte de Abreu observou:

"Bem avalio quanto despendeu de esforço e atividade, sem falar nas muitas contrariedades que terá tido para conseguir realizar tão alto e nobre objetivo patriótico. Parabéns, parabéns."

Arnolfo Azevedo ter-se-ia sentido também plenamente feliz noutras ocasiões: no dia 8 de maio, ao dar oportunidade, às crianças das escolas primárias do Rio de Janeiro, de assistirem a um espetáculo de ópera, com a representação de *O Guarani*; a 22 de julho, ao se ver immortalizado no bronze, no próprio palácio que ajudara a construir.

Dias felizes e inesquecíveis.

Lembrando-se das crianças

Ao programar as comemorações do centenário do Poder Legislativo, o presidente da Câmara excluiu qualquer festa do tipo de banquete ou baile; não era de seu temperamento e, se agisse de outro modo, considerava um esbanjamento inútil dos dinheiros públicos. Mas teve uma idéia realmente original e da mais alta significação cultural: reservou uma verba para proporcionar aos escolares cariocas um espetáculo lírico.

Na tarde de um sábado, dia 8 de maio de 1926, o Teatro João Caetano abriu suas portas para acolher, gratuitamente, os alunos das escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro, a fim de assistirem à representação da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes.

Foi um espetáculo inédito. Como observou o prof. Luís CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, do Instituto Benjamin Constant,

"Incontestavelmente, foi a primeira vez que se viu eliminar do cardápio do festival os banquetes, piqueniques, bailes e outras exibições inúteis e algumas vezes ridículas, sempre dispendiosas."⁽⁴⁾

(4) FIGUEIREDO (Luís Cândido de) — Música: *O "Guarani" e as escolas primárias*, em *Rio-Jornal*, 9 de maio de 1926.

Quando o pano de bôca se abriu, mostrando o cenário com a floresta e os personagens já transformados em índios, surgiu no palco o Dr. Rafael Pinheiro, que explicou a razão de ser daquele espetáculo e a lembrança de Arnolfo Azevedo de fazer com que as crianças compartilhassem das festas comemorativas do centenário do Legislativo.

"O teatro repleto, numa ordem absoluta, depois de cantado o Hino Nacional por cerca de 1.200 crianças, acompanhadas pela grande orquestra nacional da companhia lírica, arrebitou numa salva de palmas; e, então, vimos o presidente da Câmara chorar de comoção."

De acôrdo com a explicação do orador, a Mesa da Câmara desejava associar as crianças a tôdas as manifestações patrióticas e artísticas, em que vibrasse a alma nacional, fazendo com que elas gravassem em seu espírito indelêvelmente, os nomes dos grandes patrícios e seus feitos para o engrandecimento humano.

"Ao terminar a sinfonia, os assistentes, como uma só pessoa aplaudiram freneticamente a orquestra nacional, que vibrando de entusiasmo, parecia, através de cada um dos professôres, dar tôda sua alma aos seus instrumentos, para que êles se comunicassem sonoramente com todos os patrícios que ouviam religiosamente a página gloriosa do imortal maestro.

Sem poder conter o entusiasmo e a gratidão das crianças por mais tempo, algumas senhoras diretoras das escolas foram ao camarote onde achava-se o presidente da Câmara e, em poucas palavras, traduziram o que se passava na alma de seus discípulos, não só de contentamento, como de gratidão pelo grande bem que estavam usufruindo pela primeira vez."

Em seu precioso depoimento, o citado comentarista declarou que, embora habituado havia muitos anos às lides de teatro, podia afiançar que jamais assistira a uma festa tão completa e comovente. Seu ponto culminante se registrou quando, terminado o espetáculo, Rafael Pinheiro retornou ao palco, sob delirantes aplausos. Dirigindo-se novamente àquela pequena multidão de escolares, exclamou: "As manifestações devem ser dirigidas à Mesa da Câmara!"

"Como que elêtricamente, como um só indivíduo, a meninada súbitamente voltou-se para o camarote do Dr. Arnolfo Azevedo e, em vivas e palmas, fêz transbordar todo seu contentamento e gratidão."

O professor do Instituto Benjamin Constant assim encerrou sua crônica, cheia de incontido entusiasmo:

“Estava, assim, satisfeita a Mesa, que viu coroada esplêndidamente sua idéia e esforços em prol das crianças, que a esta hora estarão bendizendo sua generosidade, gravando no espírito de cada um os nomes desses benfeitores que lhes proporcionaram conhecer Carlos Gomes, com o *Guarani*, sua obra-prima e imorredoura.

Parabéns à Mesa da Câmara. Que a oferta, sua originalidade e seus efeitos sirvam de estímulo para que cada vez mais cuidemos da educação artística das crianças, em boa hora lembradas pelo presidente da Câmara e seus colegas.”

Arnolfo Azevedo, ferido em sua alma de patriota, não contivera suas lágrimas na histórica sessão da Câmara, em que 16 oradores se solidarizaram com São Paulo, nos dias trágicos da revolução de 1924. Naquela tarde inolvidável de maio de 1926, diante da felicidade que transbordava das 1.200 crianças reunidas no Teatro João Caetano, também não pôde contê-las. Grande era seu coração, como político e como homem.

O Palácio Tiradentes

Mais de quarenta anos já se escoaram após a inauguração do Palácio Tiradentes. E não sabemos em que condições atualmente se encontra.

Concebido no primeiro lustro da década de 1920, seu estilo arquitetônico reflete o neoclassicismo; a arte greco-romana está presente em todos os seus detalhes, em sua suntuosidade. GOULART DE ANDRADE descreveu-o, com requintes de minúcias, em toda sua significação, através de monografia que figura no volume especial do *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados*. A memória histórico-descritiva, escrita por Arnolfo Azevedo e incluída no mesmo volume, completa a descrição. De outra parte, a revista *Arquitetura no Brasil*, em seu número de junho-julho de 1926 (ano III, vol. V, n.º 29), dedicou-lhe excelente reportagem, fartamente ilustrada.

Tudo foi minuciosamente planejado.

Como acentuou o presidente da Câmara, “as figuras ornamentais da fachada e as estátuas que deviam anteceder e compor a grande escadaria externa não foram escolhidas a esmo: deviam traduzir um pensamento patriótico e concretizar as idéias de liberdade pelas quais foi martirizado o grande apóstolo da Inconfidência Mineira”.

“A estátua de Tiradentes devia representá-lo no momento em que, vestido com a túnica dos condenados à morte, ia ser conduzido ao patíbulo;



A estátua de Tiradentes

Ainda no "atelier", o escultor Francisco de Andrade aparece ao lado de sua obra, que representa o protomártir vestido com a túnica dos condenados à morte, altivo e de ânimo forte à espera do sacrifício.

à expressão fisionômica não se daria o cunho da humildade dos arrependidos, mas um traço forte de altivez e fortaleza de ânimo dos que recebem a morte como um diadema dos vencedores, como um sacrifício necessário à realização mais certa e mais segura dos ideais da independência de uma grande Nação que surgia."

Dentro dessa linha de pensamento, foram concebidas as figuras que passaram a ornar o edifício:

"A fisionomia, a atitude, o gesto (da estátua) deveriam traduzir o estado de alma de quem estava antevendo uma realidade esplêndida naquele sonho de patriota, em que os anjos da Vitória lhe ofereciam coroas de louros, pelo triunfo completo da Independência e da República, que dariam ao Brasil o Poder de governar-se por suas leis, para que na lei se apóiem a Autoridade e a Liberdade, e à sombra da Lei se desenvolvam a Agricultura, o Comércio, a Viação e a Indústria; para que, sob a proteção do Direito, que é a Fôrça e a Verdade, e, sob a égide da Paz, que é o Trabalho e a Prosperidade, se estabeleçam em bases sólidas a Ordem e o Progresso."

Todos quantos visitam o Palácio Tiradentes deveriam conhecer o simbolismo e as idéias que inspiraram aquelas obras de arte. Compreenderiam melhor os dois grupos dominantes, que se erguem nos altos do palácio, representando a *Independência* e a *República*; os grupos alegóricos da fachada — a *Ordem* e o *Progresso*; as figuras localizadas na "loggia" — a *Soberania* ("Summum imperium Lex") e o *Saber* ("Labor sapiens proficiuus").

À tela de Aurélio de Figueiredo, devidamente restaurada e que se intitula *O primeiro capítulo da História Pátria* (nela aparece Pero Vaz de Caminha lendo sua famosa carta a Cabral e frei Henrique de Coimbra), acrescentou-se uma nova, de autoria de Fiúza Guimarães, intitulada *O primeiro capítulo de nossa História Parlamentar* e que representa uma sessão das Côrtes de Lisboa, no exato momento em que Antônio Carlos, deputado brasileiro, pronunciava a frase histórica: "Desta tribuna até os reis não de me ouvir!"

O recinto das sessões mereceu um carinho muito especial. A abóbada envidraçada representa, com rigor astronômico, o céu do Brasil na manhã de 15 de novembro de 1889. O mobiliário e os lambris dão-lhe uma atmosfera de severa dignidade. Os painéis que decoram as suas alturas foram objeto de longa troca de idéias entre Arnolfo Azevedo, Afonso d'E. Taunay e Washington Luís, daí resultando oito quadros pintados por Rodolfo Chambelland:

a) quatro menores, representando *A posse do território* (a chegada de Cabral e seus companheiros), *A manutenção da posse* (a expulsão dos holandeses de Pernambuco), *A consolidação da posse* (um grupo de Bandeirantes) e *A integralização da posse* (Rio Branco e os territórios das Missões, Amapá e Acre).

b) quatro maiores, representando *A catequese* (uma rústica procissão assistida por índios), *O período colonial* (Tomé de Sousa e sua gente), *O período monárquico* (José Bonifácio, Feijó, Caxias, Dom Pedro II, visconde do Rio Branco, a princesa Isabel libertando escravos) e *O período republicano* (Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes).

A Eliseu Visconti coube pintar o grande quadro colocado por detrás da Mesa diretora do plenário. Representa o *Congresso Constituinte da República*, no exato momento em que se assinava a Constituição de 24 de fevereiro de 1891: Prudente de Moraes está na presidência, ladeado dos secretários; Rui Barbosa aparece assinando o documento histórico; no estrado, junto à Mesa ou no recinto, distinguem-se perfeitamente figuras que passaram à História: Borges de Medeiros, Bueno de Paiva, Leopoldo de Bulhões, J. J. Seabra, João Barbalho, Felisbello Freire, Alcindo Guanabara, Custódio de Melo, Rosa e Silva, Alfredo Ellis, Assis Brasil, José Higino, André Cavalcanti, Júlio de Castilhos, Saldanha Marinho, Cesário Alvim, Aristides Milton, Demétrio Ribeiro, Cassiano do Nascimento, Amaro Cavalcanti, Floriano Peixoto, Lopes Trovão, Joaquim Murtinho, Francisco Glicério, Campos Sales, Eduardo Wandenkolk, Nilo Peçanha, Pinheiro Machado, Epitácio Pessoa, Rodrigues Alves, Antônio Azeredo, Serzedelo Correia, Lauro Müller, Barbosa Lima, Lauro Sodré e Aristides Lobo, entre outros. Em sua grande maioria, os pró-homens da fase inicial da Primeira República.

Tudo foi planejado e executado com esmero e carinho. O pintor Carlos Oswald decorou com capricho a Sala do Café, onde foram colocados painéis representando *O despertar da raça*, *Fé nos destinos da Pátria*, o *Trabalho*. Até no mobiliário encontra-se o simbolismo; o destinado à sala da comissão de Justiça (de que Arnolfo Azevedo fizera parte por tantos anos) foi construído de peças de pau-brasil retiradas da antiga Cadeia Velha, como reparação à injustiça sofrida por Tiradentes, que ali passara, prisioneiro, seus derradeiros dias.

A construção abrange uma área de 3.000m² e compreende cinco pavimentos. No primeiro, estavam localizados a Portaria, o restaurante, a garagem, o Arquivo, o Almoxarifado, o depósito da Biblioteca, a barbearia, a "sala dos chapéus", o gabinete médico, instalações sanitárias e elétricas. No segundo pavimento, o "hall", os gabinetes do presidente e demais membros da Mesa, o recinto das sessões, a Biblioteca, a sala de leitura, a sala dos deputados, outras instalações sanitárias. No terceiro pavimento, o Salão de honra, dois salões nobres, tribunas da Imprensa, tribunas nobres, a Secretaria, as salas das comissões de Justiça e Finanças, a diretoria de Contabilidade, instalações sanitárias. No quarto pavimento, galerias destinadas ao público e aos funcionários da Câmara, outras salas de comissões e instalações sanitárias. No quinto e último pavimento, os serviços de Taquigrafia, a sala de revisão dos debates, outras salas de comissões e instalações sanitárias.

O *custo total* da obra, inclusive o mobiliário e tapeçarias, importou em 14.556:182\$414. Deduzidas as doações feitas, o Tesouro Nacional despendeu, em dinheiro, exatamente... 12.950:589\$914.

Para que se possa avaliar o significado de tais cifras cumpre compará-las com as de outros edifícios, construídos na mesma época, conforme fez *O Jornal* (19-I-1926): na adaptação do Palácio Monroe, feita para nêle alojar-se o Senado Federal, gastara-se cêrca de 7.000 contos; o edifício da "Sul América", erguido no cruzamento da rua da Quitanda com a do Ouvidor, ocupando 700m² de área, saíra por 12.000 contos; o Conselho Municipal, com uma área inferior a 1.500m², custara cêrca de 16 mil contos (o que lhe valeu o nome de "Gaiola de Ouro").

Assim era e assim foi construído o Palácio Tiradentes. Os documentos das despesas, em terceiras vias, foram conservados cuidadosamente por Arnolfo Azevedo, em seu arquivo, hoje sob nossa guarda. Costumava êle dizer, apontando para as numerosas pastas que os continham: "Ali se encontra a defesa de minha honra como homem público".

Que exemplo!

Todavia, as *críticas* não tardaram a aparecer. Não podiam referir-se, naturalmente, ao custo do palácio. Como afirmara MAURÍCIO DE MEDEIROS (*A Manhã*, 10-II-1926), noutras circunstâncias e sem a severa vigilância dentro da qual foi construído, não custaria menos de 20 a 25 mil contos.

As críticas, que tanto aborreceram Arnolfo Azevedo, diziam respeito a outros aspectos. A estátua de Tiradentes foi ridicularizada, classificada como um monstrengo, desproporcionada em relação a seu pedestal e à sua localização — o que, em parte, era justo, porque o monumento (escultura de Francisco de Andrade) deveria ser, com o tempo, transferido para uma vasta praça fronteira ao palácio, depois que se demolisse o quarteirão existente à sua frente, e levantado em sua altura⁽⁵⁾.

Outros julgavam as instalações por demais luxuosas, esquecidos de que a dignidade daquela casa do Congresso as exigiam e seu custo fôra comprovadamente razoável.

Os que mais protestaram foram os repórteres políticos. Acostumados a circular livremente pelo recinto das sessões, em permanente e direto contato com os deputados (o que, por vêzes, dificultava sobremaneira a contagem dos votos, sem falar noutros inconvenientes), viram-se proibidos de nêlle penetrar e foram alojados em tribunas especiais, localizadas próximo à Mesa e às tribunas. Daí a gritaria, o protesto: as suas tribunas foram classificadas como “nichos”, como “geladeiras”, de onde nada se podia ver, muito menos ouvir...

Muitos não se conformaram em ver estilizadas, com roupagens greco-romanas, as figuras históricas representadas na parte superior da fachada: Dom Pedro I e o marechal Deodoro estariam vestidos de tangas... E um dêles chegou a publicar uma entrevista, obviamente fictícia, com o proclamador da República, na qual o generalíssimo confessava que se sentia em grandes dificuldades, quando soprava um vento mais forte...

Dêste modo, através de críticas por vêzes válidas, por outras injustas ou jocosas, o Palácio Tiradentes estêve em cartaz por algum tempo. Depois, veio a rotina e a imprensa esqueceu-se dos defeitos nêlle observados.

No dia 19 de junho de 1926 — exatamente quatro anos depois de haver sido lançada a pedra fundamental do edifício e 43 dias após haver sido solenemente inaugurado —, instalou-se definitivamente a Câmara Federal no Palácio Tiradentes, passando daí por diante a nêlle funcionar. Tinha, agora, sua casa própria.

(5) Cf. *Jornal do Brasil*, de 10 de fevereiro de 1926.

Imortalizado no bronze

As primeira notícias da homenagem haviam sido divulgadas em novembro de 1924. Organizara-se uma comissão de deputados, destinada a recolher fundos para a ereção de um busto em bronze do presidente da Câmara, que passaria a figurar no gabinete presidencial do palácio então ainda em construção. Essa comissão era constituída pelos deputados Domingos Barbosa, Juvenal Lamartine, Adolfo Bergamini, Plínio Marques e Olegário Pinto. No dia 13 de novembro de 1924, o *Jornal do Brasil* publicou a longa lista dos que já haviam aderido à manifestação: praticamente tôda a Câmara; e, ao registrar as provas de aprêço tributadas a Arnolfo Azevedo, por ocasião de seu aniversário natalício, acentuou:

"Seus amigos e adversários, em nova reunião dêste momento, acabam de deliberar que seja colocado no salão presidencial do Palácio da Câmara, em construção, o busto de S. Excia., com significativa dedicatória, em que a legislatura atual manifeste o seu respeito ao Presidente que tanto tem elevado o cargo e a gratidão pelo que de definitivo praticou para que a Câmara, depois de um século de funcionamento em prédios de empréstimos e mal apropriados, possa enfim ter uma sede digna.

Da comissão que executa essa homenagem faz parte o ardoroso representante do Distrito Federal, sr. Adolfo Bergamini, um dos mais tenazes elementos da minoria da Câmara, o que torna bem patente, bem visível, que as homenagens ao Dr. Arnolfo Azevedo se revestem de um absoluto tom de aprêço pessoal, de que S. Excia. muito se deve orgulhar."

Escoaram-se os meses, mais de um ano e meio, e a iniciativa não caiu no esquecimento. Foi levada avante com o mesmo entusiasmo inicial, concretizando-se afinal.

Para a sensibilidade de Arnolfo Azevedo, o dia 22 de julho de 1926 passou a representar outra data inesquecível, entre muitas que marcaram sua existência.

Foi um dia de festa no Palácio Tiradentes, deixando por isso mesmo de haver sessão. Por volta de 2 horas da tarde, já se achava repleto o gabinete do presidente da Câmara. Ali se encontravam altas personalidades: Estácio Coimbra, vice-presidente da República; o Dr. Miguel Melo, representando o presidente Artur Bernardes; os ministros Félix Pacheco, Aníbal Freire, Miguel Calmon, Setembrino de Carvalho e Pinto da Luz; Godofredo Cunha e Heitor de Sousa, ministros do Supremo Tribunal; os senadores Lacerda Franco, Adolfo Gordo,

Aristides Rocha, Afonso Camargo, Fernandes Lima, Pereira Lobo e Tomás Rodrigues; representantes do presidente de Minas Gerais, do ministro da Justiça e do prefeito do Distrito Federal; além de grande número de deputados, funcionários da Câmara e membros da família do homenageado.

Passavam vinte minutos depois das 14 horas, quando começou a falar o deputado Plínio Marques, da bancada do Paraná e um dos membros da comissão promotora da homenagem. Começou por dizer que não lhe deveria ter cabido aquela incumbência, porque "o mais obscuro dos deputados" não deveria ser o porta-voz da Câmara em demonstração daquele tipo, "expressão lídima e serena da sua vontade e do seu mais cordial sentimento". Mas obedecera à vontade de seus colegas,

"Cabe, assim, ao último dos deputados dizer do primeiro d'êles nesta alta demonstração de respeito, de gratidão, de alto aprêço. Arnolfo Azevedo, que hoje perpetuamos no bronze imorredouro, culmina, realmente, entre os deputados e não lhe advém êsse destaque, por todos nós reconhecido, da sua alta função de presidente da Câmara. Ele vem de longe, no tempo, através provações e refregas políticas, que foram o toque revelador do velho ouro do seu caráter de ótima têmpera. A cerviz se lhe não dobra e a atitude ereta e sobranceira, que mais parece se acentuar quanto mais viva e prolongada a peleja, é, por certo, a expressão característica e fiel, objetivada, do feitio e da resistência da sua alma intemerata."

Em seguida, teceu considerações em tórno das injustiças sofridas pelos homens públicos. Certamente, a crítica é necessária e louvável; traduz independência, corrige, estimula os bons, acovarda os desonestos, esclarece e orienta. Todavia, as críticas feitas ao presidente da Câmara não eram dêsse tipo. Ele tudo fizera para elevar e dignificar a assembléia que dirigia e o conseguira; ali estava o palácio para testemunhá-lo. Estudara-o desde os primeiros lineamentos, pusera naquela construção tôda sua alma e patriotismo. Executando-a, cercara-a das luzes que promanam da honra, da dignidade, da altivez, de tôdas as virtudes que caracterizavam a personalidade do homenageado. Dentro dessa estrutura moral erguera-se o Palácio Tiradentes; e a mesma mão, honrada e serena, que naquele chão havia lançado a pedra fundamental, podia, naquele instante, fazer alçar ao tope do edificio a bandeira do Brasil.

Relembrou a atuação de Arnolfo Azevedo como membro da comissão de Constituição e Justiça e as causas que defendera, até ascender à presidência da Câmara, trazendo em seu

nome uma tradição de cultura, de honra, dignidade e coe-rência.

"A vossa ascensão a esse pôsto foi, assim, natural e legítima. Crescendo o vosso conceito entre vossos pares, êles vos escolheram para dirigi-los. E do que tem sido a vossa direção, diz bem todo êste conjunto de ordem, de grandiosidade e respeito que já pode reconhecer na Câmara dos Deputados. Passado é o tempo em que de desapontamento e tristeza seria a impressão de quem visitasse esta casa do Congresso. A falta de certos cuidados de compostura, dada à alta investidura do mandato, era o que mais generalizadamente se observava. O que diziam os inconoclastas de todos os tempos era assistido e comentado, em tôrno do orador, revestindo, não raro, o aspecto e as proporções de *meetings* de praça pública, a que, muita vez, presente estava, por invasão indébita, a fina flor dos conversadores de esquina, estranhos aos trabalhos da Câmara, mas a ela incorporados pela tolerância sem limites dos responsáveis pela boa ordem interna dêste ramo do Legislativo. Trabalho improfcuo seria distinguir, dentro do recinto da Câmara, os seus legítimos ocupantes dos seus habituais invasores.

A tudo puseste respeito e ordem!"

Por tudo isso, os atingidos por tais medidas não estavam satisfeitos, o que explicava as críticas que vinham sendo feitas.

Aquela homenagem era um misto de admiração, de respeito e de gratidão, que os deputados daquela legislatura desejavam prestar, pelos serviços prestados, em particular pela nova instalação da Câmara.

"Ela será, decênios e decênios que passem, qualquer que seja o destino que Deus reserve ao Brasil, a demonstração perene e inequívoca do que sois, como político, como homem de honra e, também (por que não dizê-lo?), como homem de gosto e de bom gosto. Que êste testemunho público e eloqüente do nosso apreço e admiração leve ao vosso coração de patriota o lenitivo e a compensação para as injustiças que vos façam os maus ou que, um dia, vos possam fazer.

Eu interpreto esta homenagem e exalto o vosso nome, em nome da Câmara dos Deputados, porque todos o sabemos digno, ilustre, impoluto."

Assim falou o deputado Plínio Marques, cujo discurso foi noticiado com simpatia por *O País*, sem comentários pelo *Jornal do Comércio* e pelo *Jornal do Brasil*, mas com acrimônia por *O Jornal* ("um discurso infeliz") e, sobretudo, pelo *Correio da Manhã* ("uma catilinária, calão grosso, contra a imprensa"), em suas edições de 23 de julho. Nada mais natural...

Cessadas as palmas que coroaram as palavras do orador, o Dr. Estácio Coimbra, vice-presidente da República, aproxi-

mou-se do busto e retirou a bandeira, desvendando-o, por entre aplausos gerais.

A escultura, bastante fiel, trazia gravada no bronze a seguinte inscrição:

“Ao presidente da Câmara dos Deputados
exmo. senhor
Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo
a quem se deve a construção dêste Palácio
homenagem dos seus colegas
da legislatura de 1924-1926.”

Não poderia ter sido encontrada dedicatória mais expressiva e de maior significação para o homenageado.

“Meus caros colegas:

Muito obrigado pela gentileza de vossa dignificante presença nesta casa e neste momento.

Sois testemunhas de tudo quanto fiz, de todo o sincero e persistente esforço, que, desde a primeira hora, despendi, para evitar a realização desta excessivamente generosa demonstração de vosso aprêço e solidariedade pela parte que tomei na construção dêste edifício.”

Foram estas as primeiras palavras de Arnolfo Azevedo, naquela tarde inolvidável. Já havia recebido tantas e tão significativas provas de estima, consideração e acatamento, de ambas as legislaturas, que nada mais poderia aspirar ou pretender, na vida pública e parlamentar. Se prestara algum serviço, considerava-se suficientemente recompensado pelo apoio e confiança demonstrados por seus pares, nos mais graves momentos da vida nacional e nos mais debatidos problemas legislativos. De nôvo insistiam em lhe dar provas de seus sentimentos carinhosos, a propósito da construção do palácio da Câmara, ordenando que ali fôsse inaugurado aquêlê busto em bronze. Haviam sido obedecidos.

“Mas, permiti que vos diga do constrangimento imenso em que esta obediência me coloca, vendo, em semelhante relêvo, quem viveu, vive e quer viver na simplicidade visceral e desprezenciosa dos que passam, sem vaidades, pelos postos da vida pública, tendo a única e absorvente preocupação de cumprir, com fidelidade, mas singelemente, o seu dever de depositário da confiança alheia, não por pensar em colhêr louros ou aplausos, mas para estar em completa paz consigo mesmo.”

Naturalmente, para um político militante, sempre injustamente julgado ou malêvolamente atacado, era nobilitante e

alentadora a expressão de solidariedade dos que o conheciam, porque resultava de um conhecimento pessoalmente adquirido.

Porque os manifestantes eram também políticos, certamente seriam argüidos de suspeitos. Mas, na verdade, por êsse fato mesmo, dispunham de completos e seguros elementos, que não se comparavam aos que contavam aquêles que se abalançavam a julgar os homens públicos, sem com êles conviver e sem conhecer as dificuldades da vida política.

Desvanecia-se com o julgamento de seus pares. Aos estímulos de sua consciência acrescentaria a imposição de seus amigos para continuar a fazer o que sempre vinha fazendo: esforçar-se por cumprir, com probidade e escrúpulo, o que de boa fé julgava ser o seu dever.

Assim agindo, não se julgava merecedor da homenagem, porque entendia que o cumprimento das obrigações cívicas era condição elementar, inerente à honra pessoal do cidadão investido de funções públicas. Prêmio suficiente seria a manifestação positiva de que não faltara a seus deveres e a franca aprovação à sua conduta. O que a mais haviam resolvido e naquele instante se concretizava era demasia da benignidade, benevolência, bondade sem limites, com que se sentia profundamente comovido e perturbado.

Depois de se referir ao discurso do intérprete daquela homenagem, assim concluiu:

“A tanta magnanimidade não sei como corresponder, sem ficar muito e muito aquém de tudo quanto vos quisera dar. Estar mais prêso do que estou ao reconhecimento que voz devo não é possível pretender do espírito humano. Não há têrmos que traduzam o tumultuar de sentimentos que, neste instante, me assoberbam. Perdoai-me a pobreza destas palavras e aceitai meu coração profundamente agradecido e cativo de vossa excelsa bondade.” (6)

Muitas palmas, abraços efusivos, uma taça de champanha e a singela cerimônia teve fim.

No dia seguinte, *O País* esclareceu que Arnolfo Azevedo pronunciara “um pequeno discurso, cheio de elevação”; *O Jornal* observou que, “como era de esperar”, o homenageado respondera “em palavras ponderadas”; e o *Correio da Manhã* afirmou que o discurso “foi sereno”.

(6) Ambos os discursos figuram em elegante plaqueta, ilustrada com fotografias, publicada em novembro de 1926 (Officinas Gráficas da Empresa Brasil Editora, Rio de Janeiro).

O adeus ao Palácio

Eleito e diplomado senador federal pelo Estado de São Paulo, Arnolfo Azevedo passou a presidência da Câmara ao deputado Sebastião do Rêgo Barros, 1.º vice-presidente, na tarde de 30 de março de 1927.

Deixou, para sempre, a Câmara Federal, onde ingressara em 1903, aos 34 anos de idade. Com 58 anos completos, também para sempre deixou o Palácio Tiradentes, o "seu" Palácio.

Em tópico publicado no dia seguinte, o *Jornal do Brasil* referiu-se "à visível comoção que demonstravam, quer o presidente que se afastava, quer o que se empossava", explicando:

"É que o sr. Arnolfo Azevedo, que durante seis anos, na direção da Câmara dos Deputados, prestando, neste alto posto, ao país o melhor da sua dedicação, da sua inteligência e do seu patriotismo, não podia, em verdade, deixar essa casa do Congresso, embora para ocupar posto igualmente relevante, qual o de senador para o qual acaba de ser escolhido pelos sufrágios dos seus coestaduanos de São Paulo, sem experimentar a mais funda saudade.

A dedicação constante com que o sr. Arnolfo Azevedo, durante as duas legislaturas consecutivas, em que os trabalhos da Câmara estiveram sob a sua direção, fez nascer, de certo, no espírito de S. Excia., não apenas mero sentimento de simpatia, mas profunda afeição a tudo que se relacionasse à atividade desse ramo do Parlamento nacional."

De fato, foi com irreprimível saudade e com indisfarçável tristeza (que se patenteia, com nítida clareza, na fotografia da solenidade, estampada em *O Globo*, do dia 30 de março) que Arnolfo Azevedo despediu-se de seus colegas, de seus amigos, do "seu" Palácio.

Preferiu não mais voltar lá, acompanhando de longe os acontecimentos que ali se desenrolavam. Por entre os sofrimentos que o assoberbavam, entristeceu-se como ninguém ao ver cerradas as portas do Palácio Tiradentes, a 24 de outubro de 1930. Certamente alegrou-se ao vê-lo, de nôvo, regurgitando de deputados, em 1933, ao reabrir-se para acolher os constituintes que iriam elaborar a Constituição de 16 de julho de 1934. Mas seu coração ficou literalmente amargurado quando veio a saber, depois do golpe de 10 de novembro de 1937, instituidor do chamado *Estado Nôvo*, que no "seu" Palácio instalara-se o Departamento de Imprensa e Propaganda — o famigerado D. I. P. — e que os confortáveis sofás e poltronas de fino couro, nêle existentes, estavam sendo conspurcados e até dilacerados a canivete. Em seu solitário retiro, na cidade de

Lorena, exaltou-se quando tais notícias lhe chegaram, como se estivessem praticando um sacrilégio ou pisoteando algo de muito nobre e intocável. Na verdade, para Arnolfo Azevedo, o Palácio Tiradentes era como um templo sagrado, e o que dentro dêle se encontrava comparava-se às alfaias e aos candela-bros. Infelizmente, Deus não permitiu que assistisse à retomada de posse do palácio pela Câmara, em 1946.

E o busto em bronze de Arnolfo Azevedo?

Este — como disse *A Gazeta*, em 3 de maio de 1962 — andou de “Herodes para Pilatos”. Primeiramente, foi retirado do gabinete do presidente da Câmara e colocado no saguão da entrada do Palácio Tiradentes.

Com a inauguração de Brasília, em abril de 1960, para a nova capital da República transferiu-se, naturalmente, a Câmara dos Deputados, que se instalou no original palácio que o gênio de Oscar Niemeyer concebeu; e “levou, misturado com móveis e outros pertences, o busto do saudoso deputado paulista”, seu presidente por seis longos anos.

“O busto foi levado de cambulhada com os móveis, na transferência para a nova capital da República. Um dia, foi o mesmo descoberto entre caixotes e a Mesa da Câmara o devolveu ao Palácio Tiradentes. Não havia lugar para êle no novo palácio do Congresso, em Brasília.

Acontece que, como foi levado, misturado com móveis e papéis, assim voltou ao Rio e, inadvertidamente, encaminhado para um dos porões do Palácio Tiradentes.”

Quem relata o fato é o correspondente do vespertino paulista na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse mesmo porão do palácio, que Arnolfo Azevedo com tanta tenacidade fêz construir, um funcionário da Câmara foi encontrá-lo. Perplexo diante do que via (certamente leu a inscrição gravada no bronze — “a quem se deve a construção dêste palácio”), transmitiu a notícia ao deputado Aliomar Baleeiro.

“Este, ontem (2 de maio de 1962), foi à tribuna para, ao mesmo tempo que protestava contra o descaso à memória de um vulto eminente do Parlamento da Velha República, fazer um apêlo à Mesa da assembléia: que seja colocado, quanto antes, no lugar de honra do Palácio Tiradentes, donde nunca deveria ter saído, o busto do saudoso político paulista.

O presidente eventual, general Naldir Laranjeira, ficou de atender ao justo apêlo do representante udenista.”

E o busto em bronze passou a ocupar, no palácio, um lugar mais digno.

No Senado Federal (1927)

Marcha para o ocaso. O xadrez da política nacional. Um destino político em jogo. "Arquivado" no Senado Federal? 1927, um ano melancólico. Consólio na melancolia.

Marcha para o ocaso

Se o ano de 1908, com a primeira investidura na Câmara Federal, colocou Arnolfo Azevedo no cenário da política nacional; se, com sua ascensão à presidência daquela casa do Congresso, o ano de 1921 fê-lo um dos líderes da política brasileira, projetando seu nome na imprensa diária da cidade do Rio de Janeiro e levando-o, com seu prestígio, a influir não só na direção da política paulista como na de outros Estados da Federação; se, em 1926, viveu alguns dos dias mais felizes de sua existência, com a inauguração do Palácio Tiradentes e a colocação de seu busto em bronze no gabinete presidencial — o ano de 1927 marcou o início de seu ocaso na vida pública nacional.

Deixou a Câmara dos Deputados — a "sua" Câmara, a que tinha servido, com dedicação e dignidade, durante oito legislaturas sucessivas e 24 anos ininterruptos; e o "seu" Palácio Tiradentes, por cuja construção dera o máximo de seu esforço e de sua tenacidade.

Foi eleito para o Senado Federal — é bem verdade —, como um dos representantes do Estado de São Paulo, vindo a sentar-se ao lado dos senadores Adolfo Gordo e Lacerda Franco, passando, assim, a figurar entre os chamados "pais da Pátria".

Mas essa nova investidura, por alguns considerada uma promoção, na realidade significou para Arnolfo Azevedo o afastamento da cúpula que, então, liderava a política brasileira.

Seu mandato senatorial, de nove anos, deveria terminar em 1935. Todavia, a Revolução de 1930 truncou-o, reduzindo-o a apenas um triênio.

Depois, foi o ostracismo político.

O xadrez da política nacional

A fórmula política do chamado *café-com-leite* estava em pleno vigor, ao findar-se o ano de 1926: a um mineiro — Artur Bernardes, sucedera na presidência da República um político de São Paulo — Washington Luís, o “paulista de Macaé”.

Dentro dessa conjuntura, e se a hegemonia política passara para as mãos dos paulistas, justo parecia que Minas Gerais tivesse suas compensações. É verdade que já dispunha de um elevado cargo — a vice-presidência da República (e, com ela, a presidência do Senado Federal), na pessoa do ex-presidente mineiro, Fernando de Melo Viana.

Entretanto, a política mineira (ou, talvez melhor, o Partido Republicano Mineiro) desejava mais, através do presidente do Estado — Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, inteligência brilhante, homem público de prestígio nacional, cujo futuro político — tudo indicava — seria dos mais promissores.

Em sua edição de 17 de janeiro de 1927, *O Jornal* publicou longa e bem fundamentada crônica política, de seu enviado especial em Belo Horizonte (quem sabe se de autoria do próprio Dr. Assis Chateaubriand, diretor do jornal) e datada da véspera. Trazia o sugestivo título de *O mirante de onde se pode observar a rosa-dos-ventos* e já foi por nós citada.

Segundo o articulista, “tudo parecia indicar que, uma vez São Paulo detentor do Catete, a presidência da Câmara fôsse ter automaticamente a Minas Gerais”. Nada mais seria do que obedecer ao precedente seguido por Artur Bernardes em 1921, quando, candidato em potencial à presidência da República, oferecera a São Paulo aquêlê importante pôsto e de que resultara a escolha de Arnolfo Azevedo.

Dentro dêsse raciocínio, surgira naturalmente a lembrança do nome do deputado José Bonifácio de Andrada e Silva para a presidência da Câmara Federal. Tratava-se de destacado

prócer mineiro, líder de sua bancada, que tinha a seu favor, ainda, a circunstância de ser irmão do presidente de Minas Gerais.

“Tamanha era a confiança do sr. Antônio Carlos no êxito dessa mansa pretensão do mano” — continuou o comentarista, — “que nem cogitou de pasta (ministerial) para êle.”

Nos últimos dias da sessão legislativa de 1926, o deputado José Bonifácio começara a ser tratado com tôdas as honras de “herdeiro” de Arnolfo Azevedo. Passara a ter “o ar solene e a austera circunspeção que convém a um substituto do sr. Arnolfo Azevedo”. E o articulista acrescentou:

“A última vez que o encontrei, aí na Avenida (1), êle deu-me a mão de um modo mais grave e falou-me medindo as palavras como quem resumia debates ou interpretava o Regimento, em solução a uma aguda crise parlamentar.”

Mas — segundo ainda o mesmo atilado observador político — os paulistas estavam justamente alarmados com o sucesso do presidente Antônio Carlos no cenário político nacional e “resolveram cortar-lhe as asas, para impedir que, da esplanada do Palácio da Liberdade, não desfira êle o vôo, nestes quatro anos, para culminâncias mais altas”. E o presidente da República resolvera, desde logo, liquidar essas veleidades do astuto Andrada à sua sucessão, em 1930.

A solução que Washington Luís teria encontrado foi um tanto maquiavélica: com o objetivo de afastar o nome do deputado José Bonifácio, ofereceu a presidência da Câmara — não a um outro mineiro (como o precedente fazia esperar) —, mas à bancada de Pernambuco. Depois de haver deixado os pernambucanos de lado, ao organizar seu ministério (apesar do apoio que dêles recebera, através do Dr. Estácio Coimbra, vice-presidente da República até novembro de 1926 e velho aliado dos paulistas), súbitamente resolveu saldar essa dívida, alegando que Pernambuco merecia uma compensação por não haver sido contemplado com nenhuma pasta ministerial e que todo o chamado (errôneamente) Norte do país só tinha dois representantes no governo de então — Otávio Mangabeira, da Bahia e Lira Castro, do Pará.

Como se vê, as circunstâncias conspiravam contra a permanência de Arnolfo Azevedo na presidência da Câmara Fe-

(1) Avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro.

deral. Tornava-se necessário substituí-lo naquele cargo, exatamente quando mal acabava de instalar a “sua” Câmara no majestoso Palácio Tiradentes.

No xadrez da política, movimentavam-se as peças para o xeque final...

Seria fácil substituir Arnolfo Azevedo no pôsto que tanto dignificara?

Para o *Jornal do Brasil*, de 30 de janeiro de 1927 (tópico que o *Correio Paulistano* reproduziu com destaque no dia seguinte), a missão de seu substituto não seria fácil, pois ao cargo nosso biografado dedicara “cuidados de todos os dias, de todos os instantes, exercendo-o como uma suprema magistratura, e tendo sempre, no ciclo de tremendas lutas que findou, dado aos adversários, à pequena minoria (motivo de ódio de uma esmagadora avalanche de governistas), tôdas as garantias dentro da ordem, tôdas as regalias dentro do Regimento”. E aduziu:

“Este tom de respeito ao cargo, êste aspecto venerando que teve a presidência da Câmara durante as duas últimas legislaturas seriam o suficiente para pôr em destaque o nome do sr. Arnolfo Azevedo.”

Tratava-se, sem nenhuma dúvida, de uma herança difícil pelo pêso de dignidade que consigo trazia. E quem a recebeu foi o deputado Sebastião do Rêgo Barros, da bancada pernambucana.

Um destino político em jôgo

Todavia, qual o destino a ser dado ao então presidente da Câmara? Ele não poderia permanecer naquela casa do Congresso Nacional, como simples deputado. Era preciso que lhe fôsse reservada uma posição condigna.

No Senado Federal, havia uma vaga na representação paulista — exatamente a deixada por Washington Luís, empossado na presidência da República em 15 de novembro de 1926.

Mas... o candidato natural para tal vaga era o Dr. Álvaro de Carvalho, sacrificado em 1924, quando cedera o lugar ao coronel Lacerda Franco. O presidente de São Paulo teria lembrado seu nome ao chefe da Nação; entretanto, para espanto daquêle — segundo versão do comentarista político de *O Jor-*

nal⁽²⁾ —, Washington Luís teria afirmado a Carlos de Campos que era inevitável a passagem de Arnolfo Azevedo para o Senado, já que havia prometido a Pernambuco a presidência da Câmara.

Movimentaram-se os chefes do Partido Republicano Paulista, oficialmente representados pelos membros da Comissão Diretora, então constituída pelos srs. Lacerda Franco, Dino Bueno, Altino Arantes, Pádua Sales, Ataliba Leonel e o próprio Arnolfo Azevedo, mas tendo, por trás, as figuras máximas dos que estavam no poder — Washington Luís, presidente da República e Carlos de Campos, presidente do Estado.

Era preciso encontrar uma solução honrosa, aplainando as arestas e evitando ressentimentos.

No dia 28 de janeiro de 1927, o *Correio Paulistano*, porta-voz do P. R. P., assim explicou a solução encontrada:

“Era propósito do Partido Republicano Paulista reconduzir o sr. Alvaro de Carvalho, como homenagem aos seus méritos parlamentares, à cadeira que já ocupou no Senado Federal.

Acontece, porém, que ponderosos motivos da política nacional, neste momento e neste caso, se sobrepujaram aos da política paulista.

Numa Democracia como a nossa, com os Estados federados e a divisão de poderes, os postos de responsabilidade devem ser distribuídos pelo maior número.

Assim pensando, São Paulo resolveu não pleitear a presidência da Câmara Federal, apesar de posta, com tanta eficiência e brilho nas mãos experimentadas do sr. Arnolfo Azevedo.

Essa razão de ordem geral determinou a indicação do sr. Arnolfo Azevedo para o Senado Federal.

Reconhecendo o valor dos motivos que ditaram essa resolução, o sr. Alvaro de Carvalho, com o seu habitual desinteresse, aceitou a inclusão do seu nome na chapa de deputados do segundo distrito.

É mais um serviço que o eminente correligionário presta ao Partido e aos interesses superiores da República.”

Solenemente, assim falou o venerando órgão do Partido Republicano Paulista. E, no mesmo dia, estampava com destaque o *Boletim Republicano* para as eleições federais destinadas à renovação do têrço do Senado Federal e dos representantes paulistas à Câmara dos Deputados, “de acôrdo com as indicações dos chefes distritais e atendendo às conveniências partidárias”. Nesse documento, depois de observar que o Dr.

(2) Cf. *Alienando a opinião pública e o Catete*, em *O Jornal* de 30 de janeiro de 1927.

Olavo Egídio, por motivos pessoais, preferia prestar seus serviços no Senado Estadual, assim foi explicado o delicado caso político:

"No segundo distrito é apresentado o Dr. Alvaro de Carvalho que, não obstante a sua indicada volta para o Senado Federal, concordou com a eleição para uma cadeira na Câmara dos Deputados, a fim de atender à conveniência política da passagem para o Senado do Dr. Arnolfo Azevedo, atual presidente da Câmara dos Deputados, onde prestou assinalados serviços à causa pública."

Os deputados Meira Júnior e Pedro Costa foram substituídos, além do Dr. Olavo Egídio e do próprio Arnolfo Azevedo.

E assim ficou constituída a chapa do Partido Republicano Paulista:

Para *Senador Federal* — Arnolfo Rodrigues de Azevedo.

Para *Deputados Federais*:

- 1.^o *distrito* — Alexandre Marcondes Machado Filho, Antônio Carlos de Sales Júnior, Ataliba Leonel, Francisco Ferreira Braga, José Cardoso de Almeida e Júlio Prestes de Albuquerque;
- 2.^o *distrito* — Alberto Sarmiento, Álvaro Augusto da Costa Carvalho, César Lacerda de Vergueiro, Elói de Miranda Chaves, Heitor Teixeira Penteadó e Marcolino Lopes Barreto;
- 3.^o *distrito* — Altino Arantes Marques, Fábio de Sá Barreto, Firmiano de Moraes Pinto, João de Faria e Mário Rolim Teles;
- 4.^o *distrito* — Antônio Bias da Costa Bueno, Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho, José Augusto Pereira de Resende, José Valois de Castro e Manuel Pedro Vilaboim.

Delicadamente, Alvaro de Carvalho fôra compelido a desistir de seu retôrno ao Senado Federal. De maneira não menos delicada, Arnolfo Azevedo deixou a Câmara e foi indicado para a vaga de Washington Luís. E, no meio de tudo isso, Lorena ficou sem ser representada entre os deputados do 4.^o distrito eleitoral, perdendo um lugar que vinha garantindo desde 1903.

Era a versão pública e oficial dos fatos. Seria a verdadeira? Ou razões mais profundas existiam atrás de todo êsse amável jôgo de palavras?...

Certamente, havia outras razões, embora não possamos comprová-las com documentos, mas com fatos ou testemunhos de repórteres políticos.

“Arquivado” no Senado Federal?

A indicação de Arnolfo Azevedo para representar São Paulo no Senado da República deu margem a desencontrados comentários.

Segundo o repórter político do *Jornal do Brasil* (27-I-1927), no dia 26 de janeiro o assunto fôra ventilado em roda de políticos. Um dêles achava que o presidente da Câmara nada tinha a lucrar com o acesso ao Senado, justificando assim seu ponto de vista:

“Como presidente da Câmara teria o Arnolfo, na próxima legislatura, além do prestígio inerente ao posto de substituto eventual do presidente da República, 24 contos de réis de representação anual e automóveis oficiais. Além destas vantagens, que êle — continuava o paredro — pode considerar secundárias, haveria a decorrente da proeminência do cargo em si mesmo, proeminência de que o Arnolfo sempre soube valer.

No Senado, a coisa é outra. Tôdas aquelas prerrogativas lhe serão defesas. E êle — concluiu maldoso — ficará *arquivado* no Monroe.”

Segundo o mesmo repórter, “a perversidade do comentário não ficou sem resposta”. Um amigo do presidente da Câmara teria redargüido:

“Está V. muito enganado. O Arnolfo será, na Câmara Alta, o líder de sua bancada e da própria Casa. A sua situação, longe de ser diminuída, crescerá.”

E — para utilizar as palavras do próprio comentarista — “como pitonisa” concluiu o tal político:

“Alto paredro, quando soube da indicação do sr. Arnolfo Azevedo para a cadeira do sr. Washington Luís, no Senado, observou apenas, com um olhar distante: Repare que dessa cadeira senatorial saiu o presidente da República...”

Que contraste! Para uns, Arnolfo Azevedo fôra simplesmente *arquivado* no Senado da República. Para outros, essa posição corresponderia a um compasso de espera: destinos mais altos lhe estariam reservados.

O *Malho* de 29 de janeiro de 1927, em sua secção *Politic’Ações*, aplaudiu sem reservas a escolha, prevendo que “o magnífico candidato, na Câmara Alta, conquistará, em breve período, o mais sólido prestígio”, porque

"O sr. Arnolfo Azevedo é homem de costumes severos, que não agrada à primeira vista, nem parece gostar de agradar. Mas ninguém se aproxima de S. Excia., nem lhe entra no convívio, sem ficar prêsso à sua correção pessoal e à sua sinceridade. É um homem que não nasceu para enganar, nem o saberia fazer, se o pretendesse.

Rude ao dizer a verdade e o que sente, encanta não obstante pela tolerância e pelo respeito que tem às convicções alheias.

De sua formosa inteligência, melhor do que as palavras, diz a sua duradoura presidência da Câmara, a lidar com mais de duzentos caracteres heterogêneos e mentalidades de nuanças variadíssimas. Não deixa, naquela casa, adversidades que o desabonem.

De sua cultura, os *Anais* do Congresso falam alto. Feliz, felicíssima a escolha que acaba de fazer o Partido Republicano Paulista."

Esse comentarista via com otimismo a entrada de Arnolfo Azevedo para o Senado Federal. Dentro dessa mesma atmosfera, *A República*, de Niterói, chegou a noticiar, em 8 de fevereiro, que nosso biografado seria nomeado interventor no Estado do Rio de Janeiro... , asseverando que a informação, colhida em boa fonte, causara a melhor impressão nos arraiais dos descontentes com a política fluminense.

Seus amigos políticos também desejavam que prosseguisse em sua carreira ascendente no cenário nacional.

HUGO CARNEIRO chegou a escrever, com tôdas as letras:

"Era assim Arnolfo Azevedo, que àquele tempo desejávamos ver alçado à culminância da presidência da República; mas as injunções, às vezes incompreensíveis da política, houveram por bem contrariar a vontade generalizada dos representantes da Nação, que, infelizmente, não dispunham do prestígio da meia dúzia de capitães da política que, então, ao seu talante, decidiam dos destinos da República. E o resultado foi o que se viu, com a arrancada de 24 de outubro." (3)

Em julho de 1926, ao comentar a ereção de seu busto em bronze no Palácio Tiradentes, o mesmo comentarista político de *O Malho* afirmou que, da mesma forma que aquela homenagem fôra recebida sob unânimes aplausos,

"Assim aconteceria, também, estamos certos, se o grande Estado de São Paulo, por gesto nada impossível, tivesse algum dia conveniência de lançar o nome brilhante do sr. Arnolfo Azevedo à suprema magistratura da Nação."

E assim pensavam alguns paulistas não militantes na política, como aquêles que, em concurso popular aberto pelo

(3) CARNEIRO (Hugo) — *Arnolfo Azevedo*, em *Jornal do Brasil*, de 11 de novembro de 1956.

Correio da Manhã, para saber quem deveria ser o sucessor do presidente Washington Luís, manifestaram-se em julho de 1929:

“Paulistas que somos, conhecedores da política do maior Estado da Federação, só encontramos um estadista capaz de suceder ao Dr. Washington Luís na direção do país: é o senador Arnolfo Azevedo, político único, de caráter íntegro, enérgico, honesto, patriota, cujo passado honrado e os seus largos conhecimentos de longo tirocínio nos dariam o presidente preciso para colocar o nosso país no pedestal iniciado pelo atual govêrno.

Pedimos, pois, que cada assinatura seja um voto, justo e merecedor, uma homenagem a êste grande brasileiro. — *Armando Pereira, Cornélio Costa, Oscar Fagundes, Virgílio Amorim, Otdvio Veiga, Sinésio Faria, Justo Primo, Afonso Pinto Miranda, Oscar Carneiro Nascimento.*”

Outros, sem chegar a tanto, viram na eleição de Arnolfo Azevedo para o Senado uma séria ameaça ao senador Antônio Azeredo. Assim pensava *A Gazeta*, de São Paulo, em sua edição de 1.º de fevereiro de 1927, ao abordar o assunto, quer através de telegrama procedente do Rio de Janeiro, sob o título *Previsão-se, sr. Azeredo...*, quer através de editorial, intitulado *A. A. vs A. A.*, nos quais dava a entender que, muito provavelmente, viria a caber a Arnolfo Azevedo a vice-presidência do Senado Federal, não só porque nosso biografado habituara-se a presidir à Câmara, como porque a política paulista estava “dando cartas”, naquele momento.

No telegrama recebido do Rio de Janeiro, dizia-se que a notícia não passava de simples brincadeira, destinada a “fazer mêdo ao florido representante de Mato Grosso...” E concluía:

“O que o sr. Arnolfo vai ser, no Senado, é o líder do govêrno, sendo possível, também, que não se desgoste de guardar a cadeira para o sr. Carlos de Campos, indo, depois, para o lugar dêle, Carlos de Campos, na presidência do Estado.”

Se assim viesse a acontecer, tanto melhor seria para o senador Antônio Azeredo, como também para Arnolfo Azevedo, porque, “em vez de presidente do Congresso, vai ser lenço para o sr. Carlos de Campos; porém, em compensação, gozará, a seguir, a brisa suave dos Campos Elíseos...”

Como estavam enganados tais comentaristas políticos!

Quem tinha mesmo razão era o correspondente da *Fôlha da Noite*, de São Paulo, ao escrever da então capital da República suas *Indiscrições do Rio*, com data de 17 e publicadas no dia 18 de maio de 1927.

Noticiando que, nas rodas políticas cariocas, ainda se comentava a "promoção" de Arnolfo Azevedo para o Senado, observou que "há promoções que parecem um rebaixamento de pôsto". A propósito, um deputado paulista, poucos dias antes, em conversa na "Galeria Cruzeiro" (hoje desaparecida, mas, na época, um dos pontos de encontro da avenida Rio Branco), não hesitara em afirmar:

"— Você quer que eu use de uma figura capaz de pintar a situação do Arnolfo? Mandaram-no para o Monroe como quem remete algum objeto precioso para um arquivo..."

E esclareceu melhor seu pensamento, dizendo que a promoção de Arnolfo Azevedo talvez fôsse um castigo. Os paulistas e mineiros achavam que o ex-presidente da Câmara estava com grande força política; julgavam-no, mesmo, "um elemento perigoso na presidência daquela casa do Poder Legislativo".

Diante dessas revelações, o repórter procurara colhêr outros informes e constatara que, "além das simpatias e da solidariedade de uma grande maioria, o sr. Arnolfo dispunha do apoio de quatro Estados: Pará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraná, e exercia uma grande ascendência sôbre os dois Mangabeiras, chefes incontestáveis da corrente baiana". Verificara, ainda, que Arnolfo Azevedo "gozava das sinceras simpatias do sr. Antônio Carlos, de uma parte da bancada do Maranhão e se fazia alvo especial da amizade do sr. Estácio Coimbra".

E, concluiu o repórter:

"Foi por isso que o sr. Júlio Prestes, cumprindo instruções reservadas e terminantes, tratou de solapar a influência do sr. Arnolfo. Conseguiu-o, *arquivando* o patricio e *amigo* no Senado."

Tais revelações eram perfeitamente fundamentadas. Na verdade, nosso biografado contava com a amizade, a admiração e o apoio de figuras de destaque no âmbito daqueles Estados citados: Dionísio Bentes e Eurico Vale, no Pará; Domingos Barbosa e Marcelino Machado, no Maranhão; José Augusto e Juvenal Lamartine, no Rio Grande do Norte; Estácio Coimbra e José Maria Belo, em Pernambuco; Costa Rêgo, em Alagoas; Otávio e João Mangabeira, na Bahia; Afonso Camargo e Plínio Marques, no Paraná. A estes nomes, poderíamos acrescentar o de Hugo Carneiro, antigo deputado pelo Ceará e governador do então Território do Acre.

Essas bases políticas — a que se vinham juntar a fiel amizade de velhos colegas da bancada mineira e as “sinceras simpatias” do sr. Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais — positivamente estavam preocupando e incomodando certos setores da cúpula governamental.

A exemplo do que houvera sucedido, ao tempo do Império, com Irineu Evangelista de Sousa (embora, evidentemente, noutras circunstâncias e num setor diferente), Arnolfo Azevedo tinha logrado despertar “ciúmes no alto”... ou, pelo menos, muito próximo d’ele...

Convinha afastá-lo da alta liderança da política nacional, dar-lhe uma espécie de “aposentadoria” condigna. E a melhor forma consistiu em *arquivá-lo* no Senado Federal, com tôdas as honras devidas.

1927, um ano melancólico

Por tôdas essas razões, o ano de 1927 foi, para Arnolfo Azevedo, marcado por indisfarçável melancolia.

No dia 30 de março, às 14 horas e 15 minutos, em seu gabinete do Palácio Tiradentes, passou a presidência da Câmara ao 1.º vice-presidente, deputado Rêgo Barros.

A cerimônia foi simples. Achavam-se presentes os demais membros da Mesa, o diretor da Secretaria da Câmara e vários funcionários.

Havendo sido eleito e diplomado senador por São Paulo, declarou que tinha satisfação em passar o exercício da presidência a um representante de Pernambuco, de bela tradição política, famoso por sua inteligência e cultura. Fazia-o com saudade; mas restava-lhe o conforto de deixar a direção da Câmara entregue a uma inteligência de escol. Tinha consciência de haver cumprido seu dever, servindo ao interesse público em duas legislaturas consecutivas. Deixava na Casa muitos colegas, nos quais sempre encontrara sincera e cordial amizade.

Em resposta, o deputado Sebastião do Rêgo Barros afirmou que reconhecia a honra conferida a Pernambuco e recebia a presidência da Câmara com justa satisfação. Tinha certeza de que, no posto, haveria de seguir as lições recebidas do presidente que se afastava, cioso da respeitabilidade e honrabilidade do cargo, que esperava exercer com o maior zelo, em bem da dignidade daquela casa do Parlamento brasileiro.

A seguir, Arnolfo Azevedo foi acompanhado até sua residência, à sua São Clemente, pelos deputados Rêgo Barros e Domingos Barbosa, juntamente com o Dr. Ernesto Alecrim, diretor da Secretaria da Câmara.

O presidente Washington Luís, em telegrama datado de 2 de abril de 1927, afirmou:

"Tôda a Nação brasileira reconhece, com justiça, os inestimáveis e valiosos serviços por V. Excia. prestados, patrioticamente, no alto cargo a que o elevou a confiança de seus representantes. No nôvo pôsto, em que mais uma vez, com abundância, é renovada a confiança que as suas qualidades inspiram e se manifesta a esperança de novos serviços, desejo tôdas as felicidades, que é digno."

O senador Epiácio Pessoa, ex-presidente da República, acentuou que Arnolfo Azevedo havia dignificado o cargo de presidente da Câmara "pelos seus altos dotes de inteligência e de caráter e pelos seus sentimentos de liberdade e justiça".

Otávio Mangabeira, ministro das Relações Exteriores, formulou um desejo:

"Oxalá, no Senado da República, possa V. Excia. prestar ao país e ao Parlamento os inolvidáveis serviços que lhes prestou no alto cargo que acaba de deixar."

Carlos de Campos, presidente de São Paulo, felicitou cordialmente "o prezado amigo pelo brilhante e patriótico desempenho dado ao mandato de tanta relevância" e augurou "a continuação dos mesmos serviços e triunfos no nôvo pôsto".

Estácio Coimbra, governador de Pernambuco, lembrou que Arnolfo Azevedo fôra "acertadamente investido" no cargo de presidente da Câmara, em 1921, quando exercera as funções de líder da maioria, e se aprazia em "recordar o perfeito espírito de harmonia e confiança" com que haviam exercido ambos aquelas altas funções, "sempre inspirados nos ditames da justiça e da tolerância, na tarefa legislativa, em bem do país". E acrescentou:

"Ascendendo ao Senado, pelo voto livre de seu grande Estado, que assim distingue o filho ilustre, V. Excia. continuará ali a servir, com clarividência e patriotismo, ao regime e à Nação."

O deputado Júlio Prestes, líder da maioria, foi bastante amável e cordial, ao declarar:

“Tenho a maior satisfação em exprimir aqui os meus melhores agradecimentos ao eminente amigo, não só pela correção, pelo brilhantismo e pelo espírito republicano com que presidiu a Câmara dos Deputados, cooperando eficientemente para o bom andamento dos seus trabalhos, no mais agitado dos períodos que temos atravessado, como para o desempenho do meu cargo de líder da maioria.

Além dêses inestimáveis serviços, há a registrar a construção do Palácio da Câmara, que devemos à sua tenacidade e ao seu entranhado amor por essa casa do Parlamento, desejando-lhe muitas felicidades no Senado Federal, para onde o enviou o Partido Republicano, que confia na continuidade dos serviços que a Pátria lhe é devedora.”

O general Nestor Sezefredo dos Passos, ministro da Guerra, acentuou que o povo paulista nada mais fizera que justiça ao mérito de nosso biografado, “que tão bem tem sabido honrar a querida Pátria”.

Getúlio Vargas, ministro da Fazenda, observou que Arnolfo Azevedo deixava o cargo de presidente da Câmara, “que tanto ilustrou pela sua competência e austeridade”.

E, mais ou menos expressivos, outros telegramas chegaram, assinados por Melo Viana, vice-presidente da República; pelo senador Antônio Azeredo, vice-presidente do Senado; pelos ministros Viana do Castelo (Justiça), almirante Pinto da Luz (Marinha), Vítor Konder (Viação) e Lira Castro (Agricultura); por Antônio Prado Júnior, prefeito do Distrito Federal e Coriolano de Góis Filho, chefe de Polícia; e pelos presidentes ou governadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, como ainda por deputados e senadores.

Recebia uma verdadeira consagração naquela hora melancólica, que marcava o início do ocaso de sua vida pública.

Na edição de 31 de março de 1927, o venerando *Jornal do Comércio* dedicou a Arnolfo Azevedo a primeira de suas *Várias notícias*. Depois de acentuar que nosso biografado fôra um “presidente como poucos terá tido a Câmara”, acrescentou:

“Deputado antigo e laborioso, cheio de cultura e de zelo no desempenho do mandato; sempre querido e respeitado por todos os colegas, o seu prestígio pessoal veio continuamente crescendo até chegar à honrosa escolha de que foi alvo.

No exercício da presidência da Câmara, o seu sentimento de justiça, o seu espírito liberal, o seu amor à Constituição, a sua fidelidade ao Regimento, as suas qualidades de sisudez, de tolerância e de energia, granjearam-lhe logo um apêço ainda maior.

Apesar de erçados de dificuldades de tôda ordem os dois últimos triênios legislativos, o sr. Arnolfo Azevedo soube sempre guiar com grande tato e isenção os trabalhos da Câmara, concorrendo sobremodo para elevar, no conceito público, o bom nome dessa casa do Congresso."

A nota terminou por lembrar que a seus esforços deviam os deputados o Palácio Tiradentes, "cujas obras foram dirigidas e fiscalizadas com rigorosa atenção, com gôsto, inexcedível honestidade"; e que, às homenagens que vinha recebendo naquele instante, deveriam "associar-se cordialmente quantos desejem ver o regime republicano fortalecido pela colaboração dos homens dignos de respeito por seus serviços, sua cultura e sua dedicação aos interesses nacionais".

Arnolfo Azevedo deve ter-se sentido satisfeito com tais palavras, pois bem conhecia o valor e o significado de uma "vária" do *Jornal do Comércio* — sobretudo quando aparecia no primeiro lugar, entre outras; algumas delas tinham decidido do destino da política nacional e, não raras vêzes, exprimiram o ponto de vista da presidência da República.

Viera contrabalançar os efeitos deprimentes da notícia malévola, publicada por *A Noite* dois dias antes, sob o título — *O Tesouro é o coronel de tanto gigolô da política...* e que trazia um subtítulo — *Só agora o sr. Arnolfo Azevedo se lembrou de largar o cargo que perdera há um mês*. Estampando sua fotografia, com a legenda — "O sr. Arnolfo Azevedo, príncipe da República", aquêlê vespertino carioca afirmou que nosso biografado continuara, depois da eleição de 24 de fevereiro, "a bancar o presidente da Câmara, auferindo tôdas as vantagens decorrentes do exercício dessas funções, como sejam as de uso de condução em veículos da Câmara, as de franquia oficial nos telégrafos, as de franquia telefônica, urbana e interurbana, as de representação, etc., etc." — tudo isso representando, em metal sonante, uma soma que deveria exceder de alguns contos de réis mensais.

Era um ataque grosseiro, no qual não faltaram expressões como "prerrogativas e vantagens que tanto usou e abusou", às quais estava agarrado "de unhas e dentes". Uma ofensa, que atingia sua própria honorabilidade e que ficou sem resposta, porque não merecia tal consideração. Só mesmo quem desconhecesse a integridade moral de nosso biografado poderia ter escrito tanta aleivosia.

Em compensação, o *Jornal do Brasil* de 16 de abril de 1927, em editorial intitulado *A presidência da Câmara*, mos-

trou como era difícil, delicada e grave a tarefa do novo presidente, deputado Rêgo Barros:

“É que esta cadeira acaba de ser deixada pelo sr. Arnolfo Azevedo, ao qual nem mesmo o seu inimigo mais acérrimo poderá negar qualidades especiais para a alta função, qualidades que estiveram em evidência durante estes seis anos de presidência, um período que decorreu, na quase totalidade, em agitações políticas e revolucionárias tenazes e intensas, que não podem ser apresentadas por nenhum outro momento da nossa história política.

A anarquia do ambiente era tal, que até mesmo as imunidades parlamentares estiveram seriamente ameaçadas e teriam sido mesmo desrespeitadas, se não fosse a resistência do presidente da Câmara, que, sem espalhafato e sem manifestações externas tão facilmente exploráveis, opôs uma resistência que conduziu, enfim, os espíritos ao bom caminho.”

Foi nesse ambiente que, no dia 22 de abril de 1927, Arnolfo Azevedo tomou posse de sua cadeira no Senado Federal. Retornava ao palácio Monroe, onde atuara como deputado de 1914 a 1922 e em cujo recinto recebera, em 1921, a suprema glória de ser eleito presidente da Câmara.

A singela cerimônia assistiu incorporada a Mesa da Câmara dos Deputados, constituída pelos deputados Rêgo Barros, Domingos Barbosa, Raul Sá, Bocaiúva Cunha e Batista Bittencourt, em significativa homenagem de apreço ao novo senador paulista.

Mas Arnolfo Azevedo encontrava-se visivelmente deprimido. Recusou-se a figurar em qualquer das comissões do Senado, fazendo nesse sentido a devida solicitação aos senadores Antônio Azeredo e Bueno de Paiva — conforme noticiou o *Jornal do Brasil*, em 8 de maio.

Sentia, por certo, necessidade de retrair-se, mergulhar na obscuridade, deixar o cenário político, onde, por longos anos, figurara em posição de tanto destaque..

Considerar-se-ia um injustiçado, que os azares da política haviam “arquivado” no Senado, por ter provocado ciúmes *no alto* ou em suas vizinhanças?...

Não o sabemos com segurança, mas acreditamos que sim.

E tal sentimento deve ter-se tornado ainda mais intenso quando percebeu, com maior clareza, os rumos que tomava a política nacional, após o súbito falecimento do presidente Carlos de Campos, em fins de junho de 1927.

Na verdade, naquela triste emergência, o coronel Fernando Prestes, vice-presidente do Estado, foi aconselhado a não assu-

mir a presidência e o cargo passou às mãos do presidente do Senado estadual, Dr. Dino Bueno. É que, caso assumisse, seu ilustre filho — o deputado Júlio Prestes não poderia ser candidato ao cargo vago.

A política paulista havia mudado bastante em suas diretrizes. Dominava-a, sem dúvida alguma, a vontade soberana do “braço forte” do Catete. E o destino da Primeira República começava a ser traçado, dentro do caminho que a levaria à ruína final e à vitória da Revolução de 1930.

Com 58 anos de idade e 35 anos de vida pública, Arnolfo Azevedo era um homem desiludido e sem maiores ambições, naquele ano de 1927.

Consólio na melancolia

No meio dessa melancolia e dessas desilusões como homem público, teve algumas consolações.

A primeira — não sabemos se a maior, embora oficialmente tivesse sido a mais significativa — registrou-se no dia 28 de maio de 1927. Por volta de meio-dia, na cidade do Rio de Janeiro e nos salões do “Jockey Club”, teve início um almôço político em regozijo por sua passagem da Câmara dos Deputado para o Senado Federal.

Na mesa, em forma de U, tomaram assento, além do homenageado: o Dr. Fernando de Melo Viana, vice-presidente da República; cinco ministros de Estado — Otávio Mangabeira, Getúlio Vargas, Lira Castro, general Sezefredo dos Passos e almirante Pinto da Luz; o presidente do Estado do Amazonas — Dr. Efigênio de Sales; o senador Antônio Azeredo, vice-presidente do Senado; o deputado Rêgo Barros, presidente da Câmara; o Dr. Coriolano de Góis Filho, chefe de Polícia do então Distrito Federal; 34 senadores federais, 69 deputados, além de algumas dezenas de outras pessoas, perfazendo um total de mais de 140 participantes.

Dentre os deputados, destacavam-se pelo número os de São Paulo (com Júlio Prestes à frente) e os de Minas Gerais, seguindo-se-lhes outros do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Fe-

deral, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso. Alguns nomes bem conhecidos ali estavam, entre eles:

Dorval Pôrto, Prado Lopes, Domingos Barbosa, Armando Burlamaqui, Matos Peixoto, Deoclécio Duarte, Sousa Filho, José Maria Belo, Sérgio Loreto, Álvaro Pais, Batista Bittencourt, João Mangabeira, Afrânio Peixoto, Vital Soares, Geraldo Viana, Maurício de Medeiros, Oliveira Botelho, Bocaiúva Cunha, Henrique Dodsworth, Sales Filho, José Bonifácio, Nelson de Sena, Alaor Prata, Augusto de Lima, Raul Sá, Teodomiro Santiago, Manuel Vilaboim, Heitor Penteadó, Firmiano Pinto, Sales Júnior, Valois de Castro, Plínio Marques, Lindolfo Pessoa, Edmundo da Luz Pinto, Lindolfo Collor, João Simplício, Aníbal de Toledo.

Do Senado Federal, completas estavam as representações do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte, seguindo-se, incompletas, as do Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso. Não se fizeram representar as da Paraíba, Distrito Federal, Santa Catarina e — por incrível que possa parecer — a de São Paulo, pois ausentes estavam os dois outros colegas de Arnolfo Azevedo. Dentre os senadores presentes, encontramos alguns nomes bem conhecidos:

Silvério Néri, Aristides Rocha, Lauro Sodré, Sousa Castro, Eurico Vale, Cunha Machado, Godofredo Viana, Pires Ferreira, João Tomé, João Lira, Ferreira Chaves, Juvenal Lamartine, Barbosa Lima, Fernandes Lima, Pereira Lobo, Gilberto Amado, Miguel Calmon, Manuel Monjardim, Bueno de Paiva, Bueno Brandão, Manuel Duarte, Afonso Camargo, Vespúcio de Abreu, Olegário Pinto, Pedro Celestino.

De certo modo, o Brasil ali estava presente através de seus representantes no Congresso Nacional e no governo da República.

Ladeado pelo vice-presidente da República e pelo vice-presidente do Senado, Arnolfo Azevedo ouviu o orador que foi o intérprete dos que o homenageavam — o deputado Sebastião do Rêgo Barros, presidente da Câmara.

Declarou, de início, que ali se achavam reunidos “filhos de Estados diversos, em tórno de uma das mais respeitáveis figuras de homem público do Brasil contemporâneo”.

A homenagem era “um misto de afeto, de saudade e de admiração”: afeto daqueles que haviam privado na intimidade de nosso biografado e puderam descobrir nêle “uma sen-

sibilidade que se não expande em exuberâncias vulgares”, mas pouco a pouco se revelava aos que sabiam estudar as personalidades com que conviviam; saudade do companheiro de todos os dias, durante anos, no Parlamento, “inteligente, culto, educado, sincero nas afirmações, firme nas convicções, profundamente arraigadas num caráter forte”; e “admiração pelo político, que nos altos postos a que o levaram seus raros predicados”, soubera sempre “imprimir o cunho de suprema dignidade, que era característico em todos os seus atos”. (Neste ponto, ouviram-se aplausos prolongados.)

Observou, depois, que conhecera Arnolfo Azevedo quando na Câmara Federal ingressara em 1924. Não se aproximara, desde logo, “do austero presidente, cuja aparência, reservada, não era de modo a pô-lo facilmente em contato” com aqueles que — como o orador — não costumavam impor-se ao convívio dos mais poderosos. À distância, passara a estudar-lhe “a atuação enérgica, serena e justa”, descobrindo-lhe os traços de seu caráter e de sua entidade moral, cuja projeção, no cenário político, começara a admirar sinceramente.

Eleito vice-presidente da Câmara no final da legislatura encerrada em 1926, pudera verificar que aquela “severidade aparente marcava uma grande sensibilidade emotiva”; e, então, compreendera o porquê da “atmosfera de acatamento que o envolvia, a dedicação dos que lhe privavam da intimidade, a justa autoridade que exercia nos círculos da alta política nacional”.

Encerrou seu discurso, afirmando que, convidado para saudar o homenageado naquele almoço, parecera-lhe que o melhor modo de fazê-lo seria dizer, “com sinceridade e franqueza”, o que pensava e o que todos pensavam a seu respeito. (Novos aplausos fizeram-se ouvir, neste instante.) Procurara esboçar, em linhas gerais, a personalidade de Arnolfo Azevedo; outro poderia tê-lo feito melhor. “Como quer que seja, porém, dizer quem sois, embora imperfeitamente, é o maior elogio que se vos pode fazer” — foram as últimas palavras do presidente da Câmara, coroadas por fartos e calorosos aplausos.

Fêz uso da palavra, a seguir, Arnolfo Azevedo, lembrando inicialmente que tudo fizera para evitar aquela homenagem, de que não se julgava merecedor. Curvava-se, porém, ante a nobreza de alma de seus colegas e não encontrava palavras para agradecer a presença dos que se reuniam para honrá-lo naquele inesquecível instante de sua longa e trabalhosa vida pública.

A serviço de seu município, de seu Estado e do país consumira “os melhores e mais vigorosos 36 anos” de sua existência, dos quais os últimos 24 anos dedicados ao mandato de deputado federal.

“Sou, pois, uma das muitas prêsas da Política, dessa malsinada Política tão mal julgada, tão mal conceituada, no nosso como em todos os países da nossa raça, alvo constante e predileto dos rancores e censuras dos descontentes, pasto e objeto preferido das paixões desordenadas, vítima inocente de caluniosas denúncias, sempre injustamente condenada como responsável principal, senão única, de todos os males que afligem a humanidade.”

Seria, acaso, possível eliminá-la das sociedades humanas ?

Lembrou, então, que já ARISTÓTELES dizia que o homem era “um animal político”, pois era o único que tinha necessidade de agrupar-se em cidades, daí decorrendo a organização política, assegurada pelo Direito Público. Recordou as palavras de BLUNTSCHLI, ao afirmar que “a Política está para o Direito, como o movimento para o repouso”.

Dentro dessa ordem de considerações, ressaltou a importância do papel dos políticos — na mais alta acepção da palavra —, daqueles que têm a Política como principal ocupação e lhe dedicam o melhor de seu tempo, inteligência, pensamentos, idéias, ações, dentro do Direito e da Moral — atividade para a qual são necessários preparo acurado e longa aprendizagem, que só dentro dela se pode adquirir. Daí a virulência das críticas dos que, não sendo políticos, não podem conhecer suas injunções, disciplina, meandros e dificuldades.

As exterioridades da Política, vistosas e fascinantes, dão a impressão de um manancial de prazeres e triunfos. Daí as odiosas reações e as violências contra os mandatários do poder público e a desagradável atmosfera que os cercava.

“Sente-se, por toda a parte, aqui como em todos os países, uma grande aspiração, uma verdadeira ânsia de Justiça a empolgar os homens. Neste anseio se debatem, não só os governados, como também os governantes, todos insatisfeitos uns com os outros, com as coisas públicas, com os atos alheios, consigo mesmos talvez, arguindo cada qual as injustiças de que se julga vítima.”

Por que essa insatisfação generalizada ? Seria porque não mais se cumpriam os velhos preceitos do Direito Romano — *honeste vivere, neminem laedere, suum cuique tribuere* ? Ou porque, embora cumpridos, tais preceitos já não mais correspon-

deriam às necessidades individuais e coletivas da época, pela desconfiança suspeitosa de que, por serem tão antigos, já não mais valiam?

Todos os que ali se encontravam — homens políticos — não estariam percebendo de que havia necessidade de “um Direito nôvo, Direito justo, mais conforme com a verdade dos fatos, com a realidade das coisas, com as necessidades do homem, em sua vida material, moral e intelectual”?

Dizia-lhe a consciência que, no desempenho da funções públicas, procurara, sem esmorecimentos, observar aquêles velhos preceitos romanos — viver honestamente, não lesar a ninguém, dar a cada um o que era seu. Certamente, errara muitas vêzes — o que era humano —, “mas sempre convencido de que tudo fazia para acertar”. Livrara-se, por acaso, de doestos e censuras?

Relembrou que, ao assumir a presidência da Câmara, em 1921, propusera-se fazer dela uma verdadeira magistratura; e reproduziu algumas das palavras pronunciadas por ocasião de sua reinvestidura no pôsto, em 1926.

Para atingir êsse desiderato, contara com a inestimável colaboração de seus companheiros de Mesa e dos funcionários da Câmara.

Assinalando a imparcialidade e o descortino da Mesa, bastava recordar a reforma da Secretaria, pela qual limitara seu próprio arbítrio em relação às nomeações e promoções, não criando um só lugar para candidatos apadrinhados, e estabeleceu a obrigatoriedade do concurso para cargos que, antes, eram de livre nomeação. O que haviam sido tais concursos, “em severidade e lisura”, ficara gravado no conhecimento público; e o exemplo dado haveria de permanecer nos anais do Parlamento como um título de honrosa recomendação.

Mas colhera a Mesa da Câmara, por ventura, os aplausos que merecia?

Tais fatos, registrados no seio de uma assembléia essencialmente política, serviam para atestar a correção e a probidade de políticos que não se deixavam perturbar por aquelas aparentes exterioridades, que maravilham os levianos desapercibidos e alimentam os ambiciosos inconscientes.

Era bem certo que essa intransigente retidão exige grande soma de desprendimento pessoal e de abnegação, o que tornava, para os imperfeitamente informados, quase inacreditável a existência de pessoas que sincera e rigorosamente seguissem

tal diretriz. Na realidade, era muito mais comum, do que em geral se presumia, a existência desses abnegados da política militante, porque, cumprindo modesta e obscuramente seus deveres cívicos, não se lembravam de alardear tais atitudes, com a timidez e com o pudor que a própria virtude lhes impunham.

“O errôneo mau conceito de que gozam os políticos origina-se, provavelmente, de acreditar-se, por uma generalização leviana, apressada e condenável, que são a regra geral as raras exceções más, que entretanto, nem sequer são mais numerosas do que as que afetam e prejudicam as demais classes da sociedade, pois tôdas têm seus elementos indesejáveis, parasitários e perniciosos.”

É que, com os homens públicos, acontece uma singularidade: fora de seu meio não se pode conhecer a verdade, porque os rumores, que em torno deles se levantam, deixam essa verdade envolta nas sombras do ignoto.

Dando por encerradas essas considerações, desejava voltar-se para o significado daquela homenagem, de que participavam tão notáveis figuras da sociedade e que, arrancando-o da simplicidade de seu temperamento retraído, alçara-o às culminâncias daquele cenário, onde brilhavam tantos valores. E maior se tornara o requinte na escolha do intérprete — deputado Rêgo Barros, presidente da Câmara, cuja palavra brilhante e hábil exagerara as qualidades do homenageado, tirando do nada os elementos de sua oração. Do fundo de sua alma, agradecia aquela homenagem e, levantando sua taça, bebia pela felicidade completa de todos e de cada um, em particular. Palmas entusiásticas acolheram as últimas palavras de Arnolfo Azevedo.

Para terminar a festa (durante a qual fizera-se ouvir a orquestra do Hotel Glória, sob a regência do maestro Cardoso de Menezes), só restava o brinde de honra ao presidente da República; e quem o proferiu foi o vice-presidente Melo Viana (4).

Essa homenagem representou, sem nenhuma dúvida, um grande consôlo para o coração amargurado de Arnolfo Azevedo.

Todavia, outros recebeu ainda naquele ano de 1927. Registraram-se por motivo de seu aniversário natalício, a 11 de novembro. Os jornais lembraram a data, embora já sem o mesmo destaque com que o haviam feito nos anos anteriores: no Rio de Janeiro, *O País*; em São Paulo, o *Correio Paulistano* e *A Capital*, além dos periódicos de Lorena, Guaratinguetá,

(4) Cf. *Correio Paulistano*, de 29 de maio de 1927.

Cruzeiro, Pindamonhangaba, Piquête. Fora dêsses, *O Combate*, de São Luís do Maranhão, graças à fidelidade do ex-deputado Marcelino Rodrigues Machado.

Mas, as homenagens mais expressivas recebeu êle em sua residência, conforme ressaltou o *Jornal do Brasil*, de 17 de novembro de 1927, em tópico intitulado *Aspectos da política*. Depois de observar que havia um certo exagêro na afirmação de que, particularmente no Brasil, a influência política cessava com a perda do pôsto, aquêle jornal carioca escreveu:

“Na semana passada, as provas de aprêço recebidas pelo senador Arnolfo Azevedo desmentem de forma cabal essa afirmativa.

Apesar de S. Excia. ter dito que não poderia receber festivamente os seus amigos, em virtude de moléstia grave em pessoa de sua família (5), a sua residência encheu-se do que de mais representativo possui a nossa política, e também de grande número de amigos íntimos, que lhe foram levar felicitações pelo aniversário natalício.

E provas de aprêço diversas lhe foram dadas, talvez com uma intensidade maior do que quando S. Excia. ocupava o alto pôsto de presidente da Câmara dos Deputados. Foram os seus companheiros de Mesa, foram senadores, foram deputados, foram ministros, foram funcionários da Secretaria da Câmara, êstes últimos para oferecerem um mimo simbolizando a amizade fiel que dedicam ao Dr. Arnolfo Azevedo.

Isto prova que nem tôdas as personalidades do mundo político brasileiro perdem a sua influência quando afastados dos altos postos em que puderam mostrar a sua ação benéfica.”

Conta-se que determinado vice-presidente do Estado de São Paulo, quando estivera no eventual exercício da presidência, vivia cercado de gente, que enchia as salas de sua residência. Entretanto, no dia em que cessou essa interinidade, retornou êle ao isolamento e à obscuridade. Indagado, por um amigo fiel, o que havia acontecido com tôda aquela gente então desaparecida de sua casa, respondera, com amarga ironia:

— “Êles constituem os *móveis* do Palácio presidencial. . .”

Ao completar 59 anos de idade, Arnolfo Azevedo poderia dizer, com orgulho, que alguns *móveis* haviam ficado no Palácio Tiradentes, mas seus verdadeiros amigos e sinceros admiradores não se haviam esquecido da data de seu aniversário. Embora “arquivado” no Senado, continuava a merecer o respeito e a consideração de muitos homens públicos — deputados, senadores, ministros de Estado, colaboradores fiéis e dedicados.

(5) Na verdade, achava-se gravemente enfêrma Dona Araci Barcelos de Azevedo, nora de nosso biografado, espôsa de seu filho Antônio Rodrigues de Azevedo.

Senador da República

Liderança do Senado Federal. Lorena em festa. Inauguração da rodovia Rio-São Paulo. Na comissão de Finanças do Senado. Atividades parlamentares. As vésperas da Revolução de 1930.

Liderança do Senado Federal

Depois que ingressou no Senado da República, Arnolfo Azevedo veio a encontrar algumas personalidades que bem conhecia: dois antigos chefes da Nação — Eptácio Pessoa e Artur Bernardes; dois antigos vice-presidentes da República — Rosa e Silva, e Bueno de Paiva; antigos e futuros presidentes ou governadores de Estados — Silvério Néri (Amazonas), Sousa Castro (Pará), Godofredo Viana (Maranhão), Juvenal Lamartine (Rio Grande do Norte), Costa Rêgo (Alagoas), Pereira Lobo (Sergipe), Manuel Duarte (Rio de Janeiro), Afonso Carmargo (Paraná), Pedro Celestino (Mato Grosso); ex-ministros de Estado — Ferreira Chaves, Francisco Sá, Miguel Calmon; oradores parlamentares famosos, como Barbosa Lima e Irineu Machado, sem falar na “patativa do Norte”; pensadores do porte de Gilberto Amado; e figuras outras como Aristides Rocha, Lopes Gonçalves, Eurico Vale, Lauro Sodré, Cunha Machado, Pires Ferreira, Tomás Rodrigues, João Tomé, João Lira, Correia de Brito, Antônio Moniz, Pedro Lago, Manuel Monjardim, Miguel de Carvalho, Joaquim Moreira, Paulo de Frontin, Celso Baima, Felipe Schmidt, Soares dos Santos, Vespúcio de Abreu, Carlos Barbosa, Bueno Brandão, Ramos Caiaido, Olegário Pinto, José Murtinho — muitos deles velhos companheiros da Câmara Federal; além do próprio vice-presidente do Senado, Antônio Azeredo, e de seus companheiros de bancada paulista — Adolfo Gordo e Lacerda Franco, aquêles substituído, mais tarde, por Manuel Vilaboim.

O Senado da República nunca tivera, até então, líderes — da maioria ou da minoria —, ao contrário do que acontecia com a Câmara Federal. Mas o governo tinha sempre, ali, seu porta-voz.

Bastante a contragosto — e confirmando os prognósticos de certos comentaristas políticos, já por nós citados no capítulo anterior —, Arnolfo Azevedo era êsse porta-voz ou, conforme irônicamente costumava dizer o senador Irineu Machado, da representação do então Distrito Federal — “o esta-fêta do governo”... (1)

Mas não gostava que o chamassem de *líder do governo*. Na sessão de 14 de novembro de 1927, Arnolfo Azevedo foi obrigado a fazer uso da palavra: debatia-se um projeto de interesse para o Distrito Federal e êle teve contra si os senadores Irineu Machado e Paulo de Frontin. Forneceu as explicações cabíveis, após a afirmação preliminar de que o presidente e o próprio Senado podiam testemunhar que não era êle “muito familiar com a tribuna oratória”.

Irineu Machado (já então despojado de suas barbas...) fez uma investida irônica, através destas palavras:

“Senhor Presidente: ouvi com profunda atenção o discurso do eminente senador por São Paulo, cuja palavra de execução soou aqui com a fria autoridade e solenidade com que ordenava execuções o Conde de Bobadela...”

Arnolfo Azevedo replicou, de imediato, para declarar que manifestara sua opinião como qualquer senador daquela Casa.

Logo a seguir, travou-se o seguinte diálogo:

“O sr. PAULO DE FRONTIN — ... agora a medida é aconselhada pelo ilustre representante do Estado de São Paulo, líder do Governo.

O sr. ARNOLFO AZEVEDO — O Governo não tem líder.

O sr. PAULO DE FRONTIN — V. Excia. vai todos os dias ao palácio do Catete conversar com o Dr. Vilaboim, líder da Câmara dos Deputados, sôbre o que se há de tratar no Senado; portanto, é o líder do Governo.

O sr. ARNOLFO AZEVEDO — O Senado não tem líder.”

Comentando êsse episódio, o *Jornal do Brasil* (16-XI-1927) lembrou que a tradição de um Senado sem liderança havia sido quebrada, de certo modo, no fim do governo do presidente Artur Bernardes, quando o senador Bueno Brandão exercera as funções de líder governista. E acentuou:

(1) Cf. *O Globo*, de 26 de dezembro de 1927.



Homenagem ao presidente de São Paulo (1927)

Ministros, senadores (entre os quais Arnolfo Azevedo), deputados e amigos reunidos em torno de Júlio Prestes. O primeiro à esquerda, entre os sentados, é Getúlio Vargas, então ministro da Fazenda.

"Sob o atual quadriênio, não se pode ainda afirmar com certeza que haja ali um líder autêntico, dando a êste termo a significação que lhe deu a linguagem dos nossos políticos, adulterando-lhe o verdadeiro sentido."

E, reportando-se ao diálogo atrás citado, concluiu que a forma pela qual falara Arnolfo Azevedo parecia "demonstrar que era resolução sua não aceitar tal honraria e tal pôsto".

Na verdade, tinha razão o senador Paulo de Frontin: diariamente, antes de ir para o Senado, Arnolfo Azevedo passava pelo palácio do Catete, a fim de inteirar o presidente da República do que ocorria e saber qual seu pensamento a respeito dos projetos em andamento. Sob êste aspecto, era realmente uma espécie de líder do Governo.

Mas... um líder um tanto constrangido, por dois motivos principais. Em primeiro lugar, pela melancolia e desencanto que dêle se apoderaram. Em segundo lugar, porque não se sentia muito à vontade na presença de seu velho amigo e colega da política paulista. Havia algo que os separava, cada dia que se passava: talvez a diferença de temperamentos — a austeridade de Arnolfo Azevedo contrastava com uma certa boêmia do presidente Washington Luís —; ou, quem sabe, a percepção de que já não era *persona grata*.

Esta última hipótese — aparentemente absurda em relação a quem tanto se esforçara por ver Washington Luís na presidência da República — foi aventada pelo *Diário Nacional*, de São Paulo, em 28 de dezembro de 1927, sob o título *A indisposição do sr. Washington Luís para com o sr. Arnolfo Azevedo*.

O comentarista político observou que o dissídio tivera início por ocasião da sucessão de Carlos de Campos, na presidência do Estado de São Paulo, quando "tôda a gente" supunha que Arnolfo Azevedo fôsse o nome indicado.

"Mas ainda o sr. Carlos de Campos não expirara o último alento e já, no Rio, tinha assentada pelo sr. Washington Luís a candidatura do sr. Júlio Prestes."

O insucesso de Arnolfo Azevedo fôra amenizado com sua posição de certo destaque no Senado. Mas, naquela altura dos acontecimentos, já não mais restava dúvidas de "que o sr. Arnolfo não tinha, de maneira nenhuma, as simpatias do presidente da República". Muito pelo contrário, o sr. Washington Luís "parecia disposto em dar provas evidentes de que o representante de Lorena não lhe era *persona grata*". É que a

convivência diária de Arnolfo Azevedo com o chefe da Nação não estava agradando o sr. Júlio Prestes, presidente de São Paulo.

Se até este ponto o comentarista talvez tivesse razão, deixou de tê-la ao dar um exemplo da "ojeriza" do sr. Washington Luís: nas derradeiras sessões do Senado, naquele mês de dezembro, entregara a liderança do Governo ao senador Bueno Brandão.

Tratava-se de uma perfídia sem fundamento (que *O Globo*, de 31 de dezembro, embora sob outros argumentos, também encampou), mas que *O País*, de 1.º de janeiro de 1928, esclareceu perfeitamente, num tópico intitulado *Bucefalices*...:

"O sr. Bueno Brandão só foi líder para a passagem dos orçamentos, em substituição do sr. Arnolfo Azevedo, que se achava em luto recente."(2)

Na edição de 6 de janeiro de 1928, o *Jornal do Brasil*, referindo-se ao acôrdo político realizado no Rio Grande do Norte, assim se expressou:

"O sr. Arnolfo Azevedo pode não ser no Senado, líder mais prático do que o sr. Bueno Brandão. Mas, em compensação, no cenário político, S. Excia. não conhece competidores.

Haja vista a habilidade com que conseguiu harmonizar elementos que pareciam profundamente adversos e irreconciliáveis, como sejam, de um lado, os srs. José Augusto e Juvenal Lamartine, e, de outro, o sr. João Lira e seus companheiros."

Era essa a situação em que se encontrava Arnolfo Azevedo ao iniciar-se o ano de 1928: gozava ainda de algum prestígio no cenário da política nacional e, para todos os efeitos, era o porta-voz do presidente da República no Senado Federal. Mas... em tudo isso, um político visivelmente constrangido, que não se sentia à vontade nas funções que exercia e muito desejava retirar-se do palco dos acontecimentos nacionais.

Tinha sérias razões para isso.

Lorena em festa

Nos primeiros dias do mês de maio de 1928, a cidade de Lorena viveu algumas horas inesquecíveis para sua população, honrada que foi com a presença de personalidades eminentes

(2) O falecimento de sua nora ocorrera a 28 de dezembro.

do Estado e da República. Engalanou-se tôda e, por entre festas, recebeu os ilustres visitantes.

Os festejos tiveram início por volta de 12 horas do dia 4, quando ali chegaram o Dr. Fábio Barreto, secretário do Interior, e o prof. Amadeu Mendes, diretor-geral da Instrução Pública do Estado. Recebidos à entrada da cidade por Arnolfo Azevedo, pelo deputado Etulain Autran e pelo prefeito municipal, cap. Leopoldo Marcondes de Moura, dirigiram-se as autoridades para o Solar dos Azevedo, na então praça Conselheiro Rodrigues Alves, atual praça da Baronesa de Santa Eulália — o tradicional Largo da Matriz, onde fizeram rápido descanso e tomaram um lanche.

Em seguida, iniciaram as visitas aos estabelecimentos de ensino locais: o Grupo Escolar “Gabriel Prestes”, o Grupo Escolar “Conde de Moreira Lima”, o Ginásio Municipal de São Joaquim. Às 15 horas e meia, encaminharam-se para o edifício da Escola Normal Livre “Patrocínio de São José”, onde as aguardavam sua diretora — Dona Odila Rodrigues (irmã de nosso biografado), as 96 alunas nela matriculadas e as crianças do Jardim da Infância “Sagrado Coração de Jesus”. No salão de festas teve, então, lugar o ato de inauguração oficial da Escola Normal, sendo o secretário do Interior saudado pelo prof. André Rodrigues de Alckmin e pela aluna Irlinda Tavares. Procedeu-se, depois, à visita às instalações do nôvo educandário, presente sempre Arnolfo Azevedo.

As 20 horas e meia, chegou à cidade de Lorena o Dr. Júlio Prestes, presidente do Estado, acompanhado de grande comitiva. A população, aglomerada nas ruas por onde passou, saudou-o festivamente.

Ao atingir o Solar dos Azevedo, grande massa popular aguardava o presidente do Estado no Largo da Matriz, iluminado a côres, e onde o esperavam tropas do 5.º Regimento de Infantaria, o batalhão colegial do Ginásio de São Joaquim, alunos dos grupos escolares e da Escola Normal.

Do palanque ali erguido, saudaram o ilustre visitante o prefeito municipal e o deputado Roberto Moreira, agradecendo o homenageado.

Em seguida, por volta de 21 horas, teve início o jantar oferecido por Arnolfo Azevedo em sua residência. Nos lugares de honra estavam: o Dr. Júlio Prestes, ladeado pelo casal que o hospedava; os secretários de Estado e as autoridades locais — o prefeito municipal, o Juiz de Direito da comarca (Dr.

Pereira da Costa), o delegado de Polícia (Dr. Francisco Gonçalves Belchior), o deputado Etulain Autran e o Barão da Bocaina.

Em seu discurso, Arnolfo Azevedo demonstrou que sabia colocar-se acima das intrigas dos bastidores políticos, guardando zelosamente as aparências.

Disse que muito se honrava com a presença do presidente de São Paulo naquela "antiga morada de velhos paulistas" e que, se assim acontecia, era porque o homenageado lhe declarara, espontaneamente, que desejava ser recebido "antes como amigo do que como chefe de Estado". Isto mais o desvanecia, porque, na vida pública, os cargos passam como fanais que os acontecimentos acendem e sucessivamente apagam, mas os homens ficam, com seus afetos, amizades, ligações nascidas da comunhão de idéias e sentimentos, forjadas nos triunfos e revezes das campanhas partidárias — laços que o tempo, as circunstâncias e as vicissitudes não conseguem destruir.

Todavia, entre homens políticos, por mais íntima que fosse a reunião, não era possível separar o homem da função que exerce. Naquela mesa de família, estava o presidente de São Paulo; e quem o saudava era um senador da República.

Havia anos, juntos vinham trabalhando pela causa pública e tinham carregado, sobre os ombros, grande soma de responsabilidades na solução de importantes problemas políticos, econômicos e administrativos.

Sem querer relembrar a atuação de Júlio Prestes como líder na Câmara Estadual, julgava suficiente acentuar sua ação eficiente como membro da comissão de Finanças da Câmara Federal, graças à qual foram impedidos o fracasso do plano de defesa do café e a reforma do Banco do Brasil nos termos então projetados, sem o que o presidente Washington Luís não obteria êxito em sua programada reforma monetária.

Líder da maioria no final de um quadriênio de lutas apaixonadas e no início de outro repleto de programas novos, demonstrara espírito forte e vontade firme no exercício de suas funções.

Com tais credenciais, ascendera à presidência do Estado, embora muitos o julgassem demasiado jovem e inexperiente. Mas aquêlê primeiro ano de govêrno vinha demonstrando maturidade de espírito e a necessária envergadura para levar até o fim a difícil missão.

Quando o presidente da República e o presidente de São Paulo caminhavam unidos, como estavam, a Nação poderia ficar tranqüila quanto ao seu futuro.

E terminou por desejar crescente prosperidade na carreira de Júlio Prestes, “cujos horizontes se dilatavam nos arrebóis de um sol nascente, que prometia alcançar seu zênite em deslumbrante refulgência de luzes”.

Relendo tais palavras, quarenta anos decorridos, somos levados a crer que Arnolfo Azevedo já considerava um fato consumado a escolha do presidente de São Paulo para o futuro quadriênio presidencial. E — como sempre — não guardara mágoa de injustiças que, por ventura, houvesse sofrido. Conformara-se com os rumos que a política nacional vinha tomando. Não tinha ambições para o futuro.

O presidente de São Paulo recordou os laços de afetuosa amizade que o ligavam a Arnolfo Azevedo e lembrou um episódio da vida parlamentar de ambos, através das seguintes palavras, segundo o repórter do *Correio Paulistano*:

“No Rio, quando deputado, em 1924, no salão da Biblioteca Nacional, teve um de seus dias de maior emoção; foi quando, após a rebelião, defendendo São Paulo, teve ocasião de falar à Nação toda. No momento em dizia suas palavras, encarou a figura austera do presidente da Câmara; ele tinha os olhos marejados de lágrimas.”

Enalteceu a atuação de Arnolfo Azevedo na presidência da Câmara e terminou seu discurso levantando um brinde ao presidente Washington Luís.

Após êsse jantar, por volta de 22 horas, dirigiram-se todos para o salão de festas da Associação “Patrocínio de São José”, onde Júlio Prestes foi saudado pela senhorita Rosa Florenzano. Seguiu-se o cumprimento de um programa, em que foram executados diversos números de orquestra, ouviu-se a canção “Ay! Ay! Ay!” pela senhorita Julieta Autran, foi levada à cena a comédia caipira “O casório do Neco”, em dois atos, de autoria de Celina Azevedo (filha primogênita de nosso biografado) e dançado o minueto à antiga, de Paderewsky⁽³⁾.

Assim terminou aquêlê dia, na cidade de Lorena⁽⁴⁾. No dia seguinte, 5 de maio de 1928, teve lugar a

(3) Na comédia, tomaram parte: Regina de Lourdes Azevedo, Maria Luisa (Baby) Cochrane, Diva e Aída Fleury, Neli Leite Pereira, Nina Nepomuceno, Nair Cardoso, Natalina Spotti, Rosa e Dolores Florenzano, Margarida Vasques e Antonieta Cardoso. Já o minueto foi dançado por Baby Cochrane, Margarida Almeida e Nair Cardoso.

(4) Cf. *Correio Paulistano*, de 6 de maio, e *Lorena-Jornal*, de 13 de maio de 1928.



Arnolfo Azevedo, senador da República

Inauguração da rodovia Rio-São Paulo

Ao passo que, de Lorena, partiam rumo à fronteira do Estado o presidente Júlio Prestes e sua comitiva, do Rio de Janeiro partiram, na mesma manhã dêsse 5 de maio, o presidente da República, acompanhado pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro (Dr. Manuel Duarte), pelo vice-presidente Melo Viana, pelos ministros da Viação, Justiça, Exterior, Guerra e Marinha, além de outras autoridades — cêrca de 30 automóveis, ao todo.

O encontro das duas comitivas realizou-se em Pouso Sêco, por volta de meio-dia. Já então o presidente Washington Luís havia cortado a fita simbólica em Senador Vasconcelos e havia lançado a pedra fundamental do Monumento Rodoviário, no alto da Serra do Mar fluminense.

No meio de densa nuvem de poeira (que os repórteres registraram e sofreram, com desagrado...), prosseguiu a viagem presidencial através do território paulista, atingindo a cidade de Lorena, cêrca das 20 horas.

A população lorenense delirava de contentamento, ouvindo-se salvas e o espoucar de foguetes. Percorrendo a então rua 15 de Novembro (atual Dom Bosco), o presidente da República foi escoltado por um piquete de cavalarianos da Fôrça Pública paulista até o Largo da Matriz, todo iluminado, onde o aguardavam fôrças do Exêrcito e do Estado, escolares e compacta massa popular. Por entre aplausos entusiásticos e coberto de flôres, Washington Luís dirigiu-se ao Solar dos Azevedo.

Do palanque fronteiro, saudou-o Arnolfo Azevedo, recordando que, quatro anos antes, também tivera a honra de recebê-lo, em nome do povo de Lorena, quando o então presidente do Estado fôra inaugurar o trecho Jacaré-Cachoeira Paulista⁽⁵⁾. Não obstante o tempo decorrido, podia repetir as palavras então pronunciadas, já agora dirigidas ao chefe da Nação.

Depois de reproduzir um trecho de seu discurso proferido em abril de 1924, relembrou a maneira pela qual o país recebera seu nôvo presidente da República, consagrado quase unânimemente nas eleições de 1.º de março de 1926.

Acentuou que os frutos do govêrno já começavam a ser colhidos: a ordem pública inalterável, como base; o respeito

(5) Veja cap. 15, dêsse livro.

à lei, como dogma; a majestade da Justiça, como princípio cardinal; a honestidade de atos e de propósitos, como religião; o bem público, como escopo; a virtude e o civismo, como móveis de ação; a grandeza e prosperidade da Pátria, como estímulos e preocupações únicas. Daí a tranqüilidade e a confiança em que vivia a Nação; a realização de sucessos considerados como milagrosos, pois o país acostumara-se ao câmbio saltitante e o tinha estabilizado, habituara-se a julgar-se sempre à beira de um abismo, com *deficits* sobre *deficits*, e tinha então o orçamento equilibrado, a demonstrar saldos.

Não são palavras bonitas que fazem gerar a confiança nos governos, mas atos bons. E os atos do govêrno, até então praticados, haviam produzido essa indispensável confiança. Tinha certeza de que tal norma de ação estender-se-ia até o fim do quadriênio.

E encerrou seu discurso, com uma saudação aos ilustres componentes da comitiva presidencial, renovando os agradecimentos do povo de Lorena pela honrosa visita.

Falou, também, o deputado Roberto Moreira, seguindo-se breve agradecimento do presidente Washington Luís, que se achava numa das janelas do Solar dos Azevedo.

Com certa surpresa para os presentes, fêz uso da palavra, a seguir, o Dr. Melo Viana, vice-presidente da República, que dirigiu uma calorosa saudação ao Estado de São Paulo. Por essa época — convém esclarecer —, o antigo presidente de Minas Gerais ainda alimentava alguma esperança em ser o sucessor de Washington Luís...

Depois de breve descanso, seguiram todos a pé para o outro lado da praça, penetrando no então edifício do Grupo Escolar "Gabriel Prestes" (hoje desaparecido), onde se realizou um banquete de 180 talheres, oferecido pelo govêrno paulista ao presidente da República e demais autoridades.

Servido pelo restaurante do "Trianon", da capital paulista, seguiu-se o lauto repasto, de cujo cardápio constavam *délices moscovites*, *crème Comtesse*, *suprême de garoupa à la brésilienne*, *petites bouchées à la Reine*, *filé à Chateaubriand*, *palmitos à campineira*, *dinde truffée aux marrons*, uma *tarte à Lorena*, bombas, frutas, vinhos e champanha franceses, café, charutos, licôres. Ao *jazz-band* do citado restaurante coube a execução do programa musical.

Enquanto isso grande multidão acotovelava-se no Largo da Matriz, aguardando o término do ágape e a saída dos visitantes.

Fêz uso da palavra o Dr. Júlio Prestes, presidente do Estado, oferecendo o banquete. E, quando se esperava ouvir a palavra do presidente da República, um dos convivas inesperadamente levantou-se e exclamou:

— “*Homo sum!*”

Os presentes ficaram perplexos. E o discurso extra-programa prosseguiu, a referir-se à flor celestial, himeneu, governo de oito anos, Washington Luís e Júlio Prestes — duas pessoas numa só verdadeira —, à nova moeda — o “cruzeiro”, à origem francesa da palavra tostão (*teston*)...

Ao passo que as altas autoridades (inclusive Arnolfo Azevedo) não disfarçavam sua contrariedade, outros participantes mal podiam conter o riso. E um silêncio de morte seguiu-se às últimas palavras do inoportuno e indesejável orador.

Passados os primeiros instantes de estupefação, falou tranqüilamente o presidente Washington Luís, agradecendo a homenagem.

As 23 horas e 20 minutos, o presidente da República e sua comitiva embarcaram em trem especial, com destino ao Rio de Janeiro. Logo depois, regressavam à cidade de São Paulo o presidente do Estado e sua comitiva, também em trem especial.

Lorena voltou à sua calma habitual. Só tranqüilo não ficou o extemporâneo orador do banquete, promotor público de uma das cidades do Vale da Paraíba; dias depois, viu-se demitido do cargo (6).

Na comissão de Finanças do Senado

Reiniciados os trabalhos legislativos em maio de 1928, continuou Arnolfo Azevedo na sua discreta atuação dentro do Senado Federal.

Ao que parece, já então, havia vencido a fase melancólica que caracterizara o exercício de seu mandato no ano anterior, chegando mesmo a aceitar a designação como membro substituto da comissão de Finanças. E prosseguiu, com exemplar fidelidade, na tarefa que as circunstâncias lhe haviam impôsto — a de ser o porta-voz do pensamento do governo da República naquela casa do Congresso Nacional.

(6) Cf. *Correio Paulistano*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, de 8 de maio; e *Lorena-Jornal*, de 13 de maio de 1928.



*Arnolfo Azevedo, presidente da
comissão de Finanças do Senado Federal
(1928)*

O País, em 12 de agosto de 1928, definiu muito bem a ação de nosso biografado:

"No Senado, para onde chegou nesta última legislatura e onde encontrou antigos companheiros seus na outra casa do Congresso, a sua ação se fez sentir desde logo, embora atuando discretamente, numa reserva de atitudes que o recomendam à estima e às simpatias de seus pares, que passaram a ouvi-lo como um experimentado colaborador dos trabalhos legislativos.

Substituindo, na sessão passada, um dos membros da comissão de Finanças, al desenvolveu uma atividade que o elevou no conceito dos seus colegas e conquistou as simpatias do seu então presidente, essa figura extraordinária que foi Bueno de Paiva, que não escondia o anseio com que desejava vê-lo efetivamente trabalhando naquele núcleo de patriotas, cuja missão é das mais árduas e difíceis pela série de interesses que lhes cabe contrariar, antepondo não raro aos impulsos da sentimentalidade os deveres superiores em prol das necessidades do erário público."

Quis o destino que, ao iniciar-se êsse mês de agosto de 1928, viesse a falecer o senador Bueno de Paiva, presidente da comissão de Finanças.

A escolha de Arnolfo Azevedo como membro efetivo foi quase automática, indo êle juntar-se aos dez outros colegas que já vinham trabalhando nessa importante comissão: os senadores João Lira (vice-presidente), Vespúcio de Abreu, Lacerda Franco, Eurico Vale, Bueno Brandão, Pedro Lago, João Tomé, Godofredo Viana, Felipe Schmidt e Correia de Brito, representantes, respectivamente, do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Maranhão, Santa Catarina e Pernambuco. Se até ali, a Minas Gerais coubera o privilégio de ter dois de seus representantes na comissão, a São Paulo passava, daí por diante, essa vantagem.

Mas logo abriu-se o problema da presidência dessa comissão, encarregada da elaboração orçamentária e sob cujo crivo passava a maioria dos assuntos debatidos em plenário. Como acentuou *O País* (12-VIII-1928), era por assim dizer a comissão-líder, cujos pareceres atingiam mais de dois terços do total de tôdas as comissões, além de ser a única que criava dificuldades e contrariedades para os dirigentes do Parlamento no início de cada sessão legislativa, tal a disputa entre os que desejavam dela fazer parte.

O candidato natural à presidência era o senador João Lira, vice-presidente e conhecido financista. Dizia-se, porém, que o presidente do Senado, vice-presidente Melo Viana, de-

sejava ver no pòsto o senador Bueno Brandão⁽⁷⁾. Todavia, foi exatamente o mais nôvo de seus membros o escolhido.

Reunida a comissão de Finanças, em sessão extraordinária, no dia 11 de agòsto de 1928, achavam-se presentes nove de seus onze membros; os ausentes eram os senadores Felipe Schmidt e Correia de Brito.

O vice-presidente João Lira, após haver declarado aberta a sessão, manifestou em seu nome e no de seus companheiros a satisfação por ver Arnolfo Azevedo então integrado em caráter efetivo naquela comissão, depois de haver servido interinamente em 1927, substituindo o senador Lacerda Franco e, até à véspera, o senador Bueno Brandão. Seus indiscutíveis merecimentos, patenteados nessas interinidades, asseguravam que inestimável seria seu concurso como membro efetivo.

Arnolfo Azevedo agradeceu aquelas expressões, que muito o haviam sensibilizado, e acentuou que se sentia honrado em fazer parte da comissão de Finanças do Senado, "um dos órgãos mais representativos do Congresso Nacional", e procuraria corresponder à confiança que nêle haviam depositado seus colegas.

Passou-se, depois, à eleição do presidente, verificando-se o seguinte resultado: Arnolfo Azevedo — 8 votos; João Lira — um voto. A escolha fôra unânime.

Imediatamente, o vice-presidente João Lira convidou nosso biografado a assumir a cadeira de presidente da comissão.

Arnolfo Azevedo confessou-se emocionado pela generosidade de seus colegas, elevando-o a um pòsto "por onde passaram eminentes e notáveis brasileiros, deixando marcas indestrutíveis de sua competência, de seu saber, de seu patriotismo, de seu devotamento pela causa pública". Ressaltou o valor dos membros da comissão, cada um dos quais honraria aquela cadeira e dar-lhe-ia realce e brilho, que infelizmente êle não poderia dar. Relembrou a figura de seu antecessor — o senador Bueno de Paiva, cujos predicados morais e virtudes cívicas todo o Senado proclamava e o Brasil inteiro conhecia. Embora soubesse que não seria capaz de substituí-lo com a mesma competência, contava com os colegas, através de seus ensinamentos, conselhos e esclarecida colaboração. De sua parte, não pouparia esforços nem sacrifícios no exercício do cargo, tendo por escopo o bem público e procurando manter, nas reuniões, o tom de cordialidade e boa ordem até ali reinante, ambiente

(7) Cf. *Jornal do Brasil*, de 9 e 10 de agòsto de 1928.

propício para o exame e solução dos graves problemas que teriam de estudar e resolver.

"As responsabilidades, que nos tocam, são das mais importantes e das maiores do regime representativo, pois dizem respeito às leis de despesa e de receita, o que vale o mesmo que a faculdade de opinar, por nossos votos e pareceres, sobre o destino do patrimônio da Nação, determinando dispêndios, e do patrimônio dos cidadãos, autorizando impostos.

No evolver das organizações políticas, os Parlamentos quase, hoje, se reduzem a assembléias de deliberação legislativa e orçamentária, visto como, no funcionamento dessas assembléias, o regime dos debates, das discussões, das elaborações fecundas, se transferiu do plenário para o seio das comissões, onde todos os representantes são admitidos a defender suas idéias e seus propósitos."

Terminou seu singelo discurso de posse com um apêlo para que prosseguissem nos trabalhos com o espírito voltado para os legítimos interesses do país, secundando a ação patriótica do presidente da República na execução de seu programa de govêrno, traçado em leis que o Congresso elaborara.

De acôrdo com jornais da época⁽⁸⁾, o senador João Lira ficara magoado com sua não escolha para a presidência da comissão. Ao falar, em seguida, porém, soube guardar com dignidade as aparências. Depois de explicar porque se mantivera na presidência interina da comissão, pronunciou estas palavras, dirigindo-se ao nôvo presidente:

"Não costumo externar opiniões insinceras, e, com a afirmativa, que agora faço, de serem bastante as provas de austeridade e sisudez existentes na longa vida parlamentar de V. Excia. para o recomendarem às mais expressivas compensações políticas, ficará bem e sinceramente expresso o meu propósito de contribuir para o prestígio de V. Excia., cuja crescente amizade jamais deixarei de ambicionar.

No exercício da espinhosa missão que lhe está atribuída, poderá contar, pois, com a minha solidariedade."

Tinha, entretanto, um pedido a fazer: solicitou dispensa, por alguns dias, de sua presença aos trabalhos, alegando motivos de saúde e o abalo sofrido com a morte de Bueno de Paiva.

Em seu nome e no de seus colegas, Arnolfo Azevedo apellou no sentido de que o senador João Lira não se considerasse licenciado, pois sua colaboração era útil, necessária e eficiente — no que foi secundado por todos os presentes. E terminou por convidá-lo a presidir à próxima reunião, por ter de viajar para São Paulo.

(8) Cf. *O Imparcial*, de 12 de agosto de 1928.

Atividades parlamentares

Dessa maneira, a partir de meados de agosto de 1928, Arnolfo Azevedo passou a exercer a presidência da comissão de Finanças do Senado Federal, alto posto em que se conservou, através de duas reeleições sucessivas, até 23 de outubro de 1930.

Reintegrara-se na vida parlamentar, dentro de um setor que lhe era familiar e de seu agrado — o trabalho de uma comissão (e exatamente aquela que iria manipular o orçamento da República, assunto a respeito do qual tinha idéias por longos anos defendidas), e no exercício de uma função de que tinha larga experiência — a de presidente, embora de uma pequena e tranqüila assembléia, composta de apenas dez membros, todos êles já encanecidos, verdadeiros “pais da Pátria”.

De certo modo, estava novamente no seu elemento. E, embora sexagenário, readquiriu vida nova e dedicou-se com verdadeiro amor às suas funções.

Em entrevista concedida a *O País* e publicada um ano após sua ascensão à presidência dos financistas do Senado, a 14 de agosto de 1929, acentuou:

“A tribuna parlamentar não tem e nunca teve para mim atrativos de espécie alguma. Penso mesmo que, em nosso regime constitucional, perdeu a eficiência e valor que lhe dava o regime anterior.

Hoje, o trabalho útil e produtivo é feito no seio das comissões permanentes ou especiais das casas legislativas.

De modo que só vou à tribuna quando de todo não posso evitá-lo. É uma questão de temperamento.”

Recordou ao jornalista que, em 27 anos de mandato no Congresso Nacional, não ocupara a tribuna mais de umas poucas dezenas de vêzes. Jamais se envolvera em debates políticos ou partidários.

“Não tenho pendores oratórios, nem me seduzem as polêmicas e discussões de qualquer ordem.”

Preferia o trabalho construtivo e silencioso das comissões técnicas, lembrando que servira cerca de 10 anos na comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal e havia quase dois anos vinha servindo na de Finanças do Senado.

“Esta abstenção do uso da tribuna e da participação nos debates políticos nunca prejudicou, nem diminuiu minha ação partidária nas campanhas abertas no seio da política nacional, como não prejudicará nem diminuirá a que estou tendo nesta, sobre a sucessão presidencial do benemérito presidente Washington Luís, porque continuo fiel à solidariedade que sempre me ligou ao Partido Republicano Paulista, quando simples soldado em suas fileiras, aumentada agora pela minha imerecida investidura em um dos postos de sua suprema direção.”

Como membro e presidente da comissão de Finanças do Senado recebeu elogios de jomais cariocas que lhe haviam sido adversos, como, por exemplo, *A Manhã*, em tópicos de sua edição de 23 de agosto de 1928. Dedicou-se, com abnegação e afinco, ao intrincado problema da reforma das *tarifas alfandegárias*, estudando-a longa e meticulosamente. Em julho de 1930, tentou reviver seu antigo projeto de lei referente à *mobilização do crédito hipotecário rural*. E ouviu palavras significativas ao término dos trabalhos da importante comissão: na reunião de 29 de dezembro de 1928 e na de 28 de dezembro de 1929.

Em dezembro de 1928, o intérprete de seus colegas foi o senador Vespúcio de Abreu, da bancada do Rio Grande do Sul, que solicitou um voto de congratulações com o presidente “pela forma correta, cortês, atenciosa e patriótica” que soubera imprimir à direção dos trabalhos da comissão de Finanças.

“Tendo sempre em vista, acima de tudo, os interesses públicos, os interesses da República, soube, entretanto, fazê-lo de tal forma que jamais teve ensejo de, por qualquer maneira, criar embaraços ou uma situação difícil a qualquer dos membros da comissão de Finanças. Tivemos aqui o seu convívio de um ano quase, depois da morte do nosso saudoso colega Bueno de Paiva, com quem convivemos na maior harmonia, dando aos nossos trabalhos o cunho de verdadeira amizade. V. Excia. soube bem orientar uma comissão como a nossa, para que cada um de nós pudesse, com todo o desassombro, bem desempenhar as árduas funções que lhe era cometida, pelo brilho que V. Excia. dava aos diversos trabalhos da comissão.

Acho, portanto, que pratico um ato de inteira justiça, congratulando-me com V. Excia. pela forma sempre digna e elevada com que soube dirigir os trabalhos de nossa comissão.”

Em dezembro de 1929 — ano em que passaram a figurar como membros da comissão de Finanças os senadores Francisco Sá, Celso Baima, Munhoz da Rocha e Miguel de Carvalho —, ouviu do senador Francisco Sá, da bancada do Ceará, as seguintes palavras:

“O sr. Arnolfo Azevedo não foi só presidente; foi guia, foi mestre. S. Excia. sempre teve, nos nossos trabalhos, uma intervenção oportuna

para esclarecer o debate, para harmonizar as opiniões, para chamar a todos para o rumo que o patriotismo o indicava. E foi graças a essa política que a comissão de Finanças produziu trabalho tão útil e de que se pode orgulhar diante do país.

Estas palavras são ditas por mim sem nenhuma autorização de qualquer dos colegas.

O sr. PEDRO LAGO — Tem-na de todos nós.

O sr. FRANCISCO SÁ — Mas estou certo de que são o testemunho do agradecimento da comissão ao sr. Presidente pelas despedidas com que acaba de nos distinguir, pelas provas de cordialidade e estima com que sempre nos honrou.

O sr. MIGUEL DE CARVALHO — V. Excia. exprimiu perfeitamente os sentimentos de cada um de nós. Nenhum seria capaz de o dizer com a forma polida com que V. Excia. acaba de se exprimir."

Naturalmente, tais manifestações não se comparavam, em eloquência, àqueles discursos que, no dia de São Silvestre, por tantas vêzes, tivera oportunidade de ouvir como presidente da Câmara dos Deputados. Mas tinham idêntico valor. Refletiam a serena tranqüilidade que caracterizava aquela pequenina assembléia de respeitáveis "pais da Pátria", encanecidos ao serviço da Nação.

Sobre sua atuação no Senado, durante o ano de 1929, *O País* (29-XII-1929) ressaltou que os senadores, "orientados por essa figura excepcional de político e de coordenador de homens que é o sr. Arnolfo Azevedo", haviam abdicado de suas prerrogativas de parlamentares revisores, concordando com as sugestões de sua comissão de Finanças em face da elaboração do Orçamento da República, a fim de contornar as manobras protelatórias da minoria oposicionista da Câmara e garantir ao Governo os indispensáveis recursos para a administração do país.

"E essa magnífica providência, para cuja exaltação todos os louvores são poucos, deve-se justamente à atuação que o sr. Arnolfo Azevedo teve, quer na direção dos trabalhos do Senado, quer na presidência da comissão de Finanças ou na liderança do plenário, onde se houve com uma tal discrição de atitudes que conseguiu a colaboração eficiente da própria minoria, sempre solícita a prestigiar-lhe a ação.

Para quem conhece os percalços da direção de uma casa legislativa, principalmente quando essa assembléia é constituída de elementos que podem prescindir de certas dependências oficiais, só mesmo um homem com as qualidades de caráter e da elegância de atitudes do sr. Arnolfo Azevedo poderia conseguir uma uniformidade de vistas, da qual resultou a ultimação, êste ano, das leis de meios."

Era o mesmo homem de sempre, que conseguia impor-se não pela oratória espalhafatosa, mas pela serenidade e lisura

de atitudes, pela honestidade de propósitos, por sua integridade moral, que a todos — correligionários ou adversários políticos — conquistava.

Na cidade de Lorena, a 12 de junho de 1929, havia recebido outra expressiva homenagem; vira seu retrato inaugurado no recinto da Câmara Municipal, também sala de reuniões do Tribunal do Júri⁽⁹⁾ — retrato que a injustiça dos homens fêz dali retirar, menos de um ano e meio depois, no desencadear das paixões advindas com a Revolução de 1930. Somente muitos anos depois, a 11 de novembro de 1952, retornou ao seu lugar. Arnolfo Azevedo já não mais vivia. Mas naquela casa — que passou a ter uma placa de bronze, com os dizeres — *Edifício de Arnolfo Azevedo* — e naquele mesmo recinto, pela voz do presidente da Câmara Municipal, sr. Brás Pereira de Olivas, os grandes traços de sua vida foram lembrados.

“Entrou rico para a política e dela saiu pobre; jamais prevaleceu do seu prestígio para usufruir proveitos pessoais ou para sua família, pois nenhum dos seus filhos foi nomeado para empregos públicos.”

.....
 “Volta ao seu devido lugar, a figura tutelar desta Casa, como uma reparação moral, como um dever inadiável, para que a sua presença simbólica sirva para nosso exemplo, incentivo e veneração. Porque êle foi a expressão mais pura da dignidade humana.”⁽¹⁰⁾

No exercício de seu mandato de senador federal pelo Estado de São Paulo, nosso biografado não desmentira seu longo passado de parlamentar e de homem público. Quando o vendaval chegou, caiu de pé.

Às vésperas da Revolução de 1930

Em 1929, consumou-se aquilo que já vinha sendo esperado: a apresentação da candidatura do Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, presidente de São Paulo, à presidência da República para o quadriênio de 1930-34. Seu companheiro de chapa, como candidato à vice-presidência, era o governador da Bahia — o Dr. Vital Henrique Batista Soares.

Em oposição, surgira a chamada *Aliança Liberal*, tendo como líder o Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presi-

(9) Cf. *Correio Paulistano*, de 14 de junho, e *Lorena-Jornal*, de 16 de junho de 1929.

(10) Cf. *Correio Paulistano*, de 23 de novembro de 1952.

dente de Minas Gerais, e que apoiava os nomes do Dr. Getúlio Dornelles Vargas, já então presidente do Rio Grande do Sul, para a presidência da República, e do Dr. João Pessoa de Albuquerque, presidente da Paraíba, para a vice-presidência.

Rompera-se o salutar eixo político Minas Gerais-São Paulo e, mais uma vez, a Nação se dividira em dois campos opostos. "Quando Minas Gerais, no terreno político, separa-se de São Paulo" — costumava dizer Arnolfo Azevedo —, "a estabilidade do regime fica em perigo".

Embora não houvesse conquistado as simpatias populares (já que sua ascensão ao cenário da política nacional fôra por demais rápida, sem tempo suficiente para consolidar-se fora das fronteiras paulistas) e aparecesse como um candidato evidentemente impôsto pelo "braço forte" do Catete, Júlio Prestes foi escolhido presidente da República nas eleições de 1.º de março de 1930, recebendo mais de um milhão de sufrágios.

Tudo parecia caminhar para a solução rotineira, a exemplo do que acontecera com a eleição de Artur Bernardes, em 1922. E o presidente eleito, confiante, partira em viagem para o exterior.

Todavia, o assassinato do presidente João Pessoa, na cidade do Recife, em fins de julho de 1930, abalou a Nação. Os ânimos mais se exaltaram, embora os líderes situacionistas e o grande público ignorassem que, desde o mês de abril, uma revolução vinha sendo ardidosamente preparada⁽¹¹⁾.

Mas o prestígio do presidente Washington Luís parecia que continuava intato. Memorável foi a manifestação popular que recebeu, ao presidir à parada militar de 7 de setembro de 1930, na cidade do Rio de Janeiro.

Tudo também parecia bem em relação a Arnolfo Azevedo.

De seus lábios ouvimos, mais ou menos por essa época, que a situação financeira da família afinal estabilizara-se: percebia 6 contos de réis de subsídio como senador da República, além de 3 contos mensais como diretor da sucursal carioca do Banco Noroeste do Estado de São Paulo. Já não tinha uma numerosa família a sustentar, pois, de seus nove filhos, apenas três permaneciam solteiros, a viver em sua companhia e na de sua espôsa; o que ganhava, em setembro de 1930, era suficiente para assegurar-lhes razoável conforto. Tran-

(11) Cf. FRANCO (Virgílio de Melo) — *Outubro, 1930*, Schmidt Editor, Rio de Janeiro, 1931.

qüilamente, renovara o contrato de aluguel da casa onde moravam, à rua São Clemente. No campo político, exercia com dignidade e cercado de respeito a presidência da comissão de Finanças do Senado, onde seu mandato de representante do Estado de São Paulo deveria estender-se até 1935. Esperava, às vésperas de completar 62 anos de idade, ter um fim tranqüilo em sua longa carreira política. E bem que o merecia.

No entanto, naquele mesmo mês de setembro de 1930, a moléstia que haveria de vitimar Dona Dulce, sua esposa, manifestara-se em toda sua realidade, o que viera a enchê-lo de preocupações para com sua companheira de 39 anos.

E Arnolfo Azevedo nem sequer podia imaginar que a grande desgraça, que iria se abater sobre ele, estava bem próxima. Delineou-se na madrugada de 4 de outubro e consumou-se na inesquecível manhã de 24 de outubro de 1930, quando foi pôsto um ponto final à sua vida de homem público.

Entre duas revoluções

“Malvados!” A marcha dos acontecimentos. A grande desgraça. A Revolução dá seus botes. No Palácio Guanabara. Na Embaixada Portuguesa. Tétricas perspectivas. A desgraça torna-se ainda maior. São Paulo em armas! A “guerra” nas calçadas... A Revolução pitoresca. “Mande a senha pelo José”. Isto é São Paulo!

“*Malvados!*”

Na noite de sexta-feira, 3 de outubro de 1930, o autor destas linhas tomava parte numa reunião da comissão de Direito Internacional Privado do Departamento do 4.º ano do *Centro de Estudos Jurídicos e Sociais*, que antes se denominara *Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos* e fôra fundado em 1927 sob o nome um tanto esdrúxulo de *Centro Acadêmico Jurídico Utilitário*, o que explica que, embora alterando a denominação, continuasse a ser designado simplesmente por CAJU. Sua história bem merecia ser contada (não aqui, evidentemente), pois chegou a congregar um grupo realmente selecionado de acadêmicos de Direito. Basta que lembremos alguns: Vicente Chermont de Miranda, Gilson Amado, Américo Jacobina Lacombe, Plínio Doyle, Almir Bonfim de Andrade, Otávio de Faria, Antônio Gallotti, Clovis Paulo da Rocha, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Hélio Viana, Thiers Martins Moreira, Henrique de La Rocque Almeida, Vítor Sant’Ana.

Realizava-se a reunião numa das salas do casarão da Faculdade de Direito da então Universidade do Rio de Janeiro, localizado à rua do Catete, não longe do Largo do Machado — velho edifício que a irreverência dos acadêmicos designava pelo nome de *Cocheira* ou *Estrebaria*...

Sob a presidência de Gilson Amado, discutia-se a questão da personalidade jurídica da Santa Sé. Foi quando Américo Lacombe chegou, trazendo notícias alarmantes: estivera na

estação da E. F. Central do Brasil e lá ouvira, em roda de que faziam parte Olegário Mariano e Roquette Pinto, que havia estalado um movimento revolucionário em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

Seria verdade? Ou tratava-se de mais um boato, a acrescentar-se à série já corrente?...

Sob essa dúvida angustiante, regressamos à nossa casa, à rua São Clemente, n.º 403, onde chegamos por volta da meia-noite. Tudo estava tranqüilo. Mas, meia hora depois, Dona Dulce começou a sentir-se mal, com muita falta de ar, e Arnolfo Azevedo e seus filhos presentes dela se acercaram, após consultar por telefone seu médico assistente. Sentindo-se melhor, pediu a todos que se deitassem — no que foi desobedecida pelos filhos, que aguardavam uma certeza da melhora.

Eram quase duas horas da madrugada, quando o telefone tilintou: o senador Manuel Vilaboim chamava Arnolfo Azevedo ao aparelho. Comunicou, então, que havia rebentado um movimento revolucionário simultaneamente no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba, sendo escassas as notícias vindas desses Estados; e que um grande número de políticos achava-se reunido no Palácio Guanabara, junto ao presidente Washington Luís. Deixando o telefone, visivelmente chocado, Arnolfo Azevedo relatou a notícia que acabava de receber, concluindo num desabafo:

— “Malvados!”

As duas e meia, nosso biografado — após muito insistir — conseguiu comunicar-se com o Dr. Batista Pereira, no Palácio Guanabara, dêle obtendo novas informações, inclusive que chefiavam a Revolução os próprios presidentes daqueles três Estados: Getúlio Vargas, Antônio Carlos e João Pessoa.

Com data de 9 de abril de 1926, o presidente Antônio Carlos havia escrito estas palavras, no álbum de autógrafos de uma das filhas de Arnolfo Azevedo:

“A prática revolucionária no regime presidencialista jamais poderá justificar-se. Contra os maus governos o corretivo, para o verdadeiros patriotas, estará sempre e unicamente, de parte os contra-pesos constitucionais, na curta duração do período presidencial.”

Quem diria que êsse mesmo ilustre estadista, pouco mais de um mês antes do término de um quadriênio, iria incluir-se entre os chefes de um movimento revolucionário!

Eram três horas da madrugada daquele mesmo inesquecível dia 4 de outubro, quando um estafêta tresnoitado entregava um telegrama-circular, dirigido a Arnolfo Azevedo e assinado pelo senador Antônio Azeredo, convocando-o para a sessão do Senado Federal, a realizar-se naquele mesmo dia, à tarde, a fim de tratar de assunto urgente e da máxima importância. Era o estado de sítio, que se anunciava!

A marcha dos acontecimentos

A partir de então, os dias que se escoaram foram cheios de angústia e de sobressaltos. O estado de sítio passou a vigorar em todo o país. A 5 de outubro, o presidente da República resolveu "convocar os reservistas de primeira e segunda categorias, até a idade de 30 anos". A 6, foi declarado feriado nacional por 15 dias, cerrando suas portas as escolas, os bancos, os estabelecimentos comerciais e industriais; e a Nação ficou paralizada. Organizou-se, sem demora, o *Batalhão Acadêmico*, sediado no quartel da rua Barão de Mesquita e sob o comando do tenente-coronel Homero Maisonette, que a irreverência dos estudantes logo passou a chamar de *Coronel Casinha*; sentia-se, na maioria dos que constituíam êsse corpo de tropa, uma indisfarçável má vontade, que era um reflexo da atmosfera reinante nos lares de onde provinham os reservistas e que acabaria por justificar o nome que se lhe deu — *Batalhão Mamãe-não-quer-que-eu-vá*...

Para Dona Dulce, tôdas as esperanças se voltavam para Nossa Senhora da Conceição, protetora da família e cuja imagem, trazida da Fazenda (quando esta foi vendida em 1919), sempre ocupara lugar de honra no lar de Arnolfo Azevedo. De cartas que escreveu para sua filha Celina, então residindo na cidade de Assis, SP (onde o marido, Dr. Licurgo de Castro Santos, ocupava o cargo de prefeito municipal), são os seguintes e expressivos trechos:

"Com o *estado de coisas* de agora, não se está sossegado, mas esperamos que Nossa Senhora proteja o Brasil e faça cessar tudo, o mais breve possível. Seu Pai está bastante preocupado, embora confie que não dure muito. Ontem êle estêve em palácio desde cedo e felizmente, à tarde, veio mais animado". (5 de outubro)

"Amanhã, 39 anos de casados; como seria bom se reuníssemos todos os filhos! Aqui vamos indo sem novidade de saúde, mas, como vocês podem calcular, muitíssimo preocupados, embora confiando na bondade de Nossa

Senhora e na proteção divina. Seu Pai acha a situação gravíssima, como todos acham, mas também confia na proteção divina". (9 de outubro)

"Tenho receio que aí não seja seguro e temo que vocês corram perigo, sem policiamento aí. Não é melhor virem para o Rio? Eu vivo a pedir a Nossa Senhora a sua grande proteção para todos. Escreva sempre para se ter mais sossego." (12 de outubro)

"Aqui vamos indo todos bem, exceto eu, que continuo a sentir muita falta de ar à noite, e isto me incomoda muito. Sinto que estou indo *para trás* de maneira assustadora; mas, agora que nós temos preocupações tão sérias, é melhor não pensar nessas outras coisas. Vivemos aqui tão nervosos e aflitos, que não é possível que eu melhore assim. Mas confiamos na bondade de Nossa Senhora e nela depositamos a nossa inteira confiança (...) Enfim, como você vê não poderemos estar sossegados enquanto não houver uma decisão divina, almejada por todo o país." (21 de outubro)

A grande desgraça

Dia 24 de outubro de 1930, uma sexta-feira chuvosa. Eram cinco e meia da manhã, quando nos dirigimos para o quartel do Batalhão Acadêmico. Ao chegar o bonde à praia de Botafogo, a amarga realidade se delineou com muita clareza: por toda parte — nas calçadas, sobre o gramado, junto às árvores — espalhavam-se grupos de soldados, em atitude de quem aguardava acontecimentos graves. Ao chegar ao centro da cidade, telefonamos do Café "Chave de Ouro" para nossa casa, indagando de Arnolfo Azevedo se havia acontecido alguma novidade; de nada se sabia. Às 6 horas e 15 minutos, novamente telefonamos; um de nossos irmãos — Osvaldo Benjamin replicou: "Há qualquer coisa por aí. É melhor voltar para casa". Insistimos em seguir para o quartel e a resposta foi: "Não. Volte para casa, porque Papai está mandando".

Obedecemos à ordem paterna e tomamos um táxi. Ao chegar à esquina da Praia de Botafogo com a rua São Clemente, soldados do Exército, com armas embaladas, fizeram parar o automóvel, indagaram de onde vínhamos e para onde íamos, revistaram-nos e deixaram que prosseguíssemos. Na esquina da rua Sorocaba, a passagem estava impedida por uma barricada de fardos de alfafa, defendida por soldados da Polícia Militar, armados com fuzis e metralhadoras.

O percurso até nossa casa teve de ser feito a pé. Reinava ali a mais dolorosa aflição, todos prontos para partir a qualquer momento. Dona Dulce, numa angústia de doer o coração; Arnolfo Azevedo, num abatimento mortal.

Por volta de sete e meia da manhã, tivemos oportunidade de conversar com soldados postados na esquina da rua São Clemente com a rua Martins Ferreira, bem juntos de nossa casa. Após uma troca de olhares e de sorrisos dúbios, declararam que eram legalistas, de nada sabiam, mas tinham consigo lenços brancos, que iriam utilizar em caso de ataque, porque “não eram *trouxas* de morrer por causa de brigas entre políticos”...

As horas correram, os soldados deslocaram-se de suas posições, desaparecendo, ao mesmo tempo que o movimento de veículos recrudescceu e automóveis cheios de gente, a gritar, começaram a passar a tôda velocidade.

As dez horas da manhã, uma grande algazarra fêz-se ouvir: a tropa da Polícia Militar aquartelada à rua São Clemente, próximo à rua Real Grandeza, havia aderido à Revolução. Gritos frenéticos, vivas, o povo a invadir o quartel, e um popular que gritava: “Eu bem sabia que a Polícia Militar não desmentiria suas gloriosas tradições!”...

Seriam mais ou menos 10 horas e meia, quando chegou à nossa casa o Dr. Raimundo Barbosa Lima, revolucionário, mas cunhado do deputado Etulain Autran e amigo de Arnolfo Azevedo. Entrou visivelmente aflito e declarou que era preciso conduzi-lo e a sua espôsa para um lugar seguro, porque a insegurança reinava na cidade; e com tal objetivo ali estava, com o automóvel à porta. Era o testemunho do quanto pode valer a amizade sincera, capaz de sobrepor-se aos próprios ideais.

A resposta de Arnolfo Azevedo foi imediata: de sua casa não arredaria pé, ali permaneceria sereno, aguardando os acontecimentos, porque nada fizera para merecer qualquer castigo. O Dr. Barbosa Lima, cada vez mais nervoso, insistiu com enérgica determinação; e nossa família reforçou seu convite e seu pedido. Olhávamos para Dona Dulce e víamos nela estampada a imagem do sofrimento e da angústia; era preciso poupá-la de maiores tormentos.

O Dr. Barbosa Lima redobrou, com a mais viva insistência, o seu convite, alegando que não havia um minuto a perder, que o vizinho quartel da Polícia Militar já havia aderido à Revolução, que o povo estava exaltado nas ruas, prendendo e desfeiteando, indiscriminadamente, figuras de destaque do regime deposto. Pretendia levar Arnolfo Azevedo e sua espôsa

para a Embaixada Portuguesa, situada quase defronte à nossa residência.

Dona Dulce afirmava que, sem nosso biografado, não deixaria aquela casa. E Arnolfo Azevedo continuava, firme, em sua decisão.

Retirou-se o Dr. Barbosa Lima, para retornar dentro de instantes, afirmando que estivera na Embaixada e lá o haviam informado que, com prazer, acolheriam o senador paulista e sua senhora. Diante da imagem de Nossa Senhora da Conceição, Dona Dulce, em lágrimas, dizia que não mais poderia suportar aquela situação, que se sentia muito fraca e doente, que tudo aquilo era superior às suas forças. Uma cena que jamais poderá ser esquecida pelos que a assistiram; que minutos-séculos foram vividos naquele momento, em que se sentia que a grande desgraça havia desabado sobre a família!

Então, acabrunhado, Arnolfo Azevedo cedeu.

Sem perda de tempo, o Dr. Barbosa Lima conduziu-o, com a esposa e duas filhas, para seu automóvel; e, num trajeto curto e rápido, transpôs os portões da Embaixada Portuguesa.

Embora angustiados, foi com verdadeiro alívio que os demais membros da família viram aquelas vidas, para eles sem preço, abrigar-se em solo português, onde ficariam guardadas, muito bem guardadas.

A Revolução dá seus botes

Nas horas que se seguiram, daquele 24 de outubro, a cidade do Rio de Janeiro transformara-se num pandemônio. Incessantemente, pela rua São Clemente, desfilavam automóveis em alta velocidade, com homens a dar gritos, acenando com panos vermelhos.

As notícias, que nos chegavam, eram desconstruídas. O presidente Washington Luís teria recebido, às nove horas da manhã, uma intimação para que renunciasse ao cargo. Organizara-se uma *Junta Pacificadora*, composta pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha. Às 11 horas da manhã, afirmava-se que o presidente da República já havia renunciado...

Precisamente às 5 horas da tarde, um automóvel de capota arriada, cheio de soldados, estacou junto à esquina da rua

Martins Ferreira. Em seguida, dando marcha a ré, estacionou diante de nosso portão. Dêle desceu Erasmo de Macedo Filho, à paisana, mas com um sabre dependurado num cinturão militar. Quem escreve estas linhas e seu cunhado, Dr. Roberval Roche Moreira, então no terraço, encaminharam-se ao encontro do visitante, descendo alguns degraus da escada. Lá de baixo, mesmo, veio a interpelação:

— “Arnolfo Azevedo?...”

Teve imediata resposta: o senador paulista encontrava-se na Embaixada Portuguesa, ali bem próximo. A informação, visivelmente, não agradou ao soldado da Revolução: permaneceu rijo por alguns instantes, a encarar os interlocutores; depois, com indisfarçável raiva, exclamou:

— “Covardes!”

E, sem detença, novamente entrou no automóvel, onde soldados de fuzis nas mãos o esperavam, no interior do veículo e em ambos os estribos. E partiram, em busca de outra vítima indefesa.

A Revolução dera seu primeiro bote; mas falhara.

Caiu a noite e, por prudência, a casa ficou inteiramente fechada, apagadas as luzes. Em seu interior encontravam-se seis pessoas da família: duas filhas (Maria da Conceição e Regina de Lourdes), uma nora (Iacy), um genro (Roberval) e dois filhos de Arnolfo Azevedo — Osvaldo Benjamin e quem escreve estas linhas.

Seriam mais ou menos 10^h horas da noite, quando ouvimos o ruído de um automóvel que parava e vozes que falavam alto; em seguida, souu demoradamente a campainha do portão. A família, que se preparava para dormir (depois de um dia tão repleto de emoções), agitou-se tôda. E a campainha, mais uma vez, souu com estridência, ao mesmo tempo que o portão, fechado, via-se agitado com grande violência.

Dava a Revolução seu segundo bote, com intervalo de poucas horas. As portas se abriram e os seis moradores da casa precipitaram-se, escada abaixo, em direção ao portão. Do lado de fora encontravam-se o jornalista Brito Chaves (da redação de *O Jornal*), um inspetor de veículos e dois guardas-civis.

— “O Dr. Arnolfo Azevedo está?...”

Aquêles revolucionários eram mais gentis. Foi-lhes dito que não. E estabeleceu-se um curioso diálogo:

- “Se êle não está, tenho ordens para levar comigo seu filho.”
- “Aqui estão dois filhos e um genro do senador Arnolfo Azevedo.”
- “Então, levamos os três.”

Mas, logo, Regina de Lourdes (a filha mais môça) interferiu no diálogo, com admirável decisão:

— “Muito bonito, não é? Levar todos os homens da casa e deixar, aqui sòzinhas, a nós mulheres!”

A inesperada intervenção feminina perturbou e desarmou Brito Chaves. Depois de breves instantes de indecisão, resolveu submeter o estranho “caso” ao “coronel” João Cabañas, que (segundo êle) era o chefe de Polícia nomeado pela Junta Pacificadora — o que, depois, se verificou não corresponder à verdade. É que ninguém se entendia, naquelas horas de agitação.

Acompanhado de tôda a família, subiu Brito Chaves para falar ao telefone; e, enquanto aguardava a ligação, contou-nos seus sofrimentos como revolucionário, procurando consolar-nos, com estas palavras:

— “São coisas da vida!”

Depois de longa conversação telefônica (na qual afirmara que estava falando da residência do senador Dionísio Bentes... contra o que, uníssonos, protestamos), trouxe a desejada solução para o impasse: levaria apenas *um* dos homens. E êsse um acabou sendo o autor destas linhas, por ser o único solteiro dos três; não, naturalmente, por heroísmo...

Dentro em pouco, deixávamos a casa da rua São Clemente, n.º 403. Mas, obedecendo às ordens de Brito Chaves, o automóvel parou no n.º 88.

— “O Dr. Celso Baima está?”

Alguém explicou que o senador catarinense ali não residia e, sim, a família de um deputado pelo Pará.

Qual não foi nossa surpresa ao ver chegar um amigo e colega da Faculdade de Direito, presidente do “Caju”: Vicente Chermont de Miranda.

— “Colegas nos estudos e colegas na desgraça, hein Chermont?”

E a coisa passou a ficar mais divertida... O automóvel pôs-se novamente a rodar. Vimos, então, as ruas regurgitando

de gente, o palácio do Catete feèricamente iluminado, portas e janelas escancaradas, repleto de povo; e soubemos de algumas novidades: o "general" Juarez Távora era esperado na tarde do dia seguinte e seria recebido como o herói da Revolução no Nordeste, onde derrubara todos os governadores.

Finalmente, chegamos à rua da Relação, onde o edificio da Polécia Central também estava apinhado de gente — soldados do Exército e da Polécia Militar, praças do Corpo de Bombeiros, guarda-civis, marinheiros, gente do povo —, multidão que tivemos de vencer com imensa dificuldade, guiados por Brito Chaves e seus acompanhantes. As salas se sucediam, tôdas atravancadas de gente, esparramada sôbre as mesas e cadeiras, a fumar e a falar em altas vozes. Acabamos por estacar na 3.^a Delegacia Auxiliar e fomos levados para um cubículo estreito, com 2,50m por 1,50m, onde se encontravam algumas cadeiras, um lavatório rústico e uma pequena cama, em desalinho. Ali nos esperavam o "coronel" João Cabañas (com suas barbas a Nazareno) e seu irmão, o primeiro sentado na tal cama.

Apresentados por Brito Chaves, Cabañas convidou-nos a sentar nas cadeiras. E, pausadamente e com voz macia, deu início ao seguinte diálogo com o autor destas linhas:

- "Aonde está o Papai?..."
- "Na Embaixada Portuguesa."
- "Onde?"
- "Na Embaixada Portuguesa, à rua São Clemente, quase defronte à nossa casa."

Cabañas ficou em silêncio por alguns minutos, encarando-nos com seus olhos cansados e como que absorto. Sùbitamente, seu irmão interrompeu o momentâneo silêncio, indagando de maneira ríspida, cenho carregado:

- "Aonde está seu Pai?..."
- Já disse: na Embaixada Portuguesa."

Cabañas voltou a falar:

- "Bem. Na Embaixada Portuguesa êle está em segurança. Nada há a recear." E, depois de breve pausa:
- "Seu Pai era senador pelo Estado de... Mato Grosso, não é exato?..."
- "Não, senhor. Pelo Estado de São Paulo."

— “Somos amigos. Conhecemos-nos há muito tempo. Recomende-me quando com êle estiver...”

— “Obrigado.”

O interrogatório assumia proporções ridículas, quase cômicas, numa atmosfera de cordial cinismo.

Disse-nos, em seguida, que mandaria um funcionário da Polícia revistar os papéis de Arnolfo Azevedo. Fizemos-lhe ver que não era possível continuar na situação em que nos encontrávamos: à tarde, um grupo de revolucionários estivera em nossa casa, sem estar devidamente autorizado, conforme nos declarara o próprio Brito Chaves.

Cabañas concordou conosco e, apanhando uma pequena folha de papel, com o timbre impresso — *Gabinete do Chefe de Polícia do Distrito Federal*, sôbre os próprios joelhos escreveu o seguinte:

“A residência e família do sr. Arnolfo Azevedo fica (*sic*) isenta de qualquer busca que já foi dada.

(a) *Cabañas.*”

Sôbre o documento apôs um carimbo da 3.^a Delegacia Auxiliar, com a data, 24 de outubro de 1930. Releu o que escrevera e nos disse:

— “O português não está muito correto, mas não faz mal...”

Estava terminada nossa inquirição, chegando a vez de Vicente Chermont de Miranda, que informou estar seu Pai — o deputado Pedro Gyselaar Chermont de Miranda —, naquele momento, no Pará. O irmão de Cabañas interveio:

— “Ele é dos nossos — um revolucionário.”

— “Não, senhor. Meu Pai apoiava e defendia o govêrno do Dr. Washington Luís.”

O “coronel” João Cabañas pôs-se de pé, como a indicar que a audiência se encerrara. Aproximou-se de nós ambos, colocou as mãos paternalmente sôbre nossos ombros e falou, num tom conselheiral:

— “Pois é isso, rapazes. Os *velhos* caíram, porque o Brasil já estava cansado dos 40 anos de República cheia dos mesmos erros e dos mesmos vícios. É um fenômeno natural: de tempos em tempos, deve haver uma renovação de homens e de idéias. E cá estamos nós, moços, para substituí-los e trazer uma nova mentalidade para o país.”

Com um sorriso nos lábios, respondemos:

— “Se formos nós, ainda bem...”

Começou nossa viagem de retôrno através das mesmas salas repletas de gente, a falar em voz alta, assentada sôbre mesas e cadeiras. Cabañas, à nossa frente, amavelmente ia abrindo as portas para que passássemos. Ao chegar ao terraço interior do 1.º andar, parou e disse-nos:

— “Bem. O Brito Chaves não está, no momento. Os senhores podem voltar para suas casas, que eu, daqui a pouco, o mandarei até lá, a fim de tudo revistar. Muito boa noite!”

Pouco passaria da meia-noite — já era 25 de outubro — quando chegamos, num táxi, em nossa casa à rua São Clemente. Relatamos rapidamente o que havia acontecido e, diante da perspectiva de nova visita da Polícia, dirigimo-nos para o escritório de Arnolfo Azevedo. Que fazer? Haveria documentos de importância a esconder?... Numa atmosfera de tensão, tentamos remexer as gavetas; mas, verificamos logo que seria inútil: cartas e documentos se amontoavam, sem que tivéssemos tempos de seleccioná-los. Desistimos da tarefa.

Subitamente, alguém se lembrou que determinado senador espírita, diàriamente dava a Arnolfo Azevedo, em fôlhas datilografadas, o texto de “mensagens” recebidas do Além. Eram papéis sem nenhuma indicação, mas de conteúdo estritamente político: “Neste momento, Olegário Maciel acha-se às portas da morte, em Belo Horizonte” — “As tropas revolucionárias estão sendo esmagadas pelo Exército” — “Getúlio Vargas abandonou a chefia da Revolução”... Mensagens desse tipo, que Arnolfo Azevedo delicadamente guardava no bôlso, ao recebê-las no Senado, e ia colocando numa pasta. Já se imaginou se aquêles papéis caíssem nas mãos da Polícia?... Seria uma tremenda confusão...

Procuramos a tal pasta, encontramos-a e a enfiamos num guarda-roupa qualquer, escondendo-a no meio de cobertores. Outra coisa não poderia ser feita. Subindo ao pavimento superior, encontramos as mulheres da casa a rasgar cartas de parentes e amigos, escritas naqueles dias do mês de outubro e referentes à Revolução; o fogo consumiu seus restos.

Depois, foi a espera da prometida visita. Uma hora da madrugada. Uma e meia. Duas horas... Vestidos como está-

vamos, caímos na cama e dormimos profundamente. Brito Chaves jamais voltou.

Enquanto estivemos vivendo aquelas horas angustiadas e tormentosas...

No Palácio Guanabara

O chefe da Nação passeava, de um lado para outro, agitado. Era imponente em sua velhice robusta. Cercavam-no todos seus ministros, em silêncio, à espera da palavra decisiva. O ultimato dos revolucionários fixara as 9 horas da manhã, como limite máximo para a entrega do poder. E já eram 11 horas. A expectativa era tremenda.

Súbito, abriu-se o reposteiro; e alguém anunciou ao presidente da República que, na sala contígua, encontravam-se os generais revolucionários. Washington Luís, ante a notícia, replicou com energia:

— “Não recebo generais revolucionários!”

E continuou, indiferente, a andar de um lado para outro. Os ministros entreolharam-se. Reinava um silêncio mortal.

Em seguida, o presidente da República sentou-se na poltrona de sua mesa, carrancudo, pondo-se a nela tamborilar com os dedos, não podendo esconder o tumultuar de sentimentos que o dominava.

— “A casa não é minha, mas... dão-me licença?”

Na porta, a uma distância de três passos, encontrava-se o general Tasso Fragoso, elegante em seu uniforme.

Instantaneamente, todos puseram-se de pé. Washington Luís avançou, o general também. Encararam-se, face a face.

Então, Tasso Fragoso, perfilou-se, juntou os calcanhares, fez continência e, em seguida, falou pausadamente:

— “Senhor Presidente. A fim de se evitar maior derramamento de sangue e para que volte a paz ao seio da família brasileira, resolveu a guarnição da capital da República intervir na luta armada que vem perturbando o país.

Em nome do Exército e da Marinha nacionais, venho rogar a V. Excia. que atendendo ao nosso apêlo, renuncie ao posto de presidente da República. Nada mais há que o faça esperar. Todas as forças da cidade do Rio de Janeiro estão cegas ao lado da Junta Pacificadora, que acaba de se constituir.”

O chefe da Nação permaneceu calado por rápidos instantes, lançando um olhar de fogo contra a figura serena do general Tasso Fragoso. Parecia querer escolher, no meio do turbilhão de pensamentos que o assoberbava, as palavras que deveria pronunciar. Todos os olhares se voltaram para sua pessoa, ereta e imponente. E êle explodiu:

— “É uma vergonha, general! Então êste Exército, que ganha seu sôlido para defender o Governo e a autoridade constituída; êste Exército, que eu levantei do chão, que eu encontrei humilhado e vilependiado pelo meu antecessor; êste Exército, que mereceu tôda minha admiração e que eu procurei dignificar, com a minha presença, em tôdas as solenidades militares — é êste Exército que vem depor o presidente da República?!... É a paga que recebo!

Mas os senhores estão desonrando a farda que vestem e os galões que ostentam em seus ombros! Essa atitude representa a maior vergonha já sofrida por nossa Pátria!”

Diante dêsse violento desabafo, o general Tasso Fragoso não se perturbou; e insistiu:

— “Eu aqui vim ter sômente para patentear, mais uma vez, minha lealdade, assegurando-lhe a vida, nestas horas de agitação.”

A resposta foi fulminante:

— “Neste momento, a vida é o que menos prezo. Eu não renuncio!”

E, num movimento rápido, voltou-se sôbre os calcanhares, atravessou a sala e penetrou em seu gabinete de trabalho, fechando a porta.

Tasso Fragoso ainda retrucou, já impaciente:

— “Pois então V. Excia. responderá por sua vida e assumirá tôda a responsabilidade pelo que vier a acontecer! Minha missão está cumprida...”

Em seguida, também retirou-se. Os ministros, mais uma vez, entreolharam-se. E, de nôvo, reinou pesado silêncio.

Essa atmosfera de expectativa foi interrompida com a chegada do cardeal Dom Sebastião Leme, que trazia a preocupação marcada em seu semblante. Acompanhado por um dos ministros, penetrou no gabinete presidencial. E os minutos se escoaram, lentos, angustiosos, doloridos.

Do gabinete, retirou-se depois o cardeal, com um ar desanimado e abatido. O presidente da República não queria ceder, repelira suas ponderações, não renunciaria.

A seguir, Washington Luís chamou a seu gabinete um dos ajudantes de ordem, a quem encarregou de providenciar o transporte de sua família para fora do Palácio Guanabara. E, logo depois, convocou todo o ministério para uma reunião na sala em que se encontrava.

A calma parecia haver voltado ao espírito do chefe da Nação. E foi pausada e serenamente que se dirigiu a seus ministros:

— “Daqui só sairei morto, aos pedaços. Não exijo, porém, de meus amigos um sacrifício idêntico, que seria inútil. Peço por isso aos ministros civis o favor de se retirarem do palácio. Entretanto, o mesmo já não peço aos meus ministros militares, porque não quero que, mais tarde, se venha a dizer que o presidente da República Brasileira não teve a seu lado, nos últimos momentos de seu governo, nem sequer um general e um almirante. Não devemos tornar ainda maior a vergonha da Pátria!”

Depois dessa cena patética, escoaram-se as horas, sem que nenhum ministro houvesse arredado pé do palácio. Lá fora, a soldadesca e a multidão ululavam. No interior da residência presidencial, continuava a reinar a mesma atmosfera pesada.

Ao entardecer, retornou ao Palácio Guanabara o cardeal Leme e, de novo, conferenciou com o chefe da Nação, expondo-lhe com realismo a situação reinante: nas ruas, a multidão desenfreada tudo depredava, incendiando os jornais governistas; a vida de Washington Luís corria iminente perigo, pois as forças armadas recebiam não poder impedir a invasão do palácio; reinava o desrespeito às altas patentes do Exército e da Marinha; o próprio ministro desta pasta acabara de ser desacatado por um marinheiro; a situação era incontrollável.

Súbito, abriu-se a porta do gabinete presidencial, nela aparecendo o presidente da República, o cardeal Leme e um de seus ministros. Todos se levantaram e ordens rápidas foram dadas.

Minutos após, o presidente Washington Luís tomava lugar num automóvel, tendo a seu lado o cardeal Dom Sebastião Leme. Ouviu-se um zunzum ameaçador, reluziram alguns revólveres. Um dos generais ali presentes exclamou, em voz de comando:

— “Silêncio! Em continência! O presidente vai passar!”

E não tardou que, célere, o automóvel partisse em direção ao Forte de Copacabana. Eram 6 horas da tarde de 24 de outubro de 1930⁽¹⁾.

Na Embaixada Portuguesa

A Embaixada de Portugal, à rua São Clémente, viveu por essa época, dias e semanas de desusado movimento. Não se abrigaram ali apenas Arnolfo Azevedo, a espôsa e uma de suas filhas — Odi Lina. Por volta das 11 horas, já lá se encontrava o deputado Artur Lemos, da bancada do Pará. Depois, outros chegaram: o Dr. Batista Pereira e seu filho; o senador Aristides Rocha, da bancada do Amazonas; o Dr. Romero Zander, diretor da E. F. Central do Brasil, sua senhora e uma filhinha; o deputado Machado Coelho, da bancada do então Distrito Federal (o mesmo que, em 1918, romperá hostilidades contra a chefia política de nosso biografado, na cidade de Lorena); o Dr. Plínio Uchoa.

A esplêndida residência dos embaixadores de Portugal ficara, súbitamente, cheia de refugiados políticos, transformando-se numa espécie de *hotel* de emergência, cujos “hóspedes”, com o semblante preocupado e triste, espalhavam-se, em grupos, pelas salas, no terraço, pelo amplo parque. Enquanto isso, a família do embaixador Duarte Leite havia, discretamente, desaparecido, num gesto de grande fidalguia, a fim de que os refugiados pudessem gozar da mais ampla liberdade.

A primeira noite, ali passada, para Arnolfo Azevedo foi terrível. Sua filha ouviu-o, por diversas vezes, exclamar, insonoramente:

— “Meu Deus! meu Deus! o que será de nós!...”

À hora das refeições, aparecia o embaixador, que a todos procurava cercar de gentilezas. Com maior freqüência, estava presente entre os refugiados a senhora embaixatriz — Dona

(1) A presente versão dos acontecimentos desenvolvidos no interior do Palácio Guanabara, naquele dia histórico, foi-nos relatada por um amigo e colega, poucos dias após, e na mesma ocasião por nós escrita, como se pudéssemos adivinhar que um dia poderia ser-nos útil. Fôra ouvida dos lábios de um ministro do Supremo Tribunal Federal, a quem o ministro Otávio Mangabeira (testemunha ocular) teria transmitido. Muitas de suas passagens encontram-se mencionadas no livro de CÍCERO MARQUES — *O último dia de governo do presidente Washington Luís*, pp. 42, 44, 56; 57, 58, 70 e 74.

Maria Eulália Duarte Leite, que se desdobrava em ternura e carinho para com as senhoras, em particular em relação a Dona Dulce, que sabia estar enfêrma; sempre preocupada para que nada lhe faltasse, a lhe recomendar "muito cuidadinho" para que não viesse a se cansar com as constantes visitas, sem se demorar muito tempo junto de nós "para que fiquem bem à vontade, todos, junto à Mãezinha". Senhora encantadora, anjo de bondade e de afeto.

Tétricas perspectivas

Lá fora, a população desvairada, com lenços vermelhos e verdes ao pescoço, prosseguia em suas passeatas "cívicas". E, de dia ou de noite, nas ruas e nas casas, adultos e crianças repetiam o estribilhó do hino da Revolução:

"João Pessoa! João Pessoa!
O teu vulto varonil
Vive ainda, vive ainda,
No coração do Brasil!"

No dia 27 de outubro, a cidade do Rio de Janeiro acordou debaixo dos mais descontraídos boatos. Propalava-se que o ministro Viana do Castelo, auxiliado pelo coronel Bandeira de Melo (da Polícia Militar), iniciara a contra-revolução. O quartel da rua São Clemente ficou em pé de guerra, registram-se tiroteios no quartel-general do Corpo de Bombeiros, casas de armas foram assaltadas, movimentaram-se as tropas da Praia Vermelha, espoucaram tiros e houve correrias à rua São Clemente. No entanto, tudo voltou à calma, no setor militar: houvera um mal-entendido generalizado...

No dia 3 de novembro, a Junta Pacificadora, em cerimônia um tanto melancólica, passou o poder ao chefe supremo da Revolução — Getúlio Vargas, nôvo presidente da República, que não tardou a nomear seus ministros: Osvaldo Aranha (Justiça), José Maria Whitacker (Fazenda), Afrânio de Melo Franco (Exterior), Assis Brasil (Agricultura), Juarez Távora (Viação), general Leite de Castro (Guerra) e almirante Isaias de Noronha (Marinha).

Tinha início a Segunda República, a chamada *República Nova*. Chegara a seu fim a Primeira República, a *República*

Velha, cujos servidores (entre os quais, naturalmente, Arnolfo Azevedo) passaram a ser designados pelo nome de *carcomidos*...

E, com Getúlio Vargas, chegaram ao Rio de Janeiro as tropas revolucionárias do Rio Grande do Sul. Cumprindo o prometido, Flôres da Cunha mandou amarrar seus cavalos no Obelisco da avenida Rio Branco. E os soldados gaúchos ficaram acampados nos jardins do Palácio Monroe, onde, felizes da vida, comeram seus churrascos e tomaram chimarrão...

Um espetáculo realmente inolvidável.

De Lorena chegaram tristes notícias, que mais vieram amargar o coração de Arnolfo Azevedo: nas caladas da noite, mãos anônimas e ingratas haviam arrancado, da principal praça da cidade — a mais bela e movimentada, com seus canteiros floridos e veneráveis palmeiras imperiais, ponto de convergência da população —, as placas que indicavam seu nome — *Praça Dr. Arnolfo Azevedo*, símbolo da gratidão dos lorenenses a seu filho ilustre; e as atiraram nas sarjetas. Dias depois, com solenidade e por entre festejos, novas placas as substituíram, trazendo outro nome — *Praça Dr. João Pessoa*. O episódio constituía mais um triste sinal dos tempos.

Mas o gesto insensato não ficou sem resposta: alguém, que se escondeu sob o pseudônimo de “Legionário de Outubro”, endereçou uma carta, irônica de princípio ao fim, ao *Norte Paulista*, jornal lorenense, que a estampou na primeira página, em sua edição de 7 de dezembro de 1930 (ano VI, n.º 470). Depois de felicitar o povo lorenense pelo advento da nova era e congratular-se com todos pela mudança do nome daquela praça, passou a enumerar tudo quanto Arnolfo Azevedo fizera pela cidade, mas atribuindo tais serviços ao falecido presidente da Paraíba: fôra João Pessoa que servira o Estado por cerca de 30 anos no Congresso Nacional; que tudo fizera para engrandecer a terra natal, que também era a de seus pais e avós, como de seus filhos; que provera a cidade de um serviço de abastecimento de água modelar, patrocinara a criação de dois grupos escolares e várias escolas públicas; que doara, de seu patrimônio particular, o terreno para construção do quartel do Exército; que obtivera recursos para construir a ponte metálica sobre o rio Paraíba; que dera à cidade a iluminação elétrica, levantara a idéia da construção da via férrea de Lorena a Itajubá; que, como congressista, sempre conseguira verbas para melhoramentos locais; que, a preços redu-

zidos, dotara a cidade de uma boa rêde de esgôtos; que organizara sua legislação municipal, “padrão e modelo da de vários municípios do nosso Estado”, e, com ardor, se levantara em defesa da autonomia dos municípios, quando fôra ameaçada de restrição; que, “alcançando tão altas posições, jamais pensou em beneficiar ou aquinhoar quaisquer de seus filhos”...

“Se tantos serviços, valiosos e indiscutíveis, não bastassem para elevar uma pessoa no conceito público e apontá-la como digna da admiração e do respeito dos seus patrícios, — não mais se poderia crer, sr. Redator, na justiça humana e seria duvidar da gratidão dos homens. Porém, elas agora se fizeram sentir com a criação da *Praça Dr. João Pessoa*, em nosso município.

Rejubilemo-nos todos e congratulemo-nos com o povo de Lorena pela nobreza, pelo civismo e pela justiça, nunca desmentidos, dos seus gestos e de suas atitudes.

Viva a Revolução !”

A publicação dessa carta teve o efeito de uma bomba: a edição rapidamente esgotou-se e o jornal deixou de circular. A irônica missiva matou o *Norte-Paulista*...

No entretanto, notícias muito mais graves estavam sendo publicadas nos jornais cariocas, com inusitado sensacionalismo. Uma delas deixou a família estarrecida: o presidente Washington Luís e as figuras principais do regime deposto seriam exilados para o estrangeiro; e o nome de Arnolfo Azevedo apareceu entre os que sofreriam tal pena!

De São Paulo chegou, sem demora, Antônio — o filho mais velho, que residira no Rio Grande do Sul ao iniciar-se a década de 1920 e lá mantivera boas relações de amizade com o Dr. Osvaldo Aranha, nôvo ministro da Justiça. No Rio de Janeiro, tratou imediatamente de procurá-lo no ministério. Depois de algumas horas de espera, foi recebido, mas tratado com frieza evidente. E, ao perguntar-lhe qual seria o destino reservado a Arnolfo Azevedo, ouviu mais ou menos estas palavras, destiladas com a maior indiferença:

— “Nós estamos distinguindo bem três espécies de crimes cometidos pelos homens do antigo regime: os crimes comuns, os administrativos e os políticos. Os dois primeiros deverão ser julgados pela Justiça comum.

Para os criminosos políticos, isto é, aquêles que foram cúmplices dos esbulhos de representantes do povo, legítimamente eleitos, haverá somente uma pena: o exílio. E seu Pai é um criminoso político.”

O relato do episódio deixou a família literalmente aturdida. Como poderia Arnolfo Azevedo seguir para o estrangeiro, se não dispunha de recursos próprios e Dona Dulce estava gravemente enfêrma? . . . Seria o fim. E muitas soluções foram aventadas, embora nenhuma delas fôsse satisfatória.

Nesse meio-tempo, o embaixador de Portugal fêz entrega dos passaportes ao senador Aristides Rocha e aos deputados Artur Lemos e Machado Coelho, comunicando-lhes que o Governo revolucionário "aconselhava-os" a partir para a Europa. Era o exílio disfarçado em prudente conselho!

A Arnolfo Azevedo, declarou o embaixador Duarte Leite que não recebera nenhuma instrução sôbre o destino que lhe estaria reservado. Todavia, no dia seguinte, comunicou-lhe que seu nome havia sido excluído da "lista negra", depois de algumas discussões; e que se attribuía a exclusão ao Dr. Afrânio de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores.

Não possuímos elementos para confirmar ou desmentir a hipótese. Acreditamos, porém, que seja absolutamente exata e verdadeira, porque longos anos de convívio na Câmara Federal (que fizeram nascer recíproca amizade e mútuo respeito) ligavam Afrânio de Melo Franco a Arnolfo Azevedo. É o caso de se repetir o velho adágio: *Amicus certus in re incerta cernitur*.

Mas acreditamos, também, que a sugestão obteve o franco beneplácito do presidente Getúlio Vargas; e essa justiça desejamos-lhe fazer. Quando de sua passagem por Lorena, ao inaugurar as novas instalações da Fábrica de Pólvora de Piquête (e què passou a ter seu nome, desde então), não se esqueceu de recomendar ao Dr. Ademar de Barros, interventor em São Paulo, que fizesse uma visita a Arnolfo Azevedo e lhe apresentasse seus cordiais cumprimentos — o que foi feito, com absoluta surpresa para nosso biografado. Por outro lado, em janeiro de 1943, ao visitar a cidade de São Paulo, ofereceu uma recepção no Palácio dos Campos Elísios a tôdas as classes sociais, para ela tendo sido insistentemente convidados os professores da Universidade de São Paulo. Entre êstes, figurava quem escreve estas linhas, que até ali foi para cumprir um simples dever protocolar, atendendo a um cordial apêlo do então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No instante das apresentações (que o Reitor ia fazendo, nominalmente), com a mais viva surpresa vimo-nos interpelados pelo chefe da Nação:

— “O sr. é filho do senador Arnolfo Azevedo?”

— “Sim, senhor Presidente.”

— “De fato, é muito parecido com êle. Eu fui um grande amigo de seu Pai.”

Uma afirmação dessas, tão espontânea, não poderia ter sido feita graciosamente, muito menos para ser amável. Refletia, certamente, uma verdade. Porque, afinal, Arnolfo Azevedo e Getúlio Vargas haviam trabalhado juntos durante duas legislaturas sucessivas — a de 1922-23 e a de 1924-26 —, nosso biografado na presidência da Câmara, o então presidente da República como membro e depois líder da bancada gaúcha. Laços de amizade e coleguismo os teriam unido; laços que as divergências políticas não conseguiram destruir.

Sentimentos idênticos devem ter levado o ex-deputado Batista Luzardo, nôvo chefe de Polícia do Distrito Federal, na aquela primeira quinzena de novembro de 1930, a fornecer a Arnolfo Azevedo um *salvo-conduto*, válido para o território carioca — documento que o embaixador de Portugal não considerou suficientemente seguro, aconselhando-o a dêle não fazer uso.

A 11 de novembro, o aniversário de nosso biografado foi singela e tristemente comemorado, num dos recantos da Embaixada Portuguesa. Mas, na noite do dia 12, após o jantar, o embaixador Duarte Leite entregou a Arnolfo Azevedo o *salvo-conduto* por êle próprio conseguido — documento cercado de tôdas as garantias, que dava ao portador livre trânsito em todo o território nacional.

Nessa mesma noite — por entre as emoções que bem se pode imaginar e levando a gratidão em seus corações —, nosso biografado, sua espôsa e filha deixaram, para sempre, aquêle asilo acolhedor e amigo, retornando ao n.º 403 da rua São Clemente.

Afastada a ameaça de exílio, voltavam ao lar.

A desgraça torna-se ainda maior

É sempre com alegria que se retorna ao lar. Mas aquela casa, já não era a mesma. Preocupações de tôda ordem cercavam a família.

Arnolfo Azevedo perdera seu mandato de senador da República e vira-se constrangido, pelas circunstâncias, a deixar a direção da sucursal carioca do Banco Noroeste do Estado de Paulo. Não dispunha de fortuna pessoal, pois — como êle próprio dizia — era um *politico profissional*, no mais puro sentido da expressão: vivia (e com dificuldade) de seu subsídio parlamentar, salvo nos poucos meses que haviam antecedido a Revolução, quando se tornara diretor do citado banco. Embora deputado e senador da República por longos 27 anos, não possuía recursos financeiros capazes de enfrentar aquela dolorosa emergência. Tinha depositados num banco do Rio de Janeiro, em outubro de 1930, não mais do que 25 contos de réis. Mas o governo revolucionário congelara as contas bancárias de todos os políticos de destaque da República Velha; pretendia-se, com êsse dinheiro, ressarcir o Tesouro Nacional das despesas feitas para sufocar a Revolução... E a famosa *Junta de Sanções* manteve-se intransigente na manutenção dessa violenta medida, não permitindo que nenhum político "carcomido" se utilizasse de seus saldos bancários. Sòmente no mês de maio de 1931, decorridos seis meses, após repetidas, mas infrutíferas tentativas, aquela modesta fortuna foi liberada (2).

A gravidade da situação exigiu medidas drásticas. A primeira consistiu em obter do proprietário da casa da rua São Clemente que viesse a concordar na anulação do contrato de aluguel, sem pagamento da respectiva multa — o que foi conseguido a duras penas. Em seguida, tratou-se de conseguir uma casa de residência bem mais modesta; e Arnolfo Azevedo, sua esposa e três filhos solteiros passaram a morar à rua Mena Barreto, n.º 42, prédio de frente de rua, sem jardim, com um porão habitável e um pavimento superior, onde também passaram a morar (para que as despesas se tornassem menores) seu genro — Dr. Licurgo de Castro Santos e sua família. De fins de outubro de 1930 até fins de maio de 1931, os filhos casados forneceram os indispensáveis recursos financeiros para que o antigo presidente da Câmara, senador Federal e um dos líderes da política nacional, ao tempo da Primeira República, pudesse manter-se e à sua família. Era a cruel recompensa recebida por um homem de bem, após tòda uma existência dedicada ao serviço da causa pública.

(2) Cf. *Como vivem os políticos da República Velha*, em *A Noite*, de 30 de maio de 1931.

Tudo isso, entretanto, não teria tanta importância se outra desgraça maior não rondasse o lar de Arnolfo Azevedo. Aquêles meses de sofrimento só serviram para agravar, cada vez mais, a enfermidade que vinha minando o organismo de Dona Dulce Cochrane de Azevedo. Dia após dia, o estado de sua saúde foi piorando, por maiores que fôsem os esforços de seu médico assistente e grande amigo da família — o Dr. Sabino Teodoro.

Na madrugada do dia 12 de maio de 1931, faleceu Dona Dulce, a sua *Dulcita*. Dias antes, a 3 de maio, completara 59 anos de idade. Soubera enfrentar com resignação todos os sofrimentos, físicos e morais, dos últimos seis meses. Certa vez, deslocou-se com sacrifício até a sala de visitas da casa da rua Mena Barreto e pediu a uma das filhas que tocasse ao piano sua música predileta — o “Romance” de Artur Napoleão; e ambas choraram, profundamente comovidas. Já não era a *môça bonita*, a quem Arnolfo Azevedo, então seu namorado, dedicara versos tão belos, a 10 de maio de 1889 — versos que diziam:

“No *Pleyel* vibrante, que em sons se desmancha,
Sua mão delicada, ligeira, palpita.
Quisera que fôsse minha'alma o teclado
E eu fôsse o *Pleyel* da *Môça Bonita*.” (3)

Certa vez, recostada em seu leito de enferma, vimo-la a folhear o “Livro da Família”, onde as fotografias de seus filhos haviam sido por ela mesma coladas. E lágrimas deslizavam lentamente de seus olhos, ao deparar com o retrato de Arnolfinho — o seu *Fifinho*, falecido em abril de 1907, com apenas um ano e meio de idade. Seu extraordinário coração materno não se esquecera do filhinho morto, decorridos mais de 23 anos! Como nunca se esquecera de todos os demais; por isso mesmo, tinha escrito na véspera do aniversário de casamento: “Amanhã, 39 anos de casados; como seria bom se reuníssemos todos os filhos!” Era o dia 9 de outubro de 1930.

Falecera Dona Dulce e, à tarde do mesmo dia 12 de maio, seu corpo foi sepultado no cemitério de São João Batista. A relação das pessoas que estiveram presentes a seus funerais e que os jornais publicaram (4) é das mais expressivas; nela fi-

(3) Veja o cap. I, deste livro.

(4) Cf. *Jornal do Brasil*, de 14 de maio, e *Correio da Manhã*, de 15 de maio de 1931.

guram, além de parentes e amigos da família, os mais fiéis dos admiradores de Arnolfo Azevedo, velhos companheiros de infortúnio, políticos eminentes ao tempo da Primeira República, antigos senadores e deputados. E o mesmo aconteceu, quando foi celebrada a missa de sétimo dia, na igreja da Candelária, no dia 18 de maio⁽⁵⁾.

Sem falar nas notícias de praxe, que os jornais publicaram, *A Justiça*, de Lorena, estampou dois carinhosos artigos, em sua edição de 24 de maio de 1931: *D. Dulcita*, de ROSA FLORENZANO; e *Luz que se apaga*, de SINÉSIO DE CASTRO.

Na verdade, com a morte de Dona Dulcita, uma luz se apagou para os membros de sua família. Depois de 39 anos de casado e com a idade de 62 anos, Arnolfo Azevedo tornava-se viúvo. A partir de 24 de outubro, tudo perdera — seu mandato legislativo, sua posição política, sua esposa. Em maio de 1931, era um homem literalmente arrasado.

São Paulo em armas !

Se a revolução explodida na capital paulista, em julho de 1924, cobrira de vergonha Arnolfo Azevedo, a Revolução Constitucionalista, deflagrada a 9 de julho de 1932, deu-lhe alma nova, após tantos meses de padecimentos e de amarguras.

O seu Estado, a sua gente levantava-se, de armas nas mãos, com o objetivo de pôr termo ao regime ditatorial e reimplantar o domínio da vida constitucional, dentro da lei e da ordem — objetivos supremos de toda sua longa vida de homem público.

Aos sofrimentos de sua vida particular, outros vieram a se acrescentar, a partir de 1931: os decorrentes das humilhações infligidas pela Ditadura ao povo paulista e que também feriram fundo seu coração.

Por isso tudo, pode-se bem avaliar o incontido entusiasmo e a verdadeira exaltação que se apoderaram de Arnolfo Azevedo e — como é explicável — dos membros mais jovens de sua família, desde que as primeiras notícias chegaram até o triste epílogo de 28 de setembro.

Diante da falta de notícias, nossa preocupação consistia em apanhar as irradiações das emissoras paulistas: — tôdas as

(5) Cf. *Correio da Manhã*, de 20 de maio, e *Diário de Notícias*, também de 20 de maio de 1931.

noites, reunidos em tórno de um aparelho de rádio (pôsto a funcionar bem baixo, para que a Polícia não nos incomodasse), tentávamos colher notícias; mas com que sacrificios! Uma estática quase permanente, quando não a interferência de emissoras ditatoriais, impediam a audição perfeita: o som ia e vinha, ora forte, ora como se perdendo nas noites frias; mal se ouvia a voz dos locutores, embora fôsse possível sentir seu entusiasmo. Todavia, ninguém desanimava e, até altas horas da noite, ficávamos a ouvir a voz de nossos conterrâneos, lápis é papel nas mãos, a tomar notas...

No dia seguinte, essas poucas e isoladas notícias viam-se datilografadas, tirando-se 20 e até 30 cópias, que à tarde passavam a circular clandestinamente na cidade do Rio de Janeiro. Todos os meios foram utilizados para a divulgação de tais volantes: êles passavam furtivamente para o bolso de amigos, quando não eram jogados de janelas de edifícios situados em plena Cinelândia. Neste último caso, mal as fôlhas datilografadas alcançavam a massa de gente que circulava na calçada, desapareciam como por encanto, metidas rapidamente nos bolsos por aquêles que, mais tarde, em local seguro, iriam lê-las ardendo de curiosidade.

Mas havia o material mimeografado ou impresso, que nos chegava às mãos. E os jornais clandestinos: *O Separatista* (cuja direção era composta pela fina flor do Bandeirismo: Fernão Dias Pais Leme, diretor; Antônio Raposo Tavares, redator-chefe; Luís Pedroso de Barros, secretário-geral...), *A Estrêla, São Paulo, O Constitucionalista*.

A "guerra" nas calçadas...

A nossa modesta "guerra" contra a Ditadura, apoiando a Revolução Constitucionalista de São Paulo, processou-se principalmente nas calçadas da avenida Rio Branco. Além dos volantes que fazíamos circular, nossas armas eram a gravata preta e o silêncio...

Da capital paulista vinha o apêlo através do rádio e, logo, porfiávamos todos nós em atendê-lo. Foi assim no dia 20 de agosto e, notadamente, a 22 de agosto, quando, exatamente ao meio-dia, os partidários da Revolução deveriam aparecer na avenida Rio Branco exibindo uma *gravata preta*. Na hora determinada pela gente de São Paulo, assistiu-se a um espe-

táculo realmente inesquecível: centenas e centenas de homens, isolados ou em grupos, mostravam com arrogância sua demonstração de luto. Não tardou que a Polícia Civil interviesse: a ordem era para que ninguém permanecesse parado, nem se formassem grupos. E a onda dos "gravatas pretas" pôs-se a circular, entre o Café "Belas Artes" e a esquina da rua Sete de Setembro. De repente, ouviram-se tiros, surgiram as famosas tropas-de-choque da Polícia Especial (com seus bonés vermelhos e seus atletas), todo mundo começou a correr sem rumo certo, as casas comerciais baixaram suas portas de aço. Uns se refugiaram na "Casa Mousseline", na esquina da rua da Assembléa, onde também se recolhera um homem ferido a bala (a coisa era para valer...) Sem que se saiba porque, a Polícia investiu contra a "Tabacaria Londres" e arrebanhou os que lá se achavam abrigados, metendo-os num *tintureiro*...

De outra feita, atendendo a idêntico apêlo, fomos dispersados por meio de bombas de gás lacrimogênio, nas proximidades do Clube Naval. Mas nada disso fazia arrefecer nosso entusiasmo, pois continuou a distribuição dos boletins informativos e a gravata preta não deixou nossos colarinhos, mesmo depois que "os assalariados do sr. João Alberto" (era assim que chamávamos os beleguins do então chefe de Polícia) passaram a fazer o mesmo. E, nas reuniões de família, houve aquêles que sugeriram o emprêgo da tática irlandêsa: matar cada guarda-civil ou soldado da Polícia Especial que viesse a ser encontrado sòzinho; sistema de guerrilhas urbanas... que, segundo nos parece, nunca chegou a ser utilizado, felizmente.

Foi assim a "nossa" Revolução, a nossa modesta "guerra" nas calçadas. Sem heroísmos, mas expressiva em seu simbolismo.

Sentido idêntico tiveram o comparecimento a missas (uma das quais os homens do sr. João Alberto não deixaram que se realizasse, fazendo dispersar a multidão por meio de tiros e gases) e aquêle comovente convite, que os jornais cariocas publicaram, para a missa em sufrágio da alma do Dr. Mário Machado Bittencourt, companheiro do 1.º tenente-aviador José Ângelo Gomes Ribeiro,

"tombado do céu no coração da Pátria, numa epopéia sublime de abnegação e de bravura pela sua redenção." (6)

(6) Cf. AZEVEDO (Aroldo de) — *Acompanhando de longe a Revolução de 1932* (Lembranças de um paulista residente no Rio de Janeiro), em *A Gazeta*, São Paulo, 16 de julho de 1957.

A Revolução pitoresca

Nessa "frente" carioca, a Revolução Constitucionalista também apresentou seu lado humorístico e pitoresco. Era uma forma de desabafo, que todos nós utilizávamos com prazer quase infantil.

Os filmes cinematográficos da época foram aproveitados, de maneira que seus "astros" passaram a ser as figuras do momento. Eis uma das relações, que então circularam no Rio de Janeiro:

Os Miseráveis — Membros do Clube Três de Outubro; *Piratas de meia-cara* — redatores de "O Radical"; *El ultimo de los Vargas* — Getúlio Vargas; *O médico e o monstro* — Pedro Ernesto e João Alberto; *Alta traição* — Flôres da Cunha; *Romance do Rio Grande* — Borges de Medeiros e Raul Pila; *Uma alma livre* — Maurício de Lacerda; *Tal pai, tal filho* — Augusto e Dulcídio do Espírito Santo Cardoso; *O homem da nota* — Osvaldo Aranha (então ministro da Fazenda); *A fera da cidade* — João Alberto; *Legião dos condenados* — Legião Cinco de Julho; *Fantasma da Ópera* — José Américo; *A divina dama* — Protógenes Guimarães; *Vampiro de Dusseldorf* — Góis Monteiro; *A vingança de Buda* — Washington Luís; *A volta de Tom* — Isidoro Dias Lopes; *O campeão* — Bertoldo Klínger; *Beau-Geste* — João Neves da Fontoura; *Gigantes do céu* — Ivo Borges, Orsini Coriolano e José Leite; *Esta noite ou nunca* — Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaiás de Noronha...

As letras de músicas populares ou carnavalescas também viram-se largamente aproveitadas, servindo de veículos para a ironia mordaz e a crítica ferina. Os exemplos foram numerosíssimos, bastando citar os seguintes:

São Paulo à Nação: "Eu tão sozinho, sem teu amor, sem teu carinho..."

São Paulo a Minas: "Eu hoje sinto falta de você"

Minas a São Paulo: "Se você jurar que me tem amor, eu posso me regenerar"

São Paulo ao Rio Grande: "Nunca mais um carinho meu terá"

Rio Grande a São Paulo: "Papai, mamãe não quer, que eu me case com você"

Klínger a Góis Monteiro: "Oh! abre alas, que eu quero passar!"

Góis Monteiro a Klínger: "Eu pra cá... você pra lá!"

Getúlio Vargas ao boato: "Quem te inventou, meu pancadão, teve uma consagração!"

Washington Luís a Júlio Prestes: "A turma lá de casa não é sopa!"

Nesse terreno — que seria interminável, por se tratar da cidade do Rio de Janeiro —, houve até uma “tragédia histórica”, que circulou devidamente impressa e intitulava-se *A última vontade...*

Mas, não deixou de ter seu lado pitoresco o que aconteceu com Arnolfo Azevedo, em plena Revolução de São Paulo.

“Mande a senha pelo José”

Seriam 8 horas da noite e nosso biografado jántava tranquilamente com sua família, na casa da rua Mena Barreto. Um toque de campainha e a notícia estourou: um homem da Polícia desejava falar pessoalmente com Arnolfo Azevedo.

Introduzido em seu escritório, transmitiu-lhe o agente policial um convite para que comparecesse, naquela mesma noite, à 4.^a Delegacia Auxiliar. Nosso biografado respondeu que não aceitava o convite, porque nada tinha a fazer na Polícia; só sairia, de sua casa, prêso. O agente ficou um pouco perturbado e pediu para comunicar-se, pelo telefone, com a Delegacia. Assim fêz e não tardou a vir com a resposta: o ex-senador por São Paulo iria prêso.

E, no automóvel da Polícia, seguiu Arnolfo Azevedo, diante da família sobressaltada. Dois de seus filhos o acompanharam e um dos genros — o capitão Lindolfo Ferreira de Freitas, avisado, para a 4.^a Delegacia também se dirigiu.

Lá chegando, disseram ao nosso biografado que esperasse a chegada do delegado, oferecendo-lhe uma cadeira comum, localizada num dos cantos de ampla sala. Ali estava o antigo presidente da Câmara e senador da República, sexagenário e sofrido, sentado com resignação, mas com dignidade.

Não tardou que também chegasse o general Aurélio d’Amorim, antigo deputado pelo Amazonas e sogro de um dos filhos de nosso biografado — Osvaldo Benjamin. A surpresa foi geral e ninguém sabia explicar a razão de ser daquele inesperado encontro, em local tão pouco agradável.

Tudo fizemos por esclarecer a situação; mas foi inútil. Os dois velhos amigos, ligados por laços de família, puseram-se a conversar calmamente, pois nada tinham a temer.

Por volta da meia-noite (quase quatro horas de espera!), apareceu o delegado Castelo Branco e desmanchou-se em desculpas. Tinha acontecido o seguinte: agentes da Polícia, de

escuta, haviam ouvido uma conversa telefônica entre as residências dos dois prisioneiros — um antigo senador por São Paulo e um general reformado do Exército, convém ressaltar —, na qual se registrara uma frase terrivelmente ameaçadora: *Mande a senha pelo José...*

Todos deram boas risadas diante do delegado, fazendo-lhe ver que não eram homens para entrar em conspirações, muito menos (se nelas estivessem metidos) iriam pedir senhas pelo telefone...

O delegado acabou concordando, desculpou-se novamente e percebeu que tinha diante de si um episódio inteiramente ridículo. Os prisioneiros foram liberados e o general Aurélio d'Amorim acabou exigindo que a Polícia o levasse de volta à sua casa, pois morava muito longe, no Méier.

Somente depois foi encontrada a explicação: alguém pedira que lhe "mandasse *Arsênico* (remédio homeopático) pelo José"; e os escutas da Polícia carioca haviam imaginado ter encontrado excelente pista para a descoberta de uma tremenda conspiração, cujos chefes seriam um general e um antigo senador paulista...

Isto é São Paulo !

Esses foram alguns aspectos pitorescos, senão ridículos, da Revolução Constitucionalista para os que, de longe, a acompanhavam, aspirando por vitórias e adesões (que não vieram) ou tentando explicar, por tôdas as maneiras, os recuos das frentes, na etapa final.

Com a mais sincera consternação, por isso mesmo, receberam Arnolfo Azevedo e os de sua família as notícias de que a grande epopéia terminara e a Ditadura acabara por vencer.

Mas tiveram algumas consolações, depois que as armas se ensarilharam. Souberam, por exemplo, que o Solar dos Azevedo, em Lorena (sob o contrôle de Dona Silverinha Adrien, fiel e dedicada amiga de longos anos e que, depois, viria a fundar a *Casa do Pequeno Trabalhador*, na capital paulista), havia abrigado altas personalidades, no decorrer da luta, cujos nomes ficaram escritos num precioso livro de autógrafos, hoje sob nossa guarda. É verdade que, em represália, as tropas da Ditadura vasculharam tôda a casa, ao pisar solo lorenense; e deixaram tristes sinais de sua passagem: móveis arrombados a baioneta, palavrões e ofensas aos paulistas, escritos nas paredes...

Consolados e orgulhosos ficaram, ao lerem uma carta procedente de São Paulo, trazendo a data de 15 de outubro de 1932. Eis um de seus trechos:

"A abnegação e o desprendimento coletivo chegaram às raias do misticismo. Pais e mães que se orgulhavam da morte de um filho. Espósas e filhos que consagravam a mutilação do chefe da família. Donativos aos milhares, de tóda parte, de tódas as classes. Oito mil bois, milhares de sacas de arroz, feijão, açúcar — doados. Diàriamente chegavam do interior centenas e centenas de "conhecimentos" de despacho de donativos dos mais humildes trabalhadores: jacás de galinhas, ovos, leitões, cavalos, sacos de milho, etc. Ao terminar a Revolução, em 30 de setembro, uma das instituições que recebia donativos tinha ainda, em estoque, mais de 800 contos de gêneros; isto depois de 3 meses de luta.

Roupas, agasalhos, cigarros — não se contam. Em minha casa foram feitas mais de 900 peças de roupas, entre gorros, *cache-cols*, etc. E todos fizeram isto...

O apêlo para fornecimento de binóculos resultou num oferecimento de milhares dêsses instrumentos. O meu "Zeiss" também foi. A campanha dos capacetes de aço rendeu mais de 1.500 contos e a do ouro atingiu mais de 80.000 doadores, num valor de mais de 20.000 contos de réis. A cigarreira de ouro, que o Armando me deu como presente de casamento, também foi. (7)

Nós nos empobrecemos deliberadamente para o bem de São Paulo. Jogamos tudo que tínhamos no cadinho da Lei e da Liberdade. E ninguém está arrependido. Todos estamos felizes por ter cumprido um dever e feito um sublime sacrifício pelo Brasil. Que nos compreendam, ao menos!

A mobilização da engenharia e das indústrias foi também formidável, capaz de entusiasmar e comover o próprio chefe do Govêrno Provisório, se êle dela tivesse exato conhecimento. Operários que faziam questão de trabalhar de graça para a Revolução. Fábricas de panelas que se transformaram em fábricas de capacetes de aço. De 80.000 tiros de fuzil por dia, a princípio, chegamos a produzir cerca de 400.000, nos últimos dias de setembro. Fizemos aqui até metralhadoras, utilizando apenas os canos sobressalentes que existiam. A falta de trotil não perturbou a fabricação de granadas e bombas, pois encontraram um sucedâneo.

Foi uma coisa maravilhosa, indescritível!"

Essa carta comoveu profundamente Arnolfo Azevedo. Quem a assinava era um de seus filhos — Aldo Mário, que da capital paulista lhe escrevia pela primeira vez, após permanecer três meses sem contato com a família. Na singela eloquência daquelas linhas (que seu autor jamais poderia imaginar que um dia viessem a ser publicadas), espontâneas e verdadeiras, estava fielmente retratado o São Paulo de 1932 — a terra e a gente que Arnolfo Azevedo tanto amou e às quais dedicara os mais proveitosos dias de sua existência.

Aquilo era São Paulo!

(7) Trata-se do Dr. Armando de Arruda Pereira, que viria a ser, mais tarde, prefeito da capital paulista.

A última etapa

Despedida do Rio de Janeiro. No Solar de Lorena. Renasce o poeta. Setenta anos: primeira comunhão. Novamente "Praça Dr. Arnolfo Azevedo". O fim. Homenagens póstumas. A balada da saudade.

Despedida do Rio de Janeiro

Da casa da rua Mena Barreto, n.º 42 — para onde fôra obrigado a transferir-se em 1931, como consequência direta da precária situação financeira em que ficara depois da Revolução de 30 —, Arnolfo Azevedo mudou-se em 1933 para outra residência, também modesta, situada à rua Martins Ferreira, n.º 57. Sempre no bairro de Botafogo, que escolhera para residir a partir de 1923. E também acompanhado do genro — Dr. Licurgo de Castro Santos e sua família, além de dois cunhados — Dona Zaira e Arquibaldo Cochrane, ambos irmãos de sua esposa, o último um homem inválido. Já então viviam em sua companhia apenas dois filhos solteiros — Odi Lina e o autor destas linhas. Regina de Lourdes havia ingressado num convento, em 1931, depois do falecimento de Dona Dulce.

Sua vida era triste e monótona.

No dia 18 de março de 1933, nôvo golpe o atingiu: após prolongados padecimentos, faleceu na capital paulista sua única irmã — Dona Odila Rodrigues (Fiúta), aos 60 anos de idade. Sua vida fôra um exemplo de abnegação, de religiosidade e de amor ao próximo, pois concentrara tôdas suas energias na propagação da fé, no amparo à mocidade feminina e às crianças. Fundara na cidade de Lorena a Associação "Patrocínio de São José" (1912), que se desdobrou na Escola Profissional "Patrocínio de São José", destinada a dar habilitação às moças carentes de recursos. Seguiram-se-lhes: o Jardim da Infância "Coração de Jesus", o Orfanato "Nossa Senhora Aparecida", a Escola Normal Livre "Patrocínio de São José".

Tudo isso instalado em sólidas construções próprias, tendo por núcleos um templo dedicado à Sagrada Família. Como seu irmão, tinha um acendrado espírito público, de que deixou testemunhos indeléveis⁽¹⁾.

O falecimento de *Dona Fiúta* — como os lorenenses a chamavam — determinou o destino de Arnolfo Azevedo na derradeira etapa de sua existência. Dela recebera, por herança, três casas de aluguel localizadas em Lorena, que lhe haveriam de servir, embora modestamente, como fontes de seu sustento, até à morte. E este fato acabou por levá-lo a uma decisão: retornaria à cidade natal, para passar os anos de vida que lhe restavam.

Tomada tal deliberação, outra se lhe seguiu: resolveu contrair novas núpcias, o que se verificou em fins de março de 1934. A espôsa escolhida foi sua cunhada, até então solteira — Dona Zaíra Cochrane, filha do Dr. Inácio Wallace da Gama Cochrane e de Dona Maria Luisa Barbosa Cochrane. Arnolfo Azevedo tinha, então, 65 anos de idade; sua nova espôsa, 58 anos.

Foi assim que, nesse mesmo ano de 1934, nosso biografado retornou definitivamente à cidade de Lorena e passou a residir, com sua espôsa e seu cunhado Arquibaldo, no velho Solar do Largo da Matriz.

Sua terra natal recebeu-o como uma relíquia viva.

No Solar de Lorena

Sua vida passou a decorrer mansa e tranqüilamente, dentro do vasto casarão do Largo da Matriz. Tôdas as manhãs, dirigia-se ao jardim interno para colhêr flôres, com que enfeitava a imagem de Nossa Senhora da Conceição — aquela mesma imagem que havia colocado, em 1909, no altar da Capelinha, em sua Fazenda da Conceição; que consigo levava, em 1919, quando passou a residir na cidade do Rio de Janeiro; diante da qual Dona Dulce orara, em lágrimas, na trágica manhã de 24 de outubro de 1930. À tarde, lia os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que recebia pelo correio. E, à

(1) Veja: CÉSAR (Faustino) — *Resenha histórica de Lorena*, pp. 126-130; RODRIGUES (Antônio da Gama) — *Gens Lorenensis*, pp. 134-135; *Fólha da Noite*, de 13 de março; *O Estado de S. Paulo*, *Diário de São Paulo*, *Fólha da Manhã*, *A Nação*, *Jornal do Comércio* e *Jornal do Brasil*, de 14 de março; e *Diário de São Paulo*, de 15 de março de 1933.



Arnolfo Azevedo em Lorena

Fotografia tirada no Solar lorenense, em meados da década de 1930.

noite, ouvia músicas transmitidas pelo rádio ou entretinha-se a jogar "paciência".

Da política local, nada desejava. Quanto à política nacional, acompanhava-a à distância, sempre atento, por vezes exaltando-se ou preocupando-se com os acontecimentos — como

se verificou com o golpe de Estado que, a 10 de novembro de 1937, instituiu o chamado *Estado Novo*.

Recebia raras e esporádicas visitas, de velhos amigos e correligionários. E, pontualmente, assistia às missas dominicais na matriz de Nossa Senhora da Piedade, tornada Catedral em 1937, quando o Bispado de Lorena veio a ser criado.

Nesse ambiente tranqüilo, sentiu voltar-lhe a inspiração poética, que tanto se manifestara em sua mocidade, mas que a vida política, sobretudo a partir de 1918, havia sufocado.

Renasce o poeta

Na velhice de Arnolfo Azevedo, as primeiras manifestações de sua veia poética reapareceram naquele mesmo ano de 1934, quando para sempre fixou-se em Lorena.

De início, eram quadrinhas singelas, que muitas vêzes rascunhava nos cantos dos jornais e, depois, remetia aos filhos e netos. Depois, versos mais longos, em geral brincalhões.

Em novembro de 1934, escreveu um dedicado aos filhos que foram, até Lorena, comemorar seus 66 anos de idade. É monorrímico e denota excelente estado de espírito:

AOS FILHOTES, UM POR UM

Muito gratos p'la visita,
 Esperamos que a repita,
 Senão... a saudade grita,
 Nosso coração palpita,
 Nosso zêlo se espevita,
 O ciúme berra e apita,
 A tristeza se arrebita;
 De comer ninguém cogita,
 Ninguém quer ver a marmita,
 Nem que haja batata frita,
 Nos quitutes de Nhá Vita;
 Tudo pára, não crepita,
 Tôda gente está contrita,
 Cada um se precipita
 Em mudez quase infinita
 (Contado não se acredita !)

Porque bem se capacita
 Que, quem faz nova visita,
 Nos quer bem e não faz fita.
 Mas também ninguém se irrita
 Com quem, longe por desdita,
 De vir se impossibilita,
 Tomar parte bem catita
 Nesta ação, que é tão bonita
 De abraçar, dar beijoquita
 Nos que a sorte, que é esquisita,
 Julga que não felicita
 Por prendê-los na guarita
 Desta terra pequenita,
 Minha terra, que é bendita,
 Na pobreza imensa e aflita,
 Mas com honra heróica e invita l

Tenho dito e tenham dita
 Sempre na Graça Infinita.

Nesse gênero jocosos e pilhéricos, havia escrito uma série de quadrinhas em 1929, sob pseudônimo e que o *Lorena-Jornal* estampou em suas edições de 3, 10 e 17 de março, sem que o seu diretor — prof. José Marcondes de Moura jamais pudesse suspeitar de que seu autor era Arnolfo Azevedo, então senador da República. Intitulavam-se *Trovas do carnaval* e apareceram assinadas, respectivamente, sob os pseudônimos de “Chove Não Molha”, “Molha Não Chove” e “Não Chove Molha”. A primeira brincava com o Aleixo, o homem que tomava conta da Caixa d’Água da cidade; a segunda, com Juventino, responsável pela iluminação; na terceira, dava o assunto por encerrado, diante das discussões travadas na cidade, a respeito da autoria das quadrinhas, explicando:

Tanto quem chove não molha,
 Como quem molha não chove;
 Tanto quem não chove molha,
 Como quem não molha chove,

Está fazendo pilhérias,
 Sem ofender a ninguém,
 Mostrando coisas, mistérios,
 Da terra e do céu também.

Eu sou menino travêso,
Sem roupa, rindo ou chorando,
Calado e dizendo em gritos:
Sou útil mesmo brincando...

Da cidade de Assis, sua filha Celina enviou, pelo Natal de 1934, rimas carinhosas, intituladas *A Escadinha de Vovô*, em que cada um dos netos era nominalmente citado e que assim terminava:

"Vale essa escada um tesouro!
Com seus degraus bem formados
ela vai, cheia de afetos,
desejar feliz Natal
com carinho especial.
E vai levando dez netos
para serem abençoados
por Vovô que está distante
lá no *Solar Bandeirante*."

A poesia era acompanhada por pequenas fotografias de cada um dos netos, o que fêz transbordar o coração amoroso de Arnolfo Azevedo. Sua felicidade está estampada na resposta, que no próprio dia de Natal escreveu, em um só jato:

A ESCADINHA DE VOVÔ

No Natal que hoje passamos,
por primeira, única vez,
assim, longe dos parentes,
isolados, só nós três,
a *Escadinha de Vovô*,
qual a escada de Jacó,
com seus anjos de asas brancas
envolvidos em filó,
a descerem da amplitude,
lá do céu de puro azul,
parecendo as dez estrêlas
de dois Cruzeiros do Sul —
vem trazer a luz suave
de uma noite de luar,

as alegres revoadas
da passarada a cantar,
as tristezas, que a saudade
faz crescer, faz aumentar,
tudo enchendo as salas grandes
do Solar dos Bandeirantes,
para emocionar as almas
dos seus velhos habitantes !

Quando a vi com estes olhos
a boiar de comoção,
com degraus feitos de rostos
de notável perfeição,
escalados, sorridentes,
tão bonitos, tão corretos,
orgulhoso, tive impulsos
de gritar: eis os meus netos !

Bem senti que a escada vinha,
pelo engenho de Celina,
lá do céu, onde nascera
essa inspiração divina,
exurgida na alma santa
dessa Mãe e Avó de escol,
que no mundo foi bondade
e é no céu raio de sol,
para vir nos dar ainda
o que nunca nos faltou,
o consólo da assistência
com que tanto nos amou !

Com meu peito intumescido
de tão fortes emoções,
com minha alma enternecida
das mais gratas comoções,
cada vez mais me convenço
de que temos e é real,
de minha Nossa Senhora
a proteção sem igual,
ainda agora externada
nessa Escadinha encantada,

que é na verdade um tesouro,
 um relicário de afetos,
 em que dos filhos sôbre o ouro
 brilha a esmeralda dos netos!

Daf por diante, foi um fluxo ininterrupto de poesias, singelas mas expressivas como essa. Acrósticos dirigidos às noras, versos para os netos e para os filhos ou para pessoas amigas.

Em junho de 1935, o vulto negro de uma Irmã salesiana inspirou-lhe *Visão*; em agôsto, foi a vez de *A árvore genealógica*. Em dezembro, Celina enviou-lhe nova *Escadinha de Vovô*, agora acrescida de mais um neto; e, também em versos, sua resposta não se fêz esperar. Em agôsto de 1936, compôs e fêz imprimir pequena poesia dedicada a Nossa Senhora da Piedade. E, no Natal, recebeu não só nova *Escadinha de Vovô*, como uma *Escadaria de Papai*, com as fotografias dos filhos. Sua resposta, transbordante de felicidade, assim terminava:

Vejam tudo isso as pessoas
 De coração bem formado
 E digam se sou ridículo
 Em viver sempre encantado
 Com meus bonitos netinhos,
 Em me sentir arrastado
 A dizer bem de meus filhos
 Que tão bons se têm mostrado.

Já uma vez disse alegre,
 Em têrmos pouco discretos,
 Que por sôbre o ouro dos filhos
 Brilha a esmeralda dos netos.
 Mas é verdade, não minto,
 São mesmo um ouro de lei,
 Em que se engastam virtudes,
 Que lhes vieram, bem sei,
 Da Santa Mãe que tiveram
 E não de mim, que as não dei.
 Podia disso orgulhar-me
 Porque obra minha não foi,
 Mas não me orgulho, me ufano
 E dou à excelsa Rainha,
 Por um pendor bem humano,

Graças, mil graças sinceras,
Por tanto bem que nos faz
Dando-me filhos e netos
Como não houve jamais.

E assim, nessa doce atmosfera de encantamento, os anos foram-se escoando. Sua maior felicidade consistia em hospedar, no Solar, os filhos e genros, as filhas e noras, seus netos. E continuava a fazer versos. E a novas *escadinhas* (cujos *degraus* iam aumentando...) dava suas respostas. Um deslumbramento.

Setenta anos: primeira comunhão

No dia 11 de novembro de 1938, Arnolfo Azevedo completou 70 anos de idade, cercado de carinhos. Todos os filhos e netos, que puderam, reuniram-se em Lorena, comemorando festivamente a data; e os amigos lhe ofereceram um cordial almôço.

Esse ano tornou-se memorável por outros motivos: em junho se comemorara o centenário do nascimento do Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo, Barão de Santa Eulália, pai de nosso biografado; a 14 de novembro, a cidade de Lorena veio a comemorar 150 anos de existência.

Todavia, para Arnolfo Azevedo o acontecimento de maior importância registrou-se na Basílica de Nossa Senhora Aparecida: ali, a 8 de dezembro de 1868, havia recebido as águas do batismo; ali, a 8 de dezembro de 1938, recebeu sua *primeira comunhão*.

Por incrível que possa parecer, tendo-se em vista seus arraigados sentimentos religiosos e os de sua família, completara 70 anos sem jamais haver comungado.

Para aquêlê grande passo, preparou-se demorada e cuidadosamente, durante meses a fio; e, somente depois de bem convencido, resolveu-se a dá-lo.

No dia 3 de junho de 1938, em carta dirigida à sua filha Lucila, demonstrava o drama íntimo que estava vivendo:

“Recebi e muito agradeço sua carta evangélica de 30 de maio e creia que tudo quanto me diz também me digo a mim. Mas sou irresoluto e, depois de ter feito uma longa e constante leitura do Evangelho, nos livros que V. me enviou e no de D. Duarte, sôbre a concordância dos quatro

evangelistas, não me faltam desejos de cumprir o que nêles se preceitua. Falta, porém, resolução. É o que não cesso de pedir em minhas preces e, procurando humildemente obedecer às recomendações de Jesus aos Seus discípulos, no que está em minhas forças, faço o possível para realizar o preceito: Vigiai e orai. Vigio meus atos e pensamentos para me não afastar da conduta correta e digna na vida; e faço minhas orações, muitas vêzes em cada dia, para pôr-me, em minha alma, o mais possível em contato com Deus e Nossa Senhora. Dêles espero a inspiração veemente para que seja feita Sua vontade e não a minha, que nada vale.

Os que também desejam para mim êsse beneficio, não a mim, mas a Deus e a Nossa Senhora devem dirigir suas súplicas para que em mim se faça Sua infinita e misericordiosa vontade, contra a qual não há resistência que triunfe; e eu não penso em opor resistência alguma”.

As dúvidas e incertezas, que o assaltavam, acabaram sendo dissipadas. Em princípios de dezembro de 1938, Arnolfo Azevedo recebeu em seu gabinete de trabalho, no Solar, monsenhor José Artur de Moura, vigário-geral da Diocese de Lorena, o mesmo sacerdote que, 20 anos antes, havia tomado partido nas lutas políticas locais, apoiando as forças da oposição. As portas se fecharam e longo tempo se escoou, permanecendo os dois ali. Depois, abriram-se as portas e ambos traziam lágrimas nos olhos. Arnolfo Azevedo fizera sua confissão e estava pronto para receber a sagrada Eucaristia.

Em Aparecida, no dia 8 de dezembro, anônimamente, por entre a multidão de fiéis que enchia a Basílica, recebeu sua primeira comunhão. Podia morrer tranqüilo, na santa paz do Senhor.

Novamente “Praça Dr. Arnolfo Azevedo”

No mês de outubro dêsse mesmo ano de 1938, um abaixo-assinado, contendo inúmeras assinaturas, foi dirigido ao prefeito municipal de Lorena solicitando que, para maior brilho das comemorações do 150.º aniversário da cidade, fôsse reparada uma injustiça cometida contra “o maior filho vivo de Lorena”: que determinasse a recolocação da placa com o nome de *Arnolfo Azevedo* “na praça que tinha essa denominação, cujo nome foi dado há longos anos, por lei municipal, no antigo regime”.

Mas a iniciativa não teve andamento.

Em 1941, um requerimento encabeçado pelo sr. Antônio de Godói Neto e acompanhado de mais de mil assinaturas

foi novamente endereçado à Prefeitura Municipal, solicitando a recolocação da placa, que "fôra arrancada nos dias que sagraram a revolução de 1930 e substituída pela de *Dr. João Pessoa*".

Ocupava o cargo de prefeito de Lorena o Dr. Darci Leite Pereira, irmão materno do Dr. Machado Coelho. Em decisão tomada a 23 de julho, essa autoridade demonstrou, com base em documentos, que a denominação de *Praça Dr. Arnolfo Azevedo* tinha plena existência legal e que, nos arquivos da Prefeitura, não constava nenhum ato, resolução ou portaria que houvesse alterado aquela denominação para *Praça Dr. João Pessoa*. Tratava-se de uma situação de fato, não de direito, que vinha perdurando havia mais de uma década. Não se poderia alegar o preceito legal que vedava a denominação, dada a logradouros públicos, de nomes de pessoas vivas; a praça, com o nome de nosso biografado, já existia antes da nova lei baixada pelo Estado Nôvo e esta, por conseguinte, não poderia ter efeito retroativo.

Assim sendo, decidiu o Dr. Darci Leite Pereira:

"Defiro o requerimento do sr. Antônio de Godói Neto, requerimento êste que vem acompanhado de cêrca de mil assinaturas, no sentido de ser recolocada a placa *Dr. Arnolfo Azevedo* na praça que tem êsse nome, em virtude de uma determinação legal, art. 280, da lei 278 de 3 de novembro de 1928.

Em conseqüência, a *Praça 2 de Novembro* passará a ser denominada *Praça João Pessoa*, devendo para isso ser elaborado decreto-lei e submetido à apreciação e aprovação dos poderes competentes" (*).

Dessa maneira, ainda em vida de Arnolfo Azevedo, a injustiça, que tanto ferira seu coração de lorenense, viu-se reparada. E da maneira a mais delicada possível, pois a cidade continuaria a ter uma praça a lembrar o presidente da Paraíba.

Placas de bronze foram confeccionadas e, no dia 11 de novembro de 1941, solenemente repostas em seu devido lugar. Completava Arnolfo Azevedo, naquela data, 73 anos de idade. Perdera muito de sua vitalidade e já se encontrava sob constante vigilância médica; por isso mesmo, não estêve presente à cerimônia.

Por volta de 9 horas da manhã, alunos do Ginásio Municipal de São Joaquim e da Escola Normal "Patrocínio de São José", além de muitos populares, postaram-se num dos

(*) Cf. *O Município*, Lorena, 27 de julho de 1941.

cantos da praça. Presentes também estavam autoridades civis e militares. Fizeram uso da palavra o Dr. Darci Leite Pereira, prefeito municipal, e o Dr. João Paulo Bittencourt. Em nome de Arnolfo Azevedo, e a seu pedido, falou agradecendo o autor destas linhas. Os dois primeiros oradores pronunciaram belíssimos discursos, verdadeira consagração do povo de Lorena ao filho ilustre, já setuagenário.

Não ficou aí a homenagem: recolocadas as placas, os assistentes encaminharam-se em direção ao Solar dos Azevedo, onde o Dr. Nélson Filizola Barbosa proferiu formosa oração. Como visto, da janela de sua residência, Arnolfo Azevedo agradeceu aquelas manifestações de generosidade de sua terra, de seu povo (3).

Era a última vez que apareceria, assim, diante do público. Seus dias estavam irremediavelmente contados.

O fim

Se, vitimado pelas gratas emoções daquele dia 11 de novembro, Arnolfo Azevedo houvesse falecido, bem melhor teria sido para êle. Mas Deus assim não quis e reservou-lhe uma derradeira provação.

De fato, a partir de princípios de dezembro de 1941, começaram a circular, em Lorena, notícias, segundo as quais membros da família Pessoa (chegaram a citar os nomes dos generais Aristarco e José Pessoa) consideravam ultrajada a memória do presidente da Paraíba, com a retirada das placas com seu nome da praça principal da cidade e, em particular, com sua colocação na antiga Praça Dois de Novembro, localizada — como o nome está a indicar — na área fronteira ao cemitério local; por não ser ajardinada — dizia-se — a referida praça não passava de “um simples capinzal”, onde animais pastavam à vontade.

As notícias acabaram chegando ao conhecimento de nosso biografado, amargurando-o profundamente. E logo outras vieram: estavam pretendendo arrancar as placas de bronze, recém-colocadas, e anunciavam que as jogariam na sarjeta, junto ao

(3) Cf. *O Município e O Acadêmico*, Lorena, 16 de novembro de 1941; *Correio da Manhã*, de 26 de novembro, e *Jornal do Brasil*, de 27 de novembro de 1941.

Solar dos Azevedo, para que Arnolfo Azevedo compreendesse que uma parte da população de Lorena não desejava que seu nome figurasse numa das praças da cidade.

Ferido em seu amor próprio e acabrunhado diante de tais notícias, Arnolfo Azevedo tornou-se exaltado, sinceramente inconformado diante de tamanha ingratidão.

Nos primeiros dias de janeiro, as notícias se confirmaram. O Dr. Darci Leite Pereira foi chamado à capital paulista e, ali, ouviu dos próprios lábios do Dr. Fernando Costa a verdade: a família Pessoa exigia uma reparação moral à memória do Dr. João Pessoa e ele — interventor federal no Estado de São Paulo — não via outra saída, senão que o prefeito municipal de Lorena se demitisse. Se assim viesse a acontecer, a principal praça da cidade continuaria conservando o nome de Arnolfo Azevedo e a família Pessoa considerar-se-ia satisfeita. E disse mais o interventor em São Paulo: como prova de apreço a nosso biografado, nomearia para a Prefeitura Municipal de Lorena quem quer que ele indicasse.

Embora perplexo diante do que ouvia, o Dr. Darci Leite Pereira não teve outro remédio senão submeter-se àquela decisão. Dispunha-se a exonerar-se, desde que a praça continuasse a denominar-se *Dr. Arnolfo Azevedo*. Sacrificar-se-ia em holocausto ao filho ilustre de sua terra natal, que com dignidade a representara durante 27 anos no Congresso Nacional.

Dias depois, o Dr. Darci Leite Pereira deixava a prefeitura municipal de Lorena, transmitindo o cargo ao nôvo prefeito — o prof. Luís de Castro Pinto.

Mas Arnolfo Azevedo não era homem para assistir, impassível, ao sacrifício de um amigo, que nada mais fizera do que reparar uma injustiça que clamava aos céus. E, cada vez mais exaltado, não falava noutro assunto.

Na manhã do dia 14 de janeiro de 1942, não se sentiu bem e seu médico — Dr. Sílvio Junqueira — foi chamado às pressas. Encontrou-o repousando no leito, mas dominado por forte exaltação; sua pressão arterial era altíssima. Com o médico, novamente falou sobre o assunto que o vinha torturando. Por volta das 11 horas, sofreu um colapso cardíaco, perdendo os sentidos. Atendido prontamente, voltou a si. Mas continuava muito exaltado e por diversas vezes repetiu esta frase:

— “Meu Deus! Será que não mereço ter meu nome numa das praças de minha cidade?!”

Eram 11 horas e 30 minutos, quando nôvo colapso o atingiu, fulminando-o.

Morrera Arnolfo Azevedo, levando amargura em seu coração, que nunca fizera ou desejara mal a ninguém.

Homenagens póstumas

A notícia logo se espalhou e, só então, o povo de Lorena bem compreendeu que perdera aquêle que é hoje considerado o maior de seus filhos. Não tardou que tivesse início o desfile da população diante de seu corpo. Os membros da família foram chegando, aos poucos, vindo alguns de lugares distantes. E os amigos também. Entre êstes, HUGO CARNEIRO, que se deslocou do Rio de Janeiro, chegando pelo trem noturno.

"Ao chegar a Lorena, observei de imediato a imensa desolação, a profunda tristeza que envolvia tôda a cidade pela perda de seu maior filho.

Os combustores da iluminação pública, todos envoltos em crepe; raros notívagos pelas suas ruas desertas; um silêncio tumular descia por tôda aquela cidade, buliçosa e alegre nos dias normais.

Rodeado pela família e por tôda a população, o corpo do inclito cidadão repousava no adro da igreja Matriz.

No dia seguinte, a população inteira, aquela imensa multidão chorava comigo à beira do seu túmulo" (4).

A Prefeitura Municipal de Lorena decretou luto oficial por três dias, tendo mandado colocar crepe nos combustores localizados na praça de seu nome e nos existentes ao longo do trajeto que seria percorrido pelo cortejo fúnebre. O comércio local cerrou suas portas, no dia 15 de janeiro.

Nesse dia, às 8 horas e meia da manhã, foi celebrada missa de corpo presente na Catedral. Em seguida, a pé, o caixão mortuário foi conduzido até o cemitério local, ao som da marcha fúnebre de Chopin e acompanhado por verdadeira multidão. Antes de baixar à sepultura, no jazigo da família (onde já repousavam os restos mortais dos Barões de Santa Eulália e de Dona Odila Rodrigues), falaram os Drs. Hugo Carneiro, Nelson Filizola Barbosa e Getúlio Coelho de Castro.

(4) CARNEIRO (Hugo) — *Arnolfo Azevedo*, em *Jornal do Brasil*, de 11 de novembro de 1956.

Os jornais da época noticiaram, com destaque, o falecimento do antigo parlamentar da Primeira República⁽⁵⁾. A requerimento do Dr. César Costa, subscrito pelos srs. Cirilo Júnior, Marrey Júnior, Miguel Reale, Antônio Feliciano e Aguiar Whitacker, no dia 15 de janeiro, o Departamento Administrativo do Estado de São Paulo rendeu homenagens ao "inolvidável brasileiro e insigne paulista"⁽⁶⁾. COSTA RÊGO dedicou-lhe um artigo, no *Correio da Manhã*; OTO PRAZERES, no *Jornal do Brasil*; G. (Mário Guastini), no *Diário de São Paulo*⁽⁷⁾.

No dia 21 de janeiro, missas de 7.º dia foram celebradas em Lorena, na cidade de São Paulo (Basílica de São Bento) e na cidade do Rio de Janeiro (igreja da Santa Cruz dos Militares). Entre os que as mandaram celebrar, alguns nomes merecem ser destacados: amigos de Lorena, residentes no Rio de Janeiro — Eutalain Autran, Aristides Cartolano, Paulo Cardoso, José Galhanone e José Maria de Araújo; e antigos companheiros do Congresso Nacional — Dionísio Bentes, Tomás Rodrigues, Plínio Marques, José Augusto, Domingos Barbosa, Marcelino Machado, Costa Rêgo e Hugo Carneiro — seus mais fiéis amigos, entre os que fizeram parte do Parlamento da Primeira República.

Não tardou muito e homenagens de outra natureza passaram a ser prestadas à memória de Arnolfo Azevedo.

Por decreto de 10 de fevereiro de 1942, o 1.º Grupo Escolar da cidade de Cruzeiro (SP) passou a denominar-se *Dr. Arnolfo Azevedo*; e em dezembro de 1943 foi ali inaugurado seu retrato.

A 21 de outubro de 1948, no Campo de Marte, na capital paulista, registrou-se expressiva cerimônia: dentro da "Campanha Nacional de Aviação", um avião de treinamento recebeu o nome de *Arnolfo Azevedo*, na presença de muitas pessoas, entre as quais o Dr. Assis Chateaubriand, o senador Salgado

(5) Cf. *Correio Paulistano*, *O Estado de S. Paulo*, *Fôlha da Manhã*, *Diário de São Paulo*, *A Gazeta*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Globo*, *A Noite*, *Diário Popular*, *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, *Correio da Noite*, *A Vanguarda*, *A Notícia*, *A Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Meio-Dia*, *Jornal do Comércio*, todos de 15 de janeiro de 1942; *O Jornal*, em 17 de janeiro; *O Acadêmico e O Município*, de Lorena, em 18 de janeiro, *A Tarde*, de Salvador, em 16 de janeiro de 1942.

(6) Cf. *Diário Oficial*, *Correio Paulistano*, *Fôlha da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, de 16 de janeiro de 1942.

(7) RÊGO (Costa) — *Arnolfo Azevedo*, em *Correio da Manhã*, de 15 de janeiro; PRAZERES (Oto) — *Arnolfo Azevedo*, em *Jornal do Brasil*, de 16 de janeiro; G. — *Arnolfo*, em *Diário de São Paulo*, também de 16 de janeiro de 1942.



O símbolo da gratidão

Verso e anverso da medalha rememorativa de Arnolfo Azevedo, instituída na cidade de Lorena no ano de 1959 e anualmente distribuída, como prêmio, em cumprimento da lei municipal n.º 76, de 14 de novembro de 1958.

Filho e o Dr. Altino Arantes. Destinava-se ao Aero-Clube da cidade de Brumado (BA). Fêz o elogio do homenageado o Dr. Pelágio Lobo⁽⁸⁾.

Na sessão de 14 de junho de 1951, o deputado Hilário Torloni apresentou um projeto de lei à Assembléia Legislativa de São Paulo, determinando que o Ginásio Estadual de Lorena passasse a denominar-se *Ginásio Estadual Arnolfo Azevedo*. É o atual *Colégio Estadual e Instituto de Educação Arnolfo Azevedo*, da cidade de Lorena.

No dia 25 de novembro de 1952, a comissão de Justiça da Câmara Municipal de São Paulo aprovou o parecer do vereador João Sampaio, dando a denominação de *Avenida Arnolfo Azevedo*, à via pública, com duas pistas, que se estende entre a Praça Wendell Wilkie e a praça onde fica o Estádio Municipal do Pacaembu.

E a cidade de Lorena acabou por instituir a *Semana de Arnolfo Azevedo*, que passou a ser anualmente comemorada no mês de novembro, desde 1959.

Cem anos decorridos depois do dia em que nasceu, Arnolfo Azevedo continua a ser lembrado. Fêz-se-lhe justiça.

(8) Cf. *Diário da Noite*, de 22 de outubro; e *Diário de São Paulo*, de 23 de outubro de 1948.

A balada da saudade

A sensibilidade de Celina — ou, como escreveu o próprio Arnolfo Azevedo, “ao engenho de Celina, de engrenagens côr-de-rosa” — devemos duas composições poéticas, que se referem ao Solar de Lorena e rememoram alguns fatos ali desenrolados. Não poderiam deixar de ser referidos neste livro.

Em *Velho espelho*, evoca o grande relicário, “que conta mais de meio centenário e guarda mil lembranças para nós”, dominando o vasto salão de visitas, tendo de cada lado os retratos do imperador Dom Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina.

“Daquele tempo é o lustre, em que os pingentes
Parecem lágrimas cristalizadas...
Daquele tempo os candelabros são.
As cristalinas mangas transparentes
Esperam a luz de velas coloradas
Para alumiar a sua solidão.

A mesa ao centro, com um *biscuit* antigo,
O piano mudo (já perdeu a voz!),
O acolhedor sofá senhorial,
Tudo nos fala do passado amigo.

E a refletir êsse passado em nós,
O velho espelho! O espelho de cristal,
Que se orgulhou de ter, como senhora,
Vovó⁽⁹⁾ bem nova, bela e tão feliz!
O velho espelho que encontrou ainda
Mamãe brilhando, encantadora e linda,
Entre as mais lindas do salão de outrora,
Lá no Solar do Largo da Matriz.”

Aquêlê espelho assistira o desfilar de quatro gerações e chegara mesmo a testemunhar o casamento de Lucila, outra das filhas de Arnolfo Azevedo.

(9) A Baronesa de Santa Eulália.

“Venha comigo. O espelho, refletindo,
 Há de pensar que em vida tudo passa !
 Passa a criança de rostinho lindo,
 Passa a mocinha a se mirar com graça,
 Passa a velhinha, fronte embranquecida,
 Só fica êle... a ver passar a vida !”

Todavia, não era apenas aquêlê salão de visitas que se achava fortemente impregnado de recordações para a família, depois que Arnolfo Azevedo morreu e... “no Solar a porta se fechou”. Todo o casarão do Largo da Matriz transpirava saudades.

Por isso mesmo, Celina dedicou, a seus irmãos, a *Balada da saudade* (10), que assim se inicia:

“Está fechada a porta do Solar.
 E, no silêncio em que se encontra agora,
 Nesse silêncio há vozes... tudo fala !
 Nesse silêncio há um canto de ninar...
 Um canto doce, que a saudade embala,
 Vivendo a vida que se foi embora !”

Recorda os tempos em que vivia a Baronesa de Santa Eulália, já entevada, sentada em sua cadeira de balanço, mas a distribuir o bem:

“Eu quero entrar e vou subindo a escada.
 O corredor tão largo ! A porta alcanço
 Da sala de jantar, clara, espaçosa.
 Naquele canto... a cadeira-balanço,
 Vovó sentada, boa, carinhosa,
 Fazendo crivo com suas mãos de fada !
 E tem ao lado a mesa e uma sacola.
 É ali que guarda tudo o que a auxilia
 No fazer bem à gente que a procura:
 A caixa de moedas para a esmola,
 Uma farmácia, em que a homeopatia
 Leva aos enfermos, diàriamente, a cura.”

Evoca a pequena capela, em que se achava a imagem da Virgem de Lurdes, recanto que era “o coração do lar”, onde sempre estava a rezar Dona Fiúta ou onde ela reunia as crian-

(10) Cf. *O Municipal*, Lorena, 11 de novembro de 1945.

ças, a cantar em louvor de Nossa Senhora. Lembra os nomes de antigos empregados da casa: Francisca, a preparar broinhas, doces e curau; o Tio Mané, antigo escravo, tão velho, a caducar; a Tia Honória, outra velhinha preta, também ex-escrava.

E prossegue em suas recordações:

"Eu quero entrar e vou subindo a escada.
O corredor tão largo! À esquerda alcanço
A porta do escritório. Antigamente,
Refúgio de política animada.
Sentado na cadeira de balanço
Papai... a conversar com a "sua" gente!
E vem-me à idéia a festa de Lorena
Ao receber o filho congressista
Que à Presidência fôra conduzido.
A praça, para o povo, era pequena.
Discursos, palmas... Papai comovido
Quando, à janela, "sua" gente avista!

Ao lado seu, Mamãe... Com a simpatia
Que coroava-lhe as faces bonitas
Numa moldura tôda prateada.
Mamãe... a receber com fidalguia
No salão nobre, grande, de visitas.
Mamãe... tocando ao piano uma balada!"

Escoaram-se os anos. Já residindo definitivamente no Solar de Lorena, Arnolfo Azevedo passa a viver a derradeira etapa de sua vida:

"Eu quero entrar e vou subindo a escada.
O corredor tão largo! A porta alcanço
Da sala de jantar do tempo antigo.
Parece que bem pouco está mudada...
Há um grupo de cadeiras de balanço
Naquele canto do passado amigo.
Papai mais velho... mas, feliz ainda
Na doce paz do fim de sua vida
Em meio de alegria e de saudade...
Setenta anos! Uma festa linda!
Depois... a comunhão em Aparecida,



O Solar dos Azevedo, em Lorena

Nesta casa (completamente reformada em 1890, sob a direção de Ramos de Azevedo), viveu Arnolfo Azevedo por longos anos, na mocidade e na velhice. Nela faleceu no dia 14 de janeiro de 1942.

O culto à Padroeira da Piedade!
 E no Solar uma porção de netos
 'Acariciando a vida de Vovó',
 Trazendo encantos lindos como a aurora
 Numa *escadinha* feita só de afetos!

Depois... um dia tudo se acabou!
 Vovô... Vovô também se foi embora...
 E, no Solar, a porta se fechou!"

Na realidade, para a família, a porta do Solar só se fechou definitivamente dez anos após o falecimento de Arnolfo Azevedo, em 1952, quando a casa foi adquirida, através de meação, pelo Bispado de Lorena⁽¹¹⁾.

(11) Cf. AZEVEDO (Aroldo de) — *Arnolfo Azevedo: início da vida pública (1891-1899)*, pp. 89-91.

Junto à entrada principal, a partir de 14 de janeiro de 1953, uma placa de bronze ficou a relembrar suas glórias passadas, através destas palavras:

*Nesta Casa abençoada viveram o Barão
e a Baronesa de Santa Eulália e seus filhos
Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo e Dona Odila Rodrigues,
que deixaram inesquectveis exemplos de amor a Deus,
fidelidade à Família e dedicação
ao torrão natal.*

Arnolfo Azevedo

Tábua cronológica

- 1868 — A 11 de novembro, nasce na cidade de Lorena (SP), sendo seus pais o Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo e Dona Eulália Moreira de Azevedo, Barões de Santa Eulália.
- 1882 — É matriculado no Colégio Moretz Sohn, da capital paulista, onde inicia o curso de preparatórios.
- 1884 — Transferindo-se para a cidade do Rio de Janeiro, matricula-se no Colégio Menezes Vieira, onde termina seus preparatórios, com exames prestados perante o Colégio Dom Pedro II.
- 1887 — Matricula-se no 1.º ano da Faculdade de Direito de São Paulo.
- 1891 — A 5 de setembro, recebe o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela mesma Faculdade.
- A 10 de outubro, casa-se com Dona Dulce Lina da Gama Cochrane, filha do Dr. Inácio Wallace da Gama Cochrane e de Dona Maria Luisa Barbosa Cochrane.
 - Em novembro, entra na política, ingressando no Partido Republicano Paulista.
- 1892 — De abril a agosto, exerce o cargo de Promotor Público da comarca de Lorena.
- Em 30 de agosto, é eleito Vereador à Câmara Municipal de Lorena e, a seguir, é escolhido como Presidente da Edilidade e, cumulativamente, Intendente Municipal da cidade.
 - A 1.º de novembro, como Intendente Municipal, promulga o Código Municipal de Lorena.
- 1893 — Em julho, é nomeado Coronel Comandante da Guarda Nacional de Lorena pelo marechal Floriano Peixoto, presidente da República.
- 1895 — É eleito deputado à Câmara Estadual de São Paulo, na qual passa a presidir a comissão de Estatística, Minas e Terras Devolutas.
- 1898 — Reeleito deputado estadual, é escolhido como 1.º secretário da Câmara paulista.

- Em dezembro, passa a residir na Fazenda da Conceição, localizada em terras do município de Lorena.
- 1899 — Em abril, renuncia ao cargo de 1.º secretário e aos mandatos de deputado estadual e de vereador à Câmara Municipal de Lorena, retirando-se da vida pública.
- 1902 — Retornando à política, é eleito vereador e presidente da Câmara Municipal de Lorena.
- 1903 — É eleito deputado federal pelo Estado de São Paulo, cujo mandato exerce ininterruptamente até dezembro de 1926.
 - Em setembro, apresenta um substitutivo ao projeto de lei referente aos impostos interestaduais.
- 1905 — Em abril, redige a "Representação" das Câmaras Municipais de Lorena e Guaratinguetá, entregue ao Congresso Constituinte do Estado, em defesa da autonomia dos municípios.
- 1906 — Em maio, é eleito 1.º vice-presidente da Câmara Federal, posto para o qual viu-se reeleito em 1907, 1908 e 1909.
- 1909 — Em maio, acompanhando o presidente Carlos Peixoto Filho, renuncia ao cargo de 1.º vice-presidente da Câmara Federal, por discordar da candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República.
- 1910-14 — No exercício de seu mandato à Câmara Federal, mantém-se em oposição ao governo federal.
- 1910 — Em dezembro, apresenta projeto de lei criando o Conselho Federal da República.
- 1912 — Como deputado oposicionista, é escolhido como membro da comissão de Constituição e Justiça, na qual permanece até findar-se a sessão legislativa de 1920.
- 1914 — Em maio, apresenta voto em separado sobre o estado de sítio.
 - Em junho, apresenta voto vencido a respeito da intervenção no Ceará.
- 1915 — Em fevereiro, apresenta voto contrário à intervenção no Estado do Rio de Janeiro.
 - Em setembro, apresenta projeto de lei sobre a mobilização do crédito hipotecário rural.
- 1916 — Em junho, apresenta parecer sobre a situação reinante no Espírito Santo.
 - Em agosto, apresenta voto contrário ao projeto sobre reestruturação do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, de autoria do deputado Afrânio de Melo Franco.
- 1917 — Em junho, é sancionada a lei (cujo projeto fora de sua autoria) autorizando a construção de via férrea elétrica entre Lorena e Itajubá (MG) e seu prolongamento de Lorena até o litoral fluminense.
 - Em outubro, apresenta projeto de decretação do estado de sítio, em consequência da declaração de guerra do Brasil à Alemanha.

- 1918 — Em março, inicia-se em Lorena a luta política, tendo como chefes da oposição os srs. Machado Coelho e Gama Rodrigues.
- 1919 — Em julho, vende a Fazenda da Conceição e, a partir de setembro, passa a residir na cidade do Rio de Janeiro, onde permanece até 1934.
- 1921-26 — Exerce a presidência da Câmara Federal, através de sucessivas reeleições.
- 1924 — Em setembro, passa a integrar a Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista.
- 1926 — A 6 de maio, inaugura o Palácio Tiradentes.
- 1927-30 — Exerce o mandato de Senador da República, como um dos representantes do Estado de São Paulo.
- 1928 — É eleito presidente da comissão de Finanças do Senado Federal, cargo que ocupa até outubro de 1930.
- 1930 — A 24 de outubro, com a vitória da Revolução, retira-se definitivamente da vida pública.
- 1931 — A 12 de maio, falece no Rio de Janeiro Dona Dulce Cochrane de Azevedo.
- 1934 — Passa a residir na cidade de Lorena, após haver contraído segundas núpcias com Dona Zaíra Cochrane.
- 1942 — A 14 de janeiro, falece na cidade de Lorena, com 73 anos de idade.

DEPOIMENTOS

Explicação

Em abril de 1951, tivemos oportunidade de nos dirigir a numerosos contemporâneos de Arnolfo Azevedo, solicitando-lhes uma apreciação a respeito de seu papel na vida pública brasileira e o relato de episódios ou fatos ligados à sua carreira política. Muitos atenderam a êsse pedido e a êles confessamos nossa gratidão, a par de nossas respeitosas homenagens à memória dos que já hoje são falecidos.

Tais depoimentos preciosos (variados em sua natureza e na sua extensão) foram guardados com o merecido carinho, na esperança de que um dia viessem a ser divulgados.

Melhor oportunidade não poderíamos encontrar para entregá-los ao público do que a presente, quando a cidade de Lorena prepara-se para comemorar o centenário do nascimento de seu ilustre filho.

Alinhados de acôrdo com a ordem alfabética dos que se dignaram a prestá-los, representam o testemunho de vozes das mais autorizadas, oriundas dos mais diferentes pontos do país. Seus nomes e suas credenciais dispensam quaisquer outras referências, tão marcantes são as personalidades que encarnam.

Significam muito mais do que uma homenagem à memória de Arnolfo Azevedo. São páginas que se destinam àqueles que se propuserem a estudar a História da Primeira República.

A. de A.

Depoimentos de:

Alexandre MARCONDES Machado FILHO — Deputado e Senador federal por São Paulo, Vice-presidente do Senado da República, Ministro de Estado.

ALTINO ARANTES Marques — Deputado federal por São Paulo, Secretário de Estado, Presidente do Estado de São Paulo.

ANTÔNIO AUSTREGÉSILO — Deputado federal por Pernambuco, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras.

Antônio Carlos de SALES JÚNIOR — Deputado federal por São Paulo, Secretário de Estado.

Antônio de PÁDUA SALES — Senador do Estado de São Paulo, Ministro de Estado.

Augusto de VIANA DO CASTELO — Deputado federal por Minas Gerais, Secretário de Estado, Ministro de Estado.

CLEMENTINO FRAGA — Deputado federal pela Bahia, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras.

DORVAL PÔRTO — Deputado federal pelo Amazonas, Presidente do Estado do Amazonas.

FERNANDO DE AZEVEDO — Professor emérito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, membro da Academia Brasileira de Letras, Secretário de Estado.

FILEMON PATRÁCULO Ribeiro da Mata — Médico e jornalista.

HUGO Ribeiro CARNEIRO — Deputado federal pelo Ceará e pelo Acre, Governador do Território do Acre.

JOÃO NEVES da Fontoura — Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Ministro de Estado.

José Adriano MARREY JÚNIOR — Vereador municipal, Secretário de Estado, Deputado federal por São Paulo.

José MARIA BELO — Jornalista, Deputado e Senador federal por Pernambuco.

José RODRIGUES ALVES SOBRINHO — Deputado estadual em São Paulo, Secretário de Estado.

MARCELINO Rodrigues MACHADO — Deputado federal pelo Maranhão.

MAURÍCIO DE MEDEIROS — Deputado federal pelo Rio de Janeiro, Ministro de Estado, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras.

RAUL FERNANDES — Deputado federal pelo Rio de Janeiro, Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Ministro de Estado.

VENCESLAU BRÁS Pereira Gomes — Deputado federal por Minas Gerais, Presidente do Estado de Minas Gerais, Vice-presidente e Presidente da República.

WASHINGTON Luís Pereira de Sousa — Prefeito municipal de São Paulo, Secretário de Estado, Presidente do Estado de São Paulo, Senador federal por São Paulo, Presidente da República.

SUMÁRIO

1. *Um dos mais cultos espíritos que passaram pela Câmara dos Deputados* — por Alexandre MARCONDES FILHO.
2. *Uma vida exemplar e benemérita* — por ALTINO ARANTES.
3. *Um homem puro* — por ANTÔNIO AUSTREGÉSILO.
4. *Um caráter de rara perfeição moral* — por A. C. de SALES JÚNIOR.
5. *Político de grande lucidez e de espírito construtivo* — por A. de PÁDUA SALES.
6. *Sempre manteve uma linha de compostura e de severa dignidade* — por A. de VIANA DO CASTELO.
7. *Poucos, como ele, serviram à Nação* — por CLEMENTINO FRAGA.
8. *O Palácio Tiradentes é o seu monumento* — por DORVAL PÔRTO.
9. *Era a retidão feita homem* — por FERNANDO DE AZEVEDO.
10. *Um Estadista da Primeira República* — por FILEMON PATRÍCULO.
11. *Na Presidência da Câmara, revestiu-se da toga do magistrado* — por HUGO CARNEIRO.
12. *Deixou traços inconfundíveis no Parlamento* — por JOÃO NEVES da FONTOUA.
13. *Representava, no Rio, o pensamento de São Paulo* — por J. A. MARREY JÚNIOR.
14. *Um juiz equidistante e sereno* — por JOSÉ MARIA BELO.
15. *Uma constante e indomável preocupação de servir o interesse público* — por JOSÉ RODRIGUES ALVES SOBRINHO.
16. *Verdadeiro magistrado, impôs-se ao respeito de seus pares* — por MARCELINO MACHADO.
17. *Um grande jurista, erudito e notável* — por MAURÍCIO DE MEDEIROS.
18. *Suportou o ostracismo com exemplar dignidade* — por RAUL FERNANDES.
19. *O Brasil muito lhe deve* — por VENCESLAU BRÁS.
20. *Personificação da dignidade* — por WASHINGTON LUIS.

*Um dos mais cultos espíritos
que passaram pela Câmara dos Deputados*

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Não tive convívio com o senador Arnolfo Azevedo. Ele foi presidente da Câmara até 1926 e eu só fui eleito deputado em 1927.

É bem verdade que, ao chegar à Câmara, ainda encontrei a ressonância de seu ilustre nome, como um dos mais cultos espíritos que passaram por aquela Casa do Congresso.

Não tendo, por outro lado, militado na política antes daquela data, sempre me habituei a considerar o senador Arnolfo Azevedo como um dos chefes eminentes do Partido Republicano Paulista, a que então eu pertencia.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1951

Uma vida exemplar e benemérita

ALTINO ARANTES

O meu primeiro encontro com Arnolfo Azevedo data do mês de abril de 1906, quando fomos ambos exercer o mandato de deputados federais pelo nosso Estado natal — ele, como representante do 4.º distrito eleitoral, e eu, iniciando então a minha carreira pública, como representante do 3.º distrito. Com Alberto Sarmiento e Carlos Garcia, éramos hóspedes do "Grande Hotel" da Lapa — a esse tempo acreditado estabelecimento que merecia a preferência de grande número de deputados e senadores, sendo os mineiros os mais numerosos.

Procedente do interior provinciano; bisonho e — direi mesmo — canhestro na convivência com os próceres políticos e nos hábitos parlamentares; desconhecendo por completo a cidade do Rio de Janeiro, que atravessava então a fase inicial dos ingentes melhoramentos que fariam eclodir

da velha e insalubre crisálida colonial a metrópole sadia e maravilhosa dos nossos dias; aos três colegas acima mencionados fiquei devendo, desde logo, o carinho, o amparo e o estímulo com que acompanharam e guiaram os primeiros, tímidos e hesitantes passos de minha carreira.

Com a chegada, pouco tempo depois, da minha esposa e dos meus dois filhos, instalei-me em casa de aluguel, situada em Niterói, na praia de São Domingos, nas proximidades do velho forte de Gragoatá; e foi ali que comecei a estudar e a preparar a minha estréia na Câmara dos Deputados.

O assunto flagrante no momento, que empolgava a imprensa e a opinião pública, era a reforma monetária e financeira, preconizada pelo Presidente eleito Afonso Pena, mas contra a qual se manifestara em documento público — com a franqueza e a serenidade de ânimo que lhe eram características — o Presidente em exercício, Conselheiro Rodrigues Alves.

Pois bem: foi esse precisamente o tema que me propus discutir; e logo que me senti aparelhado para a arriscada tarefa, comuniquei-o ao líder da bancada paulista — o inteligente e boníssimo Galeão Carvalho, pedindo-lhe vênias para inscrever-me na primeira discussão do projeto em andamento regimental.

Ao enunciar esse meu desígnio, não me passou despercebida — por mais delicadamente que ela se disfarçasse — uma certa surpresa do meu chefe, diante daquilo que lhe estaria parecendo ousadia demasiada de minha parte.

Mas por isso mesmo, e também para fixar definitivamente a minha resolução no caso, pedi ao Dr. Galeão Carvalho que fôsse almoçar comigo em Niterói e, nessa oportunidade, me consentisse expor-lhe o plano e os argumentos do meu discurso.

Aceito que foi o alvitre, estendi o convite aos dois deputados amigos — Arnolfo e Sarmento; e no dia apazado — que foi um domingo da primeira quinzena de agosto — antecipei aos três colegas, em tôdas as suas minúcias, nos seus algarismos e nos seus controvertidos aspectos, o resultado do meu esforço e as razões do voto que, como legislador, iria proferir no plenário, em favor da Caixa de Conversão.

O reduzido auditório — ao qual se incorporara, temerosa e enternecida, minha inesquecível esposa — ouviu-me com atenção e agrado bem acentuados; e os três companheiros de bancada tiveram para o meu trabalho palavras altamente elogiosas, que me foram de grande animação e conforto.

Mas eles fizeram muito mais que isso: na Câmara dos Deputados, em reiteradas referências ao meu próximo discurso, criaram para êle e para o orador uma larga atmosfera de simpática expectativa — à qual

devo, em máxima parte, o êxito feliz da minha estréia na tribuna parlamentar — naquele dia, para mim memorável, de 22 de agosto de 1906..

Não é a vaidade que leva a evocar êste episódio inaugural da minha vida pública; mas é, sim, o desejo de, ao escrever esta página de saudosa homenagem, salientar a bondade de coração, a largueza de espírito e a retidão de caráter com que Arnolfo Azevedo costumava tratar os seus colegas, encorajar-lhes e prestigiar-lhes as iniciativas. Data exatamente dêsses fatos a amizade que nos ligou e que nunca esmoreceu ou claudicou.

De minha parte, acompanhei desde então com interêsse e crescente apreço a carreira política do ilustre paulista.

Vi-o brilhar nas comissões e na tribuna da Câmara dos Deputados, pelos seus pareceres luminosos e pelos seus discursos, tão eloqüentes quanto substanciosos, sôbre múltiplos problemas da política e de govêrno.

A intervenção federal nos Estados e, nomeadamente, a no Estado do Rio de Janeiro; a mobilização do crédito hipotecário rural; a organização municipal do Distrito Federal; a debatida questão dos impostos interestaduais — foram outros tantos marcos a assinalarem indelêvelmente a solcita e operosa atividade legiferante de Arnolfo Azevedo.

Os seus escritos e as suas orações sôbre êsses graves assuntos, que então preocupavam o mundo político nacional, aí ficaram nos anais do Congresso para atestar à posteridade o zêlo, a competência e o patriotismo com que o seu autor se esmerava em desempenhar fiel e proveitosamente o seu mandato.

Escolhido por seus pares, em consecutivas sessões legislativas, para Presidente da Câmara — honrou e enalteceu essa elevada e difícil função, revelando-se executor imparcial, mas enérgico, do respectivo Regimento, em períodos de agitadas e incandescentes paixões partidárias. Mas de correligionários e de adversários se fêz sempre respeitar; porque, através de suas palavras e de suas atitudes, revestidas de benevolente severidade, sabia fazer valer, sem contrastes, a autoridade do seu cargo, bem merecendo assim o expressivo conceito que Lamartine applicava a Dupont de l'Eure: "na curul presidencial a Assembléa Legislativa encontrou, em tôdas as circunstâncias, a palavra capaz de traduzir-lhe as opiniões e de executar-lhe as vontades".

Foi, aliás, nesse pôsto que Arnolfo Azevedo teve ensejo de prestar à Nação o relevante, inolvidável serviço de proporcionar aos mais diretos representantes de sua soberania agasalho condigno; pois foi êle quem, vencendo resistências e superando dificuldades de tôda ordem, fêz cons-

truir, no local do desmantelado casarão da Cadeia Velha, o *Palácio Tiradentes* — edifício amplo, grandioso e confortável, onde até hoje funciona a Câmara dos Deputados e se realizam as sessões solenes do Congresso Nacional. A gratidão da sua gente e a confiança do seu partido elegeram-no para o Senado da República; e ali se encontrava êle, no exercício consciencioso e eficiente dessa nova investidura, quando Iha cassou violentamente a revolução de 1930, que, no mesmo golpe, subverteu as instituições e afundou o país nas sombras de um eclipse que durou quinze anos..

Vencido e espoliado, recolheu-se Arnolfo Azevedo à soledade de sua querida terra natal — a cujo bem-estar e à defesa de cujos interesses locais quis dedicar ainda os derradeiros, silenciosos anos de sua proficua e cansada existência.

Ao morrer, na penumbra e na paz de seu lar abençoado, na imperturbável seguridade da sua consciência católica, legava aos seus descendentes e aos seus concidadãos a lição de uma vida exemplar e benemérita; e ainda hoje, a todos quantos lhe estão sobrevivendo, apresenta o modelo oportuno e sugestivo do político e do homem de bem — para quem a probidade pública jamais se dissociou da probidade privada; porquanto desta é imprescindível que ela mantenha a mesma dignidade, resguarde a mesma honradez, respeite e cumpra os mesmos deveres.

São Paulo, 21 de junho de 1951

Um homem puro

ANTÔNIO AUSTREGÉSILO

O Dr. Arnolfo Azevedo foi um grande brasileiro pela pureza de caráter, pela retidão nas funções que ocupou na política do país, pela sinceridade das suas promessas e, especialmente, pela nobre rizeja de seus atos.

O Dr. Arnolfo Azevedo foi republicano inabalável nas posturas políticas que manifestava; jamais disse *sim* quando a consciência o obrigava a dizer *não*.

Foi nesse prisma que eu o admirava; durante a minha estada na Câmara, nunca se me deparou modificação de deveres partidários na Presidência da Câmara dos Deputados. Homem rijo, sêco, mas puro: assim eu o via.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1951

Um caráter de rara perfeição moral

Antônio Carlos de SALES JÚNIOR

Ligado a Arnolfo Azevedo por laços de mútua amizade, de que sempre muito me desvaneci, pude, ao tempo em que representantes ambos de São Paulo na Câmara dos Deputados, mais estreitamente convivemos, bem aqui-latar-lhe as altas qualidades de homem público e particular, que sobremaneira o distinguiam. E, dentre tôdas, as que mais me impressionaram, porque são as que mais estimo, eram as que ornavam o seu caráter, de rara perfeição moral.

Educado numa velha escola de rígidos princípios, transformou-os em normas de ação prática, ao longo de exemplar carreira política. Não teve outra preocupação senão o puro dever cívico, cumprido modesta, desinteressadamente, sem ambição de glórias nem de recompensas, apanágio de todo verdadeiro patriota. É-me grato testemunhá-lo, rendendo insignificante mas sincero preito à memória de tão abnegado cidadão, digno, como os que mais o forem, da consagração pública.

Não me competiria, nem cabe aqui enumerar os serviços que lhe devem a Nação e o Estado, obra de monta, incumbida a biógrafo na altura do cometimento. Ocorre, porém, lembrar a diuturna atividade desenvolvida no Parlamento, seja pela iniciativa de importantes projetos de lei, como o da cédula hipotecária, na economia de nosso crédito rural, seja nos trabalhos da Comissão de Justiça, onde deixou votos e pareceres memoráveis, seja, finalmente, na Presidência da Câmara, com o revestir a grande assembléia popular da majestade, que lhe é própria.

Recordar uma vida assim, que serve de modelo, é educar as novas gerações.

São Paulo, 7 de maio de 1951

*Político de grande lucidez
e de espírito construtivo*

Antônio de PÁDUA SALES

O Dr. Arnolfo Azevedo foi uma das grandes figuras do Partido Republicano Paulista pelo grande prestígio conquistado no Norte do Estado, sobretudo na sua terra natal — a cidade de Lorena, onde com grande tino administrativo dirigia a política local.

No Congresso Federal, ocupou cargos de confiança política e de grande representação. Foi Presidente da Câmara dos Deputados e membro da Comissão de Justiça.

Político de grande lucidez e de espírito construtivo, promoveu logo um movimento destinado à criação do Palácio Tiradentes, para o funcionamento da Câmara dos Deputados, idéia essa que foi apoiada por todos os membros daquela Casa, facilitando assim a conclusão do referido Palácio, de aspecto nobre e grandioso.

Tanto no primeiro posto como no segundo, fêz-se merecedor dos maiores elogios pela firmeza de sua atuação, convertendo em realidade a sua feliz iniciativa.

Na Comissão de Justiça, destacou-se sempre pela beleza dos seus pareceres, que eram elaborados com grande descortino; e, na Presidência da Câmara, o seu brilho não foi menor, porque sabia enobrecer esse cargo com a sua habitual atitude de político justo e correto.

Do ponto de vista social, a sua trajetória pela vida não foi menos intensa e nem menos brilhante até o momento em que a morte o afastou para sempre do nosso convívio, mas que não levou consigo o conceito em que ele era tido e que o decorrer do tempo jamais apagará.

São Paulo, 9 de junho de 1951

Sempre manteve uma linha de compostura e de severa dignidade

Augusto de VIANA DO CASTELO

Arnolfo Azevedo foi meu colega na Câmara dos Deputados Federais, onde ingressei em 1906, representando o 1.º Distrito de Minas.

Sou sertanejo mineiro e, portanto, de temperamento esquivo e retraído. Vivi e estudei preparatórios na minha cidade natal; fiz exames parcelados em Ouro Preto para matricular-me na Escola de Direito, em São Paulo, onde me bacharlei em 1893, voltando ao sertão. São Paulo era, nessa época, uma pequena cidade de, talvez, 50 ou 60 mil habitantes. Vim conhecer o Rio quando eleito deputado federal, aos 31 anos completos, sem mais outro contato com qualquer centro civilizado. Conservei, pois, as qualidades e os defeitos da minha gente e da minha formação.

Conheci o deputado Arnolfo Azevedo na Câmara dos Deputados Federais, representante de São Paulo; mas dele só me aproximei em 1926, por ter sido escolhido líder da maioria, que se chama, hoje, líder do governo...

Arnolfo Azevedo era, então, o Presidente da Câmara, acatado e respeitado, nessa quadra de continuadas e graves agitações políticas, pelos membros da maioria governista e da oposição, esta pouco numerosa, mas agressiva, atrevida e turbulenta, incansável em levantar incidentes, a todo o momento, visando embaraçar e retardar os trabalhos legislativos.

As suas decisões, fundamentadas, claras e lógicas, sempre dentro do Regimento da Casa, eram aceitas e obedecidas, sem impugnação ou protesto. Ainda quando o plenário fervia em alvoroço, não demonstrava, na fisionomia ou por gestos, enfado e irritação; e não elevava a voz senão o bastante para, no tumulto, ser ouvido por todos e restabelecer a ordem.

Assim impôs a sua autoridade. Aliás, mesmo simples deputado por São Paulo, Arnolfo Azevedo sempre manteve uma linha de compostura, de severa dignidade, que conservou na Presidência da Câmara dos Deputados, sem a modificar, para mais ou para menos, porque era do seu natural.

Foi nesse curto período que, em virtude dos cargos que ambos ocupávamos, na Câmara, pude conhecer e bem avaliar as grandes virtudes de Arnolfo Azevedo.

Deixei a Câmara em 5 de setembro de 1926 para a Secretaria da Agricultura e Obras Públicas do Estado de Minas, a convite pessoal do seu Presidente Antônio Carlos; e, em 15 de novembro do mesmo ano, vim ocupar a pasta da Justiça e Negócios Interiores no governo do Presidente Washington Luís, derrubado na revolução de outubro de 1930. Nesse último período, Rêgo Barros substituíra Arnolfo Azevedo na Presidência da Câmara dos Deputados. Fui prêso e expulso para a Europa, de onde só regresssei em março de 1932, a fim de acudir a interesses pessoais meus, em perigo. Desde então, mantenho-me completamente alheio à vida política do meu país.

Conheci, na Presidência da Câmara, Guimarães (da Bahia), Carlos Peixoto Filho, Sabino Barroso, Astolfo Dutra. Nenhum destes exerceu o alto cargo com mais competência e mais zelo do que Arnolfo Azevedo.

Lamento não ter elementos que me permitam ir além das generalidades acima expostas. Ignoro fatos e episódios de relêvo na vida pública de Arnolfo Azevedo, que dêem maior brilho à sua personalidade. Dos homens dessa época, muito poucos restam vivos e são ainda em menor número os que acompanharam a ação dos que influíram na vida política do Brasil. Essa indiferença mais se acentuou depois da revolução de 1930, com o advento da chamada República Nova ou Estado Nôvo.

Reviver e relembrar vultos de inteireza moral da República Velha, talvez sirva de incentivo e farol para melhores rumos e destinos.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1951

Poucos, como éle, serviram à Nação

CLEMENTINO FRAGA

Pensando que uma biografia não deve ser simples panegírico, mas a projeção de uma personalidade, apanhada no flagrante de seus aspectos cotidianos — sociais e domésticos, aqui deixo minha impressão do homem público.

Quando o conheci pessoalmente, era Arnolfo Azevedo Presidente da Câmara dos Deputados; e, do meu testemunho ao longo de duas legislaturas, de 1921 a 1926, sua atuação foi das mais operosas, esclarecidas e tenazes, sobretudo na direção dos trabalhos parlamentares. Nesse rumoroso cenário de sua vida pública, entre restrições contingentes e companhia às vészes importuna, a impressão menos penetrante, como no meu caso, mal chega a atribuir o valor pessoal à altura do merecimento.

À primeira vista, fisionomia fechada, severamente geométrica, em que rara vez flutuava um sorriso, não facilitava a atração de espontânea simpatia; não tinha a expressão convencional do político importante, desabotoado na fertilidade de cumprimentos e lisonjas baratas, à maneira vazia e trivial dos instantâneos da interlocução. A aparência austera lhe era da índole, sem entretanto fumos de ostentação ou pretensões de autoridade. Em verdade, a condição de *primus inter pares* no Parlamento, menos lhe servia ao feito representativo para aparecer e dominar, que para servir aos árduos deveres da incumbência no aprêço de suas efetivas responsabilidades.

Sua ascensão à Presidência da Câmara veio da presidência Eptácio Pessoa. Contara-me Estácio Coimbra, então líder da maioria, que em conversa com o Presidente da República, lembrara que devia caber à bancada de São Paulo o posto maior na direção dos trabalhos. Surgiu então o nome do deputado paulista, por indicação do Governo, ao encontro de respeitosa expectativa.

A ação do novo Presidente para logo se fêz sentida, no entrechoque da luta política em que se defontraram as candidaturas Artur Bernardes e Nilo Peçanha. Os partidários dêste formaram sob a bandeira da "Reação Republicana", com ardorosos entusiastas no Congresso Nacional e na imprensa.

Sempre respeitado, o Presidente da Câmara mantinha a ordem nas discussões, sem ferir sensibilidades desajustadas, antes evitando que os atritos parlamentares entre as duas correntes chegassem a deploráveis extremos, na veemência de recíproca combatividade.

Deve-se a seu esforço pessoal a construção do *Palácio Tiradentes*, que deu à Câmara situação condigna, livrando-a da inferioridade da localização improvisada, no flanco da Biblioteca Nacional.

Na legislatura de 23 a 26, servi a seu lado em situação efêmera, e por espontâneo convite seu, como primeiro Secretário da Mesa provisória, durante o reconhecimento de poderes. Não sei a que deva essa preferência, que nem sequer a desejei, nem me consta tenha alguém sugerido meu nome à sua simpatia.

Ao revés disto, no seio da minha bancada não foi bem vista a escolha pelas figuras de maior prestígio no momento. Decidira o Presidente que me deveria caber o cargo de 1.º Vice-presidente da Mesa definitiva; movimentaram-se contra essa sugestão alguns elementos da bancada baiana, entre estes Aurelino Leal e Otávio Mangabeira, mais cotados na confiança do Catete. Não me manifestei, senão para pedir encarecidamente a Arnolfo que desistisse da indicação, em nada me atingindo a reação doméstica da bancada, uma vez que não pretendia e, ainda menos, disputava postos de projeção, que, logicamente, deviam caber a egrégios manipuladores da cozinha partidária. A Aurelino coube a liderança da bancada e a Otávio a Vice-presidência da Câmara. A mim, que nada pleiteei, pouco importava qualquer flutuação em pósto de suposta ascendência política. Sei que ao Presidente da Câmara não agradou a repulsa ao candidato de sua preferência e, sinceramente, lhe assegurara, então, que o escolhido iria servir a inteiro contento, tanto lhe valia o brilho da bela inteligência.

Por essa ocasião, como é natural, freqüentava eu mais assiduamente seu gabinete, podendo sentir-lhe de perto a inteireza das convicções e o alto sentido de sua devoção republicana.

Durante o governo patriótico do Presidente Bernardes, a agitação recrescera e eletrizara a atmosfera política, com a ajuda dos pronunciamentos militares. Com a revolta das forças do Exército e da Polícia de São Paulo, sua atividade de dia no Congresso e à noite no Catete, quase lhe não dava tréguas; devemos reconhecer que, nessa quadra difícil da vida nacional, sua cooperação foi das mais porfiadas em defesa da ordem legal e do governo constituído.

Na Câmara, o prestígio pessoal do Presidente dobrava a autoridade da Presidência: o respeito dos opositores lhe vinha da severidade imparcial na aplicação do Regimento; e não me lembro quem lhe tivesse invetivado atitude menos decente para favorecer interesses partidários de ocasião.

Quando sobreveio nova luta pela sucessão presidencial, acredito que muito lhe deveu a candidatura do preclaro Presidente Washington Luís, que, com patriotismo e clarividência, governou o Brasil no quadriênio de 1926-30.

Como se vê, meu depoimento não atinge a proporções de maior interesse sobre fatos e figuras de evidência política. Pouco frequentava os bastidores e, até, não raro acontecia que me chegavam algumas resoluções de minha bancada, através dos telegramas de torna-viagem. Sem jeito para me impor em qualquer sentido, menos azado se me oferecia o terreno partidário para evoluções, que se não fazem sem a quebra de algumas convicções pessoais, sobretudo sem o sacrifício de muitos melindres para homens, cuja sensibilidade em postos de vanguarda, os expõe a contínuos dissabores, decepções e amarguras.

A ascendência de Arnolfo Azevedo na política republicana, ao tempo em que mais de perto a pratiquei, lhe conferiu a armadura de autêntico homem de Estado. Poucos, como êle, serviram à Nação, e do culto nacional merecem maiores desvelos. Sua vigorosa inteligência, ainda que sem os reflexos de grande poder verbal, versou a ciência de governar os homens, com a lucidez de pleno conhecimento. "Na vida não há só o fulgor das palavras; há o mérito das obras" — disse Júlio Dantas.

Evidentemente, mais serve ao político que à política o brilho da elocução; sem dúvida, o grande orador ganha mais depressa os favores partidários. Não deterá, entretanto, a confiança geral se, ao brilho da palavra, não souber associar na ação o préstimo equânime, a fé militante e a honestidade dos propósitos; se não tiver a intrepidez de desprezar preocupações rivais e posições de mando, no só pensamento de servir à Pátria com isenção e dignidade.

Assim são os verdadeiros patriotas, a cuja memória, como a de Arnolfo Azevedo, devemos o culto de sincera veneração.

Rio de Janeiro, maio de 1951

O palácio Tiradentes é o seu monumento

DORVAL PÔRTO

Figura das mais insignes da República Velha, Arnolfo Azevedo se destacava, na representação paulista da Câmara dos Deputados, pela faceta radiante de sua individualidade — a austeridade sem ênfase, nativa e própria de sua natureza moral.

Era com certa dúvida, ou timidez, que o provinciano, seu colega de Câmara, se lhe aproximava pela primeira vez. De ordinário, uma consulta. Ouvido atenta e polidamente, desaparecia, de logo, a impressão de acanhamento. A palavra simples e conceituosa de Arnolfo Azevedo feria o assunto, de ordem constitucional, as mais das vêzes, de modo claro e

objetivo. Emitia, sem ambages, a sua opinião, indicando as fontes nacionais e estrangeiras de que derivava. Ensinava, assim, ao consulente, sem o parecer, os caminhos a palmilhar. E ensinava o que lhe parecia certo, porque o seu feitiço moral se contrapunha à dubiedade, à tergiversação. Daí o grande e merecido conceito de que gozava.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o paulista — que êle era quanto os que mais o fôssem, discípulo e soldado dos propagandistas da República —, nunca atropelou princípios ao serviço de interesses occasionais. Esse, talvez, o motivo de sua sempre relegada ascensão aos postos estaduais e federais do Poder Executivo.

Presidente da Câmara dos Deputados, que funcionava no edifício da Biblioteca Nacional, coube-lhe construir, para a Câmara, o monumental *Palácio Tiradentes*. Fêz-se, então, o primeiro fiscal da obra, que inspecionava, quase diàriamente, das fundações à cúpula. Conhecia do pormenor e do conjunto. Previa e provia a tudo. Inaugurou-o. É a sua obra. E ela aí está, firme, a desafiar as injúrias do tempo e dos homens. Custou pouco. Não conheço, ao certo, o quanto. Mas foi pouco, porque êle, Arnolfo, fiscalizava tudo, como se tratasse da própria fazenda. É o seu monumento.

Que outros tenham os seus nomes nestas ou naquelas salas, onde funcionam as Comissões de que fizeram parte. O monumento reflete, e refletirá, sempre, a austeridade, a inteireza, a idealidade de Arnolfo Azevedo.

Um episódio, entre muitos, retrata-lhe o feitiço republicano. Iniciada a obra, um desconhecido escreve-lhe, de Goiás, embargando-a, não só em face do dispositivo constitucional que determina a mudança da capital do país para o Brasil Central, como também pelo vulto da despesa que se haveria de fazer. Arnolfo — repito-o — não conhecia o signatário. Todavia, deu-lhe resposta. Redigida esta, submeteu a carta recebida aos demais membros da Mesa, que também desconheciam o correspondente. Todos, univocamente, opinaram no sentido de não lhe replicar. Arnolfo discorda, declarando-lhes que era direito inauferível de qualquer cidadão aprovar ou desaprovar a orientação e as realizações de seus representantes. Dá-lhes conhecimento da resposta: era ampla e minuciosa exposição de motivos, que abrangiam desde a dignidade do ramo que presidia do Poder Legislativo — a errar de casa em casa —, até à incerta época em que se viesse a realizar a mudança da Capital, cuja construção demandaria longos e custosos anos. Efetuada, porém, que fôsse, a mudança, nada se teria perdido, visto como o Brasil haveria erguido um monumento à altura de Tiradentes, o protomártir da República. E, concluindo, dava-lhe o preço total da obra, na conformidade do respectivo orçamento.

Éis o republicano que foi Arnolfo Azevedo.

Depois, São Paulo o elegeu Senador. Para alguns — uma promoção; para outros — um arquivamento... Política! Depois, ainda.. Mas é a história de ontem.

Honrar-se-ão de Arnolfo Azevedo os porvindouros.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1951

Era a retidão feita homem

FERNANDO DE AZEVEDO

Arnolfo Azevedo foi um varão ilustre, que se impôs à admiração e ao respeito de todos por suas altas qualidades morais e se pode apresentar como um exemplo de virtude e de espírito público. Era a retidão feita homem e, creio (pois não tive a fortuna de privar com ele) que, sob aquela austeridade de caráter e de maneiras, se ocultavam tesouros de afetividade.

Conheci-o como Senador da República por São Paulo. Deputado Federal, sei que, por seis anos, eleito por seus pares, exerceu o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, com a elevação, a segurança e o tato que o distinguiam numa assembléia política onde se encontravam, como representantes do povo, cidadãos eminentes. Não ignoro também suas atividades parlamentares sobretudo nos trabalhos das comissões de que fêz parte, e nas quais prestou ao país serviços relevantes com seus estudos e pareceres sobre projetos de lei, alguns dos quais sumamente importantes. Mas, com ser de tão grande vulto e tão significativa a parte que lhe coube, em toda uma fase de nossa vida republicana, confesso que no Senador Arnolfo Azevedo, o que mais forte impressão me causou, foi o homem de velha têmpera, de convicções e atitudes, simples, reto e justo, de uma polidez discreta e grave, e de um admirável senso de medida e de equilíbrio.

Na áspera luta que tivemos de enfrentar em 1930 contra elementos poderosos, para obtermos a aprovação, pelo Senado, de um veto do grande Prefeito do Distrito Federal, Sr. Antônio Prado Júnior, a uma lei municipal, de todo ponto infeliz e prejudicial aos interesses da educação, foi o nobre senador por São Paulo um dos poucos que nos sustentaram com sua abalizada opinião e o seu voto dado com a mesma clarividência e firmeza com que nos prometeu seu apoio, depois de um atento exame da questão. Não foram poucas as decepções que nos trouxeram as vicissitudes dessa luta em favor do ensino e pelo interesse público. Mas nenhuma, em qualquer instante, nos veio de Arnolfo Azevedo, cuja cons-

ciência, reta e esclarecida, e cujo sentimento, extremamente vivo, do interesse geral estabeleciam e mantinham um feliz acôrdo entre as suas convicções e a sua vida, pública e privada, e exerciam sôbre êle maior influência que tôdas as pressões de pessoas e de grupos.

São Paulo, 21 de maio de 1951

Um estadista da Primeira República

FILEMON PATRÁCULO

Na hora que passa, de incertezas para o futuro de nossa civilização, mais do que nunca se torna mister que exalçemos os grandes vultos de nossa nacionalidade. Cultuar a memória dos que viveram, a serviço da Pátria, é alicerçar, com a mais forte argamassa, a dos sentimentos nobres, as colunas mestras do Brasil de amanhã.

Em todos os países, há figuras de relêvo marcante, que pairam no alto como estrêlas de primeira grandeza, deixando, na lembrança dos coevos, inapagavelmente, os sinais do brilho que souberam dar à mesma vida. São os homens de ciência, são os artistas, são os santos, são os políticos, são todos os que, muita vez esquecidos de si mesmos, procuraram legar, aos pósteros, lições de sabedoria, monumentos de beleza, páginas de bondade divina, exemplos de civismo comovedor e incomparável. E o Brasil, apesar de jovem, também tem tido filhos dos mais ilustres.

Queremos lembrar aqui o nome de um deles: Arnolfo Rodrigues de Azevedo.

Os anos decorridos, depois de sua morte, não conseguiram apagar, da lembrança dos que bem o conheceram, aquela figura alta, ereta e digna, de raciocínio claro e palavra agradável, sempre distinta e sôbriamente trajado, prendendo e seduzindo pela força de seu caráter e impondo, por isto mesmo, até a adversários cruéis, o respeito e a consideração.

Arnolfo Azevedo nasceu em Lorena. Nasceu numa das cidades mais lindas de São Paulo, cidade plantada nas "roças de Bento Rodrigues". Ninguém soube amar o torrão natal mais do que êle. Quando, em 1905, ficamos conhecendo Lorena, a encantadora "urbs" já tinha água e esgôto, grupo escolar, jardim público com as suas majestosas palmeiras imperiais, quartéis do 53.º Batalhão de Caçadores, edificios públicos, boas estradas, matadouro municipal, escolas rurais, ginásio, enfim, tudo quanto pode caracterizar o progresso numa cidade pequena.

Todos êsses melhoramentos foram criados pela sua iniciativa invulgar. A própria equiparação do Colégio Salesiano de São Joaquim ao Colégio Dom Pedro II deve-se ao insigne lorenense.

Mais tarde, vimo-lo inaugurar a luz elétrica. Estávamos, nessa noite festiva, que parece foi ontem, em companhia de seu filho mais velho — Antônio Azevedo, e não podíamos deixar de notar, os dois, a alegria que o Dr. Arnolfo deixava transparecer. Oh! o indescritível momento daquele “fiat lux”, em que os habitantes da cidade se despediam, para sempre, das noites poéticamente iluminadas pelos luares protetores.

Depois de ter ocupado os cargos de prefeito e presidente da Câmara Municipal de Lorena, o Dr. Arnolfo foi eleito deputado estadual em 1895, indicado unanimemente, para figurar na chapa por todos os chefes supremos do Partido Republicano.

Desde então, e ainda bem môço, se revelou um espírito forte de estudioso dos grandes problemas do Estado e da Nação.

Não quis nunca brilhar na tribuna com os falsos ouropéis de uma retórica obsoleta. No seio da Comissão de Estatística, Minas e Terras Devolutas, deu os mais sérios pareceres, mostrando uma cultura sólida, conhecimentos profundos de Direito Constitucional, no abordar questões seculares, até então insolventes.

Dal para a Câmara Federal foi um passo, levado pelas figuras mais altas e expressivas da política do tempo. No vastíssimo campo do cenário nacional, firma-se, definitivamente, o conceito do estadista. O deputado federal chegou à culminância da Presidência da Câmara, em várias legislaturas. Exerceu-a como o mais íntegro dos magistrados.

É de ontem. Todos devem estar lembrados. Lutas tremendas. Paixões políticas desenfreadas. Uma oposição, a três governos que se sucederam, sem tréguas. E, no meio do vendaval, a figura ereta, serena e justa, do Dr. Arnolfo, cercado de simpatia e respeito por gregos e troianos. E, quando menos se esperava, a Câmara inteira o homenageia, erigindo-lhe o busto no Palácio Tiradentes, sob um hino de louvor dos próprios oposicionistas. É significativo.

* Depois, ei-lo Senador da República, enquanto as paixões desaçaimadas continuavam flutuando no ar. As paixões dos descontentes e dos “salvadores” de todos os tempos, mas sempre paixões que vão crescendo e se avolumando.

Foi ali, na Câmara Federal, que atingiu o “acme” de sua formação completa de homem de Estado. Os seus trabalhos, vestidos num estilo sóbrio, serenos e fundamentados, são um repositório de ensinamentos, onde tudo se conjuga: a sabedoria, o civismo, a integridade moral do cidadão, o patriotismo sem jaça do brasileiro incorruptível.

No Senado Federal, encerrou o ciclo de sua vida política e pública. Tendo consagrado uma existência ao serviço da Pátria, voltou para casa, depois da revolução de 30, com as mãos limpas, com o coração sem sobressaltos, com a consciência tranqüila.

Numa das cartas que recebemos do Dr. Arnolfo Azevedo, e que sentimos não tê-la à mão neste momento, êle nos descrevia uma das medidas que adotara na construção do Palácio Tiradentes: o emprêgo, ali, naquele palácio do povo brasileiro a que serviu sem jactância e demagogia, de *materiais de todos os Estados e Territórios do Brasil*. Idéia sublime do grande paulista!

Numa outra, agradecendo-nos referências que lhe fizemos num artigo do *Rio-Jornal* de Georgino Avelino, êle lamentava a orientação antipatriótica de nossa grande imprensa, sempre pronta a ferir os homens públicos bem intencionados, implantando a desordem nos espíritos. Fizesse uma crítica construtiva e o país lucraria muito mais. A missão da imprensa é também educar.

Numa outra, com certa amargura, tratava do Conselho de Estado, projeto que apresentou com o objetivo patriótico mais elevado, e que essa mesma imprensa procurou amesquinhar com argumentos muito pouco ponderáveis.

Numa outra, já na sua pequena e ensolarada Lorena, já no seu solar amigo, como um deus dentro de uma tela magnífica, tendo por moldura as serras da Mantiqueira e do Quebra-Cangalhas, eternas sentinelas de nossa soberania, êle se considerava alheio à ilegalidade e fiel aos seus princípios, "entre as paredes de sua casa". Foi a última e mais significativa apoteose de um estadista, que entrou para a vida pública com a maior dignidade e dela saiu com dignidade maior ainda.

As paixões tinham crescido demais. E a revolução triunfara, levando, de roldão, todos os políticos em evidência. E o Dr. Arnolfo não acreditara na realidade, senão depois do triunfo da revolução. Era um espírito eminentemente imbuído de ordem, acreditando demasiado nas reservas do bom senso. "A revolução não triunfará; no Brasil, as revoluções não vencem nunca" — êle nos disse, certa vez.

Espírito alto, ordeiro, culto, de sadio patriotismo, amando o Brasil como seu berço maior, não cortejou jamais a popularidade. E, entre os maiores da terra, guardou sempre uma linha de perfeita dignidade, de altivez e compostura.

Entendia de política como aquela que constrói para a posteridade. Amava o povo com tôdas as veras do coração, mas não o seduzia com promessas falazes. Era um aristocrata no bom sentido da palavra, poeta, "virtuoso" da música, amigo das Artes.

Na Primeira Grande Guerra, vimo-lo compor um hino e ensaiá-lo em minutos. Saiu para a rua o Dr. Arnolfo, nesse dia, e o povo acompanhou-o eletrizado, cantando a sua canção guerreira. Estávamos em sua companhia e falamos da porta do jornal da terra, recebendo dêle palavras de admiração por têmos uma voz forte num corpo esmarrido...

Apesar dos anos decorridos, é com saudade que escrevemos sobre o Dr. Arnolfo Azevedo.

Na hora que passa, de perigo para a civilização brasileira, quando tantas gralhas se enfeitam com penas de pavão, nesta hora sombria de incultura oficializada, de incertezas, de materialismo, de audácias e aventuras contundentes, essas saudades são ainda maiores e essas recordações são ainda mais vivas.

Procuremos, pois, cultuar a vida de nossos grandes homens para que as gerações futuras, inspirando-se nos seus exemplos, possam salvar o Brasil da noite que se aproxima. Os que foram, nesta vida, como ele, sejam, na outra, os nossos numes tutelares.

São Paulo, 30 de julho de 1951

Na Presidência da Câmara, revestia-se da toga do magistrado

HUGO CARNEIRO

Dentre os motivos de orgulho de minha obscura vida pública, avulta o de ter servido sob a orientação e diretrizes do grande brasileiro, que foi Arnolfo Azevedo.

Da sua brilhante passagem pela Presidência da Câmara dos Deputados, que ainda hoje recordamos como uma das mais gloriosas que tem tido o Palácio Tiradentes, e aqui começa a sua obra, pois foi Arnolfo Azevedo quem teve a iniciativa e realizou a tarefa de dar aos representantes da Nação uma instalação condigna, qual a que atualmente possuímos.

Tive a honra de pertencer à Mesa da Câmara, cuja Presidência a ele coube reiteradamente e das suas mãos somente saiu pela sua passagem para o Senado da República.

Guardo desta fase da minha vida recordações indeléveis.

Tinha por companheiro, como Secretário da Câmara, àquele tempo, esse espírito cada dia mais rutilante, que é Costa Rêgo. Ambos dotados de temperamento inteiramente antagônicos ao de Arnolfo: Costa Rêgo, boêmio dos mais finos; e eu, homem de língua solta, um tanto tagarela, a contrastar com a austeridade do nosso Presidente, em quem raramente surpreenderíamos um sorriso, fôsse ele embora, também por contraste, uma das criaturas mais afetivas e ternas que conheci em toda a minha vida.

O grande Presidente — único qualificativo que Otávio Mangabeira achava que se adaptava a Arnolfo e foi por ele usado na placa do bronze

que lhe oferecemos, os deputados da legislatura por êle presidida —, o grande Presidente, dizia eu, quando ocupava o pósto que tanto dignificou, revestia-se da toga de autêntico magistrado.

Austero, atenção vigilante a tudo quanto ocorria no desenrolar da sessão, era de ver e de admirar as suas eruditas e prontas decisões sôbre as questões de ordem levantadas durante os trabalhos parlamentares. Como é natural, estas eram as mais das vêzes levantadas pelos deputados da opposição.

Quando o grande Presidente começava a resolvê-las, tôda a Câmara ficava atenta; e, por fim, não sabíamos de onde surgiam mais calorosas as palmas, se da maioria ou da minoria, tal o cunho de rigorosa justiça que Arnolfo Azevedo imprimia às suas decisões.

Mantendo absoluta ordem durante as sessões, não permitia êle fôsse sacrificado êsse ambiente por qualquer excesso que envolvesse um desrespeito ao Regimento da Casa. Sua Presidência decorria, entretanto, em meio a um dos períodos mais agitados da vida republicana, em que as sessões da Câmara despertavam a maior atração pelo seu calor e agitação. Mesmo assim, a Câmara, graças sobretudo à respeitabilidade de seu Chefe, manteve-se sempre à altura das mais nobres tradições do Parlamento brasileiro.

Pelos nossos temperamentos comunicativos (de Costa Rêgo e meu), o nosso grande Presidente tinha ilimitada confiança em nossa ação conciliadora e ficava tranqüilo e satisfeito quando estávamos ao seu lado, no cumprimento de nosso dever. Tal era a sua confiança e amizade que nos dispensava, que muitas vêzes quando a sessão estava na iminência de resvalar para o tumulto pela agitação reinante, segurávamos o seu punho, evitando fôsse a mesma suspensão, de vez que o Presidente não tolerava qualquer ambiente menos compatível com a austeridade de seu próprio temperamento, que êle conseguira imprimir aos trabalhos normais da Casa.

Os Anais do Congresso estão enriquecidos com os seus pareceres quando membro da Comissão de Constituição e Justiça, e ainda hoje constituem magníficos subsídios aos estudiosos dos problemas agitados no templo dos representantes do povo.

Grande Presidente realmente foi Arnolfo Azevedo! Grande pela sua cultura, imenso pela sua dignidade, inexcedível pela sua ilibada conduta de homem público.

Com o advento da Revolução, o preclaro paulista recolheu-se à vida privada, indo ocupar o Solar dos Azevedo, na sua cidade natal — Lorena. Fui vê-lo ali por mais de uma vez, sendo que a última quando à beira do seu túmulo, acompanhando tôda a população de uma cidade inteira,

leve-lhe o adeus sentidíssimo dos parlamentares que serviram ao país sob sua digna e patriótica direção.

Quando fui visitá-lo no seu exílio voluntário pela primeira vez, surpreendeu-me, para mais ficar admirando-o, a serenidade com que êle analisava os atos do chamado Estado Nôvo, enaltecendo os bons e tendo palavras de justificação para os menos acertados, pela inexperiência ou pela juventude dos seus autores. Nem uma palavra de recriminação, nem o mínimo gesto de despeito ou de amargor. Que espírito admirável, que serenidade de julgador!

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1951

Deixou traços inconfundíveis no Parlamento

JOÃO NEVES DA FOUNTOURA

Não tive a fortuna de encontrar o Dr. Arnolfo Azevedo na Câmara dos Deputados, de que foi um dos grandes Presidentes. Meu primeiro Presidente, no Palácio Tiradentes, foi o saudoso Sebastião do Rêgo Barros, sucessor direto do Dr. Arnolfo.

Destarte, nenhum testemunho pessoal poderia eu dar. Apenas, como qualquer dos políticos brasileiros, é um prazer para mim dizer que, por tudo quanto li e observei, entre os meus colegas da Câmara dos Deputados, o Dr. Arnolfo Azevedo foi não somente um notável Presidente daquela Casa do Congresso, como um jurista consumado, de que deixou traços inconfundíveis no Parlamento.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1951

Representava, no Rio, o pensamento de São Paulo

José Adriano MARREY JÚNIOR

Não tive a ventura de suas relações pessoais, de forma a tornar-me senhor de fatos que o apontassem — como realmente muitos o apontaram — à admiração dos que o conheceram, de relevante papel no cenário da primeira República. Quando iniciei a minha vida política, já êle andava permanentemente no Rio, como deputado federal, e, por isso, não tive oportunidade de me aproximar dêle.

Sei, entretanto, que ao tempo do Dr. Washington Luís, na presidência de São Paulo, o então deputado Arnolfo Azevedo representava, no Rio, o pensamento político de São Paulo e era, então, como continuou a ser, um dos prestigiosos chefes do Partido Republicano Paulista.

São Paulo, 6 de agosto de 1951

Um juiz equidistante e sereno

JOSÉ MARIA BELO

Conheci-o quando, ainda estudante de direito, comecei a trabalhar na Câmara dos Deputados como jornalista e funcionário legislativo. Já se distinguia Arnolfo Azevedo, naquela agitada época da nossa vida pública (campanha civilista e governo Hermes da Fonseca), pela ponderação e raro equilíbrio das suas faculdades. Impôs-se, assim, a sua figura até que foi elevado, como justa homenagem aos seus méritos, à presidência da Câmara.

A Câmara teve sempre, na chamada "República Velha", uma grande tradição de austeridade na sua presidência. Arnolfo Azevedo soube mantê-la com a maior dignidade. Sabiam os políticos de todos os matizes que nêle encontravam um juiz equidistante e sereno. Mais tarde, nos governos Bernardes e Washington Luís, coube-lhe saliente papel na liderança da alta política, como um dos mais autorizados representantes de São Paulo. Não tenho elementos para precisar a sua ação nos bastidores das combinações que se procederam; o que posso afirmar, como simples espectador dos fatos que era então, é a perfeita confiança que sempre inspirava o seu conselho.

Envolvido depois eu próprio nas atividades partidárias, seu colega na Câmara e por alguns meses no Senado Federal, pude acompanhar mais de perto as atitudes claras e definidas, que tanto o marcavam. Durante alguns anos, inspetor de ensino junto ao colégio salesiano de Lorena, tive a oportunidade, tão grata à minha memória, de tratá-lo na intimidade da sua família. Lembro-me sempre com saudades da sua casa senhorial — imagem que vem rapidamente desaparecendo do velho Brasil —, numa fazenda próxima daquela cidade paulista.

A revolução de 1930 jogou-nos ambos a duro ostracismo. Na adversidade como no fastígio político, Arnolfo Azevedo não perdeu jamais a serenidade, nem a certeza da volta do país aos quadros normais. Em sua casa, à Rua Mena Barreto, reuniam-se freqüentemente muitos dos seus amigos, batidos pelo mesmo temporal. Precioso nos era o seu conselho.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1951

*Uma constante e indomável
preocupação de servir o interesse público*

José RODRIGUES ALVES SOBRINHO

Sempre tive pelo Dr. Arnolfo uma respeitosa admiração. Sua integridade de caráter e, sobretudo, sua constante e indomável preocupação de servir o interesse público, lhe granjearam uma posição de merecido destaque entre os melhores políticos de seu tempo.

As divergências que, por vêzes, tivemos, em matéria de ordem partidária, jamais conseguiram diminuir o alto conceito em que sempre tive a sua personalidade de cidadão e de homem público.

São Paulo, 18 de setembro de 1951

*Verdadeiro magistrado,
impôs-se ao respeito de seus pares*

MARCELINO Rodrigues MACHADO

A atuação de Arnolfo Azevedo na vida pública brasileira merece e precisa ser destacada para servir de exemplo às futuras gerações e à atual, que surge da noite da ditadura.

Não venho fazê-lo, pois me faltam capacidade e dados, mas apenas, num depoimento curto e sincero, realçar num detalhe de verdadeiro teste as suas qualidades de político e administrador, que infelizmente não chegaram a tóda evidência, porque a evolução natural da política brasileira foi perturbada pelo mandonismo.

Tive sorte de acompanhar, durante três legislaturas na Câmara dos Deputados, de 1918 a 1926, o desempenho que Arnolfo Azevedo dava ao mandato por São Paulo; e não há negar que êsses foram os anos culminantes da sua carreira política, nos quais se destacaram as qualidades de elevação, firmeza e honestidade indispensáveis ao verdadeiro homem público.

Eleito deputado pelo Maranhão, esforçava-me para dar consciencioso cumprimento ao mandato, com aquêlê "patriotismo" — que define Miguel Couto — "ser cada um trabalhar no seu officio com a maior fé", quando Arnolfo Azevedo passou a me conceder a sua amizade e, espontâneamente, o seu apoio nas lutas da política estadual, o que é bastante para evidenciar

como agia na vida pública, sabido que, naqueles tempos, divergir para fazer justiça era, quase sempre, sacrificar-se.

A presidência da Câmara dos Deputados, que foi para Arnolfo Azevedo uma verdadeira magistratura, patenteia as suas qualidades de político e administrador. Pela maneira com que dirigia os trabalhos parlamentares se impôs ao respeito, acatamento e amizade de seus pares, demonstrando as suas qualidades de político; e, na construção do *Palácio Tiradentes*, com exemplo, zelo, devotamento e honestidade inexcedíveis, o que seria na administração superior do Estado ou do Brasil. Em ambos, agia com "a suprema habilidade que" — para Luís Barthou — "é ser honesto, não só em política como em tudo".

A Arnolfo Azevedo cabia, na opinião generalizada dos meios políticos, a indicação para a sucessão paulista, que se abriu abruptamente pela morte de Carlos de Campos. Deu-se, então, a intervenção prepotente que forçou a preterição do saudoso político paulista. Tivesse ascendido ao governo de São Paulo e, certamente, os acontecimentos políticos seguiriam rumo muito diferente.

Volvido mais de um quarto de século, essa convicção cada vez mais se fortalece naqueles que então militavam na política nacional. Houve, porém, a manifestação de mandonismo de todos conhecida e a preterição de Arnolfo Azevedo se consumou, com graves danos para o país. Mau grado tudo, continuou fiel, até o fim, aos seus compromissos, sem queixas nem vacilações. E, assim, um varão de Plutarco da política não prestou ao Brasil os serviços que todos dêle esperavam!

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1951

Um grande jurista, erudito e notável

MAURÍCIO DE MEDEIROS

Quando fui deputado federal pela primeira vez — e o fui só durante um ano, em 1921 — Arnolfo Azevedo era o Presidente da Câmara. Havia entre nós uma grande distância de idade. Ele era um homem pouco expansivo. Eu era novato na Câmara e, naquela ocasião, havia um grande respeito pelos homens que, por suas qualidades, ocupavam postos de direção, como Arnolfo Azevedo. Ninguém forçava intimidades e eu muito menos.

De modo que nunca me aproximei dêle em condições de poder julgá-lo nas suas relações de convívio. O posto que ocupava de Presidente da Câmara só permitia observar, de sua personalidade, aquelas caracterís-

ticas de serenidade e energia necessárias à função e de que Arnolfo Azevedo era portador.

Sob o ponto de vista cultural, trabalhávamos em terrenos distintos, de modo que faltava-me capacidade para julgá-lo. Todos, entretanto, o tinham por um grande jurista — erudite e notável.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1951

Supportou o ostracismo com exemplar dignidade

RAUL FERNANDES

Meus contatos com Arnolfo Azevedo foram poucos. Sua bela tradição na política paulista era do meu conhecimento; e pude apreciar a austeridade de sua conduta como deputado e como Presidente da Câmara.

Mas o período em que êle teve atuação mais destacada coincidiu com o do meu longo ostracismo político, que começou em 1923, quando fui deposto do governo de meu Estado, e, até que eu fôsse Ministro de Estado em 1946, só teve o breve interregno da Constituinte de 1933-34 e da legislatura imediata, dissolvida em 1937 pelo golpe ditatorial de 10 de novembro.

No meu primeiro e curto retôrno à vida pública, já a Arnolfo Azevedo tocava, por sua vez, o ostracismo, que êle supportou com exemplar dignidade; e quando, dez anos mais tarde, fui Ministro, já êle pagara tributo à morte.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1951

O Brasil muito lhe deve

VENCESLAU BRÁS

Conhecedor, como fui, da bela inteligência, da sólida cultura, como do caráter ilibado e do patriotismo dinâmico de Arnolfo Azevedo, posso afirmar que o Brasil muito lhe deve pela constância e eficiência de sua ação em prol dos mais altos problemas nacionais.

Em tôda minha longa vida parlamentar e administrativa, poucos representantes da Nação conheci com tão elevado espírito público.

Sinto que meu estado de saúde e a deficiência natural dos que ultrapassaram de muito os 80 anos, não me permitam dizer mais sôbre tão digna vida e tão ilustre personalidade.

Itajubá, 8 de maio de 1951

Personificação da dignidade

WASHINGTON LUIS

Arnolfo Azevedo foi meu contemporâneo na Academia de Direito e, depois, foi sempre bom companheiro e leal amigo durante o tempo de nossa vida pública, e isto durante mais de meio século.

Quanto à sua personalidade particular ou pública, só posso asseverar — e me é grato fazê-lo —, repetindo o que há poucos dias ainda afirmamos em roda de amigos, que êle foi a personificação da dignidade.

São Paulo, 21 de maio de 1951

INDICES

-

.

Índice onomástico

NOTA. — Por motivos óbvios, o nome de *Arnolfo Azevedo* não figura no presente Índice.

A

- A.* — 68.
Abbott, João — 112.
Abranches, Dunshee de — 112.
Abranches, Frederico — 55.
Abreu, Anísio — 84, 88.
Abreu, Auto de — 352.
Abreu, Duarte de — 445.
Abreu, Nabuco de — 19.
Abreu, Vergne de — 84.
Abreu, Vespúcio de — 112, 239, 267, 476, 482, 495, 499.
Accioly, José — 233.
Accioly, Tomás — 84, 352.
Addeo, Ângela Cartolano — 259.
Adrien, Silverinha — 531.
Afilhado, Castro — 360.
Afonso XIII — 76.
Aguiar, Eurípedes de — 233, 345.
Airosa, Vitor — 19, 70.
Alberto, João — 528, 529.
Albuquerque, Fernando Prestes de —
— Veja: *Prestes, Fernando*.
Albuquerque, João Pessoa de —
— Veja: *Pessoa, João*.
Albuquerque, Júlio Prestes de —
— Veja: *Prestes, Júlio*.
Albuquerque, Medeiros e — 107, 112,
177, 179, 180.
Albuquerque, Otacílio — 233, 352.
Albuquerque, Vespasiano de — 85.
Alckmin, André Rodrigues de — 487.
Alecrim, Ernesto — 285, 471
Aleixo, António — 537.
Alencar, Adélia Cochrane de — 150.
Alencar, Alexandrino de — 403, 434.
Alencar, Augusto de — 19.
Alencar, José de — 150.
Alencar, Mário de — 47, 412.
Alexandre I — 76.
All Right — Veja: *Magalhães, Ader-
son*.
Almeida, António José de — 324, 325,
326.
Almeida, Henrique de La Rocque —
504.
Almeida, João Henriques de Azevedo
— 61.
Almeida, José Américo de — 529.
Almeida, José Cardoso de — 19, 37,
58, 67, 68, 71, 95, 99, 100, 111,
201, 202, 235, 351, 415, 465.
Almeida, José Maria Magalhães de
— 233, 345, 352.
Almeida, Margarida — 489.
Almeida, Miguel Calmon Du Pin e
— Veja: *Calmon, Miguel*.
Almeida, Oscar de — 25, 37, 73.
Almeida Júnior, José Ferraz de —
29.
Alvarenga, Zoroastro — 345.
Alvares, Domingos Quadros Barbosa
— Veja: *Barbosa, Domingos*.
Alves, António Rodrigues — 219.
Alves, Francisco de Paula Rodrigues
— X, 51, 55, 74, 75, 76, 78, 90, 91,
92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100,
101, 102, 103, 104, 114, 123, 126,
137, 201, 203, 207, 237, 301, 348,
450, 565.
Alves, Francisco Rodrigues — 388.
Alves, Honorato — 112, 345.
Alves, João Luis — 19, 85, 87, 107,
257, 327, 329, 340, 362.
Alves, José Ribeiro — 60, 66.
Alves, José Rodrigues — 66.
Alves, Oscar Rodrigues — 202.
Alves, Raul — 234, 245, 273, 274,
445.
Alves, Virgílio Rodrigues — 51, 53,
54, 56, 61.

- Alves Filho*, Francisco de Paula Rodrigues — 98, 111, 235, 272, 345, 350, 465.
- Alves Sobrinho*, José Rodrigues — 561, 563, 583.
- Alvim*, Cesário — 450.
- Amado*, Gilberto — 233, 345, 352, 364, 476, 482.
- Amado*, Gilson — 504.
- Amaral*, Brás Hermenegildo do — 352, 431.
- Amaral*, Eduardo do — 234, 345.
- Amaral*, Ubaldino do — 114, 125.
- Amora*, Paulo — 267, 297.
- Amorim*, Aurélio d' — 84, 112, 530, 531.
- Amorim*, Virgílio — 468.
- Andrada*, Antônio Carlos Ribeiro de — Veja: *Carlos*, Antônio.
- Andrada*, Martim Francisco Ribeiro de (III) — 19, 68.
- Andrade*, Almir Bonfim de — 504.
- Andrade*, Bueno de — 99, 111.
- Andrade*, Eusébio de — 84, 112.
- Andrade*, Francisco de — 448, 452.
- Andrade*, Francisco Justino Gonçalves de — 19.
- Andrade*, Jader de — 233.
- Andrade*, J. M. Goulart de — 431, 447.
- Andrade*, João Jacinto Gonçalves de — 18.
- Andrade*, Luís Mariano de — 189.
- Andrade*, Odilon de — 234, 345.
- Andrade*, Teófilo de — 25.
- Aranha*, Olavo Egídio de Sousa — Veja: *Egídio*, Olavo.
- Aranha*, Osvaldo — 519, 521, 529.
- Arantes*, Altino — 85, 107, 111, 137, 155, 201, 202, 203, 235, 257, 345, 348, 349, 350, 351, 464, 465, 548, 561, 563, 564.
- Araújo*, José Maria de — 547.
- Araújo*, Josino de — 112, 234, 345, 353.
- Araújo*, Pedro de Alcântara — 56.
- Araújo*, Urbano dos Santos da Costa — Veja: *Santos*, Urbano dos.
- Arbúes*, Pedro — 70, 73.
- Argolo*, Francisco de Paula — 187.
- Arinos*, Afonso (I) — 19.
- Arinos*, Afonso (II) — Veja: *Franco*, Afonso Arinos de Melo.
- Aristóteles* — 478.
- Arlindo*, Carlos — 360.
- Armeiro*, João Domingues — 55.
- Assis*, Francisco de — 55.
- Assis*, Ubaldino de — 352.
- Assunção*, Antônio Carlos de — 25.
- Assunção*, Erasmo de — 25.
- Ataide*, Antônio — 156.
- Augusto*, José — 79, 80, 233, 251, 281, 284, 328, 339, 340, 372, 421, 435, 443, 469, 486, 547.
- Austregésilo*, Antônio — 233, 345, 352, 561, 563, 567.
- Autran*, Carlos — 388.
- Autran*, Etulain — 388, 487, 488, 508, 547.
- Autran*, Julieta — 489.
- Avelino*, Georgino — 352, 578.
- Azevedo*, Antônio — 257, 266, 297, 298, 334, 365, 380, 403, 450, 468, 472, 474, 475, 476, 482, 508.
- Azevedo*, Magalhães de — 25.
- Azevedo*, Agripino de — 112, 233, 345, 352.
- Azevedo*, Aldo Mário de — 42, 397, 532.
- Azevedo*, Angelina Moreira de — 10, 149, 151.
- Azevedo*, Antônio Rodrigues de, Barão de Santa Eulália — Veja: *Santa Eulália*, Barão de.
- Azevedo*, Antônio Rodrigues de — 42, 47, 48, 397, 481, 521, 577.
- Azevedo*, Araci Barcelos de — 481, 486.
- Azevedo*, Aroldo de — 5, 7, 9, 17, 18, 31, 32, 43, 44, 49, 211, 217, 397, 504, 510, 511, 512, 522, 528, 533, 544, 552, 560.
- Azevedo*, Celina — Veja: *Santos*, Celina Azevedo de Castro.
- Azevedo*, Duarte — 69, 70, 72.
- Azevedo*, Dulce Cochrane de — 24, 28, 29, 30, 31, 42, 43, 45, 47, 150, 212, 248, 346, 503, 505, 506, 507, 508, 509, 518, 519, 522, 523, 525, 533, 534, 549, 551, 555, 557.
- Azevedo*, Elío Fábio — 44.
- Azevedo*, Eulália — 44.
- Azevedo*, Família — 34, 38, 51, 211.
- Azevedo*, Fernando de — 561, 563, 575.
- Azevedo*, Francisco de Paula Vicente de — Veja: *Bocaina*, Barão da.
- Azevedo*, Gwyer de — 360.
- Azevedo*, Iaci Pêgo de Amorim — 510.
- Azevedo*, José Antunes de — 222.
- Azevedo*, José Vicente de (comendador) — 6, 7.
- Azevedo*, José Vicente de (coronel) — 10, 37, 211.
- Azevedo*, José Vicente de — 10, 37, 70, 204, 214, 215, 216, 217, 218, 226, 227, 260.
- Azevedo*, Lucila — Veja: *Freitas*, Lucila Azevedo de.
- Azevedo*, Maria da Conceição — Veja: *Moreira*, Maria da Conceição Azevedo Roche.
- Azevedo*, Maria da Guia de Castro — 6, 7.

Azevedo, Maria Leopoldina de — *Veja: Rodrigues, Maria Leopoldina de Azevedo.*

Azevedo, Miranda de — 37.

Azevedo, Moreira de — 82.

Azevedo, Odi Lina — 44, 518, 523, 533.

Azevedo, Odila Rodrigues de — 8.

Azevedo, Osvaldo Benjamin de — 44, 397, 507, 510, 530.

Azevedo, Osvaldo Rodrigues de — 8.

Azevedo, Pedro Vicente de — 31, 32, 37, 67, 108.

Azevedo, Ramos de — 42, 70, 72, 552.

Azevedo, Regina de Lourdes — 44, 489, 510, 511, 533.

Azevedo, Rocha — 19.

Azevedo, Silvio — 44.

Azevedo, Zaíra Cochrane de — 533, 534, 557.

Azevedo Filho, Arnolfo — 44, 525.

Azevedo Sobrinho, Pedro Vicente de — 10.

B

Badaró, Eduardo — 25.

Badaró, Francisco — 234.

Badoglio, Pietro — 363.

Baima, Celso — 112, 127, 234, 345, 352, 400, 422, 432, 482, 499, 511.

Baleeiro, Aliomar — 128, 459.

Bandeira, Esmeraldino — 84, 107.

Bandeira, Joaquim — 233, 345, 352.

Barbalho, João — 179, 450.

Barbosa, Alfredo Rui — *Veja: Rui, Alfredo.*

Barbosa, Carlos — 482.

Barbosa, Domingos — 234, 328, 340, 352, 398, 405, 409, 414, 415, 425.

431, 437, 453, 469, 471, 474, 476, 547.

Barbosa, José Vieira — 220.

Barbosa, Maria Luísa Vieira — *Veja: Cochrane, Maria Luísa Barbosa.*

Barbosa, Néelson Filizola — 544, 546.

Barbosa, Rui — 87, 102, 113, 114, 116, 120, 123, 157, 159, 179, 191,

201, 208, 319, 450.

Barbosa de Magalhães Castro, Família — 47.

Barreiros, Vicente — 51, 54.

Barreto, Dantas — 233, 245, 345.

Barreto, Fábio de Sá — 351, 465, 487.

Barreto, João de Deus Mena — 319, 509, 529.

Barreto, Marcolino Lopes — 235, 344, 351, 465.

Barreto, Muniz — 435.

Barreto, Pais — 112.

Barreto, Paulo — *Veja: Rio, João do.*

Barros, Ademar de — 522.

Barros, João Alberto Lins de — *Veja: Alberto, João.*

Barros, Luis Pedroso de — 527.

Barros, Manuel Gouveia de — 233, 345.

Barros, Pais de — 70, 72.

Barros, Paulo de Moraes — 111, 257.

Barros, Prudente José de Moraes — *Veja: Moraes, Prudente de.*

Barros, Sebastião do Rêgo — 352, 408, 458, 463, 470, 471, 474, 475, 476,

480, 570, 581.

Barroso, Raul — 112, 234.

Barroso, Sabino — 85, 107, 112, 123, 138, 238, 239, 240, 242, 570.

Barthou, Louis — 372, 584.

Bartolomeu, Floro — 233.

Bastos, Cesário — 70.

Batista, Abdon — 85.

Batista, Álvaro — 234, 242, 288, 345.

Batista, Homero — 112, 312.

Belchior, Francisco Gonçalves — 488.

Belmonte — 382.

Belo, José Maria — 125, 387, 469, 476, 561, 563, 582.

Benevides, José Maria de Sá e — 18.

Bentes, Dionísio Ausier — 233, 245, 340, 344, 372, 469, 511, 547.

Bento, Manuel — 70, 73.

Bergamini, Adolfo — 352, 374, 378, 404, 409, 410, 411, 412, 453.

Bernardes, Artur da Silva — XI, 79, 80, 112, 127, 230, 235, 237, 238,

239, 240, 251, 256, 263, 266, 267, 268, 269, 273, 282, 291, 292, 293,

294, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 307, 308, 318, 319, 321,

326, 327, 328, 330, 331, 334, 337, 339, 340, 341, 348, 349, 350, 356,

358, 360, 361, 362, 365, 373, 377, 378, 383, 385, 386, 389, 404, 406,

407, 410, 411, 413, 415, 420, 428, 434, 435, 453, 461, 482, 483, 502,

571, 572, 582.

Bernardes Sobrinho, Joaquim José — 352, 431.

Bevilacqua, Clóvis — 157, 159.

Bezerra, Andrade — 233, 344.

Bezerra, José — 256, 267.

Bicudo, Bento — 72.

Bilac, Olavo — 135.

Bittencourt, Antônio Batista — 352, 409, 414, 415, 474, 476.

Bittencourt, Delfim — 227.

Bittencourt, Edmundo — 74.

Bittencourt, João Paulo — 544.

Bittencourt, Mário Machado — 528.

Bluntschli — 478.

Boas, Lauro Vilas — 234.

Bobadela, Conde de — 483.
Bocaina, Barão da — 10, 150, 151, 488.
Bocaiúva, Quintino — 74, 114.
Boileux, José Artur — 19.
Bolivar, Simão — 441.
Bonifácio, José (o Patriarca) — Veja: *Silva*, José Bonifácio de Andrada e.
Bonifácio, José — 25, 85, 112, 127, 234, 345, 353, 423, 461, 462, 476.
Borges, Dioclécio — 161.
Borges, Elmano Ferreira — 55.
Borges, Frederico — 99, 112.
Borges, Ivo — 529.
Botelho, Antero de Andrade — 85, 112, 234, 345.
Botelho, Francisco Chaves de Oliveira — 112, 352, 476.
Botelho, Paulino Carlos de Arruda — 84.
Bradford, William — 46.
Braga, Arlindo de Castro Lima — 212.
Braga, Cincinato César da Silva — 111, 162, 235, 383.
Braga, Francisco Ferreira — 25, 84, 88, 111, 235, 345, 350, 465.
Braga, Getúlio — 22.
Braga, Leduina de Castro Lima — 212.
Braga, Pereira — 112.
Braga, Ramiro — 234, 245.
Braga, Teófilo — 34, 35, 36, 37.
Branco, Castelo — 530.
Branco, José Moreira Brandão Castelo — Veja: *Brandão*, Moreira.
Brandão, Francisco Silviano de Almeida — Veja: *Brandão*, Silviano.
Brandão, Júlio Bueno — 201, 230, 234, 237, 242, 245, 254, 263, 266, 273, 286, 288, 297, 298, 318, 319, 327, 330, 331, 340, 342, 344, 476, 482, 483, 486, 495, 496.
Brandão, Moreira — 47, 80, 198, 234.
Brandão, Silviano — 74.
Brandão Filho, Júlio Bueno — 353.
Brant, Mário — 234.
Brás, Venceslau — 19, 47, 85, 114, 123, 137, 139, 157, 171, 187, 191, 192, 193, 219, 257, 319, 562, 563, 585.
Brasil, Americano do — 234, 273, 345.
Brasil, Artur Indio do — 84.
Brasil, Cristiano — 187.
Brasil, J. F. de Assis — 450, 519.
Brasiliense, Américo — 33, 38.
Breuglieri, Ernesto — 24, 44, 227.
Bricio Filho — 84.
Brito, Carvalho — 85, 234, 345, 353.
Brito, Correia de — 233, 276, 345, 352, 482, 495, 496.
Brito, José Monteiro de — 55, 209.

Bueno, Antônio Bias da Costa — 465.
Bueno, Bento — 415, 445.
Bueno, Dino — 70, 415, 445, 464, 475.
Bueno Júnior, Antônio B. de Godói — 55.
Bulhões, Leopoldo de — 77, 450.
Burlamaqui, Armando — 233, 345, 352, 432, 476. ●

C

Cabañas, João — 511, 512, 513, 514.
Cabral, João C. da Rocha — 233, 345.
Cabral, Pedro Álvares — 449, 450.
Caiado, Ramos — 112, 482.
Caldas Filho — 161.
Calmon, Alexandre — 156, 157, 159, 160.
Calmon, Antônio — 19, 112.
Calmon, Miguel — 234, 340, 362, 387, 403, 434, 453, 476, 482.
Calógeras, João Pandiá — 85, 88, 89, 90, 107, 112, 297, 298.
Câmara, Lindolfo — 112.
Camargo, Afonso Alves de — 25, 234, 245, 340, 400, 414, 415, 454, 469, 476, 482.
Camboim, Natalício — 112, 233, 352.
Caminha, Pero Vaz de — 449.
Campista, Davi — 85, 107, 113.
Campos, Américo de — 25, 26.
Campos, Bernardino de — 90, 93, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 249, 348, 363.
Campos, Bernardo de Sousa — 84, 88.
Campos, Carlos de — 19, 37, 72, 235, 237, 238, 240, 243, 249, 257, 268, 272, 320, 327, 330, 331, 341, 345, 348, 349, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 387, 415, 416, 419, 421, 435, 443, 463, 464, 468, 471, 474, 485, 584.
Campos, Francisco — 234, 353.
Campos, Pedro Dias de — 360.
Campos, Siqueira — 70, 72.
Cândido, João — 162.
Cândido, Joaquim — 70, 73.
Canettieri, Família — 226.
Capitolino, Cônego — 256.
Cardim, Gomes — 69.
Cardoso, Antonieta — 489.
Cardoso, Augusto do Espírito Santo — 529.
Cardoso, Dulcídio — 529.
Cardoso, Fausto — 107.
Cardoso, Graco — 112, 233, 360.

- Cardoso, Jesuino** — 84, 88, 90.
Cardoso, Malta — 25.
Cardoso, Nair — 489.
Cardoso, Paulo — 547.
Cardoso, Raul — 285.
Cardoso, Thiers — 352.
Carlos, Antônio (o Velho) — Veja: Silva, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e.
Carlos, Antônio — 25, 171, 234, 345, 353, 373, 374, 378, 386, 387, 406, 410, 461, 462, 469, 470, 501, 505, 570.
Carlos, Delfim — 19.
Carlos, J. — 436.
Carneiro, Daniel — 233, 344, 444.
Carneiro, Hugo Ribeiro — 233, 236, 237, 245, 285, 345, 372, 427, 467, 469, 546, 547, 561, 563, 579.
Carneiro, Luís Bernardo de Melo — 66.
Cartolano, Aristides — 547.
Cartolano, Assunta — 259.
Carvalho, João Galvão — 25, 37, 84, 88, 104, 111, 162, 565.
Carvalho, Álvaro Augusto da Costa — 37, 47, 70, 84, 88, 100, 101, 111, 201, 203, 266, 297, 298, 323, 348, 349, 350, 463, 464, 465.
Carvalho, Antônio Pereira do Amaral — 235, 344.
Carvalho, Augusto Vieira de — 55.
Carvalho, Bulhões de — 305.
Carvalho, Carlos de — 112.
Carvalho, Fernando Setembrino de — 133, 362, 403, 434, 453.
Carvalho, Herculano de — 19.
Carvalho, João Simplicio Alves de — Veja: Simplicio, João.
Carvalho, Joaquim de — 84.
Carvalho, Joaquim José Vieira de — 19.
Carvalho, José Rebouças de — 84, 88.
Carvalho, Leôncio de — 18.
Carvalho, Miguel de — 482, 499, 500.
Carvalho, Pais de — 101.
Carvalho, Pires de — 129, 257.
Carvalho, Setembrino de — Veja: Carvalho, Fernando Setembrino de.
Carvalho Neto, Antônio Manuel de — 233, 345, 352, 432.
Casado, Plínio — 19, 353, 378, 390, 391, 423, 437.
Cascardo, Herculino — 365.
Castelo, Augusto de Viana do — 112, 234, 345, 353, 389, 390, 409, 411, 412, 419, 428, 437, 472, 491, 519, 561, 563, 569.
Castilhos, Júlio de — 450.
Castro, Alves de — 257, 353.
Castro, Augusto Olímpio Viveiros de — 125.
Castro, Carlos Machado Coelho de — 211.
Castro, Geminiano de Lira — 112, 233, 345, 352, 419, 432, 462, 472, 475.
Castro, Getúlio Coelho de — 546.
Castro, João Emílio de Freitas — 66.
Castro, José Machado Coelho de — Veja: Coelho, Machado.
Castro, José Valois de — 37, 84, 88, 111, 351, 356, 386, 444, 465, 476.
Castro, Joviano de — 345.
Castro, Júlio Ribeiro de — 345.
Castro, Justino Francisco de — 66.
Castro, Leite de — 519.
Castro, Manuel Jacinto Domingues de — 84.
Castro, Manuel Pereira de — 6, 7, 84.
Castro, Manuel Teotônio de — 37.
Castro, Plácido de — 91.
Castro, Ramiro Berbert de — 82, 134, 135, 352, 432.
Castro, Sinésio de — 526.
Castro, Sousa — 256, 360, 476, 482.
Castro, Teófilo dos Santos — 55.
Castro Lima, Barão de — 212, 222.
Castro Lima, Viscondessa de — 6, 7.
Catão, Olímpio — 55.
Catarina, João — 227.
Catunda, Nelson — 352, 432.
Cavalcanti, Amaro — 450.
Cavalcanti, André — 435, 450.
Cavalcanti, Carlos — 85, 112.
Cavalcanti, Manuel Tavares — 112, 233, 345, 352, 431.
Cavalcanti, Rocha — 233, 345, 352.
Caxias, Duque de — 450.
Cedro, Luís — 233.
Celestino, João — 234, 353.
Celestino, Pedro — 476, 482.
Celidônio, Joaquim — 19.
Celso, Afonso — 125.
César, Abelardo — 19, 25, 70.
César, Antônio do Amaral — 84.
César, Cerqueira — 33.
César, Claro — 258.
César, Faustino Augusto — 208, 388, 534.
Chambelland, Rodolfo — 449.
Chaleaubriand, Assis — 461, 547.
Chaves, Brito — 510, 511, 512, 513, 514, 515.
Chaves, Carvalho — 112.
Chaves, Elías — 24.
Chaves, Elói de Miranda — 47, 84, 88, 90, 111, 235, 344, 348, 350, 351, 465.
Chaves, Joaquim Ferreira — 312, 340, 476, 482.
Chaves, Joaquim Lopes — 111, 117.
Chermont, Justo — 74.
Chopin, Frederico — 30, 546.

Cícero — 342.
Cincurá, Rafael — 128.
Cirilo Júnior, Carlos — 547.
Cirino Filho, António — 257.
Cochrane, Arquibaldo — 533, 534.
Cochrane, Dulce Lina da Gama —
 Veja: *Azevedo*, Dulce Cochrane de.
Cochrane, Inácio Wallace da Gama —
 17, 28, 42, 46, 262, 534, 555.
Cochrane, Maria Luisa — 489.
Cochrane, Maria Luisa Barbosa — 28,
 534, 555.
Cochrane, Tomás — 16.
Cochrane de Alencar, Família — 47.
Cochrane Simonsen, Família — 46.
Cochrane Suplicy, Família — 46.
Coelho, Erico — 85, 112.
Coelho, Machado — 206, 211, 212,
 213, 216, 217, 218, 219, 221, 222,
 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230,
 518, 522, 543, 557.
Coelho, Odila Machado — 212, 222,
 227.
Coelho, Teófilo de Melo — 46.
Coimbra, Estácio de Albuquerque —
 84, 112, 113, 235, 242, 251, 263,
 264, 294, 340, 387, 392, 406, 414,
 415, 421, 422, 434, 435, 437, 453,
 455, 462, 469, 471, 571.
Coimbra, Henrique de — 449.
Collor Lindolfo — 234, 345, 352, 419,
 476.
Conceição, Delfina Maria da — 44.
Constant, Benjamin — 25.
Coriolano, Orsini — 529.
Correia, Aquino — 257.
Correia, Rivadávia — 19, 107, 112.
Correia, Sampaio — 257.
Correia, Serzedelo — 87, 450.
Córies, La-Fayette — 445.
Costa, Afonso — 84, 112.
Costa, Azevedo — 360.
Costa, Carlos — 435.
Costa, César — 259, 260, 547.
Costa Cornélio — 468.
Costa, Correia da — 112.
Costa, Fernando — 545.
Costa, Miguel — 360.
Costa, Pedro Luis de Oliveira — 235,
 258, 260, 344, 348, 350, 351, 465.
Costa, Pereira da — 488.
Costa, Plínio de Godói Moreira e —
 Veja: *Godói*, Plínio de.
Costa, Rodrigues — 352.
Costa Júnior, António José da — 84,
 111.
Coutinho, Oliveira — 70, 73.
Couto, Miguel — 583.
Cova, Alvaro — 293.
Cristina, Teresa — 15, 549.
Cruz, Santa — 340.
Cuchet, F. — 369, 435.

Cunha, Ascendino — 233, 245, 345.
Cunha, Eurides — 256.
Cunha, Francisco Solano Carneiro da
 — 352.
Cunha, Gastão da — 85.
Cunha, Godofredo — 453.
Cunha, José António Flores da — 352,
 520, 529.
Cunha, Ranulfo Bocaiúva — 352, 398,
 405, 409, 414, 415, 431, 437, 474,
 476.

D

Dantas, Francisco Clementino de San
 Tiago — 504.
Dantas, Júlio — 573.
Darcy, James — 85, 107, 327.
Dias, Bastos — 106.
Dodsworth Filho, Henrique de To-
 ledado — 352, 374, 432, 476.
Domingues, Luís — 84, 233.
Dória, Escragnoille — 19.
Dória, Pedro — 112.
Dória, Rodrigues — 84.
Doyle, Plínio — 504.
Draga, Rainha — 76.
Duarte, Deoclécio — 476.
Duarte, Manuel — 352, 476, 482, 491.
Duguil, Léon — 173, 175.
Dumont, Alberto de Santos — 75.
Dutra, Astoifo — 19, 85, 112, 138,
 201, 570.
Dutra, Correia — 85.

E

Eduardo VII — 76.
Egas, Eugénio — 37, 38.
Egídio, Olavo — 104, 235, 345, 348,
 350, 351, 465.
Egídio, Paulo — 58, 63, 64, 70, 72.
Ellis, Alfredo — 111, 203, 257, 292,
 323, 349, 350, 362, 386, 387, 450.
Ellis Júnior, Alfredo — 350.
Encarnação, Pedro Pereira da — 53.
Ernesto, Pedro — 529.
Escobar, Marçal de — 85, 127, 234.
Escobar, Vencesláu — 353.
Esmein — 175.
Eusébio, José — 84.
Evangelista, João — 259.

F

Fagundes, Oscar — 468.
Faria, João Caetano de — 150, 152,
 153, 208, 209, 210.
Faria, João de — 235, 344, 351, 445,
 465.

Faria, Juvenal Lamartine de — Veja: *Lamartine*, Juvenal.
Faria, Osvaldo Coutinho de — 78.
Faria, Otávio de — 504.
Faria, Raul de — 234, 345, 353.
Faria, Sinésio — 468.
Feijó, Diogo António — 354, 363, 450.
Feliciano, António — 547.
Fernandes, Rafael — 234, 345, 352, 400.
Fernandes, Raul — 112, 234, 270, 345, 562, 563, 585.
Fernandes Sobrinho, António Joaquim — 44.
Ferraz, Edgar — 73.
Ferraz, Fausto — 146.
Ferraz, Francisco de Paula — 388.
Ferraz, Pinto — 69, 70, 72.
Ferreira, Carlos Augusto Garcia — Veja: *Garcia*, Carlos.
Ferreira, João José Rodrigues — Veja: *Rodrigues*, João José.
Ferreira, João Luis — 256.
Ferreira, Pires — 84, 476, 482.
Ferrero, Guglielmo — 135.
Ferri, Enrico — 135.
Figueiredo, Aurélio de — 449.
Figueiredo, Jaci de — 128.
Figueiredo, Jackson de — 412.
Figueiredo, Luís Cândido — 445, 446.
Figueiredo, Maximiano de — 129, 145, 148, 157.
Fioravanti, Gervásio — 135.
Firmeza, Hermenegildo — 233, 345, 352, 385, 445.
Flaquer, Luís — 73.
Fleury, Aida — 489.
Fleury, André Augusto de Pádua — 18.
Fleury, Diva — 489.
Florenzano Dolores — 489.
Florenzano, Rosa — 489, 526.
Fonseca, Aníbal Freire da — Veja: *Freire*, Aníbal.
Fonseca, Clodoaldo da — 319.
Fonseca, Hermes Rodrigues da — 93, 104, 106, 113, 114, 116, 120, 122, 123, 126, 128, 133, 134, 137, 138, 161, 162, 187, 191, 208, 267, 296, 301, 304, 308, 317, 319, 321, 556, 582.
Fonseca, Manuel Deodoro da — 32, 33, 301, 403, 450, 452.
Fontes, Fiel — 352.
Fontes Júnior, António Martins — 19, 37, 38, 70, 72.
Fontes Júnior, José Martins — 19.
Fontoura, Carneiro da — 293, 319.
Fontoura, João Neves da — 529, 561, 563, 581.
Fortes, Auto — 19, 25.

Fortes, Crispim Jaques Bias — 113.
Fraga, Clementino — 233, 345, 352, 432, 561, 563, 571.
Fragoso, Augusto Tasso — 509, 515, 516, 529.
Fraissat, Maria José — 259.
Francisco, João — 360.
Franco, Afonso Arinos de Melo — 97, 103, 105, 114, 124, 125, 128, 133, 164, 170, 172, 176, 181, 182, 183, 237, 267, 297, 308.
Franco, Afrânio de Melo — 19, 25, 47, 97, 107, 112, 125, 126, 127, 138, 145, 155, 157, 163, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 191, 192, 234, 297, 298, 345, 353, 356, 416, 519, 522, 556.
Franco, António de Lacerda — 228, 257, 348, 349, 350, 387, 453, 460, 463, 464, 482, 495, 496.
Franco, Artur Martins — 234, 345, 352.
Franco, Virgílio de Melo — 303, 502.
Freire, Aníbal — 112, 352, 434, 453.
Freire, Felisbelo — 84, 86, 112, 129, 132, 148, 450.
Freire, Milcíades Mário de Sá — 25, 85.
Freitas, Augusto de — 84.
Freitas, Bezerra de — 127.
Freitas, Herculano de — 19, 70, 71, 73, 101, 228, 351, 362, 363, 364, 387, 404.
Freitas, Lindolfo Ferreira de — 369, 396, 397, 398, 400, 401, 435, 530.
Freitas, Lucila Azevedo de — 42, 541, 549.
Freitas, Norival Soares de — 234, 263, 268, 269, 271, 272, 345.
Freitas, Vicente Mamede de — 19.
Frontin, Paulo de — 323, 482, 483, 485.
Furtado, Azurem — 234.

G

G. — Veja: *Guastini*, Mário.
Gabaglia, Laurita Pessoa Raja — 295, 296, 297, 317, 318.
Galhanone, Família — 223.
Galhanone, José — 88, 187, 189, 208, 225, 227, 259, 547.
Gallotti, António — 504.
Galvão, Leôncio — 234.
Garcia, Carlos — 111, 235, 345, 348, 564.
Garcia, José — 79.
Gerke, Carlos — 61.
Glécério, Francisco — 39, 47, 68, 96, 99, 104, 105, 109, 111, 116, 388, 450.

Glória, Augusto — 234, 345, 353.
 Godofredo, Lamounier — 85, 112, 257.
 Godói, Gustavo de — 72.
 Godói, Plínio de — 25, 37, 40, 351, 356.
 Godói Neto, Antônio de — 220, 542, 543.
 Góis Filho, Coriolano de — 472, 475.
 Gomes, Carlos — 445, 447.
 Gomes, Napoleão — 234, 344.
 Gomes, Nestor — 256.
 Gomes, Venceslau Brás Pereira — Veja: Brás, Venceslau.
 Gomide, Peixoto — 72.
 Gonçalves, Barbosa — 234, 352, 445.
 Gonçalves, José — 145, 157.
 Gonçalves, Lopes — 482.
 Gonçalves, Manuel Bento — 66.
 Gonçalves, Ribeiro — 234, 352.
 Gonçalves Cochrane, Família — 46.
 Gondim Cochrane, Família — 46.
 Gooley — 179.
 Gordo, Adolfo — 111, 349, 351, 453, 460, 482.
 Gouveia, Nabuco de — 112, 234, 345, 352.
 Grellet, Laurindo Henrique — 55.
 Guanabara, Alcindo — 107, 112, 450.
 Guarará, Luís — 234, 352.
 Guastini, Mário — 547.
 Guatura, Manuel da Silva — 55.
 Guedes, Alfredo — 37.
 Guedes, Mário — 147, 149.
 Guilherme II — 76.
 Guilherme, Eliseu — 85, 234, 345, 352.
 Guimarães, Carlos — 19, 37.
 Guimarães, Fiúza — 449.
 Guimarães, Francisco de Paula Oliveira — 84, 85, 104, 107, 570.
 Guimarães, João — 140, 234, 269, 270, 271, 272, 273.
 Guimarães, Moura — 483.
 Guimarães, Protógenes — 529.
 Gurgel, Honório — 112.
 Gusmão, Aureliano de — 70, 73.

H

Hamilton, Alexandre — 73.
 Hasslocher, Germano — 85, 112, 135.
 Henriques, Antônio — 84.
 Henriques, João — 112.
 Heuschel — 24.
 Hermes, João Severiano da Fonseca — 352, 400, 403, 431.
 Hermes, Mário — 234, 345.
 Higino, José — 450.
 Holanda, Camilo de — 112.
 Horta, Manuel Pinto — 258.

I

Ibsen, Henrique — 289.
 Isabel, Princesa — 450.

J

James, Bartlett — 234, 344.
 Jellineck — 173.
 Jesus, Manuel Benedito de — 8.
 João VI — 325, 326.
 José, Albano — 55.
 Junqueira, Ribeiro — 25, 112, 234, 345, 353.
 Junqueira, Silvio — 545.

K

Karageorgevitch, Pedro — 76.
 Klinger, Bertoldo — 529.
 Klingloelhofer, Cristiano — 360.
 Konder, Adolfo — 234, 344, 352.
 Konder, Vitor — 419, 472, 491.

L

Lacerda, Maurício de — 241, 244, 246, 254, 267, 271, 319, 320, 529.
 Lacerda, Paulo de — 25.
 Lacombe, Américo Jacobina — 504.
 Lage, Cipriano — 303.
 Lago, Mozart — 251.
 Lago, Pedro — 112, 234, 482, 495, 500.
 Lamartine, A. de — 566.
 Lamartine, Juvenal — 112, 233, 344, 352, 443, 453, 469, 476, 482, 486.
 Laranjeira, Naldir — 459.
 Largura, Aristides — 128.
 Laveleye, Émile de — 175.
 Leal, Aurelino — 352, 572.
 Leal, Simão — 112, 233, 257.
 Leal, Valfredo — 234, 352, 433.
 Leal, Vilfredo — 84.
 Leão XIII — 76.
 Leão, Sousa — 112.
 Leite, Aureliano — 128.
 Leite, Benedito (I) — 101.
 Leite, Benedito (II) — 434.
 Leite, Duarte — 518.
 Leite, João Carlos Pereira — 345.
 Leite, José — 529.
 Leite, Laureano Ferreira — 60, 66.
 Leite, Maria Eulália Duarte — 519.
 Leite, Rodrigues — 70, 72.
 Leite, Solidônio — 234, 344, 352, 445.
 Leite Júnior — 73.

Leite, Sobrinho, Antônio — 226
Leme, Fernão Dias Pais — 527.
Leme, Sebastião — 433, 434, 444, 516, 517.
Lemes, Marcolino Ferreira — 55.
Lemes, Tomás de Aquino — 55.
Lemos, Artur — 84, 146, 233, 345, 352, 518, 522.
Leonel, Ataliba — 72, 351, 404, 415, 464, 465.
Leoni, Arlindo — 233.
Leopoldo, Duarte — 541.
Lessa, Pedro — 20.
L'Eure, Dupont de — 566.
Levy, H. I. — 10.
Lima, Alexandre José Barbosa — 85, 107, 112, 160, 163, 380, 403, 450, 476, 482.
Lima, Augusto de — 151, 234, 345, 353, 432, 476.
Lima, Augusto Pinto — 25.
Lima, Azevedo — 234, 345, 352, 378, 379, 404, 410.
Lima, Carlota Leopoldina de Castro — Veja: *Castro Lima, Viscondessa de*.
Lima, Carlota Moreira de Castro — 212.
Lima, Durvalina Moreira de Castro — 211.
Lima, E. Barbosa — 223.
Lima, Eulália Moreira de Castro — Veja: *Santa Eulália, Baronesa de*.
Lima, Fernandes — 454, 476.
Lima, Ferreira — 234, 328, 344, 352.
Lima, Getúlio Moreira de Castro — 211.
Lima, João Batista de Azevedo — Veja: *Lima, Azevedo*.
Lima, Joaquim José Moreira — 6, 7.
Lima, Pereira — 85.
Lima, Raimundo Barbosa — 508, 509.
Lima, Rodrigues — 84, 112.
Lima Sobrinho, Alexandre J. Barbosa — 343.
Lino, José — 400.
Lins, Lamcna — 85, 112.
Lins, Manuel Joaquim de Albuquerque — 47, 104, 111, 114, 116, 117, 123, 202.
Lira, Augusto Tavares de — 84, 187, 257, 403.
Lira, João — 476, 482, 486, 495, 496, 497.
Lira, Pereira de — 84, 112.
Lisboa, José Maria — 25.
Iobato, Olímpio Ataíde — 55.
Lobo, Antônio — 70, 72, 445.
Lobo, Aristides — 450.
Lobo, Estêvão — 19, 85.
Lobo, José Joaquim Pereira — 256, 340, 414, 415, 454, 476, 482.

Lobo, José Manuel — 84, 88, 111, 235, 344, 349, 351.
Lobo, Pelágio — 36, 38, 58, 548.
Lobo, Pinheiro — 112.
Lopes, Ildelfonso Simões — 257, 343, 345, 353, 445.
Lopes, Isidoro Dias — 360, 379, 529.
Lopes, Prado — 233, 345, 352, 432, 476.
Loreto, Galdino — 84.
Loreto, Sérgio — 476.
Loubet, Émile — 76.
Lucena, Sólón de — 256.
Luis, Washington — XI, 26, 70, 72, 73, 95, 149, 202, 203, 228, 230, 237, 238, 243, 255, 260, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 318, 319, 320, 322, 323, 331, 336, 337, 341, 348, 349, 350, 353, 354, 355, 356, 366, 375, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 393, 403, 406, 415, 416, 417, 418, 419, 422, 449, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 468, 471, 480, 485, 486, 488, 489, 491, 492, 493, 497, 499, 502, 505, 509, 513, 515, 516, 517, 521, 529, 562, 563, 570, 572, 582, 586.
Luna Júnior, J. J. de — 55.
Luz, Arnaldo Pinto da — 419, 435, 453, 472, 475, 491, 517.
Luz, Hercílio — 256.
Luzardo, João Batista — 352, 378, 380, 523.

M

Macedo Filho, Erasmo de — 510.
Machado, Alfredo — 259, 260.
Machado, Ângelo Pinheiro — 85, 112.
Machado, Francisco da Cunha — 112, 127, 129, 157, 185, 233, 339, 476, 482.
Machado, Irineu — 85, 107, 112, 482, 483.
Machado, José Gomes Pinheiro — 96, 97, 98, 101, 102, 105, 108, 114, 123, 133, 137, 138, 139, 141, 304, 450.
Machado, Marcelino Rodrigues — 233, 345, 352, 469, 481, 547, 562, 563, 583.
Machado, Mata — 19.
Machado, Raul — 234, 352.
Machado Filho, Alexandre Marcondes — Veja: *Marcondes Filho, Alexandre*.
Machado Júnior, Antônio de Pádua — 51, 52, 56.
Maciel, Francisco Antunes — 80, 112, 234, 345, 352.
Maciel, Godofredo — 233.

- Maciel, Olegário* — 85, 112, 514.
Magalhães, Aderson — 427.
Magalhães, Agamenon de — 352.
Magalhães, Basílio de — 353.
Magalhães, Landulfo de — 112, 234, 345.
Magalhães, Olinto de — 234, 345, 353.
Magalhães, Valdomiro de Barros — 80, 234, 344, 353.
Maia, Alcides — 234.
Maia, Gonçalves — 19, 148, 233, 245, 267, 269, 272, 273, 281, 282, 378.
Maisonette, Homero — 506.
Mallet, João Nepomuceno de Medeiros — 150.
Malta, Euclides — 233, 248, 344, 352.
Malta, Francisco de Toledo — 84.
Mangabeira, João — 112, 234, 343, 344, 352, 469, 476.
Mangabeira, Otávio — 234, 345, 352, 362, 364, 366, 372, 392, 400, 405, 406, 411, 416, 419, 427, 434, 462, 469, 471, 475, 491, 518, 572, 579.
Maranhão, Alberto — 233, 344, 352.
Marcelino, José — 102.
Marcondes, Francisco — 345.
Marcondes, Marieta — 259.
Marcondes, Urbano — 19.
Marcondes Filho, Alexandre — 465, 561, 563, 564.
Mariano, Olegário — 505.
Marinho, Benedito — 433, 434.
Marinho, Saldanha — 450.
Marques, Altino Arantes — Veja: *Arantes, Altino*.
Marques, Cícero — 518.
Marques, Costa — 25, 112.
Marques, José Manuel de Azevedo — 37, 84, 295.
Marques, Plínio — 234, 344, 352, 408, 453, 454, 455, 469, 476, 547.
Marques, Severino — 234, 345, 353.
Marques, Xavier — 234, 345.
Marrey Júnior, José Adriano — 547, 561, 563, 581.
Martins, Enéias — 84.
Martins, Manuel Joaquim de Mendonça — 414, 415.
Martins, Otávio — 223.
Mascarenhas, Domingos — 85, 112, 234, 345, 352.
Mata, Filemon Patrículo Ribeiro da — Veja: *Patrículo, Filemon*.
Matos, Alfredo Franklin de — 66.
Matos, Melo — 85.
Matos, Pereira de — 258, 259, 260.
Matos, Pindaíba de — 123.
Maximiliano, Carlos — 234, 345.
Medeiros, Bianor de — 352.
Medeiros, Borges de — 197, 257, 267, 306, 319, 450, 529.
Medeiros, José Augusto Bezerra de — Veja: *Augusto, José*.
Medeiros, Maurício de — 234, 271, 272, 273, 378, 400, 401, 445, 451, 476, 562, 563, 584.
Meira, Turiano — 360.
Meira Júnior, João Alves de — 351, 465.
Melo, Bandeira de — 519.
Melo, Cornélio Vaz de — Veja: *Melo, Vaz de*.
Melo, Custódio de — 33, 450.
Melo, Garibaldi de — 234, 345, 353.
Melo, Heitor de — 369.
Melo, Jesuino Ubaldo Cardoso de — Veja: *Cardoso, Jesuino*.
Melo, Joaquim de — 345, 352.
Melo, Jorge de — 143, 145.
Melo, José Alves Ferreira e — 345.
Melo, Júlio Cesário de — 352.
Melo, Júlio de — 84, 112, 233, 344.
Melo, Miguel — 453.
Melo, Paulo de — 161.
Melo, Raul Renato Cardoso de — Veja: *Cardoso, Raul*.
Melo, Vaz de — 234, 345, 412.
Melo, Veríssimo de — 25, 85, 127, 234, 271, 344.
Memória, Arquimedes — 313, 369, 435.
Mendes, Amadeu — 487.
Mendes, Antônio Pacheco — 234, 345, 352.
Mendes, Otávio — 19.
Mendonça, Belarmino de — 152.
Menezes, Cardoso de — 480.
Mesquita, Elpídio de — 112.
Mesquita, Júlio — 37, 39, 119, 360.
Metelo Júnior, José Maria — 234, 344.
Milanez, Abdon — 84.
Milton, Aristides — 450.
Milton, Douglas — 326.
Minhoto, Laurindo — 25.
Miranda, Afonso Pinto — 468.
Miranda, Bento — 233, 345, 352.
Miranda, Correia de — 112.
Miranda, João Pedro da Veiga — 197, 235, 242, 297, 298, 312.
Miranda, Passos de — 25, 84, 112.
Miranda, Pedro G. Chermont de — 233, 345, 352, 513.
Miranda, Pontes de — 84, 112.
Miranda, Raimundo — 233.
Miranda, Rodolfo Nogueira da Rocha — 84, 101, 102, 108, 110, 116, 117, 118, 119, 257.

Miranda, Vicente Chermont de — 504, 511, 513.
Moacir, Pedro — 25, 107, 112, 123, 125, 129, 139, 140, 157, 159.
Moniz, António — 482.
Monjardim, José — 84.
Monjardim, Manuel — 234, 345, 476, 482.
Monteiro, Bernardino de Sousa — 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163.
Monteiro, Bernardo — 85.
Monteiro, Carneiro — 85.
Monteiro, Henrique Borges — 19, 85, 112, 273, 345, 352.
Monteiro, João — 19.
Monteiro, Jerônimo — 25.
Monteiro, Pedro Aurélio de Góis — 529.
Monteiro, Rêgo — 256.
Monteiro, Tobias — 257.
Morais, Alberico de — 352.
Morais, Hermengildo de — 85, 112.
Morais, Joaquim de Almeida Leite de — 19.
Morais, José António de — 352.
Morais, Prudente de — 94, 96, 249, 301, 402, 450.
Morais Filho, Domingos António de — 60, 66.
Morais Filho, Prudente de — 127, 157, 235, 249, 345, 350, 351.
Morato, Francisco — 19.
Moreira, Artur Colares — 233, 345, 352, 432.
Moreira, Cleinentino — 388.
Moreira, Delfim — 19, 112, 201.
Moreira, Família — 5, 34, 38, 51, 211, 212.
Moreira, Joaquim — 234, 278, 344, 482.
Moreira, Maria da Conceição Azevedo Roche — 44, 510.
Moreira, Roberto — 487, 492.
Moreira, Roberval Roche — 510.
Moreira, Thiers Martins — 504.
Moreira, Torquato — 112, 159, 234, 264, 267.
Moreira Lima, Conde de — 35.
Moretz Sohn, Francisco Xavier — 10.
Mota, Cândido — 25, 26, 37, 89, 111.
Mota Sobrinho, Alves — 7.
Moura, F. X. de Assis — 10, 11.
Moura, José Artur de — 227, 542.
Moura, José Marcondes de (I) — 60, 66.
Moura, José Marcondes de (II) — 537.
Moura, Leopoldo Marcondes de — 259, 260, 388, 487.
Mourão, Carvalho — 25.
Müller, Lauro — 96, 99, 403, 450.
Murat, Luis — 112.

Murtinho, Joaquim — 100, 101, 114, 450.
Murtinho, José — 112, 482.
Mussolini, Benito — 353, 354.

N

Nabuco, Joaquim — 135.
Napoléão, Artur — 30, 525.
Nascimento, Abílio — 225, 226.
Nascimento, Cassiano do — 85, 450.
Nascimento, Nicanor do — 129, 177, 241, 244, 246, 254, 352.
Nascimento, Oscar Carneiro — 468.
Nascimento, Ubaldino do — 112.
Neiva, João — 84.
Nepomuceno, Nina — 489.
Néri, Silvério José — 414, 415, 476, 482.
Neto, Coelho — 112, 135, 296.
Neto, Zeca — 360.
Neves, Faria — 112.
Neves, João Bacta — 234, 345, 353.
Nicácio, Astolfo Dutra — Veja: *Dutra*, Astolfo.
Niemeyer, Oscar — 443, 459.
Nogueira, José Luís de Almeida — 58, 59, 60, 61, 63, 64, 70, 71, 72, 73.
Noronha, Isaias de — 509, 519, 529.
Novais, José Batista — 55.
Novelty — 416.

O

Olivas, Brás Pereira de — 561.
Oliveira, Eurico Jaci Monteiro de — 432.
Oliveira, José Marques de — 260.
Oliveira, José Rubino de — 19.
Oliveira, Leopoldino de — 234, 404.
Oliveira, Paulo de — 360.
Oliveira, Samuel de — 73, 90, 150, 206.
Oliveira, Sérgio de — 25, 234, 344.
Olivieri, Maria — 45.
Orlando, Artur — 84, 112.
Osório, Joaquim — 234, 316.
Oswald, Carlos — 450.
Otingi, Afrânio Camorim Jacatuna de — Veja: *Franco*, Afrânio de Melo.
Otoni, Carlos — 85.

P

- Pacheco*, Alarico — 128.
Pacheco, Félix — 112, 362, 434, 453.
Paderewsky — 489.
Paim Filho, Firmino — 352.
Paiz, Alvaro — 476.
Paiva, Ataulfo de — 19.
Paiva, Bueno de — 85, 112, 237, 257, 292, 403, 450, 474, 476, 495, 496, 497, 499.
Paixão, Rodolfo — 85, 112.
Pamplona, Estanislau — 360.
Passos, Francisco Pereira — 76.
Passos, Nestor Sezefredo dos — 419, 472, 475, 491.
Patrículo, Filemon — 225, 260, 561, 563, 576.
Pauffero, Kantionilho Caramuru — 210.
Peçanha, Nilo — 93, 94, 104, 105, 108, 114, 117, 123, 138, 139, 140, 266, 267, 269, 273, 282, 291, 292, 293, 294, 296, 304, 305, 306, 318, 319, 320, 321, 386, 402, 450, 571.
Pederneiras, Aquiles — 209.
Pedro I — 403, 452.
Pedro II — 15, 450, 549.
Pedrosa, João Rodrigues Machado — 37, 109, 110.
Pedrosa, Jônatas — 204.
Pedrosa, Zemira Rodrigues — 43.
Peixoto, Floriano — 33, 36, 301, 354, 450, 555.
Peixoto, Francisco — 344.
Peixoto, José Carlos de Matos — 476.
Peixoto, Júlio Afrânio — 352, 432, 476.
Peixoto, Sá — 25.
Peixoto Filho, Carlos — 19, 85, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 138, 240, 422, 556, 570.
Pena, Afonso Augusto Moreira — 75, 96, 100, 101, 103, 105, 108, 111, 113, 114, 402, 565.
Pena, Ferreira — 112.
Penafiel, Carlos — 234, 345.
Pena Júnior, Afonso — 234, 345, 353, 434, 454.
Penido, Antônio M. Nogueira — 85, 234, 276, 286, 345, 352.
Penteado, Heitor Teixeira — 351, 465, 476.
Penteado, Joaquim Augusto de Barros — 25, 111, 235, 345.
Penteado, José Roberto Leite — 235, 243, 345, 351.
Pereira, Ana Maria — 6, 7.
Pereira, Antônio Maria — 28.
Pereira, Armando — 468.
Pereira, Armando de Arruda — 532.
Pereira, Batista — 112, 505, 518.
Pereira, Darci Leite — 543, 544, 545.
Pereira, José Leite — 55, 60, 66.
Pereira, Neli Leite — 489.
Pereira Júnior, José Leite — 211.
Pereto, Carlos — 260.
Perneta, Emiliano — 19.
Pessoa, Aristarco — 544.
Pessoa, Epitácio da Silva — X, 159, 201, 230, 235, 237, 238, 239, 241, 250, 251, 254, 255, 261, 263, 264, 266, 272, 289, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 302, 304, 307, 308, 311, 312, 313, 318, 319, 320, 321, 322, 324, 326, 391, 403, 435, 450, 471, 482, 571.
Pessoa, João — 148, 502, 505, 519, 520, 543, 544, 545.
Pessoa, José — 319, 544.
Pessoa, Lindolfo — 234, 315, 344, 352, 476.
Piedade, Emídio — 70, 73.
Pila, Raul — 529.
Pimentel, Francisco Silveira d'Ávila — 9.
Pimentel, Honório — 344.
Pinheiro, João — 113.
Pinheiro, Rafael — 446.
Pinheiro Júnior, José Gomes — 156, 157, 234, 345, 352.
Pinho, José Wanderley de Araújo — 352.
Pinto, Cônego — 433, 434.
Pinto, Dario Vieira Teixeira — 55.
Pinto, Edmundo da Luz — 476.
Pinto, Firmiano de Moraes — 351, 404, 415, 465, 476.
Pinto, Luis de Castro — 545.
Pinto, Magalhães — 257.
Pinto, Olegário — 234, 340, 353, 453, 476, 482.
Pinto, Pedro Vieira Teixeira — 52, 56, 59, 60, 66.
Pinto, Roquette — 505.
Pinto, Salatiel Vieira Teixeira — 55.
Pio X — 76.
Piragibe, Vicente — 129, 234, 242, 345, 352, 432.
Pires, Homero — 352.
Pita, Laurindo — 85.
Piza, Luis — 37, 38, 39, 40, 47, 70, 87, 99, 100, 101, 105, 108.
Piza Sobrinho, Luis — 128.
Pombo, Rocha — 19.
Pompéia, Raul — 12.
Ponce, Generoso — 112.
Poppe, Mário — 334.
Porchat, Reinaldo — 25.
Pôrto, Carlos — 70, 73.
Pôrto, Dorval — 233, 352, 476, 561, 563, 573.
Potiguara, Tertuliano — 352, 360, 361.
Prado, Antônio da Silva — 96.

Prado, Paulo — 19.
Prado, Vicente de Almeida — 350.
Prado Júnior, Antônio — 472, 575.
Prata, Alaor — 112, 234, 340, 435, 454, 476.
Prates, Camilo — 112, 234, 328, 344, 353.
Prazeres, Oto — 110, 134, 135, 265, 285, 426, 427, 547.
Prestes, Fernando — 37, 39, 40, 84, 90, 257, 389, 474.
Prestes, Júlio — 148, 257, 349, 351, 353, 366, 389, 405, 406, 411, 415, 423, 424, 433, 465, 469, 471, 475, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 491, 493, 501, 502, 529.
Prestes, Luís Carlos — 365.
Primo, Justo — 468.
Pujol, Alfredo — 19, 37.

Q

Queiroz, José Pereira de — 19, 37.
Queiroz, Pessoa de — 233, 345, 352.
Quissak — 195.

R

Rabêlo, Marcos Franco — 133.
Ramalho, Barão de — 25.
Radice, Padre — 45.
Ramos, Augusto Ferreira — 104, 445.
Ramos, Florindo — 360.
Ramos, Vidal — 112.
Rato, João — 227.
Reale, Miguel — 547.
Rebêlo, Afonso de Castro — 84, 233, 345.
Rebêlo, Pires — 233.
Rêgo, Pedro da Costa — 189, 200, 233, 235, 243, 245, 248, 277, 285, 311, 312, 314, 338, 344, 372, 469, 482, 547, 579.
Reis, Carlos — 252.
Reis, Fideles — 146, 234, 345, 353.
Reis, Manuel — 234, 345.
Reis, Rodrigo Nazaré de Sousa — 66.
Resende, Antônio Ribeiro de — 209, 210.
Resende, Astolfo de — 25.
Resende, Carneiro de — 112.
Resende, Emílio Jardim de — 345.
Resende, Gabriel de — 25, 26.
Resende, José Augusto Pereira de — 465.
Resende, José Gonçalves de — 433, 434.
Resende, Leonel de — 85.
Resende, Leônidas de — 210.

Resende, Pádua — 85.
Ribas, Gumercindo — 127, 157, 159, 171, 185, 234.
Ribeiro, Adelina Rodrigues da Ponte — 12, 43, 212.
Ribeiro, Ananias — 258.
Ribeiro, Antônio José da Costa — 233, 345, 352.
Ribeiro, Artur — 19.
Ribeiro, Cardoso — 257.
Ribeiro, Demétrio — 450.
Ribeiro, Henrique da Ponte — 13, 15, 212.
Ribeiro, José Ângelo Gomes — 528.
Ribeiro, Leonor da Ponte — 212.
Richet, Charles — 135.
Rio, João do — 111.
Rio, José Pires do — 257, 312, 351, 404, 445.
Rio Branco, Barão do — 113, 134, 135, 450.
Rio Branco, Visconde de — 450.
Rios, Adolfo José Pereira — 55.
Rios, Raul — 388.
Ripper, Artur Palmeira — 47, 111, 276, 282, 316, 344, 348, 350.
Roberto, João Paulo — 46.
Roberto, Salvador — 405.
Rocha, Alexandrino da — 344.
Rocha, Aristides — 233, 344, 454, 476, 482, 518, 522.
Rocha, Artur Pinto da — 353.
Rocha, Casemiro — 445.
Rocha, Clóvis Paulo da — 504.
Rocha, Moreira da — 233, 352.
Rocha, Munhoz da — 499.
Rocha, Otávio — 234, 251, 266, 267, 269, 270, 273, 276, 282, 285, 286, 316, 344, 378, 444.
Rocha, Pereira da — 70, 72.
Rodrigues, Antônio Cândido — 84, 88, 104, 108, 116.
Rodrigues, Antônio da Gama — 7, 208, 211, 212, 221, 222, 224, 228, 229, 328, 388, 534, 557.
Rodrigues, Barbosa — 145.
Rodrigues, Bettencourt — 47.
Rodrigues, Costa — 112, 233, 403.
Rodrigues, Família — 5.
Rodrigues, Figueiredo — 233, 315.
Rodrigues, Francisco Antônio Dutra — 18.
Rodrigues, João José — 6, 7, 8, 43.
Rodrigues, Maria Leopoldina de Azevedo — 6, 7, 8, 43.
Rodrigues, Mário — 394.
Rodrigues, Odila — 8, 43, 227, 487, 533, 534, 546, 550, 553.
Rodrigues, Tomás Pessoa de Paula — 233, 345, 352, 445, 454, 482, 547.
Rodrigues Alves, Família — 54.
Romeiro, Antônio Marcondes — 60, 66.

Romeiro, Francisco Marcondes — 84, 111.
Root, Elihu — 135.
Rosas, Carvalho — 259.
Rotschild, N. M. — 77.
Roure, Agenor de — 179.
Rubião, José — 37.
Rubião Júnior, José Alvares — 37, 70, 95, 101, 109.
Rui, Alfredo — 112, 234, 345, 352, 400, 433.
Russell, Alfredo — 25.
Russell, Frederico — 25.

S

S. — 244, 255, 330, 331, 332.
Sá, Francisco — 84, 316, 328, 362, 434, 482, 499, 500.
Sá, Raul de Noronha — 234, 345, 353, 408, 414, 415, 474, 476.
Sabino, Horácio — 19.
Sá Filho, Francisco — 352.
Sales, António de Pádua — 37, 70, 93, 109, 110, 257, 464, 561, 563, 568.
Sales, Efigênio Ferreira de — 233, 245, 248, 345, 352, 475.
Sales, Francisco António de — 103, 104, 113, 137, 146, 267, 331.
Sales, Joaquim de — 234, 272, 273, 353.
Sales, Manuel Ferraz de Campos — X, 39, 54, 55, 74, 75, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 109, 110, 111, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 137, 207, 354, 450.
Sales Filho, Francisco António Rodrigues de — 234, 245, 248, 344, 476.
Sales Júnior, António Carlos de — 235, 276, 345, 351, 416, 465, 476, 561, 563, 568.
Salgado Filho, José Pedro — 547.
Salgueiro, Manuel Domingues — 6, 7.
Salhab, Gabriel — 259.
Sampaio, Carlos — 257, 310, 311.
Sampaio, João — 548.
Sampaio, Sebastião — 363.
Santa Eulália, Barão de — 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 23, 27, 32, 34, 37, 75, 208, 212, 262, 541, 546, 553, 555.
Santa Eulália, Baronesa de — 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 17, 21, 32, 35, 42, 205, 211, 224, 259, 261, 262, 269, 546, 549, 550, 553, 555.
Sant'Ana, Vitor — 504.
Santiago, Teodomiro — 234, 344, 353, 476.
Santos, António Maia — 369, 400.
Santos, Carlos Maximiliano Pereira dos — Veja: *Maximiliano, Carlos*.
Santos, Celina Azevedo de Castro — 42, 489, 506, 538, 540, 549, 550.
Santos, Gabriel Ribeiro dos — 25, 351.
Santos, João — 445.
Santos, José dos — 260.
Santos, Júlio — 445.
Santos, Licurgo de Castro — 506, 524, 533.
Santos, Rodrigues dos — 70, 73.
Santos, Soares dos — 85, 112, 134, 482.
Santos, Urbano dos — 84, 256, 266, 292, 294.
São José, Ana Maria de — 6, 7.
Saralba, Gustavo — 149.
Sarmento, Alberto — 25, 100, 101, 111, 235, 351, 366, 465, 564, 565.
Sarmento, Morais — 19, 25.
Sátiro, Manuel — 352.
Schmidt, Felipe — 482, 495, 496.
Seabra, José Joaquim — 112, 256, 267, 294, 306, 318, 319, 450.
Seabra Filho, José Joaquim — 234.
Sena, Nelson Coelho de — 234, 345, 353, 431, 476.
Serpa, Justiniano de — 112, 256.
Silva, Aires da — 234, 248, 353.
Silva, António Carlos Ribeiro de Andrada Machado e — 449.
Silva, António Carlos Ribeiro de Andrada Machado e (o Môço) — 19.
Silva, António Moreira da — 67, 84, 87, 88.
Silva, Bethencourt da — 112, 234, 345, 352.
Silva, Francisco de Assis Rosa e — 96, 123, 403, 450, 482.
Silva, Francisco Lopes de Assis — 369, 399, 435.
Silva, João Tomé de Sabóia e — Veja: *Tomé, João*.
Silva, João Vieira da — 260.
Silva, José Bonifácio de Andrada e (o Patriarca) — 450.
Silva, José Bonifácio de Andrada e — Veja: *Bonifácio, José*.
Silva, Juventino — 537.
Silva, Manuel de Matos Duarte — Veja: *Duarte, Manuel*.
Silva, Manuel Marcondes da — 219.
Silva, Odila — Veja: *Coelho, Odila Machado*.
Silva Filho, Francisco Joaquim Bethencourt da — Veja: *Silva, Bethencourt da*.
Silveira, Luis — 233, 352.
Silveira, Valdomiro — 25.

Simões Filho, Ernesto — 352, 433.
Simonsen, Roberto — 48.
Simonsen, Wallace Cochran — 47.
Simplício, João — 112, 234, 345, 352, 476.
Siqueira, José Tiago de — 260.
Soares, Camilo — 19, 85.
Soares, José Carlos de Macedo — 360.
Soares, José Eduardo de Macedo — 234, 245.
Soares, Luís — 70, 73.
Soares, Oscar — 233, 275, 352.
Soares, Raul — 266, 297, 298, 303, 385.
Soares, Vital Henrique Batista — 476, 501.
Soares Júnior, Rodrigo — 104, 107.
Sócrates, Eduardo — 112, 360.
Sodré, A. A. de Azevedo — 234, 242, 345, 444.
Sodré, Feliciano — 138, 139, 140, 257, 403.
Sodré, Francisco de Paula Abreu — 109, 110.
Sodré, Lauro — 403, 450, 476, 482.
Sodré, Moniz — 315.
Sodré Júnior, Feliciano Pires de Abreu — Veja: *Sodré*, Feliciano.
Sousa, Antônio de — 256.
Sousa, Belisário de — 85.
Sousa, Elói de — 84, 112.
Sousa, Francisco Moreira de — 66.
Sousa, Heitor de — 234, 345, 352, 362, 398, 404, 405, 434, 437, 453.
Sousa, Herculano Marcos Inglês de — 125.
Sousa, Irineu Evangelista de — 470.
Sousa, José Gonçalves de — 345.
Sousa, José Leite de — 84.
Sousa, Marcondes de — 155, 156, 158.
Sousa, Marnoco e — 175.
Sousa, Melo e — 433.
Souza, Monteiro de — 112, 352, 398, 405, 437.
Sousa, Paula — 72.
Sousa, Soares de — 85, 112.
Sousa, Tomé de — 450.
Sousa, Ulpiano de — 25.
Sousa, Washington Luís Pereira de — Veja: *Luís*, Washington.
Sousa Filho, Clemente Falcão de — 19.
Sousa Filho, Manuel Francisco de — 233, 282, 284, 289, 345, 378, 476.
Sousa Júnior, Paulino Soares de — 19.
Souto, Carlos de Faria — 112, 141, 352.
Spatti, Natalina — 489.
Steidel, Frederico — 19.
Suassuna, João — 345, 352.
Suplicy, Luís — 46.

T

Taunay, Afonso d'Escraguolle — 449.
Tavares, Antônio Raposo — 527.
Tavares, Gentil — 234, 345, 352.
Tavares, Irlinda — 487.
Tavares, Mário — 70, 73, 257, 415, 445.
Távora, Juarez — 360, 512, 519.
Teles, Mário Rolim — 465.
Teles, Pantaleão — 360.
Teodoro, Sabino — 525.
Tibirica, Jorge — 67, 93, 95, 99, 100, 101, 104, 108, 109, 111.
Tibúrcio, Serafim — 160.
Tinoco, Brígido — 267, 297.
Tividentes — 404, 447, 448, 450, 452.
Toledo, Anibal de — 157, 234, 345, 353, 476.
Toledo, Pedro de — 37.
Tomé, João — 400, 476, 482, 495.
Torloni, Hilário — 548.
Tórres, Alberto — 183.
Tórres, José Guerreiro Monteiro — 55.
Tosta, Joaquim — 84.
Tourinho, Eugênio — 84, 233, 345.
Touinho, José Maria — 234, 345.
Trovão, Lopes — 450.

U

Uchoa, Plínio — 518.

V

Valadão, Alfredo — 25.
Valadão, Oliveira — 84.
Valadares, Francisco — 25, 234, 315, 328, 344, 353, 432.
Vale, Eurico — 233, 340, 345, 352, 372, 398, 405, 409, 432, 434, 469, 476, 482, 495.
Vale, Freitas — 19, 25, 26, 73.
Vale Filho, Galdino do — 345, 432.
Valera, Eamon de — 270.
Valga, Henrique — 25, 145.
Vampré, Spencer — 19, 20.
Varela, Alfredo — 85.
Varela, Carlos — 260.
Vargas, Getúlio — 148, 234, 352, 353, 411, 419, 472, 475, 484, 502, 505, 514, 519, 520, 522, 523, 529, 532.
Vasconcelos, José de — 295.
Vasques, Margarida — 489.
Vaz, Francisco de Paula — 227.
Veiga, Edmundo da — 19, 434, 435, 437.

Veiga, Otávio — 468.
Veiga, Raul — 112, 256, 267.
Veiga Filho — 73.
Velho, Cabral — 360.
Velho Sobrinho, J. F. — 74, 103, 104, 120.
Veloso, Leão — 107, 112.
Vergueiro, César Lacerda de — 235, 257, 345, 351, 465.
Veríssimo, Júlio — Veja: *Melo*, *Veríssimo* de.
Viana, Bulcão — 84.
Viana, Fernando de Melo — 228, 385, 386, 454, 461, 472, 475, 476, 480, 491, 492, 495.
Viana, Geraldo — 234, 344, 352, 476.
Viana, Godofredo — 476, 482, 495.
Viana, Hélio — 504.
Viana, Sampaio — 19, 25.
Vidal, Gil — 140.
Vidal, Rafael de Abreu Sampaio — 25, 235, 257, 323, 349, 383.
Vidigal, Gastão — 48.
Vieira, José — 83, 432.
Vieira, Menezes — 13, 16, 17, 18.

Vieira, Pedro (I) — Veja: *Pinto*, *Pedro Vieira Teixeira*.
Vieira, Pedro (II) — 149.
Vieira, Severino — 101, 114.
Vilaboim, Manuel Pedro — 235, 344, 351, 416, 444, 465, 476, 482, 483, 505.
Visconti, Eliseu — 450.
Vitor Manuel III — 76.
Vollsack — 41.

W

Wandenkolk, Eduardo — 450.
Wertheimer, Deodato — 445.
Whitacker, Artur P. de Agular — 25, 547.
Whitacker, José Maria — 519.

Z

Zander, Romero — 518.

Índice das gravuras

1. Os pais de Arnolfo Azevedo .	8
2. Colégio Moretz Sohn	11
3. Oito de Dezembro (marcha triunfal) .	16
4. Ao Nóvo Mundo (polca)	22
5. Arnolfo Azevedo, bacharelado em Direito .	24
6. A "môça bonita"	29
7. Arnolfo Azevedo ao findar o século XIX .	41
8. A sede da Fazenda da Conceição	45
9. Rio de Janeiro no início do século XX	81
10. Arnolfo Azevedo, vice-presidente da Câmara Federal .	106
11. Uma carta de Campos Sales .	115-116
12. Arnolfo Azevedo e sua família .	195
13. Carta de amigo	198
14. Título de eleitor	220
15. Arnolfo Azevedo em 1921	232
16. Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara Federal .	252
17. As primeiras dificuldades... (caricatura)	264
18. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1921 .	292
19. Um documento histórico (I) .	299
20. Um documento histórico (II)	300
21. O presidente do Estado de São Paulo em visita à Exposição do Centenário (1922)	323
22. Nas escadarias da Biblioteca Nacional	324
23. O presidente da República visita a Câmara dos Deputados .	328
24. Um banquete político	340
25. A bancada paulista homenageia o presidente do Estado (1924) .	349
26. De partida para a Europa	366
27. Palácio Tiradentes (maqueta)	370
28. Arnolfo Azevedo em 1925	376
29. Arnolfo Azevedo visto por Belmonte .	382
30. Washington Luís	384
31. Arnolfo Azevedo visto pelos caricaturistas cariocas ...	395
32. Próceres políticos da década de 1920 (autógrafos)	406
33. A reforma da Constituição	414

34. Artur Bernardes	420
35. Uma opinião de Arnolfo Azevedo (autógrafo) .	424
36. Uma sátira de J. Carlos	436
37. 9 de maio de 1926	448
38. A estátua de Tiradentes	448
39. Homenagem ao presidente de São Paulo (1927) .	484
40. Arnolfo Azevedo, senador da República	490
41. Arnolfo Azevedo, presidente da comissão de Finanças do Senado Federal (1928)	494
42. Arnolfo Azevedo em Lorena	535
43. O símbolo da gratidão	548
44. O Solar dos Azevedo, em Lorena	552

Índice da matéria.

Explicação — ix.

Sumário — 3.

1. *A formação da personalidade.* — As origens — 5. Lorena ganha um novo lar — 7. A infância de Arnolfo Azevedo — 9. No Colégio Moretz Sohn — 9. O adolescente rebelde — 11. No Colégio Menezes Vieira — 13. Os últimos preparatórios — 15. Na Academia de Direito — 18. O acadêmico Arnolfo Azevedo — 20. Termina o curso acadêmico — 23. Artista por temperamento — 26. Namôro e casamento — 28.
2. *Início da vida pública.* — Entrada na política — 32. Primeira eleição, primeira vitória — 34. Intendente Municipal — 35. Anos agitados e difíceis — 36. Na Câmara Estadual — 37. O deputado estadual — 38. Retira-se da vida pública — 39. A vida em família — 42. Numa antiga fazenda de café — 43. Novos filhos — 44. Vida de Fazenda — 46.
3. *O municipalista.* — Imbuído de espírito público — 50. Lorena, "terra de ninguém" — 50. Retôrno à vida pública — 51. Autonomia dos municípios — 56. Em defesa da autonomia municipal — 58. A "Representação" de Lorena e Guaratinguetá — 61. Repercussão do documento — 66. Os debates no Congresso Constituinte — 69. Vitória completa — 72.
4. *Deputado Federal.* — Inicia-se o governo de Rodrigues Alves — 74. O ano de 1903 — 75. Moedas de prata — 76. No "Grande Hotel" da Lapa — 78. A Cadeia Velha — 82. Deputados da legislatura de 1903-05 — 83. Impostos interestaduais — 85. Organização político-administrativa do Acre — 91.
5. *No cenário político nacional.* — Sucessão presidencial de Rodrigues Alves — 93. A candidatura de Campos Sales — 97. Bernardino de Campos *versus* Campos Sales — 100. Na voragem dos acontecimentos — 103. Vice-presidente da Câmara Federal — 107. Ministro da Agricultura? — 107. Prestígio político — 109. A legislatura de 1909-11 — 111. A candidatura de Hermes da Fonseca e o civilismo — 113. Campos Sales e o governo Nilo Peçanha — 116.
6. *Em oposição ao Governo Federal.* — O parlamentar — 121. Conselho Federal da República — 123. Renova-se a idéia — 125. Oposição ao governo federal — 128. O estado de sitio — 129. Intervenção no Ceará — 132. No Palácio Monroe — 134.
7. *Novos tempos, novos trabalhos.* — O ano de 1915 — 137. Intervenção no Estado do Rio de Janeiro — 138. Crédito hipotecário rural — 141. O assunto em debate — 143. Renasce o projeto — 146. O "caso" da Fazenda Amarela — 149. Desfazendo uma mentira — 150.
8. *Um ano de intensa atividade.* — O ano de 1916 — 155. O "caso" do Espírito Santo — 155. Fazendo justiça, mas dizendo verdades — 157. Os debates — 160. Conselho Municipal do Distrito Federal: o projeto Melo Franco — 163. Voto contrário de Arnolfo Azevedo — 165. Réplica de Melo Franco — 172. Tréplica de Arnolfo Azevedo — 176. Termina o duelo — 181. Outros assuntos — 184.

9. *Anos pouco produtivos.* — De 1917 a 1920 — 186. Ligação do sul de Minas com o mar — 186. Vantagens da iniciativa — 188. A Guerra e o estado de sítio — 190. "Trabalhos Parlamentares" — 193. Assuntos vários — 196. Presidente do Estado de São Paulo? — 201. Mudança para o Rio de Janeiro — 204.
10. *A margem das atividades parlamentares.* — Lorena e Arnolfo Azevedo — 206. Problemas com o Exército — 208. Luta entre parentes — 211. A carta de Machado Coelho — 213. A resposta de Arnolfo Azevedo — 217. Aspectos da luta política — 221. Lorena dividida — 223. Duelo pela imprensa — 225. O pitoresco na tragédia — 226. Ponto final — 228.
11. *Na presidência da Câmara Federal (1921).* — Inicia-se o ano de 1921 — 230. A Câmara Federal em 1921 — 233. A bancada paulista — 235. O problema da presidência da Câmara — 236. Surgem dificuldades — 241. Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara — 244. O discurso de posse — 247. Comentários da imprensa — 253. Viagem triunfal — 257. Tristeza em plena vitória — 261.
12. *Prova de fogo.* — 1921, ano político difícil — 263. Pondo ordem nos trabalhos — 265. A candidatura de Artur Bernardes — 266. O "caso" Norival de Freitas — 268. Explicações da presidência — 270. Tumulto no plenário — 272. Orçamento e Regimento Interno — 274. Divergem as opiniões — 276. As razões da presidência da Câmara — 278. Pausa cívica — 281. Violência dos debates — 282. No "seio de Abraão"... — 285. Veto ao Orçamento — 289.
13. *No ano do centenário da Independência.* — Bernardes versus Nilo — 291. A "patativa do Norte" — 294. São Paulo e a candidatura Bernardes — 296. Prosseguem as confabulações — 303. Reeleição para a presidência da Câmara — 308. Começa a nascer o Palácio Tiradentes — 310. A Câmara na Biblioteca Nacional — 313. Julho de 1922 — 317. O centenário da Independência — 322. O fim do ano de 1922 — 326.
14. *A sessão legislativa de 1923.* — Nos bastidores da política — 330. Reeleição para a presidência da Câmara — 331. Representação dos Estados na Câmara — 335. Consagração em novembro — 337. Discursos políticos — 339. Justiça de olhos abertos — 341. Um álbum de autógrafos — 343. Palavras de agradecimento — 345.
15. *A sessão legislativa de 1924.* — A política paulista em efervescência — 348. A Câmara na legislatura de 1924-26 — 351. Rodovia de Jacaré e Cachoeira — 353. Reeleição para a presidência da Câmara — 356. Revolução em São Paulo — 359. Sessão cívica de 15 de novembro — 365. O Palácio Tiradentes em construção — 369. O político, "êsse desconhecido"... — 371. No dia de São Silvestre — 373.
16. *A sessão legislativa de 1925.* — Inicia-se nova sessão legislativa — 375. Enfrentando os deputados opositores — 378. Washington Luís, candidato à presidência da República — 383. Assuntos diversos — 387. Encerra-se a sessão legislativa — 389.
17. *Último ano na Câmara Federal (1926).* — Um ano cheio de contrastes — 393. Ferido em sua honorabilidade — 394. Renovam-se os ataques — 398. O palácio da Câmara em vias de conclusão — 402. A derradeira reeleição — 404. Deputado ameaçado de expulsão — 409. Reforma da Constituição — 412. Hegemonia de São Paulo — 415. O ministério de Washington Luís — 417. Discursos políticos — 421. A última sessão — 422. O "grande presidente" — 425.
18. *O Palácio Tiradentes.* — Centenário do Poder Legislativo — 428. Sob as bênçãos de Deus — 433. Inaugura-se o Palácio Tiradentes — 434. A sessão solene — 437. Palavras de Arnolfo Azevedo — 438. Dias felizes — 442. Lembrando-se das crianças — 445. O Palácio Tiradentes — 447. Imortalizado no bronze — 453. O adeus ao Palácio — 458.

19. *No Senado Federal* (1927). — Marcha para o ocaso — 460. O xadrez da política nacional — 461. Um destino político em jogo — 463. "Arquivado" no Senado Federal? — 466. 1927, um ano melancólico — 470. Consólio na melancolia — 475.
20. *Senador da República*. — Liderança do Senado Federal — 482. Lorena em festa — 486. Inauguração da rodovia Rio-São Paulo — 491. Na comissão de Finanças do Senado — 493. Atividades parlamentares — 498. As vésperas da Revolução de 1930 — 501.
21. *Entre duas revoluções*. — "Malvados I" — 504. A marcha dos acontecimentos — 506. A grande desgraça — 507. A Revolução dá seus botes. — 509. No Palácio Guanabara — 515. Na Embaixada Portuguesa — 518. Tétricas perspectivas — 519. A desgraça torna-se ainda maior — 523. São Paulo em armas I — 526. A "guerra" nas calçadas... — 527. A Revolução pitoresca — 529. "Mande a senha pelo José" — 530. Isto é São Paulo I — 531.
22. *A última etapa*. — Despedidas do Rio de Janeiro — 533. No Solar de Lorena — 534. Renasce o poeta — 536. Setenta anos: primeira comunhão — 541. Novamente "Praça Dr. Arnolfo Azevedo" — 542. O fim — 544. Homenagens póstumas — 546. A balada da saudade — 549.

Arnolfo Azevedo: Tábua cronológica — 555.

DEPOIMENTOS

Explicação — 560. *Deponentes* — 561. *Sumário* — 563.

Depoimentos de: Alexandre Marcondes Filho — 564; Altino Arantes — 564; Antônio Austregésilo — 567; Antônio Carlos de Sales Júnior — 568; Antônio de Pádua Sales — 568; Augusto de Viana do Castelo — 569; Clementino Fraga — 571; Dorval Porto — 573; Fernando de Azevedo — 575; Filemon Patrículo — 576; Hugo Carneiro — 579; João Neves da Fontoura — 581; José Adriano Marrey Júnior — 581; José Maria Belo — 582; José Rodrigues Alves Sobrinho — 583; Marcelino Rodrigues Machado — 583; Maurício de Medeiros — 584; Raul Fernandes — 585; Venceslau Brás — 585; Washington Luis — 586.

